

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Fundado em 1.º de Novembro de 1894

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA :

*AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY
JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO
NICOLAU DUARTE SILVA*

VOLUME XLVI



**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO PAULO**

D I R E T O R I A

(Triênio de 1948-1950)

Presidente Honorário .	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente Perpétuo ...	Dr. José Tôrres de Oliveira
1.º Vice-Presidente	Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos
2.º Vice-Presidente	Dr. Frederico de Barros Brotero
3.º Vice-Presidente	Prof. Dr. Americo Brasiliense-Antunes de Moura
1.º Secretário	Prof. Dr. Carlos da Silveira
2.º Secretário	Sr. Amador Bueno Machado Florence
3.º Secretário	Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
4.º Secretário	Prof. Alfredo Gomes
1.º Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
2.º Tesoureiro	Sr. Roberto Carregal Pompilio Tayler
1.º Orador Oficial	Dr. José Pedro Leite Cordeiro
2.º Orador Oficial	Dr. Aureliano Leite

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

(Triênio de 1948-1950)

- COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS — Prof. Dr. Américo Brasiense Antunes de Moura, Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos e Professôra Dra. Alice Piffer Canabrava.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA "REVISTA" — Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Sr. Nicolau Duarte Silva.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA GERAL — Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Professôra Dra. Olga Pantaleão.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL — Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Dr. Aureliano Leite, Dr. Plínio de Barros Monteiro e Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.
- COMISSÃO DE LITERATURA HISTÓRICA E FOLCLORE — Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond e Dr. Carlos Alberto Nunes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E MATEMÁTICA — Dr. Alípio Leme de Oliveira, Dr. Gastão Ferreira de Almeida e Dr. Pérsio Pereira Mendes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA E POLÍTICA — Embaixador, Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo.
- COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA — Sr. Zuínglio Marcondes Homem de Melo, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra e Profa. Francisca Pereira Rodrigues.
- COMISSÃO DE FILATELIA — Dr. Mário de Sanctis, Dr. Roberto Thut e Prof. Alfredo Gomes.
- COMISSÃO DE GENEALOGIA — Dr. Frederico de Barros Brotero, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.
- COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA — Prof. Dr. Herbert Baldus, Prof. Dr. Plínio Marques da Silva Airoso e Prof. Dr. Jorge Bertolaso Stella.
- COMISSÃO DE HERÁLDICA — Dr. Roberto Thut, Dr. Enzo Silveira e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Pereira e Cel. Luís Tenório de Brito.
- COMISSÃO DE ICONOGRAFIA, ARTES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Prof. Dr. Teodoro Braga.
- COMISSÃO DE CONTAS — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Dr. Celestino Fazzio e Dr. Cândido de Sousa Campos.

Subsídios Genealógicos

Carlos da Silveira

CXV

Estas minhas modestíssimas notas genealógicas logram, de vez em quando, despertar algum interesse em famílias onde ainda se mantém, felizmente, certo apego à tradição e respeito aos ancestrais.

Com o maior prazer, registro, de tempos a tempos, manifestações do sobredito interesse genealógico, expresso em cartas atenciosas, portadoras de retificações e acrescentamentos. De outras vezes, surgem trabalhos impressos, com referência a estes subsídios, revelando leitura aproveitada da matéria aqui exposta. Também tenho visto árvores genealógicas baseadas nos elementos que, em pesquisas por vezes demoradas e difíceis, pude colher na documentação ainda existente.

Quando ideei estes pequenos artigos semanais, que há mais de dois anos venho escrevendo, foi justamente com o fito de despertar a atenção de muitos, para que se evitasse a perda de lembranças que, depositadas apenas na memória das pessoas mais idosas, estariam destinadas ao completo desaparecimento dentro de prazo relativamente curto. Vejo que muita coisa já está escrita, justificando-se, de tal arte, o meu contentamento, dada a realização do plano que tracei.

Em notas passadas desta série, andei catalogando alguns Buenos, de Silveiras, Areias e adjacências. Precisamente nos subsídios setenta e um e setenta e cinco, falei no capitão Joaquim Bueno de Siqueira, nascido em Rezende, em 1825, e falecido em Silveiras, em 1863, de um insulto apoplético; casado com Maria Luisa Caetano de Menezes ("Sinhá Velha"), nascida em Areias, em 1825, e falecida em Cachoeira, em 1921, aos noventa e seis anos de idade. O casal deixou cinco filhos, que cresceram, dos quais fiz referência na página 51, volume XII, da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo" e eram: José Bueno de Siqueira, Joaquina Bueno de Siqueira, Francisco Bueno de Siqueira, Marta Bueno de Siqueira e Maria do Carmo Bueno de Siqueira.

Francisco Bueno de Siqueira, nascido em Silveiras, em 1855, e falecido em Cachoeira, em 1929, foi casado com Jovina, natural de S. Gonçalo do Sapucaí, e tiveram oito filhos: 1 — Isaura Bueno de Siqueira, 2 — Lúcia Bueno de Siqueira, 3 — Jovino Bueno de Siqueira, 4 — cônego Francisco Bueno de Siqueira, 5 — Marta, 6 — Raulina, 7, — Zulmira, 8 — padre Mário Bueno de Siqueira (êstes quatro últimos falecidos). O cônego Francisco, hoje residente em Belo Horizonte, é zeloso pela genealogia da familia e a êle, bem como ao seu parente Raul de Campos, abaixo citado, devo as ampliações que ora traslado neste subsídio.

Marta Bueno de Siqueira, nascida em Silveiras e falecida em Lorena, foi a espôsa do dr. Francisco Antônio Ferreira, que foi juiz municipal de Silveiras, Cunha e Ribeirão Preto, onde faleceu por volta de 1884. Tiveram quatro filhos: 1 — Leovigilda Ferreira (Gildinha), formada na Escola Normal de São Paulo, em 1899, solteira; 2 — Maria da Glória, solteira; 3 — Maria Francisca (Marôcas), mulher de um filho do dr. Francisco de Paula Franco (S. L., volume II, título "Pires" página 107) e não como saiu publicado no subsídio setenta e cinco, edição do "Correio Paulistano" de 15/11 de 1940; 4 — farmacêutico João Batista Ferreira, nascido em Ribeirão Preto aos 14 de julho de 1883, e casado em Lorena, aos 23 de julho de 1908, com Maria de Azevedo Almeida, a qual consta de "Os Azevedos, de Lorena", trabalho do dr. Gama Rodrigues, na "Revista Genealógica Brasileira", volume III, página 132.

Maria do Carmo Bueno de Siqueira, nascida em Silveiras em 1848 e falecida em Cachoeira em 1920, contraiu matrimônio com José Faustino da Silva, filho do alferes Claudio Ribeiro da Silva e segunda mulher Bárbara Justa Inocência (ver "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume quatorze, páginas 35 e 39). Conforme escrevi, o alferes Claudio Ribeiro da Silva, fazendeiro e político em Silveiras, foi casado três vêzes: a primeira por 1820 com Maria do Carmo Monteiro, de Cunha; a segunda, por 1828, com a pessoa acima dita (Bárbara Justa Inocência); e a terceira, aos 8 de outubro de 1848, com Geracina Alves de Sene, irmã de meu avô materno Juvêncio Alves de Sene (ver números cinqüenta e sessenta e oito da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo"). Dêste terceiro e último casamento, o alferes Claudio, falecido com 84 anos, em Silveiras, em 1880, não deixou geração, a qual, entretanto, é numerosa dos dois primeiros casamentos.

O casal Maria do Carmo Bueno de Siqueira — José Faustino da Silva teve doze filhos, dos quais oito falecidos solteiros, e são os doze: 1 — Maria, 2 — Adolfo, 3 — João, 4 — Pio, 5 — Joaquim, 6 — Carlos, 7 — Astolfo, 8 — Lindolfo, 9 — Francisco Bueno da Silva, nascido em Silveiras, como os demais irmãos, e falecido em Conceição dos Ouros,

Sul de Minas, casado; 10 — Antônio Bueno da Silva, igualmente falecido em Conceição dos Ouros, casado; 11 — José Bueno da Silva, casado; 12 — Joaquina Bueno da Silva, nascida em Silveiras, aos 18 de julho de 1892, casada em Cachoeira, em 1914, com Raul de Campos, de Caçapava, onde nasceu em 8 de agosto de 1889. Raul de Campos, já citado linhas atrás, é filho de Benedito Marcelo de Campos e de Perpétua Sales Damasco, falecidos, e tem dois gêmitos: 1 — Zoir Marciano de Campos, nascido em Cachoeira aos 5 de junho de 1915, e casado no Rio de Janeiro, aos 28 de dezembro de 1940, com Maria de Lourdes da Silva, natural de Pernambuco; e 2 — João Crisóstomo de Campos, nascido em Cachoeira, aos 15 de junho de 1918.

Relativamente ao subsídio cento e doze, recebi carta do Rio de Janeiro, na qual o sr. Alfredo Rebouças escreve o seguinte: "Graças à extrema gentileza de mui querido amigo, que de Catanduva me enviou um retalho do "Correio Paulistano", tive a satisfação imensa de conhecer, ainda que em pequenissima porção, o paciente trabalho que v. s. vem realizando, de pesquisas genealógicas. E tanto mais agradável foi para mim o conhecer essa pequena porção, quando ali se trata da família Rebouças, à qual tenho a honra de pertencer".

Conta o sr. Alfredo Rebouças, na missiva, que foi casado em primeiras núpcias com Maria Rosa de Jesus, natural de Tondela, Portugal, e teve, desse matrimônio, os quatro filhos seguintes: 1 — Hernínia Rebouças, casada com Francisco Macedo da Fonseca Galvão; 2 — Lourival Rebouças, falecido aos quatro anos; 3 — Olívia Rebouças, casada com Artur Gomes Ribeiro; 4 — Lourival Rebouças (o segundo) casado com Judite.

Enviuvando em 1906, o sr. Alfredo Rebouças contraiu segundas núpcias em 1907, com Elisa Ferreira da Costa, nascida em Pirapetanga, Minas Gerais. Dêste consórcio o signatário da carta, que aqui resumo, não tem descendência, sendo tôda ela do primeiro casamento, da seguinte maneira:

Filhos de Hermínia Rebouças Galvão (sete): 1 — Alfredo Leopoldino, 2 — Maria Luisa, 3 — Dirceu, 4 — Amauri, 5 — Flávio, 6 — Milton, 7. — Newton (os dois últimos, gêmeos);

Filhos de Olívia Rebouças Ribeiro (cinco): 1 — Murilo, 2 — Marília, 3 — Mário, 4 — Moacir, 5 — Meir;

Filhos de Lourival Rebouças (dois): 1 — Valter, 2 — Léa.

Terminando a carta, o missivista informa que os seus três primeiros filhos são de Pôrto Novo do Cunha, Minas, e o último do Rio de Janeiro de onde são todos os seus quatorze netos.

Com prazer registro as ampliações e acrescentamentos dos Buenos e dos Rebouças, aqui tratados.

CXVI

No volume cinquenta, da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", ao tratar da família Sene, de Silveiras, que depois se espalhou por Cachoeira, Queluz, Itaporanga, Itápolis e alguns outros pontos, tive ocasião de fazer alguns comentários a respeito do cognome Sene, oriundo, como demonstrei, da devoção aos dois santos italianos — Santa Catarina de Siena (1347-1380), e São Bernardino de Siena (1380-1444). Portugal encheu-se de Bernardinos de Sene e de Cateirinas de Sene e de outros Senes, e, como Portugal, o Brasil. Sene ficou sendo um cognome de fundo religioso, demonstrativo de fé

Tirei, ao acaso, da "Genealogia Paulistana" e de outras fontes, para exemplificar, numerosos Senes das mais diversas origens genealógicas, sem laço algum de consangüinidade. Certo casal que morava em Minas, por 1760, na Borda do Campo, hoje São Sebastião dos Tórres, distrito de Barbacena, Jerônimo Dutra e Antônia Maria da Assunção, houve por bem batizar uma filha com o nome de Bernardina de Sene. Esta Bernardina de Sene casou, no Pôrto do Turvo, então filial de Aiuruoca, aos trinta de maio de 1774, com José Álvares Palmeira, nascido em Pouso Alto, filho de Ventura Álvares Palmeira, e de Rosa Pinto. Já toquei nestes nomes, em artigo desta série (subsídio trinta e um) de 12 de janeiro de 1940.

Não seria de estranhar que José Álvares Palmeira e sua mulher Bernardina de Sene (Dutra) tivessem vários filhos, mas eu apenas apurei a existência de dois: José e Manuel, nos quais o Álvares simplificou-se para Alves, e assim, o primeiro era José Alves (de que?) e morreu a vida inteira em Minas Gerais; quanto ao segundo, capitão Manuel Alves de Sene, nascido na região de Aiuruoca por 1786, casou aos nove de fevereiro de 1807, na Ermida do Senhor Bom Jesus do Livramento, filial da matriz de Aiuruoca, com Rita Maria da Purificação, filha de Henrique João Soares de Faria e de Inácia dos Reis Pimentel, batizada nessa mesma Ermida do Bom Jesus, aos vinte de fevereiro de 1782 e também aí casada, a primeira vez, aos doze de junho de 1798, com o alferes Mateus José de Carvalho, filho de João Batista de Carvalho e de Rita de Siqueira Pais.

Do seu primeiro matrimônio teve Rita Maria da Purificação (Pimentel de Faria) um filho e quatro filhas e foram êsses cinco gênitos: 1 — João Baptista de Carvalho, nascido por 1800, que casou com Narcisa, e mudou para a zona das Cabaceiras, em Araraquara, lideira da região sancarlense em Água Vermelha, onde já se achava em 1862. Teve o casal vários filhos, que ainda não conseguí apurar na totalidade; 2 — Maria Teodora de Carvalho, casada com Manuel da Silva Miranda. Moravam no Itajubá, por 1862, tinham geração, e, depois da data indicada, também mudaram para a região de-

Araraquara, a qual não sei, ignorando outrossim os nomes e o número dos filhos; 3 — Manuela Augusta de Carvalho, de pequena estatura, incansável nos misteres domésticos, ótima dona de casa. Acompanhou o padraсто, em 1840, quando se transferiram do Sul de Minas para a zona do rio Bocaina, então município de Lorena, e aí casou com Faustino Vieira dos Santos, filho de Antônio Vieira dos Santos. Deixaram sete filhos de que tratei no volume cinquenta da "Revista" citada, os quais têm geração espalhada por Silveiras, Cachoeira e antigo Sapé de Silveiras (vila do Jataí); 4 — Prudenciana Cândida de Carvalho, já falecida em 1862, morava no Itajubá e aí casara com Bento de Tal e tiveram cinco filhos constantes do inventário de Rita Maria da Purificação, e que mencionei na "Revista" acima dita; 5 — Ana Francisca da Purificação de Carvalho, residia no Itajubá, em 1862 e estava aí casada com Antônio José Ribeiro, vulgarmente chamado "Antônio do Cubatão", e nada consegui encontrar, quanto à geração que tivessem. Antônio José Ribeiro referia-se às filhas, que moravam com êle, e se rejubilava com a disposição para o trabalho, que as mesmas apresentavam; eu, porém, ainda não pude descobrir se as tão prendadas moças eram também filhas de Ana Francisca da Purificação de Carvalho, ou se apenas suas enteadas.

Passando a segundas núpcias, igualmente na Ermida do Bom Jesus do Livramento, como já disse, teve Rita Maria da Purificação mais doze filhos, onze homens e uma mulher e foram êles: 1 — Juvêncio Alves de Sene, de 1808; 2 — José Alves de Sene, de 1810; 3 — Porfírio Alves de Sene, de 1812; 4 — Geracina Alves de Sene, de 1814; 5 — Américo Alves de Sene, de 1816; 6 — Antônio Alves de Sene, de 1818; 7 — Orestes Alves de Sene, de 1820; 8 — Manuel Alves de Sene Filho, de 1822; 9 — Francisco Alves de Sene, de 1824; 10 — Salvador Alves de Sene, de 1826; 11 — Castor Alves de Sene, de 1828; e 12 — Obededom Alves de Sene, de 1830. Excluída a data do nascimento de Juvêncio, 1808, as outras onze são aproximadas, tiradas que foram de alistamentos eleitorais e de outras fontes, sem precisão informativa. Sobre êsses Senes, há alguma coisa escrita na "Revista" citada, numero cinquenta, e o trabalho genealógico que deles organizei, no volume sessenta e oito, ao qual me reporto.

Eu, porém, afirmara, no dito volume cinquenta: "apenas um Sene houve que legou o seu cognome aos 12 filhos, formando, de tal arte, a família onde o designativo Sene indica laços de sangue. Esse foi o capitão Manuel Alves de Sene, natural da região de Ajuruoca, pertencente à Capitania das Minas Gerais, nascido por 1786".

Acontece, entretanto, que impugnando a afirmativa exclusivista, o sr. José Alberto Pelucio me remeteu, de Baependi, onde reside, umas notas relativas a outra família Sene, do Sul de Minas. Em tal grupo genealógico, a origem é João de Sene, casado com Joaquina de

Tal. "Tinham gênios incompatíveis. Dizia o marido que desapareceria e não havia de dar notícias suas. Desapareceu, cumprindo o que falava. Isso há mais de cem anos. Levou algum dinheiro, animais, deixando à sua mulher a propriedade "Papagaio", na capela de Gua- piara, Aiuruoca. Do casal ficaram dois filhos: 1 — Ana Jacinta de Sene; 2 — Bernardo de Sene e Silva".

Esses apontamentos, que devo à gentileza do sr. José Alberto Pelucio, colheu-os ele do sr. José Mendes da Silva e de outras pessoas. Trata-se de Senes dos municípios de Aiuruoca e Baependi. Acredito que esses Senes, embora de Aiuruoca, nenhuma ligação de sangue têm com a descendência de José Álvares Palmeira, de Pouso Alto, atrás referido, o qual, como ficou dito, casou no Pôrto do Turvo, aos trinta de maio de 1774, com Bernardina de Sene, da Borda do Campo (Barbacena), filha de Jerônimo Dutra e de Antônia Maria da Assunção.

Contrariando a minha crença da não existência de consaguinidade, poder-se-ia supor que João de Sene, tronco dos Senes, dos quais trata o sr. José Alberto Pelucio, fôsse um filho que não descobri de José Álvares Palmeira e Bernardina de Sene. Seria então João de Sene irmão de José Alves (de que?) e do capitão Manuel Alves de Sene, nascido na região de Aiuruoca por 1786 e falecido em Silveiras (Vale do Paraíba), aos nove de maio de 1851. Prossegurei.

CXVII

Prosseguindo na matéria do subsídio anterior, examinarei a hipótese de ser João de Sene um irmão de José Alves (de que?) e do capitão Manuel Alves de Sene (1786-1851). A favor da hipótese, militam os argumentos tirados da igualdade do cognome, da mesma região de origem (Aiuruoca) e da época em que viveram (primeira metade do século dezenove). E contra a hipótese alinham-se fatores poderosos, oriundos de um curioso feitio psicológico dos Senes, filhos do capitão Manuel Alves de Sene.

Eram esses Senes homens providos de boa retentiva, inteligentes, observadores, e, sobretudo, muito simples, muito desprovidos de preconceitos que os levassem a ocultar parentesco, se fôsse caso para tanto. O filho mais velho do capitão Manuel Alves de Sene e de Rita Maria da Purificação (Pimentel de Faria), Juvêncio Alves de Sene, nascera em Aiuruoca no ano de 1808. Acompanhando os pais, transferiu-se para o Itajubá Velho, Soledade de Itajubá, hoje Estação Delfim Moreira. Nesta localidade ficou até 1840, quando, ainda em companhia dos progenitores, se fixou na região do rio Bocaina, então município de Lorena. Era um sítio próximo da Vila do Jataí (Sapé de Silveiras), e também de Cachoeira, onde há ou houve uma Fazenda Romariz.

Da Bocaina passou para a zona do Itagaçaba de Silveiras, talvez por 1855. Faleceu em 1888, aos oitenta anos, dotado de ótima memória. Homem bom, respeitado. Dêle, recentemente, escreveu Artur da Silva Bernardes, ex-escrivão e tabelião de Silveiras: "Deus fez o "Seu Juvêncio" e depois quebrou a forma". Juvêncio Alves de Sene viajava muito pelo Sul de Minas. Quantas vezes atravessou a Mantiqueira!

Ao voltar das suas excursões, fazia referências a parentes que avistara: o "Tio José Alves", irmão do pai: os primos Henrique, Bernardino, Altina. Nunca falou em um tio João. Conversava com a velha mãe, com a esposa, com os filhos, e jamais fez qualquer alusão a tio, que não fosse o "Tio José Alves". O testemunho do capitão Juvêncio Alves de Sene, colhido pelos filhos dêle, durante quase meio século de convívio íntimo e diário, é importantíssimo no caso em questão.

Assim, pois, até prova assaz forte, que venha destruir minha convicção, tenho de recusar fosse João de Sene tio de Juvêncio Alves de Sene (1808-1888) e irmão do "Tio José Alves" e do capitão Manuel Alves de Sene (1786-1851).

Passo a transcrever os apontamentos do sr. José Alberto Pelucio, de Baependi, aos quais fiz alusão no subsídio anterior (CXVI):

João de Sene casou com Joaquina de tal e deixou dois filhos: — 1 — Ana Jacinta de Sene, e 2 — Bernardo de Sene e Silva, que vêm a seguir.

1 — Ana Jacinta de Sene contraiu núpcias com José das Trevas Maciel (conhecido por José Trevas), devido a ter nascido em uma quarta-feira de Trevas). Lavradores, residentes na mesma propriedade "Papagaio", senhores de escravos, católicos; êle — alto, magro, ela — altura mediana. Ambos claros, de olhos azulados. José, estando com vinte anos de idade, mais ou menos, foi assistir a um casamento; lá lhe disseram que também precisava cuidar do seu. Retrucou: "A primeira filha da noiva será minha esposa". Foi essa, efetivamente, sua consorte, anos depois. Criou toda a família. Tiveram treze filhos: 1 — Francelino Maciel de Sene, 2 — Antônio Batista de Sene, 3 — José Martiniano de Sene, 4 — Joaquim Maciel de Sene, 5 — Belisário Maciel Trevas, 6 — Teodósio Maciel Sene, 7 — Amaro de Sene, 8 — Ana, 9 — Maria Paulina da Conceição, 10 — Cecília, 11 — Vitalina, 12 — Alexandrina, 13 — Carolina.

II — Bernardo de Sene e Silva, já falecido, casou com Maria Correia da Conceição, filha de Justino Correia. Sítiantes em Aiuruoca. Com três filhos: 1 — Maria Zeferina da Conceição; 2 — José Bernardino Correia; 3 — Mariana Adelina da Conceição.

Descendência de Ana Jacinta de Sene, casada com José das Trevas Maciel, ou apenas José Trevas:

1 — Francelino Maciel de Sene, casado com Prisciliana, filha do Comendador Justino Aureliano (irmã do Padre Aureliano e do dr. Martiniano Barroso Lintz). Lavradores, residentes na fazenda "Foram", pertencente a Justino. Ele — claro e louro, ela — clara. Francelino mudou-se e criou os filhos, fora de Aiuruoca. Entre outros, deixou um filho de nome Joaquim.

2 — Antônio Batista de Sene, casado com Porfíria, filha de Joaquim Alvarenga, de Conceição do Rio Verde. Ele — estatura pequena, vermelho; — ela alta e gorda. Fazendeiros no bairro "Piracicaba", distrito de Baependi. Três filhos: a — José Batista Maciel (ou Sene), casado com Dolores de Paiva, fazendeiros no citado bairro "Piracicaba", com seis filhos (Geraldo, Benedito, Alfredo e três mulheres); b — Antônio Batista Maciel (ou Sene), falecido, casado com Alexandrina Cassiano Pereira, residentes em "Piracicaba", de Baependi. Dois filhos (Antônio e Lícia); c — Ana, solteira, devia ter, em 1938, sessenta e cinco anos de idade, mais ou menos, reside em "Piracicaba", Baependi.

3 — José Martiniano de Sene, (conhecido por Zeca Trevas), casado com Júlia Claudina de Magalhães, filha de Joaquim Alvarenga, já falecido. Fazendeiros em Aiuruoca, fazenda "Matutu". Ele — claro, vermelho; ela — clara. Seis filhos (a|f): a — Joaquim Martiniano de Sene, casado, com Ana (filha de Antônio Rosa), em primeiras núpcias, e com Antonieta Carvalho (filha de Antônio Carvalho), em segundas núpcias. Do primeiro matrimônio quatro filhos (Joaquim, José, Jeremias e Antônio Martiniano de Sene); e, do segundo, vários (Daniel, Mateus, Maria e outros); b — José Maciel de Sene, casado com Guilhermina Esaú dos Santos e com dez filhos (Joaquim Alvarenga de Sene, José Maciel de Sene, Ataíde, Lício, Cícero, Geraldo, Pedro, Maria, Ana, e mais uma filha); c — Alfredo Maciel de Sene, residente em São Lourenço, casado com Ana, filha de José da Cunha, com diversos filhos (Geraldo, José, Maria, outra filha que é professora em Aiuruoca, e mais filhos cujos nomes não foi possível obter); d — Maria Claudina de Magalhães, casada com Francisco Joaquim de Siqueira, fazendeiro no distrito de Baependi, fazenda do "Recreio", com muitos filhos (José, Antônio, Inácio, Joaquim, Alfredo, Jonas, João, Maria e outros); e — Júlia Claudina de Magalhães, casada com José Luiz de Siqueira, fazendeiros em Alagoa, de Itanhandu, e com alguns filhos (José, Joaquim, Júlia e outros); f — Áurea Claudina de Magalhães, casada com José Mendes, fazendeiros em Alagoa, de Itanhandu, com filhos (Salvador e outros).

4 — Joaquim Maciel de Sene (cognome incerto), casado com Ana Paulina, sitiantes em Aiuruoca, no "Matutu". Seis filhos (a|f): a — José, Maciel, falecido, casado com Paulina, havendo deixado filhos; b — João Ambrósio Maciel, casado, com filhos, c — Avelino, casado

com filha de Joaquim Juca, com geração; d — Antônio, mudo, solteiro; e — Ana, casada; f — Emília, casada, com descendência,

Continuarei, na próxima nota, a transcrever os interessantes apontamentos, que tão gentilmente me enviou o sr. José Alberto Pelucio, de Baependi.

CXVIII

Continuando o subsídio anterior, concluirei a geração de João de Sene e sua mulher Joaquina de Tal. Tinham deixado dois filhos: Ana Jacinta de Sene e Bernardo de Sene e Silva, ambos casados, com filhos.

Estava enumerando os treze gênitos de Ana Jacinta e seu marido, José das Trevas Maciel e havia parado exatamente no número quatro.

Vêm agora os seguintes (5 a 13):

5 — Belisário Maciel Trevas, casado com Genoveva Salviana Nogueira, filha de Salviano Nogueira. Seis filhas: — a — Mariana, solteira; b — Alfonsa, casada; c — Altina, casada; d — Arminda, casada, mais duas (e/f) cujos nomes não foi possível obter para o presente artigo.

6 — Teodósio Maciel Sene, casado com Maria, filha de José Pedro. Filhos do casal: a — José, casado e com vários descendentes; b — Antônio, solteiro; c — Ernesto, casado; d — Joaquim, casado; e mais uma ou duas filhas.

7 — Amaro de Sene, casado com Guilhermina, filha de Antônio Pedro. Ele morreu quatro meses, mais ou menos, depois do casamento. Sem descendência.

8 — Ana, casada, com João. Filhos: a — Valdomiro, casado; b — Maria, casada com Benjamim Ferreira Flor, e com geração; c — Outros filhos.

9 — Maria Paulina da Conceição, casada com Ovídio Mendes de Barros, lavradores em Aiuruoca, fazenda da "Pedra". Nove filhos (a|i): a — José Mendes da Silva, casado com Isabel Fortes de Bustamante, com os oito filhos, que adiante se enumeram. Primeiro — José Mendes da Silva Filho, casado com Idalina, filha de Joaquim Pinto, com os descendentes Sebastião, Joaquim, Antônio, Maria. Segundo — Alfredo Mendes da Silva, solteiro. Terceiro — Antônio Mendes da Silva, solteiro. Quarto — Geraldo Mendes da Silva, solteiro. Quinto — Maria, casada com Justo Ferreira, e com os gênitos Benedito, Jeremias, Jorge, José, Maria. Sexto — Ana, casada com Elias Abrão, com a descendência de Mansur, Gibrail, Sumail, José, Abrão, e outro. Sétimo — Conceição Mendes da Silva, casada com Domingos José de Carvalho, e com os filhos José, Francisco, Francisca e Maria. Oi-

tavo — Isabel Tolentina da Silva, solteira; b — Joaquim Mendes da Silva, casada com Guilhermina, já atrás indicada, viúva de seu tio Amaro de Sene. Com geração de vários filhos, entre os quais Maria, casada em primeiras núpcias e em segundas e com descendentes cujos nomes não se pôde apurar; Mariana, casada com João Ferreira e com geração; c — Belisário Maciel das Trevas, casado com Maria, filha de Sebastião Mendes da Silva, falecido, casado com Mariana, filha de José Damaso, e com os filhos Antônio e Maria, esta falecida; d — Sebastião Mendes da Silva, falecido, casado com Mariana, filha de José Bernardes da Rocha, e com o gênito Joaquim; e — Antônio Mendes da Silva solteiro, falecido; f — Maria Paulina da Conceição, casada com Francisco Maciel e com filhos, entre os quais Abrão; g — Ana Paulina da Conceição, casada em primeiras núpcias com Valério Ferreira e com os filhos Joaquim, Mariana e Maria.

Passou a segundas núpcias com Joaquim Cândido e teve, entre outros, Antônio; h — Isalina, falecida, foi casada com José Bernardes da Rocha Filho, e deixou descendentes cujos nomes se ignoram; i — Cecília, falecida, foi a esposa de Justino Aureliano, e deixou descendência de vários filhos, entre os quais Aristides, Geraldo, João, Joaquim.

10 — Cecília, casada com Joaquim Alves, falecidos. Deixaram três filhos: a — José, solteiro, falecido; b — Antônio Alves, casado com Ana Alexandrina, e com geração; c — Maria, casada com Mariano Forasteiro, e com filhos entre os quais Maria e Edio.

11 — Vitalina, falecida, foi casada com João Pedro Ribeiro, sem descendência. O viúvo casou-se mais vêzes, depois.

12 — Alexandrina, casada com Severino Verissimo, e tiveram vários filhos: a — Sebastião, casado, e com filhos, entre os quais, Geraldo; b — Maria, casada duas vêzes: a primeira com José Joaquim, e tiveram descendência. Em segundas núpcias, Maria foi casada com Tomás (Chato), igualmente com descendência; c — Ana, casada com Antônio Alves, e com alguns filhos; d| ... — Outros filhos do casal 12.

13 — Carolina, casada com Francisco Esaú dos Santos Neto, e com vários gênitos: a — Joaquim, casado e com filhos; b — José, casado; c — Orlando, casado e com filhos; d — Maria, casada com seu tio Avelino Esaú dos Santos, e com filhos; e| ... — Outros filhos do casal 13.

O outro filho de João de Sene e de sua mulher Joaquina de tal chamou-se, conforme atrás ficou declarado, Bernardo de Sene e Silva. Já é falecido e foi casado com Maria Correia da Conceição, filha de Justino Correia. Sítiantes em Aiuruoca. Tiveram apenas três filhos (Maria Zeferina da Conceição, José Bernardino Correia e Mariana Adelina da Conceição), que seguem:

1 — Maria Zeferina da Conceição, casada com José Cursino de Paiva. Este casal teve quatro filhos (a|d): a — Dolores de Paiva, casada com seu primo José Batista Maciel, filho de Antônio Batista de Sene e de Porfíria Alvarenga, já mencionados, bem como os gênitos de José e Dolores; b — Virgínia, casada com Manuel Hidalgo; c — Luisa Francisca de Paiva, casada com Joscelino de Paiva; d — Francisca de Paiva, casada com Pedro Cassiano Pereira.

2 — José Bernardino Correia, falecido, casado com Mariana Carolina da Silva, filha de Gabriel Bemfica. Residentes em Aiuruoca. Sete filhos (a|g): a — Antenor, casado com filha de Josué Giffoni; b — Maria, casada a primeira vez com Aristides, e com um filho (Flívio), além de outros, mortos. Passou a segundas núpcias, com Amado, e ignoro se tem geração; c — Homero, casado com Zaira Lintz; d — Edite; e — Alzira, casada; f — Adolfina, casada com Geraldo; g — Aristeu.

3 — Mariana Adelina da Conceição casou duas vezes: a primeira com Domingos Balbino e tiveram: a — Estefânia, casada com José Amaral; b — Maria, casada com Manuel Caldas; e — José solteiro. Passada a segundas núpcias com Antônio Carlos Nogueira, teve Mariana Adelina mais quatro filhos: d — Laudomiro, e — Olga, f — Mariana, g — Ataíde.

Estas notas do sr. José Alberto Pelucio foram-me enviadas em novembro de 1938 e saem assim, à luz da publicidade, com três anos de atraso, exclusivamente por culpa minha. Em três anos, várias modificações devem ter surgido nos elementos do grupo genealógico de que se trata. O trabalho, entretanto, mesmo sujeito a alterações, constitui boa contribuição para o estudo da população sul-mineira, à qual tantos elos nos ligam, a nós paulistas, que fomos os desbravadores e primeiros povoadores dos territórios de Campanha, Baependi, Aiuruoca...

Em 20 de dezembro de 1711 nasceu uma criança na paragem do Bichinho, em Santo Antônio de São José do Rio das Mortes: os padrinhos, Antônio Rodovalho da Fonseca e sua irmã d. Maria Pedroso da Silva (S. L. VII, 172), levaram a criança à capela de Aiuruoca (freguesia?), para receber os Santos Óleos. Discute-se sobre a fundação de Aiuruoca e aparecem os nomes de João de Siqueira Afonso e de Simão da Cunha Gago, mas convinha examinar esse caso do batismo do futuro padre José Ponce Diniz.

CXIX

Frei Adalberto Ortmann, "Ordinis fratrum minorum", é um estudioso de história e de genealogia, matérias pelas quais tem decidida propensão. Acontece que tendo ido para Guaratinguetá, com o grave

encargo de proceder a pesquisas sobre frei Antônio de Santana Galvão de França (1739-1822), tem êle esmiuçado o arquivo paroquial daquela cidade do Vale do Paraíba, cujos papéis oficiais o sargento-mor, então capitão-mor, Antônio Galvão de França, natural do Algarve, fundador da família Galvão de França e pai do sobredito frei Antônio, subscrevia com a linda assinatura que se poderá facilmente ver em documentos existentes no Arquivo Público do Estado.

Pena é que os livros paroquiais de Guaratinguetá estejam tão incompletos, com as falhas que Gastão de Meireles França tantas vezes me anunciou e que eram para êle causa de incontida tristeza. Uma esquisita concepção de certo dominou por séculos o espírito dos habitantes do Vale do Paraíba e é de que deveriam ajudar, com a desídia e outros elementos psicológicos quejandos, a ação destruidora de um clima ingrato à conservação de papéis, e a devastadora dos insetos papirófagos, êstes parece que até o presente ainda mal estudados entre nós.

Além da sua função, de agente da Cúria Romana, quanto a colher dados da vida de frei Antônio de Santana Galvão de França, que permitam o andamento do processo de beatificação e canonização, motivado pelo abaixo-assinado que daqui seguiu para Roma; frei Adalberto Ortmann, estudioso e observador, dando largas ao seu espírito de historiador e de genealogista vai recolhendo muito material com o intuito simpático e louvável de escrever sobre frades franciscanos paulistas, sobre a Ordem Terceira de São Francisco, paulistana, e quiçá sobre a grande família dos Galvão de França, que muito se ampliou principalmente na região de Itu.

Já em janeiro do ano corrente, frei Adalberto Ortmann teve a bondade de me escrever a respeito de uns oitavos avós meus, Gabriel Barbosa de Lima, que residiu aqui em São Paulo, natural de Viana do Minho, casado aqui com Maria do Rosário, filha de João Pedroso de Moraes, "o terror dos índios" e primeira mulher Maria de Lima, filha esta de João da Costa Lima, "o Mirinhão" e de sua mulher Inês Camacho. Silva Leme não descobriu todos os filhos de Gabriel Barbosa de Lima e de Maria do Rosário e, na "Genealogia Paulistana", volume VII, páginas 149 a 151, indicando, como indica, sete filhos para o casal, parece que mistura geração do primeiro casamento de Maria de Lima do Rosário, com a geração das segundas núpcias da mesma, pois ela teve um segundo marido, que foi Oenemon Carriero, homem que aqui viveu na segunda metade do século dezessete, com bastante prestígio, ao que se presume.

Quando se lê na página 151 da "Genealogia", volume VII, em título "Morais", o nome do padre Francisco Carrier de Lima, entra pelos olhos de qualquer analista que êsse (3-6) deve ser da progênie de Oenemon Carriero e Maria de Lima do Rosário, e não descendên-

cia de Gabriel Barbosa de Lima, a não ser que o dito padre assinasse o cognome do padraço, em atenção à bondade que o mesmo lhe tivesse manifestado a êle, enteado. Tais casos da adoção do nome do padraço, entre nós, não são raros. Ainda há pouco faleceu aqui em São Paulo o dr. Americo de França Paranhos, muito conhecido, oriundo dos Galvão de França-Lescura Banher (do antigo Sapé de Silveiras), o qual havia adotado o cognome Paranhos, em atenção à bondade do padraço.

Não encontrei, no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, o processo "de genere" do padre Francisco Carrier de Lima, absolutamente preciso para dirimir qualquer contenda sobre a filiação desse sacerdote. Tenho, sim, encontrado, em documentos de São Paulo e do Interior, pessoas que ainda assinam Carriel, a propósito de cuja origem pode-se fazer o mesmo raciocínio que o feito acima relativamente ao padre Francisco Carrier de Lima.

Referindo-se a uns embargos levantados no seio da Ordem Terceira, aos 4 de junho de 1725, pelo Padre Carrier de Lima, quanto a atos administrativos do irmão ministro padre José de Moraes Navarro, suponho que talvez frei Adalberto Ortmann tivesse aludido ao sacerdote mencionado no volume VII, ainda em título "Morais", página 55, onde o dr. Silva Leme relaciona o padre João de Moraes Navarro.

Frei Adalberto encontrou, em assentamentos da Ordem Terceira, desde 1689, data da profissão, a um Francisco Carrier, "que teve atuação relevante na Ordem" e o livro dos termos o menciona pela última vez em 1727. Algumas vezes assinava ou era chamado Francisco Carrier Coutinho. Que seria êle do padre Francisco Carrier de Lima, atrás referido?

Os extratos das notas de frei Adalberto, tirados de documentações da Ordem Terceira, e também da Primeira, que é a sua própria, são, afinal de contas, curiosos e preciosos subsídios genealógicos, e também inteligentes sugestões genealógicas, o que tudo, como excelente material de novos trabalhos, deve ser revelado aos amigos da especialidade. Por confiar na minha fraquíssima experiência, em coisas do passado de São Paulo, frei Adalberto pediu-me opinasse em uns tantos casos, que o embaraçavam. Na verdade, possuo alguns apontamentos que podem servir, oportunamente, e isso será o meu auxílio, de fato bem reduzido. Para a obtenção de maiores e vultosos préstimos, vou pedir a frei Adalberto me autorize a publicação do que, em cartas, me enviou para estudos.

Na missiva de sete de setembro próximo findo, por exemplo, o pesquisador franciscano quer informações sobre Antônio de Godói Moreira, casado com Ana de Cerqueira Leite, moradores de Goiás, de quem uma filha, nascida a 2 de junho de 1765 e falecida a 26 de

fevereiro de 1842, foi religiosa no Recolhimento da Luz, sob o nome de Francisca de Paula da Paixão. Igualmente de Goiás, Joaquim da Silveira Borges, casado com Antônia Margarida da Silveira, cuja filha, Maria Angélica da Silveira, nascida aos 10 de outubro de 1753 e falecida a 21 de novembro de 1826, foi também religiosa do Recolhimento da Luz, sob o nome de Irmã Maria do Rosário. Ora esses casos genealógicos goianos dificilmente poderão ser resolvidos sem a experiência dos estudiosos do Estado, cujas terras auríferas e outras foram o nosso sonho de paulistas do século dezoito: sonho e ambição. De toda a parte acorreram os paulistas, nas pegadas do segundo Anhanguera. O caminho de Goiás, desde Jundiá, começou a se povoar. O arraial da Meia Fonte encheu-se de gente daqui.

O senhor desembargador João Francisco de Oliveira Godói, pindamonhangabense de nascimento, magistrado goiano aposentado, tem escrito, para a "Revista Genealógica Brasileira", vários trabalhos de ligação daquela gente que, ausentando-se daqui no século dezoito, radicou-se em terras de Goiás e perdeu, assim, o contacto com os troncos catalogados na "Genealogia Paulistana". Precisamente no número dois, na citada "Revista", páginas 427-428, o desembargador Godói trata de um Antônio de Araujo Ferraz (mais tarde Antônio de Godói Moreira), do volume II, página 550 da "Genealogia", o qual deixou muitos filhos goianos, nascidos em Meia Ponte. Mas, esse Antônio de Godói Moreira era casado com Ana Leite de Siqueira, e o de que fala frei Adalberto era-o com Ana de Cerqueira Leite. Haverá confusão de Cerqueira com Siqueira? Outrossim, da lista dos filhos de Antônio e Ana, que o desembargador apresenta, não achei lugar para Francisca de Paula da Paixão, a do Recolhimento da Luz. Voltarei a este assunto.

CXX

O Instituto Genealógico Brasileiro vai cumprindo galhardamente o seu programa de colher dados relativos às famílias brasileiras, que já os possuam, e de promover estudos quanto àquelas que nunca cogitaram disso.

De tal arte, copioso material genealógico está se acumulando, não só nas páginas da "Revista Genealógica Brasileira", de que agora sai o número quatro, como também nas do "Anuário Genealógico Brasileiro", publicado no seu terceiro volume. São publicações ambas que merecem leitura meditada onde há muito o que aprender, aparecendo até surpresas, mesmo para tantos, que vivem cogitando de história e de genealogia. Como exemplo dessas surpresas, tive-a eu pelo menos, ao ler o trabalho do rvm. cônego Raimundo Trindade, na "Revista", sob o título "Os Belos de Minas Gerais". Pois

o que havia de ser? Uma das Belos da Borda do Campo (Barbacena), d. Bernardina Quitéria, era casada com o coronel Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, o da Inconfidência; e d. Mariana Cândida, irmã de d. Bernardina, era a esposa do general Francisco de Lima e Silva, senador e regente do Império: donde a conclusão inesperada e curiosa, de que Joaquim Silvério dos Reis vinha a ser tio afim do nosso grande e glorioso marechal Duque de Caxias.

A "Revista", incluindo-se três páginas da capa, aproveitadas, apresenta duzentas e oitenta e seis páginas de matéria variada, com trabalhos sobre São Paulo, Distrito Federal, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e ainda alguns estudos sobre famílias estrangeiras, de fora, ou radicadas aqui. Muitos retratos, muitas gravuras e duas folhas de costado. Entusiasta como sou, da documentação fotográfica e da consistente em outras formas de retrato, gosto muito de ver os artigos da "Revista" acompanhados desses auxiliares iconográficos.

A "Revista" traz também muitas páginas destinadas a "Ex-libris", matéria que não me atrai e pela qual não sinto a mínima inclinação. O ex-libris ou é luxo de bibliófilos e bibliomanos, ou é brasão mais ou menos disfarçado. A minha limitada inteligência não apreende bem por que razão a assinatura do dono enfeia o livro, ao passo que um desenho, as mais das vezes com o nome em baixo, é elemento inócua quanto à estética do volume.

O número quatro da "Revista" emparelha perfeitamente com os três anteriores e dá a entender que a publicação está no seu pleno desenvolvimento, num ritmo que lhe assegura existência longa e fecunda, e que assim seja. Colaboração lhe não falta, pois os colaboradores são numerosos, operosos e competentes. Interêsse genealógico, em que pese à douta opinião de um distinto biblió (técnico?) daqui, também existe a faltar, para bem do Brasil e dos brasileiros.

Essa questão do interêsse genealógico precisa ser ventilada largamente, pelos que tiverem elementos para fazê-lo. Salvo casos especiais de espíritos doentios, a curiosidade em tôrno da própria origem é fenômeno natural. "Donde veio a minha gente? Donde venho eu? São indagações que cedo aparecem na mente humana e que muito trabalham nela.

Como, entretanto, os preconceitos sociais, mais ou menos declarados, encham de apreensões a todos nós, o que acontece é que surge sempre o receio de que a pesquisa genealógica venha a esbarrar num caso difícil, num beco sem saída. Interêsse genealógico haverá sempre; temor de situações equívocas igualmente, em larga escala. Êste medo é que constitui o grande entrave da genealogia.

Não há razão para sobressaltos, afinal das contas, bem pesadas tôdas as circunstâncias. As famílias são organismos extensos e numerosos, que apresentam, quando sadias, um núcleo de resistência, que é o centro da família. Deixando-se o centro e caminhando-se para a periferia, para as abas, muita observação poderá ser feita, no terreno do abrandamento, da desintegração, da anormalidade. Não há família que não tenha, nunca houve família que não tivesse tido os seus casos desagradáveis. Fingir ignorância dêsses casos não adianta para a existência dêles: continuarão a aparecer, bem a nosso pesar, bem contra a nossa vontade.

Além do mais, as famílias, no seu lento desdobrar através dos séculos, têm de se adaptar a critérios diferentes, tão liberais em determinadas épocas, tão rijos em outras. Quem compara os costumes do clero há cem anos atrás, com os de agora, não precisa de argúcia nem de esforço para descobrir que bem diferentes eram. Há um século, os padres tinham suas famílias, bem recebidas, legavam "para seus filhos" e todo o mundo achava isto muito natural, pois era moda que vinha de longe.

Outro exemplo, noutro terreno. Há dias ouvi um discurso de um filho do grande Prudente de Moraes, no qual o orador, aludindo aos pais do eminente cidadão, salientou a modéstia de José Marcelino de Barros (S. L., volume VII, título "Moraes" página 77), o qual exercia a função de tropeiro. O meu prezado consócio do Instituto Histórico, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, na sessão do dia 4, de homenagem a Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário do Instituto, já se referiu a isso, fazendo sentir que dada a organização social e econômica de São Paulo, ao seu tempo, a função de tropeiro, de José Marcelino de Barros, não era assim tão modesta.

Tropeiro, há um século, era o industrial dos transportes, Hoje chamamos tropeiro ao arrieiro de um lotezinho de burros de canga-lha. Nestes dias tormentosos que correm, com ferrovias, automóveis de carga, aviões, o espírito menos atilado não ajusta depressa a idéia da importância da vida e da função do tropeiro, nos tempos idos. O tropeiro de hoje, que ainda existir, homem modestíssimo, não é o tropeiro de ontem, homem "muito principal" e de projeção. Ninguém se desdoure por saber que teve avô, bisavô, trisavô, tetravô tropeiro: muito capitão-mor foi tropeiro.

O terceiro volume do "Anuário Genealógico Brasileiro", nas suas quinhentas e quarenta e seis páginas de texto e quatro da capa, está todo ocupado com assuntos referentes aos titulares do Império, letras I a Z. Sempre simpatizei com a nobreza transitória do Império, a militar e parte da civil, e leio com prazer o que sôbre ela se escreve. Muita enumeração, muita gravura, muito retrato, no gros-

so volume, de agradável aspecto. Entendo que o "Anuário" deve sempre apresentar matéria sistematizada, para se não confundir com a "Revista". Havendo, no Instituto Genealógico Brasileiro, duas publicações paralelas que cada uma tenha o seu campo adequado.

Uma vez que Moya recorreu a conhecimento meu para a sua colaboração sobre Antônio Manuel de Freitas, Barão do Rio Claro, nascido em Cunha (Facão) em 1778, e falecido no Rio de Janeiro em 1869, talvez pudesse eu acrescentar alguma coisa, se tivesse sabido antecipadamente das intenções do autor do volume.

Salvador de Moya é um homem operosíssimo e, além das publicações periódicas supra-referidas, organizou e deseja imprimir o índice dos nove volumes da "Genealogia Paulistana", do dr. Luís Gonzaga da Silva Leme. Precisa de apoio, sem dúvida alguma, pois o empreendimento é vultoso. Mas também precisa de apoio grande, quando organizar os índices de Pedro Taques, de Jabotão, de Borges da Fonseca e de quantas genealogias mais houver por esse Brasil a fora, porque se Moya é tenente-coronel da Fôrça Policial de São Paulo, vai decerto ficar o capitão (capitão-mor?) dos índices genealógicos brasileiros. E que seja logo esta última investidura, para o bem dos estudiosos todos.

CXXI

O espírito andeço dos paulistas de antanho é causa de dificuldades incríveis, para o estabelecimento da genealogia deles. Nestes subsídios tenho feito menção de um ou outro caso, dos inúmeros que poderia catalogar sem esforço.

No volume décimo da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", referi-me àquela ituana nascida em 1685 e que, logo depois de casada, em 1700, seguiu para Taubaté e ali estêve parece que pouquíssimo tempo, pois era moda ir para as Minas a fim de enriquecer depressa. Felipa Gago Lobo, a pessoa de quem trato, filha de Francisco de Barros Freire e de Maria de Moraes da Silva (Silva Leme, título "Freitas", página 172), e seu marido o português coimbrão Luís da Fonseca Simões viveram na região de São João d'El-Rei, e aí lhes nasceu pelo menos a filha Maria de Moraes, cuja descendência descrevi no subsídio oitenta e um.

Os últimos filhos, porém, dêsse casal, são taubateanos de nascimento, o que significa que, de volta das Minas, residiram outra vez na terra de Jacques Félix, onde, entretanto, não permaneceram, visto como morreram em Cunha, a antiga freguesia do Facão.

O pai de Felipa Gago Lobo, Francisco de Barros Freire, professor de música em Itu, era irmão de Antônio Rodovalho da Fonseca, e êste, em dezembro de 1711, "homem casado, morador no

Rio das Mortes", batizou, com a irmã, na paragem do Bichinho, em Santo Antônio de São José do Rio das Mortes, o futuro padre José Ponce Diniz (nota cento e dezoito).

A madrinha da criança foi d. Maria Pedroso da Silva, casada primeiro com Manuel da Silva Leme. Ela estava de volta a Taubaté pela altura de 1720; e apresenta-se viúva do segundo marido, o mestre de campo Aleixo Leme da Silva (S. L., título "Lemes", página 373), residindo em Itaquaquecetuba, em 1738.

Irmão também de Antônio Rodovalho da Fonseca e de d. Maria Pedroso da Silva foi José de Barros da Fonseca, casado em Itu em 1692 e de quem informa Pedro Taques que foram de mudança para Taubaté, marido e mulher. José de Barros da Fonseca e seu cunhado Manuel da Silva Leme assinaram o termo da criação de Mariana, aos oito de abril de 1711, segundo a "História Antiga das Minas Gerais", do dr. Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos.

De Antônio Rodovalho da Fonseca convém lembrar que Basílio de Magalhães, na sua "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", segunda edição, página 234, afirma o seguinte: "ao Forquim, que atraiu tantos bandeirantes, também chegou, em 1703, Antônio Rodovalho da Fonseca, acompanhado de Sebastião de Freitas Moreira e de Francisco Álvares Correia, conforme o relato de Perdigão". Antônio Rodovalho da Fonseca é o Antônio (2-1), página 172, volume sétimo, título "Freitas"; ele aí se acha em companhia de seus onze irmãos. Francisco Álvares Correia é o que se encontra no volume quinto, título "Alvarengas", página 436. Não pude identificar Sebastião de Freitas Moreira, desse grupo triplice, de taubateanos, pelo menos de adoção.

Luís da Fonseca Simões, então, nada mais fez, indo para as Minas, do que seguir as pegadas dos seus tios afins Antônio Rodovalho da Fonseca, José de Barros da Fonseca e d. Maria Pedroso da Silva, mulher do santista Manuel da Silva Leme. Nos subsídios trinta e sete, setenta e oito e oitenta e um tive oportunidade de tocar nesses interessantes Barros Freire, de Itu, tão amigos das Minas e do seu ouro. E vale a pena reparar mais uma vez que, se o poeta Claudio Manuel da Costa não usava o cognome materno, o seu irmão juiz, José Antônio, assinava "Alvarenga Barros Freire".

No volume onze, da sobredita "Revista do Arquivo", falei de um parnaibano, Cristóvão Diniz de Anhaia, batizado a 7 de março de 1667, casado em Itu, aos quinze de fevereiro de 1711, com Maria de Zunega de Jesus (Silva Leme, título "Almeidas Castanhos", volume IV, página 401; e volume VII, título "Fernandes Povoadores", página 236). Casaram e seguiram para Taubaté, antecâmara da região aurífera. Formada a caravana, já a 29 de dezembro do mesmo ano, num rancho da estrada, na paragem do Bichinho, em Santo Antônio de São José,

do Rio das Mortes, nascia o primogênito de Cristóvão, o futuro padre José Ponce Diniz, a quem aludi, linhas atrás.

Cristóvão Diniz de Anhaia e família foram parar em Pitangui e lá ficaram até 1720, mais ou menos, quando voltaram. Em 1728, uma carta de sesmaria concedida a Cristóvão, datada de junho de 1728, declara que êle reside "de três para quatro anos", na Capelinha do Cubatão, distrito das Minas do Paranapanema. Andava correndo atrás da fortuna e a fortuna fugindo dêle, bem como de Luís da Fonseca Simões, o marido da ituana Felipa Gago Lobo. Cristóvão Diniz de Anhaia foi bem um andejo incansável, e as naturalidades dos filhos marcam claramente as suas distanciadas etapas.

Ia-se para onde havia possibilidades de ganho ou de fortuna. Dentro dessa lei geral da deslocação das populações paulistas, precisa andar o pesquisador de genealogia, para Minas, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul. Essa amplitude da zona de povoamento, por elementos daqui, traz estorvos sem conta, pois muitas vêzes, na quase generalidade dos casos, apagavam-se os traços de permanência em terras afastadas, sempre que a família voltava. E quando não regressava mais, fixando-se definitivamente em rincões que se abriam à civilização, cortava-se o cordão umbilical, extinguíam-se as pisadas, do trilhado caminho, as quais iriam servir mais tarde para a reconstituição da rota, ou para o estabelecimento de um roteiro póstumo.

Na geração de Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719), por exemplo, o filho Gaspar Guterres da Silveira, nascido ou crescido em Taubaté, andou por Pitangui, aí casou com Feliciano dos Santos Barbosa Lima; teve pôsto de sargento-mor em Santo Antônio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde e foi sepultado na Capela de S. Gonçalo, filial da Matriz da dita Campanha. Deixou três filhos: José Carlos Barbosa, Antônio Barbosa da Silveira, e Floriano de Toledo Piza. Onde andará a descendência dêsses filhos, que de certo casaram e tiveram geração?

Filho de Leopoldo da Silveira e Souza, portanto neto paterno de Carlos Pedroso da Silveira, Leopoldo Carlos Leonel da Silveira estava ausente, em 1772, ao tempo do inventário do pai, "havia anos", e Pedro Taques refere que casou em Paracatu; e muito provavelmente aí deixou descendência.

No subsídio setenta e nove contei que havia encontrado, no Arquivo da Cúria Metropolitana, em registros da Sé, o óbito de André "Gaudio", natural da Escócia, casado na cidade do Rio de Janeiro com Ana Ley. Isto foi a nove de março de 1740, e o sepultamento se fez na Igreja da Misericórdia. Dêsse casal deve ser filho o alferes João Gaudie Ley, natural de Parati, e que foi da Companhia de Soldados Aventureiros de Vila Boa de Goiás, onde casou com Ana de

Gusmão, neta materna do segundo Anhanguera. Rio de Janeiro, S. Paulo, Parati, Goiás... não são propriamente localidades vizinhas.

E Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos, madeirense, casado em Guaratinguetá, por 1723, com Lucrecia Leme Barbosa e, depois, povoador sulino de nomeada? Mas esse, convém seja estudado na "Revista Genealógica Brasileira", primeiro volume, no belo trabalho de Jorge Godofredo Felizardo.

CXXII

O dr. Carlos Alberto da Costa Nunes, meu prezado consócio do Instituto Histórico, nas horas vagas da sua profissão de médico legista, dedica-se com amor ao cultivo das letras clássicas, começando, aliás, muito do alto, pois que convive com os autores gregos e é familiar de Homero. Dessa camaradagem nasceu a tradução da "Odisséia", editada há pouco nesta capital por P. Petraccone. E antes da "Odisséia" já o dr. Costa Nunes havia publicado "Os Brasileidas", cuja primeira edição saiu em 1932, e a segunda (completa) em 1938.

Insisti com o dr. Carlos Alberto para que me fornecesse alguns dados genealógicos da sua família, a fim de torná-los conhecidos por esta secção, e o solicitado, a custo atendeu ao meu pedido, sendo como é modesto e retraído. Minha teimosia venceu a relutância do poeta.

De Portugal vieram para o Brasil, em época que não pude determinar, onze irmãos, que se dividiram pelo Ceará, Piauí e Maranhão. Um deles, Antônio da Costa Nunes, fixou residência em Caxias, onde se dedicou ao comércio e à lavoura, e contraiu matrimônio com Ana, viúva de João Fernandes e com dois filhos — João e Ana Fernandes. Antônio da Costa Nunes e Ana tiveram Manuel, Leocádio, Hermenegildo, Ana, Maria e Antônio da Costa Nunes. Os pais eram brancos, de cabelos pretos. Os filhos, uns brancos, de cabelos pretos; outros, brancos, de cabelos louros. Ana, Maria e Antônio faleceram sem deixar família, e Manuel, Leocádio e Hermenegildo tiveram descendência, como se lê a seguir:

1.º — MANUEL DA COSTA NUNES, falecido em 1882, foi casado com Bernardina Jesuína de Magalhães, deixando três filhos — Garibaldi, Eudóxia e Alcebiades, os dois primeiros casados e, com descendência, só Garibaldi. O último faleceu em Caxias, em 1895, aos trinta anos.

2.º — LEOCÁDIO DA COSTA NUNES foi casado com Cecília, tendo dois filhos — João e Maria Cecília da Costa Nunes. João faleceu e nada se sabe sobre o seu estado civil, e Maria Cecília casou e teve filho único, Cândido José Ribeiro e esse, do consórcio, deixou geração espalhada no Rio de Janeiro e no Maranhão.

3.º — HERMENEGILDO DA COSTA NUNES casou, em Caxias, com Maria Francisca, portuguesa, da Ilha Terceira, viúva do maranhense José Pinheiro de Brito e com um filho de nome José Pinheiro de Brito. Hermenegildo, bisavô do dr. Carlos Alberto, tomou parte saliente na guerra da Balaiada, por volta de 1838, ao lado das forças legais e a êle se refere Américo Pizarro Jacobina, em volume recente da "Brasiliana", sob o título "Dias Carneiro, o conservador"; quando diz que o governo da cidade de Caxias foi entregue ao "capitão Costa Nunes". Aliás, na família, não há tradições militares. Foi êsse um posto alcançado pelas circunstâncias da época. Seu filho Jaime Tito casou com Mariana, filha de João Pereira da Silva e de Eusébia, que muito sofreram por parte dos balaios.

Do seu casamento com a viúva Maria Francisca, teve Hermenegildo da Costa Nunes, os sete filhos seguintes — Hermenegilda, Telésforo, Margarida, Tito Jaime, Ermelinda, Constância e Jaime Tito. Dêles passo a falar:

1.º — Hermenegilda morreu solteira;

2.º — Telésforo Eutíquio da Costa Nunes, foi casado com Francisca e deixou duas filhas — Isabel Francisca, falecida a 6 de março de 1938, aos 83 anos de idade; e Hermenegilda, que morreu aos dezoito anos;

3.º — Margarida, casada com um senhor português, teve a filha Isaura que morreu de varíola, ainda bem nova. Poucos dias depois, de desgosto, faleceu Margarida;

4.º — Tito Jaime da Costa Nunes faleceu no estado de solteiro;

5.º — Ermelinda da Costa Nunes casou com José Jansen Ferreira, funcionário público estadual maranhense, residente em São Luís, e teve os nove filhos que seguem (a/i): a) — José Jansen Ferreira, bacharel, casado com Feliciano Guterres, sem geração; b) — Hermenegildo, casado com Benedita Serra Lima, com a descendência de sete gênitos (Oscar, casado, Newton, Milton, casado, Nadia, casada, Naiza, Ida, viúva, Zuleide, casada); c) — Apolinário, casou primeiro com Etelvina Lima que, morrendo três meses depois do casamento, não deixou geração. Passou a segundas núpcias com Ana Jansen de Medeiros, sua sobrinha, filha de sua irmã Maria e teve sete filhos (dr. José, médico, falecido; dr. Raimundo, advogado, falecido; Angelita, casada; dr. Letácio, advogado; dr. Carlos, advogado, e mais dois que morreram na infância — Torquato e Sinhazinha); d) — Tito, casado com Lavínia e com doze filhos (Homero, casado, Norma, casada, dr. Raul Jansen Ferreira, médico, casado, Alcina, casada, Elci, viúva, Olga, Neli, Aldenora, Nei, Manuel, Hermengarda, e uma outra); e) — Torquato morreu moço, solteiro; f) — Maria, casada com Leôncio Medeiros, e tiveram três filhos (Leôncio, casado, Letácio, falecido solteiro, e Ana, já referida atrás, pelo casamento com Apolinário, seu tio); g)

— Ermelinda, casada com o dr. Antônio Jansen de Matos Pereira e tiveram cinco filhos (quatro falecidos em tenra idade, e Conceição, solteira; h) — Justo, já falecido, médico, casado com Mariana Vidal Teixeira, e com três filhas (duas falecidas na infância e Antônia, casada); i) — Manuel Jansen Ferreira, casado com Ana Otilia Almeida, com onze filhos (Neide, casada, Herbert, casado, Nelson, casado, Humberto, casado, Nadia, Hildenê, casada, Ermelinda, dr. José, tenente Justo, dr. João e Hedi);

6.º — Constância, casada com José Dourado, faleceu sem descendência, tendo morrido afogada, quando regressava para Caxias, do seu casamento em Codó, no naufrágio da embarcação que conduzia os participantes da cerimônia nupcial;

7.º — Jaime Tito, casado com Mariana da Silva Pereira, avós do dr. Carlos Alberto da Costa Nunes. Teve o casal oito filhos: Antônia, Estevina, José Tito, Jaime, Nila, Hermengarda, João e Maria Zulmira. Excetuados os dois últimos que morreram pequeninos, os outros seis casaram e tiveram geração, como segue (a|f): a) — Antônia, é viúva de Geraldo Pereira de Oliveira e tiveram dois filhos (Benedito e Helena, casada com Raimundo Odilon Melo e tem um filho médico, Geraldo); b) — Estevina casou primeiro com Eduardo Serra Lima de Azevedo, sem filhos desse matrimônio, e também do segundo, com João Policarpo Serejo, de quem está viúva; c) — Jaime da Costa Nunes, casado com Maria Jorge, e com cinco filhos (Jorge, Celso, Lúcia, Carlos e Alice); d) — Nila, solteira; e) — Hermenegilda (na enumerada acima vinha Hermengarda), casada com Aurelio Silva Leal, com seis filhos (Angelita, falecida na infância, Altina, formada em Direito e professora, no Pará, Aurelina, casada, Aluisio, magistrado, no Pará, Anaide, pianista e Américo, cura da Sé, em Belém do Pará); f) — José Tito, casado com Cândida Amélia de Castro Moura, filha de José Antônio Rodrigues de Moura e de Cândida Francisca de Castro, é português e ela filha de português e neta materna de portugueses. José Tito e Cândida Amélia são os pais do dr. Carlos Alberto da Costa Nunes, que, como se lê nesta resenha genealógica, é um elemento brilhante desses numerosos Costa Nunes do norte do Brasil, dos quais, procurei dar idéia no presente subsídio.

Os apontamentos que tenho em mãos, relativos à família do distinto consócio, prestam-se para trabalho muito mais amplo, que depois hei de fazer.

CXXIII

A pesquisa genealógica, propositalmente iniciada dentro de campo estreito e limitado; como, por exemplo, abrangendo apenas meia

dúzia de municípios lindeiros, precisa alargar-se, às vèzes, por motivos oriundos dela própria.

No meu caso, sempre procurei manter-me dentro dos interesses genealógicos silveirenses, areciensês, queluzenses, pinheirenses, uma vez que essa é a minha zona. Meu programa inicial era o de ligar as famílias dos mais antigos povoadores da região, aos troncos paulistas catalogados pelo dr. Luís Gonzaga da Silva Leme, nos nove volumes da sua "Genealogia Paulistana".

Esse tão modesto programa, dadas certas ligações genealógicas, teve de sair dos limites primitivos, bem reduzidos, para estender-se em terras de Minas, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, antigas zonas de influência paulista, nos pródromos do seu povoamento.

Quando tratei de uns Regos e Barbosas, de Guaratinguetá, em trabalho saído na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", número trinta e sete, de julho de 1937, logo recebi carta do Rio de Janeiro, em que o coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro indagava, com o maior empenho de uma ligação essencial, que o interessava altamente, de elementos que se deviam prender a êsses mesmos Regos e Barbosas.

Dêsse caso, que teve desfecho felicíssimo quanto ao resultado da pesquisa, já falei nos subsídios um, dois, vinte e dois, vinte e cinco, trinta e nove. Infelizmente o coronel Jônatas, que passara longos anos a trabalhar no assunto, morreu nas vésperas da completa solução do problema, cujos têrmos, muito bem estabelecidos, de certo concorreram para o resultado satisfatório.

De maneira que não são só as necessidades próprias do pesquisador que o levam a longes terras. Também as consultas, e com que alto interesse!

Muitas vèzes as consultas são vagas, não trazem elemento algum orientador. Outras ocasiões, porém, elas vêm claras, precisas, admiravelmente estudadas, como foi no caso do coronel Jônatas, depois continuado sob os auspícios de Jorge Godofredo Felizardo, o linhagista sulino de que já tenho falado aqui.

Quando se começou a agitar, aqui em São Paulo, a maneira de se comemorar o tricentenário da aclamação de Amador Bueno, apareceram reiterados pedidos no sentido de se estabelecer a ligação de um Bueno, paulista, que se mudou para o Rio Grande do Sul, com os troncos mais antigos, já conhecidos e estudados. Dêsse dito Bueno provém geração grande e ilustre, de que faz parte, entre outros, o atual Presidente da República, que muito se honra com essa ascendência.

Posta a questão como estava, em têrmos vagos, acho muito difícil, quiçá impossível, encontrar-se-lhe solução exata. Torna-se preciso que do Sul venha o estudo da ascendência, levada dêsse lado

BUENO aos seus pontos mais remotos e, melhor ainda, com alguma indicação de datas e lugares. De posse desses elementos, então iremos procurar, todos os que nos dedicamos à genealogia, a possibilidade da ligação do referido Bueno com os vários núcleos desse título, espalhados em terras de São Paulo.

Partir daqui, acho caminho errado. São numerosos os rapazes, que constam de recenseamentos paulistas, acompanhados das notas: "Foi para o Viamão"; "Foi para as partes do Rio Grande". De que município teria ido esse Bueno para o Sul? Em que data, mais ou menos? Teria sempre usado aqui o cognome Bueno? Com que idade morreu e quando? Conhece-se a filiação dele, exata ou presumida? Qual o nome dos filhos? Sabe-se que os antigos timbravam em conservar, na descendência, certos nomes que ficavam, de tal arte, característicos da família.

Há aqui, também, pessoas que muito estudam a origem do célebre dr. José Gaspar Rodrigues Francia, e vivem a formular perguntas de caráter genealógico, a fim de esclarecer esse interessantíssimo problema. Rui Barbosa, nas "Cartas da Inglaterra", escreve: "Estão por saber as origens étnicas desse notável indivíduo humano. O pai era um lavrador, que o filho dava por francês, mas que a crença popular supunha originário do Brasil. As nossas aluviões, naquele tempo, carregavam essa espécie de sementes para a bacia do Prata".

O Larousse ensina que Francia era filho de um brasileiro, que tinha sido chamado ao Paraguai, pelo governo espanhol, para ensinar a produção do fumo. A Espasa transmite que Francia era filho de um francês — Dom Garcia Rodrigues de Francia e sua esposa d. Josefa de Velasco, sendo tio-avô do político, em linha materna, d. Fulgêncio de Yegros y Ledesma.

Para José M. Ramos Mejia, nos seus estudos "Rosas y el Doctor Francia", o pai do político paraguaio era brasileiro, chamado pelo governador Jaime Sanjust, para ensinar o preparo do fumo. E acrescenta: "Garcia França era um mameluco, paulista de origem obscura, e de conduta equívoca, meio aventureiro e vagabundo". Esse autor ainda afirma que José Gaspar nasceu em 1757 e que o pai voltou ao Brasil e regressou depois ao Paraguai. Era, Garcia França, segundo o mesmo informante, um tipo miúdo e pequeno, de côr azeitonada e biliosa; casou com uma crioula de boa classe e de nome muito conhecido. Entretanto o autor escreve que, de outra fonte, consta que a esposa de Garcia Rodrigues era uma mulher vulgar e de origem completamente obscura.

A data do nascimento do dr. José Gaspar Rodrigues de Francia varia, nos autores consultados. Mejia aceita 1757; o Larousse 1758 e a Espasa, seis de janeiro de 1766. A naturalidade — Assunção.

Para a morte — o dicionário e a enciclopédia citados veiculam vinte de setembro de 1840. E Rui, nas "Cartas", vinte de outubro.

Que Garcia Rodrigues Francia, ou Garcia França fôsse francês, isso é hipótese inteiramente afastada. Garcia Rodrigues é nome muito comum na onomástica paulista do século dezoito. Os Françaes também existiram por aqui, na mesma época. Não me parece que Garcia Rodrigues França fôsse elemento da grande família dos Galvão de França, oriunda do sargento-mor Antônio Galvão de França, natural do Algarve, casado em Pindamonhangaba, em 1736, com Isabel Leite de Barros (Silva Leme, volume terceiro, título Prados", página 113).

Mais aceitável, na minha fraca opinião, é que um Rodrigues de França, que transmitiu êsse cognome ao filho, fôsse gente de outra grande família, paulista de Curitiba, ou sejam os Rodrigues de França, de que Francisco Negrão, no volume III da sua "Genealogia Paranaense", dá uma boa notícia, embora incompleta. Digo notícia incompleta, porque eu mesmo, pesquisando sobre Manuel Rodrigues da Mota, nascido em Curitiba, aos seis de maio de 1731, casado no Campo Grande, proximidades do Rio de Janeiro, com Rosa Maria do Amaral, depois sesmeiros nos Macacos, hoje município de Silveiras, encontrei que êle havia morrido aos vinte e oito anos, em 1752. É uma falha da "Genealogia Paranaense", o que revelei no volume vinte da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", no meu trabalho intitulado "Um revolucionário silveirense de 1842 — Anacleto Ferreira Pinto". Reporto-me aos dados que indiquei nesse estudo.

Vi um retrato de Francia, na Enciclopédia Espasa, e fiquei surpreendidíssimo. Esperava encontrar uma figura tôrva, antipática e, nada disso, visto como o dr. Francia tinha um rosto de linhas finas, agradável, muito simpático e atraente.

Quanto a êle se dizer oriundo de franceses, podia isso ser alusão, à origem remota dos Françaes, de que fazia parte. Alusão que não teria sido compreendida, dada a falta de cultura genealógica do Paraguai, naquele tempo.

CXXIV

Há quase quarenta anos residi na rua Conselheiro Nébias, entre as alamedas Glete e Nothmann e no número dos vizinhos, havia um, de nacionalidade alemã, o senhor Ricardo Schröder, chefe da família, gente muito boa e educada. Depois, nunca mais vi, nem soube dos Schröder, até que estas notas genealógicas vieram estabelecer, de novo, contacto com êles.

De Riberão Preto, onde reside, recebi cartas do sr. Ricardo Schröder, contando quem era (a mim, que já o conhecia!) e pedindo informações sobre o engenheiro Ferdinand Schleicher, que o interessa.

O senhor Ricardo Schröder-Kortum é natural de Wiesbaden, na Prússia, antiga capital do ducado de Nassau e cidade de banhos termas, conhecidos e frequentados. Reside no Brasil há cerca de cinquenta anos. Já morou aqui, em São José do Barreiro e ora está em Ribeirão Preto, e, desses três lugares são seus três filhos, bem como os netos. Sua esposa, a senhora d. Sofia, faleceu repentinamente em Jundiá, aos 17 de março de 1922 e está sepultada no Cemitério dos Protestantes, nesta capital.

Pertence o senhor Schröder-Kortum à Sociedade Hans Staden, desta capital, cujos trabalhos são já suficientemente conhecidos. Cooperando na realização do programa social, fundou, a primeiro de setembro de 1940, a "Liga da Família Schröder União Brasileira", liga que não trata absolutamente de política, tendo apenas uma finalidade histórico-genealógica, pois o fito é reunir todos os portadores do nome Schröder, desde o primeiro imigrante, no Brasil, até o presente, mantendo, entre eles, correspondência epistolar e, sempre que possível, promovendo um conhecimento pessoal.

Do intercâmbio que se estabelecer entre os Schröder do Brasil, deverá resultar a troca de fotografias, lembranças históricas, dados armoreiais, et cetera.

Os Schröder têm armas tradicionais: em escudo partido, blau e sable, três vacas-loiras, de colorido castanho natural. A vaca-loira (lucanus, em latim; cerf-volant, em francês), inseto coleóptero, diz-se em alemão "hirschkäfer", ou "hirschschröder"; e representa o camponês. Há grande quantidade de escudos nos vários ramos da família Schröder.

Acredito estar reproduzindo, com fidelidade, elementos tirados de informes epistolares que, com prazer, me vieram às mãos. Reproduzir trabalho alheio é, até certo ponto, traduzi-lo, havendo sempre o perigo de ser lembrado o aforismo italiano: "Traduttore, traditore".

O senhor Ricardo Schröder-Kortum interessa-se muito pela genealogia brasileira, não só por pendor natural, como e, principalmente, por ter noras das famílias paulistas Pais de Barros e Toledo Piza. Seus três filhos Fritz, Alfredo e Valdemar são casados. O neto mais velho do senhor Ricardo chama-se também Ricardo, tem 22 anos, nasceu em S. José dos Barreiros, e cursa a Escola Politécnica. É filho de Fritz.

O missivista, na sua faina de pesquisador de genealogia, anda às voltas com a pessoa do engenheiro Ferdinando Schleicher, cujo filho, de igual nome, esteve matriculado, em 1885, na Escola Alemã de São Paulo, com a idade de oito anos e a nota de nacionalidade alemã, residindo à rua do Ouvidor, em casa da avó paterna D. Malvina. Talvez seja menos exata a nacionalidade declarada, do menino, a qual cabe, de fato, a essa referida avó do escolar de então.

O pai do engenheiro de que trata, Andreas Wilhelm Schleicher, veio da Alemanha para o Brasil em 1863 contratado pelo com. José Pereira de Campos Vergueiro (filho do Senador), com o encargo de chefe de turma, na construção da Estrada Vergueiro, entre São Paulo e Santos. Andreas Wilhelm Schleicher, nascido em 1823, faleceu em São Paulo, em 1869; e sua espôsa, Malvina Teresa, nascida em 1824, finou-se em 1886, também aqui nesta Capital.

Ferdinando Schleicher fêz trabalhos de engenharia na estrada de ferro Central do Brasil e na linha férrea de Paranaguá a Curitiba. Esta estrada, cujo anteprojeto data de 1878, teve a construção começada em 1880, com inauguração do primeiro trecho em 1883 e conclusão da obra em 1885. São dados êstes, e outros aqui reproduzidos, trabalho do senhor Ricardo Schröder-Kortum, nas investigações que vem fazendo para um estudo minucioso do engenheiro supra-dito.

Muito curiosa e elucidativa é a carta que D. Leontina do Amaral, filha do dr. Fernando do Amaral Schleicher e neta paterna de Ferdinando Schleicher, escreveu ao pesquisador, e que está reproduzida na edição de 22 de abril de 1926, do jornal "Deutsche Zeitung".

De minha parte confesso que, a não ser na cartas do senhor Schröder-Kortum, não tive ainda oportunidade de encontrar o nome Schleicher, quando das minhas caminhadas no terreno da genealogia. E lamento isso, por compreender perfeitamente o quanto é grato, a um estudioso do assunto, o recebimento de informações quaisquer, daquilo que se deseja.

Acho muito simpático e necessário o estudo dêsses grupos de estrangeiros que para cá vieram, em varias épocas e que aqui ficaram, integrando-se na população do país, salvo exceções raras. No subsídio dez, desta série, tive ocasião de falar naqueles sulinos estadunidenses que voluntariamente se expatriaram, em sinal de protesto, muitos dos quais fixaram-se em Santa Bárbara, perto de Piracicaba. Reproduzi até uma lista, que gentilmente me forneceu a senhora White (nascida Ferguson), oriunda dêsse grupo genealógico, onde aparecem os cognomes Chrisp, Smith, Peocok, Oliver, Britt, Nórris, Brodnax, Crolle, Ferguson, Capps, Steagall, Strong, Miller, Wright, Hall, Perkins, Tarver, Draine, Whitacker, Duniels, Mac Fadden, Owens, Meriwether, Ratcliff, Russel, Taner, Mac Knight, Trigge, Ward. Da lista consta o Dr. Matthews, e não sei se se trata de nome ou cognome.

E os alemães que chegaram a Santo Amaro e passaram a fazer parte da população local? Nunca vi um trabalho de enumeração bem completo a êsse respeito. Num almanaque da Província de São Paulo, de 1873, de Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, volume que já tenho citado aqui e onde se lêem, embora um tanto estropiados, os nomes ingleses acima, vêem-se também alguns nomes alemães, em Santo Amaro e Itapecerica, talvez não muito bem escritos —

Klein, Doll, Forster, Schmidt, Hannickel, Teisen, Fischer, Weishaupt. A essa lista há que fazer muitos acréscimos, ao que penso — Zillig, Roschell, Schunk, Grimm, Guilger, Gotsfritz... Seria interessantíssimo um estudo nesse sentido. O meu bom e distinto amigo e colega dr. Almeirindo Meyer Gonçalves contou-me que os Grimm, santamarenses, viraram Crém, por se sentirem chocados com a pronúncia local, inicial, do nome Grimm, que os da terra diziam "Crime".

Há tempos o distinto consócio senhor Roberto Thut, de origem suíça, estêve conversando comigo sôbre os suíços de onde provinha. Ora aqui está outro grupo, igualmente curioso e digno de estudo.

E a gente fica a pensar quantos nomes dêesses já inteiramente deformados e adaptados à prosódia local! Pois Frantz Philippowsky não gerou em Santo Amaro mesmo uma família de cognome França?!

CXXV

Numa importante família, oriunda de Cunha e que muito se desenvolveu e progrediu no extremo leste de São Paulo, contavam-se quatro filhos, sendo um dêles de nome Joaquim Silvério Gomes dos Reis. Várias pessoas, menos avisadas, perguntavam, tantas vezes, se não se tratava da família do célebre militar português, coronel Joaquim Silvério dos Reis (Montenegro). Na verdade, trata-se de outra gente, o que abaixo explicarei, gente paulista, oriunda de Cunha. Facção antes de 1785.

Já falei alguma coisa sôbre o assunto, em diversas ocasiões, como por exemplo, na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume vinte e sete, página cento e setenta e seis; na mesma "Revista", volume sessenta e três, páginas cento e quatro e cento e cinco; no subsídio vinte e seis, desta série, publicado na edição do "Correio Paulistano", de 7 de dezembro de 1939; e na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume trinta e cinco, páginas cento e dez e cento e onze. Reporto-me a êsses quatro trabalhos e peço para êles cinco minutos da atenção preciosa dos habituais leitores dêstes modestos apontamentos.

Na "Genealogia Paulistana", do dr. Luís Gonzaga da Silva Leme, volume oitavo, título "Maciéis", página 213, encontra-se Catarina Gomes, casada em 1746, em Guaratinguetá, com José Gomes da Mota. Catarina, filha de José Gomes de Gouveia e de Maria Nunes de Siqueira, tinha sete irmãos, que muito aparecem, por seus descendentes, na genealogia de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, e de Goiás, e eram Manuel, capitão-mor José Gomes de Siqueira, falecido no Iguaçu; João Gomes de Siqueira, Zeferina de Gouveia, Ildfonso, Félix Gomes de Siqueira, e Gabriel.

Catarina (Nunes de Siqueira) Gomes (de Gouveia) do seu casamento acima indicado, com José Gomes de Mota, inventariado em Guaringuetá, em 1769, teve pelo menos onze filhos: 1 — José Gomes de Siqueira e Mota, com 16 anos em 1766; 2 — Francisco, com 14; 3 — Antônio, 10; 4 — Mariana, 12; 5 — Ana, 9; 6 — Maria, 7; 7 — Teodora, 6; 8 — Francisca, 4; 9 — Catarina, 2; 10 — Joaquim Gomes de Siqueira e Mota, nascido em 1766; e 11 — Joaquina, nascida em 1769.

Joaquim, o número dez na lista dos filhos de Catarina Gomes, teve cargos em Cunha, sua terra natal, foi capitão de ordenanças, exerceu função de camarista e, em 1814, mudou para um ponto do caminho novo, que se abria de Lorena ao Rio de Janeiro. Esse ponto, logo depois (1816) município de Areias, era o Formoso, de São José dos Barreiros e no local da fazenda desses novos habitantes do caminho novo, de quem ora falo, acha-se hoje o Clube dos Duzentos.

Joaquim Gomes de Siqueira e Mota havia casado em Cunha, por 1802, com Maria Felizarda dos Reis, filha do tenente Luís da Silva Ferreira, e de Mônica Felizarda da Cruz. Luís da Silva Ferreira aparece na "Genealogia Paulistana", com o nome de Luís da Silva Pôrto (volume quinto página quinhentos e cinqüenta e nove, em título "Toledos Pizas"). O linhagista aí menciona os pais de Luís, o casal Luís da Silva Pôrto — Maria de Toledo Piza, acompanhados de dez filhos, três dos quais sacerdotes (padre Timóteo, padre Floriano, padre Bonifácio), não sabendo eu explicar por que motivo omitiu a filha Emiliana. Quanto à Mônica Felizarda, era filha do capitão Nuno dos Reis dos Santos e de sua mulher Ana da Silva (Lopes Figueira).

Esse Luís da Silva Pôrto, pai do tenente Luís da Silva Ferreira, é chamado algures "Fuão Silva Pôrto", maneira displicente que achei curiosa, pois o patriarca aludido, fundador da capela de Jesus Maria José, na Boa Vista, região de Cunha, era dos mais antigos e dos mais importantes povoadores do antigo Facão.

Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e Maria Felizarda dos Reis deixaram quatro filhos: 1 — José Celidônio Gomes dos Reis; 2 — Joaquim Silvério Gomes dos Reis; 3 — Antônio Gomes dos Reis; 4 — João Gomes de Siqueira Reis. José Celidônio Gomes dos Reis casou com Catarina de Jesus Moura e um dos filhos foi o dr. Joaquim Celidônio Gomes dos Reis, batizado em Areias, em 1839, e que, do seu casamento com Estela de Avila, deixou geração de cinco filhos, que descrevi no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma, já tantas vezes aqui citado. Desses cinco gênitos do casal dr. Joaquim-Estela de Avila, é muito conhecido o magistrado aposentado, desembargador dr. Joaquim Celidônio Gomes dos Reis, formado aqui em São Paulo em 1890. Nessa família, Celidônio, sobrenome de José, está virando cognome na descendência dele.

Não possuo notas sôbre a geração de Antônio Gomes dos Reis e de João Gomes de Siqueira Reis. Até agora não consegui obtê-las, o que lamento.

Quanto a Joaquim Silvério Gomes dos Reis, um dos seus descendentes, o dr. José Cassiano Gomes dos Reis, teve há tempos a gentileza de me remeter interessantes apontamentos, que resumirei no correr destas linhas.

Joaquim Silvério Gomes dos Reis casou com Emília, filha de José Manuel Vieira Maciel, da Ilha do Faial, e de Ana Ferreira de Souza, da família do comendador João Ferreira de Souza, de São José dos Barreiros. Tiveram 16 filhos e são êles: 1 — Maria Felizarda, casada com Francisco José das Neves, com um filho, pelo menos (Joaquim Silvério dos Reis Neves, casado, com geração); 2 — Inês, casada com Eugênio Cleto Moreira, com nove filhos; 3 — Joaquim Silvério, médico, fazendeiro, casado com Maria Luisa Castel, com nove filhos; 4 — José, engenheiro, falecido sem descendência; 5 — Antônio, médico, casado com Vitória da Silva Reis, com oito filhos; 6 — João, casado com Maria Silva, com uma filha; 7 — Manuel, padre; 8 — Luís; 9 — Pedro, casado com sua sobrinha Eugênia Gomes dos Reis Cleto, filha de Inês; 10 — Olegário, casado com uma senhora de família baiana, com dois filhos; 11 — Francisco, casado com Ernestina Arantes Dantas, sem descendência; 12 — Emília, casada com Domiciano Silva, irmão da mulher de João, com cinco filhos; 13 — Isabel, casada com Francisco Cleto Moreira, irmão de Eugênio, com seis filhos; — 14 — Leovigildo, casado com uma senhora da família Rabelo, com seis filhos; 15 — Eugênio, casado com Maria Gomes dos Reis Cleto; 16 — Júlia, sem descendência.

O número três, da relação supra, dr. Joaquim Silvério Gomes dos Reis, médico e fazendeiro, casou em 1867, com Maria Luisa Castel, filha de Eduardo Castel de Biel e de Emília Mosnié, franceses. Da descendência de nove filhos do casal, tenho relacionados apenas quatro: 1 — Dr. Joaquim Gomes dos Reis, engenheiro, casado em 1897 com Etelvina de Toledo, com nove filhos; 2 — Elisa, sem descendência; 3 — Dr. Eduardo Gomes dos Reis, casado com d. Edite Sampaio, com os filhos: Luís, Maria Luisa, Eduardo e Ciro; 4 — Dr. Antônio G. dos Reis, casado com sua sobrinha Ester, e com seis filhos — Maria Luisa, Joaquim, Maria Etelvina, Antônio Luís, Maria do Carmo e Celina.

O dr. Joaquim Gomes dos Reis nasceu no Bananal, em 1868; ficou-se no Jaú, e aí casou com Etelvina Pereira Pinto de Toledo, filha de José Cassiano Pereira Pinto de Toledo e de Carlota. É fazendeiro importante e tem tido cargos na política e na administração de Jaú. Tem nove filhos — Ester, Joaquim, médico; Álvaro, advogado; Julieta, Maria Luisa, José Cassiano, engenheiro agrônomo, fazendeiro e alto

funcionário da Secretaria da Agricultura; Paulo Emílio, Carlota Vitória, Carlos formado em Direito. Em 1937, quando recebi as notas do dr. José Cassiano, apenas o último era solteiro. Espero ter logo oportunidade de desenvolver estes apontamentos sobre a tão numerosa família paulista dos Siqueira Reis e Gomes dos Reis.

CXXVI

Não tenho elementos seguros para afirmar que foi admiração e a amizade da família Correia de Ávila, de Rezende, pelo capuchinho padre frei Francisco de Alba Pompeia, a causa da adoção, por um dos membros dessa família, oriunda de Minas Gerais, do cognome Pompéia legado à descendência numerosa que teve. Estou, porém, inclinado a acreditar que Antônio Joaquim de Ávila passou a assinar Ávila Pompeia, em atenção ao muito que lhe merecia padre frei Alba Pompéia.

Andei, há tempos, estudando êsses Ávilas rezendenses, dos fins do século dezoito e começos do dezenove. Ao fazer o meu trabalho sobre os Rebouças da Palma, deparou-se-me Teresa Constância da Palma, que foi casar em Rezende com Honório Fidélis do Espírito Santo ("Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", número vinte e sete, página 161). Procurei esclarecer a origem de Honório Fidélis: era filho de Francisco Correia de Ávila e de Ângela Maria Teixeira; êstes oriundos de Ouro Branco, Minas, com passagem por Baependi, de onde se transferiram para Rezende.

Alguns passos que dei para o conhecimento de Francisco Correia de Ávila coincidiram com a época da famosa "herança do coronel Correia, do Rio Grande do Sul", e essa imensa bobice até certo ponto prejudicou minha pesquisa, meramente histórica e genealógica. Lembrou-me que um Ávila, velho, a quem consultei por carta sobre vários itens, respondeu-me ligeirissimamente quanto aos tais itens, e passou a falar a respeito da "herança" e dos indiscutíveis direitos que sobre ela estava certo de ter. Outro elemento da família, procurado por mim, pessoalmente, mal saiu da casa, saiu atrás, ao encontro de advogado hábil! "Auri sacra fames".

Sobre Ângela Maria Teixeira, a mulher de Francisco Correia de Ávila, deve ser uma das duas, cujas notas paroquiais de batismo constam da "Revista do Instituto Genealógico", número 3-4, página 228. Trata-se de assentamentos paroquiais publicados por Ari Florenzano, paciente e cuidadoso pesquisador residente em Lavras. Já dei notícia disso, no subsídio dezessete.

Quem me auxiliou deveras na questão da origem dos Ávilas, rezendenses, foi Sócrates Honório de Ávila (na intimidade "Ziza"), neto paterno de Honório Fidélis e de Teresa Constância da Palma. Muito amigo de meus pais e de todos nós de casa, Sócrates colaborou com

prazer e até com entusiasmo, quando comecei a tratar dos Rebouças da Palma — Correia de Ávila. Outra preciosa colaboração me adveio da senhorinha Estela Marinho Pompéia, então minha distinta aluna na Escola Normal (naquela época Instituto de Educação). Estela, filha de Álvaro Pompéia, vem a ser neta paterna do capitão Manuel de Castro Pompéia e bisneta, por esse avô, de Antônio Joaquim de Ávila, aquêlê mesmo que adotou o cognome Pompéia, a meu ver tirado do nome do padre frei Alba Pompéia, conforme acima expliquei, ao expor a minha hipótese.

Das notas que recebi da senhorinha Estela, consta que Francisco Correia de Ávila e Ângela Maria Teixeira tiveram pelo menos quatro filhos: — 1 — Honório Fidélis do Espírito Santo (1790-1854), casado em Rezende, em 1814, e, em seguida, mudado para São Francisco de Paula dos Pinheiros, onde foi importante fazendeiro e onde, do seu único casamento com Teresa Constância da Palma, deixou grande geração de Ávilas; 2 — Antônio Joaquim de Ávila (Pompéia), que casou a 22 de Janeiro de 1810, com Matilde Umbelina de Castro, cuja filiação seria preciso descobrir, para a elucidação de pontos importantes de genealogia; 3 — José Antônio Correia (de Ávila) que casou em Barra Mansa; 4 — Uma irmã, nascida por 1777, solteira, cujo nome é ignorado, da qual se diz por tradição de família, que libertou os escravos, no testamento, a conselho do seu irmão Antônio Joaquim de Ávila (Pompéia).

Antônio Joaquim de Ávila (Pompéia) e Matilde Umbelina de Castro deixaram pelo menos quatro filhos: 1 — Capitão Manuel de Castro Pompéia, casado com Teresa Franco Ferraz Gomes Jardim (Silva Leme, volume nove, página cento e cinco) e são os pais de Álvaro, Aníbal, Túlia e Aretusa, hoje viúva de seu primo Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda; 2 — Dr. Antônio de Ávila Pompéia e Castro, nascido em Rezende por 1831, graduado em Direito na Faculdade de Recife, em 1855, casado com Rosa Teixeira da Cunha Sampaio, de Angra dos Reis, e são os pais de Raul de Ávila Pompéia, nascido em Angra dos Reis, em 1863, aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1881-1884 e graduado em Recife; 3 — José de Castro Pompéia, com 25 anos em 1847, natural de Rezende; e 4 — Ana Silvéria de Castro Pompéia, casada com Antônio da Rocha Miranda, e são os pais de Luís da Rocha Miranda Sobrinho (de Castro Pompéia), barão do Bananal. A baronesa do Bananal era Nogueira, donde vinha Rodolfo Miranda assinar Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, sendo êle como era filho dos barões do Bananal.

Disse atrás, que Matilde Umbelina de Castro, mulher de Antônio Joaquim de Ávila Pompéia, precisava ser bem conhecida na sua ascendência, para serem afastadas algumas discordâncias evidentes, que sobre a genealogia dela correm. Assim, por exemplo, Eloi Pontes diz,

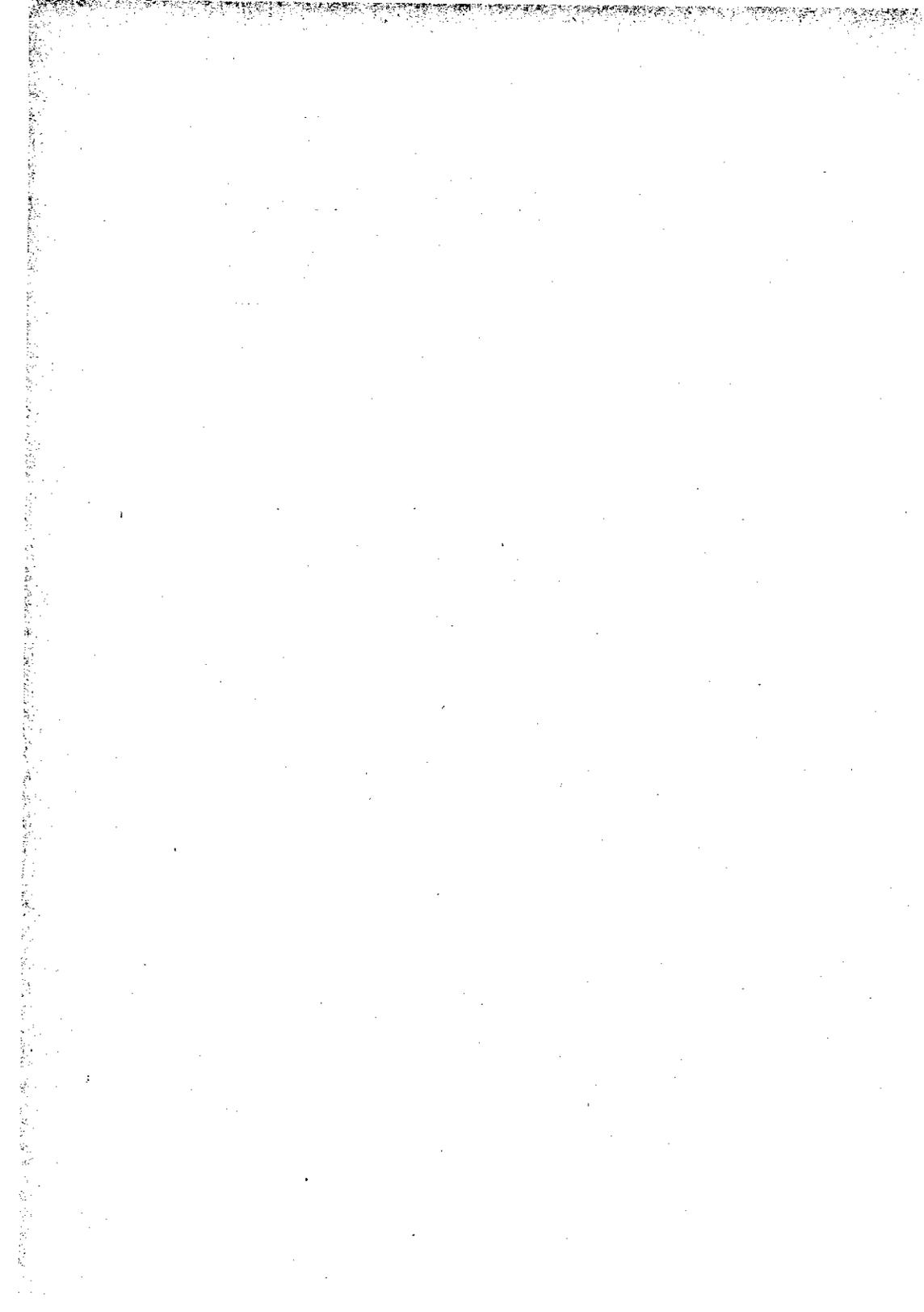
no seu livro "A vida agitada de Raul Pompéia", que ela era sobrinha do alferes José Cordeiro da Silva Guerra, amigo do inconfidente Domingos Vieira, o qual José Cordeiro fugiu para Guaratinguetá, com duas irmãs e uma sobrinha. Continuando, o autor afirma que José Cordeiro, em 1803, foi para Rezende, e que nessa ocasião, Matilde Umbelina de Castro, a sobrinha, contava doze anos.

Opinião dispar é a de d. Francisca Basto Cordeiro, citada pelo dr. Rodrigo Otávio, na primeira série de suas memórias. Aqui, Raul Pompéia, Heitor Basto Cordeiro, marido da escritora, e Rodolfo Miranda, seu primo, descendem de João Zózimo Cordeiro da Silva Guerra da família de Tiradentes. Prosseguindo, a escritora aludida refere que elementos da família do Protomártir da Independência abandonaram Diamantina e, fazendo escala por Formiga, Três Pontes, Campanha e Itajubá, estabeleceram-se afinal em Guaratinguetá. Neste critério, Raul Pompéia é sobrinho-bisneto de Tiradentes.

Outra maneira de pensar. Esta me foi dada por d. Estela Marinho Pompéia, de tradições colhidas entre os seus. E aqui se diz que Matilde Umbelina de Castro era sobrinha de Inácio José de Alvarenga Peixoto, filha de um senhor nascido em Baependi, com residência sucessiva em Aiuruoca, Guaratinguetá e Rezende.

Ajuntando dados dessas três fontes, tiram-se conclusões que deverão ser cuidadosamente estudadas diante de documentos fidedignos. José Cordeiro da Silva Guerra será o irmão de João Zózimo. João Zózimo Cordeiro da Silva Guerra será o pai de Matilde Umbelina de Castro, a mulher de Antônio Joaquim de Ávila Pompéia. Como será, entretanto, o parentesco de João Zózimo com Alvarenga Peixoto?

Muito me interessa a descendência de Inácio José de Alvarenga Peixoto, casado que era com Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira. Ao noticiarem os jornais, agora, que Rodolfo Miranda descendia de Alvarenga Peixoto, voltei a rever antigas notas genealógicas, mas fico cada vez mais cético em relação a tal descendência, que representa nada mais do que uma quarta maneira de pensar, como se não bastassem as três acima expostas. Que complicado problema!



Antiquilhas de São Paulo

Afonso de E. Taunay

1.^a parte

PREFÁCIO

Nesta série de despreziosas páginas reunimos uma série de estudos ligeiros feitos sobre assuntos do passado paulista, em diversas épocas, compreendendo quatro séculos de história da Capitania, da Província e do Estado.

Não têm a menor pretensão a que sejam profundos e nem sequer aprofundados.

Avaliará o leitor o que representam estas meras achegas à bibliografia dos fastos paulistas e nacionais.

Afonso de E. Taunay

NOTAS SOBRE O REGIME FISCAL DE SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO

— 1555 - 1558 —

Ocorrem os primeiros documentos sobre questões fiscais no nosso planalto piratiningano nas Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo, deploravelmente fragmentários, mas assim mesmo providencialmente, escapas à destruição em vários de seus preciosos cadernos truncados.

Dêstes veneráveis restos teve Washington Luis a patriótica e luminosa lembrança de mandar interpretar a princípio pelo homem de tão alta inteligência que foi Francisco de Escobar, cujo serviço concluiu o habilíssimo paleógrafo, prematuramente desaparecido, Manuel Alves de Sousa, tradutor das Atas da Câmara de São Paulo.

Dádiva a mais valiosa à nossa história, pois estou certo de que se trata da mais antiga documentação municipal existente não só em São Paulo, como em todo o Brasil, capaz de dar idéias, embora incompleta, do que era a vida áspera dos nossos povoadores primeiros. Foi o que escapou ao descaso arquival daquelas rudes populações empolgadas pela necessidade imperiosa, imperiosíssima do *primo vivere* num país em que a sevandija papirófaga é tremenda em continua ameaça à documentação. Graças a estas laudas preservadas, é-nos possível tentar reconstituir os fácies da existência das gerações transatas quinhentistas, embora com sumários elementos.

Livros tabelionais seus contemporâneos desapareceram. Inventários do tempo, muitíssimo poucos subsistem. E nem um, no que nos conste, tão velho quanto as Atas da Vila de João Ramalho.

Restam-nos alguns cadernos avariados de papel encardido e caracteres desbotados pelos séculos nos quais em garatujas quase hieroglíficas se inscrevem os escassos e lacônicos dizeres da redação agreste dos nossos primeiros antecessores civilizados neste planalto piratinigano em que vivemos.

É paleografia quase indecifrável a que agrava a mais estapafúrdia e extravagante grafia das palavras que a cada passo transforma o nosso vernáculo em outro linguajar lusitaniforme pitoresco e por vèzes grotesco.

A êstes manuscritos preciosamente simbólicos falta o caderno inicial de 1553-1555 que no decorrer do século XVIII consultavam Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques e por ambos interlinearmente interpretado segundo aventa o Visconde de Pôrto Seguro que ainda o viu por volta de 1840.

Leitura incrivelmente difícil a destas laudas onde a péssima caligrafia remota dos escribas, praticamente analfabetos, vinha complicar a ortografia dêses iletrados escrevendo como bem entendiam, a grafarem a mesma palavra diversamente, já não na mesma ata e até mesmo na mesma linha como ponderou Manuel Alves de Sousa no prefácio à série das *Atas da Câmara de São Paulo*.

Respiguemos porém no que se salvou das *Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo*, o que existe de referente a questões fiscais e administrativas.

As alusões nelas consignadas referem-se sobretudo a multas. Parecem ter sido as coimas a fonte principal das receitas municipais.

Na sessão de 3 de novembro de 1555 suas mercês os edis de Santo André mandaram debitar ao espólio do recém-falecido procurador do conselho, João Fernandes, a importância de cinquenta réis que êle deixara de recolher aos cofres municipais. Parece-nos ser esta soma a primeira por ordem cronológica a que se refere a documentação.

A segunda data de "vyte e cyquo" de janeiro de 1556.

Neto dia ordenaram os officiaes da Câmara a Francisco e Geraldo Enes que "viesssem a cobrir a cêrca que estava por cobrir desde a casa de Afonso Enes até o baluarte, sob pena de dous tostões de multa metade para o "côselho" e a "outra a metade para quem no acúsava".

Contam os nossos velhos cronistas que a vila cercava uma espécie de cêrca construída por João Ramalho, às suas expensas, e em cujos quatro ângulos fizera cavalgar artilharia.

Pensa Teodoro Sampaio que havia aí grande exageração de Taques e Frei Gaspar. Tal "cerqua" não podia passar de mera estacada a modo das dos índios. Mas as referências das *Atas* parecem indicar que deveria ser bem mais do que isto.

Na de 2 de agosto de 1557 dá conta que com o próximo "tempo" das auguas" poderia cair o muro protetor da vila e a de 31 de março de 1558 relata que o bom procurador Joane Anes, perante João Ramalho e os homens bons da vila requerera "em nome de todo povo, a bem do serviço de Deus e ell Rey e prol do povo e bem da vila que se repayrassem hos muros pois tynhamos novas q. nobos hyndios vyncham cõtra nós". Tornara-se indispensável a construção de "alguas guarytás pra nossa defenção por ser necesaryo a ben do povo. Daí a severidade da multa imposta aos dois Enes. Dois tostões! duzentos réis que para a época representariam certamente no Brasil de seu tempo quantia a ser multiplicada talvez por cinco mil.

Também se tratava de caso dos mais graves de *salus populi*. Novos índios preparavam-se para vir contra os poucos andreenses agrupados em tórno de seu grande chefe. Iam êstes passar por grandes e contínuos sobressaltos. Aproximava-se a explosão da grande reação autóctona contra os invasores brancos, desfechada contra São Paulo em julho de 1562, quando já não mais existiria a vila de Santo André. E reação, escusado é lembrá-lo, por um triz arrasou o trabalho de afeiçoamento primevo das terras de Piratininga à civilização occidental.

De multa interessante, decorrida de decisão municipal, nos dá noticia a ata de 12 de fevereiro de 1556 quando o procurador Gonçalo Fernandes tratou do cumprimento da postura sôbre "vaquas e porquos não apastorados".

Tal postura exigia dos donos, desidiosos, dêstes animais, o pagamento de "um tostão por cabeça apreendida e recolhida ao curral do concelho".

Entendia porém o bom Gonçalo que era excessivo e declarou que "o povo se aqueixava abertamente". Solicitou diminuição de tão elevada coima a ser substituída por outra que "fosse honesta" por serem "pobres os moradores da vila".

Atendendo a tão ponderosa circunstância decidiram os officiaes que "lhes parecia bem por cada cabeça de vaca que fosse achada, fazendo

dano nas roças, se pagasse meio tostão e cada cabeça de porco um vintem apenas”.

Em 1557 estava no sentir de todos tão iminente o assalto dos índios que a Câmara acenou com a multa de tostão por cabeça de animal, a proprietário que não recolhesse o seu rebanho ao recinto fortificado. Como poderia subsistir a vila se os índios lhe exterminassem os animais domésticos?

Como medida de segurança coletiva, numa povoação de palhoças, onde o menor incêndio a tôdas consumiria, instituiu a Câmara, a 29 de agosto de 1556, uma pena de cinqüenta réis a quem da “cerqua da vila para dentro “ousasse” tirar fogo de alguma casa sem ser coberto ou tirado em panela”.

A multa mais severa de que tratam e subsistente nas Atas refere-se a uma questão de hygiene pública. Ordenava a Câmara em 1557 que dentro dos muros da vila se não admittessem privadas “pelo mau cheiro de que se aqueixavam muytos”. Multa de dez tostões a quem desobedecesse.

Dez tostões em 1557 no nosso planalto: dois contos, hoje? Talvez. Era multa para arrasar um pecúlio...

Bem se compreende que a hygiene da vida ramalhense deixasse muitíssimo a desejar naquelas eras longínquas. No mundo occidental, todo, reinava o regime da imundície. Assim mesmo, por mais encouraçadas que estivessem as narinas quinhentistas habituadas a odores bem diversos daqueles que das caçoulas geralmente promanam, havia contudo um *est modus in rebus* a se respeitar.

Outra multa, não menos arrasadora, e esta sôbre assunto ainda muito mais importante, pois dizia respeito a uma questão capital de salubridade pública: a do abastecimento de água.

Quem nas fontes de onde fluía o “precioso líquido” do consagrado chavão utilizado pela população andreense deitasse mandioca a fermentar, ver-se-ia às voltas com o executivo municipal que lhe cobraria dez tostões de multa.

Procuravam suas mercês os edis salvar da poluição “as auguadas onde este povo bebia”.

Mas não era sômente a vida humana que a Câmara procurava resguardar. Cuidava também de salvar a dos animais domésticos. Certa vez ocorreu grande mortandade no rebanho suíno, dada a liberdade com que os seus componentes fossavam na lama das águas carregadas dos resíduos provindos dos espremedouros de mandioca.

Decidiu a municipalidade que cada qual espremesse os rizomas da *manihot utilíssima* “dentro em suas casas ou seus quyntais e que a auguada que sayse da mandioca fosse botada n’uma cova e não fizesse perjuizo ao guado”.

“He isto cõ pena de hú tostão” aditava gravemente o escrivão municipal, em sua tão pitoresca grafia quinhentista de iletrado, em que o s intermédio representava a duplicação da letra e o simples g soava como o nosso atual fonema que, etc.

Imagine-se o que seria este tremedal onde os animais, a cuja carne tanto aborreceu Moisés, iam buscar a morte chafurdando no sumo prússico da mandioca!

E apesar da severidade da enorme multa de dez tostões: mil réis em meados do século XVI! continuaram muito más as condições de salubridade e abastecimento em Santo André da Borda do Campo. A 29 de setembro de 1558 — traduzindo as queixas gerais dos habitantes, dizia o Procurador do Conselho a seus colegas os oficiais da Câmara “em nome do povo” que na vila os homens “morryão de fome e paçavão muito mall e morryão os guados”.

Era a continuação da crise já denunciada pelos têrmos da ata de 22 de janeiro de 1556. A edilidade, à vista da penúria crescente e ameaçadora determinava: “q. nenhuma pessoa dese nem vendese alqueyre de farinha so pena de dous tostois, a metade pa o cõselho e a outra ametade pa o alcaýde”.

Mas seriam realmente cobradas tais multas, em terra em que todos se conheciam e eram amigos e parentes, ligados pelos laços de família? Como se processaria o executivo fiscal da Câmara andreense?

É o que infelizmente as *Atas de S. André* não nos informam.

ORGANIZAÇÃO PRIMEVA DO TRABALHO EM S. PAULO

Na documentação municipal quinhentista paulistana encontramos (supomos que com muito maior abundância de elementos do que na de qualquer outra brasileira) indicações que nos habilitam a formar alguma idéia do que haja sido a incipiente organização do trabalho na imensa colônia portuguesa onde viviam os escassos e minúsculos núcleos civilizados a evocar o verso famoso da *Eneida* que se refere aos raros nadadores naufragados *in gurgite vasto*.

Seria aliás inqualificável exigência que em terras de nosso hemisfério colonizador por nação de tão pouca gente se procurassem os vestígios de vultoso aparelhamento civilizado, nesses grupos restritíssimos de semi-abandonados à ourela atlântica, vivendo constantemente sobressaltados pela contínua iminência de duplo perigo, o terrestre e o marítimo: o do assalto do gentio e o da descida do pirata.

Em São Paulo subsistia intenso o primeiro dêstes temores que se concretizaria na arrancada indígena de julho de 1562 contra o pequenino vilarejo nascente em investida que estivera a ponto de expulsar a gente branca do planalto de Piratininga para a ilha vicentina.

Na Bahia, e em Pernambuco documentos poderiam ter subsistido destes anos tão longínquos em copiosa documentação municipal, não fôra a ocupação estrangeira seiscentista na cidade do Salvador e em Olinda assinalada pelo incêndio e a rapina.

No Rio de Janeiro tal catástrofe não ocorreria senão muito mais tarde, nos princípios do século XVIII e não sabemos se a rendição de 1711 da cidade a Duguay Trouin causou entre tantos males extraordinários a ruína do arquivo municipal.

Mas nas três cidades litorâneas principais da Colônia mesmo que não surgisse o assalto estrangeiro havia um motivo de destruição mais poderoso, o clima, favorecedor da criação de insaciável sevandija papirófaga, a encontrar o concurso favorabilíssimo da desídia e do desinterêsse pelos papéis velhos próprios das aglomerações que perlustam os primeiros anos da vida rude e primitiva, como só podiam ser as brasileiras do século XVI.

Ao arquivo paulistano protegia o frio do planalto incomparavelmente mais intenso do que o hodierno combatido pela progressão do desflorestamento.

Foi esta circunstância providencial que nos conservou este espelho multifaciado da vida daqueles que nos precederam nas terras piratiniganas, extremos da área de dispersão do cupim.

Daí esta riqueza única no país, e que toca a São Paulo, a de possuir acervo arquivado que embora escasso está referto de peças em condições de permitir um ensaio reconstrutivo da existência de antanho, lacunoso contudo.

Os mais velhos papéis planaltinos são os que procedem do arquivo fragmentário de Santo André da Borda do Campo reduzido às pouquíssimas páginas de um códice miraculosamente escapo à destruição.

Alguns cadernos avariados de papel desbotado pelos séculos nos quais em quase hieroglíficos caracteres se inscrevem os lacônicos dizeres da rude redação dos escrivães da vila de João Ramalho. Paleografia quase indecifrável a cuja decifração muito penosa agrava a mais estapafúrdia e extravagante grafia, transformadora de nosso vernáculo como que em outro idioma latiniforme.

Nas páginas deste códice, de valia ímpar, encontram-se rudimentares informes sobre os primórdios da organização municipal, como sejam alusões a medidas de caráter policial, à contabilidade municipal, à instituição de um código de posturas, a providências relativas à concessão de terrenos e terras, a operações financeiras, a vencimentos de funcionalismo, a higiene.

Mas não encontramos elementos para que se enquadrem no escopo daquilo que nos propusemos a versar. Verdade é que infelizmente desapareceu o primeiro tomo da série das *Atas* da Câmara de S. André, o

que se refere ao triênio de 1553-1555 consultado no decorrer do século XVIII por Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus e por ambos interlinearmente interpretado, aventa o Visconde de Pôrto Seguro.

Em 1560, e a rogo dos jesuítas, ordenava Mem de Sá ao patriarca andreense que demolisse o seu arraial e com a sua gente se incorporasse aos moradores de S. Paulo. Obedeceu João Ramalho, como todos sabem.

De 1562 em diante conhecemos as atas da Câmara de São Paulo, instalada com o predicamento de conselho da vila do Campo de Piratininga pelo terceiro governador geral em 1560.

De 1560 data pois a vida municipal de nossa metrópole, da qual deveriam constar documentos comprobatórios se do arquivo da sua Câmara não houvesse desaparecido o tomo primeiro das suas atas em época que não se pode precisar mais recente. Ainda pouco antes de 1880 manusearam-no Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e Cândido Mendes de Almeida.

E' natural que pelas páginas destes veneráveis códices quinhentistas se espraie aquêles mesmo linguajar das *Atas* de Santo André com a mesma grafia extravagante de palavras e confusão de conceitos e onde à ambigüidade da frase aumenta a absoluta ausência de pontuação senão freqüentemente dos têrmos indispensáveis ao sentido da oração.

Uma escala completa de atentados às mais elementares regras de gramática é percorrida numa redação bárbara e tão apinhada de vícios que da mais penosa leitura se tornam os documentos.

Mas imenso, providencial foi que os escrivães hajam lavrado tais têrmos sob o império de tamanho desconforto de vida e freqüente preocupação pelo raiar do dia imediato "em cada noite esperando um alvorecer épico" como tão bem exprime um dos mais belos e precisos alexandrinos heredianos no admirável soneto dos Conquistadores.

Passavam a vida em contínuo alarma e violenta alerta entre os rebates do movimento do gentio do Sertão "que vinham sôbre nós outros" e o chamamento à costa onde rondavam o "cossairo e o pexelngre".

As Atas, reflexo da vida imediata da vila paulistana, constituem repositório de insubstituível valor, constante de dados assinaladores dos fastos da comunidade e elementos psicológicos coletivos de suma precisidade.

Falecendo o Governador Geral do Brasil, Lourenço da Veiga, em junho de 1581, passou o govêrno da Colônia a um triunvirato composto do Bispo Dom Frei Antônio Barreiros, do Ouvidor Geral Cosme Rangel de Macedo e da Câmara da Bahia.

Mas como o magistrado, homem violento e ambicioso, cúpido e prepotente dominasse a Câmara, afastou-se o Bispo do Govêrno. Pôs-se Rangel a praticar uma série de atos que o malquistaram com

a edilidade. Mas como expirasse o mandato desta, agindo como demagogo, conseguiu o ouvidor nova Câmara, a seu gosto, e dentro em breve agia como governador absoluto, pondo-se a perseguir os adversários.

Para angariar adeptos lembrou-se de introduzir na Bahia a instituição criada em 1535, no Reino, a dos mestres.

Eram estes mestres quatro homens que no Senado da Câmara de Lisboa serviam de representantes do artesanato da cidade e procuradores dos vinte e quatro "ofícios mecânicos" locais. A Câmara não podia dar regimento aos ofícios, nem taxar preços da mão de obra ou feitos, sem a aquiescência destes deputados dos artífices.

Decretou o ouvidor a introdução dos mestres na Bahia visando recompensar alguns mecânicos seus partidários. E' este ato talvez o mais antigo eco de questões trabalhistas no Brasil.

Encontrou muita oposição a que Rangel combateu atuando e prendendo os oponentes, entre os quais figurava gente de maior prole da cidade. Algumas das maiores autoridades do Estado, como o Bispo e o Alcaide-Mor, retiraram-se para o campo e esta situação perdurou até nove de maio de 1583, dia da chegada do novo Governador Geral Manuel Teles Barreto. Anulou este os atos do trêfego ouvidor de cujo governo diz Varnhagen "nada consta que o honre". E na enxurrada se foi o decreto da instituição dos mestres.

Em São Paulo não se conhece reflexo de tal movimento nem em outros pontos do Brasil aliás. Transplantando-se os costumes reinós à colônia sul-americana e em obediência àquilo que os regia e disciplinava, as Ordenações dos Senhores Reis, tratou a Câmara paulistana de organizar os seus ofícios segundo as normas pátrias. Assim lhes designou juiz e deu-lhes bandeiras e regimento, o que era essencial para que estes artífices não abusassem dos bons vassallos de Sua Majestade, naqueles páramos longínquos, transatlânticos, onde despontava a civilização e das quais a mesma Majestade tinha a mais vaga das idéias.

Apenas sabia que faziam parte daquela Terra de Santa Cruz pouco sabida do conhecido verso camoneano.

Dos primeiros vinte anos da vida municipal paulistana não conhecemos documento algum que se refira à organização do trabalho na vila do Campo. A primeiro de julho de 1583 requeria Gaspar Madeira, procurador do Conselho, que suas mercês, seus colegas de vereança fizessem "hu juiz do hofisio de sapateiro porquãto os sapateiros não tinham regimento de seu hofisio nem muitos deles não erão engimnados e levavão mais polo callsado do que hera de rezão".

"Esfolavam a freguesia" como se diria hoje. Atendendo a esta grave circunstância revelaram os dignos edis que logo, logo se procedesse à escolha do juiz do ofício, que se responsabilizaria pelos des-

mandos e exorbitâncias dos seus arregimentados. E este se fixou em Gonçalo Gonçalves a quem deram imediata posse jurada aos Santos Evangelhós.

Resolveu-se então fixar um prazo de um mês para que todos os sapateiros da vila regularizassem a situação perante a nova autoridade, declarando aceitar as posturas votadas em Câmara. Isto sob pena, para o tempo arrazadora, de mil réis de multa. Marcaram-se então os máximos a serem cobrados dos fregueses. Pela primeira vez, funcionava em terras de Piratininga uma comissão de preços, instituição que tanto daria que falar de si passados três e meio séculos, nestes nossos agradáveis e despreocupados anos que estamos a viver.

Pelo ato municipal então lavrado, ficamos sabendo que os arregimentadores sob a bandeira dos dois santos irmãos gêmeos S. Crispim e S. Crispinião, só podiam cobrar 430 réis por um par de botas novas de veado "mas quando engraxadas". Se lhe faltasse este requisito não podia o preço ir além de um tostão, fôsem elas de porco ou de vaca velha. Sapatos baixos, singelos, de uma sola só, de qualquer couro, (mas não de cordovão) valiam um tostão. Com sola dupla e "borchados" podiam ser vendidos a 150 réis.

As elegantes da época não cobriam os sapateiros, por um par de chaprizes, mais de 250 réis. Mas com a condição de fornecerem ao artífice a indispensável cortiça. O par de chinelas do que houvesse de melhor, não devia ultrapassar um tostão. O que havia na época de mais feiço, e luxuoso, o par de sapatos abertos até meia perna, de duas solas bem "dobradas", este atingiu o preço elevado de quinze vintens ou três tostões.

Ninguém se atrevesse porém a inovações, à criação de novos tipos, a vender algum calçado fora dos padrões municipais! As multas o desancariam e o pior era o complemento: a suspensão do officio. Assim vemos que os tempos não corriam propícios aos inovadores de modas e inventores, sequer aos remodeladores de tipos antiquados.

Arrumada a situação dos sapateiros passou a edilidade a tratar de outra corporação de que havia igualmente queixas entre os bons súditos de Sua Majestade, a quem Deus guardasse, os arregimentados sob a bandeira da Natividade de Nossa Senhora: os alfaiates.

Posturas draconianas lhe foram acenadas.

Por uma "roupeta de algodão", aberta por diante, com seus botões e chã não ousassem pedir mais que um tostão. Era este o preço de um gibão. Mas se levasse fôrro custaria seis vintens. Mais caro era um par de calções, "abiguarados de algodão", oito vintens. Isto se referia a preços da roupa feita com o pano da terra, que o importado do Reino se pagava mais caro, calções guarnecidos valiam sete vintens e uma roupeta cento e cinquenta réis.

À parte feminina da população paulistana não consentia a Câmara que as costureiras tosquiassem. Por uma basquinha de pano do Reino ninguém pedisse mais de cento e cinquenta réis, fôsse ela embora "pespontada com seus botões". Valeria um corpinho 70 réis, uma saia de manto um tostão, uma roupinha de menina dois vintens. Capotes, roupões de cacheira, com pano em baixo valiam 150 réis. A multa cominada aos arregimentadores da Natividade de N. Senhora era menos pesada do que a imposta aos de S. Crispim e S. Crispiano: quinhentos réis em vez dos dez tostões.

Mas os trajés dos bons cidadãos de São Paulo do Campo em todo o século XVI foram sempre dos mais modestos.

"Vestem-se aqui de burel e pelotes pardos azuis, de pentinas compridas, como antigamente se vestiam. Vão aos domingos à igreja com roupões ou berneus com cacheira sem capa", escrevia, em 1585, o Padre Fernão Cardim, ao redigir as impressões da estada na vila.

Havia muita falta de pano, como em 1585, relatava Anchieta na Informação da Província do Brasil para Nosso Padre.

E Frei Vicente do Salvador avança que até a chegada de D. Francisco de Souza a São Paulo, em meados de 1599 "homens e mulheres se vestiam de pano de algodão tinto, e, se havia alguma capa de baeta, e manto de sarja se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta da igreja".

DOCUMENTO INÉDITO SOBRE A PRIMEIRA CASA DA MOEDA DO BRASIL (1646)

Em 1917, chamou-nos Capistrano de Abreu, em sua Paulística, a atenção para as duas referências de Simão de Vasconcelos, em 1658 e 1672, ao fabrico de moedas de ouro na Capitania de São Vicente, com o metal das faisqueiras locais.

Moedas, por este motivo chamadas São Vicente, "ad instar" o que se deu com os guinéus ingleses, feitos com o ouro da Guiné.

Pesquisas que realizamos no Arquivo Municipal de São Paulo, por volta de 1930, vieram revelar-nos a existência de uma Casa da Moeda na vila piratiningana e na primeira década após a Restauração de 1.º de dezembro de 1640, entre 1645 e 1650. Não poucos documentos comprovam a presença de tal estabelecimento. Aduzimo-los em assaz extensa memória, apresentada à apreciação do Primeiro Congresso Nacional de Numismática Brasileira, realizado em São Paulo, a 24 de março de 1936.

Mereceu esta monografia: "A primeira Casa da Moeda no Brasil" o mais honroso parecer do eminente numólogo Sr. Major Severino Sombra de Albuquerque, o douto autor da preciosa História Monetária

do Brasil Colônia, cuja segunda edição, em preparo, promete obra de muito mais elevado tomo, ainda.

Esposou êle as nossas conclusões que foram aprovadas pelo plenário, por quase unanimidade. O único congressista discordante, o Sr. Antônio Augusto de Almeida, jamais, até hoje, passados treze anos, justificou o voto, mau grado formal promessa feita nesse sentido. A nossa tese é que o primeiro fabrico de moeda de ouro realizado no Brasil, com metal extraído do solo brasileiro, ocorreu na Casa da Moeda de São Paulo, a qual, em curto prazo de existência, fez jus a tal primazia em nosso país.

Recapitulemos alguns fatos. O Conselho de Fazenda, de Lisboa, a 3 de outubro de 1642, recomendou a Dom João IV a criação de uma Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. E o monarca obtemperou-lhe ao pedido. Escolheu funcionários para esta fundação cujos títulos de nomeação foram arrolados por Eduardo de Castro e Almeida ao realizar o inventário dos documentos referentes ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar.

Encontram-se citados no volume n.º 39 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro..

Nada podemos adiantar acêrca do andamento da projetada fundação joanina fluminense. Mas o que vem a ser insofismável é a existência, dentro do biênio de 1645 a 1647, de uma Casa da Moeda em São Paulo. Supomos que jamais se realizou a fundação carioca desejada pelo Conselho da Fazenda ou talvez haja sido ela pura e simplesmente transferida para São Paulo.

Nada mais natural e razoável do que esta transferência, aliás. Não consta que jámais hajam sido descobertos jazigos auríferos nas vizinhanças do Rio de Janeiro, ao passo que do Jaraguá, a menos de 20 quilômetros de São Paulo, já desde as últimas décadas do século XVI algum ouro fôra extraído por Afonso Sardinha.

Das faisqueiras pobres dos flancos e arredores desta montanha célebre, conseguiu êste tão conhecido pioneiro da mineração do Brasil arrancar metal na importância de oitenta mil cruzados no valor de algumas dezenas de contos de réis, quiçá representados hoje por uma dezena de milhares de contos.

Fôsse muito ou fôsse pouco, até, em todo caso era o ouro do Jaraguá o primeiro arrancado do solo brasileiro.

Sabíamos que a Casa da Moeda paulistana existiu em 1647; agora podemos afirmar que já funcionava em 1646 mercê da lição do documento que aqui apresentamos.

A 24 de junho de 1645 escrevia Salvador Corrêa de Sá e Benevides à Câmara de São Paulo recomendando-lhe se esforçasse pela descoberta de novos jazigos auríferos e procedesse a cunhagem do ouro na Casa da Moeda de sua vila.

Ouro de onde? senão do Jaraguá, da Vuturuna, da Jaguamimbaba? ou talvez de Iguape e Cananéia, das escassas faisqueiras litorâneas?

Já em carta de 9 de abril o famoso "Almirante dos Mares do Sul" participara à mesma Câmara de São Paulo, estar despachado para o Conselho Ultramarino o Governador Geral das Minas e haver nomeado tesoureiro e escrivão da Casa da Moeda de São Paulo ao Padre Fernando de Faria e Francisco Barbosa de Aguiar (Ap. Rev. do Inst. de São Paulo VIII, 391).

Dêste Padre Faria nada sabemos. Quanto a Francisco Barbosa de Aguiar era português de Ponte de Lima, homem de merecimento. Capitão de infantaria, casado em São Paulo aí faleceu em 1653. (Nobiliarquia Paulistana, ed. n. 2, 406).

A 9 de novembro de 1644 estava Salvador Corrêa em Lisboa e pedia ao Rei esclarecimentos sobre o regimento que lhe fôra dado "para entabolar a casa da moeda em São Paulo".

Logo depois, a 23 do mesmo mês, recebia o Alvará "pelo qual Sua Majestade havia por bem de mandar declarar o modo que se haveria de guardar na nova fábrica das moedas de ouro" (Rev. do Arq. Municipal de São Paulo t. I, número 9).

Será crível que tais moedas fôsem acaso fabricadas com o ouro ido do Reino sem que jamais se aproveitasse o da terra ali à mão, ocorrendo a alguns quilômetros de São Paulo no Jaraguá e na Vuturuna?

Foi êste alvará registrado no Registro Geral da Câmara de São Paulo a 25 de outubro de 1645. Assim a fundação da Casa da Moeda é provavelmente posterior a esta data.

Dela em diante surgem nas páginas das Atas e no Registro Geral da Câmara paulistana referências à Casa da Moeda local. Transcrevemo-las em nossa monografia acima citada. (c. Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, I, 555-560). Nelas se declaram os nomes de dois serventuários do estabelecimento, Bartolomeu Fernandes de Faria, tesoureiro e Simão Roiz Henriques, abridor de cunhos.

Em 1652 êste Henriques fabricou novos cunhos para a sua oficina, cunhos que, a 18 de maio dêste mesmo ano, entregou à guarda da edilidade paulistana, mandando esta que fossem "metidos no cofre e arquivados nesta camera".

Chega-nos agora de Portugal mais uma peça de valioso refôrço à nossa argumentação e do aplauso por ela merecido por parte do eminente numólogo acima nomeado.

Foi-nos oferecida pelo prezadíssimo parente e amigo Dr. José Pedro Leite Cordeiro que, sem favor algum, é hoje um dos mais fortes conhecedores do passado paulista, remoto, como comprovam os seus excelentes estudos sobre Brás Cubas, Gaspar de Godoy Co-

laço, Domingos Cordeiro de Paiva, e os inéditos de Frei Gaspar da Madre de Deus sobre antiguidades de Santos.

Graças a este documento, valiosa e interessante novidade é desvendada sobre a Casa da Moeda de São Paulo.

Assim ficamos sabendo que a 22 de outubro de 1646 já funcionava intitulado-se Casa da Moeda, Minas e Quintos Reais. Nela existiam pelo menos três funcionários grados: Francisco Roiz Velho, provedor; Bartholomeu Fernandes de Faria, tesoureiro e Manuel Coelho da Gama, escrivão.

Todos os três são de imediata identificação.

Francisco Roiz Velho era paulista, filho de um casal portuense de povoadores vicentinos Garcia Roiz e Isabel Velho. Teve obscura vida apesar de repúblico de prol em sua República (Cf. Silva Leme. *Genealogia Paulistana VII*, 396 e 441).

Bartolomeu Fernandes de Faria (o velho) deve ter sido português. Foi o pai de alguém que adquiriu a maior notoriedade nos fastos paulistas: o régulo de Jacaré seu homônimo, o assaltador, em 1710, dos armazéns do contrato real do sal em Santos. Como é geralmente sabido, após porfiada e sangrenta resistência apoderou-se do cloreto e o transportou Serra acima, em desforço do câmbio negro graças ao qual os açambarcadores do contrato escorchavam os povos do planalto.

O escrivão Manuel Coelho da Gama também nasceu em Portugal. Tabela em São Vicente e depois em São Paulo, talvez fôsse em seu tempo o único homem letrado da vila paulistana. Muito inteligente e prestigioso mostrara-se encarniçado inimigo dos jesuítas por ocasião da expulsão da Companhia, em 1640, do colégio de Piratininga.

Diz Pedro Taques (Nob. Paul. ed. n. 2, 517) que com o correr dos anos se desmandou tornando-se "régulo facinoroso" a ponto de o Ouvidor Geral Corregedor, Dr. Damião de Aguiar, vir, em pessoa, prendê-lo. Conta o linhagista que nesta ocasião "intentaram os sequazes do régulo tirá-lo em caminho (de Santos) matando ao Corregedor. E para evitar este risco foi Fernão Paes de Barros acompanhar até a vila de Santos o dito Dr. Desembargador, escoltando-o à sua custa, com um grosso corpo de armas que para isto formou".

Certo é que a prisão de Gama, a que se seguiu a sua deportação para Angola, provocou a revolta geral dos paulistanos que à sua Câmara protestaram contra os atos do Ouvidor dizendo em abôno do perseguido escrivão da Casa da Moeda: "por ser corrente em papéis, nos encaminhava os nossos e punha em via os requerimentos da nossa justiça". A esta representação assinaram cerca de 250 dos mais prestigiosos moradores de São Paulo.

Fato interessante que nos revela o documento é a notícia do ensaio docimásico levado a efeito pelo bandeirante Antônio Nunes Pinto

ou alguém por êle, e outro efetuado na própria Casa da Moeda. Ensaio em que se apuraram meia oitava e "bem pesada" (1 gr. 79) e dos grãos 0 gr. 2 de prata, ou, ao todo, 1 gr. 81 do precioso metal tão avidamente procurado em todo o Brasil e tão apetezido dos Senhores Reis e seus leais vassallos.

Não se encontrará em Portugal o resultado da análise das pedras que os oficiais da Casa da Moeda mandaram fundir? É muito de se esperar...

Interessante indicação nos traz o título do documento ao nos falar da amostra "hua' pequena de prata".

Pequeno e pequena empregavam-se, então, correntemente, para designar "um pouco" e "uma pouca". Assim nos ensina Frei Domingos Vieira em seu prestantíssimo "Tesouro da Língua Portugêsa" abonando o informe com duas citações de Fernão Mendes Pinto.

E quem seria o apresentador desta "pequena de prata" que provavelmente seria uma amostra dessa galena argentífera tão abundantemente espalhada no Vale da Ribeira de Iguape?

Pessoa muito nossa conhecida: Antônio Nunes Pinto, encarniçado prospector de minas no sertão de Curitiba, onde provavelmente se localizava o seu misterioso "sertão de Tabiourary ou Tabicuary" como também parece poder interpretar-se a grafia dêste ignoto topônimo, relembrador, como assonância, de um rio paraguaio.

Depois desta entrada de 1646 andou Nunes Pinto a querer renovar as jornadas prospectoras. E neste sentido, procurou arrebanhar uns tantos índios dos arredores de São Paulo para o escoltarem.

Isto lhe trouxe sério desaguisado com a Câmara que, a 16 de fevereiro de 1647, o acusou de pretender realizar uma expedição de preia do gentio e "nam de descobrimento de prata".

Só poderia fazer-se acompanhar dos doze homens brancos que mencionara num rol a ela apresentado.

E todo o gentio que acaso aprisionasse "ho pozesse nas aldeias de Sua Magestade" exigiam Suas Mercês os oficiais da edilidade piratiningana.

Dêste Nunes Pinto e suas passadas sertanistas tratam vários documentos catalogados do Arquivo Histórico Colonial.

Trouxe do Sertão, por volta de 1650, novas amostras que foram enviadas a Lisboa onde as analisou certo Paulo Antônio Rivadeneiro (A. M. e U. 700-702). Desta análise ocupou-se o Conselho da Fazenda, a 15 de fevereiro e a 25 de abril de 1651.

Parece que tais minérios provinham da região curitibana.

Em 1653 escrevia a Dom João IV o Provedor da Real Fazenda no Rio de Janeiro, Pedro de Souza Pereira, que Nunes Pinto se internara novamente na selva, partindo do porto da Laguna.

À sua expedição fornecera êle, Souza Pereira, largos elementos. Vira-se Pinto forçado a fugir de São Paulo, ameaçado de morte "por falar afirmativamente na pedra de prata". Por que? Era o que não explicava o Provedor, o famoso personagem interesseiro, seja dito entre parêntesis, que muito turrou e rusgou com a Câmara de São Paulo.

Retirara-se Pinto para Paranaguá onde ainda existia em 1674 como atesta documento que já publicamos. Depois dêste milésimo nada sabemos a seu respeito.

O André de Fontes, escrivão das minas e quintos reais, subscritor do traslado do nosso documento, não sabemos se acaso pertenceria ao quadro da Casa da Moeda de São Paulo. Deve ter sido português.

Aparece-nos na documentação como acompanhador de Pedro de Souza Pereira e na qualidade de "escrivão das Minas de toda esta Repartição do Sul". Descobriu Silva Leme (ob. cit. 7, 155) que era casado com Madalena Gonçalves tendo deixado descendência em São Paulo.

A nova confirmação, procedente de Portugal, da existência da Casa da Moeda de São Paulo faz-nos crer que, de um momento para outro, nos cheguem outros papéis arquivais, de além Atlântico, trazendo novas e irrefutáveis comprovações de nossa tese. E contrariadoras de contraditores pretendendo demonstrar que "Casa da Moeda" não significa casa onde se fabricasse moeda!

Tal feito de espírito evoca-nos pitoresco incidente de alguns decênios atrás, quando entre politiqueros surgiu veemente polêmica negando os vencedores da partida pela posse do governo de um Estado que a cidade capital dêste houvesse sido "bombardeada". Apenas fôra "canhoneada".

Do que se não falava era das vítimas inocentíssimas — e não poucas! — do bombardeio ou do canhoneio, convém recordá-lo.

Assim ainda é possível que nos queiram demonstrar que um estabelecimento régio intitulado oficialmente Casa da Moeda, servido por oficiais régios, e onde o monarca mandava que se cunhassem moedas de ouro, era simplesmente oficina onde tudo se fazia mas nunca moeda...

Passados treze anos do lançamento da nossa tese e do generoso encômio do eminente numólogo que lhe deu plena aprovação, surge-nos o papel inédito do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa trazendo-nos mais um elemento valioso comprobatório de nossas convicções.

Não teremos grande surpresa se da mesma fonte nos chegar inesperadamente algum rol da fabricação dos São Vicente, primeira moeda brasileira, cunhada com ouro brasileiro, na primeira Casa da Moeda que se fundou e funcionou em terra brasileira.

Até quando terá ela existido? É o que de todo, até agora, nada podemos adiantar. É provável que não haja atingido o milésimo de

1660, devido ao decênio das furibundas lutas da guerra civil dos Pires e Camargos.

Uma grande obra da mais relevante valia, acaba de sair òtamente apresentada dos prelos da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, para o maior prestígio de nossa cultura nacional.

Referimo-nos a Moedas do Brasil (Moedas e barras de ouro), livro póstumo do eminente e saudossíssimo amigo Álvaro de Salles Oliveira. Calógeras e nós tivemos a honra de o prefaciar. Publicado como marco comemorativo da passagem do primeiro cinquentenário da existência fecunda do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sua impressão foi acompanhada com inexcédível zêlo por um amigo do autor ausente: o Prof. Nicolau Duarte Silva.

É o fruto da conjugação do saber e da inteligência, da consciência e da probidade.

Com verdadeiro apêrto de coração nos lembramos da crueldade do Destino que ao infeliz autor inexoravelmente proibiu poder assistir à consagração do seu notabilíssimo esforço cultural e patriótico.

Do ingente labor de vários lustros, resultou êste tomo que à bibliografia universal da Numismática incorpora padrão digno de se perfilar ao lado das mais reputadas obras concernentes a êste ramo da heurística, um dos mais preciosos auxiliares da História da Civilização.

De perto, e por muitos anos, acompanhando o afã do nosso saudoso e inditoso amigo, em prol do aperfeiçoamento de sua obra e o opulentamento de sua base documental, muitas vêzes testemunhamos a alegria que lhe causava a comunicação de achegas reputadas aproveitáveis.

Assim bem podemos agora avaliar quanta satisfação lhe não traria tomar conhecimento do papel que acabamos de divulgar, mercê da gentileza do amigo J. P. Leite Cordeiro.

Com que açodamento não iria, por exemplo, incorporar ao seu tão trabalhosamente organizado: "Quadro das casas de fundição, de moeda e do registro do ouro" os nomes, agora revelados, dos oficiais da mais velha Casa da Moeda do Brasil, em 1646!

Que prazer lhe não causaria conhecer a documentação das atividades docimásicas dessa oficina remota?

Seja-nos aqui permitida esta expansão de saudade à memória de quem, graças à inflexibilidade do escopo honesto — como impossível seria encontrar-se algum mais firme — norteado pela inteligência e o critério da probidade integral, ofereceu às nossas letras históricas o ensejo do desvanecimento de mais um padrão monumental da sua capacidade e valia!

.....
Registo de hua piquena de prata q. Ant^o nunes pto descobridor da pedra della tirou e outra que se fundio na casa da moeda.

Aos vinte e dois dias do mez de outubro de mile seis centos e quarenta e seis annos nesta villa de Sam Paullo, da capitania de Sam Vicente, na casa da moeda minas e quintos Reaes Ante os officiaes della abaixo asinados pareseo Antonio nunes pinto e entregou ao Thizoureiro Bertolameu Frz de faria a saber uma Piquena de prata que tirou da pedra que fundio e achou pezar Meya oitava bem pezada que os grãos de prata que se tirarão de hu Pedaco da mesma pedra que os ditos officiaes Reaes mandarão fundir a qual pedra declarou ser toda hua e avella trazido do sertão de tabiouary de hus morros e terra cujo nome não sabia, e a dita prata se entregou ao dito Thizoureiro que a meteo na arca Real e aqui assinou com o dito Antonio nunes pinto e o Provedor Roiz Velho e de tudo fiz este Termo Mel Coelho da gama escrivão da caza da moeda que o escrevy = Franc. Roiz Velho = Bertolameu frz de faria. = Antonio nunes pto. o quall terllado (sic) eu escrivão das minas e quintos Reaes André de fontes o fiz escrever e sobescrevy em os quatorze dias do mês de junho de mill e seissentos e cincoenta e tres annos.

André de fontes.

(No verso): entrada que deu Antonio nunes pinto na casa da moeda da pedra de prata (Arquivo Histórico Colonial — S. Paulo, Papéis avulsos, 1653).

SÃO VICENTES BRASILEIROS E SÃO VICENTES PORTUGUESES

Os *São Vicentes* brasileiros nada têm de comum, ao que se saiba, com os homônimos portugueses, moedas que traziam a effigie do santo padroeiro da cidade de Lisboa.

Os nossos eram chamados *São Vicente*, dí-lo expressamente quem lhes revelou a existência: Simão de Vasconcelos, pelo fato exclusivo de que haviam sido fabricados na Capitania de São Vicente com o ouro das jazidas da mesma Capitania de São Vicente.

Caso idêntico ao dos primeiros guinéus, ingleses. Como todo o mundo sabe, assim se denominaram estas moedas, porque para o seu fabrico lançou mão a Casa da Moeda de Londres de ouro africano guineense.

Em 1658 escrevia Simão de Vasconcelos: "E no presente já em S. Vicente se bate moeda d'ouro e he ali dinheiro ordinario". (Cf. Vida do Padre Joam d'Almeida Liv. IV, pag. 119).

Em 1672 dizia o mesmo Vasconcelos, na biografia de Joseph de Anchieta (pág. 134), ao falar dos recursos da Capitania de São Vi-

cente que era "também farta de riquezas por serem minadas suas entranhas de ouro e muito genero de metaes. *Do ouro se batem moedas chamadas* (com o mesmo nome da terra) *São Vicente*".

Assim a declaração do provincial da Companhia de Jesus é categórica. As moedas de ouro fabricadas na Capitania de São Vicente, eram assim chamadas porque procediam da Capitania de São Vicente com o ouro vicentino.

Os cétricos, em desespero de causa, querem, a todo o custo, assimilar o caso do São Vicente português ao do São Vicente brasileiro.

Já Severino Sombra em doutíssimo parecer (Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, tomo I, pág. 571), demonstrou que a moeda indicada no *Regimento* de 30 de maio de 1644, dado a Salvador Correa de Sá e Benevides, recém-nomeado Governador e Administrador Geral das Minas da Repartição do Sul, é o *cruzado* e nunca o *São Vicente* português, moeda introduzida no *Corpus Nummorum* lusitano por D. João III. Corria então o cruzado a 750 réis e o São Vicente português valia muito mais.

Dos mil réis a que correspondia sob D. João III, o alvará de 26 de julho de 1642 o elevava a 1\$380 réis. Outro alvará, o de 14 de janeiro de 1645, subiria o seu valor a 1\$900.

Não são estes os valores referidos no *Regimento* de Salvador Corrêa.

No Reinado de D. João IV desapareceram do Brasil os *São Vicentes* portugueses (Cf. Severino Sombra, *História Monetária do Brasil Colonial*, 77).

A homonímia levou Capistrano de Abreu a imaginar que os *São Vicentes* brasileiros fóssem moedas idênticas aos *São Vicentes* lusitanos.

"Evidentemente não se trata do *São Vicente* português. Equivooca-se pois Capistrano", escreveu Sombra. (Cf. Anais cit. 571) ao relatar a majoração dos valores do *São Vicente* ultramarino por efeito dos alvarás de 1642 e 1645 e a confrontar o caso com o disposto no *Regimento* de Salvador Corrêa em 1644.

Para estabelecer o confusãoismo, apegam-se os cétricos desesperadamente a esta homonímia e ao fato de que atualmente não se conhece exemplar algum sobrevivente, das séries de moedas fabricadas na Capitania de São Vicente e na Casa da Moeda de São Paulo, de 1645 em diante.

Argumento sofisticador, de valia a mais discutível, pois bem sabem que de várias peças da numária universal, até recente, se conhece a descrição sem que delas existam exemplares colecionados.

Na obra de Sombra encontramos magnífico argumento em favor de nossa tese (pag. 166).

Por ordem de 29 de dezembro de 1732, o Capitão General Governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, ordenou ao Provedor dos Quintos da Comarca de Paranaguá que prendesse "todas as pessoas vindas das Minas do Cuiabá, confiscando-lhes o ouro, em pó, ou em obras, ou ainda o ouro fundido que não tivesse o cunho da Casa de Fundação de São Paulo, que era o mesmo das moedas de ouro de 3\$200, tendo, porém, as letras S. P. em lugar do soberano retrato".

Comenta o douto numólogo e historiador (pág. 199):

"Este documento acêrca do qual ainda não vimos referência alguma, oferece especial interesse porque se não conhecem exemplares das barras fundidas em S. Paulo. Sabemos agora o que as caracterizava. As mesmas armas de hoje".

Esta descoberta realizou-a Sombra no volume 22 (pág. 21) dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*.

A título de curiosidade esclareçamos que a ordem do Capitão General ao Provedor de Paranaguá, André Gonçalves Pinheiro, foi motivada por denúncia que lhe viera de Cuiabá.

Preparava-se uma expedição ali, cujo chefe seria certo Pedro Pereira Cibrão, para trazer larga cópia de ouro a ser sonogado da quintagem real na Casa de Fundação de São Paulo.

Vinham êstes descaminhadores "com o designio de não entrarem nesta cidade (de S. Paulo) por não pagarem quintos do ouro que trazem, passando-o por alto" advertia o General Governador.

Convinha "ao serviço de Sua Magestade atalhar semelhantes descaminhos, prender e castigar os que fossem na dita tropa executando nelas as penas da lei".

Daí a decisão mandando sequestrar dos suspeitos não só todo o ouro fundido sem o S. P. da Casa de São Paulo, como os escravos e moedas que consigo trouxessem.

Este Pedro Pereira Cibrão era talvez o mais astuto dos receptadores de furtos e roubos do ladravaz Sebastião Fernandes do Rego, o celebre ladrão dos quintos reais, substituídos por chumbo, o autor da sonegação dos cunhos marcadores das barras de ouro na Casa de Fundação Paulistana, de que fôra durante anos Provedor, trocando em 1730 o elevado cargo pelo cárcere. Achava-se, na ocasião, prêso num dos calabouços da Fortaleza da Barra de Santos. E procedia-se ao sequestro de sua enorme fortuna, obtida com o apossamento do ouro dos Irmãos Leme, a substituição dos quintos reais e a marcação criminosa de barras de ouro, além de outras tranquiérbias menores.

Refugiara-se Cibrão em terras matogrossenses. Dois anos mais tarde incumbiria o Conde de Sarzedas a Gabriel Antunes Maciel de o prender. Esta ordem ocasionaria a morte dêste valente cabo de

tropa, e a sessenta de seus bandeirantes, em virtude do assalto sofrido em caminho, por parte dos índios paiguás. Escapou Cibrão para as terras de Castela, constando que se passara para o Paraguai.

Pormenor curioso: de tal expedição de descaminhadores o guia, segundo constava em Cuiabá, era Baltazar Ribeiro de Moraes, Mestre de Campo e homem de confiança do ex-Capitão General Rodrigo César de Menezes na questão do extermínio dos Irmãos Leme.

E dizia-se ainda que com os descaminhadores ainda talvez viesse quem? um dos justiças de Sua Majestade dos de elevada categoria, nada menos do que o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Cuiabá, o dr. Joseph de Burgos Vila Lobos.

Era aliás este magistrado, no consenso dos cronistas, o flagelo de seus comarcões. A 11 de novembro de 1733 escrevia Sarzedas a D. João V que por causa de suas violências e arbitrariedades despovoava-se o Cuiabá.

Ao Provedor de Paranaguá mandava Sarzedas que não o prendesse se acaso aparecesse com os descaminhadores. Apenas lhe sequestrasse tudo quanto tivesse, ao passo que os seus companheiros deviam todos ser encarcerados.

O que era o respeito à toga de quem tão mal a envergava!

Perdoe-nos o leitor esta longa digressão, motivada pela leitura da peça que habilitou Severino Sombra a fazer tão valiosa descoberta numismática.

Pelo fato de não se conhecer hoje nenhuma barra marcada com o S. P. denunciada pelo officio do Conde de Sarzedas, será o caso de daí se concluir que tal marcação não se fêz, quando se sabe que tais barras foram fundidas às centenas?

Parece que sim... ao ver dos que negam a existência dos *São Vicentes* brasileiros, protestando não haver hoje nas coleções numismáticas nenhum exemplar de tal moeda.

Argumento fulminante, incomparável, esmagador!

Dêstes que tão admiravelmente se enquadram na famosa e estafadíssima frase juvenaliana posta à bôca da voluntariosa megera, a tão e tão repetida: *hoc volo, sic jubeo, sit ratione voluntas!*

Chega-nos às mãos interessante documento de procedência portuguesa, tratando do recolhimento, sob D. João IV, dos São Vicentes portugueses "sobre se haverem de fundir ou marcar mil Duzentos e vinte três moedas do São Vicente que estão na casa da moeda".

É-nos enviado, por especial obséquio do prezadíssimo parente e amigo José Pedro Leite Cordeiro, cujos serviços ao esclarecimento dos nossos fastos dia a dia tanto se avolumam.

Veio-lhe do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa (Cod. 30, Conselho Ultramarino a fls. 345).

Transcrevemo-lo da cópia efetuada pelo sr. A. U. Gouvea, "em decreto de Vmgde. de 19 do prezente, diz Vmgde. q. lhe informado q. em poder do Ther^o da moeda estão mil duzentos e vinte tres moedas de São Vicente, e porq. será conveniente q. o preço dellas, ou por fundição ou pella nova marca se iguale com as mais moedas de ouro q. Vmgde. tem mandado lavrar, diga este Cons^o a Vmgde. o modo em q. se poderá fazer mais conveniente para o Cons.^o satisfazer ao q. Vmgde. manda pello decreto referido ordenou a felicio Montr^o, Ther^o da moeda, informasse sobre a materia em seu parecer.

Satisfiez, dizendo, q. o Doutor Rodrigo Botelho lhe ordenou, da parte de Vmg.de, q. todas as moedas de São Vicente q. viessem a seu poder pagasse as partes e as não fundisse té nova ordem. porquanto o Arcebispo dom Rodrigo da Cunha avia pedido q. essas moedas se não fundissem como as mais de ouro em rezão da ymagem de São Vicente padroeiro desta cidade q. nellas anda esculpida, e para se não extinguir se tomaria o meyo mais conveniente.

Por esta ordem foi pagando as ptes. o q. se montava, a pezo nas ditas moedas, e entrarão naquella casa mil duzentas e vinte tres q. tem e por aver muitos dias q. não entra moeda alguma desta qualidade se Resolveo elle, felicio Montr^o a informar V. Mgde. para mandar ordenar o q. ouver por seu Serviço.

Agora pella ordem referida lhe manda Vmg.de informar sobre o modo q. se terá com as ditas moedas pa. se igualarem com as mais de ouro e será por fundição ou por nova marca, e se a rezão e suplicado dito Arcebispo pode ter lugar.

Parece que não pode ser por fundição, senão pondo-se-lhe hũa marca do valor q. ha de ter. q. entende pode ser de dois mil rs. por ficarem com melhor conta porq. cada hũa dellas tem de pezo duas oitavas, com mais oito té des grãos, e pelo preço ao Resp.to das moedas de tres mil rs. vem a ter de valor hũ São Vicente mil oitocentos e sessenta rs., tudo pouco mais ou menos, com q. se fica acrescentando, em cada hũa, cento e quarenta rs. pella marca q. se lhe pozer e isto avança mais a faz.da de Vmgde. alem da sesta parte q. tem de avanço como em as outras moedas de ouro, e q. Vmg.de mandou o q. fosse servido.

Pareceo ao Doutor franco. de carv^o e a dom miguel dalmeyda q. o mandou Vmgde. q. nestas moedas se lhe ponha marca, como se fes nas moedas de prata, poderá ter inconveniente porq. se presume q. muito mais averá no Reino q. as mil duztas. e vinte e como o ouro he tão mais brando q. a prata facilmente. se poderá falssificar a marca e q. por esta rezão lhes parece melhor q. Vmg.de as mande fundir de novo, com as letras do nome de Vmgde. ao Redor de cada moeda e com a mesma imagem do Santo com o q. se não perderá a devoção della e a fundição e molde virá tudo a ser de pouco custo e poder se ão fazer do peso e valia q. parecer mais ou menos das moedas de tres mil reis

q. ora se fundem, como Vmgde. mais for servido, e se ficará segurando e prevenindo a falsidade da marca q. he mto. pa. temer.

Henriq. Correa da Silva, o dor. Jorge de Araujo estaço são do mesmo parecer, contanto q. o valor seria equivalente ao das moedas de tres mil rs. a Resp.to do pezo de hūas e outras.

Lxa 27 de julho de 643

(aa) Dom Miguel dalmeyda, Anrriq corrêa da Silva, franco de carv^o Jorge de Araujo estaço

(Despacho real a margem)

Como parece aos ultimos dous vottos. Evora 8 de agosto de 1643 (a) Rey”

.....

Já o *São Vicente*, pelo alvará de 1642 fôra elevado como vimos a 1\$380 réis. O tesoureiro Felício Monteiro entendia, em meados de 1643, que deveria correr o dos mil réis, visto ter o pêso de duas oitavas e mais oito ou dez grãos (entre 8 gs. 37 e 8 gs. 67). Isto nos indica que o valor da grama de ouro oscilava então entre 230 e 238 réis.

Os dois conselheiros Corrêa e Araujo, concordes em que os *São Vicentes* continuassem a trazer a effigie do santo padroeiro de Lisboa, pretendiam contudo dar-lhes maiores dimensões e valor correlativo e o Rei os acompanharia.

Mas o alvará de janeiro de 1645 parece indicar que a atribuição da valia de mil e novecentos réis deve ter resultado de segunda decisão régia mais próxima da sugestão de Felício Monteiro, apoiado pelos outros conselheiros D. Miguel de Almeida e Francisco de Carvalho.

Pensamos que os *São Vicentes* brasileiros, de seu pêso e inscrições de verso e anverso nos darão conhecimento, mais dias menos dias, os arquivos portuguezes onde a massa documental inédita ainda é simplesmente colossal como todos sabem. E virgem de qualquer catalogação.

A mina é imensa, os mineradores muito poucos e as surpresas de grande vulto certamente lembrarão as que estarreceram o sorocabano Miguel Sutil de Oliveira, e seus companheiros de Cuiabá, quando revolveram o solo das mais tarde chamadas Lavras do Sutil.

A fundação de São Paulo

(25-1-1554)

“Esta terra é a nossa empreza”.

Pde. Manoel da Nóbrega.

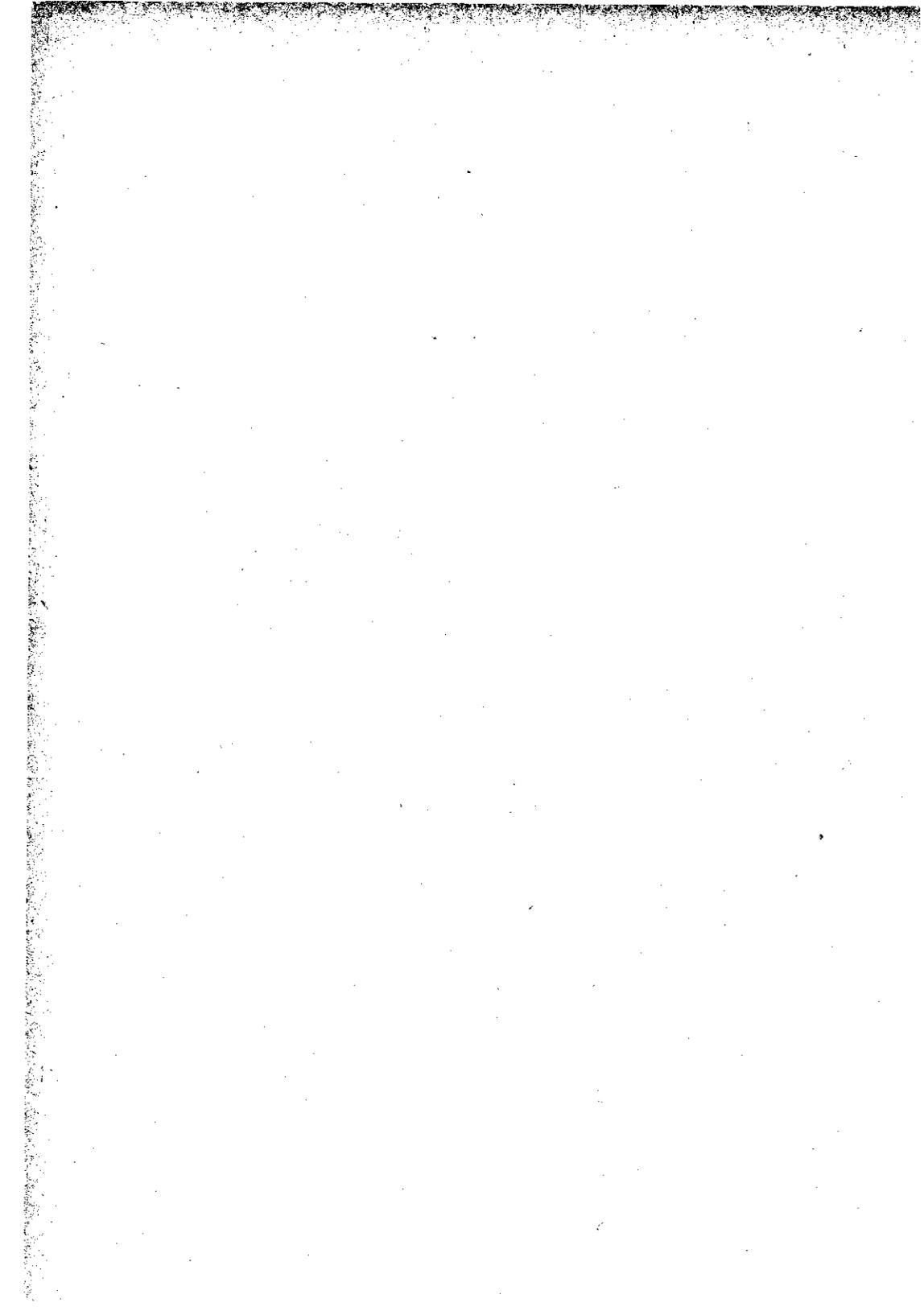
*Ao amigo Dr. J. P. Leite Cordeiro,
com a amizade do Tito Livio Ferreira*

Padre Manoel da Nóbrega entrepara
um momento no alto da colina;
alonga o olhar pela paisagem clara
e sua alma toda se ilumina.

Padre Manoel de Paiva entre a coivara,
na humilde capela pequenina,
a missa padroeira celebrara,
enquanto Anchieta os curumís ensina.

O Pátio do Colégio é o verde engaste,
onde a estrela dos filhos de Loiola
fulge acesa no topo da restinga.

E assim Manoel da Nóbrega fundaste,
sob o sinal de Cristo e numa Escola,
esta São Paulo de Piratininga.



A fundação de São Paulo

José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho

Entre tão autorizados historiadores que compõe este tradicional sodalício, decidiu a vossa generosidade — prezados consócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — que se ouvisse, na data máxima da fundação da cidade, a palavra humilde do companheiro recém-chegado.

A voz que ides ouvir não será precisamente a minha, escassa de autoridade e competência, e sim a dos que cultuando a memória dos seus ascendentes históricos, vem depor aos pés de Piratininga as homenagens de respeito e veneração aos seus fundadores.

Exatamente no dia de hoje, há 392 anos passados, sob os lampejos da alvorada pátria, rezava-se no planalto da Capitania de São Vicente, entre as águas tranqüilas do Anhangabaú e do Tamanduateí, a missa solene da fundação de São Paulo.

Hoje mais do que nunca devemos voltar as vistas à fonte límpida das honradas tradições de nossa terra, para traçar com firmeza e decisão, no tumulto dos dias que passam, a trajetória do nosso destino.

São Paulo nasceu sob a inspiração do trabalho e do sacrifício. Estão gravadas no pórtico desta cidade, para meditação dos seus habitantes, as palavras do Apóstolo das Selvas em carta dirigida em 1555 ao Provincial da Companhia: — “os arquitetos seremos nós, com o suor do nosso rosto”.

A operosidade do povo, o dinamismo das indústrias, a dedicação de seus administradores não desmereceram o exemplo dos primeiros dias de existência, nem o valor de seus fundadores, dispostos a sacrifícios de toda ordem para a propagação da fé e da civilização.

Três foram os fatores que mais contribuíram para a vida de São Paulo: —

- a influência dos Jesuitas
- o elemento indígena, e
- a colonização portuguesa.

A êstes fatores acrescentariamos, a partir do século XVII, o aproveitamento das condições favoráveis de navegabilidade fluvial que possibilitaram o início da epopéia heróica dos Bandeirantes; do século XVIII em diante, a fertilidade do solo retribuindo generosamente os esforços continuados de várias gerações de paulistas; no século XIX as correntes imigratórias que nos trouxeram essa plêiade de homens úteis, eficientes e ansiosos pelo progresso; e, nos dias de hoje, a complexa criação do imenso parque industrial, um dos padrões de glória de nossa terra. Mas, pairando sôbre tudo isso, de maneira uniforme e através dos séculos, estiveram sempre presentes a tenacidade, o amor ao trabalho e a têmpera inquebrantável do caráter dos paulistas.

Iniciemos o nosso despretenhoso trabalho, observando a influência dos jesuítas na formação de São Paulo.

Os sentimentos religiosos de D. João III e as idéias dominantes em sua côrte, inspiraram o esclarecido monarca a convidar os discípulos de Loyola para a ingente missão da catequese no Brasil.

Foi uma das providências mais acertadas na civilização do novo mundo.

“Acreditais — perguntava Joaquim Nabuco, por ocasião do 3º centenário de Anchieta, — acreditais, se não fôsse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às missões do Paraná?”

Acreditais, se não fôsse o catolicismo, que êsse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, e o quarto apenas brasileiro, como o somos hoje?

Acreditais, — interrogava ainda o historiador máximo do segundo Império — que, sem o catolicismo, tivesse sido possível fundir, pelo modo que o foram em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano?”

“Sem esta ação continuada do cristianismo, — acrescenta o Pe. Leonel Franca S. J. — não sabemos quais seriam hoje os destinos da civilização que amanhecia.

Os elementos que então se caldeavam não traziam naturalmente as promessas tranqüilizadoras de um grande futuro.

Entregue assim à tirania dos seus instintos inferiores, o homem não daria de si senão o espetáculo doloroso do egoísmo, da crueldade, da opressão, do sensualismo infrene, da exploração do fraco pelo forte.

E não é sôbre êstes fundamentos ruinosos que se pode elevar a solidez de um grande edificio social.

Na aurora da nossa vida, o cristianismo aparece como a grande força que plasmou e defendeu a civilização nascente”.

Os primeiros jesuítas que pisaram o solo brasileiro, desembarcaram na Bahia, no dia 29 de março de 1549, chefiados pelo Pe. Manuel da Nóbrega.

Foram os padres da Companhia considerados desde o início pelas nações indígenas, amigos e benfeitores. Salvaram os gentios quando alguns portugueses pretendiam maltratar ou escravizar. Atravessavam as matas virgens; galgavam as encostas íngremes e transpunham rios caudalosos para socorrer e batizar os gentios. Pousavam em suas tabas; assistiam às festas animadas pelos ruídos bárbaros dos maracás e tamborés; privavam com os índios, procurando deste modo captar-lhes a simpatia e chamá-los para o grêmio da religião e para os hábitos da civilização.

Dentre os Jesuítas enviados ao Brasil, destacou-se Anchieta na fundação de São Paulo.

Não sei o que mais admirar neste intrépido e dedicado missionário: se a constante serenidade do apostolado, se o ardor da catequese, a dedicação ao trabalho, ou a coragem, audácia e desprezo da morte e dos perigos, de que deu provas durante toda a sua existência.

Do desprezo da morte é um exemplo a carta em que narrou o martírio dos irmãos João de Souza e Pero Correia, nos seguintes termos: — “A nós outros muita consolação nos causou sua morte, e pedimos outra semelhante ao Senhor, e agora cremos que quer fundar aqui a sua Igreja, pois lavra pedras dessa maneira para o seu fundamento”.

Outro exemplo de sua coragem é o intrépido lance de abnegação e heroísmo, entregando-se voluntariamente em Iperoig como refem, ao arbítrio de Tamoios ferozes, com iminente risco da própria vida, para a salvação da cidade por suas mãos plantada, dando-lhe garantia de uma existência segura e próspera.

O apóstolo do Novo Mundo era natural de Tenerife. Aos 17 anos de idade alistou-se na milícia de Loiola, e 20 contava ao ser expedido para o Brasil. Deixou o Tejo no dia 8 de maio de 1553, fazendo parte da expedição do Governador Duarte da Costa. No dia 1.º de julho do mesmo ano aportou na Bahia, e, em outubro, seguiu com Leonardo Nunes para São Vicente. Surpreendido por grande tempestade nos Abrolhos, chegou finalmente ao seu destino na véspera do Natal de 1553, onde o esperava Nóbrega, com a mais saliente missão da sua vida.

Dessa data em diante consumiu todos os seus dias na realização do ideal de uma existência, que consistia em trazer a verdade de Cristo aos indígenas de nossa terra.

Transpôs os agrestes despenhadeiros da Serra do Mar na conquista do planalto; venceu em árduas lutas e sacrifícios de toda ordem, a ferocidade do selvagem; traduziu a palavra de Deus em língua nativa, para dar melhor o ensino aos seus catecúmenos, deitando a semente do evangelho adaptada ao meio em que deveria florescer.

E onde caíam as suas palavras, brotavam os primórdios da civilização cristã, surgia a consciência da nova nacionalidade, desdobrava-se o progresso e libertavam-se os selvícolas de seus vícios, de sua ignorância e de suas algemas.

A vila foi crescendo à sombra protetora do suave missionário. Consolidou a sua estrutura com o trabalho do incansável jesuíta, retemperou-se na flama ardente do abnegado coração e espiritualizou-se na beleza inconfundível do seu apostolado.

Chegando a Piratininga, coube ao jovem missionário a regência da escola de gramática. Lecionava em três classes diferentes, contando até, entre os alunos, os próprios companheiros de hábito, inclusive o Superior. Antes de atingir a maioria demonstrava, dessa forma, ao lado de natural brandura e humildade, marcada vocação para guia e para mestre.

Nas lições de Anchieta aprenderam os paulistas o amor à verdade e o senso da realidade que definem a gente desta terra.

Ouçamos, pois, a descrição dos primórdios de S. Paulo, nestas frases singelas de fino sabor quinhentista, constantes do depoimento sincero do venerável irmão Joseph de Anchieta, o cronista presencial da nossa origem: —

A primeira carta em São Paulo escrita, data de maio a setembro de 1554. Narra exatamente a fundação da cidade.

“Assim — eis as palavras de Anchieta — alguns dos irmãos mandados para esta aldeia que se chama Piratininga, chegamos a 25 de Janeiro de 1554, e celebramos em paupérrima e estreitíssima choupana a primeira missa, no dia da conversão do Apóstolo São Paulo e por isso a ele dedicamos nossa casa”.

De janeiro até setembro de 1554 — declara Anchieta — “permanecemos algumas vezes mais de 20, em um pobre rancho feito de barro e paus, coberto de palhas, tendo 14 passos de comprimento e apenas 10 de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha e a dispensa; todavia não invejamos as espaçosas habitações de que gozam em outras partes os nossos irmãos, pois N. S. Jesus Cristo se colocou em mais estreito lugar, e dignou-se nascer em pobre mangedoura, entre dois brutos animais e morrer em altíssima cruz por nós”.

O principal alimento da terra era a farinha de mandioca, as carnes selvagens e o produto da pesca nos rios. As sotainas e alfaias vinham da Europa, fornecidas pela Casa Real de Aviz, mas o calçado de couro cru dos religiosos não se compadecia com a aspereza do solo pedregoso, e obrigava os missionários a cumprirem descalços a suas peregrinações.

Parece que estamos vendo, ainda hoje, a surgir das ruas escuras e mal calçadas, nos bairros afastados de São Paulo, a figura venerável

dêste santo lutador, assim descrita, em expressivo instantâneo de Fernão Cardim, datado de 1577: — “O padre vinha de trás, a pé, com as dobras da cinta, descalço, bem cansado; é este padre um santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma coluna grande desta província e tem feito grande cristandade e conservado um grande exemplo; de ordinário anda a pé, nem há retirá-lo de andar sendo muito enfermo”.

A atividade do apóstolo dinâmico não se limitou ao ensino religioso e ao acurado estudo da língua nativa.

Foi muito além: servindo de médico, curava e prevenia muitas doenças decorrentes, a maior parte das vezes, da ignorância, má alimentação e superstições.

Em se dedicando à salvação dos indígenas esquecia-se da sua saúde; é o próprio apóstolo quem nos descreve: — “Ao socorrer as necessidades dos outros muitas vezes estamos tão mal dispostos e fatigados de corpo, que desfalecemos no caminho, e assim mais parece têmos necessidade do médico, que os mesmos enfermos”.

Muito se arriscava nesses misteres, pois, se não fôsse bem sucedido, contra êle se levantava a população indignada, e aos seus tratamentos atribuía toda e qualquer recaída.

Assim é que pelos anos de 1557, desoladora epidemia assolou a povoação que nessa época justamente acabara de ser elevada à categoria de vila.

Os pagés despeitados pela eficiência dos novos métodos de cura, que vinham desacreditando até então as suas grosseiras superstições, não perderam a oportunidade de ajustar contas com o missionário.

Propalaram entre os índios que aquela mortandade era a demonstração exuberante da ira de Tupã, a vingança do caopora e demais espíritos das selvas que, por tal maneira, condenam a intromissão dos estrangeiros.

Chegou portanto o momento da prova. Os recursos de que dispunham os jesuítas eram precários: não havia laboratórios nem microscópios, nem técnicos nem mesmo conhecimentos rudimentares que pudessem de alguma forma suprir estas deficiências. E a epidemia se alastrava assustadoramente, chegando a matar mais de 10 índios por dia!

O ambiente era desfavorável para combater a calamidade pública, pois os indígenas viviam em geral sub-alimentados, e em condições deficientes de higiene e de defesa contra as intempéries. A imunização e o isolamento eram totalmente impossíveis, mas impunha-se solução imediata, porque se avolumava dia a dia o clamor incitado contra os Padres.

Dos discípulos, aquêles que escapavam à morte, ameaçavam fugir, descrentes da nova civilização e por conseguinte dos conselhos, da religião, e dos bons costumes que a acompanhavam.

Foi neste momento trágico e decisivo para a vida de São Paulo que Anchieta teve verdadeira inspiração: lembrando-se dos tratamentos caseiros utilizados naquela época, experimentou sangrar os doentes. Na falta de instrumentos adequados, utilizou-se de um canivete, como êle próprio o relata em várias cartas. O resultado das sangrias foi de tal forma favorável que o zeloso missionário as foi repetindo e multiplicando, e, afinal, conseguiu debelar o mal e reafirmar o prestígio da civilização nascente.

Anchieta era também o construtor da aldeia. Auxiliado pelo Pe. Afonso Braz, vindo do Espírito Santo com êsse fim expresso, ergueu a primeira Igreja no local em que havia sido celebrada a missa da fundação. Ao redor construíram-se as primeiras casas, paredes de barro cobertas de guaricanga, suficientemente confortáveis para os índios mas não bastante resistentes aos vendavais que assolavam comumente esta planície.

Foi em 1560 que passou por São Paulo depois do sol pôsto, um tufão com chuva de pedra, causando graves estragos nas casas e nos bosques.

Passada a tempestade percorreu Anchieta casa por casa, visitando a todos como pai espiritual daquela gente, e avaliando os prejuízos como arquiteto que haveria de repará-los na manhã seguinte.

As residências ficaram por tal forma danificadas que não houve outro remédio senão levar os moradores para a igreja, o único lugar seguro. (Carta IX de Anchieta — 1560).

Mais tarde, no dia 4 de novembro de 1574, outra chuva de granizo haveria de causar grandes estragos. Desta feita, porém, já as construções opuseram melhor resistência, e o Apóstolo do Brasil teve a satisfação de aquilatar da segurança das habitações por êle edificadas.

Se a essa dedicação acrescentarmos a constituição débil dêste moço franzino de corpo, alquebrado por congênita fraqueza e enfraquecido mais no noviciado de Coimbra pelas longas orações, vigílias e disciplinas, que aos 19 anos de idade, temia ser excluído da Companhia por falta de saúde, e somarmos os maus tratos impostos pela natureza agreste, parca de comodidades e deficiente na alimentação, poderemos então avaliar a superior fôrça de vontade que animava o Apóstolo das Selvas.

Deixai que outros digam que não foi Anchieta o fundador desta cidade.

Não diminui isto a glória eterna do maior entre os grandes missionários que morreram em nossas plagas. Pelo sacrifício e pela dedicação, merece o taumaturgo imorredoura gratidão dos filhos de Pira-

tinga. Na verdade foi êle uma das colunas mestras na fundação de São Paulo. Ao lado de Nóbrega, desempenhou papel relevante no progresso da vila. Cooperou diretamente nos duríssimos primeiros anos, destruindo tiranias, iluminando as trevas, e suavizando a sujeição necessária do íncola, para civilizá-lo.

Somos obrigados a convir que, em 1554, era Anchieta ainda escolástico da Companhia de Jesus. Chamariamos hoje a isto, irmão leigo, e, como tal, fiel ao voto de obediência às ordens superiores, executou diligentemente a fundação do colégio, em Piratininga.

Mais tarde, o escolástico foi ordenado sacerdote, escolhido reitor sucessivamente dos colégios de S. Vicente do Rio e da Bahia, e, afinal, elevado em 1578 ao Provincialato do Brasil; porém, na época da fundação de São Paulo, não passava de simples irmão leigo.

É verdade que muito se deve aos talentos de Nóbrega, o emérito Provincial da primeira missão apostólica dos Jesuítas em terras de Santa Cruz, o qual ao receber a patente de Provincial em 1553, a primeira importante medida que intentou foi ordenar a fundação de um núcleo missionário nos Campos de Piratininga. E, se os mandados de tão alta benemerência social, não só recomendam àqueles que os desempenham, mas honram e dignificam também os que os outorgam, é justo sejam aqui lembradas as figuras insignes do Sumo Pontífice, o Papa Júlio III, gloriosamente reinante naquela época, iniciador da Igreja no Brasil pela bula "Super speculum militantis ecclesia", de 25 de fevereiro de 1551, que instituiu o primeiro bispado brasileiro, e de Sto. Inácio de Loyola, fundador da Companhia, o qual estava no exercício do cargo máximo de Geral daquela benemérita ordem religiosa, quando se rezou a primeira missa no planalto.

Por outro lado, é inegável que os padres por Nóbrega enviados ao alto da planície, eram chefiados por Manuel de Paiva, que recebia diretamente as ordens do Provincial, e as transmitia aos subordinados para cumprirem as determinações, como bons militares que sempre foram os Jesuítas.

Porém não é menos verdade, que foi Anchieta quem mais diretamente influiu na formação da cidade. Dos 63 anos de sua fecunda existência, mais de 44 anos dedicou-os ao apostolado no Brasil. A ação apostólica d'êste abençoado e ininterrupto trabalho criou, defendeu e consolidou a vila, talhando de tal forma o povoado nascente, que o habilitou a converter-se séculos depois na poderosa metrópole de nossos dias.

Anchieta viverá eternamente, na pedra fundamental desta cidade, nas descrições singelas das primeiras páginas de sua história, na defesa da unidade territorial contra invasores estrangeiros, na celebração dos primeiros tratados de paz, esboço de nosso direito internacional, na fundação da primeira escola de Piratininga, na organização da Santa

Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e no estudo profundo e sistematizado dos costumes e da língua indígenas no Brasil.

A imagem do venerável missionário estará sempre presente nesta terra, que êle ajudou a traçar no mapa e encheu de exuberância pelo milagre da multiplicação, conquistando-a pelo sacrifício e dedicação ao trabalho.

Evangelizador e apóstolo, criou com decisiva coragem, escudado no baluarte da fé, imenso edifício erguido em bases inseguras de aparente fraqueza física, mas fortalecidas no alicerce inamovível de sua personalidade.

Entretanto, ao lado de Anchieta, não podemos esquecer a figura austera do Provincial Manuel da Nóbrega, nascido em Portugal e também descendente de tradicional família lusitana. Nóbrega iniciou os estudos em Salamanca e concluiu-os na Universidade de Coimbra, onde lhe foi conferido, aos 14 de junho de 1541, o grau de bacharel em cânones. Em Coimbra tomou ordens de missa e, por ser gago, deixou de alcançar várias posições, embora sempre revelasse talento e erudição.

Desgostoso das injustiças de que era vítima, entrou para a Companhia de Jesus em 21 de novembro de 1544. O gago, como era alcunhado em Coimbra, revelou desde logo grande vocação para a ordem. Com muito fervor cuidava das almas, convertendo os incrédulos e criminosos.

Andava Nóbrega em missão na província da Beira, quando D. João III o escolheu para vir ao Brasil, "por haver de sua virtude e letras, cabal satisfação para tudo o que era do serviço de Deus e del-Rei".

Contava então Manuel da Nóbrega 32 anos de idade.

Embarcou em Lisboa, com vários outros companheiros de hábito, na comitiva do Governador Geral Tomé de Souza, a 1º de fevereiro de 1549 e chegou à Bahia no dia 29 de março do mesmo ano, data que registra, como já havíamos assinalado, a entrada dos primeiros Jesuítas no Brasil.

Por êsse tempo viviam várias tribos em constantes guerras. Era necessário desfazer malquerenças, como medida preliminar, a fim de preparar os alicerces da civilização. Começou Nóbrega as prédicas de pacificação, entre as tribos mais próximas. Com seus ensinamentos ia aconselhando os índios a abandonarem a promiscuidade, a embriaguez e sobretudo a antropofagia, hábito êste que mais difícil foi de vencer. tal o inveterado e profundamente arraigado costume dos indígenas.

Muito árdua era a missão dos jesuítas que por um lado haviam de combater as más inclinações há séculos enraizadas nos hábitos dos indígenas e, por outro, se viam na contingência de reprovar com igual severidade a ambição a que estavam afeitos os que se diziam civilizados e pretendiam civilizar o Novo Continente.

Repetiam-se diariamente as perseguições, os matos tratos e as tiranias que praticavam, confiscando aos índios as suas roças, roubando-lhes as mulheres e reduzindo-os à escravidão, para utilizar seus serviços ou vendê-los como escravos.

Houve tempo em que a tirania foi bem maior. Os colonos não se limitavam a reduzir os livres filhos das selvas à escravidão, mas infligiam-lhes ainda castigos, e seveciavam-nos até matá-los. Chegaram ao cúmulo de lhes aplicar ferros, dizendo que os gentios não eram seres da raça humana. Os preconceitos chegaram a tal ponto que foi necessário o Papa Paulo III, numa bula de 1537, declarar: os índios do Brasil são "homens, e como tais, senhores de suas vidas e liberdade".

No combate a êsses abusos assinalou-se Manuel da Nóbrega, o primeiro Provincial no Brasil.

Após haver realizado certa viagem de inspeção e catequese a Pernambuco em 1551, decidiu visitar a capitania de S. Vicente. A visita de há muito vinha sendo solicitada pelos fervorosos jesuítas que ali assistiam, ocupados na catequese, sob a orientação de Leonardo Nunes, o "Padre Nunes", o "Padre voador", segundo o expressivo apelido com que o apontavam os indígenas.

A travessia desde o litoral da Bahia até o sul correu bem. Na entrada da barra de S. Vicente, porém, forte temporal fêz soçobrar a embarcação que trazia Nóbrega, sendo êle salvo, graças ao dedicado esforço de alguns índios.

Chegando a S. Vicente, convenceu-se ainda mais da alta necessidade, para o resultado completo da catequese, de manter os índios separados dos colonos por meio das chamadas "reduções", isto é, agremiação e concentração de índios em núcleos afastados das aldeias dos portugueses, os quais tanto perturbavam a obra dos missionários.

O Padre Nóbrega escalou a serra de Paranapiacaba em agosto de 1553 e, chegando ao planalto, foi muito bem recebido por Tibiriçá e João Ramalho. Compreendeu logo ser ali o local mais propício para sede do núcleo civilizador. De volta a S. Vicente, enviou imediatamente Leonardo Nunes às capitanias do norte, a fim de visitar a obra da catequese, e trazer de lá os padres disponíveis, com os quais veio Anchieta.

Quando o padre Manuel da Nóbrega, preocupado com o estabelecimento da missão jesuítica no planalto, por êle visitado, afirmava, com peculiar senso da realidade: — "é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão, de que temos boas informações", aquêle clarividente condutor de homens traçava o caminho da glória de Anchieta.

E os dois valorosos jesuítas construíram esta cidade: Nóbrega dirigindo os negócios da Companhia, combatendo os excessos dos colonos e os vícios dos indígenas; Anchieta, educando os curumís, animando os doentes, consolando os aflitos, compondo hinos para os catecúmenos,

ensinando leitura e doutrina aos selvagens domesticados, espalhando o bem, fazendo tudo em prol da ciência e da religião.

Examinemos, agora, em linhas gerais o panorama do planalto de Piratininga antes da chegada dos portugueses.

Apesar de não estar ainda perfeitamente delineada a etnografia proto-histórica de São Paulo, podemos admitir que os indígenas desta região se dividiam, antes da conquista, em duas grandes coletividades: a dos Tupis, falando a língua geral ou seus dialetos, que abrangiam os Tupinambás, Tupiniquins, Tamoios, Potiguaras, Carijós, etc., e a dos Tapuias que usando de outras linguagens, compreendiam as tribos Aimorés, Cariris, Goitacazes e muitas outras.

Os Tapuias, pelo próprio fato de não falarem a língua geral e serem em regra ferozes, eram mais ou menos refratários à catequese e inimigos dos europeus.

Os Tupis, mais inteligentes e mais dóceis, receberam e assimilaram a civilização portuguesa do mesmo modo que já se haviam aliado em tempos anteriores aos seus vizinhos Guaranis para formar a grande nação Tupi-guarani.

Das notícias que chegaram até nós, podemos concluir que os habitantes do planalto de Piratininga no início do século XVI, pertenciam à raça Tupi, e adotavam a denominação de Guaianazes, palavra composta do vocábulo indígena "goya" que significa unido, aliado, amigo e "aña" que quer dizer parente, sócio, companheiro; donde poderíamos interpretar a denominação adotada como sendo a apresentação de suas credenciais de amizade e confiança.

Três prestigiosos maioraes comandavam as tribos da região: Tibiriçá, o cacique de Inhapuabuçu, em Piratininga; Piquerobi, afamado morubixada da nação Ururai, o qual comandou o cerco e ataque a São Paulo, no dia 10 de julho de 1562, e Caiubi, que à margem do Jurubatuba dominava a encosta da serra marítima.

Dentre os indígenas foi Tibiriçá quem mais auxiliou a fundação desta cidade. Sua aliança com os portugueses é muito anterior à colonização da Capitania, e consolidou-se em estreito laço de parentesco, decorrente do casamento de sua filha Bartira que mais tarde adotou o nome cristão de Isabel, com o misterioso náufrago português, João Ramalho.

Quando Martim Afonso de Souza aportou em São Vicente em 1531, foi recebido de braços abertos por João Ramalho, o qual enviado pelo grande cacique de Piratininga veio apresentar-lhe as boas vindas e instar para que subisse ao planalto. O capitão português aceitou de bom grado ao convite, e foi tal a recepção e acolhida dispensadas por Tibiriçá, que se tornaram grandes amigos a ponto dêste último ao

ser batizado escolher o nome de Martim Afonso Tibiriçá, como prova incontestável de especial deferência aos novos donos da terra.

Residia Tibiriçá onde é hoje a basílica de São Bento. Sua tribo habitava o planalto, protegida pelos rios contra incursões de inimigos, qual fortaleza medieval defendida pela água.

Os índios viviam tranqüilos, garantidos contra a fome e a miséria pela fertilidade do solo, fartura da caça e abundância da pesca.

Apesar da opulência, que convidava naturalmente a afastar alheios que dela quisessem participar, soube o Cacique destas plagas compreender a missão que lhe fôra reservada pelo destino insondável. Aliado aos Jesuítas, auxiliou a fundação da cidade e defendeu-a com bravura dos ataques de outras tribos.

Sua colaboração foi valiosa e decisiva. No dizer do cronista da época Simão de Vasconcelos, "é cousa certa que todo o negócio esteve nas mãos dêste índio, e se quisera êle consentir com os seus, Piratininga acabara às mãos d'aqueles bárbaros".

Se tivessem desaparecido tôdas as demais provas de sua fidelidade, bastaria o excepcional elogio de Anchieta a Tibiriçá, para imortalizá-lo nas primeiras páginas de nossa história.

Fôra êle, no dizer do missionário, "o nosso principal grande amigo e protetor" "não só benfeitor, mas ainda fundador e conservador da casa de Piratininga e das nossas vidas", "inimigo de seus próprios irmãos e parentes, por amor a Deus e a sua Igreja".

Tibiriçá faleceu no Natal de 1562, exatamente no ano em que havia vencido a primeira guerra de São Paulo. Conservou-se fiel aos Jesuítas até o último alento da existência. Os seus restos mortais foram recolhidos por Anchieta à Capela do Colégio, e se encontram hoje na cripta da majestosa Catedral de São Paulo.

Outros índios também colaboraram com os Jesuítas na fundação do colégio, entre os quais avulta Caiubi, que mudou sua tribo nos primeiros dias da existência da povoação, e fixou residência no bairro de Tabatinguera, à porta do caminho que conduz à Serra do Mar, berço da sua tribo.

Apesar da aliança com os chefes, grandes dificuldades se apresentaram para a civilização dos nativos.

Os selvícolas, norteados pelo impulso de terror contínuo e a desconfiança de todo o momento, sempre alarmados e apelando a todo instante para o sentimento primacial da conservação da existência, exigiram certamente dos jesuítas grande coragem e abnegação para conseguirem ser recebidos como verdadeiros e desinteressados defensores.

Um dos seus grandes recursos residia no mais humano dos instrumentos de captação de simpatia e afinidade: o conhecimento da língua nativa, como observa Afonso de Taunáy, o pesquisador incansável de nossa história.

O temperamento insociável dos índios — que até hoje deixou vestígios no caráter dos paulistas — fazia com que se retraissem desconfiados para pequenos agrupamentos, distribuídos por aldeias que se localizaram em Pinheiros, São Miguel, Carapicuíba, Ibirapuera hoje Santo Amaro e muitas outras.

Estes núcleos semi-selvagens eram por tal forma numerosos e afastados da planície central de Piratininga, que para os atingir se tornava necessária penosa caminhada. A fim de remediar a dispersão de esforços, resolveram os padres da Companhia concentrar a população nas aldeias de Pinheiros e São Miguel, e sabe Deus como conseguiram fazê-lo, a custa de formidáveis esforços, entre gente tão desconfiada como os homens primitivos de São Paulo.

Com o desdobrar destas aldeias e a ampliação do núcleo primitivo do colégio, foi-se unificando e consolidando a povoação, por tal forma que no fim do século XVI já contava mais de 1.500 almas entre os seus habitantes.

Passemos finalmente à última parte deste trabalho: a influência da colonização portuguesa, na fundação de São Paulo.

A povoação de Piratininga nasceu e cresceu amoldando dia a dia os costumes portugueses aos habitantes primitivos. Os colonizadores por sua vez, influenciados pelo meio, adaptaram-se pouco a pouco às novas condições da civilização nascente.

Quem trouxe ao planalto os prenúncios da colonização portuguesa foi João Ramalho, que soube com rara habilidade captar a confiança dos selvagens e adaptar-se inteiramente aos seus costumes primitivos. Chegou ao planalto muito antes dos colonizadores. Consolidou a sua situação casando-se com a filha do prestigioso chefe Tibiriçá. Foi o fundador de Sto. André da Borda do Campo, progenitor dos primeiros mamelucos e valioso elemento de ligação entre indígenas e portugueses.

A dedicação de Ramalho atingiu tal ponto que, em 1562, tendo chegado ao seu conhecimento rumores de repetidas ameaças contra o colégio dos Jesuítas, não trepidou em afastar os antigos preconceitos, de rivalidade entre as vilas de São Paulo e Sto. André, e mudou-se com toda a sua gente para Piratininga a fim de reforçar sua defesa.

Aos 24 dias do mês de junho daquele mesmo ano, vemos nas "Atas da Câmara da Vila de S. Paulo" João Ramalho assinar o compromisso em que jura aos Santos Evangelhos o cargo de Capitão-mor de S. Paulo de Piratininga, para o qual fôra designado por "vozes e eleições".

Quatro meses depois a vila foi atacada pelos Ururais e o Capitão a defendeu com valentia, repelindo e destroçando os agressores.

Depois do naufrago lendário, o segundo português que exerceu sua influência na fundação de São Paulo, foi o notável colonizador Martim Afonso de Souza.

Com a deliberação de D. João III de fundar no litoral do Brasil forte núcleo colonial abrigado contra incursões estrangeiros e protegido dos ataques selvagens, foi incumbida ao nobre português uma triplíce missão: militar, de exploração e colonização.

Armado pelo esclarecido monarca, zarçou com a esquadra do Tejo no dia 3 de dezembro de 1530. Por mais de um ano velejou a costa brasileira do litoral do Maranhão ao arroio Chuí, aprisionando vários navios piratas e reconhecendo as principais povoações existentes.

Finalmente, a 20 de janeiro de 1532 aportou à barra de São Vicente e iniciou propriamente a empresa colonizadora de que fôra incumbido.

O Capitão-mor reunia três grandes qualidades de administrador: senso da responsabilidade, energia e espírito moderado.

“Com este fidalgo notável, soldado valente e brioso, tanto quanto estadista, começa propriamente a história do Brasil”, no dizer de Pandiá Calógeras.

Martim Afonso apresentava as credenciais de gloriosas conquistas e realizações. Nomeado Capitão-mor da Índia, o denodado soldado português conquistou cidades, desbaratou príncipes nativos insubmissos, destroçou várias frotas inimigas, socorreu os reis indianos vasallos de Portugal e regressou a Lisboa depois de tantos feitos heróicos.

Mais tarde, como Governador da Índia, ali tornou a 7 de abril de 1541, e voltando para Lisboa em 1550, teve oportunidade de aconselhar D. João III a trasladar para o Brasil a sede da Monarquia Portuguesa.

O donatário da Capitania de São Vicente distinguiu-se desde logo pela magnanimidade de trato, o gesto largo e cavalheiresco para com o aborígene, muito diferente das atrocidades castelhanas, dos morticínios praticados pelos espanhóis nas Antilhas, no México e no Peru.

Foi ele o primeiro demarcador de costas e notável precursor da fundação da cidade de São Paulo. Sua dupla personalidade de estadista e navegador permitiu-lhe uma nítida visão longitudinal em conjunto sobre a imensidade do litoral brasileiro e a conclusão de que era São Vicente o melhor local para fundar uma colônia.

Como assinalamos de início, o objeto da expedição não foi exclusivamente colonizar. “Se Martim Afonso viesse ao Brasil unicamente para povoar e tratar da cultura da terra, teria escolhido outros pontos mais apropriados a esse mister, e não as terras baixas e úmidas do litoral”, como observa Benedito Calixto.

Porém, o Capitão-mor do Império, como homem ambicioso, mas inteligente e perspicaz, tentou logo apoderar-se da chave das lendárias minas do sertão, que outro não era senão o famoso rio Anhembi, ou Rio Grande dos Antigos, hoje Tietê.

E o futuro confirmou as suas previsões, ao coroar de êxito os intrépidos bandeirantes que seguiram anos depois a rota segura daquele rio civilizador.

Com êsse intuito enviou Martim Afonso ao planalto o seu lugar-tenente Antônio de Oliveira, em destacada missão de reconhecimento. Mais tarde subiu êle próprio a Serra do Mar, e aos 10 de outubro de 1532, chegando a Piratininga, fez boa aliança com o chefe indígena do planalto. Outra talvez não tivesse sido a sua inspiração desbravadora, ao proibir expressamente a todo e qualquer colono, tratar ou negociar com os índios de serra acima.

Muita discussão se teceu em tôrno da vinda de Martim Afonso à planície de Piratininga. Hoje em dia, porém, podemos admitir como certa a sua visita ao planalto. Dois documentos existentes fulminam qualquer dúvida.

O primeiro é o "Diário de Navegação da Armada" escrito por seu irmão Pero Lopes de Souza.

Relata o donatário da Capitania de Sto. Amaro que Martim Afonso depois de repartir as terras do litoral entre os povoadores que trazia na esquadra, criara duas povoações: — "uma na ilha de São Vicente, e outra 9 legoas a dentro pelo sertão, à borda de um rio que se chama Piratininga; repartiu a gente nessas duas vilas, fez nelas oficiais e pôs tudo em boa ordem de justiça".

O segundo documento é a carta escrita por Nóbrega a d. João III em 1553, a qual confirma esta asserção com as seguintes palavras um tanto confusas: — "Está principiada uma casa, do mar 10 legoas pouco mais ou menos, e duas legoas de uma povoação de João Ramalho, que se chama Piratininga, onde Martim Afonso de Souza primeiro povoou".

É possível que a localidade visitada por Martim Afonso não tivesse sido exatamente a mesma em que se erigiu 22 anos depois o colégio jesuíta. Os documentos que nos restam não são definitivamente esclarecedores, porém, é indubitável que aqui estêve o Donatário em outubro de 1532, fez estreita e duradoura aliança com Tibiriçá, e consagrou-se de tal forma Precursor da fundação desta cidade.

Assim começou a grande cidade em que vivemos, abençoada por tantos sacrifícios e orações.

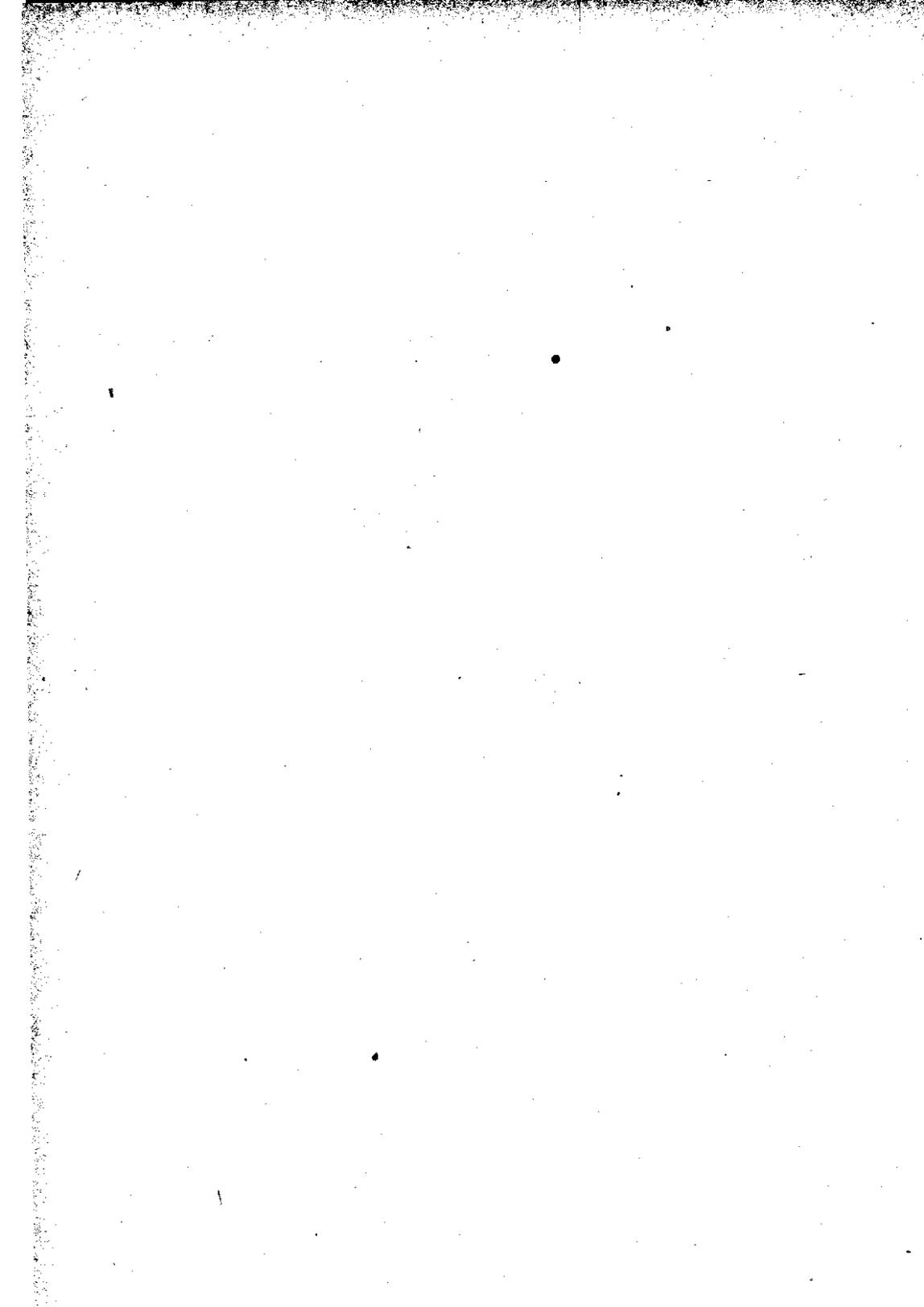
Na decisão e tino prático de Nóbrega, na dedicação de Anchieta, na coragem e energia de Martim Afonso, na fidelidade de Tibiriçá e

Caiubi e na atividade de João Ramalho, podemos vislumbrar as qualidades mestras da raça paulista.

Estamos às portas do 4.º centenário da fundação de São Paulo. Faço neste momento veemente apêlo aos dirigentes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para que se dignem nomear uma comissão, encarregada de promover as festas comemorativas. Desde já, poderiam os que fôsem designados, preparar condignamente a celebração da grande data, e mais tarde entrariam em entendimentos com outras comissões oficiais que venham a êles se juntar com a mesma finalidade.

Apelo também a vós todos, intelectuais e homens de letras que me ouvis para contribuirdes com a vossa valiosa colaboração, escrevendo, pesquisando, propagando e cooperando para o maior brilhantismo da comemoração centenária. Entre outras medidas seria justo incluir a trasladação dos restos mortais de Anchieta para o lugar que lhe é devido na majestosa Catedral que substitui a primitiva capela por suas próprias mãos construída.

Estas comemorações encontrarão certamente entre o povo de São Paulo, o entusiasmo digno da sua gente e das suas tradições!



Francisco Glicério de Cerqueira Leite

Pelagio Lobo

ORAÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 22 de
agosto de 1946

(Na presente publicação se enfeixam as partes de outras orações proferidas pelo orador, no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas em 18 de agosto de 1946, e no Centro Paulista do Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1946)

Em 1916, em 15 de agosto, quatro meses e três dias após o falecimento de Francisco Glicério, promoveu o "Centro de Ciências, Letras e Artes" de Campinas naquela cidade uma grande romaria cívica ao túmulo do velho chefe republicano, no Cemitério da Saudade, e fez realizar na sede social uma sessão magna em que foram evocados em três belos discursos, os trabalhos, os méritos, as vicissitudes, fracassos e triunfos do grande chefe.

No Cemitério municipal o Prefeito de então, dr. Heitor Penteado, filho de um antigo companheiro de propaganda de Glicério, proferiu belo e sugestivo discurso; a assistência era de mais de duas mil pessoas e nela se confundiam as entidades oficiais, representantes do Governo do Estado e do Senado Federal, escolas, instituições de caridade e a massa popular, que era compacta, converteu o Cemitério de Campinas numa agitada "Ágora", em que ninguém chorava um morto, mas em que todos, recordando-lhe as virtudes, a vida e a inextinguível devoção aos preceitos democráticos da propaganda em que ele fora das maiores figuras, exaltavam os velhos chefes republicanos e faziam uma declaração solene de confiança no regime político que lhes haviam instituído.

Nessa mesma noite, na sede do "Centro", realizou-se a sessão solene: abriu a sessão o engenheiro Carlos Stevenson, presidente da casa, que proferiu belo e sintético discurso, tendo-se feito ouvir depois o orador

oficial, hoje desembargador aposentado, dr. Antão de Moraes e, por fim, Antônio Lobo, meu pai, velho companheiro de escritório de Glicério e componente daquele raro e muito escasso rol de amigos que o acompanharam nos altos e baixos da carreira política, muito principalmente no seu ostracismo e nas angústias financeiras em que êle fôra tão cruamente experimentado. O organizador dessas comemorações, o incansável mestre de tôdas essas cerimônias, redator da Revista do Centro, era Alberto Faria, antigo jornalista, "glicerista" vermelho, nas boas e más horas, que depois conquistou pelo mérito de muitos trabalhos literários e folclóricos uma cadeira da Academia Brasileira de Letras.

Os discursos tiveram larga repercussão. O de Antônio Lobo, principalmente, que desvendara ao conhecimento público fatos desconhecidos da vida de Francisco Glicério, foi ecoar no Senado Federal e teve transcritos nos seus Anais vários trechos e alguns documentos atestadores das insignes qualidades do velho propagandista.

Depois disso, um grande silêncio se fêz em tórno do nome de Glicério. Com a morte dos seus antigos companheiros, de Campinas e de S. Paulo, sua memória foi-se apagando de outras evocações. A política nacional enveredou por atalhos novos, algumas vêzes escusos, e o nome, os trabalhos e os exemplos daquele grupo de ínclitos propagandistas, desapareceram quase completamente da cogitação dos nossos homens públicos, mesmo dos que com êles haviam feito escola. Apenas alguns impenitentes rebuscadores de coisas antigas, uma ou outra vez se davam ao trabalho de mergulhar no passado até a época da propaganda, para aferir do mérito e dos dotes pessoais daqueles chefes.

Foi Evaristo de Moraes quem, ao cuidar da elaboração de uma obra em que iria reviver as figuras dos maiores propagandistas e dos principais organizadores da nossa primeira república, mais carinhosamente se deteve na figura de Francisco Glicério. Numa das últimas vêzes em que nos encontramos, e quando êle andava ainda a recolher dados e ouvir relatórios sôbre a parte que tiveram os chefes na propaganda republicana, nas tramas da conjura militar de novembro de 89 e no torvelinho de agitações que se lhe seguiram, disse-me com aquêlê ar e aquêles ademanos arrebatados de girondino, atraindo a atenção dos que passavam por nós, na Avenida, como se fôsse eu um dos co-responsáveis pelo esquecimento que pesava sôbre a memória do General das 21 Brigadas. "E' verdadeiramente escandaloso o silêncio que se vai fazendo em tórno da memória de Glicério! Êle foi a maior figura da propaganda política da República e vocês (*vocês...*) precisam ajudar-me e fornecer dados sôbre aquela grande figura, para o livro que estou organizando".

O livro de nosso impetuoso Evaristo apareceu, logo depois, não sei se quando êle já havia morrido. E o que ali se encontra é, real-

mente, bem pouco, comparado com o muito que o grande orador judiciário planejava fazer.

Neste ano de 1946, tão auspiciosamente marcado pelo retôrno do país ao regime constitucional, após um interregno sombrio em que nos regemos por uma carta imposta ao país e com feitiço totalitário de absorção de todos os poderes políticos pelo órgão do executivo, o centenário do nascimento de Francisco Glicério não teve, não podia ter, as comemorações que lhe eram devidas. As atenções dos nossos homens de pensamento e de ação na esfera política, andavam concentradas no trabalho de elaboração do novo estatuto fundamental. Fêz-se, porém, alguma coisa: a imprensa carioca tomou a dianteira nessas evocações e acentuou, pela pena de alguns dos seus mais autorizados redatores, os grandes méritos daquele egrégio cidadão; com êle vieram à cena outras figuras, e foram narrados alguns episódios de interesse para o cabal conhecimento daquela época agitada da primeira república.

Em Campinas, o "Centro de Ciências, Letras e Artes", o mesmo instituto que promovera a romaria cívica de 1916, encabeçou algumas comemorações; em S. Paulo foi o Instituto Histórico e Geográfico que delas se incumbiu. A êsses, e a alguns outros, juntou-se no Rio o "Centro Paulista", casa que êle ajudou a fundar, destinada a ser a casa dos filhos de S. Paulo, dos filhos da terra e dos filhos de adoção, teto amigo que foi sempre um ponto de encontro e de camaradagem da gente paulista, tão arredia e tão esquiva.

Num dos seus sermões panegíricos sôbre a Natividade disse o padre Antônio Vieira, tomando por empréstimo um juízo de Salomão que se lê no Eclesiastes (VII, 2) — que "melhor é o dia da morte que o do nascimento" — "melior est die mortis die nativitatis". E, depois de observar, com aquela incomparável e até hoje não excedida riqueza de imagens e idéias, que o asserto parece contradizer a verdade porque "o dia do nascimento veste de galas as famílias e as côrtes e o da morte as cobre de luto" contrapondo-se a alegria do primeiro com as angústias do segundo, indaga: "Pois se tantos são os bens e felicidades que traz consigo o dia do nascimento, os quais a todos funesta, consome e acaba o dia da morte, que motivo teve o juízo de Salomão para antêpor o dia da morte ao dia do nascimento"? E responde com S. Jerônimo: "é melhor o dia da morte que o dia do nascimento, porque no dia do nascimento ninguém pode saber o para que nasce e só no dia da morte se sabe o fim para que nasceu.

Certe quod in morte quæsimus notum sit, in exordio vero, nascendi qui futuri simus, ignoratur"

E acrescenta com a segurança de juízo que é um dos permanentes encantos dos seus discursos:

“A quem começa a vida tudo fica futuro e no futuro nenhuma distinção há de males e bens, todos são males porque todos se padecem: Os males padecem-se, porque se temem; os bens padecem-se porque se esperam; e para afligir o mal basta ser possível, para molestar o bem, basta ser duvidoso. Se alguma coisa nos poderá segurar os sobressaltos dessa contingência parece que era o tempo, o lugar e as pessoas de que nascemos; mas por mais que destas circunstâncias conjecture a vã sabedoria felicidades, o certo é que nem o tempo as influi, nem a patria as produz, nem dos mesmos pais se herdamos. Assim que, avaliar o nascimento pelos pais, é vaidade; medi-lo pelo tempo é superstição; estima-lo pela patria é ignorância; e só julgado pelo fim é prudência”.

Era esse também o conceito que da vida humana fazia Santo Ambrósio, coluna mestra da Igreja Católica — “o louvor do homem não se acha no princípio, mas no fim da vida” (*laudatio hominis non in exordio, sed in fine est*).

Ao recordarmos o 1.º centenário do nascimento de Francisco Glicério, ocorrido em Campinas, na fazenda “Paú d’Alho”, a 15 de agosto de 1846, sigamos os conselhos do exímio pregador e indagemos o que foi, que fez, como agiu, como serviu à patria aquêlê caboclinho, filho do fazendeiro Antônio Benedito de Cerqueira Leite que, perdendo o pai quando rapazola e encetando uma afanosa vida sob o olhar carinhoso de sua mãe e a vigilância de irmãos mais velhos, realizou uma existência das mais honradas e profícuas, desde trabalhos rudes de tipógrafo e impressor, revisor de jornal, moço de comércio, professor de roça, até ir ultrapassando, numa curva ascensional ininterrupta, os empregos e postos de copista de cartório, solicitador, jornalista, chefe de cabala política, aliciador de escravos, cabeça de partido, vereador municipal, deputado, ministro de govêrno, senador da República e líder da maioria, de câmaras legislativas nas quais tiveram assento as maiores culminâncias do pensamento jurídico e político do Brasil.

Em suma — examinemos, sob alguns aspectos, a figura do homem, do político e do causídico para nos convenceremos de que o dia do seu natalício, tão alviçareiro para o lar escondido e modesto de Totó Cerqueira, teve um fêcho condigno no dia da sua morte, têrmo final de uma existência consagrada integralmente à vida pública brasileira e ligada aos fenômenos sociais e políticos de maior relevância nos nossos fastos de nação republicana.

A FAMÍLIA

O pai de Francisco Glicério era paulista de antigas árvores bandeirantes e entroncava nos Garcia Velho, um dos grandes ramos que têm os seus costados em Silva Leme e que, subindo de Campinas para Itu, Taubaté e S. Vicente, chegava com suas primeiras raízes a um ramo português, honrado e limpo, que proveio do Pôrto. Com os Cerqueira Leite eram estreitamente ligados os Cerqueira Cesar, os Camargos, os Macieis (vasto tronco ao qual pertenceu Campos Sales e tôda a sua parentela), os Oliveira Cesar e outros muitos, alcançando uma dessas raízes ancestrais aquêlê desabusado faiscador de ouro de Cuiabá que se chamou Pascoal Moreira Cabral. A mãe de Glicério, Maria Zelinda, era de procedência humilde, filha de uma escrava de estimação. caso comum em muitas das mais antigas e respeitáveis famílias brasileiras. Se teve dotes físicos que enfeitiçaram o senhor de sua mãe, demonstrou, no correr da sua exemplar existência, que os seus dotes morais e afetivos não eram menores, e com êles se fêz tão idolatrada dos filhos, como acatada de sua grande parentela. Glicério sempre manifestou por eia uma afeição acrisolada e deu o seu nome a uma das filhas.

O casamento do tenente Antônio Benedito fôra precedido de uma escritura de constituição de dote e arras esponsalícias, lavrada nas notas do tabelião de Campinas Joaquim Roberto Alves, em 3 de outubro de 1837. (Livro 26, fls. 113). Ao falecer, em outubro de 1861, 24 anos depois dêsse casamento, deixou Totó Cerqueira 11 filhos, seus legítimos herdeiros: *Antônia Benedita*, já casada com o boliviano d. Fernando Castanheira; *Maria Jacinta*, casada com seu primo dr. Antônio Benedito de Cerqueira César; *Olegário Leite de Almeida César*, que foi casado duas vês: *Cândida Rosa*, mais tarde casada com o magistrado paulista dr. Antônio Álvares Veloso de Castro; *Jorge Ludgero de Cerqueira Miranda*, formado em direito e que, casado a primeira vez e enviuvando, convolou a segundas núpcias com d. Elisa de Azevedo, irmã do dr. Ramos de Azevedo; *Maria Pureza*, casada com João Batista Passos, tronco de uma outra numerosa geração; *Antônio Benedito*, mais tarde casado com Maria de Azevedo; *Júlio César*, casado com Francisca Andrade de Paula Viana, de família de velhos lavradores de Itatiba e Campinas; *Francisco Glicério*, então com 15 anos; *Leão Maurício de Cerqueira Leite*, então com 14 anos, mais tarde casado com d. Amélia Ferraz, com grande geração e *Elói Euticiano* o caçula, com 12 anos, mais tarde casado com Olímpia Azevedo, também com grande geração. O dr. Jorge e os irmãos Antônio Benedito (vulgarmente conhecido por Totó Passarinho) e Elói foram casados com irmãs do dr. Ramos de Azevedo.

PRIMEIROS ESTUDOS. A MORTE DO PAI.

Tendo iniciado os estudos primários em Campinas, na escola de Quirino do Amaral Campos, na qual também estudaram Jorge Miranda e Campos Sales, escolinha particular em que o ensino da taboada e da soletração seguia os velhos moldes do acompanhamento cantado, às vezes com o complemento da palmatória, passou dali para o Seminário Episcopal de S. Paulo onde concluiu o curso secundário. O falecimento de seu pai em 1861 impediu que o rapazola pudesse passar de "formigão", como eram chamados os estudantes seminaristas, a "casca-bulho", que eram os do Curso Anexo da Faculdade de Direito, e prosseguiu no curso de direito, sua maior aspiração. O inventário de Antônio Benedito, iniciado perante o juiz suplente de órfãos, Amador Bueno Machado Florence, nome dos mais ilustres na intelectualidade paulista daqueles tempos, teve uma série de retardamentos causados pela descrição de dívidas que só puderam ser pagas com a venda, em hasta pública, de numerosos escravos; e teve seu seguimento com juizes suplentes como era da organização judiciária de então, que variavam a cada despacho. Foram eles — Teodoro Langaard, dr. Tito Augusto Ferreira de Matos, Joaquim e José Egídio de Souza Aranha, estes dois "homens bons" da terra, mas leigos, industriados pelo escrivão Joaquim Alves de Almeida Sales, até que a partilha, concluída em 1863, foi julgada por outro leigo, que mais tarde seria um grande amigo de Glicério — Antônio Pompeu de Camargo. Os avaliadores compromissados foram Francisco de Paula Sales, pai de Campos Sales e compadre de Antônio Benedito, e Joaquim Quirino dos Santos.

No processo intervieram quase todos os advogados da terra, entre eles João Ataliba Nogueira, mais tarde Barão de Ataliba Nogueira, o cunhado de Glicério, dr. Antº Benedito de Cerqueira Cesar e afinal seu irmão Jorge que, no fim, assumiu o posto de seu tutor. As primeiras petições foram escritas por Caetano José da Silva Costa Pessoa, rábula local, pernóstico, possuidor da mais bela letra que se conhecia nos cartórios campineiros e, alguns anos após, o primeiro instrutor de Glicério nos trabalhos e tricas forenses. O único recalci-trante no inventário foi o boliviano Fernando Castanheira, que tomou para advogado um profissional, mais temido em Campinas por sua língua do que por sua habilidade de causídico, embora fôsse vivo e argumentasse com destreza — o dr. Francisco Antônio Pinto, filho de um gaúcho, nascido, ao que assoalhava, na banda oriental do Uruguai, em baixo de uma carreta de artilharia. Formado em São Paulo na turma de 1844, pelos seus destemperos de linguagem conquistou a alcunha de "Pinto Bandalheira". (Almeida Nogueira — Tradições e Reminiscências, VI[152]). Deu um grande trabalho aos advogados da viúva e dos demais herdeiros até que se concluísse a partilha de

espólio bem escasso. Em dezembro de 1862 Francisco de Paula Sales, que então se mudara para Rio Claro, onde possuía uma fazenda, exonerou-se das funções de avaliador, assim como Joaquim Quirino, que se mudara para S. Paulo. O espólio, cujo monte mor atingia 143:706\$ e quebrados, com a dedução de dívidas e custas (aliás módicas) e com a redução das avaliações, deixou um monte partível próximo de 70 contos de réis que, aliviado do dote de d. Maria Zelinda, na importância de 1:600\$000, deixou uma legítima a cada filho de 2:211\$125. A Glicério couberam, nessa partilha, além de uma marquesa de madeira e de uma reposição do mano Júlio (que, provavelmente, não foi feita) 6 escravos: o sapateiro Leandro, a mulher Maria Carioca e os filhos Moisés, Ismênia, Iraide e Joaquim, os três últimos de menor idade. Foram mais tarde alforriados e passaram a constituir para Glicério, tanto como outros escravos daquela herança, pupilos que dele receberam proteção e auxílio em muitas emergências.

Com a morte do pai e com a agravação da situação financeira da família, que nem possuía mais a fazenda "Pau d'Alho", já antes vendida a Joaquim Policarpo Aranha, teve Glicério que voltar a Campinas e arranjar um emprêgo. Entrou, então, para a oficina tipográfica dos irmãos João e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva, fundadores da imprensa periódica local, ali iniciada com o bi-semanário "A Aurora": na oficina, de precárias instalações, Glicério compunha e imprimia rótulos de garrafas. Esse serviço e o ambiente da casa fizeram dele, desde logo, um seresteiro, dado a expansões literárias baratas e a serenatas em companhia dos cantadores locais que eram numerosos e, alguns deles, várias vezes, turbulentos. Foi um período de vida sôlta da qual pouco se conhece, por confusa tradição. Foi então que Francisco de Paula Sales por êle se interessou e levou-o para a Fazenda Santo Inácio, em São João do Rio Claro, a fim de ali assumir as funções de professor dos filhos menores, que eram: João Alberto, mais tarde valente propagandista e evangelizador da teoria republicana democrática, por êle condensada no seu Catecismo Republicano; Joaquim Sales, democrata de velho estilo e republicano bravo como, aliás, eram todos os Sales; Ana Elisa e Guilhermina, que tinham por apelidos Sinházinha e Nha Moça e Francisco de Assis. O ambiente da casa da fazenda e os hábitos do seu chefe, homem acatado, rigoroso e circunspecto, como a gente do seu tempo, fizeram reviver, em Francisco Glicério, os hábitos modestos e respeitáveis de sua casa, e esquecer as noitadas burlescas e vadias da sua roda de serenatistas. Francisco de Paula via no professor de seus filhos o órfão de pai, descendente do velho amigo e compadre de Campinas, e por isso o tratava paternalmente, estimulando nêle aquelas virtudes familiares que eram apanágio da nossa gente antiga.

Acresce que, na fazenda, através da leitura dos jornais da Córte, o mestre-escola mantinha contato com o movimento político do país; era' este, em verdade, o assunto que mais seriamente lhe atraía a atenção. E, com alguns poucos livros de história da Revolução Francesa, ainda muito em voga, começou a ampliar sua incipiente cultura.

Ali estêve três anos e ali estreitou relações de amizade com os discípulos e seu irmão mais velho, Campos Sales, já então casado com uma prima, e residente em Campinas. Entre êles se estabeleceria a amizade fraternal que havia de resistir a tôdas as vicissitudes da vida, até que ambos, mais tarde, carregassem com outros companheiros o imenso fardo da organização da república, e com êles bebessem, às vezes em copos diferentes, uns de cristal, outros de vidro tôsko, o mesmo fel da ingratidão com que a política costuma premiar os seus devotos.

Regressando a Campinas, Glicério iniciou a atividade do fôro, como copista de cartório, como auxiliar do mano Jorge e do cunhado Antônio Benedito, e como discípulo de Caetano José da Silva Costa Pessoa, amigo da família que rabulejava no fôro com grande intensidade.

Em 1867 prestava exame para solicitador, sendo plenamente aprovado pelos examinadores dr. João Quirino do Nascimento (companheiro de "república" de Jorge Miranda nos tempos de estudante) e o dr. Antônio Carlos de Moraes Sales, filho de um outro conspícuo campineiro, Reginaldo de Moraes Sales, e nome que depois se imporá como dos mais abalizados advogados da Província. Juiz da Comarca era o dr. Joaquim José Vieira de Carvalho e foi nesse ambiente que o jovem solicitador iniciou seus primeiros trabalhos.

A passagem de Glicério, embora fugaz, pela "república" dos estudantes campineiros, em 60-61, quando ainda andava pelo Seminário, imprimiu em sua formação democrática uma exaltada e decisiva coloração republicana, contaminado, que foi, pelas agitações daquele fervedouro de aspirações liberais da Academia de Direito, que iria ter na campanha de libertação da escravatura sua mais cintilante explosão na lira de Castro Alves. Na cátedra, José Bonifácio, o Moço, com a sedução do seu verbo que Rui Barbosa qualificaria, mais tarde, como rajadas de um dêsses meteoros sem paralaxe, que deixam sempre uma sensação visual e auditiva de exaltação e atordoamento, levava a pregação liberal a extremos em que se podiam perceber as primeiras sementes do credo republicano. Jorge Miranda era da turma de 62; Campos Sales, Chico Quirino (o mais arrebatado de todos êles) e João Quirino Nascimento e Rangel Pestana, da de 63. A êstes, e na "república" situada numa das travessas que iam desembocar no Piques, juntavam-se, com freqüência, Bernardino de Campos, ainda residente em Campinas, Prudente de Moraes, em Piracicaba, Salvador de Men-

donça, e Teófilo Otoni, na Côrte, êste último da melhor cepa liberal mineira — e êsse pugilo era bastante para arrebatara, com suas conversas, certamente enfunadas de ideal, o seminarista também entusiasta, que o destino aproximava daqueles companheiros para, com todos êles, compor o núcleo central que mais tarde havia de pregar, fundar e consolidar a república federativa do Brasil. É, portanto, bem compreensível que, ao iniciar a atividade da profissão no fóro de Campinas, em mais íntimo contacto com alguns dos velhos companheiros, nêle se reacendesse aquela chama de novos ideais políticos que tanto o inflamava. Já êle abandonara as rodas de boêmios e notâmbulos e passara a cuidar de coisas sérias.

A "GAZETA DE CAMPINAS"

Em 1869, Francisco Quirino dos Santos e seu sogro, Joaquim Roberto de Azevedo Marques (fundador e dono do "Correio Paulistano") fundavam a "Gazeta de Campinas" que iria desfraldar em São Paulo a bandeira da propaganda republicana. Foi ela, a primeira daquelas tendas modestas e livres, em que êsse bloco de atrevidos alfagemes afixou as armas da propaganda. "Tempos de idealidade sincera" — disse-o Rui Barbosa, no discurso feito em Campinas a 19-12-1909, na campanha civilista — "tempos de honestas aspirações e desinteresses extremados em que Campinas trazia, por assim dizer, no seio a democracia brasileira".

Funcionava a "Gazeta" na rua de Baixo, hoje Lusitana, na esquina da rua Formosa (hoje Conceição), sendo seu primeiro gerente o velho brasileiro de Portugal, José Maria Lisboa. A tiragem era de 500 exemplares e as primeiras impressões se fizeram sob os olhos de Joaquim Roberto, de Lisboa e de seu cunhado Hilário Magro. Na redação agitavam-se os redatores, nivelados no mesmo esforço: Quirino dos Santos, Campos Sales, Carlos Ferreira, Jorge Miranda, Leopoldo Amaral e uma rapaziada que já se adestrava para receber, mais tarde, esporas de cavaleiros nos embates com os grandes partidos monárquicos, que também possuíam suas fôlhas e alguns destemidos lidadores — Delfino Cintra, João Egidio, Luis Silvério e Policarpo de Queiroz. A venda avulsa da "Gazeta" era feita por um mulato, Luis José de Almeida, que percorria as ruas embocando uma corneta de caça, estridente e enfeitada de verde e amarelo. O vendedor avulso ficou, por isso, com a alcunha de Luis Corneta: era um mulato esgalgado e lépido, que ainda conheci fazendo avaliações judiciais.

A atividade de Glicério, no jornal e na advocacia, projetou num destaque quase instantâneo seu nome entre os mais graduados. Começaram todos a sentir a força daquela lúcida inteligência e a sua ductilidade para solver casos e complicações. O conceito do profissio-

nal crescia a cada vitória judicial e a figura insinuante e persuasiva do causídico conquistava novos títulos com a sua consumada perícia.

Alguns já se enciumavam — sinal de que sentiam a força do concorrente. Foi por essa época que lhe pespegaram o apelido com que acreditavam arrazá-lo — “Chico Glicerina”.

Os autores do apelido certamente ficaram desapontados ao verificarem que era ele quem se encarregava de divulgar o qualificativo, divertindo-se com os seus autores.

O ADVOGADO E POLÍTICO

Para uma inteligência desembaraçada e lesta, com a faculdade de apreensão quase instantânea de fatos e circunstâncias, o seu tino jurídico lhe permitia ir muito além do alcance comum da rabulagem. Seu preparo não se restringia aos formulários e ao Regulamento 737 que era o forte da gente do fóro, nela englobada a maioria dos bacharéis. Com estudos constantes, com acuidade de inteligência que era poderosa e num estilo desembaraçado e despido de rebuscamentos, foi reforçando a base da cultura até ombrear com os grandes do fóro que se contavam entre os maiores advogados da Província, capitaneados pelo trio Moraes Sales, Costa Carvalho (Francisco) e Quirino dos Santos (êste, principalmente, na tribuna do júri).

Sua livraria, que mais tarde se dispersou, ficando uma parte com o genro Herculano de Freitas, outra com o mano Jorge e outra, menor, no nosso escritório de Campinas, ainda teve sobras para compor uma biblioteca seleta conservada em sua residência, até pouco antes de sua morte. E os livros, alguns dos quais passando por Herculano de Freitas, foram ter à Biblioteca Municipal de São Paulo, onde se encontram, trazem anotações de leitura atenta, muitas do seu punho, atestando como havia êle estudado a organização política e o direito público da França, da Inglaterra, da Suíça, da Argentina e dos Estados Unidos.

Na atividade da advocacia e das suas relações políticas particulares teve Glicério o mérito (mérito inestimável, que é o segredo da carreira triunfal de alguns advogados, mesmo de baixo coturno) de atender com rigorosa pontualidade à sua correspondência. Carta recebida, qualquer que fôsse, tinha resposta imediata ou, quando menos, pronta. Cliente, amigo, correligionário, parente ou estranho que lhe dirigisse algumas linhas, estava certo de receber a devida resposta.

Dos copiadores de cartas, escritas tôdas de seu punho, numa letra larga e firme, e num estilo preciso e sem tropeços, só os de negócios políticos ocupam 15 volumes, com 350 páginas cada um: representam, pois, um manancial de cêrca de 5.000 missivas que estão

agora confiadas a Edgard Cavalheiro para exame e elaboração de uma obra que, todos almejamos, será uma fonte de informações autênticas sobre muitos atos decisivos da substituição do regime político do nosso país e sobre a parte que nêles tiveram os grandes e os pequenos chefes da propaganda.

Se acrescentarmos a êsse número a correspondência de negócios e muitas cartas que, por motivos diversos, não eram copiadas, faremos idéia do zelo que Glicério punha no cumprimento desse comedido dever. Concentrando a atividade entre os negócios do escritório e do jornalismo, de tudo se servia para a atividade política. Glicério era, visceralmente, um político, um homem com a vocação dos negócios públicos. As tendências republicanas apaixonavam aquêlê grupo de propagandistas e aceleraram ainda mais a sua marcha, após a publicação do manifesto republicano de Saldanha Marinho, de 1870 e das bases adotadas na Convenção Republicana de Itú, de 1873, convenção a que Glicério comparecera entre os delegados do município de Campinas. (*)

Foi por essa época que, para dar maior fixidez à sua vida, resolveu "tomar estado", como se dizia, isto é, casar e constituir família. Escolhendo, então, uma senhora de origem francesa, filha de Madame Masson, educadora que manteve em Campinas, durante anos, um colégio por cujas classes passaram moças das famílias de prol, do município e dos municípios vizinhos — Glicério encontrou na espôsa, d. Adelina, a companheira leal, corajosa e lúcida que o seguiu em tôdas as vicissitudes e lhe deu aquêlê apoio irrestrito, que foi o maior sustentáculo da sua extraordinária fortaleza. E educaram ambos, com o exemplo e inteligente vigilância, os filhos do casal, três mulheres e um homem, a mais velha das quais, d. Clotilde, também se alcançorou com os mesmos méritos e equivalentes virtudes como espôsa de Herculano de Freitas, genro de Glicério, seu devotado companheiro, político e homem público de altíssimo estalão que prolongou o seu nome numa progênie que tanto como os outros netos, provindos dos casaís do filho Clovis e da filha Zizi Glicério Torres, tem mantido com galhardia o renome das virtudes avoengas.

(*) Os delegados de Campinas a essa Convenção que assinaram o livro de presença, foram: Américo Brasileiro de Almeida Melo, Antônio de Cerqueira, Ant^o Benedito de Cerqueira César, Evaristo Brasileiro de Campos, João José de Ar^o Viana, Alexandre Jeremias Júnior, Teófilo de Oliveira, Azarias Dias de Melo, Francisco José de Camargo Andrade, Joaquim de Sampaio Góis, **Francisco Glicério de Cerqueira Leite**, Francisco Quirino dos Santos e Antônio Carlos da Silva Teles.

Na vida profissional, como na política, os amigos de Glicério, que êle os conquistava em todos os quadrantes, eram indiferentemente republicanos, conservadores e liberais. Muitos dos seus clientes eram chefes do partido conservador, que sabiam, por um alto nível de educação cívica, separar as dissensões políticas das relações de negócios e, muito principalmente, da amizade pessoal.

A atividade partidária não se convertia como lementavelmente viria ocorrer — e ainda agora ocorre — em sementeira de ódios e incompatibilidades sem consêrto. Os amigos que militavam em hostes adversárias respeitavam-se e, mais do que isto, prezavam-se, estimavam-se, reconhecendo que os debates, escaramuças e, mesmo, certas picárdias de propaganda, faziam parte do programa da luta, e não afetavam a respeitabilidade e o encanto das relações pessoais.

Para isso contribuíam ainda seus modos chãos, seus hábitos cortes e seu gênio democrático e prestadio e a forma delicada e macia com que atendia a quantos o procurassem e dêle reclamassem um serviço, recomendação, ajuda ou socorro.

Aliás, a sua atividade, fora da profissão e fora da política, está ligada, em Campinas, aos cometimentos mais úteis e eficazes. Êle secretariou, nos primeiros anos, a mesa da Santa Casa e apoiou de forma decisiva o plano daquela organização, a cuja testa se encontrava o padre Joaquim José Vieira, conhecido por "Vigarinho" e que, anos volvidos, assumiu a diocese do Ceará, como seu 1.º Bispo e ali se impôs ao reconhecimento público pelas suas virtudes e rara abnegação em favor das ovelhas do seu rebanho, constantemente devastado por sêcas mortíferas; colaborou com Campos Sales e com homens de outros partidos na fundação do "Colégio Culto à Ciência", de cujo ensino, entregue a mestres abalizados, tiraram proveito rapazes de todo o nosso Estado, mais tarde investidos de funções públicas, na Monarquia e na República; coadjuvou Bento Quirino, seus irmãos e sócios, e Augusto César do Nascimento na organização da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, primeiro passo, planejado pela iniciativa particular, para libertar a cidade das suas devastações periódicas de febre amarela. Contribuiu, com trabalho, capital e apoio na fundação da empresa da "Província de São Paulo", completando o bloco de propagandistas — nove de Campinas, seis de São Paulo, três de Itú, dois de Rio Claro e um de Araras — que habilitaram Rangel Pestana, Américo de Campos e José Maria Lisboa a lançar, em São Paulo, uma fôlha que viria depois a se tornar um dos maiores órgãos da imprensa do nosso país. Ligou, finalmente, o seu nome a todos os cometimentos que em Campinas se fizeram no plano de libertação da escravatura negra, fazendo-o, porém, sem dependência com a propaganda republicana, através de fundos dos grupos abolicionistas e das lojas maçônicas que, nesse trabalho, empenharam a dedicação de quase todos os seus participantes.

Por tudo isso, quando Glicério saía a campo nos trabalhos de cabala política, assustavam-se os chefes adversários, que já lhe conheciam, por experiência própria, o vigor e a habilidade das investidas e a força avassaladora da argumentação, apoiada por uma simpatia irradiante que era, dos seus atributos pessoais, talvez o mais valioso.

O DOM DE PROSELITISMO DE GLICÉRIO

Os antigos companheiros, assim como as pessoas que trataram de perto com Francisco Glicério são concordes em proclamar o prestígio inexcelsível da sua pessoa, o dom de proselitismo, que era sua virtude inata. Era ele sempre o homem designado pelos outros companheiros para o trato direto com os cabos e a massa eleitoral, pois a todos dominava com a sua presença.

A narração, na sua palestra, era viva, rica de colorido e de imprevistos, sem a ninguém constringer com a sua autoridade. Ele foi, tanto como orador parlamentar, um conversador empolgante, que dominava a roda dos interlocutores pelo simples poder de expressão verbal, que nele era sempre insinuante e persuasiva, realçada pelo vulto físico, pela figura, que tinha tanto de acolhedora e franca, quanto de sugestiva e imponente.

Dêle escreveu Sales Júnior, no "Idealismo republicano de Campos Sales", recordando incidentes da primeira eleição de deputados provinciais do partido republicano no regime da Lei Saraiva, para a qual a hoste campineira se aprestara vigorosamente:

"... ao se instalarem as mesas eleitorais, antecipavam os republicanos o resultado infalível de captação de votos, em que todos se afanavam, *mas Glicério era inigualável.*

"À semelhança de Catão, que, no Campo de Marte, distinguia cada eleitor pelo nome, sem se fazer acompanhar do "nomenclátor", — conhecia a cidade de cor e, no trato, li-sonjeava a todos, por não omitir particularidades que lhes diziam respeito.

Ainda alcancei e senti, de perto, essa influência prestigiosa; e, por alguns fatos e pelo pouco que vi e ouvi, pude imaginar o que teria sido ele naqueles tempos de sua mais intensa atividade.

Com o grande apêgo, que nunca ocultou, à terra natal, costumava passar em Campinas os dias da semana santa, em descanso das lides parlamentares. Até 1914, quando podia, era certo encontrá-lo na cidade, em visita a velhos amigos e conhecidos, entre eles incluída muita gente pobre, gente humilde ou de miserável condição.

entre ela descendentes de antigos escravos da fazenda do pai, a todos os quais beneficiava sem alardes. Fazia a guarda do SS. Sacramento na quinta-feira santa, coincidindo essa guarda, geralmente, com a cerimônia do lavapés, que assumia especial imponência quando o Bispo, d. João Néri, inclita figura do Episcopado Brasileiro, introduziu o costume de ser êle, bispo, quem realizasse a cerimônia. E os discípulos não eram meninos do Seminário, mas pobres autênticos, escolhidos entre os que faziam ponto no Palácio Episcopal, junto ao qual havia uma dependência que era verdadeiro albergue permanente. Nessas visitas, que êle qualificava de "repassê", fazia-se acompanhar por amigos ou parentes. Eu fui convocado para isso algumas vezes e guardo memória de uma dessas visitas. Marcou-me encontro pela manhã e lá fui eu buscá-lo em sua casa, na rua Barão de Jaguará, casa em que sempre residiu e que, antes de ser dêle, fôra sede do colégio de Madame Masson, sua sogra.

Principiamos a visita, por um pardieiro próximo do largo do Pará, onde morava um preto velho, entrevado, seu compadre. Animou o doente, conversou, deixou-lhe, sorrateiramente, na mão uma cédula e saímos. Fomos depois até o fim da rua Regente Feijó, num beco sem saída, próximo da antiga sede da Delegacia e do Quartel de Polícia. Quando êle assomou à esquina, os moradores de um casebre de meia água romperam em reboliço: "La vem seu generá Glicério". Foi um alvoroço. Entramos e êle foi indagando de todos pelos nomes. Depois a uma preta velha que chamava de comadre, perguntou pela saúde. Ela trouxe, como resposta, vários vidros de homeopatia, que êle havia mandado do Rio e uma carta, já muito amarfanhada pelas leituras, na qual explicava a maneira de tomar os remédios. Eu assistia, perplexo, àquela lição viva de caridade cristã: um senador da República a corresponder-se com gente miserável da qual não poderia, certamente, esperar nem a paga de um voto...

Uma das mais exatas apreciações sôbre êsse feito empolgante de Francisco Glicério é a que dêle escreveu Batista Pereira no prefácio à 2.ª edição das "Cartas de Inglaterra" de Rui Barbosa, no qual condensou, com extraordinária justeza de conceitos e em períodos lapidares que parecem inspirados pelo próprio Rui, as figuras dos ministros do 1.º Governo Provisório da República. Esse juízo, colhido por Batista Pereira em boas fontes, entre elas, provavelmente, de seu pai, que foi jurista eminente com larga atividade em São Paulo e seu sogro, que foi figura de plano superior na organização política da primeira República, acentua bem essas qualidades dominadoras de Glicério:

“Curiosa e difícil de apreender a figura de Glicério. Rábula em Campinas, foi sempre o cabo dos cabos eleitorais, a maior força das urnas.

.....

“O segredo de Glicério estava em que êle não se pertencia; pertencia aos seus amigos e à sua idéia.

.....

“Ao tempo da propaganda era êle a grande figura de São Paulo. Outros o excederam, sob vários aspectos, nem ninguém se lembraria de negá-lo. Mas, pelo conjunto de autoridade que só êle era capaz de concentrar nas mãos, pelas rivalidades pessoais que delia, pela multiplicidade de amigos que aproximava, Glicério era a encarnação visível do Partido Republicano Paulista. Vivendo para os outros, Glicério nunca soube viver para si. Escolhendo o fazer-se amar, qualidade negativa nas democracias, nunca soube fazer-se temer, talismã de vitória nos regimes populares”.

Numa carta de Prudente escrita de Piracicaba em 22 de julho de 1888, e na qual êsse grande propagandista, acatado pela sua austeridade e circunspeção, pedia providências junto a eleitores do partido de Brotas, Campinas e São Paulo, declara Prudente no fêcho — “Todos êstes já foram convidados, mas *sem esforço vosso não virão*”. Numa outra carta escrita a Cesário Mota e transcrita na Biografia de Bernardino de Campos, de Mota Filho — (Uma grande vida, pág. 266) escreve Glicério — “Para mim, durante a minha vida política, o centro de gravidade estêve sempre no eleitorado”.

Numa das eleições seguintes à campanha Rui-Hermes, sendo eu presidente de uma das mesas do distrito da Conceição, de Campinas, que funcionava na antiga Escola Complementar, reunidos os cabos no nosso escritório para revisão do quadro de eleitores, verificamos, com assombro, que Glicério ainda conhecia mais eleitores do que nós, que havíamos trabalhado dois anos antes nas comissões de alistamento.

Era êsse o segredo da sua imensa popularidade e do seu incontrastável prestígio junto às massas. Confundia-se com grandes e pequenos: aconselhava, exortava, esclarecia, corrigia dissensões, apara as arestas de alguns amigos de gênio mais “queimado”, mas não se esquecia nunca de acudir ao eleitor, e ao amigo com a proteção e o amparo.

Êste feito de caráter, acolhedor e franco vinha reforçado nêle por uma virtude raríssima entre políticos: não guardava rancor de golpes, leais ou desleais contra êle desferidos, fazia por esquecer as ingratidões

de amigos e apaniguados — porque julgava tudo isso fruto da contingência humana. A prova melhor dessa bela formação moral está no silêncio que guardou no período do seu ostracismo: repellido por Prudente de Moraes, que êle levara à Presidência, abandonado por Campos Sales, seu companheiro de meninice e atacado rudemente por antigos correligionários, sentiu a injustiça de muitos golpes mas fêz por ignorá-los. Não usava na sua vida política os processos rancorosos de certos chefes, alguns de valimento intelectual e de grande bravura cívica, que condimentavam as atividades políticas com azedume permanente, criando nas suas campanhas uma atmosfera insuportável. Glicério tinha pena dêsses auto-intoxicados, que Herculano de Freitas definira, certa vez, sorrindo numa figura de flagrante justeza, como “sujeitos que cozinham o ódio, em banho-maria, para consumo pessoal”.

No período da propaganda, principalmente nos seus últimos anos, de 86 a 89, o escritório de advocacia de Glicério em Campinas era um dos de maior atividade política. O “Clube Republicano” daquela cidade, fundado em 1871, era o quartel-general, e funcionava na rua do Rosário, hoje Francisco Glicério, num sobradão que fôra residência de José de Campos Sales, tio e sogro de Campos Sales. Depois passou para um sobrado do Largo da Matriz Velha, hoje Praça Bento Quirino. Mas o escritório de Glicério era a verdadeira sede do partido para os trabalhos incessantes da propaganda e da libertação de escravos. Por sistema, os escritórios de republicanos como, aliás, alguns outros de liberais, não aceitavam ações de senhores para obter a apreensão de escravos fugidos; mas assumiam as defesas dos fugidos, assim como promoviam resgate de quantos pudessem ser beneficiados pelas leis de manumissão.

O “LIMBO”

Funcionou o escritório de advocacia, nesse período, num sobrado do Largo do Rosário, 108, atual Praça Visconde de Indaiatuba, no local onde hoje se ergue o prédio da filial do Banco Comércio e Indústria. Na sala de entrada, além da mesa do solicitador Ricardo Coelho e de José Henrique Dias, que à habilitação de guarda-livros acrescentava a de cabo eleitoral eficiente, ficava a do Pedro, mulato atarracado, dado a curandeiro e acatado como excelente cozinheiro, mais tarde aproveitado num dos hospitais de febre amarela, em cujo serviço se desvelou, como figura inesquecível à cabeceira de doentes graves. A sala de Glicério dava saída direta para essa primeira. Ao fundo alojavam-se os companheiros, Antônio e, depois, José Lobo.

Na sala de entrada, a um canto, havia uma mesa vaga que recebeu, não se sabe desde quando, o nome de “Limbo”: servia para o recebimento e transmissão de recados de meio mundo, espécie de posta

restante, em que não se exigia sêlo nem prova de identidade. Não se usava envelope, senão excepcionalmente. Quem tinha que deixar um recado, escrevia, largava na mesa e ia embora. O próprio Glicério usava dessa eficaz mala-postal para seus recados. Nunca se soube de um extravio ou violação inconveniente. E havia alguns trocistas que deixavam recados arrevesados, impróprios para menores. Quando Glicério partiu para o Rio com mudança da sede, o "limbo" foi extinto, e o saldo da correspondência destruído. Alguma coisa ficou, e eu encontrei recados escritos que conservo por curiosidade. Um dêles é o seguinte dirigido por Glicério a seu mano Leão Cerqueira, espécie de Caixa dos negócios da família:

(No anverso, impressos)

CAMPINAS

ANTONIO ALVARES LOBO
Advogado

FRANCISCO GLICÉRIO
Solicitador

N. 108

Largo do Rosario
16 de julho de 1888

(No verso manuscritos).

(Do punho de Glicério)

"Leão.

Diga por que prazo vossê dá a meu sobrinho Alberto Passos os 3 contos de reis. Irmão Glycerio.

(E do punho de Leão Cerqueira)

"Actualmente e creio que até 31 de agosto, nada.

Leão".

O "Limbo" era instituição conhecida naqueles tempos, mas nunca foi imitada. Quando Glicério abriu escritório de advocacia no Rio, depois de sair do Governo Provisório, sem abandonar o escritório de Campinas, fazia dêle o seu centro de atividade política. No Rio, mais tarde, na rua do Ouvidor, 32, estêve instalado e em trabalhos ativos, principalmente no periodo de 1904, até sua morte, com o escritório de sociedade com José Lobo. A êles depois se juntou o dr. Luis Artur Lopes que mantém, até hoje, na nova sede a mesma disposição do escritório antigo, os mesmos móveis, muitos dos livros comuns — numa fidelidade afetuosa à memória do grande chefe político e habilissimo causidico.

Muitos episódios interessantes, alguns já conhecidos de narrativas escritas, outros colhidos nas narrativas orais de seus contemporâneos, confirmam o alto conceito daquele insuperável cabeça de partido.

Prova da vivacidade e diversidade dos processos a que recorriam os partidos políticos na época da propaganda é um que narrei, ao recordar o 27.º aniversário da morte de Francisco Glicério, em abril de 1943, evocando a memória dos chamados "Mosqueteiros da República", mais vulgarmente apontados como

OS MOSQUETEIROS DE GLICÉRIO

Os "mosqueteiros" eram jovens republicanos, estudantes recém-formados em direito e designados, pelos chefes do partido, para trabalhos de propaganda ou de cabala na antiga Província, fôsse em conferências públicas, artigos de jornal ou sondagens das hostes adversárias em reuniões mundanas. Eram soldados escalados para diligências arriscadas ou urgentes, de que os maiores não poderiam desincumbir-se com êxito — e basta mencionar-lhes os nomes para se aferir do seu valor e imaginar a diabólica eficácia da sua atuação: Alberto Sarmiento, Alfredo Pujol, Carlos de Campos, Herculano de Freitas e Júlio Mesquita. Era uma plêiade, espécie de tropa de choque, da inteira confiança dos chefes, mas adestrada e instruída diretamente por Glicério, elo insubstituível entre os chefes acatados e a "meninada" do partido. Foi isso entre 1884-87.

Pelo seu desembaraço e afoiteza e pelo talento já demonstrado em vários lances, assim como pelo prestígio que vinham conquistando em todos os centros, os 5 Mosqueteiros passaram a inquietar os chefes dos partidos monárquicos. Um dos redatores da "Tribuna Liberal", o dr. João Egídio de Souza Aranha, jornalista combativo e caçador estabonado, chamava ao grupo dos 5 "a cachorrada", esclarecendo que "os cinco", e outros que tais, só serviam para fazer barulho e espantar a caça do mato". Glicério divertia-se com êsses qualificativos denotadores do receio de golpes severos — e não teve muito que esperar para desferir êsse golpe. (O velho João Ferraz ou, mais extensamente, coronel João Belarmino Ferreira de Camargo, pai do Ministro Laudo de Camargo e componente decidido do grupo da propaganda, no setor do Amparo, com Bernardino de Campos, e o Cel. Pedro Penteado, conhecia episódios numerosos, alguns encantadoramente facetos que sabia narrar com extrema vivacidade. Parece-me que estou a rever aquêlê ancião encantador, paulista de velha têmpera, espirituoso e bem humorado a me narrar numa das vezes em que nos encontramos no Amparo, onde êle residia, êste saboroso episódio.

Havia num dos distritos de Rebouças ou Boa Vista, um eleitor, caboclo velho e resinguento, pai de vários filhos e cabo de confiança

dos conservadores; com os genros e alguns parentes formava um núcleo firme de 9 votos. Onde ia o chefe ia a turma, sem pestanejar, o que representava razoável contingente. Naqueles tempos os eleitores dos três partidos eram conhecidos a dedo, e a defeção de um bloco desses poderia causar transtornos irremediáveis. Ora, descobriu-se que a turma dos 9, pertencente a um "viveiro" do partido conservador, obedecia a esse chefe o qual, por sua vez, obedecia cegamente à "chefa", sua mulher, tipo de virago, voluntariosa e peluda, de rara energia, que comandava, não só o marido, mas o bloco eleitoral do distrito e alguns de distritos vizinhos. O Partido Republicano concertou um plano e os mosqueiteiros foram convocados para a conquista daquele bloco. Exposto o caso por Glicério, em tom pausado e solene, com algumas passagens algo burlescas, apelou para a mocidade, na qual "repousava a esperança da pátria e a confiança do partido" e declarou que esperava deles um serviço relevante, de grande delicadeza de realização. O serviço consistia em ir ao bairro e convencer aquela virago, com argumentos sutis e, se necessário, com carinhos perturbadores, das excelências do credo republicano e seus postulados ultra-liberais, a fim de que ela e seus submissos apaniguados abandonassem o partido conservador, cheio de velhos carunchosos e descarregasse a votação na chapa dos republicanos, incontestavelmente mais jovens, desempenados e viris. A conversa desenvolveu-se em tom confidencial, como plano de estado-maior. Quando, porém, os jovens espadachins souberam a espécie de bicho que deveriam conquistar, começaram as escusas e pretextos de insuficiência para obra de tamanho porte: Sarmento alegava enxaquecas frequentes que o impossibilitavam de desempenhar tal façanha, em bairro afastado e de maus caminhos; Mesquita obtemperava que o seu trabalho eficaz era na redação da "Gazeta de Campinas", ou em qualquer tribuna pública, nunca na catequese de aborígenes da espécie indicada; Pujol, Herculano e Carlos de Campos entraram com evasivas manhosas e inculcaram outros rapazes, servidores leais do partido, e que pareciam indicados para esse árduo cometimento — e apontavam José Lobo, Álvaro de Carvalho e Benço Bueno. Mas Glicério insistiu e, afinal, fez a escolha por sorteio. Foi sorteado um dos heróis, cujo nome a história do partido conserva em sigilo respeitoso, e esse bateu, no dia seguinte, a cavalo para o bairro distante.

Foram, de certo, empregados argumentos ardorosos e convincentes nessa cabala porquanto, nas primeiras eleições, realizadas dias após, o partido conservador tomava um rombo de 18 votantes — 9 que lhe faltavam e 9 que, assim, eram acrescentados ao *quorum* do partido republicano.

Feita a apuração, reunidos os chefes dos três partidos na casa comercial de Elói Cerqueira, a fim de se vangloriarem das recíprocas picardias, ali apareceu muito murcho, entre outros chefes derrotados, o Barão de Itapura, Nenê Aranha, adversário político e grande amigo de Glicério que, interpelado sobre aquêl grande furo, pois os 9 eram do seu "viveiro", confessou o segrêdo da marosca entre gargalhadas dos circunstantes:

— Quando me faltaram os 9 votantes, eu logo disse: isso é obra do canalha do Glicério que, decerto, soltou a "cachorrada" na roça do meu compadre...

Ao que respondeu Glicério: — "Seu Nenê, não foi preciso soltar a "cachorrada". Bastou um perdigueiro para fazer a nihhada mudar de moita..."

Uma evocação sentida aos 5 mosqueteiros foi feita por Alfredo Pujol, ao proferir o seu tocante, o seu magistral discurso de despedida junto ao túmulo de Carlos de Campos, no cemitério da Consolação, naquela tarde enevoadada e triste de 28 de abril de 1927; Pujol era o sobrevivente da turma que a morte cruelmente ceifara em menos de dois anos.

Por isso, à beira da cova que ia receber os despojos do amigo de tão alto espírito e tão nobre coração, disse emocionado, e mal reprimindo as lágrimas: — "Os que me foram buscar no meu retiro obscuro e voluntário, quiseram talvez ouvir, nesta hora de profunda máguia, a palavra amortecida do passado, recordando a quadra luminosa em que mais intensamente se agitou a propaganda dos ideais da democracia e da liberdade. A última geração que evangelizou a República foi a nossa, sinistramente açoitada pela morte nestes últimos tempos. O primeiro que tombou foi Herculano de Freitas, inteligência fulgurante, que era o nosso orgulho e a nossa fôrça. Depois, Júlio de Mesquita, meu amigo, meu irmão, meu mestre, que foi um dos maiores jornalistas da idade contemporânea. Em seguida, Alberto Sarmiento, doutrinador estudioso, valente na polémica e na controvérsia. Agora, Carlos de Campos, orador e panfletário, incisivo e brilhante, cheio de seduções, de uma tolerância, de uma doçura, de uma bondade sem par. Chamava-os Francisco Glicério "os Mosqueteiros da República". Estávamos todos na primavera dos vinte anos. Cada um de nós cumpriu o seu destino nestes quarenta anos de vida pública. Muitas vêzes estivemos em campos opostos, não por conflito de ambições mesquinhas e subalternas, mas por amor aos princípios que cada qual prezava e defendia. Passada a peleja, nunca deixamos de estender a mão, uns aos outros, porque jamais desferimos golpes irreparáveis contra o adversário".

A ONDA AVASSALADORA DA PROPAGANDA

(1885-1889)

A propaganda republicana acelerava, de mês para mês, sua já grande intensidade. Em Campinas a Municipalidade ia contando, de ano para ano, maior número de prosélitos. Campos Sales fizera-se eleger vereador em 1872 e dominara a edilidade até 1876; de 77 a 80 fôra reeleito em companhia de 2 outros correligionários, Jorge Miranda e Antônio Pompeu, cunhado do grande chefe conservador, o Visconde de Indaiatuba; de 81 a 84 elegeram-se Glicério, Elias Augusto do Amaral Souza e o dr. Salvador Leite de Camargo Penteado, seguindo-se-lhes de 83 a 86 Jorge Miranda, José Maria Lamaneres, Amador Bueno Machado Florence e Manuel Francisco Mendes. Campos Sales e Prudente representavam o partido na Assembléia Provincial, de 82 a 83 com Gabriel Piza, Martinho Prado e Rangel Pestana; Prudente e Campos Sales, em 84, chegavam à Assembléia Geral, compondo com o deputado mineiro Álvaro Botelho o primeiro trio de combatentes que iam defrontar-se com os grandes do Império, bem perto do trono de D. Pedro II. Em outras municipalidades de São Paulo também se fazia sentir a marcha avassaladora da propaganda. E a Câmara de Campinas, no triênio de 87 a 89, contando no seu elenco quatro vereadores republicanos — Salvador Penteado, Júlio de Mesquita, José Paulino Nogueira e Antônio Álvaro de Souza Camargo — elegera para seu presidente o primeiro dêles, dr. Salvador Leite de Camargo Penteado, republicano de puras e arraigadas convicções, bom companheiro desde as primeiras horas e que, do seu posto, ia dirigir uma assembléia de edis que seriam, fatalmente, arrastados pelos republicanos, mais aguerridos e competentes.

— E Glicério ?

— Glicério era o grande artífice dêsses êxitos eleitorais; não conquistara cadeira de deputado; fôra vencido na última eleição, por escassa diferença, mas prosseguia sua campanha abalando, a começar pelos alicerces populares, o trono monárquico. Era a grande voz do partido e o orientador mais eficaz de toda a pujante organização. Era quem mais miudamente se correspondia com os chefes nos outros centros de agitação, quem acompanhava e fiscalizava a atuação dos deputados, nas duas câmaras legislativas e quem lhes transmitia notícias, sugestões, advertências e a opinião das várias correntes eleitorais com as quais estava em perfeita consonância. Era quem melhor sondava e sentia a alma popular. O rãbula de Campinas, com uma acuidade em que nenhum outro chefe o igualava e um completo domínio dos assuntos, com firmeza de orientação, apoiava a atuação dos companheiros e, quando necessário, lhes desferia alfinetadas de advertência para evitar

a frouxidão nas investidas. Basta, para provar, ler algumas das preciosas cartas por êle dirigidas a Prudente, Campos Sales e Quintino Bocaiuva, as quais foram colhidas por Francisco Glicério de Freitas, no opulento manancial de copiadores de seu avô, e dadas a público, com outros documentos, numa conferência que realizou em Campinas, vai para cinco anos, depois publicada no "Jornal do Comércio" do Rio, numa das suas suculentas edições de domingo.

Campinas, 19 de Fevereiro de 1885
Prudente. — Piracicaba.

Respondo a tua datada de 16 do corrente. Escrevi ao Saldanha (1) que você levava o incógnito até ao rigor de não o prevenir da chegada. Quanto a São Paulo, faça o seguinte: Chegue lá, entre no hotel de França, peça ao Guilherme reservadamente que despache sua bagagem, vá á noute a "Província" e em palestra diga que volta ainda a Piracicaba no dia dez, para se dirigir com brevidade para o Rio. No dia seguinte você parte pelo primeiro trem do Norte, e assim enquanto os de São Paulo estão persuadidos que você vai a caminho de Piracicaba, você vai mas é a caminho do Rio, onde chegará sem ninguém perceber. O Campos Sales mora no Cosme Velho número 23. Na estação de Pedro II, no Rio é só tomar o carro e ir dormir já com elle.

Mas trate de partir logo.
Adeus e até sempre.
Teu amigo
Francisco Glicério.

Campinas, 17 de Abril de 1885
Ferraz. (2) — Rio de Janeiro.

Respondo as tuas últimas, cujas datas não assinalo, porque elas andam de deo em deo. Algumas até estão extravaiadas. Você não calcula em que apuros me vejo com as tuas cartas. Causou alvoroço aqui e no interior a tua estréia: os liberais já afirmavam que você não tomaria parte em debate algum. Eles tinham sua razão porque o Chico lhes tem dito: deixem estar, aquilo lá não é assembléa Provincial. E os tais

(1) — Saldanha Marinho, chefe do Partido Republicano.

(2) — Era êsse o tratamento dado por Glicério a Campos Sales, seu amigo e duas vêzes compadre.

saíam a tocar caixa no mesmo sentido. Houve geral e evidente satisfação dos amigos e a "Gazeta" rufou os tambores em ordem. No noticiário, não "pude" deixar de assinalar a circunstancia do sétimo distrito, afinal, recobrar o uso da palavra. Mas fi-lo em frase rebuscada. Ninguém achou "adiantamento" demasiado, no teu discurso. Naquele diapasão você pode conservar-se à vontade, e não levanta susceptibilidades. Nós já tomamos conta do país, e agora só depende do seu aparecimento e do Prudente, sempre com successo na tribuna. Você não imagina que influencia exerce aqui em todos os espiritos, a intervenção no debate. Os próprios liberais mostram-se alegres com teu discurso. Muita gente se incomoda é com aquelas ausências tua e do Prudente, que parecem de combinação com os conservadores: isso por meu ver. Achei um pouco frio o "Paiz" na apreciação do teu discurso. Recomende-me à comadre e ordene.

Do amigo
Francisco Glicério".

Campinas, 17 de Maio de 1885
Ferraz. — Rio.

Tua carta de 12 do corrente, depois de andar de mão em mão, voltou-me hoje às mãos felizmente sã e salva, e por isso só agora respondo.

Por aqui agradou muito o discurso do Prudente, e a attitude de vocês na recepção do ministério. Salvo melhor juizo, formado aí pelas circunstâncias do meio, me parece que o Prudente teria podido assinalar com vantagem e em contradição, o cheque à Coroa pelas oposições coligadas na sessão de 4, porquanto o Dantas evidentemente confessou o ano passado haver celebrado o pacto com a Coroa.

Isto, além de ter o mérito de dar uma alfinetada no Rey, contentava aos nossos amigos um tanto escravistas, que andam massados com a nossa aproximação ao Rey na questão servil.

Você sabe que os Assis Prado existem não só no sétimo como no oitavo distrito.

Agora convém acentuar nos discursos a dosagem republicana. Além da resposta ao discurso da Coroa é mister falarmos na discussão da receita e despesa, definindo a doutrina democrática nos impostos, nos juros, cortando largo nas despesas a começar pela lista civil.

Vocês afrontarão “esse cabo tormentoso”? No orçamento da justiça o Prudente deve falar, acentuando principalmente a doutrina republicana na descentralização em matéria de organização judiciária e magistratura. No orçamento do império você deve tratar da reforma municipal, da descentralização política e administrativa das Províncias, da liberdade de cultos, devendo-se incluir nas atribuições das assembléias e senados provinciais as faculdades inerentes ao Estado. Quanto ao casamento civil, não sei se deve ser regulado por lei geral ou provincial; parecendo-me todavia que deve ser por lei geral. O registro civil e cemitérios devem, seguido penso, ser regulados por lei municipal. Na discussão do projeto servil acho que ambos devem falar, não se esquecendo o projeto do partido. Olhe que isto é essencial, porque os nossos homens estão de ouvido alerta. Eu tenho-os preparado fazendo-lhes ver que o substitutivo de vocês é simplesmente passando para as províncias a faculdade de legislarem como entenderem sobre os assuntos, e que, em tal caso, o substitutivo não pode trazer a cláusula da indenização porque isso vem a ser a lei geral legislando a priori num ponto que entende com a moralidade da lei provincial.

Você não acha conveniente conseguir que promovam aqui, sem ser apercebida, uma representação popular contra os impostos do projeto, e propondo as idéias do Cristiano Ottoni aventadas aqui, antes d'ele, pelo Cesário Motta, em 1883?

Por nossa gente o Saraiva caiu em desagrado. Os liberais de Mogi-Mirim estão já na imprensa se hostilizando enormemente por causa da eleição provincial. J. Cintra sustenta o Maylaski, o dr. Castro, dr. Ezequiel, dr. Oscar e outros sustentam o Alexandre Coelho. Escreva ao Cintra aconselhando-o a tomar atitude na política e colher vantagem da situação. O Araújo é candidato a provincial mas ignoro se aceito pela União segundo consta.

Adeus e até sempre.
Teu amigo
Francisco Glicério.

Campinas, 14 de Julho de 1885
Prudente e Ferraz. — Rio.

Não pareça a vocês que a data influi sobre o assunto desta carta. Creio que vocês já têm dado provas suficientes de moderação e critério, e que agora devem romper o silêncio frequentando mais a tribuna em alguns tiroteios onde firam a monarquia no coração, na corrupção, em suma é mister uma dessas discussões estrepitosas que toque a imaginação popular, e em que o deputado fira impiedosamente a monarquia, o imperador, ainda mesmo que seja chamado à ordem, mas depois de haver dito tudo quanto queira.

Isto que eu digo é o que me parece estar no interesse da propaganda, e é o único meio de agitarmos a opinião do país em nosso favor; mas sempre sujeito ao critério de vocês. Devo entretanto informar-lhes que assim me exprimindo eu sou eco da opinião dos nossos correligionários os quais, sem embargo, estão também sujeitos ao mesmo critério de vocês. Por exemplo: o Chico Queiroz, Presidente da Província em exercício e assinando circulares ao eleitorado para a eleição provincial e dando a elas publicidade ostensiva do "Diário Liberal". Pois o Saraiva já não é o mesmo de outros tempos? Tudo isto, repito, está subordinado a vocês.

Adeus do amigo
Francisco Glicério.

5 de Março de 1888
Quintino. — Rio.

Minha intenção era vir do Rio da Prata em direção ao Rio, mas não me foi possível dirigir assim a minha viagem. Então conversaríamos à vontade. Não sei o que terá acontecido ou se nada de mais terá acontecido no Rio, por causa da nova questão militar.

Pois bem, o que eu venho dizer-te é que o tempo está chegado. Você deve agora dirigir qualquer movimento militar no nosso sentido e dar o golpe decisivo logo que contar com elementos de sucesso.

Vibre o golpe aí que S. Paulo e o Rio Grande respondem imediatamente. O resto à sorte da República eu não tenho

mêdo. Tens companheiros? Não sei nem quero saber porque acho que é bastante a tua pessoa. Em seguida "ao fato", vêm os homens, Jámais se viu tantas correntes favoráveis como no momento atual. Não perder o novo ensejo que surgiu no Rio de Janeiro, eis tudo. Esta vai registrada, para segurança na entrega. Fico aguardando as tuas comunicações e ordens.

Teu amigo
Francisco Glicério.

CARTAS DE QUINTINO BOCAIUVA A F. GLICÉRIO

Meu caro F. Glicério

Acho legítimo o orgulho que V. manifesta pela vitória eleitoral dos nossos amigos, mas o verdadeiro triunfador é V., i. é o partido republicano de S. Paulo, como tão justamente foi V. cognominado em um telegrama que li, já não me lembro onde.

Eu também participei da alegria e embora à frente de uma fôlha neutra manifestei, como pude, o meu júbilo.

Tenho recebido duas cartas suas recomendando a dois amigos com os quais estou em contacto e pelos quais farei o que me fôr possível. Desejando a V. e a todos os seus as prosperidades de que são tão dignos aperta-lhe a mão

O am^o correlig^o af^o obr^o
Q. Bocaiuva.

Rio 21 de
Jan^o 85.

Rio 26 de Março
1888

Meu caro Glicério

Sôbre o contexto da tua primeira carta só agora te direi que a ocasião não era oportuna.

Ninguém mais do que eu deseja e promove pelos meios ao meu alcance a realização do único desideratum, da única esperança que nos resta hoje e como partidários e como patriotas.

Sem jactância creio poder dizer que tenho espreitado tôdas as ocasiões e tenho aproveitado tôdas as circunstâncias e elementos para o fim de tornar possível o grande fato de que depende o futuro da nossa causa e o futuro da nossa pátria. Mas o momento ainda não chegou. Há-de chegar, talvez mais brevemente do que se supõe. Saber esperá-lo é também dar prova de sagacidade política.

É essa e, entre outras, uma das minhas pretensões.

(No alto, c/ sinete em alto relêvo dourado as iniciais QB entrelaçadas, sob um barrete frigio e a divisa: SPIRA SPERA).

O 15 DE NOVEMBRO

Consertou-se, afinal, o golpe da proclamação, que fôra a principio retardado, por vários motivos, depois acelerado por atos inábeis dos gabinetes de govêrno que se substituíram em notória desarmonia e desacertos que ainda mais os enfraqueceram.

Partiu êle de Campinas a 7 de novembro, sem nada dizer a ninguém do motivo dessa viagem. Campos Sales, Bernardino e Rangel Pestana haviam tido conhecimento, em São Paulo, do plano, por uma carta entregue de mão por Medeiros e Albuquerque; transmitiram o recado, em linguagem convencional, a Glicério, em Campinas e a Prudente, em Piracicaba. Ao embarcar declarou Glicério a Antônio Lobo que ia a Vassouras, Estado do Rio, tratar de negócio de um cliente com o Banco do Brasil. Não se esqueceu, entretanto, cauteloso como era, de renovar o seu seguro de vida, na "New York Life" e lançou no Caixa do escritório o prêmio pago pela renovação, 582\$500. Os atos e fatos que tiveram desfecho na madrugada de 15 de novembro — "ao sol de 15 de novembro" como dizia, enfaticamente, a primeira proclamação do Govêrno Provisório — são hoje amplamente conhecidos, podendo-se coordená-los com o depoimento de várias fontes que Evaristo de Moraes andou colhendo e condensou num dos seus últimos livros.

No período inicial do Govêrno, experimentou êste, sob a chefia de Deodoro, embates de tôdas as espécies, principalmente apoquentações de correligionários mais afoitos. Para o Govêrno entrara, em lugar de Glicério, mas por êste indicado, Demétrio Ribeiro, representante da corrente positivista de Júlio de Castilhos, homem inflexível e sêco, por isso mesmo mau político que logo se indispôs com

Rui Barbosa e saiu do Governo, passando logo depois a fazer-lhe crítica acerba pela imprensa e pela tribuna parlamentar na Constituinte. Glicério que estava em Campinas, a tratar da arregimentação melhor do partido e a pôr um pouco de ordem nos seus negócios, foi chamado ao Rio em janeiro de 1890, com urgência e ali foi forçado a assumir a pasta de Ministro da Agricultura.

No escasso período de 1 ano em que ocupou a pasta, revelou Glicério, com espanto dos próprios companheiros que, à sua argúcia política, possuía conhecimentos cabais dos dois problemas básicos da pasta, que ainda hoje fazem perder o sono aos governantes — Imigração e Transportes.

Aproveitando conhecimentos hauridos de confabulações que tivera com seu amigo, Visconde de Parnaíba, quando diretor da Companhia Mogiana, redigiu o decreto 862, de 16 de outubro, que é o plano mais completo de rasgar o centro brasileiro de Goiás e Mato Grosso para pô-lo em comunicação com a orla marítima e o resto do país, norte e sul.

A CONQUISTA FERROVIÁRIA DO CORAÇÃO DO BRASIL

Reverendo estudos feitos no Ministério e ali desde muito engavetados, Glicério modificou alguns desses estudos e deu diretrizes arrojadas que, anos mais tarde, seriam aproveitadas pelo Governo, no plano de pôr em comunicação o nosso "hinterland" com a faixa litorânea e os grandes centros consumidores. Só agora, 55 anos depois da promulgação do decreto, está sendo tentada essa intercomunicação na empresa do Brasil Central, em condições que deixam a perder de vista aqueles poucos favores de faixa de terras devolutas e garantia de juros para o capital que o Governo de 1890 oferecia aos concessionários.

1. — Linha de Jaguará a Catalão, passando por Uberaba;
2. — Ligação de S. Pedro de Uberabinha (hoje Uberlândia) a Cochim, Estado de Mato Grosso, passando abaixo do rio Meia Ponte, em Goiás;
3. — Prolongamento de Perdões a Catalão, prosseguindo até alcançar a E. F. Central, perto de Barra Mansa, e no outro lado até entroncar com a Mogiana, passando por Araxá;
4. — Linha que, partindo de Catalão e cortando Goiás, procurasse as divisas da Bolívia com Mato Grosso, a fim de servir à navegação do Araguaia e Rio das Mortes;

5. — Catalão para Palmas, no Norte, ou ponto mais conveniente à navegação do rio Maranhão;
6. — Finalmente, concessões para ligações coordenadas de linha férrea de Patos ao rio Tocantins, a fim de facilitar a navegação por este rio até Belém do Pará.

Era um plano grandioso, mas que nada tinha de utópico. A prova é que foi realizado em parte por estradas particulares e em parte pelo próprio Governo, e continua, com pequenas variantes, dentro das linhas gerais traçadas naquele notável decreto.

O Governo foi rudemente atacado por essas concessões e outras: mas os tempos se encarregaram de provar que os críticos da imprensa agiram com ignorância, movidos por inspirações de ódio político. Quando fôr um dia realizado, — se o fôr — esse plano porá em projeção o nome do rábula campineiro entre os estadistas de visão em matéria de transportes tão larga como o foram Mauá e Visconde de Parnaíba.

DIFICULDADES DE NEGÓCIOS. A PENÚRIA DO GRANDE CHEFE

A época trabalhosa, eficaz mas agitada do Governo Provisório, quando ele ocupava a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, coincidiu com a agravação angustiosa de sua situação financeira. O mau vêzo de se imputar aos nossos políticos a prática de atos desonestos na gestão dos negócios públicos, vício que vem de longa data e parece ser herança dos processos partidários dos nossos ancestrais portugueses, não podia poupar o nome de Francisco Glicério. O plano das concessões ferroviárias, plano vasto que atestava uma visão e descortino de verdadeiro estadista, já havia dado ensejo ou pretexto para ataques acrimoniosos, imputando-se a Glicério interesse nesses contratos, que — assoalhavam os difamadores — ganhara elevadas quantias. Imputação idêntica fôra assacada a Rui Barbosa que, no célebre discurso político de Campinas, na campanha civilista de 1910, definiu a malsinaria das campanhas dos nossos partidos políticos, — como válvula de avarias morais profundas. Vale a pena recordar êsses períodos de fogo:

“Para essas misérias o homem político deve olhar com filosofia. Realmente, o mal parece ter funções necessárias nos mistérios do destino humano: a malsinaria, na vida pública, emparelha com a prostituição, na vida sexual. Válvulas derivativas, uma e outra, de paixões e

avarias, físicas ou morais, cuja invasão, por êsses escoadoidros, se distrai dos órgãos essenciais à existência da sociedade”.

Em janeiro de 1890 falecia em Campinas a sogra de Glicério, Madame Masson. Ele, absorvido, no Rio, pelos trabalhos do Governo Provisório, que já evidenciava a brecha dos primeiros desacordos, não pôde vir a Campinas. Por êsse tempo venceram-se compromissos pessoais de várias letras, dívidas por êle assumidas durante a campanha republicana que cresceram, com os juros e outros encargos, sem que êle, com os escassos proventos de Ministro, pudesse solvê-los. Eram compromissos de cuja relação e montante nem meu pai, seu companheiro de escritório e sócio nos honorários, jamais tivera conhecimento.

Glicério teve, afinal, que expor a situação dolorosa numa confissão completa em carta começada a 17 de julho e concluída no dia seguinte, documento impressionante que foi publicado na íntegra em cópia fotostática, na “Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes” de Campinas, de dezembro de 1916 e transcrita nos Anais do Senado Federal, a requerimento de Francisco Sá. É um documento cuja leitura emociona, e no qual Glicério apelava para a dedicação do amigo e companheiro e dava um plano de liquidação pelo qual se dispunha a vender tudo quanto possuía, inclusive a casa de residência, pois já vendera aos irmãos a parte que possuía na fazenda de Jaú — tudo isso para pagar credores, alguns dos quais principiavam a importuná-lo com exigências angustiantes.

A leitura da carta diz melhor da situação do que qualquer resumo ou comentário.

“S. Paulo, 17 de Julho de 1890

Lobo

Venho referir-te circunstâncias de minha vida, neste momento bem tristes para mim e bem superiores à contingência humana.

Pede ao Deus dos catolicos que me auxilie, que eu só vejo em tôrno de mim o dever de ser forte, a necessidade de ser puro, e os perigos da minha situação.

Quando parti, disse-te que te mandaria 30:000\$000 para pagares aqueles três compromissos que envolvem a minha honra e o meu nome — no suposto de que viria receber essa soma de meus irmãos, pela venda do meu quinhão na fazenda de Jaú, pois supunha poder liquidar, pelo menos, 40 contos. Deram-me 20 contos, sendo 12 já, e 8 depois ! Que pancada levei na ca-

beça com essa triste nova, deves imaginar. Equilibrei-me, o mais que pude, para não cair fulminado, e não dei sequer a perceber que eu assim ficava exposto a um desastre moral que me pode ser fatal.

Disse ao Jorge que te mandasse os 12 contos — Você pague com eles a Rafael Sampaio & C^o. 8.602.670, pela liquidação de D. Gertrudes de Arruda Camargo e o excesso entre para a reforma da letra endossada pelo Octaviano, no Banco Provincial. Quanto ao saldo das prestações, D. Isabel e Domingos da Costa Neto, serão pagas do seguinte modo: com os 8 contos que pedirás ao Jorge, com o possível vagar e com o produto da venda de minha casa, para o que te mandarei procuração minha e de minha mulher do Rio de Janeiro.

Arranja-me isso, pelo amor de Deus, de modo que meu nome seja salvo do naufrágio.

Além disso tenho outras dívidas, sendo a que mais me tortura a de Santos, Irmão & Nogueira — a quem não posso e não devo prejudicar — sob pena de ser um falso amigo.

Calculo que os nossos serviços do escritório podem dar, no mínimo, 40 contos, sem incluir Fiorita & Tavolaro, mas isso é de liquidação demorada.

Portanto, tudo depende das tuas diligências, da tua dedicação a mim.

Se estes meios falharem, temo que a minha honra será o pasto apetecido dos meus cruéis inimigos e a m^a retirada do governo e da política uma consequência forçada do desastre.

Então a minha visita a Campinas passará a ser uma eterna despedida, no seio dos meus companheiros, no teatro das minhas glórias. Bem vêes quanto isso é horrível — menos para mim do que mesmo para a salvação e o ressurgimento de minha terra.

Não sei o que eu desconfiava quando, a custo, desprendi-me de vocês — e entretanto eu nada suspeitava. Meus irmãos apresentaram-me um cálculo exato, contra o qual nada tenho que reclamar. Mas a questão é que eu devia à firma a parte do meu capital, que eu retirei aos poucos, e a sociedade tem não pequeno passivo. Se eu pudesse esperar a colheita de 91,

então estaria salvo — mas não posso, pelas circunstâncias que estou expondo.

Eis tudo — tudo quanto me acontece — depois que cheguei ao fim da minha jornada política. Aqui estou, sem poder me abrir com viva alma. Quis chamar-te, mas verifiquei que eu não poderia conter-me, sem disparar no mais indiscreto desa- bafo. Esse encontro seria até um vexame para mim — que preciso manter calma, reflexão e firmeza inabalável.

Não posso chamar-me um infeliz, porque o culpado fui eu. Sou apenas um patriota sem dinh^o com a responsabilidade do govêrno e do futuro de S. Paulo.

Há uma coisa que me tortura o coração e a consciência — fiz a República, à custa do dinh^o alheio prejudicando meus credores. Este espinho há de levar-me ao túmulo, se eu não puder salvar-me no momento atual, a fim de trabalhar e pagar as minhas dívidas.

Vês quanto deves fazer por mim. Confio a direção dos meus negócios a você e parto para o Rio... para aquêlê inferno, levando a alma em pedaços.

Olha: salva-me, e fica desde já pago do teu serviço, rece- bendo êste conselho: nunca sejas chefe político.

Esta carta começada ontem está sendo concluída agora, às 5 horas da tarde de 18, e daqui a pouco vou ao banquete político que me dão!

E vou mostrar-me risonho, e vou fazer discursos! Adeus. Dá-me um abraço e que isto me anime. Teu am^o

GLICÉRIO.”

A êste apêlo desesperado respondeu Antônio Lobo em carta de 20 de julho, tranqüilizando Glicério, repelindo a idéia da venda da casa e dando um outro plano que, aprovado, foi fielmente seguido: consistia em expungir da relação os credores menores, que são sempre os mais incômodos, liquida alguns outros compromissos que Glicério considerava de honra e amortizar gradualmente os que não pudessem ser integralmente pagos. Os meses de julho a outubro, pelo que pude verificar através do coprador de cartas do escritório, fo- ram meses sombrios. De um lado os compromissos, pagos com o ren- dimento normal do escritório, do outro a depressão consequente da epi- demia de febre amarela que, de fevereiro a abril, caíra sôbre Campinas, fazendo fugir espavorida a sua população e afetando, como era fatal,

o giro de todos os negócios. Mas as liquidações continuaram, vencendo naturais embaraços, embora o copiador de cartas desse período mais pareça um registro de títulos a pagar e de resgate de "papagaios" do que correspondência particular e política entre os dois companheiros. Os amigos são para as ocasiões e Glicério teve, certamente, o conforto de verificar que, diversamente de tantos outros que o abandonaram ou maisinaram na hora do aperto, alguns poucos guardaram fidelidade sem desfalecimento à afeição fraternal que os unia.

Em 13 de novembro de 1890 escreve Antônio Lobo uma carta a Glicério que começa por este período alentador:

"Dou-te uma boa notícia: nada mais deves na praça de Campinas, salvo Santos Irmão & Nogueira e Elias de Souza. Dir-te-ei por estes dias o que houve".

Não fôra preciso vender a casa. Glicério ficou intrigado com essa pronta liquidação e, mais tarde, teve explicação cabal. Um outro amigo comum, homem generoso, já conhecido por seus gestos de nobreza, Antônio Carlos da Silva Teles, tendo sabido, em viagem, pelas expansões azedas de um "quidam" que Glicério tinha dívidas na praça e compromissos que não foram resgatados mas estavam sendo vagarosamente amortizados, procurou Antônio Lobo, soube por este da situação exata e decidiu colaborar sem tardança, e de forma concreta nesse socorro. E, sem documento de espécie alguma, antes com recomendação do maior sigilo como se aquêlê ato fôsse um pecado, entregou a meu pai 36 contos, dinheiro que bastou para a capina raza daquela seara de tiriricas.

SAÍDA DO GOVERNO

Dissídios irremediáveis do Governo Provisório fizeram com que Glicério acompanhasse Rui Barbosa na demissão coletiva do Ministério. Entrou, após, para a Assembléia Constituinte, na qual representava S. Paulo e ali iniciou um outro grande período de atividade política.

Nas sessões ordinárias, enfrentou as críticas acerbas e pulverizou-as em discurso que ficou famoso, proferido na sessão de 6 de outubro de 1891, no qual com energia, elevação e argumentos irretorquíveis fez a defesa dos seus atos e de muitos do governo provisório no qual colaborara. Mas a tempestade, verdadeira crise de mudança, teve a deflagração conhecida por "golpe de estado de Deodoro", seguida, menos de um mês após, do contra-golpe de Floriano que, nessa emergência, começou a revelar suas extraordinárias virtudes de chefe.

cauteloso, mas de firmes decisões. Glicério aproximou-se d'ele, sentindo que ali estava a grande força que, bem conduzida, como foi, faria a consolidação da República.

GLICÉRIO E FLORIANO

As tempestades, cujos primeiros coriscos foram os do lamentável estabamento de Deodoro, mal inspirado por um grupo de aproveitadores da sua situação de chefe de governo (fenômeno que, entre nós, freqüentemente se repete) tiveram com Floriano a sua mais extensa, grave e danosa eclosão, no levante da esquadra. Foi, então, que Glicério prestou serviços que se contam entre os maiores que um homem, nas suas condições, poderia prestar à sua pátria. Identificou-se com a causa de Floriano porque este representava a defesa da autoridade do governo contra a masorca que afetaria, talvez, a sobrevivência da república. E, quando, debelada a revolta, com o apoio dos melhores elementos do exército e a colaboração decidida de republicanos destemidos — entre eles Bernardino de Campos no governo de São Paulo e Júlio de Castilhos no do Rio Grande do Sul — foi possível cuidar da restauração dos serviços públicos, profundamente perturbados, empenhou-se Glicério em assegurar a volta do país ao regime de um governo civil, o que era, então, tarefa das mais árduas, pelas efervescências que ainda se notavam. Reconhecia ele em Floriano, como sempre proclamou, altas virtudes de coragem, patriotismo, boa fé, tendências democráticas, honradez ilibada, firmeza nas decisões e inexorabilidade na repressão. Mas taciturno, como era, sem a flexibilidade indispensável ao exercício de um cargo que exige do seu ocupante tanto a visão larga do administrador, como a capacidade de apreensão rápida do político, Floriano precisava de um circueiro para carregar a sua cruz. Glicério assumiu esse pôsto.

Sendo necessário criar um organismo político para apoio daquele honrado governo, e escolha do presidente sucessor, criou o P. R. F. com os velhos amigos e os mais devotados correligionários e consubstanciou num programa, que ainda poderia ser considerado modelo no gênero, como seu primeiro alicerce, a defesa dos princípios cardeais consignados na Constituição de 24 de fevereiro. A chefia do partido exerceu-a ele com eficácia, com firmeza, com seguro descortino e, como autorizadamente notou Tavares de Lira "sem formas rígidas de comando".

Esforçava-se Glicério por trazer Rui Barbosa, seu grande amigo, talvez o seu mais fervoroso admirador entre os companheiros do 1.º governo provisório, ao âmbito do partido e ao apoio de Floriano. Não o conseguiu. Rui desfechara contra Floriano uma campanha de grande violência, através da imprensa; Glicério empregou, para dis-

suadi-lo dessas investidas, a sua poderosa dialética política e a teia envolvente de seu prestígio pessoal. Demétrio Ribeiro também romperá com Rui e com Floriano e Glicério, que estava com Floriano contra Demétrio, esforçou-se por trazer também Rui para o seu lado. É dessa época a admirável carta que João Mangabeira inseriu no seu recente estudo sobre Rui — *O Estadista da República*, carta que, até então, se conservava inédita:

“Rio, 13 de julho de 1893.

Rui.

Chamo a tua atenção para o discurso do Demétrio, publicado no “Diário do Congresso” de hoje. Andas muito irritado na imprensa. Razões te sobram para isso, é bem certo. Mas, do outro lado, por que não tens um pouco mais de paciência?

Olha, Rui: estou convencido de que *estás politicamente em caminho errado*. Este meu testemunho tem o valor da sinceridade, da lealdade de um amigo certo, o que é muito raro. Adeus, e até sempre, teu amigo Glicério”.

Com o exílio de Rui e de outros, cuidou Glicério de fortalecer os passos para a entrega do governo a um presidente civil. Travou-se luta perigosa para as instituições porque, ao lado do trabalho claro dos políticos do P. R. F. por ele orientados, fervia uma intrigalhada de politiquinhos de baixo matiz, que circundavam, alvoroçados e maléficis, as patentes militares, procurando converter a solução normal de uma substituição de governo, num caso trevoso de acinte a pruridos militares.

Glicério venceu a campanha, porque havia conquistado a confiança integral de Floriano Peixoto, através de um trabalho de persuasão dos mais eficazes. E Prudente de Moraes viu o seu nome escolhido em pleito cortado de boatos e rumores, mas foi reconhecido e empossado. Conta-nos Dunshee de Abranches que Floriano, vencido pelo trabalho pontual de Glicério, deu solução definitiva a esse caso, e dele se aproximando com a intimidade de excelentes camaradas que já eram, pegando-lhe na ponta da orelha declarou: “... é o Prudente, mesmo, mas desta há de sair sangue...”

A posse de Prudente era o reinício da nossa vida constitucional. Como, entretanto, em política os argumentos da lógica não têm significação, dois anos após já declinava o prestígio do grande chefe. A nau do P. R. F. que ele capitaneava começara, com os primeiros vagalhões e com a faina de porão de alguns grumetes traiçoeiros, a fazer água. Glicério seria, como foi, apeado do comando, e a nau

política, sem aquêlê astuto timoneiro, tinha que soçobrar, como soçobrou.

O preparo e a arregimentação do partido para essa escolha foram exaustivos e entrecortados de rajadas de desânimo de vários companheiros, mas conduzidos por Glicério com uma perícia e uma confiança inabalável. Contava êle com a lealdade de propósitos e o patriotismo indefectível de Floriano Peixoto. Êste enfrentara a grave tempestade do levante custodista e vencera — mas a vitória custou ao país muito sangue e uma completa desorganização de serviços em vários Estados. O fermento de ódios, antigos uns, recentes outros, deslocara o nível do bom senso de muita gente e a perspectiva era de instalação, no país, da ditadura militar. Na “Carta aos Paulistas”, publicada em fôlha inteira do “Estado de S. Paulo”, de 11 de julho de 1897 e em outros jornais — quando se declarara a hostilidade de Prudente, contra êle, chefe do Partido que fizera a eleição — escreveu Glicério êstes períodos dignos de rememoração: —

“Os anos de 1893 e 1894 assinalam evidentemente a maior responsabilidade que ousei tomar no desempenho de altos deveres políticos perante a sociedade brasileira.

A êsse tempo promovi, sob as mais angustiosas apreensões que a revolução gerava, a candidatura do sr. dr. Prudente de Moraes à presidência da República.

Quasi só, desprovido dos mais elementares recursos, sem o concurso dos amigos que se achavam ausentes, temendo perturbar a ação do grande homem que a fortuna da República colocara à frente do seu govêrno, dominado por outro lado pela sombria hipótese de transpormos a data fatal que a Constituição impôs para a eleição presidencial, sem o preenchimento dêsse grande dever republicano, sofri, meus caros conterrâneos, dissabores que não devem ser contados, tanto mais que não diminuíram a fé que sempre tive na vitória das instituições. Basta dizer-vos que nessa situação penosa em que me achava, em vez do confôrto que devia receber de políticos — responsáveis, tanto como eu, pela eleição presidencial — recebi advertências e solicitações tão desanimadoras, que por pouco não me desviaram do caminho do dever”.

Linhas adiante proclama Glicério a lealdade e impavidez com que, nesses transe em que tantas covardias se desencadeavam, lhê chegara a palavra corajosa de apoio de Pedro Velho, governador do Rio Grande do Norte, que fizera publicar no Boletim Oficial do Estado o aviso de lançamento da candidatura de Prudente, logo depois vigorosamente sustentado nos outros Estados pelo P. R. F.

Vieram os dias agitados de outubro de 97, o atentado de 5 de novembro, contra Prudente de Moraes, eclosão devida, exclusivamente, ao ambiente partidário exaltado que Glicério fôra dos mais empenhados em acalmar.

Com a prisão de deputados federais e a decretação do estado de sítio, êle mesmo ameaçado de prisão e de agressões, e apontado entre os mandantes do atentado do Arsenal de Marinha, abandonou o Rio com a família e recolheu-se a Campinas. Voltara a residir na casa de sua propriedade, na qual tinha passado, sem dúvida, os dias mais felizes e tranqüilos de sua vida, desde o casamento realizado com a sua valente companheira que foi d. Adelina Masson Glicério.

Em Campinas houve alguém que se saiu dos seus cuidados e veio a esta Capital "denunciar ao Govêrno" que Glicério tramava um outro atentado (não dizendo, porém, qual a vítima...). Peixoto Gomide, que era o presidente em exercício, recusou-se, porém, a dar guarida a essas denúncias sombrias e acrescentou, mesmo, que, no seu govêrno, não autorizaria, de forma alguma, "a prisão do seu amigo Glicério".

Voltando à velha banca de trabalho, em Campinas, voltou também a uma colaboração assídua no órgão glicerista "Cidade de Campinas" e neste, de mão comum, ora com Alberto Faria, ora com José Lobo, e sob o pseudônimo de "João Carlos", passou a redigir "correspondências" do Rio as quais, pela exatidão de informes, intrigaram enormemente os outros jornais da Capital da República. A 14 de janeiro de 1898 fêz publicação nos dois jornais de Campinas, "Cidade" e "Diário" e em dois outros desta Capital, "Estado" e "A Nação", então redatorizada por Herculano de Freitas, de um manifesto no qual esclarecia circunstâncias ligadas ao atentado de 5 de novembro e narrava as providências que tomara (as únicas que poderia tomar) para evitar o ato planejado por Diocleciano Martir e levado à prática pelo ansepeçada Marcelino Bispo. Dessa declaração pública, que teve enorme repercussão, destaco êstes períodos:

"..... A referência feita pelo deputado Barbosa Lima é verdadeira: efetivamente, fui por êle avisado de que Diocleciano Martir lhe comunicara o plano de atentar contra a vida do presidente da República.

Inteirado da existência de um fato de tamanha gravidade, e ainda que relutasse em convencer-me de que o fanatismo pudesse levar aquele cidadão a tão monstruosa empresa, cumpri, entretanto, o meu dever da única maneira que me pareceu possível, *fazendo chegar ao conhecimento pessoal do presidente da República, por informação de pessoas da mais elevada situação social e política, a notícia do que se premeditava contra a sua vida e que prudente fôra*

que s. excia. se resguardasse por tal forma que, nem mesmo continuasse na prática de dar audiências públicas em seu palácio, até porque sempre as considerei dispensáveis do ponto de vista do interesse público”.

Mas os ataques de inusitada violência continuaram, na imprensa governista; o inquérito policial, facciosamente dirigido e ordenado, continuava suas diligências e tudo isso foi explodir nas sessões da Câmara de julho e agosto de 1898. Foram sessões das mais agitadas em que as vozes de Torquato Moreira, Galeão Carvalho, Cassiano do Nascimento, Coelho Lisboa, Serzedelo Correia, Pedro Borges, Calógeras e Lauro Muler se fizeram ouvir em defesa do chefe e da sua nenhuma coparticipação na trama criminosa; e a 30 de julho, em sessão de encerramento da discussão, a Câmara, pelo voto de 92 deputados, contra 85, negou licença para que o deputado paulista fôsse processado como cúmplice do atentado de novembro de 97. Essa decisão não marcou, entretanto, o termo da campanha que se lhe movia. Em agosto, dez dias depois, o deputado J. J. Seabra, num dos trechos de outro discurso, invectivou, de novo, o deputado paulista chamando-o de “assassino”. Convidado pelo presidente Artur Rios a retirar o insulto, ladeou, esgueirou-se com evasivas o que levou Glicério, na sessão de 10 de agosto, depois de um breve, comovido e notável discurso, a abandonar a Câmara, acompanhado por mais de 40 deputados do seu antigo partido:

“..... Chamado de assassino, e assassino do presidente da República, que todos sabem que foi meu amigo particular, sobre cuja honra jamais proferi uma palavra e que no momento angustioso em que desconfie que se lhe poderia tirar a vida, fui avisá-lo, com risco de comprometer a minha responsabilidade política, não me abate a infamante qualificação. Não, absolutamente, não !

Mas a Câmara me permitirá a liberdade de retirar-me, porque no convívio dos legisladores da República não encontrei a força moral para desagrar-me”.

Apesar da campanha e da compressão que sob todas as formas se desencadeou sobre os antigos elementos do P. R. F., foi Glicério reeleito deputado para a legislatura seguinte — mas “degolado” nos trabalhos de reconhecimento. Era dos estilos... Mas nessa mesma legislatura, e já no governo de Campos Sales, foi eleito e reconhecido senador por São Paulo, na vaga que se abriu com a eleição de Bernardino de Campos para a sua segunda presidência no nosso Estado.

O HOMEM DE TEMPERAMENTO AFETIVO

Francisco Glicério foi sempre homem de grande delicadeza de sentimentos e de rara generosidade. Não guardava rancores, nem mesmo contra seus mais descaimados adversários; nunca perdeu a polidez de maneiras na tribuna parlamentar, e jamais desceu a retaliações de caráter pessoal. No ostracismo de 1898 a 1901 suportou, com rara resignação, as injúrias e aleives, entre elas a de sujeitos que pela mão dele vieram à ribalta política e nesta conseguiram posto de destaque. Daquele período do ostracismo há um incidente que revela o homem de coração e de delicados sentimentos afetivos que era esse "general das 21 brigadas", por tantos críticos injustamente apontado como rapôsa política, protótipo de astúcia partidaria e de má fé.

1898. Pleno ostracismo político.

Dividindo a atividade, em Campinas, entre alguns trabalhos de advocacia e a orientação política do seu jornal, aparecia diariamente no seu antigo escritório na praça Bento Quirino lado da rua do Sacramento. Visitava amigos velhos, como sempre fez, mormente pessoas de modesta condição social. Mas passou, certa feita, sem aparecer no escritório durante dois dias seguidos.

Meu pai foi visitá-lo — e encontrou-o no pequeno escritório da residência, a andar de um lado para o outro, como era seu costume, as mãos unidas no peito, a bater os dedos em acordes da mão direita sobre a esquerda, Parecia mergulhado em amargas cogitações.

— Glicério, v. não aparece há dois dias e está abatido. Não se amofine tanto! Isto tudo há de passar...

— Ora, Lobo, não é a adversidade política que me aflige, nem as minhas complicações de vida, que já foram piores. Bem sei que tudo passará, mais depressa do que se possa imaginar. O homem político é como peteca: Quanto mais batido, mais alto sobe... Não é nada disso que me preocupa. Ontem passei mal da garganta e fiquei recolhido ao quarto. E hoje, não sei porque, desde cedo, estou sentindo uma saudade imensa de minha mãe... A velhinha me faz mais falta agora do que quando eu era menino...

Calaram-se.

Certamente a sombra de Maria Zelinda, naquela hora, desceu a amparar o filho amoroso e confortá-lo nas suas agruras. A mãe valorosa, a mulher modesta que transmitira àquela filho tanta doçura de sentimentos, exercia ainda secretas influências sobre o seu ânimo, estimulando-o a não se deixar abater naquela borrasca.

Na base do túmulo, imponente de severidade, que guarda os despojos de Abraham Lincoln, nos Estados Unidos, lê-se uma ins-

crição, que é a verdadeira prece por êle escrita à memória de sua Mãe :

— "*God bless my mother...* A ela devo o que sou e o que desejei ser — Que Deus abençoe "*my angel Mother*" — meu anjo de Mãe..."

O pensamento do político campineiro confunde-se, nessa recordação, com o pensamento de Lincoln, em verdadeira sublimação espiritual.

Os tempos que se seguiram a 1902 foram os da volta de Glicério à atividade do seu partido, no Senado Federal, de que êle foi, até o fim da vida, figura de primeira grandeza. Na presidência Rodrigues Alves, de 1903 e 1906 conduziu os trabalhos como líder da maioria. Atestou Tavares de Lima, com a sua altíssima autoridade, os méritos dessa liderança, no discurso de 27 de agosto de 1941, proferido no Instituto Histórico Brasileiro.

"..... Enorme o prestígio pessoal de que gozava entre os seus pares. Todos o respeitavam, pela sua projeção política, pela grandeza do seu passado; todos dêle se acercavam carinhosamente, pela cordialidade do seu trato, pela doçura de suas maneiras.

"Preciosa sua colaboração nos trabalhos parlamentares pelo profundo conhecimento que tinha dos nossos problemas fundamentais.

"Opulenta sua obra no seio das comissões permanentes. Na de Finanças, que presidia, e em plenário, onde se conservava habitualmente até o fim das sessões, ninguém mais cuidadoso e vigilante no estudo dos projetos em andamento. Frequente sua intervenção nos debates.

Nos dois últimos anos de vida começou a faltar-lhe a palavra. Nenhuma tortura maior poderia ser imposta pelo destino a um homem daquele estôfo, parlamentar inteiriço que fizera da tribuna popular e, depois da tribuna das câmaras legislativas, o palco em que desenvolveu a sua esplêndida existência. Seu último grande e tocante discurso foi proferido para prantear a morte de Campos Sales, seu companheiro, seu conterrâneo, seu amigo, seu compadre, que as vicissitudes cruéis da política colocaram, tantas vezes, em plano adverso.

Desde que, em 1902, voltara a atuar no cenário federal, sua preocupação dominante foi a da união dos paulistas. "Da nossa desunião — qualquer que seja o motivo ou o pretexto — decorre o nosso

enfraquecimento com reflexos danosos no resto do país. Em 1905, — fixemos bem o ano — quando sentiu que a candidatura de Bernardino de Campos, para sucessor de Rodrigues Alves, fôra afastada pela campanha de difamação da chamada “imprensa amarela” que cobriu de baldões e protérvias aquêlê republicano sem jaça — que não recebeu das vózes políticas de São Paulo a repulsa unânime que merecia — escreveu êle a seu mano Leão, então em Campinas, uma carta da qual destaco êstes trechos:

S. Paulo, 3 de outubro de 1905

Leão

Infelizmente parto hoje para o Rio sem ter podido ir vê-los. As cousas políticas me envolveram aqui de tal modo, que me foi impossível atender ao chamado.

Devo, porém, estar de volta dentro de breves dias para' recommençar e levar a cabo a minha tarefa, realmente pesadíssima.

Cousa singular: encontrei Tibiriçá, Bernardino e C. Sales bem dispostos, e entretanto estou lutando com sérias dificuldades para chegar a uma conclusão prática. Não desanimo, pois que, depois que perdemos — por culpa nossa — a presidência da República, a nossa divisa deve hoje ser: “*São Paulo unido*”. Até a volta.

Irmão e amigo Glicério.

Parece-nos a todos nós, paulistas “de nação” e de adoção, que a época atual se beneficiaria com êsse ponderado conselho — São Paulo unido, êle que anda sempre desunido, para' gaudío alheio e desgraça própria.

Nunca, como agora, nesta hora conturbada e cheia de enigmas, sentimos tanto a falta de homens dessa clarividência, dessa abnegação, dêsse desprendimento pessoal em prol do interêsse público. Glicério foi, para todos, mesmo para os adversários, um exemplar humano de rara nobreza. Na atividade política que lhe absorveu a existência e na qual êle se consumiu, cogitou de interêsses nacionais mas descurou-se dos interêsses dos seus proventos pessoais. Como se sabe, morreu pobre, numa pensão de segunda ordem o grande chefe, o ministro de Governo apontado como esbanjador de dinheiros públicos, que poderia, se o quisesse e tivesse jeito para essas escamoteações, amealhar um razoável patrimônio material para amparo da família. Um dos grandes clássicos da língua portugueza, D. Francisco Manuel de Melo, que Camilo Castelo Branco disse haver alcançado duas celebridades — talento e desgraça — escreveu num dos

seus Apólogos Dialogais que — “a morte faz cobrir os vivos e descobrir os mortos: daqueles cobre os rostos; e destes descobre os costumes”. A morte, ao cobrir o rosto de Francisco Glicério, após uma duríssima agonia urêmica, descobriu, bem descoberta, a sua pobreza, porque os seus costumes, os seus hábitos, modestos, familiares, despidos de enfatuação e libertos de vícios, eram geralmente conhecidos e respeitadas. Se teve defeitos — quem os não teria? — compensou-os largamente pelas suas virtudes de coração, que eram opulentas, e pelas do caráter, que eram adamantinas.

Estudando-se, como o fizemos, sua vida no que ela teve de mais agitado e de mais fremente, em tôdas as convulsões políticas que nos assolaram, teremos que proclamar a beleza que ela contém como exemplo para os homens que se fizeram grandes e respeitáveis pelo próprio esforço, apenas com o culto das antigas virtudes que eram patrimônio de nossa velha gente brasileira. E poderemos repetir, e fazer nossas, ainda hoje, as comovidas palavras de Francisco Sá, ao proferir, emocionado, o seu elogio fúnebre no Senado Federal, apontando a cadeira vazia onde Francisco Glicério se assentara tantos anos, dignificando o mandato de senador por São Paulo:

“Sobre nós, da recordação do seu exemplo, da lição da sua vida, se irradiará a luz de uma grande fé, a mesma fé que dá força aos fracos e dá a vitória aos fortes, fé ardente no poderio da vontade e na força indestrutível da virtude”.

Francisco Álvares Machado de Vasconcelos

Discurso pronunciado pelo sr. José Pedro Leite Cordeiro, ao ser inaugurado, na cidade de Álvares Machado, o busto de Francisco Álvares Machado de Vasconcelos

Benévola deferência de nosso Presidente Perpétuo, dr. José Tôres de Oliveira, incumbiu-me de vos expressar, hoje, o júbilo sentido por todos nós, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao desfrutarmos a presente oportunidade para reverenciarmos a memória do insigne brasileiro Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, em cujas veias corria o sangue bom e generoso de Amador Bueno, o da Ribeira, aquêlo que, não querendo ser rei dos Paulistas, tanto contribuiu para a unidade territorial do Brasil de nossos dias.

Descendente, portanto, de ilustre família piratiningana, Álvares Machado continuou, durante a sua vida, a prestimosa tradição de seus ascendentes em bem servir ao Brasil.

A exemplo do pai, o Cirurgião-mor Joaquim Teobaldo Machado de Vasconcelos, abraçou a carreira médica, ilustrando a arte hipocrática com suas habilidades cirúrgicas e elevando o nome da ciência brasileira. Iniciado no áspero mister pelo próprio pai e praticando na enfermaria do Hospital Militar, foi logo nomeado Cirurgião-Mor do 1.º Regimento por El-Rei D. João VI.

Sua atividade profissional se estendeu pelo interior da Província de São Paulo, abrangendo Itu, Pôrto Feliz e Campinas. Junto aos doentes, deu vasão à indole caritativa e generosa, compartilhando dores alheias e levando alívio aos sofredores, na realização integral do aforisma: *Sedare dolorem divinus opus est*".

No espírito temperado pela luta contra a morte, curtido pela angústia junto aos leitos por onde rondava a cruel ceifadora, completou-se a sua personalidade, eivada de bondade e de amor ao próximo, firmada em uma visão real da vida, através do prisma trágico de misérias físicas que também muitas vêzes acarretam a miséria espiritual.

Especializado na oftalmologia, foi pioneiro na cirurgia ocular, operando, pela primeira vez no Brasil, os casos de catarata, dando novamente vida e luz a olhos por muito tempo condenados à tristeza das trevas. O grande Mont'Alverne deveu-lhe a alegria de poder dedicar-se ao estudo e à leitura, donde recebia a inspiração para seus admiráveis sermões.

Não lhe bastou, porém, a nobre missão de que se encarregara: o sublime sacerdócio da medicina. Seus dotes parlamentares se evidenciaram largamente no cenário político do País. Orador emérito, disputou célebres embates com os companheiros do magistral Bernardo Pereira de Vasconcelos, na campanha pela maioria de Pedro II, da qual foi um dos mais ativos defensores, permitindo, com a vitória do seu ponto de vista, o ingresso da nação em período pacífico de liberdade e de progresso, bases da futura grandeza do Império. De sua atuação, dizia o Conselheiro Olegário Aquino: "Junto aos Andradas e a Paula Sousa, deu à representação parlamentar de São Paulo um aspecto de superioridade e elevação, que bem reflete a nobre altivez da famigerada Província".

A capacidade administrativa de Álvares Machado patenteou-se na presidência do Rio Grande do Sul, atribulado então pelos ardores bélicos dos Farrapos. As rédeas do Governo, violentamente sacudidas pelas dissensões internas e pelo fragor da luta fratricida, sentiram, porém, as mãos firmes de Álvares Machado a comandá-las.

Antecipador de Caxias, na pacificação da Província sulina, granjeou prestígio e admiração entre os próprios adversários. Bento Gonçalves da Silva, o lendário comandante farroupilha, reconhecia-lhe os méritos, ao dizer: "É homem de conhecida probidade. Os melhores desejos lhe assistem para tudo se concluir, para evitar a efusão de sangue". Realmente, não poderia ter sido mais patriótica, sensata e benfazeja a administração de quem assim invocava a paz: "O sangue de irmãos, a largos jorros espalhado pelas campinas do continente; as lágrimas das carinhosas espôsas; os gemidos dos inocentes órfãos; a tristeza dos pais sem arrimo para a cansada velhice; a insupportável saudade do benfeitor e do amigo, cuja perda é irreparável; a desolação de novas e florescentes cidades e vilas; a destruição de consideráveis fortunas; a estagnação das fontes de riqueza — tudo clama pelo dia de conciliação, paz e ventura... Abram-se de par em par as portas da província à fugidia prosperidade... Confiai em mim, que hei de defender a integridade do Império, os direitos do Senhor D. Pedro II, a Constituição e as Leis — ou ficarei esmagado debaixo das ruínas da Pátria".

Em Álvares Machado encarnava-se o espírito de liberdade e de independência, característico dos paulistas, desde os primeiros tempos daquela heróica vila de Piratininga, plantada pelos Jesuítas na colina

verde alcandorada entre o Anhangabaú e o Tamanduateí. Impregnara-se-lhe, através do sangue materno, a audácia dos "Gigantes de botas", a tenacidade mameluca dos primeiros filhos da terra paulista, a coragem ante os perigos, herdada de seus ancestrais, os realizadores desassombrados das bandeiras dilatadoras de nossas fronteiras. E disso fazia questão de se orgulhar. Não lhe menosprezassem o berço amado, não lhe arranhassem a dignidade de paulista de velha estirpe, não tentassem cercear o direito à liberdade, sempre tão ciosamente prezado na Terra de Piratininga, porque então, reunindo tôdas as suas forças, saía para a liça, qual novo paladino, em defesa acirrada de seus ideais, de seus princípios essencialmente liberais.

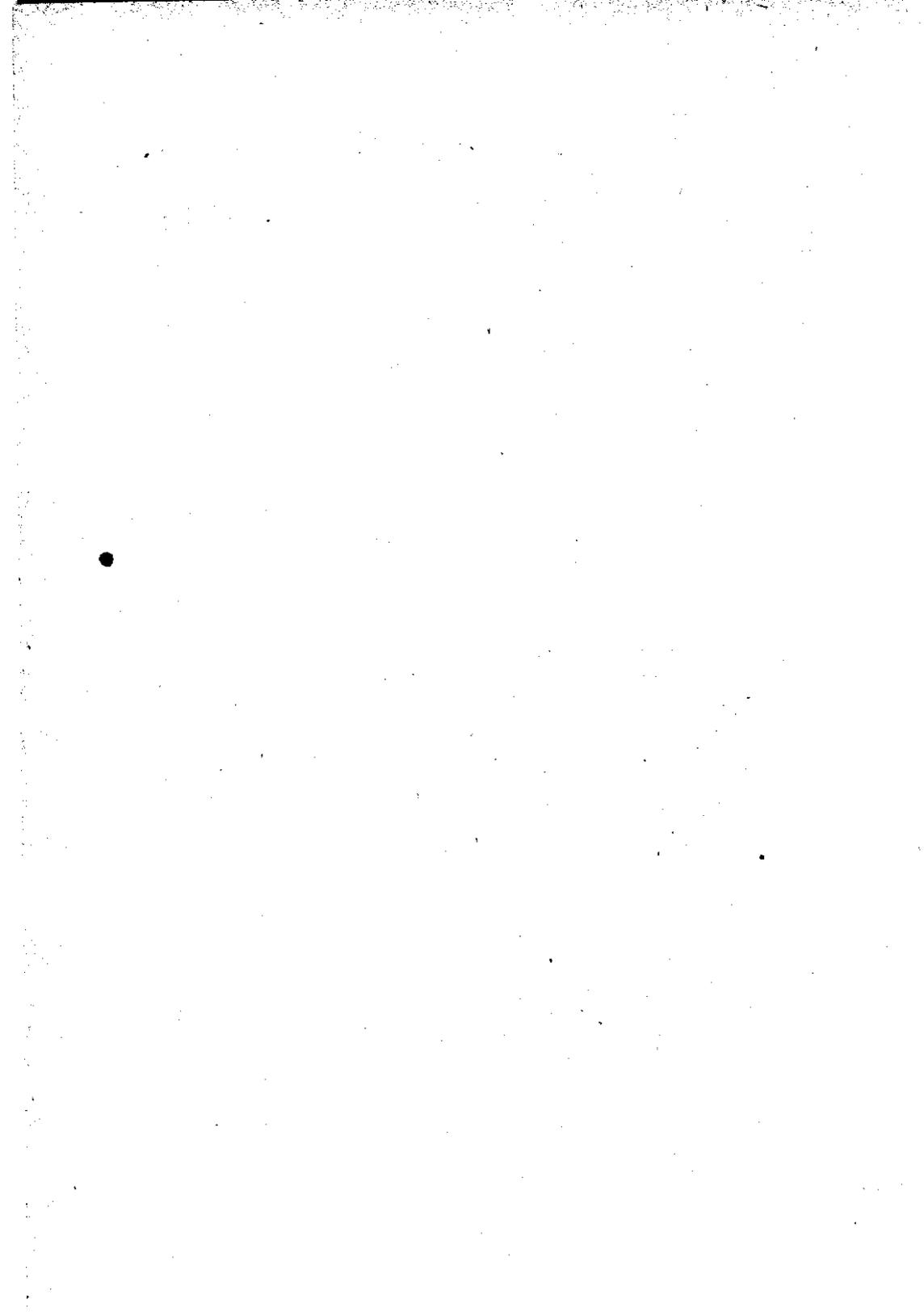
No Conselho Geral da Província, vendo o Brasil ameaçado por um governo de força, levantou-se a sua voz, decididamente, afirmando: "O despotismo não levantará jamais o seu trono senão sobre as ossadas do derradeiro paulista".

A vida gloriosa de Álvares Machado, tão cheia de idealismo e bons serviços prestados à nossa querida Pátria, extinguiu-se no Mosteiro de São Bento, do Rio de Janeiro, onde se hospedavam frequentemente os deputados provinciais. Faz hoje 100 anos e 2 dias, e felizmente para todos nós, o século XX não verá passar despercebida a data centenária de seu desaparecimento. Alteiam-se as vozes do Brasil, sente-se o rumor das passadas dos peregrinos, chegados hoje à vossa cidade para render-lhe a homenagem póstuma.

Invalidamos agora, em parte, o protesto do Barão Homem de Melo, ao clamar: "Seu nome jaz... esquecido, mas enquanto houver um culto pela virtude, realçado pela mais cândida modéstia e pelo mais apurado patriotismo, a história honrará a sua memória".

Senhor Prefeito Municipal: Entregando-vos, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o magnífico bronze do artista Vicente Larocca, aqui estamos cultuando a virtude e exaltando tôda a nobreza encerrada no patriotismo. Álvares Machado não podia ser e não será esquecido, especialmente pelo povo desta cidade, a quem confiamos a memória benemérita do ilustre brasileiro e neste município, dignamente galardoado com o seu nome, já ela encontra motivos de ufania. Sente-se, na riqueza de suas terras, na beleza de suas culturas e na alma progressista de seus habitantes, a pujança do Brasil, tão bem enaltecida por Álvares Machado durante tôda a sua vida.

No Além, seu espírito descansa confiante, certo de que sabereis, como já tendes sobejamente demonstrado, elevar cada vez mais o nome e a tradição honrosa de que sois herdeiros, para o bem de São Paulo e para maior glória do Brasil.



O 1.º Centenario do nascimento da Princesa Isabel, a Redentora

Francisco Morato

Volvendo a esta tribuna após alguns anos de pausa, queremos antes de mais nada exprimir nossa alegria por esta afortunada circunstância, embora comovido pela timidez que só não assalta aos que não compreendem os perigos e precariedades de quem ora perante um auditório de alta seleção.

Circunstância afortunada e de extrema gentileza, porque cerimônia nenhuma nos poderia ser mais grata de que esta em que nos cumpre comemorar, com a expressão descolorida de nosso verbo, o centenário natalício da Princesa Isabel, que no galarim de sua carreira majestática trocou o trono do Império do Brasil pelo trono do coração dos brasileiros.

Nossa falta de assiduidade às sessões do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não merece ser imputada à quebra da ufania com que nos honramos de pertencer ao quadro de seus sócios, senão ao gênero de nossos afazeres e obrigações da vida intelectual.

Se porventura a isso se quisera jungir uma dose ainda que mínima de negligência — e nós nos confessamos um homem cheio de pecados, pôsto que dêles sempre arrependido —, pensamos ficar hoje redimido pela benevolência dos ouvintes e pela saudade que nos inspira o evento histórico de nossa oração, com aquêlre relêvo com que tudo que é passado se depara engrandecido na imaginação dos presentes e com aquêles encantos com que tudo quanto é longínquo se aproxima fascinante aos raios de nossa visão.

O papel da Princesa Redentora na dinastia e na história, tal o assunto que nos vem a lançar de dissertação e que atrai a vossa generosa expectativa.

Nascida alguns minutos antes das sete horas da noite de 29 de julho de 1846, na mesma Quinta da Boa Vista onde vira a luz seu

pai Dom Pedro II, recebeu a Princesa, nos registros oficiais, o nome completo de Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança.

Setenta e nove dias depois, a 15 de novembro, data que nos fastos romanos figurava como dia agoureiro, entrava, por entre as magnificências e fulgores da Côrte Imperial, para a dulçorosa comunhão de nossa fé, pelas águas batismaes que lhe ministrara o Capelão-mor do Imperador, Monsenhor Monte, Conde de Irajá e Bispo do Rio de Janeiro, servindo de padrinho o Rei Fernando de Portugal, representado pelo Marquês de Itanhaen e segurando o cirio o poderoso Aureliano dos embates da Maioridade, Aureliano Coutinho que, no dizer de Oliveira Lima, encantara o mancebo Imperador e era um refrigério, ao lado da presunção dos Andradaes, das excentricidades de Holanda Cavalcanti, da senilidade de Paranaguá, da secura beata de Itanhaen, da soberba de Paraná, do temperamento arisco de Abaeté.

A 10 de agosto de 1850, com apenas quatro anos e dias de idade, mas já muito compenetrada e senhora de si segundo documentam as crônicas, foi proclamada pelo Parlamento, em sessão presidida pelo Barão de Monte Santo, com a presença de 79 deputados e 36 senadores, herdeira do trono com o título de Princesa Imperial. Aos quatorze anos de idade, em 29 de julho de 1860, no edificio do Senado, reunida a Assembléa Nacional, prestou o juramento constitucional de manter a religião católica, apostólica, romana, observar a Constituição, ser obediente às leis e fiel ao Imperador, com o cerimonial do estilo para o ato, naturalmente aromatizado da defícia e suavidade que lhe dava a graça e juventude da dama imperial.

Educada com esmêro e cuidadosa observância do protocolo das famílias reinantes, no ambiente de discreção, severidade e modéstia em que primou o lar de Pedro II, não lhe entrou tão cedo na vida a sombra da politica. Entrou por volta de 1860, consoante assevera Pedro Calmon na bela monografia que escreveu sobre a heroína; o que se fôra verdade no aspecto subjetivo, não havia de sê-lo na história e influência ainda que indireta sobre a marcha do governo.

Sua influência começou a fazer-se sentir na política quando assumiu a primeira regência em 20 de maio de 1871, sob o gabinete do Visconde do Rio Branco, nos pródromos fulgurantes da lei do ventre livre, prestando juramento em uma solenidade que o pincel de Vitor Meireles perpetuou e em que, repete eloqüentemente Calmon, ela com o amplo traço oficial e a banda azul do Cruzeiro, cabelos de um loiro refulgente, fronte majestosa, reçumando mocidade, diante do Senado doirado de uniformes, severo na sua sombria pompa, Abaeté na presidência, Caxias com o ar habitual de comandante em chefe, Rio Branco irrepreensível e solene, Inhomirim de uniforme cintilante, togas de

desembargadores, casacas inglesas, lampejos de condecorações, sob o tom alvadio de velhas cabeças em grave moldura de dignidade consular, ajoelha-se em face da mesa verde junto ao trono e nas mãos do Visconde de Abaeté, paternalmente inclinado a ampará-la com enternecida solicitude, confirma o juramento de fidelidade à Constituição do Império.

Antes disso, seu prestígio empolga na esfera social, no mundo seleta das famílias aristocratas e nas classes populares, onde era admirada e ouvida com a ascendência de sua nobre jerarquia e com a impressão que soi gerar nos homens de espírito e bom gosto a graça, formosura e meiguice feminina.

Foi com a primeira regência e segunda fase da abolição da escravatura que sua autoridade principiou a colaborar nos destinos do Império. Notável sua influência na solução do grave problema do elemento servil; notável, preponderante e decisiva na sua última fase.

A abolição da escravatura preta, daquele instituto que contrastava em pleno século das luzes com nossos sentimentos de cultura e cristandade, passou por quatro estádios bem distintos na campanha redentora que, por várias décadas, houveram de sustentar o trono, o Parlamento e o Povo.

Tivemos, em primeiro lugar, o golpe contra a obra nefanda daqueles que nas selvas do continente negro arrebanhavam para o cativoiro os pobres aborígenes, que ali, sob a canícula e imensidade de um território segregado da civilização humana, gozavam as doçuras da liberdade que Deus derramou por toda a parte, como primeiro consôlo e nobre atributo da criatura.

Foi a abolição do tráfico africano pela lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, assinada pelo Imperador com Rubrica e Guarda e referendada pelo grande Eusébio de Queiroz.

Veio depois a lei do ventre livre, raio como desprendido das nuvens contra o que Inhomérin chamava a pirataria exercida à roda dos berços, nas águas da jurisdição divina; a esmagadura do tráfico mesmo às portas onde os traficantes, cegados de miséria, de cobiça e de baixeza moral, arrebanhavam para o cativoiro aqueles inocentes que as entranhas maternas geravam e remetiam ao mundo, predestinados para a obra divina da multiplicação e aperfeiçoamento da espécie.

Foi a lei de 28 de setembro de 1871, em que o legislador em lance de patriotismo e suprema habilidade, libertou a criatura ainda na concepção, decepando na propriedade plena do senhor a partícula da propriedade do ventre.

Da defesa da infância saltou o legislador para a defesa da velhice, do crepúsculo da manhã para o crepúsculo da tarde.

Foi o terceiro estágio com a lei de 28 de setembro de 1885, da libertação dos sexagenários e da extinção gradual do elemento servil, pelo perecimento progressivo do valor da propriedade escrava.

Veio por último a lei áurea de 13 de maio de 1888, que afinal alimpou aquela mancha escura que pontilhava o quadro formoso da legislação e do direito pátrio.

Não teve Dona Isabel interferência direta na lei que estancou o tráfico e na que libertou os sexagenários, ambas de setembro, uma de 1850, outra de 1885, a primeira, auréola que cinge a fronte e esforço sublimado de Eusébio de Queiroz, a segunda, marco luminoso e sapientíssimo da iniciativa de Saraiva e final habilidade do Barão de Cotejipe, sob cujo gabinete foi referendada por Antônio Prado.

Coube-lhe, porém, a glória de assinar as leis da libertação do ventre e da extinção do cativo, tendo sido *magna pars* na segunda como o fôra o Imperador na primeira.

A lei de 28 de setembro de 1871 foi resultado da opinião e trabalho jeitoso de Pedro II, na esteira do progredir contínuo da idéia abolicionista.

Depois da estagnação operada pela lei de 1850, coube ao gabinete Zacarias levar oficialmente o problema ao Parlamento pela voz e soberania de seu inclito chefe, inserindo-o na *Fala do Trono* de 1867. Caído o Ministério Zacarias, malogrou-se o projeto organizado por uma comissão de notáveis e redigido por Nabuco de Araújo, projeto sobre o qual se calcara três anos depois o do Visconde do Rio Branco. O Ministério Itaboraí, que inaugurara a situação conservadora em 16 de julho de 1868, silenciou sobre o assunto; o de Pimenta Bueno, que lhe sucedera em 29 de setembro de 1870, teve efêmera existência.

Sobreveio então o Ministério do Visconde do Rio Branco de 7 de março de 1871 e o problema surdiu à tona sem mais dilação.

Logo à abertura do Parlamento em 3 de maio, a *Fala do Trono* ponderava aos augustos e digníssimos representantes da Nação que a reforma da legislação sobre o estado servil não podia continuar a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta. Entrando em debates o *voto de graças*, que era uma resposta à *Fala do Trono*, cindiu-se o partido conservador e, entre outros, romperam em oposição Paulino de Souza, Ferreira Viana, Andrade Figueira, Antônio Prado e Rodrigo Silva.

Em sessão de 12 de maio, o Gabinete fez ler na Câmara dos Deputados, por seu Ministro da Agricultura Pereira da Silva, o projeto governamental que, extenso e minucioso, consubstanciava em seu bôjo os dois dispositivos culminantes, estatuinto serem considerados de condição livre e havidos por ingênuos os filhos da mulher escrava, nascidos no Império desde a data da lei, e ficarem os senhores com o dever de tratá-los até a idade de oito anos completos e com a faculdade

de optar entre utilizar-se dos serviços dêles até 21 anos ou receber do Estado a indenização de 600\$000.

O parecer da comissão, que era o introito para os debates, formulou algumas emendas quase que puramente de forma, uma das quais eliminava do texto a condição de ingênuos dada aos nascituros, condição implícita no dispositivo e que assim mais tarde declarou o art. 4 § 4.º da lei de 28 de setembro de 1885.

Por *ingênuo*, segundo o conceito romano definido nas Institutas de Justiniano, entende-se o que é livre desde o instante de nascer — *is qui statim ut natus est, liber est*; o que tem lugar com o que nasce do casamento de duas pessoas livres ou libertas, de um liberto e de uma livre de nascença, de mãe livre e pai escravo, de pai escravo e mãe livre ao tempo do nascimento ou da concepção.

Aberta a discussão, romperam os debates mais calorosos e brilhantes que registram os anais do Parlamento desde a nossa Independência até os dias de hoje.

Na Câmara, às orações dos grandes parlamentares oposicionistas dominou Rio Branco, de quem rezam os cronistas que, quando subia à tribuna não se impunha tão só pelo aticismo de seus discursos, pela exação das frases, pelo metal claro e incisivo da voz, pela delicadeza do trato, pelas alturas imensas em que se plantava, pela eloquência e irresistíveis dotes oratórios, pela propriedade sóbria dos gestos, consistentes habitualmente em estender de quando em quando os braços, em puxar os punhos ou erguer o indicador direito para o ar como a espetar a idéia que lhe acudia tarda na expressão, senão também pela compostura de suas atitudes, harmonia e elegância de sua figura, encimada pela mais bela cabeça do Parlamento, com uma calva luzidia que lhe dava um ar de impecável distinção, quando começava a falar e um leve rubor lhe tingia a fronte (*Heitor Lira: História de Dom Pedro II*).

Na Câmara passou o projeto por escassa maioria, arrastada pelo verbo do insigne estadista, cintilante e arrebatador na defesa da sacrossanta causa, como o de Péricles jugulando o povo ateniense pelo lapso de quarenta anos de reinado.

No Senado, ao iniciar dos debates a impressão foi de desânimo com a oração oposicionista de Zacarias, exímio na facúndia e na autoridade. Mas logo de pronto deu golpe de morte à resistência Sales Torres Homem (Inhomêrim), com um discurso perante o qual tudo o mais empalideceu; discurso que deveria figurar nos livros das escolas, como monumento literário e filantrópico, estímulo às grandes idéias, instigações do mais alto valor moral para as novas gerações, segundo escreve o Visconde de Taunay nas *Reminiscências*, precioso livro póstumo que devemos, talvez, ao maior dos historiadores pátrios da atual geração, o nosso caro confrade Afonso de Escagnolle Taunay.

Se a vitória parlamentar foi incontestavelmente devida ao valor superno do Presidente do Conselho, a germinação da idéa e seu triunfo na consciência nacional foi obra do Imperador que de longe a vinha acalentando, que induzira Pimenta Bueno a apresentar ao Parlamento os primeiros projetos nesse sentido, que dominara a resistência do Conselho de Estado, que refrœara a teimosia de Zacarias e que, por fim, convencera Rio Branco da necessidade da lei.

A Princesa assistira radiante do alto do Trono à vitória do pensamento de seu augusto pai, à luta do Gabinete e ao desenlace da grande epopéia legislativa, a que teve a sorte de dar sua sanção e assinatura, em nome do Imperador.

A lei do ventre livre constituiu o episódio culminante de sua primeira regência.

A segunda, que assumiu em 26 de março de 1876, com a viagem do pai aos Estados Unidos e à Europa, findou em 26 de setembro de 1877 com o regresso do Imperador, sem que fato nenhum de relevância houvesse ocorrido na administração do País.

A terceira, de tôdas a mais notável pela sua ação direta e decisiva, começou com a partida de Dom Pedro, gravemente enfermo e alquebrado, para a Europa a bordo do paquete francês "Gironde", que conduzira mar em fora o *Esquife da Monarquia*, na frase pouco cortês e tropológica de Quintino Bocaiuva.

Estava no Governo o Gabinete do Barão de Cotegipe.

Considerava-se encerrado nas preocupações dos políticos o problema do elemento servil, capaz de esvaír-se no decorrer do tempo pelo só efeito da lei de 1871; mas a campanha emancipadora havia abalado fundo a consciência jurídica da Nação; a idéa cristã do abolicionismo avançava impetuosa qual torrente a despenhar-se irresistível do cimo de uma cordilheira.

Dona Isabel era uma apaixonada da fé católica, fervorosa e praticante, educada à sombra de um teto liberal, culto e piedoso; alçava a redenção dos cativos ao ápice dos deveres da Pátria. Recamava-lhe o cérebro e o coração a gema das damas que aos encantos e cuidados da beleza aglutinam a submissão e amor à liberdade.

Subindo ao Trono, manifestou para logo sua divergência com o Ministério e a estranheza que lhe causava a excessiva indiferença governamental ao problema palpitante. O Barão de Cotegipe contemporizou o rompimento, respondendo-lhe que o Ministério ia estudar a questão.

Entre ambos reinavam pontos de vista comuns ao lado de sérios contrastes e toques de desinteligência. Ela, abolicionista sem cláusulas nem condições; êle, emancipador cautelário e previdente; nem um nem outro contrário em princípio à magna reforma. Ela, pondo a liberdade, isolada em sua virtualidade intrínseca, acima de todos os

interesses; êle, arreatando êste predicado divinal aos interesses supremos da economia e tranqüilidade pública; um e outro de olhos fitos na prosperidade e grandeza da pátria.

A Princesa tinha alguns ressentimentos íntimos do Barão por motivos políticos.

A incompatibilidade de idéias, agravada por tais ressentimentos, havia por força de determinar a queda do Ministério; para' o que a Regente aguardava apenas um pretexto, que a breve trecho lhe veio apropósito com os distúrbios provocados pela prisão de um oficial do Exército efetuada pela polícia de Coelho Bastos; distúrbios que lhe permitiram escrever uma carta demasiado dura ao Ministro da Justiça Samuel Wallace Mac-Dowell, acusando particularmente Coelho Bastos, com quem era solidário o Governo.

O Gabinete pediu demissão, aceita incontinenti pela Princesa, que, rompendo a tradição protocolar, não solicitou de Cotegipe lhe indicasse o sucessor; pediu-lhe asinha que convidasse para isso João Alfredo. O estadista pernambucano, que se inclinava a fazer *qualquer coisa* a favor da abolição e que, no dizer de Rui Barbosa, nesse instante não sabia o que queria em tema do elemento servil, mas que da noite para o dia era capaz de querer tudo, organizou seu Ministério a 10 de março de 1888 e a 13 de maio fazia promulgar a lei extinguido a escravidão, assinada pela Princesa Imperial Regente e referendada pelo Ministro da Agricultura paulista Rodrigo Silva, que em 1871 havia combatido a reforma do ventre livre.

A lei passou rápido pela Câmara e pelo Senado, sob aclamações entusiásticas e completo descuido das observâncias regimentais.

Foram de altivez olímpica os discursos oposicionistas do deputado Andrade Figueira e senadores Cotegipe e Paulino de Souza, vaticinando os dêstes últimos que a medida, na forma em que era decretada, extinguiu a escravidão e ao mesmo tempo sacudia o Trono em seus alicerces.

Na *forma em que era decretada*, porque em princípio não havia um brasileiro defensor da bárbara instituição: tudo era questão de modo.

Paulino de Souza e Gavião Peixoto já haviam feito sentir, em nome dos dois grandes partidos políticos — conservador e liberal —, que a idéia emancipadora correspondia às aspirações humanitárias da Nação, mas que cumpria realizá-la com resguardo de direitos que se criaram à sombra da lei, sem sacrifício da fortuna pública e dos elevados interesses da Agricultura, que era a mais importante e única industria do País.

Pimenta Bueno chamava a atenção do Senado para a distinção fundamental entre o direito natural de propriedade e o direito positivo do senhor sobre o escravo, aquêle oriundo da razão ética e da natureza

do homem, este criado artificialmente por uma lei anômala. Nabuco de Araújo mostrava que não havia confundir a propriedade das coisas, direito absoluto *adversus omnes*, com a propriedade sobre homens, direito relativo, a primeira propriedade *legítima*, por ser conforme ao direito ideal, a segunda propriedade *meramente legal*, por ser contrária ao direito filosófico.

Sancionando a lei, a Princesa aureolou-se com as bênçãos dos redimidos do cativeiro e com o epíteto de *Redentora*, com que primeiro de todos a batizara o Pai em um telegrama laudatório, imediato à sanção da lei, expedido em três palavras de Milão — *Abraço a Redentora*.

Foi o clímax, o ponto pruriente de sua carreira.

Atribuem-lhe alguns curiosos menos avisados, como lhe atribuíam os adversários do Trono com a balela de andar a política enredada nas malhas do clericalismo, haver sido ela a autora da anistia dos Bispos.

Puro engano; esse ato de suprema justiça e sabedoria deveu-se exclusivamente a Caxias.

É conhecida a famosa questão religiosa.

Os Bispos de Belém do Pará e de Olinda, d. Antônio de Macedo Costa e Frei Vital Maria de Oliveira, haviam lançado interditos contra algumas irmandades, confrarias e ordens terceiras, vedando-lhes admitirem em seu seio maçons e cominando-lhes por desobediência perda de todas as vantagens espirituais.

As interditas desobedeceram e, incursas nas penas, interpuseram Recurso à Coroa, sob fundamento de ser da exclusiva competência do Poder Civil e não Eclesiástico a Constituição orgânica das Ordens Terceiras e Irmandades no Brasil e, portanto, a condição e demissão de seus membros.

O recurso foi provido com parecer favorável do Conselho do Estado.

Denunciados, os Bispos mantiveram-se irredutíveis, salientando a improcedência do recurso e, antes de mais nada, a incompetência do Poder Temporal para conhecer da matéria, uma vez que eram de caráter espiritual as penas impostas às *Confrarias* (no termo *Confrarias* compreendidas as *Irmandades* e *Ordens Terceiras*), penas consistentes na suspensão de todas as funções religiosas e interdição de funcionamento das respectivas Capelas.

Pronunciados pelo Supremo Tribunal de Justiça, foram por êle julgados e condenados à pena de quatro anos de prisão com trabalho, logo comutada em prisão simples por ato imperial.

Presos no Arsenal de Marinha, conservaram-se no cárcere, d. Vital por ano e meio, d. Antônio por um ano e três meses, até a anistia, que, como prerrogativa do Poder Moderador, foi concedida por

D. Pedro pelo decreto n.º 5.993 de 17 de setembro de 1875, expedido sob proposta do Conselho de Ministros e anuência do Conselho de Estado.

Se a questão dos Bispos foi provocada por um pouco de impetuosidade moça de Frei Vital, o modo de seu julgamento e a teimosia do imperador em defender o que êle chamava a dignidade do poder civil assinalam na história do Segundo Império um dos mais graves erros da dinastia.

A questão era das que se apelidam *mistas*, pelo seu caráter simultaneamente secular e eclesiástico; se ao poder civil cabia regular as confrarias na formação jurídica, dado o sistema então vigente da união da Igreja e do Estado, ao poder episcopal tocava traçar-lhe as funções e vantagens espirituais. A Princesa Imperial era devotada partidária dos dois antistites católicos; Rio Branco, apesar de Grão-mestre da Maçonaria, primava pela tolerância; João Alfredo, Ministro do Império, era crente aparentado com d. Vital e autor de sua investidura diocesana; a opinião pública, generalizada na grande maioria da fé e da consciência jurídica, quedava-se dolorosamente comovida. Mas Dom Pedro, tocado de seu pensamento regalista e da supremacia da jurisdição temporal, a todos subjugou, vencendo a filha que lhe supplicava clemência, coagindo o Ministério a fazer do caso questão de confiança e estimulando as autoridades a uma cabala clandestina junto ao poder judiciário para um "verdictum" de condenação.

Os Bispos foram condenados e no coração dos monarquistas abriu-se uma chaga que sangrou desde então até a madrugada de 15 de novembro de 1889.

Caxias era dos mais revoltados contra a sentença, que envolvia em suas dobras a pior das tiranias, a tirania que pretende clausurar a consciência humana.

Chamado a formar Ministério, quando Rio Branco, extenuado de um quadriênio de laboriosa e brilhante administração, foi forçado pelo cansaço a passar-lhe as rédeas do governo, ponderou o preclaro brasileiro (o episódio consta de uma nota estampada em 1928 ou 1929 pelo *O Jornal*, do Rio), ponderou que o primeiro ato de seu Governo seria a anistia dos Bispos. Sr. Caxias, objetou-lhe o Monarca, ainda é cedo para isso; êsses prelados ofenderam gravemente a autoridade civil. Se Vossa Majestade pensa assim, replicou-lhe Caxias, mande chamar outro estadista para organizar Gabinete.

Quantum mutatus ab illo...

Em 25 de junho de 1875 estava organizado o Ministério e logo em meado de setembro seguinte eram anistiados os Bispos.

A Princesa rejubilou-se, conquanto o oblvio governamental dêsse doloroso passo não fôsse obra senão do grande cabo de guerra, Anjo da Paz, estadista de larga visão.

Seu currículo dinástico encerrou-se com a sanção da lei 13 de maio, ato soleníssimo por ocasião do qual recebeu, radiante de glória e debulhada em lágrimas, a mais estrondosa manifestação que se possa encarecer nem imaginar.

Um ano e sete meses depois partia exilada para sempre, em companhia dos pais e da família.

No exílio, sua conduta foi de absoluta correção e patriotismo, o pensamento e coração voltados de contínuo para o Brasil. Sua residência em Paris era um centro de propaganda da Pátria e uma tebaida onde os brasileiros eram acolhidos com augusta benevolência.

Dotada de inteligência lúcida e aprimorada, instruída em história, filosofia e observação dos fatos, não lhe preocupava a mente a utopia de restauração monárquica. Pôsto em 1910 houvesse renunciado os direitos ao Trono a benefício do filho D. Luís, é de crer que isso fizera ao intento de regular um assunto de família, no momento em que temia falecer desta vida e em testamento ológrafo manifestava o desejo de morrer tranqüila no amor de Deus, no amor da Família e no amor da Pátria. Renúncia que segundo João Alfredo não prejudicava D. Pedro, seu sucessor legítimo, por não ter sido feita perante a representação nacional, como se a uma exilada tivera sido possível comparecer ao Parlamento da Pátria para solenização do ato.

Não nos parece estarem com razão os que afirmam que no espírito dela não se apagara a flama da reivindicação.

A Princesa estava convencida de que a república se consolidara definitivamente; ouvimo-lo dos lábios dela, em frases veladas, em uma visita que por volta daqueles tempos lhe fizemos em seu castelo do *Bois de Boulogne*.

Fervia então entre nós a propaganda da restauração da monarquia, chefiada por Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Martim Francisco e outros grandes vultos do sebastianismo. Com os ardores da mocidade, apaixonado pela convicção de que a monarquia, régimen talhado na natureza humana, seria capaz de fazer do Brasil no Continente Americano o que são os Estados Unidos na América do Norte, envolvemo-nos na campanha e assumimos ao lado do Barão de Rezende a redação de um jornal de propaganda.

Por esta circunstância, pela amabilidade com que acolhia a todos os brasileiros e pelas relações que com a Família Imperial mantinha minha família, que a havia hospedado mais de uma vez em Piracicaba, a Princesa recebeu-nos com cativante generosidade e franqueza, simples e modesta como são as grandes damas.

Conversou largamente sobre a nossa administração e governo, revelando assombroso conhecimento de tudo que se passava no país, dos mínimos fatos sociais e políticos. Aludindo à propaganda monarquista, a par e passo que se confessava agradecida à fidelidade dos amigos, advertia-lhes que estavam sacrificando-se baldadamente. Ao despedir-se, disse-nos em tom melancólico: Quando quiser ver-me outra vez, não será no Brasil; volte a Paris.

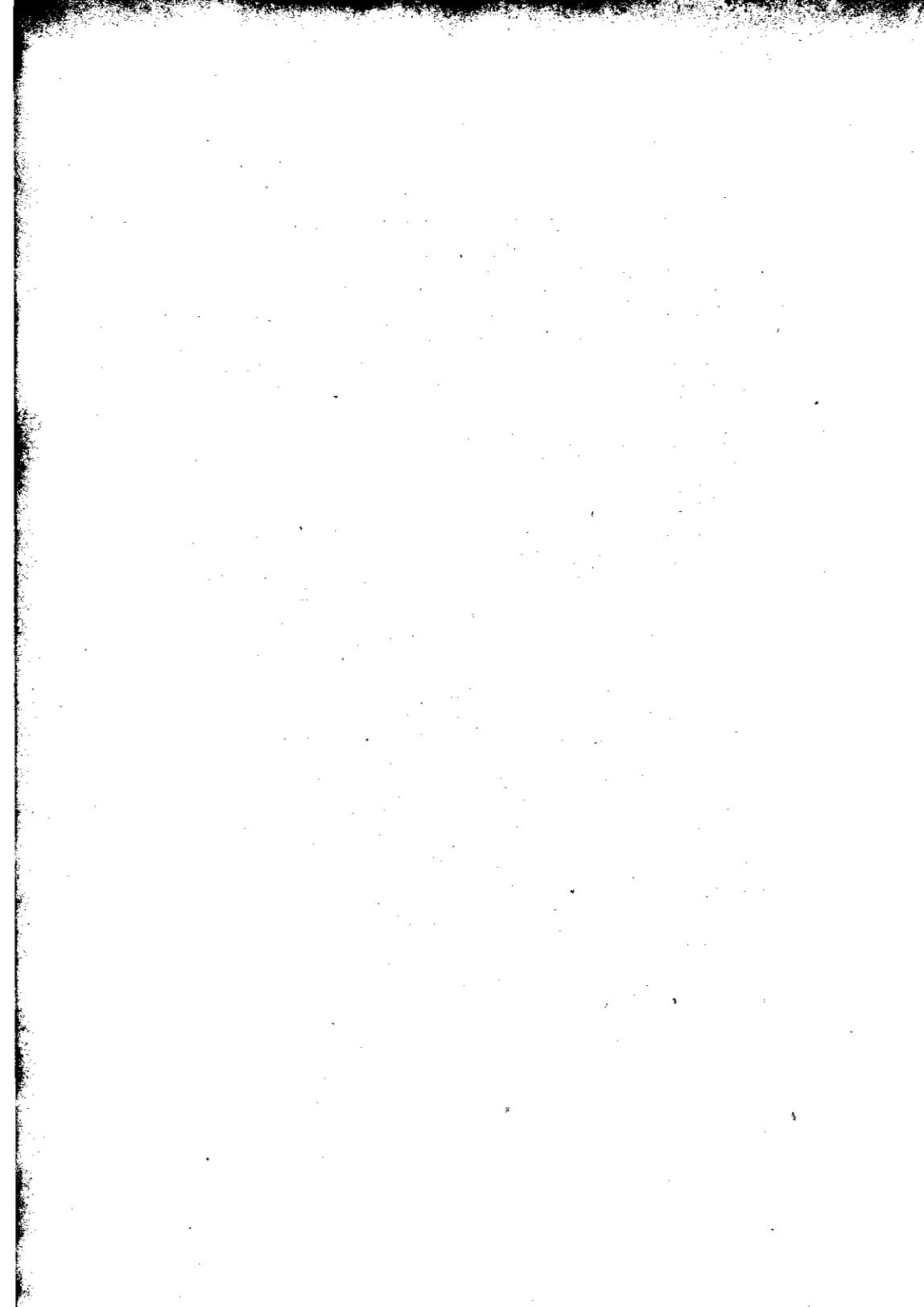
Perdeu a Princesa o contato com a pátria, mas cerrou na vida e na morte esse vínculo doce e divino que a prende ao coração dos brasileiros. Quanto mais recuar no tempo seu traspasse, mais há-de crescer seu vulto nos fastos da Nação. Celebramos neste dia de graças o primeiro centenário de seu nascimento; as orações panegíricas que hoje tangem hão-de vibrar mais estridentes e agradecidas nas vozes dos que a comemorarem daqui a um século.

No instante doloroso em que deixava o solo da Cidade Maravilhosa não ouviu os aplausos que a cobriam à assinatura da lei áurea. Não foi a mudez da ingratição; nas contingências da vida, os mais vivos e carinhosos sentimentos recolhem-se às vêzes para melhor se apurarem no silêncio e intimidade da alma.

Se alguns depravados nas leis do sentimentalismo se mesclarem na turba dos reconhecidos, há-de lhes dar o pago a posteridade, sempre funesta aos ingratos e intrusos.

A memória da Princesa Imperial D. Isabel, a Redentora, é perene. Ninguém ha-de lhe roubar da cabeça nem sumir da história as coroas e epíteto que conquistou com as leis do ventre livre e da redenção dos escravos.

Seu nome hão-de repeti-lo os séculos, enquanto, como diria Castilho Antônio, por entre os edificadores do futuro andarem, como sempre hão-de andar, patriotas e devotos do passado.



Oração proferida pelo Presidente Honorário do Instituto, Dr. Afonso d'Escagnolle Taunay, ao se desvendar a lápide comemorativa da passagem do centenário natalício da Princesa Isabel, no saguão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a 29 de julho de 1946.

Fiel como sempre às finalidades do seu estatuto, associou-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo às solenidades projetadas para a celebração do centenário da gloriosa efeméride de 29 de julho de 1946, evocadora da memória de uma brasileira excelsa, figura das mais alevantadas na galeria das grandes mulheres e dos maiores filantropos.

É uma seqüência natural do critério de que continuamente usamos, os nossos consócios já desaparecidos do mundo e nós outros, a comemorar solenemente a passagem das datas magnas da Pátria e das efemérides natalícias e mortuárias de brasileiros ilustres e estrangeiros ligados ao Brasil e à America.

A festividade que agora nos congrega é a terceira das que o Instituto determinou, reverenciando a memória augusta e suave de Isabel de Bragança, a grande Regente do Império, promulgadora de duas leis inscritas, com o mais especial destaque, nas tábulas da filantropia universal.

Por delegação de prezadíssimo amigo, o nosso querido Presidente Perpétuo, cabe-me proferir algumas palavras a propósito do desvendamento da lápide que, no recinto de nossa casa, recordará a justíssima homenagem do Instituto.

Começou esta pela renovação do Sacrifício Divino, em intenção da excelsa senhora oficiada pelo nosso distintíssimo consócio o senhor cônego Silveira Camargo, o erudito historiador dos fastos parnaibanos e biógrafo do grande primeiro bispo paulista.

A tão piedosa alma, quanto a da Princesa, quão grande gratidão representa esta lembrança!

Ouvimos depois, na praça Princesa Isabel, as palavras refertas de verdade e de justiça, e perfeita apreciação de causas e efeitos, pelas quais os nossos eminentes colegas José Pedro Leite Cordeiro e Álvaro Soares Brandão, em eloqüentes vozes responderam em nome do Instituto, ao discurso magnífico do governador da nossa metrópole tão cheio de exatos aspectos, comentários equânimes e atestações dos mais elevados anseios de liberdade e de justiça.

A manifestação do nosso eminente consócio José Carlos de Macedo Soares ao nosso Presidente, ao se inaugurar a bela exposição no "foyer" do Teatro Municipal, representa o mais valioso aplauso à atuação do Instituto e seus dirigentes.

Teremos, ainda hoje, o ensejo de ouvir a palavra de uma das maiores figuras do nosso quadro social, prestigiosa pelo saber, a posse dos recursos vernaculares, autoridade decorrente da vida pública e profissional, pontuada pela inteligência, o trabalho, a integridade e o espírito cívico.

Porta-voz do Instituto nesta nossa singela festa íntima, tôda íntima, minha palavra apenas se reveste do significado do desempenho de um convite sobremaneira honroso. Assim seja relevado o desatavio das expressões e dos conceitos de quem perfeitamente cômescio do *noscete ipsum* bem sabe aquilatar os recursos da própria oratória.

As solenidades que em todo o território nacional hoje se realizaram e realizam, congregam os mais altos poderes da Nação, associações de tôda a espécie em tôda a vastidão brasileira e uma infinidade de corações reverentes.

Este preito veemente de admiração e subido respeito não representa apenas uma festa do Brasil, constitui verdadeira festa da humanidade una e solidária.

Não é so a brasileira, a americana, cuja memória se exalta. É a filantropa do mais alto quilate cuja individualidade se evoca numa época de geral conturbação e desabrido despejo das mais odientas instigações dos sentimentos subalternos.

Recordam-se hoje as ações de uma representante integral do feíto heróico de pequena fração da nossa espécie: aquela que preza a bondade e não a força, a doçura do coração e não o deslumbramento do poder e da prepotência.

Deu Isabel de Bragança os mais admiráveis exemplos de espírito cristão. Arrola-se entre os mais elevados discípulos dos ensinamentos de Jesus. Tão intensamente amou o próximo, ao irmão agrihoadado, que por causa de tal amor não trepidou em arriscar o despójo da herança magnífica que, em sete e meio séculos, três dinastias lhe haviam preparado.

Cerrou inteiramente ouvidos à voz atávica da longínqua antepassada, a primeira rainha bragantina quando nas imediações de de-

zembro de 1640 incitava ao hesitante marido: mais vale um dia de rei, senhor, que a mais longa vida de duque!

Deixou-se conduzir por outra voz ancestral: a do imperador do Santo Império Romano, que proclamava *fiat justitia ne pereat mandus!* Empolgada por esta maxima majestosa parafraseou-a ao sancionar, sem um momento de vacilação, a lei que a dois terços de milhão de brasileiros concedia o dom supremo da liberdade individual: *fiat justitia, ruat thronum meum!*

Filha de reis perdeu um grande trono, mas nos trinta e dois anos que ainda teria de existência jamais lhe ocorreu um instante de arrependimento. Com a singeleza da admirável lealdade que a dominava, discreta respondia aos que aludiam à ruína de sua situação dinástica: se tivesse hoje de o fazer não hesitaria um segundo sequer em repetir o meu ato de 13 de maio.

Descendente de uma série miliar de dinastas, esgalhada pelos mais ilustres tronos do universo, com que serenidade jogou Isabel de Bragança, no campo de gravíssimas competições políticas e econômicas e no vórtice das paixões exacerbadas ao último ponto que tanto sabia avaliar, a sorte do seu trono e as prerrogativas soberanas de seus filhos!

A aquilina inteligência de Cotegipe, extrênuo defensor do regime monárquico, advertiu-a, uma e muitas vezes, e ela se fez surda ao apêlo do servidor fidelíssimo das instituições de que era a segunda figura.

Exilada pautou a conduta pela do magnânimo pai, superior ao terrível revés que lhe arrancara o trono e a majestade quando só a dois passos estava da morte.

Como êle era incapaz de expandir os sentimentos que a excruciam, diàriamente agravados pelo abandono de tantos ingratos, antigos lisonjeiros, fugindo com a bôca à mão majestática, outrora tão beijada!

Perfeito paradigma da espôsa e da mãe católica, verdadeiro expoente da educação feminina de sua gente brasileira, consagrou-se exclusivamente a Princesa Redentora, após a desapareição dos augustos pais, ao espôso, aos filhos e às de caridade.

Em Boulogne-sur-Seine e no Castello d'Eu viveu rodeada pelas lembranças e saudades do Brasil, cercada do afeto dos poucos cortesãos do infortúnio que não a desamparavam, invariavelmente benévola e acolhedora, constantemente procurada por numerosos brasileiros em trânsito pela França e concorrentes às suas recepções, despida de qualquer fausto, modestamente brasileiras, prolongamentos das de S. Cristóvão e do Palácio Isabel.

Os anos se lhes deslizeram suavemente, no gozo de tranqüillidade íntima provinda da intensa fé e da satisfação do cumprimento de um dever imperioso filantrópico.

Bem sabia quanto, como seu imortal pai, podia apelar para a justiça de Deus na voz da História.

Os horrores da primeira conflagração mundial vieram alancear-lhe os sentimentos de mãe como outra mais extremosa não existiria. A Fé se lhe acendrou, trazendo-lhe mais completo espírito de conformidade com os decretos do Onipotente.

Mas a máguia imensa e insopitável lhe abreviaria os dias, encerrados em vésperas da efeméride centenária de 7 de setembro, título imarcessível do renome de seu avô paterno e efeméride caríssima ao seu coração brasileiro.

Desapareceu certamente visitada, à derradeira hora, pelas visões de paz, de luz de glória que haviam rodeado a cabeceira de seu magnânimo pai moribundo.

Apostrofando a D. Pedro II proclamou um dos maiores estros de todos os séculos: Senhor, sois o neto de Marco Aurélio!

A progênie a que se filia Isabel de Bragança é esta família da piedade, da fraternidade, da solidariedade humana que arrola monarcas, príncipes, patrícios e plebeus: a Rainha Santa mulher do Rei Lavrador sua antepassada e homônima, São João da Mata e S. Vicente de Paulo, William Wilberforce, Leão XIII, Abraão Lincoln e tantos mais vultos de resplandecente nome.

São êstes os grandes parentes espirituais de Isabel de Bragança.

Filha destronada de reis ganhou o mais alto dos tronos: as bênçãos da Humanidade através dos séculos.

Com o mais justo orgulho desvanecemos-nos de poder contemplar, integrando a mais nobre fração de quantas conta o Gênero Humano, a brasileira imortal cujo centenário natalício ocorre hoje, saudado pelo côro unânime nacional do tributo da admiração e da veneração.

Discurso pronunciado pelo sr. José Pedro Leite Cordeiro em 29 de Julho de 1946, ao ser inaugurada, na Praça Princesa Isabel, em São Paulo, a placa comemorativa do 1.º centenário de nascimento da Princesa Isabel.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, agradeço a benemerência do ilustre Prefeito Municipal, Dr. Abraão Ribeiro, favorecendo o nosso venerável sodalício, na continuação de seus patrióticos objetivos, um dos quais nos reúne neste momento para não deixarmos esquecida a data festiva de 29 de julho de 1946 que assinala o 1.º Centenário de Nascimento da Princesa Isabel. E isto não o fazíamos por dois motivos. O primeiro é a justiça da homenagem prestada ao vulto histórico de quem, por três vezes, das alturas do trono paterno, orientou os destinos do Império brasileiro. O segundo se resume em continuarmos a obra de nossos predecessores, naquela Casa do Saber, cuja tradição é cultuar as glórias do Brasil. Para isso, aqui estamos, cheios de orgulho pela História Pátria, confiantes nos destinos nacionais, magnificamente estruturados desde os primórdios da Terra de Santa Cruz.

Ao lançarmos os olhos no passado, bem sabemos perceber, através da seqüência dos séculos, os elementos constitutivos da nossa grandeza atual e, então, reverentemente, cultuamos os fatores que nos possibilitaram esse progresso. Entre eles salientam-se as personalidades humanas, talvez conseqüências das forças e leis históricas ou talvez marcos predestinados com que a divina bondade nos premiou, assegurando a possibilidade de serem completadas as missões terrenas dos povos.

Dona Isabel foi para nós um desses fatores. O âmbito de suas atividades governamentais se estendeu por todo o Brasil, repercutindo no cenário histórico do continente americano, sobremaneira marcante no que se refere ao problema da escravidão negra, pois, por duas vezes, suas delicadas mãos de Princesa Imperial elevaram o conceito moral e jurídico do Brasil entre os países civilizados assinando a Lei do Ventre Livre e a abolição definitiva da escravatura em nossa Terra.

Não foi sem razão que, apanhando uma das rosas com que o povo brindara aos senadores, em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, explicou o Ministro dos Estados Unidos o seu gesto: aquela flor, cheia de beleza e perfume enviaria à América do Norte para mostrar aos seus compatriotas que no Brasil resolvíamos com flores o que lá custara tanto sangue de irmãos.

Aos 13 de maio de 1888, quando pela terceira vez regia o Governo Imperial, Dona Isabel não vacilou em assinar o decreto que, eternizando-a nos corações brasileiros, não deixou de contribuir efetivamente para o advento da República e portanto para favorecer o seu próprio afastamento da Pátria estremecida.

Nada a demoveu do gesto magnânimo, nem mesmo a profecia do Barão de Cotegipe, logo após a promulgação da lei: — “Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu o seu trono”. Anos mais tarde, no exílio, comentaria a Redentora: — “Mesmo se nesse tempo eu tivesse podido adivinhar o que tinha de acontecer, teria agido pelo mesmo modo”.

Justíssima é portanto a homenagem que hoje lhe prestamos. Esta placa de bronze lembrará aos viajantes, os generosos sentimentos da Princesa Isabel e, ao mesmo tempo, fixará através dos anos, o nosso respeito e a nossa veneração pela sua bendita memória, assinalando também, nos fastos da vida brasileira, uma de suas mais brilhantes conquistas sociais.

Discurso de posse de S. A. o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, em 5 de Outubro de 1946

Senhor Presidente — Ilustres Consócios:

Quero, em primeiro lugar, agradecer a alegria que me proporcionaram nesta hora, com a honra do ingresso numa casa de altas e nobilíssimas tradições.

Apesar de ser e me sentir, por temperamento e formação, um amante da história, tenho certo constrangimento em tomar lugar, sem títulos equivalentes, entre homens que tanto fizeram pelo brilho e desenvolvimento dos estudos históricos, não só do Estado de São Paulo, como do Brasil e do mundo.

Penaliza-me bastante o fato de não haver colaborado diretamente, até agora, com alguma coisa em prol de nossa história; porque, tendo a honra de pertencer a uma Nação que tem um passado tão glorioso, julgo um dever de todo bom brasileiro pagar seu tributo ao monumento de sua história.

Somos um povo jovem em relação à velha civilização que a Europa nos legou. Mas com orgulho verificamos não haver em nossa história página que nos possa envergonhar; porque possuímos a virtude da bondade — sentimento que tem guiado os nossos passos desde os tempos da descoberta, e que vem sendo aperfeiçoado pela civilização cristã que herdamos de Portugal.

Basta apenas citar poucos episódios desde a vinda dos Braganças para o Brasil.

Que foi o acolhimento filial a D. João VI, senão prova de bondade?

Que foi a nossa Independência — caso único na convulsionada América — senão prova de bondade?

O próprio tratamento dispensado aos povos vizinhos, depois das lutas que fomos obrigados a empreender, nada mais foi senão uma demonstração de bondade.

E o que foi, Senhores, a Campanha Abolicionista?

Bondade foi a veneração e o carinho de todo o povo brasileiro, recebendo em 1922 os descendentes do velho Imperador.

Bondade, enfim, é ver os filhos do Príncipe do Grão-Pará (a quem, pela Constituição Imperial, caberia as altas responsabilidades de sua Pátria) poderem, há tantos anos, viver e lutar entre seus concidadãos, com eles ombreando, sofrendo as mesmas dores e sentindo as mesmas alegrias.

E, por que não dizer? Bondade é o fato que aqui hoje assistimos: uma instituição formada por homens de diversas opiniões políticas, receber em seu seio um novo consócio, cujo único mérito, para muitos dêles, é apenas haver nascido Príncipe.

Lembremos, entretanto, que êste Instituto, além de histórico é também geográfico — secção para a qual espero colaborar com o relato de minhas viagens pelo Brasil, especialmente, pelo Estado de São Paulo, em cujo interior pude verificar, tantas vêzes, a operosidade e o espirito empreendedor do povo de São Vicente.

Creio que se deixaram levar por êsse prisma os bons amigos que indulgentemente aqui me trouxeram.

Talvez por isso meu coração se alargue agora neste ambiente, para dizer-vos como vos sou grato e concordar convosco que, mesmo sem méritos pessoais, um membro da Família Imperial do Brasil deve achar-se à vontade no meio de vós.

Discurso do professor Francisco Morato por ocasião da posse de S. A. o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança

Sr. Presidente — Meus Senhores:

Ao usar da palavra para em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo dar as boas vindas ao Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, no momento em que Sua Alteza se investe no quadro de nossos sócios honorários, certo que havemos de sentir umas titilações de lisonja, embora flutuando entre um quê de ufania pela dignidade do mandato e um quê de timidez pela contingência do desempenho.

A honra de dirigir a saudação do estilo em cerimônia da natureza desta que celebramos, não podia deixar de comover o coração de quem vem escravizado da benevolência e amizade do recipiendário, jovem figura que aos dotes de historiador, de geógrafo e de intelectual junte o lustre, prestígio e tradição de sua nobre estirpe.

Sim, Alteza, vós tendes uma linhagem própria, como cada qual de nós tem a sua, com todos os contornos, atributos e virtualidades que classificam e separam as famílias na vasta massa da grei humana.

Outrora os fidalgos ibéricos, levados pela compleição clara e delicada de suas figuras, nas quais as veias sobressaíam pelo colorido azulado, como a demonstrar que descendiam do velho e puro tronco espanhol, sem mescla mourisca ou judaica, reivindicaram para si a nobreza ancestral sob o qualificativo genealógico de *sangue azul*, qualificativo que da esfera dos aristocratas subiu a predicado e monopólio das famílias da realeza.

Vós sois de sangue azul; o que, se é exato tropológicamente, não o é na ciência materialista dos esculápios, que sempre em luta contra o espírito e a Retórica, sustentam ser o vosso sangue tão vermelho como o de nós outros pobres mortais.

Mas, se os fluidos vos correm pelas veias com a geral e comum coloração, vossa estirpe tem um sentido histórico e nacional que des-

vanece o coração agradecido e patriótico dos brasileiros, não por solidariedade coletiva de idéias doutrinárias, senão pela concentração unânime dos espíritos em um campo neutro, onde todos se fraternizam pelo amor e orgulho do nosso querido Brasil.

Vossa pessoa, vossa vida, vossos quilates, aglutinados pelos laços do sangue e pela voz da história, vos acorrentam ao pêso de um nome que sintetiza, como verbo de uma nacionalidade, a grandeza e construção por mais de meio século da Pátria estremecida.

Filho do Príncipe do Grão-Pará, neto de Isabel a Redentora, bisneto do magnânimo Pedro II, trineto do fundador do Império, vinculado pelas bênçãos do matrimônio a uma Princesa cheia de graças e virtudes, tendes motivos para vos ufanar de vossos antepassados e de vossa família.

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis, investigador botânico infatigável, organizador de um precioso arquivo de cartas e memórias autógrafas de estadistas do Império, estudioso de nossas usanças e tradições, viajante apaixonado, conhecedor da história pátria e de numerosíssimos recantos do país, não podiam ser mais encanecidos os títulos com que vos enfileirais e vos admite o Instituto na galeria dos honorários de nosso sodalício.

Entrais para o grêmio de uma sociedade paulista de história e geografia, naturalmente deliberado a cooperar, como todos esperamos, na realização e prestígio da ideologia que o seu nome define.

A história, Senhores, não é apenas a narrativa dos acontecimentos que têm pontilhado a vida dos povos através do tempo e do espaço, senão também a observação e estudo dos princípios que regem o universo, a filosofia dos fatos, a comparação do que passou com o que passa, a previsão do que há-de acontecer pelo que já aconteceu, o registro de todos os sucessos tais como as gerações passadas transmitiram à geração presente e tais como a geração presente há-de transmitir às gerações futuras, a fim de que pelo paralelo e cotejo dos eventos se assentem os princípios que asseguram êsse movimento contínuo que se chama *progresso* e se patenteie ao Universo essa lei divina e incoercível a que aludem os comentários dos *Fastos de Ovídio*, dos tempos defuntos a mostrarem aos tempos vindouros a perpétua evolução das trevas para a claridade.

É nesta paciente e onímoda disciplina que, pela contemplação dos exemplos, aprendemos a precaver com sábias providências os infortúnios que atormentaram os antepassados. É nela que cobramos ânimo e consólo pela certeza da continuidade da civilização; é por ela que, recuando a vista para acontecimentos de outras épocas, reconhecemos que os eclipses que têm ensombrado os dias de hoje são, com diferença apenas de tonalidade ou acidentes, os mesmos que cons-

purcaram o mundo contemporâneo de Calígula, de Nero e de Henrique IV; é graças a ela que temos segurança de que não de ruir e desmoronar as ditaduras modernas, por mais exímias ou pechisbeques que sejam, como ruíram e desmoronaram as conquistas e esplendores de Alexandre, de Júlio César ou de Bonaparte.

É sempre o *nihil sub sole novum* da sabedoria bíblica.

Se isto é a história, cumpre que o historiador se ponha à altura de sua disciplina, não se deixando empolgar de idéias ou pontos de vista pessoais, com sacrifício da pureza e do domínio da verdade.

Contudo o amor à verdade, a obediência à sentença ciceroneana de que a história é a mestra da vida, não lhe deve tolher o prazer de colorar o estilo e revestir a oração de inocentes fantasias. Pelo contrário, é-lhe de preceito, acompanhando com Antônio Ennes na Introdução à História Universal de César Cantu, desenrolar o panorama da humanidade em vasta tela, majestosa e animada pela magnificência do desenho e colorido da palavra. Não basta seja a história real verídica; é de mister seja também bela e encantadora.

Se na mentalidade alemã, a preocupação do sábio cinge-se a amontoar ciência com absoluto desprezo da forma, na mentalidade latina, a forma, *ad instar* do pensamento, domina os cuidados de quem escreve ou fala. Expressão do fundo, dele inseparável como o acidente da substância, tem a forma de ser pronta, límpida e concisa, em estreito paralelo com as lucubrações dos cérebros talentosos; tanto mais adequada em suas operações e finalidade de transmissora das idéias, quanto mais formosa e meiga em sua ritmia e burilado externo. A plástica da linguagem, a beleza do dizer, como a beleza em todas as manifestações da vida, atrai, encanta e subjuga.

Não deve menoscabá-la nem tampouco perder de vista o historiador, que, preso e acantado à verdade, nada lhe veja recamar de atavios e inocentes fantasias os fatos que registra e comenta.

Talvez o mais invejável e comovente estilo nesta ordem de labores seja o de Tito Lívio, que, descrevendo os tempos heróicos, as epopéias, as façanhas, os varões assinalados e passos sublimados de sua pátria, alçou Roma a um pináculo tão elevado, que lá das alturas a cidade eterna não tinha a temer senão os perigos e demasias de sua própria grandeza.

Siga o narrador o exemplo do famoso autor das Décadas. Tome, em paráfrase do tradutor de Cantu, de Heródoto, o pai da história, as regras fundamentais da disciplina, sem a predominância dos helenismos; de César, o simplicismo da maneira, sem a belicosidade das inclinações; de Schiller, a paixão dos assuntos sem a exuberância das declamações; de Muratori, a firmeza da doutrina sem o exagêro das trivialidades; de Renan, as maravilhas da palavra sem os lances de heresia; de Muller, o afêrro à exatidão sem o veneno da prolixidade —

da prolixidade, dêsse espantinho que afugenta dos que escrevem os leitores de que carecem e escasseia aos que oram os auditórios para quem falam.

Isto é a história.

E como o desejo de ver e conhecer é a qualidade suprema do historiador, a história, repositório dos conhecimentos, tem de andar sempre de mãos dadas com a geografia, repositório dos encantos da vista, uma junta a outra, o historiador irmanado ao geógrafo.

A geografia, se no sentido convencional, se limita, segundo escreve Elisée Reclus, a registrar longitudes e latitudes, a alinhar paisagens, cidades, vilas, aldeias, divisões políticas e administrativas, no sentido filosófico vai assaz além: assinala a influência do meio sobre os progressos das nações; envolve em seu bôjo as condições do solo, do clima e da configuração dos continentes; abarca em seu conteúdo a forma dos planaltos, os bordados e dentilhões das costas, a altura das montanhas, a abundância dos elementos líquidos, a direção das correntes, a freqüência ou raridade das chuvas, em suma, as mil relações do solo, do ar e das águas em seu influxo contínuo sobre a marcha em tôdas as eras e espaços.

Mas as viagens e vagueações daqui para ali, dali para além, para que sejam fontes de instrução e recreio do espírito, cumpre se façam com ânimo de artista, de estudioso e de observador. Para quem procura conhecimentos geográficos e tem capacidade para achá-los, as terras são manancial inexaurível de sabedoria e melhor se conhecem vistas em si mesmas que pintadas nos mapas e cartas das escolas.

O ir pelo mundo não é a mesma coisa para todos, dizia Sêneca. Para o sábio é peregrinação, para o estulto desterro: *sapiens peregrinatur, stultus exulatur*. Se o homem sem luzes nada se ilustra nem progride, por mais vastas e numerosas que sejam as terras andadas, o homem de talento avoluma os cabedais da inteligência pelas terras que anda.

Vós sois, Alteza, geógrafo e historiador; nós vos recebemos com êstes predicados e o Instituto que vos acolhe, pelo nome e pelo objetivo, é um sodalício das duas disciplinas.

Honrai a uma e outra, na vasta esfera do Universo, no campo geral de nossa Pátria querida e no círculo luminoso do nosso São Paulo.

Vós tendes sobre nós um como privilégio de nacionalidade; brasileiro pelas leis de direito público e internacional, pela filiação e pelo sangue, *jure sanguinis*, vós pertenceis a todos os Estados da Federação.

Entrando para um Instituto de caráter regional, volvei um pouco a vista e o coração para nós; volvei a inteligência e a alma, casando-as

com os nobres e puros sentimentos de nacionalismo que entre nós vides encontrar.

Já em 1894, no 19.º volume de sua monumental Geografia Universal, assinalava Reclus que aqui jazia o verdadeiro centro da América Portuguesa e que fôra daqui que, recuando para o Ocidente o meridiano de Tordesilhas, submetendo cêrca de dois milhões de indígenas, transpondo rios e montanhas, distendendo caminhadas até o Amazonas e, mesmo para lá do grande rio, até os declives dos Andes equatoriais, partiram os paulistas, com o natural primado do espírito de iniciativa, com a energia espontânea e indomável de que são dotados, a dilatar os domínios de nossa nacionalidade, a espargir por parage longínquas a semente da civilização e do gênio bandeirante.

Iludem-se os que, obnubilados pela opulência econômica e prosperidade geral de nosso Estado, imaginam-nos dominados de sentimentos de baixo regionalismo e rivalidade.

Ninguém mais do que o paulista se ufana da cidadania brasileira; em nenhum outro sítio do país se defende com mais fidelidade e ardor a unidade política e geográfica da Nação, que nasceu e se integrou aos clarões que lá do cimo do Cruzeiro do Sul iluminam a grandeza de nosso território e as esperanças de nossos destinos.

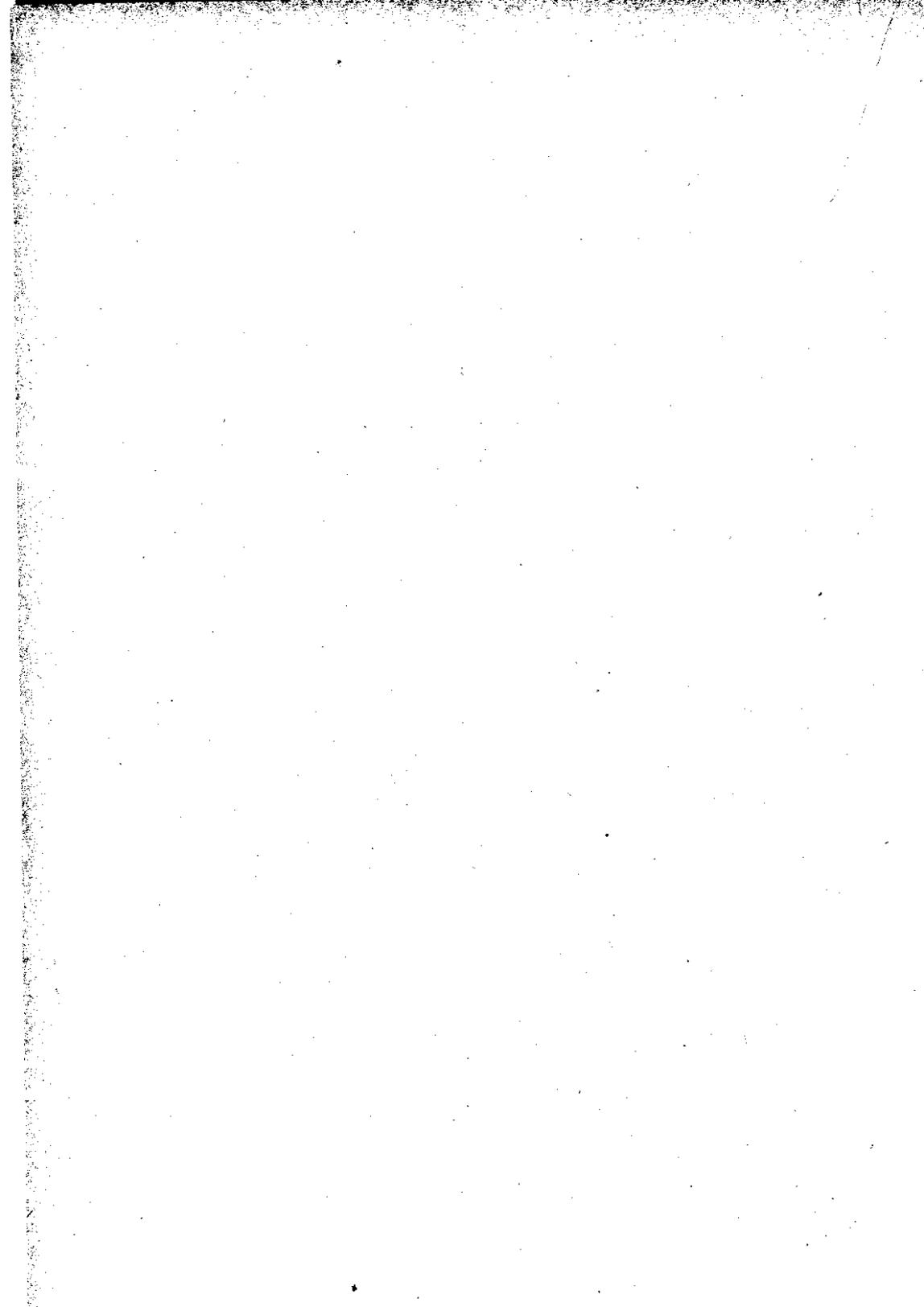
Vive-se aqui em patriótico estímulo pelo bem geral. Fazem os paulistas de seu Estado o que de sua Provença fazia o insigne épico Frederico Mistral: absortos em atividade incessante, procuram glorificar e engrandecer seu tugúrio, para maior glória e engrandecimento da pátria comum. Por uma concepção profundamente exata do patriotismo e da realidade das coisas, convergem as vistas e operações para um pedaço do território nacional, cõscios de que é da vida e progresso das partes que ha-de brotar, crescer e deslumbrar a vida e progresso do todo.

Foi das colinas do Ipiranga que partiu o brado de nossa independência e formação política.

São Paulo há-de ser sempre fiel às suas tradições. Enlaçado por vínculos de fraternidade aos Estados Federados, jamais deixará de ser um fator apaixonado da fortuna, prestígio e prosperidade da Federação.

Alteza, sêde benvindo; colaborai conosco neste nobre pensamento e devoção.

Hoje que a soberania popular, em lance de bom-senso ab-roguou a lei parva que vedava as insígnias e emblemas dos Estados, como se fôra possível apagar nos lares os braços de família e na terra natal a alegria suave das primeiras luzes da vida, elevemos a flâmula de São Paulo para que, plantada e soberba ao lado da bandeira nacional, possa lá do alto desafiar, como as pirâmides de Napoleão, a contemplação dos séculos que hão de vir.



Cinqüentenário de Bauru

José Fernandes

Em 1859 o governo provincial dava os primeiros passos em favor do descortino de uma região de tal maneira desconhecida que nada nos dizem, a seu respeito, os mapas daquela época: — determina a abertura de uma estrada, no interior do município de Botucatu, que ligue os chamados Campos Novos ao Salto do Avanhandava.

Situada ao fundo do Oeste da Província, no ângulo entre o Tietê e o Paraná, essa região era entrevista, apenas por seus contornos exteriores, desde os tempos das mais remotas monções. Os navegantes jamais se tinham aventurado a lhe explorar o recesso, cheio de traição e mistério. Era uma natureza bruta e selvagem, cuja contemplação se ofuscava, exaltando-a mais ainda, com o espetáculo, grande e majestoso, do Salto do Avanhandava, lendário e belo, a cujo fascínio o lápis de Hércules Florence não poderia resistir.

Sobre ela se começava a fazer luz. As ordens do Conselheiro Saraiva, um jovem oficial de Marinha, de trinta anos, desce o Tietê. Estuda o melhor ponto do Alto Paraná para um navio de guerra — o “Tamanduati”, e uma colônia militar — a de Itapura. Na previsão de acontecimentos que sobrevêm, e amarguram o coração da Pátria, e findam com a vitória das nossas armas, o governo imperial instala aquelas duas sentinelas da integridade do Brasil. O moço oficial apresenta, ainda em 1858, o relatório do seu trabalho. É uma notável página de estudo e de observação. À margem esquerda do Salto do Avanhandava, aponta “os terrenos mais férteis do mundo”. “Sugere que aí se funde uma povoação que, como “vertente de brasilidade”, regue o coração de Mato Grosso, espalhando “os frutos gloriosos da nossa união patriótica.” Antevê o desaparecimento dos sertões, e estes substituídos por bons e transitados caminhos, ligação entre si povoações próximas e florescentes. Uma política sábia e patriótica, circunscrevendo os limites de Mato Grosso, e de outras províncias vizinhas, faria “cintilar mais uma estrela no pavilhão do

Império". As povoações comerciais, ricas e industriosas, que existiriam no futuro, haveriam de exigir um sistema rápido de comunicações. Sugeria, por isso, uma estrada marginal, que o tempo transformaria em mais uma malha, na vasta rede de caminhos de ferro em que S. Paulo seria emaranhado.

A esses vaticínios admiráveis, de Antônio Mariano de Azevedo, seguir-se-ia, em 1861, êste sugestivo quadro do juiz de Botucatu, Filipe Pacheco Corrêa: a região era, por toda parte, acessível a carros e estradas, livre de geadas, própria às culturas tropicais, mais fecunda que os cantões paulistas mais celebrados. Era um solo abençoado, à espera de mãos industriosas e laboriosas, parecendo predestinado a nêle repousar e remoçar a velha e nobre Província de São Paulo.

Dez anos depois, na Assembléia Legislativa Provincial, discutindo-se garantias de juros para estradas de ferro, que se iam desenvolvendo em São Paulo, o deputado Antônio Augusto da Fonseca dizia dessa região que, no futuro, quando fôsse povoada, poderia por si só constituir uma província.

Outra intuição notável era a do juiz de Lençóis, Antônio José da Rocha, em officio de 1879 ao presidente de S. Paulo: bastariam para formar uma nova província os seus rios navegáveis, seus terrenos, os melhores para as grandes plantações de café, seus magníficos campos de pastagem, para toda espécie de gado; e as riquezas que a ciência e a arte, a necessidade e a ambição humana haveriam de nela descobrir.

Completando essas perspectivas proféticas, dois engenheiros — França Leite e Eusébio Stevaux — querendo converter essa região ao domínio social, para que concorresse no aumento da riqueza pública, estudam, na alçada imperial, a sua colonização, por meio da estrada de ferro que pleiteavam. Era semelhante à das penetrações norte-americanas, de clima temperado, regular e saudável, prestando-se ao cultivo dos produtos mais variados, pois em suas terras tanto prosperavam a vinha como o café, o trigo como o milho e o arroz, e os coníferos como os mirtáceos. Em suas matas abundavam excelentes madeiras de construção, e os seus campos nativos eram os mais propícios à criação de gado. Grandes rios que a limitavam, e rios pequenos que a cortavam, eram vias naturais de comunicação e de transporte. Cumpria povoá-la.

Tudo se achava, porém, sob o domínio do gentio. Somava êste alguns milhares de índios, prováveis descendentes das nações caiapós e guaianases. Por mais de um século, no percurso de Cuiabá, atacaram as frotas que singravam os rios, e as comitivas que pernoitavam em terra. Declinando a navegação para as minas, invadiram o Oeste de São Paulo, Bateram os caiuás, filhos indolentes e pacíficos

dos guaranis, que se acolheram nos aldeamentos do Rio Verde e do Piraju. Esboçava-se uma localidade em Botucatu, nas terras da extinta fazenda dos Jesuitas, caminho, outrora, das bandeiras preadoras do Paranapanema. Era o lado oriental da região. Por aí tentava-se o povoamento, e contra' éste se dirigiam as investidas.

A pressão desbravadora, perseverante e tenaz, empurrou-os para o interior. Fixaram-se na Serra dos Agudos, e nas matas vizinhas. Por aí passara, mais de um século antes, a estrada que Bartolomeu Paes de Abreu abriu até o Aguapeí, em seu malogrado propósito de conduzir gado por terra até as minas de Pascoal Moreira Cabral.

Eram aí as cabeceiras de um ribeirão que, em 1787, ao levantar as coordenadas do Tietê e do Paraná, para definir os limites das terras americanas de Portugal e de Espanha, o astrônomo Lacerda e Almeida havia identificado e, ao que parece, consignado pela primeira vez numa carta geográfica. Seu nome, difundido evidentemente desde a fase bandeirante, derivava da cachoeira do Tietê que Sá e Faria descrevera no diário de sua expedição ao Iguatemi, em 19 de outubro de 1774; que, em Seu "Divertimento Admirável", Manuel Cardoso de Abreu incluía entre as mais notáveis do antigo Anhembi. Era o Bauru, vocábulo de origem tupi, hidrônimo para Mendes de Almeida, topônimo para Teodoro Sampaio.

Em seu curso, o ano de 1834 assinalava, com Pedro Nardes Ribeiro, os primeiros moradores, que iniciaram a abertura de roças, a criação de gado e, para os lados da serra, o plantio de algum café. Era uma propriedade que ia das cabeceiras do Ribeirão Grande à sua foz no Bauru. Nas vizinhanças, porém, estava a posse de José Gomes Pinheiro Veloso, feita em 1849: dez anos depois, ao registrá-la, declara que as benfeitorias dessa sua propriedade, situada "no sertão do bairro do Bauru", acham-se "estranguladas pela invasão dos índios".

É aí, por muitos anos, o centro da tragédia em que se chocam o índio e o branco, numa sucessão ininterrupta de massacres.

Pedro Francisco Pinto é trucidado. Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e a família abandonam a fazenda, e escapam dos ataques por milagre. A mulher de Fortunato da Silva Bueno perece com cinco filhos, e outros dois ficam gravemente feridos às mãos dos brutos. Agredidos, trabalhadores de um grupo de Joaquim Corrêa de Toledo reagem, ficando alguns deles inutilizados. Um filho e uma filha de João Mendes, atacados à traição, acabam empalados. Jerônimo Pires Gonçalves, e os irmãos Joaquim e Antônio Ferreira, perecem sob requintes de ferocidade. Nas cabeceiras do Dourado, sertanejos em perseguição dos índios, que mataram duas pessoas, ainda os encontram descarnando uma perna para tomarem a bota que a calçava. No Avanhandava é achado nu, e apresentando ferimentos profundos,

o corpo de Modesto Antônio da Silva, de uma turma que a tempo logrou fugir. No Alambari e no Batalha as propriedades são abandonadas, depois de morrerem, em breve período, pelo menos sete chefes de família. Ai mesmo têm lugar, pouco depois, outros quinze a dezesseis morticínios. Só de uma vez, em ponto diferente, tombam num assalto sete pessoas, e outras tantas ficam feridas. No Batalha, no Alambari, no Dourado, no Avanhandava, por toda parte uma série de tropelias, de depredações, de carnificinas. O drama se prolonga quase até os nossos dias.

Os índios, pressentindo o declínio da penetração, faziam-se, pois, mais petulantes e agressivos. Era a conseqüência imediata da lei que sustara novas posses de terras. A orientação oficial, inspirada na mais ampla bondade evangélica, mantinha-se, porém, inflexível.

Machado de Oliveira dizia, em 1858, que só muitas provas de brandura e tolerância, muita abnegação e perseverança, muita caridade e patriotismo, e a renúncia dos meios violentos, que mais lhe aprofundavam o ódio ao branco, poderiam atraí-los à sociedade. Difícil, quando não impossível, encontrar gente da têmpera e da consciência dos antigos jesuítas. Com êles haviam desaparecido na América os que, na catequese, foram os mais prestantes operários da religião e da civilização.

Não obstante as violências em série, que os brancos sofriam à sombra dessa orientação superior, esta perduraria. Em 1864, o presidente Homem de Mello recomendaria de próprio punho que, em qualquer providência que se tomasse, os índios não fôsem maltratados, mas, ao contrário, se guardasse para com êles tôdas as atenções. Em 1901, no Instituto Histórico Brasileiro, deploraria a morte bárbara de um sacerdote ilustre, abatido por êsses mesmos índios: Mon-senhor Claro Monteiro do Amaral, seu sobrinho...

Conquanto vivesse em contínuos sobressaltos com a família, ora no Bauru, ora no Batalha — que tirava o nome dos recontros a que suas margens assistiram — Felicíssimo Antônio de Souza Pereira alimentava êsses mesmos sentimentos. Plantara para os bugres vários alqueires de milho, e nos lugares que freqüentavam deixava baêtas vermelhas, fazendas de côres, instrumentos úteis e objetos que êles apreciavam. Não tocaram nos presentes, mandaram-lhe duas flechas que muito o feriram, e mudaram de veredas. João Mendes vivera dois anos a agradá-los, alimentava-os e dava-lhes ferramentas, conheciam-lhe a família. Acabaram matando os seus dois filhos.

De repente os povoadores se viram como que entre dois fogos. Atacavam-nos, de um lado, os índios ferozes do Batalha e, de outro, os índios mansos que se evadiam dos aldeamentos oficiais, em decadên-

cia por falta de recursos e que, com as armas e as ferramentas do governo, se transformavam em hordas de assassinos e ladrões.

Primeiro signatário de uma representação de trezentos e cinquenta moradores. Felicíssimo fôra chamado a São Paulo, em 1858. Propuzera ao governo a organização de bandeiras para atemorizar os índios. Estes seriam submetidos, ou repelidos para outras paragens. Preterindo a idéa, havia sugerido que se alcançasse o mesmo objetivo de outra forma: abrindo uma estrada, que devassasse as matas até o Avanhandava, onde o povoamento se tinha iniciado e sofria as mesmas atrocidades. O governo levava o alvitre à Assembléa. Esta o aprovava, votando o projeto e a verba. O presidente da Província dera-lhe a incumbência de executá-lo, nomeando-o também encarregado da catequese. Depositário, assim, da confiança governamental, renovada sempre pelos presidentes que se sucediam desde Fernandes Torres, fizera progredir a estrada e empenhara-se a fundo em conter os índios, sem maltratá-los, e em conter os brancos, desejosos de represálias.

Apelando angustiosamente para o governo, as autoridades de São Domingos lhe transmitiam informações de suma gravidade: os ataques já não se limitavam às roças, eram agora contra as próprias casas, que os moradores abandonavam quando não pereciam. Além disso, os índios se aproximavam, em grande número, da própria povoação. Machado de Oliveira declarava desvanecidas suas esperanças de levar os índios à catequese por meios brandos e suasórios. Ouvido, mais uma vez, pelo governo, Felicíssimo opinou pela idéa das bandeiras. Era exatamente a medida que o presidente João Jacinto de Mendonça lhe autorizava. O diretor geral dos índios completava as instruções, que coincidiavam com o velho pensamento exposto por Felicíssimo: por maneiras brandas, palavras suasórias, e dâdivas de brindes, tentar-se-ia chamá-los à vida pacífica e sedentária. Se isso falhasse, era repeli-los para longe, para além do Paraná, se possível, e destruir os seus alojamentos, para lhes impedir o regresso. Os que, por velhice ou outro motivo, não os acompanhassem, fôsem entregues a quem voluntariamente os tratasse bem, e não os tivesse como escravos, nem os obrigasse a serviços além de suas fôrças.

Cento e trinta e cinco homens os concentraram na propriedade extrema do sertão, que era a casa de João Fernandes. A coluna se pôs em marcha, depois dos primeiros reconhecimentos. Dividiu-se em três grupos. Rumou cada um para a posição determinada. Esperariam a aurora, e iniciariam o envolvimento da povoação indígena. Pasmando os índios, com a superioridade em gente e em armas, bandeiras coloridas seriam desenrolâdas aos seus olhos, e alguns rojões seriam queimados. Toques de música melodiosa completariam o êxtase. Por tudo se lhes inculiriam sentimentos de aliança e de paz.

Intérpretes partilhariam objetos úteis e curiosos, persuadindo-os, com a linguagem da brandura, a aceitarem o grêmio da sociedade. Esta lhes daria terrenos suficientes às necessidades de cada família. Viveriam tranqüilos e felizes.

Felicíssimo tudo previra. Tudo, menos que um dos expedicionários pudesse passar por um pesadelo. Dormiam todos, menos os vigias. Era completa a quietude da mata. De repente, o silêncio foi rompido por brados estertóricos: — “Os bugres nos matam! Estamos cercados! Estamos perdidos!” O mau sonho de um, perdia o trabalho de todos. A confusão se espalhou, ajudada pelas trevas da noite. Gritos e imprecações se misturavam, por toda parte, com o estrondo das armas, ecoando pelas quebradas. Os índios, porém, tinham abandonado seus ranchos. Ao primeiro clarão da madrugada regressaram, organizados. Os que iam ser atacados de inopino é que investiam de surpresa. Passavam por entre os homens da bandeira rápidos como suas flechas. Não os atarantavam as descargas. Felicíssimo informava ao presidente da Província: — podia calcular-se a confusão, mas mesmo exércitos disciplinados tinham visto êsses fatos...

Todos os disparos haviam sido de pólvora seca. Todos, menos um. Alguém usara uma das armas em reserva, contendo carga de munição. Uma índia caíra, e morrera desse disparo. Era a única vítima do conflito. Os índios bateram em retirada, antes do raiar do dia. Duas entradas procuraram segui-los. Negaram-se à fala com uma terceira, que chegou a vê-los pelas costas...

Era 28 de abril de 1862. Nesse mesmo dia, em ponto diverso do sertão, na margem do Tietê, João Ferreira e os parentes e os vizinhos caíram sobre um alojamento. Haviam deliberado acabar com o desespero em que os punham os movimentos dos selvagens em torno de suas casas. No choque mataram duas índias, e arrebataram algumas crias.

Em S. Paulo e na Côrte, a imprensa deu sensacionalismo a êsse fato, atribuído à bandeira de Felicíssimo, e acusou acerbamente o presidente da Província e o chefe de policia. Talvez fôsse estranho a essa circunstância o processo, em forma de interrogatório, que em Lençóis, para onde aparatosamente se havia deslocado, tinha instaurado o juiz de Botucatu.

Era êste juiz o que chamaríamos hoje um temperamento “freudiano”. Nessa assentada comprazia-se em induzir as testemunhas a pícaras descrições das pobres índias mortas. Queria que lhes realçassem possíveis graças, e que surgissem do processo, quais Frinés bárbaras, claras ou quase brancas, penteadas com gosto e arte, formosas e bem conformadas de corpo...

Em muitos documentos, inutilmente aliás, procurara desmerecer a Felicíssimo, tentando apoucar a obra de catequese que realizava

com sacrifícios, e da qual ia surdindo o saneamento e a tranquilidade do sertão. Como se o próprio governo não exagerasse a piedade romântica que os nossos admiráveis indianistas incutiam nos seus homens, o magistrado invocava o quinto mandamento do Decálogo. Contradizendo-se, porém, ora propunha que se organizassem companhias de bugreiros, que percorressem periodicamente o sertão, reprimindo o gentio, ora que se permitisse a sua captura, pagando os cofres públicos cem mil réis de gratificação por indivíduo apreendido. Acabou denunciado, processado e suspenso. Parece que exatamente por se envolver em assuntos alheios às suas funções e mais condizentes com a política...

Nesse mesmo ano de 1862 Felicíssimo informava ao governo do êxito obtido por quatro homens que mandara observar a melhor direção do caminho para o Avanhandava. Em razão de enfermidade num deles, e de haverem andado em rumo errado, tinham gasto trinta e quatro dias na ida. Demoraram-se um mês nos campos de lá, onde se contavam seguramente quarenta famílias, às quais a estrada muito favoreceria. As terras excelentes, e de primeira qualidade, prestavam-se a boas estradas. Eram em sua maior parte sem brejos e, excetuado o Batalha, sem rios que reclamassem pontes. Regressaram pelo Tietê, e contavam que, logo se transpunha o Batalha, não mais se viam sinais de índios. Ao contrário: armadilhas, laços, fojos e cortes feitos com ferramentas, eram vestígios de gente. Cinco léguas já se achavam abertas, das dezesseis que diziam haver até o Avanhandava. Ia realizar outra observação, cujos resultados comunicaria. Acreditava que a distância fôsse menor: o andar no sertão, acrescentava, representava muito mais, quando não se levasse vereda certa, nem se fizesse cálculo do mapa, nem se utilizasse a agulha.

Era a primeira penetração na densa mata intermediária entre os dois campos que se pretendia ligar. A correspondência de Felicíssimo, enviada do "Virador do Bauru", tinha a data de 20 de outubro. Jamais poderia imaginar que só quarenta e tantos anos depois os trilhos da E. F. Noroeste, assentados ainda em meio de lutas com os selvícolas, iriam transpor êsse mesmo território, para que nêle se cumprissem as previsões daquela agitada metade do século XIX.

Os esforços do bravo sertanista prosseguiram. Em julho de 1864 informara para S. Paulo que os índios eram pressentidos à beira das roças e do campo, sem tocarem as coisas que lhes eram deixadas. Temia-se que preparassem algum assalto, buscando reaver os filhos. Apreendidos, eram êstes batizados, e confiados a famílias que os educassem na condição de livres. Esperava-se que fôsem úteis mais tarde, e por seu intermédio se captasse a confiança dos pais e irmãos. Só de uma vez, nas roças que Felicíssimo formara para os índios, próximo à estrada do Avanhandava, onde haviam localizado uma

de suas aldeias, conseguira-se deitar a mão em uma mulher e três meninas e dois meninos de oito a dez anos. Surpreendidos no primeiro sono, tudo correrá bem, sem sangue de um lado ou de outro.

Tais fatos, porém, acirravam o espírito dos índios, de natural tão agressivo e feroz. Prosseguiram nos seus ataques, variando, porém, de direção. Davam-se uns no longínquo ribeirão dos Patos, outros em terras da capela de São Pedro. Como sempre, havia vítimas a lamentar. Felicíssimo, consultado sobre esses novos acometimentos, opinava na melhor maneira de evitar sua reprodução. Fizesse o governo prosseguir a estrada do Avanhandava, que deveria passar pela nova Capela de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, no Batalha. Ajudasse, com uma quota, a conclusão desta. Provida que fosse do competente pároco, ela representaria um incentivo à catequese.

Em seu último relatório, diria o brigadeiro Machado de Oliveira: malogrados os meios para atrair os selvagens à civilização, impunha-se afastá-los das proximidades dos povoados. Salvar-se-iam os habitantes, dos seus acometimentos. A Felicíssimo parecia — prosseguia — que o meio mais adequado era devassar o sertão com estradas que atingissem o Tietê e o Paranapanema, em diversos pontos de suas margens. Os índios evitariam a presença dos brancos que por elas transitassem. E seria então conquistado um território de prodigiosa fertilidade, apto a receber uma grande colonização. O diretor geral dos índios, cargo que exercera por mais de vinte anos, depois de haver prestado em funções civis e militares, desde a mocidade, os mais eficientes serviços ao Brasil e a São Paulo, morria em 16 de agosto de 1867, deixando, além do alto exemplo de um trabalho tenaz e constante, uma grande série de estudos que devem ser reunidos e devem ser divulgados.

Felicíssimo fizera-se o mais legítimo prestígio do sertão. Nas primeiras eleições de Lençóis, que mereceram as felicitações governamentais pela ordem e harmonia que reinou, fôra o juiz de paz mais votado. Prestara ao progresso paulista, dirigindo os árduos trabalhos de catequese e de comunicações no extremo Oeste da Província, uma grande soma de cooperação, saneando-o de perigos, promovendo a penetração, preparando o povoamento. Em 1869 encerrava-se com a morte a sua atividade, tão fecunda para os interesses honestos que se formavam na região, e tão útil para os governantes que o fizeram seu conselheiro e depositário da sua confiança. Seguiu o destino de Machado de Oliveira, seu grande amigo e orientador. Como êle, não veria o fim da luta a que Solano Lopez nos tinha arrastado, nem o seu desfecho com a justa vitória do Brasil.

Reclamando imperiosa e totalmente todos os recursos e todas as atenções, a guerra havia relegado por completo a continuação da estrada do Avanhandava. Achava-se em abandono, e perdia-se a parte

já feita. O problema que ela pretendia solucionar se manteria por longos anos ainda. Era o mesmo drama do ódio feroz do índio contra o branco, e da reação do branco contra o índio. Seu palco, porém, seria em outros pontos agora, mais no âmago do sertão. O povoamento iria constringir o gentio, premendo-o sempre. Este atacaria, ainda, as turmas da Comissão Geográfica e Geológica, na exploração do rio Feio--Aguapeí, e as da Noroeste, na construção da estrada de ferro. Finalmente, firmaria o armistício com Horta Barbosa, do Serviço de Proteção aos Índios. Icatu, seu aldeamento final, seria o último capítulo desse drama de sangue e de dor.

A estrada que Felicíssimo imaginara, e a Assembléia Provincial autorizara, e o governo mandara abrir, e êle próprio havia em grande parte rasgado, tinha exercido, ainda que não terminada, uma função de relevo excepcional. Fôra o eixo em cujo redor girara a causa do desbravamento e do povoamento dos Campos Novos do Bauru. Êstes amadureciam, finalmente, para o destino social que lhes era reservado.

Ramificavam-se agora os trilhos e as picadas da antiga estrada de servidão de cujo ponto extremo — o “Virador do Bauru” — Felicíssimo tinha recebido e expedido valiosas instruções governamentais e importantes sugestões e comunicações que hoje dormem o sono dos arquivos, mas se refletem nos relatórios presidenciais da época.

Essas picadas e trilhos se transformavam em caminhos batidos. Por êstes os moradores vigiavam os perigos, e firmavam o seu espírito de solidariedade. Afastado o índio, atraídos outros elementos, consolidara-se o domínio da terra.

A denominação “Bairro do Bauru” perdia a feição de hipótese. Materializava-se na realidade de um vasto complexo de sítios povoados. Disseminavam-se êstes ao longo do ribeirão Bauru e dos seus pequenos afluentes. E iam além, muitas léguas além, abrangendo a Água Parada, o Batalha, as Anhumas, São Sebastião do Pouso Alegre, o Dourado, Nossa Senhora Rainha dos Anjos, a Rosa, São Vicente, Soturna, o Quilombo...

Antônio Teixeira do Espírito Santo e sua mulher Marcelina Maria de Jesus haviam destinado quinze braças quadradas ao levantamento de uma Santa Cruz. Erguia-se esta numa elevação próxima ao córrego das Flores, primeiro afluente da margem direita do Bauru, que corria paralelo à estrada da penetração. Em 15 de novembro de 1884, já morta a espôsa, Teixeira amplia essa doação, e institui o Patrimônio do Divino Espírito Santo e São Sebastião. A área é dilatada, poucos anos depois, pelos herdeiros de Felicíssimo, tendo à frente seu filho Veríssimo Antônio Pereira.

Faustino Ribeiro da Silva, do grupo dos primeiros povoador consegue da Câmara Municipal de Lençóis, de que é presidente, a nomeação de um arruador, e o auxílio de dez mil réis para a construção

da Capela. Joaquim Antônio Prudente abre a sua venda, na primeira casa que se ergue, construída por João Pedro Ivo. A Comissão Central de Estatística diz em 1888: — “A fertilidade da serra dos Agudos está dando origem à edificação, na mesma serra, da povoação do Bauru, cujo progresso atrofiará o da Vila de Lençóis”. O padre José Magnani celebrou a primeira missa na capela que os habitantes levantaram num mutirão, dirigidos por José Alves de Lima e por Joaquim Pedro da Silva.

A grande lavoura organizada, que o esgotamento do solo e a Abolição arruinaram do outro lado da Província, ressurgia nas fazendas de café, que novos e abonados elementos abriam nas terras de Bauru: Ferreira de Figueiredo na Água Parada, Nogueira da Silva nas Três Barras, Joaquim Piza na Faca. Levantavam-se outras casas, inauguravam-se as pequenas atividades urbanas, engrossava a população rural. O sertão ia ser cortado pela projetada estrada do Alto Paraná, mandada abrir pelo Governo Provisório, que se constituira pela queda da Monarquia. Sugeria-se que a linha de bondes movida a tração animal, existente em Pederneiras, que ia também nascendo, levasse um ramal a Bauru e outro a São Sebastião do Pouso Alegre, onde mais tarde surgira Pirajuí.

O Patrimônio do Bairro do Bauru pertencia a Espírito Santo da Fortaleza, povoação que se fizera freguesia em 1880 e, elevada à categoria de vila, desmembrava-se de Lençóis em 1887, e instalava dois anos depois a sua Câmara Municipal. Renovando-se esta, em 1892, negou posse a um dos vereadores, só porque o mesmo residia em Bauru. Os bauruenses reagiram, pedindo a criação do distrito de paz. A idéia venceu, em 30 de agosto de 1893, retardada de mais de um ano. Fortaleza tudo fizera por contrariá-la, inclusive afirmando ao governo que Bauru só possuía a êsse tempo dez casas, e estas mesmas cobertas de palha.

Começado em Itapetininga em 1850, com o alistamento de Manuel José Ferreira da Silva, o eleitorado local reuniu-se, pela primeira vez em sua própria localidade, no dia 30 de abril de 1894. O distrito instalou-se em 6 de julho imediato. Eram juizes de paz, premiados com a função pela boa orientação que davam aos assuntos de interesse geral da povoação, Joaquim Pedro da Silva, das melhores tradições bauruenses, filho de Pedro Francisco Pinto, uma das primeiras vítimas dos índios; e João Baptista de Araujo Leite e Gabriel Pinto Ribeiro, do número dos que tinham sido atraídos recentemente, e queriam fazer vida útil a si próprios e aos seus, e prestimosa aos seus concidadãos.

Cresciam as edificações em número, e o comércio prosperava, destacando-se o armazém de Braz Blois. Duas escolas, uma para cada sexo, funcionavam tendo como mestres a José Inocência do Amaral

Gurgel e sua mulher d. Maria Guilhermina Ribas Gurgel. Uma agência do correio, subordinada à de Jaú, já recebia e expedia correspondência, três vezes por semana. O governo construía uma ponte sobre o ribeirão Bauru, na estrada do sertão. Neste se vinham formando quatro milhões de cafeeiros. A imigração européia se iniciava. O governo abria crédito para uma estrada ligando a localidade a Campos Novos do Paranapanema, e o Congresso aprovava o projeto de outra, de Bauru a Pederneiras. A imprensa da Capital discutia o prolongamento até Bauru dos trilhos da Sorocabana e da Paulista...

... E a Câmara Municipal de Fortaleza votava uma verba de duzentos mil réis para serviços públicos em Bauru, de onde provinha tôda a sua renda!

Em 30 de julho de 1895 abriam-se em todo o Estado as urnas em que os cidadãos iam renovar as câmaras municipais. A eleição foi orientada em Bauru pelo diretório político que se organizara em 16 de fevereiro desse ano. Era êste integrado por Azarias Ferreira Leite, Francisco Gomes dos Santos, Fernando José Bastos, Antônio José Alves e Domiciano Silva. O eleitorado do distrito elegeu tôda a Câmara, só com figuras bauruenses. Fortaleza cuidou de anular o pleito, deixando mesmo de apurar a votação, como lhe cumpria. Em nome do governo, Alfredo Pujol dirigiu-lhe uma advertência enérgica, fazendo sentir que já havia incorrido nas penas da lei, e marcando o dia 4 de novembro para aquêlê trabalho. O governo repeliu novos protestos protelatórios. Recomendou que fôsse diplomados e tomassem posse os eleitos, e recorressem ao Tribunal de Justiça os que com isso não se conformassem.

Em 5 e 6 de janeiro de 1896 deram-se as sessões preparatórias. Esgotaram os novos mandatários todos os meios para obter, da Câmara cessante, o valioso expediente governamental que legalizava e formalizava a sua indiscutível situação. Nem se respondeu ao officio que expediram, nem conseguiu êxito algum a comissão que, no dia seguinte, mandaram cuidar pessoalmente do assunto. Manuel Jacinto Bastos, que era o vereador mais velho, por isso mesmo presidia a essas sessões preparatórias. Fêz consignar em ata a estranheza que aquêlê procedimento causava, inclusive a não expedição dos diplomas, pela junta apuradora, aos que o eleitorado tinha eleito. Diante disso, êle próprio conferia a investidura de cada um.

Instalou-se, no dia seguinte, a nova Câmara. E elegeu a mesa: Joaquim Pedro da Silva, presidente; Domiciano Silva, vice-presidente; José Alves de Lima, intendente. A edilidade se completava com Francisco Pereira da Costa Ribeiro, que não pudera comparecer. E com João Antônio Gonçalves que, secundado por Manuel Jacinto Bastos, apresentou uma indicação da maior importância para os destinos bauruenses.

Considerando que os vereadores que compunham a Câmara Municipal eram todos residentes em Bauru, futura povoação que prosperava e aumentava dia a dia; e que estariam impossibilitados de se reunirem com freqüência, dada a distância de quatro léguas de Fortaleza, tão decadente e em abandono que nem havia quem lhes fornecesse as refeições, propunha se elevasse Bauru à categoria de vila, desde então se considerasse mudada para ali a sede da municipalidade, e desse fato se desse conhecimento ao govêrno do Estado. A indicação foi aprovada por unanimidade. Passou-se das palavras aos fatos: arrecadou-se o arquivo, tomou cada um a sua condução, e rumaram para Bauru, onde a cavalgada entrou festivamente.

A partir do dia imediato a Câmara Municipal entrou a funcionar em Bauru, e uma de suas primeiras medidas, proposta por Domiciano Silva, foi o pedido de criação da paróquia, atendido um ano depois pelo Bispado de São Paulo.

Essa revolucionária mudança de um município representava caso único na história política do Império e da República. Gerara-se, porém, na oposição gratuita com que se vinha pretendendo perturbar o progresso de um distrito que havia sobrepujado a sede, como era bem o caso de Bauru. Fortaleza bateu às portas do Congresso, com um recurso. A comissão de estatística eximiu-se de apreciá-lo, e o remeteu à comissão de justiça. A esta cabia — era o seu parecer — opinar sobre as violações das leis do Estado e as exorbitâncias das câmaras municipais.

A Câmara dos Deputados, diante da comunicação que lhe era feita pelos bauruenses, manifestava-se condenando sua deliberação. Não era atribuição das câmaras municipais mudar as sedes dos municípios, nem dar-lhes outras denominações. A matéria não era do peculiar interêsse das mesmas, e afetava elevadas relações de direito, que se prendiam à legislação do Estado e da União. Os vereadores tinham procedido, pois, de modo não só ilegal e exorbitante, como irregularíssimo quanto à forma. Assim, o ato dêles só podia ser admitido como simples pedido. Era de vantagem, para o govêrno local e sua população, que a sede da circunscrição fôsse em Bauru, povoação mais próspera que Fortaleza, decadente e em abandono. Conseqüentemente, aprovava um projeto de lei neste sentido.

Fortaleza levou ao Senado, que se ia pronunciar sobre o projeto da Câmara, uma reclamação contra o fato de não ter esta última deliberação quanto ao seu recurso sobre a deliberação dos vereadores. Uma representação dos habitantes de Bauru, encaminhada e apoiada pela Câmara Municipal, pedia uma lei com as mesmas idéias gerais do projeto, e ponderava: Fortaleza achava-se colocada em campo árido, sem recursos, com apenas meia duzia de casas em ruínas e um duzia de moradores e, no máximo, vinte e cinco-eleitores no distrito, sem

gente, pois, para os cargos eletivos e de polícia. No "auge da desaminação", enfim. Ao contrário, Bauru, onde moravam todos os vereadores, ia em plena prosperidade, estuante de vida, pletórica de progresso. Era a mesma argumentação exposta quatro anos antes, por intermédio do deputado Gonçalves Bastos: o contraste entre o desenvolvimento de Bauru e a decadência de Fortaleza.

O Senado punha-se de acôrdo com a Câmara. Não tinha conhecimento do recurso de Fortaleza e não se pronunciava sobre êle nem o tomava em consideração. Por tratar-se de matéria que ao Congresso cumpria regular, o projeto dava por inexistente a deliberação a que o recurso se reportava. Dessa forma o Senado, por sua vez, dava aprovação à iniciativa da Câmara dos Deputados.

Estava vencedora a proposição. Quer numa, quer noutra casa do parlamento, tudo se limitara à votação regimental de pareceres. Evitou-se o debate da questão. Não se proferiu um só discurso em tôrno do delicado caso. Condenava-se o "*modus faciendi*", mas homologava-se a consequência dêle.

Então, o presidente Campos Sales promulgou, referendada por Dino Bueno, seu secretário do Interior, a Lei n.º 428, de 1.º de agosto de 1896. Esta se revestia do mesmo laconismo da heróica resolução baruense de 7 de janeiro: — "Art. 1.º — O Município do Espírito Santo de Fortaleza passa a denominar-se Bauru, mudando-se a sua sede para esta última povoação. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Estava implantada, reconhecida e proclamada, a unidade administrativa. Ela impulsionara a evolução da célula jurídica, instalada dois anos antes. E, embora isso custasse o sacrificio de uma vida preciosa, como a de Azarias Ferreira Leite, a transformaria na unidade judiciária. Esta se instalou, em 1911, sob a firmeza do pulso de um magistrado que se imporia pelos méritos do seu intenso trabalho social. A modesta povoação seria chamada a fazer cumprir os vaticínios. Receberia os trilhos da Sorocabana, em 1905, e os da Paulista, em 1910. Influiria, decisivamente, na formação de dezenas de cidades que iriam nascer. Estas se desenvolveriam, como a profetizara Antônio Mariano de Azevedo, às margens da E. F. Noroeste, com que o patriotismo de Rodrigues Alves e de Afonso Pena integraria Mato Grosso na comunhão brasileira, e das paralelas de aço que a Companhia Paulista estenderia pelo vale do rio do Peixe.

Bauru levantaria, em direção ao céu, as tôrres dos seus templos e as chaminés fumegantes de suas fábricas. No comércio, na indústria, na lavoura, em tôdas as profissões, nas lides dos campos e no labor das oficinas, nas cadeiras dos mestres e nos bancos dos alunos, nos trabalhos dos escritórios e dos estabelecimentos, nos consultórios e nos hospitais, nas repartições e nas casas de crédito, nas colunas dos

jornais e nos microfones, nas associações de classe e nas entidades recreativas, no plenário das organizações culturais e no recesso das instituições de caridade, nas ruas movimentadas e nas largas avenidas, nos bairros mais ricos e prósperos e nos recantos mais afastados e modestos, nas comunicações ferroviárias e rodoviárias e nas comunicações aéreas — por toda a parte e em tudo a inteligência e o esforço, a tenacidade e a fé, a confiança e o entusiasmo, trabalhariam pelo engrandecimento de Bauru e da região, e do Estado e do País.

Em tudo quanto, durante o longo drama superado pelo povoamento, esboçara a formação do povoado, sedimentara-se a contextura dos que, não importando a diversidade de procedência, lhe comporiam a população cosmopolita mas laboriosa e empreendedora. Eram mineiros e fluminenses. Eram paulistas e baianos. Eram patricios do Norte e do Sul. Eram... Eram portugueses, e italianos, e espanhóis, que vinham misturar-se com os brasileiros e cooperar no seu trabalho, nas lavouras onde o café sorria no êxtase das floradas, e ia frutificar na bendita sazão de suas ricas bagas douradas. E eram os sírios, que sincronizavam com todos, e largavam os cargueiros dos mascates, e abriam suas lojas de armarinhos...

Por si mesmos, e por aqueles que lhes garantiriam, na sucessão do sangue, que se transfundiria nos melhores cruzamentos humanos, todos garantiriam a continuidade do esforço e da iniciativa, e se dariam as mãos e, perseverando no mesmo trabalho inteligente e fecundo, pacífico e honesto, comungariam os mesmos sentimentos. Uns de nascimento, outros de coração, todos seriam brasileiros, dos bons e dos melhores. Em todas as empresas estenderiam a marca da brasilidade que lhes caracterizaria os impulsos construtivos. Uns com a própria pertinácia, outros com a tenacidade dos descendentes, todos guiados por figuras serenas e preclaras, e orientados por autoridades empreendedoras e capazes, e estimulados por administrações realizadoras e eficientes, consolidariam a cidade magnífica e, dentro dela, plasmariam uma sociedade soberba, pela dignidade, pela cultura, pelo espírito de solidariedade humana. Em palmilhando os caminhos dos pioneiros, e seguindo-se-lhes a lição de constância e de patriotismo, e fecundando a semente que deitaram no solo que amanharam, e sobre os alicerces que eles construíram, e em sua memória, e em honra da Pátria eterna e de sua grandeza perene ergueriam um monumento: — Bauru, a Capital da Terra Branca.

São Paulo teve Foral de Vila?

Tito Lívio Ferreira

Há tempos "O Estado de São Paulo" publicou na secção sob o título "Colaboração dos leitores", uma carta assinada pelo sr. Pedro Neves, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, referente ao "Dia de São Paulo". O autor dessa missiva fala da data de 25 de janeiro de 1554, dia da fundação de São Paulo. Acha, no entanto, que o "Dia de São Paulo" deve ser comemorado em 5 de setembro, porque a 5 de setembro de 1557, foi criado o município de São Paulo. E pede que o nosso sodalício se manifeste a êsse respeito. Ora, tive a oportunidade já de pesquisar o assunto, em artigo publicado no "O Estado de São Paulo", em 6 de novembro de 1943. Para essa investigação contei com o auxílio de meu ilustre mestre, o dr. Afonso d'E. Taunay e do sr. Aristides Lobo, ex-bibliotecário desta Casa e do sr. Áureo de Rezende, ex-auxiliar da secretaria de nosso Instituto. E agora passo a ler êsse trabalho subordinado à epígrafe que encima estas linhas.

Em "Apontamentos históricos e geográficos da província de São Paulo", Azevedo Marques informa: "1558 — maio — 5. Data do foral de vila dado por Martim Afonso de Souza à povoação de Piratininga, segundo a "História da Capitania de São Vicente" escrita por Pedro Taques de Almeida Pais Leme em 1765. Varnhagen em sua "História Geral do Brasil" diz que fôra em abril". (Cronologia — p. 214) De fato, o Visconde de Pôrto Seguro afirma, na obra citada (2.a ed. tomo 1.º, pag. 168 e 3.a ed. vol 1. — pág. 204) "... e a vila de Piratininga, dentro de dez anos transferida para melhor local, conseguia do donatário um foral próprio, com data de 5 de abril de 1558". Onde teria o meticoloso historiôgrafo encontrado essa notícia? Em algum documento original ou na fonte citada por Azevedo Marques? A resposta a essas perguntas afigura-se algo difícil, embora pareça fácil. No entanto, se os meses divergem, a data e o ano coincidem; o

que, neste caso, nada representa. E essa concordância não deixa de ser interessante.

Vejamos a fonte citada por Azevedo Marques. Percorrida a "História da Capitania de São Vicente", página a página, linha a linha, pelo emérito mestre dr. Afonso d'E. Taunay, nada se lhe deparou a respeito, segundo nos disse. Logo, equivocar-se-ia Azevedo Marques e Varnhagem ter-se-ia enganado. Contudo, parecem temerários esses juízos. Ambos merecem todo o acatamento. Mesmo assim o consagrado autor da "História Geral das Bandeiras" acha possível a existência de algum apógrafo atribuído a Pedro Taques, onde a informação teria sido encontrada. E ainda assim o problema continua equacionado, à espera de solução documentada.

Na falta dêsse apógrafo, ou de documento elucidativo do assunto em questão, examinemos os termos do problema. Azevedo Marques sustenta que São Paulo teve foral de vila, antes de 1560. Fôra elevado a vila em 5 de abril de 1558, segundo Varnhagem e a 5 de maio do mesmo ano, conforme Azevedo Marques, baseado em Pedro Taques. Consultado Pedro Taques, êste silenciou. Abril ou maio, a diferença não é importante. Talvez se origine de êrro de revisão, ou de cópia. No entanto, o imperativo da pergunta surge: — Se Piratininga teve foral de vila em 1558, isto é, dois anos antes da transferência do município de Santo André, para a colina histórica onde se instalaram os Jesuítas em 1553, por que não foi, desde logo, instalado o município e eleita a Câmara de São Paulo, nos têrmos das Ordenações do Reino? Faltariam à povoação nobreguense homens para exercerem os cargos administrativos? Porque, é bem de ver, Piratininga teve, de fato, Edilidade quando a de Santo André da Borda do Campo foi transferida, com os oficiais e os moradores, para junto do colégio, de frente do qual foi erguido o pelourinho trazido, nessa mesma ocasião, da vila nobreguense. E assim sem solução de continuidade, uma vila se projetou na outra.

Ademais, o foral outorgado por Martim Afonso de Sousa em 1558 libertava Piratininga do jugo administrativo de Santo André, com fazê-la autônoma. Por que, então, os piratininganos não se aproveitaram, para logo, dessa prerrogativa para se libertarem dos ramalhenses, vizinhos perigosos e incômodos, na aligeirada opinião de historiadores vários? E, no entanto, foi preciso mudar-se o município de Santo André da Borda do Campo para Piratininga, a fim de que São Paulo tivesse Câmara instalada com os mesmos vereadores provenientes da vila de João Ramalho.

Assim, nesse ano de 1560 verifica-se, em obediência à aprovação de Mem de Sá, a transferência dos moradores de Santo André para Piratininga. Na terra piratiningana continuam a servir os vereadores e juizes andreenses. Azevedo Marques em seu livro citado depõe: "(Mem

de Sá) "ordenou a extinção desta (Santo André) e erigiu a vila de S. Paulo por provisão de 5 de abril de 1560". Ora, se Martim Afonso de Sousa já havia dado o foral de vila a São Paulo, em 5 de maio de 1558, isto é, dois anos antes, o ato de Mem de Sá apenas revigorou o já existente. Essa provisão do Governador Geral do Brasil ordena a mudança dos moradores de Santo André para a ilharga do colégio dos Padres, com o propósito de assegurar, defender e garantir a população esparsa pelo altiplano, centralizando-a. Visa, igualmente, assistir à continuidade perene da colonização portuguesa em nossa terra. Encontra-se, em documento datado do ano seguinte, a confirmação desta assertiva. A carta de Jorge Moreira e Jones Alves, vereadores piratininganos, datada de 29 de maio de 1561 e dirigida à rainha de Portugal, explica e solicita: "Assim mandou (Mem de Sá) que a vila de Santo André onde antes estávamos se passasse para junto da Casa de São Paulo que é dos Padres de Jesus, porque nós todos lho pedimos por uma petição, assim por ser lugar mais forte e mais defensável e mais seguro dos contrários dos nossos índios, como por outras muitas causas que a ele e a nós moveram". Elucidado esse ponto, linhas adiante continua: "Outrossim confirme V. A. a mudança e trespassão da vila que fez Mem de Sá com todos os mais capitulos e liberdades que lhe deu, dos quais mandamos um treslado a V. A." Carta à rainha de Portugal — Varnhagem. "História Geral do Brasil", tomo 1, pág. 400).

Ora, esse documento parece colocar o problema nos devidos termos. Refere-se a carta à mudança da vila; pede seja confirmado esse ato e bem assim "todos mais capitulos e liberdades que lhe deu, dos quais enviamos um treslado a V. A.". Não há, nesse documento, a mais simples alusão ao foral outorgado por Martim Afonso de Sousa, em 1558. Existisse ele, Mem de Sá não iria outorgar liberdades já concedidas anteriormente pelo donatário da capitania, nem tampouco necessitariam de ser confirmadas pela rainha. E as liberdades políticas dos munícipes constariam já do foral passado por Martim Afonso de Sousa, em 5 de maio de 1558.

Por isso, logicamente interpretada a carta dos camaristas de São Paulo, ela parece esclarecer o assunto, elucidando-o.

Assim Piratininga acolhe, assiste e ampara os moradores de Santo André obrigados a se transportarem para junto do colégio dos Jesuítas. Com eles vem a municipalidade. Instala-se na sede nova. A edilidade andreense passa a funcionar, sem interrupção, na vila nobreguense, com os mesmos vereadores e mesmos juizes do povo eleitos pelos habitantes do povoado extinto. E João Ramalho, alcaide-mor do campo, continua a desempenhar as suas funções na vila de Manuel da Nóbrega.

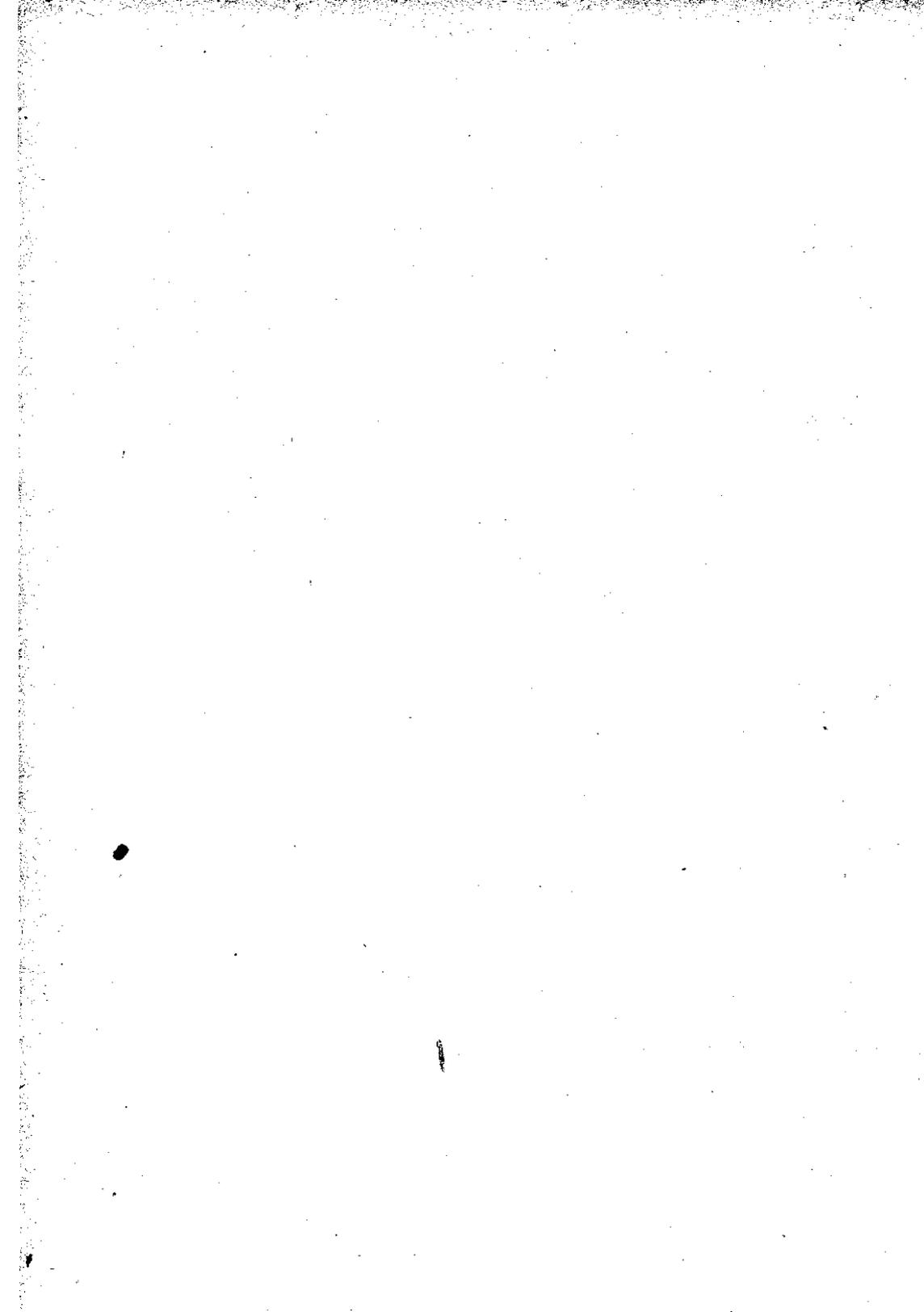
Não foge esse raciocínio aos acontecimentos históricos. Ao contrário. Existisse o volume com as atas derradeiras do município de

Santo André da Borda do Campo, referentes aos primeiros meses de 1560 e às vereanças da vila de São Paulo de Piratininga, de maio em diante, hoje desaparecidas do Arquivo da municipalidade paulistana, e a luz da verdade iluminaria todos os claros-escuros desse episódio histórico. E a ausência desse documentário tem levado muito historiador a queimar o campo da realidade com o fogo da fantasia, a fim de pairarem sobre êle as névoas da incerteza.

No entanto, frei Gaspar da Madre de Deus palmilha as atas desaparecidas. Leu-as cuidadosamente. Daí, afirmar: "Tentaram (os jesuítas) persuadir aos do governo, que era conveniente ao Estado, e útil à religião mudar-se para a Aldeia de S. Paulo o pelourinho e os moradores de Santo André, e "juntamente o fôro da vila". ("Memórias para a História da Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo". 1.ª ed. de Lisboa, 1797 e ed. de Afonso d'E. Taunay. São Paulo, 1917). Tôdas as dúvidas existentes a respeito desse assunto estão desfeitas por essas palavras. Ora, se o foral da vila de Santo André fôra transferido para São Paulo, com os ramalhenses, segue-se que Piratininga ainda não tinha foral, nem tal documento lhe fôra outorgado pelo donatário da Capitania, em que pese à autoridade indiscutível de Azevedo Marques e de Varnhagem. Nesse mesmo rumo avança Adolfo Augusto Pinto em sua obra "Homenagens" (Casa Vanorden, 1926, pág. 26) quando afirma, com base talvez no historiador santista: "Crescia e prosperava a povoação nascente (São Paulo), sobretudo depois que da vizinha Santo André lhe fôra transferido o "Foral de Vila". Mais recentemente, o ilustre historiôgrafo, padre Serafim Leite, em sua monumental obra, "História da Companhia de Jesus no Brasil" (tomo 1, livro III, cap. IV, pág. 284) declara: "O pelourinho de Santo André ergueu-se no terreno, diante do Colégio dos Padres. E a vida municipal de uma vila continuou na outra". E motivos sobejos tinha, pois, João Mendes de Almeida Junior para afirmar ("Monografia do município da cidade de S. Paulo", pág. 13): Por mais esforços que façamos, apesar de constantes pesquisas, não nos avistamos ainda com semelhante foral".

Do exposto se conclui que São Paulo de Piratininga não teve foral de vila, embora Azevedo Marques e Varnhagen o declarem. Laboram, possivelmente, em êrro. Assim enquanto não aparece documento contrário ao depoimento de frei Gaspar da Madre de Deus e ao trecho da carta dos vereadores de São Paulo, dirigida à rainha de Portugal, e acima citado, tudo leva a crer que o foral de vila de Santo André serviu para São Paulo, por força das contingências políticas e sociais. E ainda o fato da municipalidade ramalheana ter prolongado o seu mandato na vila nobreguense, com as autoridades administrativas e judiciárias, confirma êsse juízo.

Assim, João Ramalho, a mais alta autoridade civil do planalto, ombréia com o padre Manuel da Nóbrega, a autoridade religiosa mais destacada, em tôda a Capitania de São Vicente. O fundador de Santo André da Borba do Campo e o fundador de S. Paulo de Piratininga se compreendem. Reunem-se, no altiplano, sôbre o Tamanduateí e o Anhangabau", ao redor da Igreja do Colégio de Jesus, para salvar e defender a obra religiosa e social da catequese integrada na obra civilizadora da colonização portuguesa. E por isso o foral da vila de Santo André da Borda do Campo passou para São Paulo de Piratininga, a fim de garantir-lhes as liberdades municipais e de conservá-las, vivas, soberanas e fortes, pelos tempos adiante.



Notas biográficas sobre o coronel Fernando Prestes de Albuquerque

Coronel Luís Tenório de Brito

A revolução que em começos de 1893 irrompera no Rio Grande do Sul, trazia apreensiva a nação. Dizendo-se apenas contra Júlio de Castilhos na presidência do Estado, constituíra na verdade ponto vulnerabilíssimo de suma gravidade no organismo ainda frágil do regime republicano há pouco implantado no país.

As forças armadas não estavam coesas em torno do governo. O Exército apoiava na sua quase totalidade o Marechal Floriano Peixoto; mas a Marinha mantinha-se arisca, arredia das esferas governamentais. O incidente criado pelo Almirante Wandenkolk, içando em julho a bandeira de chefe revoltado no transporte "Júpiter" que dias depois era aprisionado pelo cruzador "República", ainda mais inquieta tornava grande parte da oficialidade da Armada.

Intenso o nervosismo em que se debatia a opinião pública brasileira trabalhada por correntes políticas as mais heterogêneas, pelas idéias filosóficas as mais diferentes. Eram republicanos vindos da propaganda que defendiam com ardor as instituições de 15 de Novembro, em desavenças íntimas que os enfraqueciam. Eram monarquistas convictos espreitando o momento favorável à tentativa de restauração com que sonhavam. E entre uns e outros a massa dos oportunistas, dos aproveitadores de ocasiões, tudo baralhando.

Sectários das doutrinas de Comte, maçons e católicos intransigentes se encarregavam da confusão espiritual que envolvia tôdas as consciências.

As paixões políticas propriamente ditas cada dia que passava mais se exacerbavam. Foi pois em atmosfera assim carregada, propícia às mais violentas explosões de ânimos, que apareceu, como um rastilho incandescente, o manifesto em que o caudilho Gumercindo Saraiwa, a quem os federalistas haviam confiado o supremo comando militar da campanha, concitava a todos os brasileiros pegar em armas contra o governo constituído da República.

Assim rezava a proclamação:

“Concidadãos:

As armas! As armas todos aquêles para quem a virtude não é um mito, a liberdade uma ilusão, a justiça uma mentira, o lar um santuário. Seis meses de luta tremenda não arrefeceram um só instante o ânimo dos nossos heróicos comprovincianos, que preferem mil vêzes a morte, nestas coxilhas, testemunhas da grandeza de nossos maiores, a viverem escravos de uma pátria envilecida.

Concidadãos: Há seis meses que pelejamos contra o carrasco da nossa pátria e o seu laçao, que governa êste Estado; apesar da desigualdade da luta, em que o govêrno tem tudo por si, os cofres públicos, o exército da União, o prestígio oficial, e nós apenas o nosso civismo, abnegação e as armas que a bravura de nossos irmãos arranca dos asseclas do despotismo.

Malgrado a calúnia, a mentira que, para enfraquecer-nos, atira sôbre nós a autoria dos crimes nefandos, que a caudilhagem do govêrno pratica, eis-nos no centro de nossa terra, obrigando a fugir diante das legiões revolucionárias os bandos armados por um govêrno ominoso.

O glorioso exército nacional, cansado de fazer guarda de honra ao saque e ao assassinato, recolhe-se às suas guarnições, e o castilhismo infame, que tenta aguilhoar nossa terra ao govêrno central, reduzido aos seus próprios recursos, entrega-nos, sem disparar um tiro, seus principais redutos: D. Pedrito, Lavras, Caçapava e Encruzilhada.

Concidadãos: mais um esforço e o govêrno que desonra o Brasil e a República, ruirá por terra! Vinde engrossar nossas fileiras, vinde formar ao lado de nossos irmãos que lutam pelo lar e pela pátria, pela dignidade humana, por todos os sentimentos que enobrecem um povo!

Ajudai-nos a terminar esta guerra que nos arruína, a restituir a paz à família riograndense, eliminando do seu seio os homens nefastos, que fizeram do roubo, do saque, do assassinato, do desrespeito a todos os direitos e sentimentos humanos, armas de govêrno.

Concidadãos: nossa província nunca teve donatários; suas divisas foram traçadas com o sangue dos seus filhos; sejamos de nossos antepassados e em um esforço supremo varramos o govêrno que nos humilha e empobrece, que nos desonra e avilta diante da América e do mundo.

Concidadãos: Às armas! pela República e pela liberdade, pelo lar e pela pátria!

Viva a República Federal!

Viva o Exército Libertador!

Viva o Rio Grande do Sul!

Acampamento no Irapuã, 14 de agosto de 1893 — Gu-
mercindo Saraiva, General em chefe do 1º corpo do exér-
cito libertador”.

(O “Comércio de São Paulo — Ano 1 — Número
184 — de Quarta-feira, 6 de setembro de 1893).

O efeito das palavras do chefe não se fez esperar.

Datado o manifesto de 14 de agosto, a 6 de setembro, de bordo do “Aquidaban” e dominando todos os navios surtos na Guanabara, insurgia-se contra a autoridade legal, rompendo em seguida as hostilidades, o almirante Custódio José de Melo. Ao telegrama em que o chefe da nação comunicou o fato ao govêrno de S. Paulo, respondeu o Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, nos seguintes termos: — “São Paulo, 6 de Setembro de 1893.

Marechal Floriano Peixoto — Presidente da República
— Capital Federal — Navios revoltados não podem im-
por sua vontade à nação, pelas armas. É inaceitável a
fôrça para resolver assunto político, quando funcionam li-
vremmente os poderes legais.

Dou e darei todo o apoio à vossa autoridade de presidente da República, porque sois o poder legítimo. Vosso civismo amparará as instituições no lance aflitivo a que são levadas. Confiai em minha lealdade.

(a) Bernardino de Campos — Presidente de São Paulo. — ”

São Paulo que tantas responsabilidades tinha no novo regímen político que implantou no país; São Paulo que vinha ensaiando, com pleno êxito, os postulados do programa republicano da propa- ganda; São Paulo — a maior fôrça econômica da nação; São Paulo conservador e honesto na condução dos seus públicos negócios, administrativos ou políticos; São Paulo destemeroso e cômscio dos seus deveres cívicos — levantou pela mão do seu bravo presidente a luva que a anarquia atirou à face da nação, e lançou-se à luta. E foi a salvação da República. Enquanto o chefe do govêrno, aprestando a sua Fôrça Pública para a guerra, tomava as providências de ordem financeira, administrativa e técnica que a gravidade da situação reclamava, ia recebendo de todos os recantos do Estado oportunas e concretas manifestações de solidariedade em forma de organizações militares que sucessivamente chegavam à Capital, prontas para a defesa das instituições e da integridade territorial do Brasil, seriamente ameaçadas.

Por tôda a parte movimentou-se a legendária Guarda Nacional. A mocidade das escolas superiores, coesa e resoluta, espontâneamente se mobilizou. Entre os homens bons de Piratininga, propagandistas da República ou simples interessados pela manutenção do novo sistema de govêrno que desde o primeiro instante daquela hora incerta acorreram ao Palácio, encontra-se o nome do deputado Fernando Prestes de Albuquerque, figura de excepcional valor no momento pelo conhecimento que tinha, nos mínimos pormenores, quanto aos fenômenos geográficos, econômicos e sociais de tôda a região sul do Estado e pela confiança que inspirava aos seus habitantes — confiança essa fundada no trato ameno que a todos sabia dispensar, na serenidade, na prudência e na austeridade com que pautava os atos de sua vida modelar, no convívio dos seus conterrâneos.

Nasceu Fernando Prestes de Albuquerque, em Itapetininga, na rua hoje denominada Campos Sales, aos 26 de junho de 1855. Foram seus pais o coronel da Guarda Nacional Manuel Prestes de Albuquerque, veterano da guerra do Paraguai, nascido em Sorocaba a 18 de março de 1818 e D. Inácia Vieira Prestes, natural do Rio Grande do Sul. Foram seus irmãos: Inácio, Antonina, Elisa, Júlia e Manuel.

As primeiras impressões de sua meninice êle no-las transmite em comovedora carta escrita do Estoril ao prof. João Lourenço Rodrigues, quando do seu exílio em Portugal. Refere-se a missiva à sua estada no famoso Colégio do Lageado e está inserta no magnífico livro "Um Educador de Outrora", donde extraio, com a devida vênia, os trechos seguintes:

— "Quanto ao seu pedido relativo ao Lageado e às reminiscências que dêle me ficaram, pouco tenho a dizer. A névoa do tempo já apagou em grande parte as gratas recordações da infância. Sôbre êsse passado, com efeito, já lá vão 70 anos!

Aqui vai o pouco que pude colhêr nos escaninhos da memória.

De Itapetininga para o Lageado, deu-me meu pai por companheiro o jovem Antônio Gomes Pinheiro Machado, que vinha do Rio Grande do Sul para ali continuar os seus estudos de humanidades.

Aí chegado, comecei desde logo a freqüentar as aulas, tendo encontrado o afetuoso desvêlo de D. Delfina, espôsa do diretor e senhora cheia de virtudes e bondades. Ela tratava todos os menores com carinhos de mãe estremosa.

O diretor Francisco de Paula Xavier de Toledo, homem de caráter austero e ríspido, conservava inalterada a disciplina que havia implantado no Colégio. Latinista de

nomeada, preparou êle muitos alunos dentre os quais alguns foram admitidos como professores do próprio Colégio.

— “Logo depois de minha entrada — foi isto em 1864 — o entusiasmo patriótico que reinava em todo o país na organização de batalhões de voluntários para combater o ditador Francisco Solano Lopes, invadiu aquêlê estabelecimento de ensino ao ponto de se alistarem o padre Francisco de Albuquerque, Marcolino Ribas e alguns alunos, entre os quais José Gomes Pinheiro Machado e Bento Bicudo. Partiram todos aclamados pelo Colégio em pêso, com intenso ardor patriótico”.

Grande o sacrifício impôsto a essa criança de 9 anos com o afastamento do convívio materno e o meio completamente estranho no qual passou bruscamente a viver.

Emotivo que sempre foi, a separação da casa paterna em idade assim tão pequena muito lhe terá custado!

Era necessário, porém. As aulas de primeiras letras do Padre Assunção que freqüentara em Itapetninga, não bastariam ao esclarecimento da viva inteligência que a cada instante demonstrava possuir êsse menino a quem o destino havia reservado no cenário da política republicana do Brasil, os mais destacados postos. A carta acima em parte transcrita fere êsses aspectos de sua alma sensitiva: focaliza a bondade da esposa do diretor do Lageado e põe em relêvo a rispidez do professor Francisco de Paula Xavier de Toledo. Era o Colégio do Lageado ao tempo afamado instituto de educação em São Paulo. Sua freqüência era numerosa e as listas de alunos que hoje se conhecem registram nomes representativos de famílias das mais importantes cidades paulistas como Sorocaba, Campinas, Tietê, Pôrto Feliz, Capivari, etc. e ainda das Províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Situado nas proximidades de Campo Largo, pelo Colégio do Lageado passaram sucessivas gerações de moços e de moças muitos dos quais, com o preparo aí adquirido, galgaram altas posições na vida econômica, política, eclesiástica e social do país. Entre as personalidades de maior projeção na sociedade paulista, com origem nos bancos escolares no Lageado, figura José Rubino de Oliveira, o futuro professor da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, o mais dedicado dos amigos de Castro Alves, seu contemporâneo da Academia, quando o infortúnio desabou sôbre o genial poeta baiano.

Como exemplo do rigor e ao mesmo tempo da superioridade com que agia o diretor do Lageado, vale a pena transcrever o que, sôbre a matrícula de José Rubino de Oliveira, disse no seu precioso livro já referido, “Um Educador de Outrora”, o professor João Lourenço Rodrigues:

— “A matrícula dêste último (José Rubino de Oliveira) não foi concedida com facilidade. O candidato era filho de um seleiro, fabricante de “guaiacas”, artigo de bastante extração no tempo das feiras.

O pai de José Rubino era mulato, mas não era êsse o motivo da sua relutância em admitir o candidato. Era que êste tinha sido, até então, um boêmio de marca. Supondo que o rapazola não pretendesse ingressar na sua classe senão para promover troças, o professor Toledo estêve quase a bater-lhe com a porta na cara. O matriculando ouviu-lhe o repelão de cabeça baixa e por fim replicou:

— O Snr. Professor tem razão. Reconheço que tenho sido um moleque sem juízo, um cabeça de vento. Mas não quero continuar nessa vida: desejo ser alguma coisa para o futuro e é exatamente por isso que me empenho para entrar na sua escola. Receba-me por favor. Sei que o Snr. Professor é enérgico. Puxe-me as orelhas, aplique-me a palmatória se fôr preciso; expulse-me daqui se eu der razões para isso; mas não deixe de me receber; eu prometo fazer tudo para ser um homem de bem — “Havia nestas palavras, conclui o prof. João Lourenço Rodrigues, um tom de sinceridade a revelar sérios propósitos de reabilitação. O Professor capitulou, porque sob a sua rispidez havia um coração de autêntico educador. Ele matriculou pois o mulatinho e não teve ocasião de arrepender-se”.

Foi pois em ambiente assim vibrante de patriotismo e anseios de progresso espiritual que Fernando Prestes de Albuquerque sentiu com o crescimento físico, desenvolver-se-lhe a inteligência, amparada pela rígida orientação moral do prof. Toledo. Dos seus companheiros no Colégio do Lageado muitos ainda o foram, mais tarde, nas lutas pela implantação e consolidação da República no país.

Deixando o Lageado, tornou-se o joven Fernando auxiliar prestimoso de seu pai que retornava, com o término da guerra do Paraguai, ao ritmo normal dos seus movimentos de agricultor e comerciante de tropas entre o Rio Grande do Sul e Sorocaba.

Lucrativos por essa época eram êsses negócios e cheia de seduções a vida do tropeiro. Sorocaba, com as suas feiras famosas, foi centro econômico de extraordinária importância durante muitas décadas e o tropeiro sorocabano “sucessor do bandeirante que fundou Mato Grosso e alguma coisa mais, pugnou pela pátria una e livre”, no dizer do Cônego Luís Castanho de Almeida. Fernando Prestes de Albuquerque amou essas atividades que lhe impunham o prazer das via-

gens e o encontro, no mesmo gênero de trabalho, de antigos condiscipulos seus do Lageado, entre os quais o futuro General Antônio Gomes Pinheiro Machado, seu companheiro ainda, um quarto de século depois, nos lances dolorosos da guerra civil em defesa das instituições republicanas que ambos ajudaram a fundar no Brasil.

Do casamento de Fernando Prestes de Albuquerque com D. Olímpia de Santana Prestes, nasceram nove filhos: Elisa, Olímpia, Maria, Júlio, Olívia, Dulce, Alceu, Alcides e José. Dêles apenas o quarto, na ordem cronológica, herdou do pai o gosto pela política. Palmilhou o dr. Júlio Prestes de Albuquerque nos altos postos de representação e comando na vida pública de São Paulo e do Brasil, os mesmos caminhos percorridos por seu ilustre genitor — excedendo-o por vêzes em brilho e cultura mas nunca em inteligência e prudência, qualidades estas de que ambos eram portadores e de que deram provas cabais quando nos grandes momentos de úteis iniciativas governamentais que ambos tiveram na alta administração do Estado de São Paulo a que ambos presidiram.

Advogado dos mais capazes; orador fluente e rico em colorido; representante de sua zona na assembléia do Estado; deputado federal, chefe de sua bancada e lider da maioria no Congresso Nacional, impôs-se o dr. Júlio Prestes de Albuquerque, sempre, à admiração de quantos o conheceram nas lides do forum, nos comícios políticos da praça pública, nos prélios incruentos da tribuna parlamentar. Presidente do Estado de 1927-30, foi o seu governo fecundo em realizações do mais elevado cunho social. A ligação da Sorocabana a Santos, com a construção do ramal de Mairinque e a solução dada à internação nos asilos-colônia dos hansenianos bem refletem o valor do seu trabalho no govêrno. Eleito e reconhecido presidente da República, a revolta de 30 que destruiu a ordem legal no Brasil, privou o país da ação na sua direção suprema, do sadio influxo de um verdadeiro homem de Estado que era Júlio Prestes de Albuquerque.

A morte que o colheu em fevereiro dêste ano na sua fazenda Araras onde se abrigara no seu exílio voluntário, anulou as esperanças que a pátria nutria de vê-lo no desempenho de funções que o seu merecimento lhe impunha.

Constituiu-se Itapetininga depois de 1870 em centro de extraordinária vibração republicana. Venâncio Aires representa-a na famosa Convenção de Itu (18 de dezembro de 1873 e funda o Clube Republicano que toma o seu nome, bem no coração do tradicional núcleo de Simão Barbosa Franco. Em tórno de sua pessoa vão se agrupando quantos se vêem atraídos pelas duas fórmulas político-sociais que, na época, juntas caminham, levando na sua ascensão para o ideal o belo cortejo da mocidade generosa do Brasil: a Abolição e a República.

A família Prestes de Albuquerque, liberal por indole e circunstâncias ambientes, numerosa e cheia de prestígio moral na região, representar-se-á nas lides da propaganda pelo terceiro filho do Coronel Manuel Prestes de Albuquerque, o jovem Fernando Prestes de Albuquerque.

São seus companheiros de jornada até 1889 Manuel Lopes de Oliveira, Antônio Moreira da Silva, Padre Francisco de Albuquerque, Joaquim Fogaça e outros. Abolicionista — é da tradição em Itapetininga — a lei áurea não teve aplicação na Fazenda Areias. Muito antes do 13 de Maio as cartas de alforria passadas pelo Coronel Manuel Prestes de Albuquerque libertaram todos os seus escravos. E — “Quando em 1889 se deu a 15 de Novembro a transformação do regime político brasileiro, diz Eugênio Egas (“galeria dos Presidentes de S. Paulo”) Fernando Prestes era já um dos chefes republicanos de maior prestígio na zona de sua residência” — Eleito deputado estadual em 1892, ocupava a vice-presidência da Câmara quando, na tarde de 6 de setembro de 1893, ao ter conhecimento do movimento revoltoso da Armada, chefiado pelo Almirante Custódio José de Melo, apresentou-se ao Presidente do Estado dr. Bernardino de Campos.

De regresso de Santos que visitara em companhia do Presidente, em viagem de inspeção e onde assistira o ataque levado a efeito pelo cruzador “República” contra o forte Augusto, sendo repellido o navio sublevado nessa tentativa de desembarque, recebeu o deputado Fernando Prestes de Albuquerque a incumbência de organizar, em Itapetininga, os Serviços de Abastecimento e de defesa do Estado contra a onda avassaladora dos federalistas de Gumerindo Saraiva que, havendo deixado Santa Catarina à retaguarda, transpunham aceleradamente o Paraná rumo a São Paulo.

Melhor ponto não poderia ser encontrado. Itapetininga, cidade grande, tronco de vias de comunicações que aí se bifurcavam para tôdas as direções, no Estado; caminho tradicional do Sul donde ora vinha o perigo, empório de vasta e rica zona de produção agrícola e pastoril; proximidade maior do teatro da guerra, sua eleição para base de aprovisionamento das fôrças em operações decorreu desta série de importantíssimas circunstâncias. Também o seu comandante estava naturalmente indicado. Não poderia ser outro: o deputado Fernando Prestes de Albuquerque. Além dos títulos de ordem moral e política que o indicavam para o lugar, apresentava-se agora na cidade do seu nascimento, no posto de coronel da Guarda Nacional, confirmado ao depois por Decreto de 10 de agosto de 1894, publicado no “Diário Oficial” de 11 em que lhe foi conferida a patente de coronel honorário do Exército — “pelos valiosos serviços prestados em defesa da República” — Contava então o coronel Fernando Prestes de Albuquerque 38 anos de idade em pleno gozo de invejável robustez

que lhe garantia a inalterável saúde. Alto, bem aprumado o corpo, fisionomia simpática e envolvente; têtz fina e clara; olhos castanhos e penetrantes; cabeleira escura, barba e bigodes ornando, bem conservados o rosto comprido e harmonioso, era o Comandante da Praça, como ficou sendo chamado, uma figura realmente dominadora.

Sua missão era das mais delicadas. Ponto de concentração de voluntários que aí recebiam alimentação e alojamento; instrução militar e o fardamento da tabela; meios de transporte de pessoal e material de guerra que demandavam as frentes da luta, dele se exigiam múltiplas qualidades desde as de comando pròpriamente ditas às de organizador. Milhares de homens vindos de tôdas as camadas sociais e de todos os recantos do Estado receberam, em Itapetininga, os ensinamentos necessários a bem conduzir-se na refrega. Elucidando o que acabo de referir, transcrevo do "Correio Paulistano" de 10 de janeiro de 1894 a nota sob o título: "Batalhões Patrióticos":

— "Não são sòmente as classes militares que se levantam em defesa da pátria, não é também ao lado delas unicamente a força policial do Estado, mas a guarda nacional que é a milícia cívica organizada pela lei, o cidadão chamado eventualmente ao exercicio das armas nos transes como êste de ataque à ordem constituída. Ao lado dos guardas nacionais acorrem com prodigiosa afuência cidadãos patriotas que se arregimentam voluntariamente em batalhões cívicos e, como os soldados do Exército, oferecem os peitos às balas dos inimigos da sociedade, estão prontos a sacrificar a vida em defesa da República. Nessas fileiras collocam-se indistintamente ao lado do operário, do artista, o funcionário público, o estudante, o médico, o advogado, o engenheiro, o capitalista, etc. De permeio com os representantes do trabalho manual, os das profissões liberais, todos confundidos no mesmo sentimento de civismo, identificados pelo mesmo móvel patriótico.

Ao redor da bandeira da República vieram agrupar-se numerosos batalhões patrióticos alguns dos quais ainda em organização. Ocorre-nos neste momento à lembrança os que têm as seguintes denominações: — "Tiradentes", "Acadêmicos", "Alfredo Elis", "Vinte e três de Novembro", "Provisórios", "Defensores da República", "Frei Caneca", "Benjamim Constant", "Francisco Glicério", "Floriano Peixoto" e outros".

Todo êsse conglomerado heterogêneo onde se distinguiriam com facilidade tendências espirituais, estava a desafiar argúcia de obser-

vador e firmeza de chefe. A tanto correspondia o coronel Fernando Prestes de Albuquerque. Em — “A Revolta de 6 de Setembro” — precioso livro do Coronel Pedro Dias de Campos, lê-se o seguinte sobre a ação desse ilustre chefe na defesa da República tão gravemente ferida: —

— Tendo o governo prolongado a estrada de ferro até Itapetiningá, tornou-se esta cidade a parte principal do percurso de todo o movimento das tropas e do material. Comandava aí a praça o Coronel Fernando Prestes, a cuja inteligência, previsão, prestígio e sacrifícios, indizíveis de toda a ordem, deveu a causa legal tão relevantes e excepcionais serviços que não há medida para os avaliar.

Nada faltava em Itapetininga. Ninguém fugiu ao dever patriótico que se impunha a todo o cidadão.

De toda a parte chegavam ao centro da Praça de Guerra os carros de bois, os animais de tiro e de sela, gado para o corte, gêneros alimentícios, pessoal para o serviço. A ordem e a disciplina, dentro da precariedade de situação tão difícil, sob a ação vigilante e o olhar perspicaz do coronel Prestes eram perfeitas.

No velho casarão de sua residência à rua hoje denominada General Carneiro, transformada em Quartel General, hospedou o Comandante da Praça, cercando-as de todas as atenções, aquelas personalidades que Floriano, angustiado, sucessivamente despachava para o Sul com ordens de barrar a torrente revolucionária que se avizinhava: Pêgo Junior, Ewerton Quadros, Pires Ferreira, Gomes Carneiro. De todos esses homens a mais forte impressão pessoal lhe veio do coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro. Funda simpatia despertou no coronel Fernando Prestes de Albuquerque aquela estranha figura de homem triste.

Talvez afinidades no culto que ambos votavam a D. Quixote de La Mancha espiritualmente aproximassem esses dois chefes em horas tão amargas.

Conta Pedro Calmon, na sua biografia de Gomes Carneiro, que o único livro que o acompanhou na viagem foi o *Dom Quixote*. É conhecida por outro lado a admiração que no seio da família Prestes de Albuquerque existe pelo famoso personagem de Cervantes.

Outra circunstância ainda os identificaria no papel que a cada qual deles tocou desempenhar no drama que se desenrolava em torno: — não deixar passar o inimigo.

Na sua vertiginosa marcha para a morte e para a glória recebeu Gomes Carneiro de Fernando Prestes os elementos indispensáveis ao cumprimento dos seus propósitos imediatos: chegar à Lapa em seis dias (Pedro Calmon, Gomes Carneiro — o General da República, pag. 86).

Terminada a revolta, foi o coronel Fernando Prestes de Albuquerque eleito deputado federal, cargo êsse que deixou por ter de assumir a presidência do Estado, a 10 de novembro de 1898, eleito que fôra para completar o período governamental de Campos Sales, elevado à suprema magistratura da nação.

Das mais sérias era a situação de S. Paulo quando da ascensão do Cel. Fernando Prestes ao govêrno do Estado.

Intensamente refletiam-se na sua economia, tão próximos estavam ainda, os desastrosos efeitos da Revolução Federalista e da Campanha de Canudos para onde havia sido enviada parte de sua Fôrça Pública.

Os surtos de febre amarela e peste bubônica traziam em sobressalto as populações do interior, notadamente Sorocaba e Santos, no momento sob a ação dêsses terríveis flagelos em violenta eclosão. Pessoalmente percorreu o Presidente os lugares devastados pelo mal.

Ainda hoje em Sorocaba se guarda a lembrança da sua visita à cidade aterrorizada, com o objetivo de melhor orientar-se no socorro às populações e na luta contra a epidemia. Dessas resoluções que denotavam a um tempo destemor e dedicação à sua gente, grandes bens resultaram.

A peste bubônica, endêmica no litoral, apareceu nesta Capital em 1899. Em complemento a medidas comuns de profilaxia, necessário se tornava a fabricação de sôros diversos indispensáveis ao êxito da campanha sanitária.

Anuiu o Presidente às sugestões de Emilio Ribas, instalando, sob a direção de Vital Brasil, o Instituto do Butantã. Recolheram as crônicas da época a opinião do sábio brasileiro, dr. Luis Pereira Barreto, sôbre o magno empreendimento, nos seguintes têrmos:

— “Ao coronel Fernando Prestes devemos imensa dívida de gratidão por ter criado o Instituto do Butantã, confiando a sua direção à competência do ilustrado dr. Vital Brasil’.

Outro feito de incalculável alcance humanitário está na fundação pelo coronel Prestes, do Instituto do Juqueri, sob moldes traçados pelo dr. Franco da Rocha, seu diretor pelo espaço de quase 30 anos. Com esse ato de filantropia, abandonou-se o antigo hospício da Várzea do Carmo a outros misteres, sendo os seus habitantes transferidos para instalações ao ar livre onde relativa liberdade passavam a gozar os infelizes privados da razão.

Aquilo que o filho ilustre, digno cultor das tradições paternas, iria praticar 30 anos depois no govêrno de São Paulo, dr. Júlio Prestes de Albuquerque, em relação aos hansenianos, localizando-os em amplas áreas de terra em diferentes pontos do Estado, nas quais o drama do

enfermo de tão triste mal se atenua um tanto com a faculdade que tem de locomover-se, de trabalhar, de amar.

Concluído o seu mandato, passou o coronel Fernando Prestes, a primeiro de maio de 1900, a presidência do Estado ao Conselheiro Rodrigues Alves, voltando novamente à Câmara Federal, desta vez arvorando o pendão de chefe de sua bancada e de líder da maioria parlamentar. Enfeixando em suas mãos funções tão prestigiosas quanto delicadas, referem as crônicas da época a habilidade, a inteligência e a dignidade com que se conduziu no seu desempenho.

O incidente havido entre o cônego Valois de Castro e o deputado Custódio José de Melo bem ilustra o assunto.

Falava o deputado paulista quando o almirante Custódio José de Melo deu-se por ofendido em face de uma passagem qualquer do discurso e não teve meias medidas: convidou para um duelo o orador. Atônito, evocou o cônego Valois de Castro a sua condição de padre católico que o proibia de aceitar o insólito desafio. Difícil se tornara a situação pela atitude assaz isolente que assumira então o representante baiano.

A perplexidade em que caíra a Câmara foi quebrada pela voz, pausada e forte, do coronel Fernando Prestes de Albuquerque. Pela ordem falou para declarar que tôda razão assistia ao seu colega de representação no impedimento alegado. Ele porém, sem iguais compromissos, deputado e chefe de sua bancada aceitava em seu lugar o desafio, deferindo ao provocador a faculdade de escolher as armas e determinar o local e a hora para o encontro. O duelo não se realizou, mas a história recolheu a façanha — digna de Cid o campeador.

O dr. Amadeu Mendes fazendo o panegírico do coronel Fernando Prestes de Albuquerque, na homenagem que o "Correio Paulistano" lhe prestou, dando o seu nome a uma das suas máquinas impressoras, assim se externou, traçando o quadro de sua vida íntima:

— "A austeridade da sua compostura foi um dos seus mais belos e radiosos atributos. E' que lhe pertenciam os predicados que nos refere Machado de Assis — Não era aquela coisa enfadonha, pesada e chata que os moralistas asseveram ser quase sempre um sintoma de espírito chocho, mas sim uma gravidade jovial e familiar, igualmente distante da frivolidade e do tédio, uma compostura do corpo e do espírito, temperado pelo viço dos sentimentos e pela graça das maneiras, como um tronco rijo e reto adornado de folhagens e flores".

O cônego Luís Castanho de Almeida, natural de Guareí e que, como o dr. Amadeu Mendes, bem de perto conheceu o coronel Prestes

na intimidade de sua vida familiar, na velha e querida Itapetininga, dele guardou esta impressão:

— “Era muito amável sem perder o aprumo. Conversava na rua com o mais pobre, o mais humilde, mas sem rebaixar-se ou mudar de tom”.

Para tão alta sensibilidade moral, constituiu o falecimento da espôsa aos 41 anos de idade, ocorrido em começos de 1901, irreparável perda, o mais fundo golpe que lhe poderia vibrar o destino.

O desaparecimento de D. Olímpia de Santana Prestes que resumira no mundo sentimental do coronel Fernando Prestes tôdas as suas afeições, privou bruscamente ainda dos carinhos maternos, os nove filhos do casal.

Foi grande o abalo que o fatal acontecimento trouxe à vida do ilustre varão com reflexos na sua situação financeira que aliás nunca chegara a ser próspera. E' que a virtuosa senhora, presidindo o lar na ausência do marido sempre às voltas com os deveres que lhe impunham os encargos da vida pública, trazia-o equilibrado em relação ao modesto patrimônio comum.

Sua morte foi pois, sob diferentes pontos de vista, de conseqüências as mais lamentáveis. Na grande força de ânimo de que dispunha pôde o coronel Prestes apoiar-se para, vencendo a crise de abatimento, prosseguir na faina útil de bem servir à patria e à familia.

Eleito vice-presidente do Estado em 1908, assumiu o govêrno em 1910, substituindo o presidente Albuquerque Lins que pleiteara a vice-presidência da República, com Rui Barbosa candidato à presidência, no quadriênio 1910-14.

Arrefecido o ardor da campanha civilista como ficou sendo chamado o pleito eleitoral do qual saiu vitorioso o Marechal Hermes da Fonseca sôbre Rui Barbosa, terminado o seu mandato de vice-presidente do Estado em 1912, foi eleito o coronel Fernando Prestes para o senado estadual, donde só em 1924 se retirou por ter sido novamente eleito vice-presidente do Estado com Carlos de Campos na presidência. Durante êsse largo espaço de tempo sua voz sempre se fêz ouvir nos magnos concílios do antigo Partido Republicano Paulista, ora como simples membro da sua Comissão Diretora, ora como seu presidente.

Sua casa de residência da rua General Carneiro, em Itapetininga, como nos idos de 1893-94, transformara-se durante as revoltas de 1924 e 1930 em Quartel General da legalidade em prol da ordem no Brasil.

Vencedora a demagogia, subvertida a ordem constitucional do país na última daquelas etapas, acompanhou o coronel Fernando Prestes ao exílio no estrangeiro a' seu grande filho, dr. Júlio Prestes de Albuquerque, presidente eleito e reconhecido da República.

De regresso à pátria alguns anos depois e já nas proximidades da morte que o alcançou em 1937, era visto o venerando paulista como o admirara noutros tempos Eugênio Egas (“Galeria dos Presidentes de S. Paulo”) — “Modesto e simples, de maneiras distintas e agradáveis; perspicaz e bom; leal, corajoso e enérgico” — Ou ainda, segundo o brilhante espírito do cônego Luís Castanho de Almeida, por vêzes citado nestas notas, quando diz:

— “Tinha o coronel Fernando Prestes de Albuquerque a estampa de um Senador do Império. E a inteligência.”

RELATÓRIO SOBRE O SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1893-1894, realizado em Belo Horizonte, de 16 a 21 de novembro de 1946, apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pelo sócio Luís Tenório de Brito.

Resolvido ficara em Curitiba, ao encerrar-se o primeiro, ha dois anos passados, que o 2.º Congresso de História da Revolução de 1893-1894 se realizaria em Belo Horizonte. A proposta, neste sentido vencedora, partiu da dalegação mineira eficientemente dirigida pelo Coronel Herculano Teixeira de Assunção, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O motivo alegado em favor da tese foi o de que, em 1946, transcorria o primeiro centenário de nascimento do General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, figura central da heróica resistência no Cêrco da Lapa, episódio êsse de extraordinária importância nos estudos da sangrenta luta fratricida travada em torno à Republica recentemente proclamada no Brasil. Nascido em Sérro êsse grande soldado, portador de altas virtudes militares quais a inteligência, a vocação pela carreira das armas, o amor ao estudo, a bravura, o desprendimento, o espírito de renúncia e de sacrifício, justo era — assim decidiu a maioria — que no Estado que lhe serviu de berço se reunisse o segundo certame para tratar de tão magno assunto. De acôrdo com essa resolução, recebia em junho do corrente ano o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a comunicação e programa do Congresso que se desenvolveria entre os dias 16 e 21 de novembro na bela capital das Minas Gerais.

Na lista de adesões, desde logo se inscreveram os sócios do nosso sodalício dr. José Torres de Oliveira, seu venerando presidente perpétuo, prof. Tito Lívio Ferreira, 1º secretário, drs. Frederico de Barros Brotero, José Pedro Leite Cordeiro, Amador Bueno Machado Florence, Tomás Oscar Marcondes de Souza, José Bueno de Azevedo Filho e coronel Luís Tenório de Brito. Dêles no entanto somente os três últimos fizeram a viagem. Motivos ponderosos privaram a reunião

de Belo Horizonte do brilho que os cinco primeiros emprestariam à representação paulista.

Preenchendo tão grave lacuna seguiram, inscritos à última hora, o orador do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, os sócios conêgo Paulo Florêncio da Silveira Camargo, dr. Carlos da Silveira e as senhoritas Célia Tenório de Brito e Herti Ferreira, esta última, em Belo Horizonte, proclamada integrante do Congresso, tanto pelo seu valor cultural próprio como em expressiva homenagem a seu ilustre genitor, historiador Tito Lívio Ferreira, conforme elegante resolução da mesa diretora dos trabalhos.

As 11 horas de 14 de novembro alçava-se do aeroporto de Congonhas possante avião da Panair do Brasil levando a seu bordo em vôo direto para Belo Horizonte a delegação paulista, menos o deputado Ataliba Nogueira que viajaria três dias depois. A rota seguida pelas emprêsas aéreas que atualmente fazem êsse trajeto será mais ou menos um dos caminhos que há três séculos passados trilhavam as bandeiras que, de Piratininga, saíam à procura de ouro e pedrarias. Esta suposição se baseia na circunstância de transpor o avião a Mantiqueira cortando os ares ao deixar S. Paulo por sobre Guarulhos e Santa Isabel.

E logo começam a aparecer velhas cidades mineiras que infelizmente não podemos identificar e os rios que bem poderiam ser o Verde, Grande, das Mortes, Paraopeba e outros.

O almoço, constante de bem feitos pratos frios, acompanhados de laranjada e tendo como sobremesa pudins e bolos, foi servido logo no início da viagem.

Dia claro, sereno, bonito, com uma hora e quarenta minutos de vôo, começaram a aparecer as primeiras casas de Belo Horizonte que ia ficando à direita do avião que demandava o campo da Lagoa Santa, 30 ou 40 quilômetros além onde aterrisou nas melhores condições.

Em caminhonete da emprêsa e pelo preço de vinte cruzeiros por pessoa, às 14 horas chegávamos à agência da Panair, em pleno centro de Belo Horizonte onde nos esperavam o dinâmico presidente em exercício do Instituto Histórico, coronel Herculano Assunção e Snra.; o dr. Copérnico Pinto Coelho, incansável secretário do Congresso; dr. Múcio de Abreu e Lima, juiz de Direito na capital, tenaz pesquisador de coisas históricas e fino humorista, acompanhado de sua Exma. Snra. e outras pessoas. Minutos depois estávamos magnificamente instalados nos melhores apartamentos do Grande Hotel — o tradicional hotel dos políticos mineiros, confortável e servido por solícito pessoal todo brasileiro.

Ligeiro passeio à tarde pela cidade, visitas amáveis que recebemos após o jantar e encerradas estavam essas primeiras horas de contato com a reconhecida gentileza mineira.

Com o transcorrer dos dias aí vividos cada vez mais intensas se iam tornando da parte da sociedade belorizontense as manifestações de carinho que tanto cativaram os paulistas.

Madrugadores joviais, às 6 horas do dia livre de 15 já se encontravam na rua, em passeio pelo bairro de Lourdes, o conéggo Paulo Florêncio da Silveira Camargo, o dr. Carlos da Silveira e o autor d'êste relatório. Belo Horizonte surpreendeu-nos a todos, com a sua topografia onde se sucedem os fortes declives que aliás dão vida e graça à cidade — quando supúnhamos encontrar uma cidade plana, lisa.

Largas e compridas avenidas, ruas bem lançadas, construções discretas e bem feitas, arborização bem orientada, praças públicas ajardinadas com gosto — Belo Horizonte é o que se pode chamar uma bela cidade. Às 9 horas, acrescido o grupo com a presença da Herti e da Célia, rumamos para Lagoa Santa, em companhia do dr. Policarpo Vioti que nos proporcionou êsse magnífico passeio.

Fomos àquelas evocativas paragens levar a nossa homenagem ao cientista Pedro Guilherme Lund — ilustre dinamarquês que dedicou tôda a sua longa existência às pesquisas arqueológicas que o immortalizaram e de que resultaram os achados fósseis hoje conhecidos pelo nome de — “O homem da Lagoa Santa” — .

Morto há alguns anos Lund, continuam seus trabalhos guiados pelo professor Aníbal Matos — uma das mais impressionantes cerebrações do Brasil moderno. Arqueólogo e antropólogo, historiador e biógrafo, poeta e pintor de larga inspiração, vem o prof. Aníbal Matos, com eficiência, aumentando com novas e importantes descobertas, as famosas coleções do mestre.

Ao regressarmos ao hotel encontramos com o nosso bom companheiro de viagem Marcondes as despedidas do dr. Bueno de Azevedo Filho que seguira para o Sêrro integrando a comissão do Instituto Histórico mineiro, incumbida de colocar, na casa onde nasceu o General Gomes Carneiro, uma placa comemorativa das suas homenagens centenárias.

No sábado, 16, começaram os trabalhos previstos do Congresso. Chegaram as delegações do Rio e Paraná e o dr. Ataliba Nogueira, integrante da paulista.

Após a primeira reunião, realizada à tarde, na qual se votou o Regimento interno do Congresso, foram os congressistas, incorporados, cumprimentando o interventor Júlio de Carvalho, já demissionário. Saudado pelo deputado Ataliba Nogueira que agradeceu a ação prestigiosa que ao certame dispensara, respondeu o homenageado mos-

trando-se penhorado pela manifestação de que estava sendo alvo a qual subia de ponto, acentuou, pela circunstância de não ser êle mais govêrno.

No domingo, pela manhã, realizou-se a visita ao Museu de Belo Horizonte. Instalado em casa tipicamente mineira, sede de antiga fazenda no coração de Curral del-Rey — constitui, só por si, sagrada reliquia por ser a única lembrança do arraial destruído para que, em seu lugar, se construísse a brilhante capital de hoje. Seu diretor e organizador, deu-lhe uma fisionomia espiritual humana, afetuosa mesmo, digamos. Nas salas que o compõem não se vêem esses volumosos e inexpressivos objetos que, noutros, pretensiosos, enchem os espaços.

Ali tudo é comunicativo e íntimo no arranjo de remanescentes coisas vindas do núcleo de João Leite Ortiz na sua ascensão para os deslumbramentos da imensurável cidade que ora de quebrada em quebrada se desdobra. Bem haja pois o dr. Abílio Barreto pela patriótica orientação dada ao Museu de Belo Horizonte.

As 13 horas dêsse mesmo dia 17, em ônibus especiais repletos de congressistas e de pessoas de relêvo na sociedade de Belo Horizonte, fêz-se a primeira excursão do programa. Com uma hora de viagem através de região povoada de gratíssimas reminiscências, atingiu a comitiva a cidade de Sabará. Tudo aí nesses sítios é evocativo e familiar aos paulistas. O Museu do Ouro tem qualquer coisa de sagrado nos seus mostruários, nos seus objetos, nas impressões que desperta. Sobre velho livro aberto em vetusta e adequada mesa debruçou-se o dr. Carlos da Silveira e, como emérito genealogista que é — de cada nome lançado com letra firme e bem talhada, viu desfilar sucessivas gerações de famílias bandeirantes suas conhecidas, de valentes antepassados seus. Em seguida à visita ao Museu do Ouro, a igrejas e lugares pitorescos da velha cidade de ruas estreitas e sinuosas, cortadas a cada passo pelo lendário Rio das Velhas que a protege na sua qualidade de nune tutelar, dirigiram-se os visitantes para as instalações da Cia. Belgo-Mineira onde lhes foi dado assistir interessante corrida do forno de ferro gusa. Nos escritórios da Cia. foi servido finíssimo lanche.

Na segunda-feira, 18, iniciou-se o programa do dia com missa solene na catedral e lançamento da pedra fundamental do monumento a ser erigido ao General Gomes Carneiro, na praça que tem o seu nome.

Formou, em continência, uma companhia de guerra de um dos corpos da guarnição federal aquartelada em Belo Horizonte. Falaram por essa ocasião o representante do Prefeito, os snrs. Saboia Côrtez e cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, das delegações do Paraná e de S. Paulo e o dr. Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, filho do herói da Lapa.

À tarde houve distribuição de teses às comissões, e à noite a sessão solene e instalação do Congresso, no salão nobre do Instituto

de Educação. Presidida pelo General Falconieri, representante do Ministro da Guerra, contou com a presença de altas autoridades civis e militares, representantes do clero, senhoras e senhorinhas, imprensa, etc..

Aberta a sessão, falou em primeiro lugar o coronel dr. Herculano Teixeira de Assunção, presidente em exercício do Instituto Histórico de Minas Gerais, que em formoso e eloqüente discurso se referiu aos objetivos do Congresso, e em seguida discursaram também os srs. Davi Carneiro, da delegação paranaense e Ataliba Nogueira da paulista.

Ao encerrar-se a sessão, ofereceu o escritor Caio Nelson de Sena aos delegados das diversas representações um copo d'agua nos salões do Automóvel Clube, ocorrendo então a troca de varios brindes.

Regressando, na manhã de 19, o orador do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, chefe nato da delegação paulista, dr. Ataliba Nogueira, foi aclamado para o substituir o nosso companheiro Marcondes de Souza a quem coube presidir, por cativante deferência do coronel Herculano Assunção, a sessão ordinária da manhã dêsse dia. À tarde visitaram as delegações o Arquivo do Estado que é um farto manancial de importantes e numerosas coleções manuscritas à espera de divulgação.

Tôda a vida áspera das antigas Minas Gerais aí se encontra nessas prateleiras carinhosamente cuidadas pelo seu eficiente diretor, dr. Mário Bemig e dedicados auxiliares. Como, em virtude de imperiosos motivos, não era possível à delegação paulista estar presente ao encerramento, ofereceu-nos a direção do Congresso um jantar nos salões do Minas Gerais Tennis Clube para o qual convidou elementos sociais e intellectuais de Belo Horizonte, entre os quais o eminente professor e antigo deputado federal, dr. Nelson de Sena. Foi uma festa encantadora durante a qual reinou cordialidade e bom humor. Também as instalações suntuárias do Pampulha foram-nos mostradas na tarde dêsse dia. A's 6 horas, de quarta-feira, 20, em trem especial, realizou-se o passeio a Ouro Preto, distante 180 quilômetros de Belo Horizonte. Manhã agradabilíssima, repletos os dois vagões de excursionistas, prontos, cada qual deles, a prestar aos forasteiros os esclarecimentos que a região tão cheia de lembranças de heróico passado vai sugerindo à medida que o trem avança. Ao meio-dia deixava-se a composição, fazendo-se o trajeto, que separa a estação do Grande Hotel onde se realizou o almoço, a pé. Ao galgarmos aquelas ingremes ladeiras a nossa imaginação, em alvoroço, ia recompondo a vida na antiga Vila Rica e os versos de Bilac acudiam à nossa memória:

“— Aqui, outrora, retumbaram hinos...
 Muito coche real nestas calçadas
 E nestas praças, hoje abandonadas,
 Rodou, por entre os oupéis mais finos.”

Pregado à falda de elevada montanha existente bem no centro da velha capital das “gerais”, o Grande Hotel, recentemente construído, tem os seus terraços em corpos avançados a projetarem-se no espaço.

De um desses terraços, solícito e erudito “cicerone”, estendendo o braço direito, mostrava-nos: — naquela casa branca que se vê do outro lado da paisagem reuniam-se os inconfidentes; na que se vê mais próxima, suicidou-se Claudio Manuel da Costa; essa outra era chamada a “casa do conto” por ser aí operada a contagem e separação do ouro que chegava dos arredores; pegada, a casa da fundição do áureo metal e assim sucessivamente iam desfilando diante dos nossos olhos, como num filme, homens e coisas de afastados séculos. Empolgado pela majestade desses cenários Marcondes de Souza fez, à mesa do almoço, a chamada simbólica, nome por nome, de todos os inconfidentes, a que íamos respondendo “presente”. Começou pelo último da lista, para terminar com Tiradentes, o herói nacional por excelência. Oferecendo o almoço, falou o dr. Roberto de Vasconcelos, seguindo-se-lhe com a palavra o padre Vitola, o dr. Caio Nelson de Sena, numa saudação ao exército e outros.

Guiados pelo grande historiador Salomão de Vasconcelos, rapidamente visitaram os excursionistas a Escola de Engenharia que funciona no vetusto Palácio dos Governadores; as principais igrejas onde as obras de escultura do Aleijadinho e os painéis do pintor Ataíde, seu contemporâneo, deslumbram os entendidos na matéria e, finalmente, o Museu da Inconfidência, instalado no monumental edifício de puras linhas arquitetônicas há cerca de dois séculos construído para prisão.

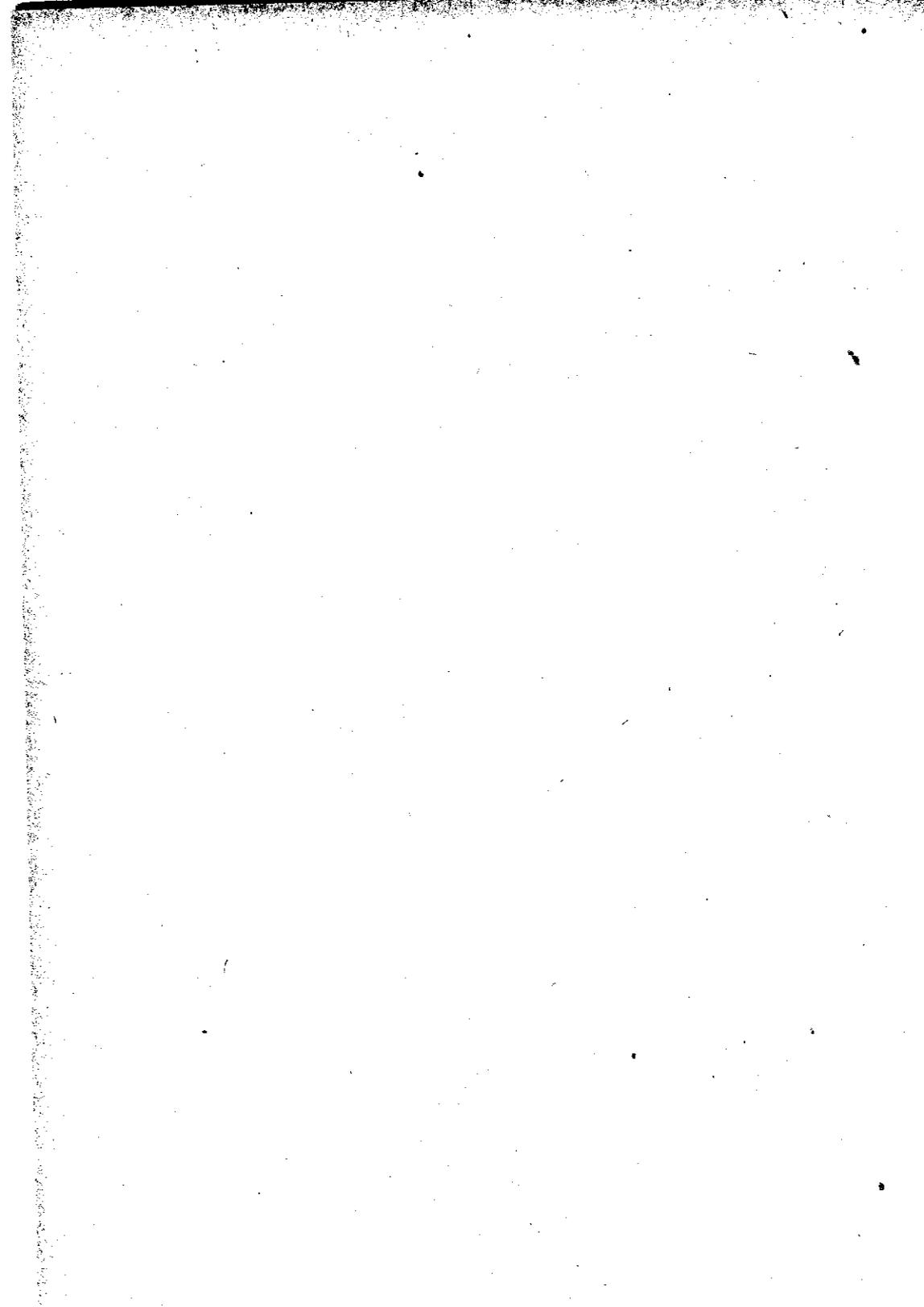
Aí tudo é evocação e recolhimento. No panteão, onde aquelas lágeas frias guardam, simbolicamente, com o nome de cada um, as cinzas dos mártires da independência da Pátria, a alma do patriota se quêda genuflexa e não distingue.

Porque, se é bem verdade que Tiradentes, como assinala Lúcio dos Santos, foi o único que não fraquejou na hora suprema das responsabilidades que, tôdas, chamou a si, não é razoável nem mesmo justo, que se esteja hoje a separar dentre os outros este ou aquele dos conjurados que nos momentos de angústia e de ansiedade haja cedido mais intensamente à humana contingência.

Em conclusão. Do ponto de vista histórico alcançou sem dúvida o Segundo Congresso Histórico da Revolução de 1893-1894 os obje-

tivos colimados. Dentro do plano que o seu programa traçou e que as "Diretivas para as teses dos Snrs. Congressistas" pormenorizadamente delinearão — publicarão os Anais expressivos trabalhos sôbre o sangrento episódio, bem como sôbre as causas remotas que o determinaram. E ainda mais. O estudo de personalidades que se revelaram no fragor da luta provindas de velhos troncos genealógicos brasileiros que explicam devidamente certos fenômenos de ordem pessoal; paisagens e coisas da nossa pátria; folclore e costumes da nossa gente — de tudo nos Anais se encontrará — palpitante de vida e de interêsse para a nacionalidade. Mas não termina aí a ação benéfica do Congresso. Muito vale para a cordialidade nacional a semana vivida em Belo Horizonte. Brasileiros de diferentes regiões do país aí se encontraram, apertaram-se as mãos em sinal de fraterna amizade.

O intercâmbio cultural que se fêz sentir foi amplo e intenso e muita admiração intelectual indelêvelmente se fixou entre os presentes ao certame. E a tradicional bondade mineira expandiu-se em ondas de carinhoso acolhimento no transcorrer da semana memorável.



Glicério em S. José do Rio Pardo

O EPISÓDIO REPUBLICANO DE 10-11 DE AGOSTO DE 1889

Honório de Silos

A História nada mais é, como se sabe, que o registro de acontecimentos sociais, cuja soma constitui a tradição.

O episódio de 10-11 de agosto, ocorrido em São José do Rio Pardo, é, sem dúvida, uma interessante página da crônica republicana, na qual ressalta a figura singular de Francisco Glicério, no momento, alvo da atenção do país, que festeja, com júbilo, o centenário de seu nascimento.

O grande brasileiro considerava São José do Rio Pardo sua segunda terra natal (1), cuja política orientou desde os tempos da propaganda. Julguei oportuno fixar (e, neste passo, não me faltou a pa-

(1) A meu Pai, escreveu Glicério esta carta:

"Rio, 4 de novembro de 1913.

Caro dr. Jovino

Presente sua prezada carta datada de 1º. Estou satisfeito com o resultado da eleição municipal em São José do Rio Pardo, **minha segunda** terra natal, tanto mais que vi o Alípio à frente das hostes que pelejaram e venceram.

Vou agir no sentido do reconhecimento do Diretório que se formar com os elementos vencedores na eleição municipal. Mas antes, preciso que os amigos me informem se todos os elementos que se ligaram para vencerem a eleição municipal continuam ligados e fundidos para elegerem um Diretório, e também para apoiarem o governo do Estado e a Comissão Diretora. Aguardo sua resposta, e peço recomendar-me aos nossos amigos Alípio, dr. Costa Machado, Damazo, Vicente Dias, Antônio Candido Machado, Manuel J. Vaz Pacheco e outros, sobretudo aquêlê meu amigo farmacêutico, que residia defronte à Maçonaria, e cujo nome me escapa no momento (referia-se Glicério ao saudoso Tarquinio Cobra Olinto, que excelentes serviços prestou a São José).

Adeus e até sempre, seu afetuoso

(a) Francisco Glicério".

lavra de estímulo de Abelardo de Vergueiro Cesar) o acontecimento, contribuindo, assim, embora despreziosamente, com algumas notas, para realçar, ainda mais, se possível, o retrato de um ilustre varão paulista.

* * *

A freguesia de São José do Rio Pardo, cidade da qual não se orgulham apenas seus filhos, mas, creio, todos os brasileiros, nasceu, por assim dizer, sob os influxos das idéias republicanas, embora fossem seus fundadores os mais ardorosos adeptos do antigo regime, como o cel. Antônio Marçal Nogueira de Barros, o meu inesquecível avô, capitão Luiz Carlos de Melo, que, até a morte (em 1908) se manteve irreduzível na sua fidelidade à monarquia; e o capitão José Teodoro Nogueira, o meu tio-avô major Joaquim Gonçalves dos Santos.

Realizou-se a inauguração da primeira capela, sob a invocação de São José, a 19 de março de 1870, pouco antes, portanto, da memorável Convenção de Itu. A 16 de abril de 1874, a freguesia é elevada a paróquia (presidente da província, dr. João Teodoro Xavier) atingindo, a 20 de março de 1885, a categoria de vila, sede do novo município.

A vila era pequena, mas plantada em formoso sítio. A colina graciosa. A moldura de altas e poéticas montanhas da ramificação da Mantiqueira. No vale, o rio encachoeirado. Umas duzentas casas. A igreja em construção. São José — o padroeiro (2), sendo seu primeiro vigário o padre João de Melo. A casa da Câmara adrede edificada. O solar Honório Dias. No largo da Matriz, amplo e bonito, algumas residências afidalgadas, como as dos Machados, dos Junqueiras, dos Nogueiras de Barros, Chico Carolina, Dias, Gonçalves dos Santos e Oliveiros Pinheiro.

Poucas ruas: a da Floresta (hoje, Campos Sales); a das Flores (agora, Silva Jardim); a rua Boa Vista (depois, Marechal Deodoro); rua Direita (hoje, Rangel Pestana); rua do Ipiranga (hoje, Ananias Barbosa); rua do Comércio (depois, Benjamim Constant); rua da Conceição (Francisco Glicério); rua do Carmo (depois, Américo de Campos, nome êste, dos mais ilustres, infelizmente, arrancado das placas num momento de paixão político-partidária); Largo do Mercado, chamado "A Várzea" (depois, Prudente de Moraes); Largo do Rosário (depois, Quintino Bocaiuva e, presentemente, Cap. Mário Rodrigues); rua da Imperatriz (agora, Marechal Floriano).

(2) Antônio Marçal, na qualidade de zelador e protetor da capela, cujo patrimônio era avaliado em 12 alqueires de terra, tomou posse desses bens em 25/2/1873. A região foi habitada pelos Caiapós.

As primeiras modificações da nomenclatura das ruas foram solicitadas, à Câmara, em sessão de 23 de novembro de 1889, pelo vereador Honório Luís Dias. Pena que o esbrazeado entusiasmo republicano tenha apagado, em tôdas as ruas, sem exceção de uma só, suas denominações de gôsto local... Até a evocação ao feito da Independência não resistiu à derrubada das tabuletas (3).

Instalou-se a primeira Câmara a 8 de maio de 1886, sendo os seguintes os vereadores empossados:

Antônio Marçal Nogueira de Barros — presidente; Joaquim Gonçalves dos Santos — vice-presidente; Vicente Alves de Araújo Dias, Luís Carlos de Melo, Antônio Corrêa de Souza, Saturnino Barbosa e Ezequiel de Souza.

Funcionários nomeados:

Secretário — Onofre Ferreira de Magalhães; Procurador — Damaso Ferreira de Aguiar; Porteiro — Carlos José de Paiva, e Fiscal — Francisco Antônio da Silva Nogueira.

* * *

A receita para o exercício de 1886-1887 foi orçada em Cr\$ 9.550,00, bem assim a despesa.

A maior renda era fornecida pelo café — Cr\$ 4.000,00, somando os engenhos e as olarias, Cr\$ 600,00. Descontando-se, da receita total, a verba de Cr\$ 2.000,00, auxílio do governo provincial, para a canalização da água potável, vemos a predominância da agricultura (como, aliás, em tôda parte) na vitalidade do município.

Nesse ano de 1887, foi aberto ao tráfego o Ramal Férreo do Rio Pardo. O grande melhoramento deu novo impulso à vila já flores-

(3) A primeira capela foi construída por João Batista Blandin, vindo em 1868, de São João del Rey. Alinhou Blandin as primeiras ruas, demarcando a praça principal. Dirigiu a construção do primeiro cemitério, desaparecido por volta de 1900. O nome dêste incansável mineiro está intimamente ligado ao progresso de São José do Rio Pardo: também a primeira casa coberta de telhas se deve à sua habilidade. (Pertenceu, mais tarde, ao sr. Atilio Piovesan). — Em outra casa coberta de telhas que construiu, (rua do Carmo) depois da propriedade dos irmãos Angerami, instalou a primeira farmácia da vila. O estabelecimento foi, posteriormente, transferido para a rua da Conceição (junto ao largo da Matriz). Vendido ao Mestre Araújo, de Casa Branca em 1875, foi, anos depois, ter às mãos do excelente cidadão que foi o capitão Frederico Peixoto, que, durante largos anos, ali permaneceu (até a demolição do edifício, para dar lugar à bela residência do meu amigo Francisco Spínola Dias). Construtor, marceneiro, farmacêutico, curandeiro, administrador de fazenda, foi uma figura expressiva e que, como acabamos de ver, tanto se salientou na organização urbana da cidade. Falleceu por volta de 1920.

cente. Vão chegando, em grande número, os incomparáveis imigrantes italianos, que tanto contribuíram para o progresso local. Abrem-se grandes fazendas de café.

Iniciou a Câmara sua atividade justamente no período mais intenso da propaganda pela Abolição e pela República.

Em 1889, formavam a Municipalidade os srs. capitão Saturnino Barbosa, Luís Carlos de Melo, José Divino Nogueira de Sá, Antônio Musa, dr. Honório Olímpio Machado (4), Honório Luís Dias e João Batista Junqueira. A receita atingia, então, o total de Cr\$ 15.000,00.

A população ficou logo dividida em dois partidos políticos: o Liberal e o Republicano, não se tendo notícia do Partido Conservador...

* * *

Com o correr dos tempos, avolumavam-se, cada vez mais, as hostes republicanas. Não poucas vezes, os adeptos do regime democrático desfilarão pelas ruas da vila, aclamando seus líderes e desfraldando, corajosamente, a bandeira de Júlio Ribeiro.

Exaltavam-se os ânimos.

Entre os republicanos locais, destacavam-se, pelo desassombro com que conduziam a propaganda, o cel. Honório Luís Dias, Ananias Barbosa, proprietário do "Hotel Brasil"; Adolfo Paoliello, Alípio, Vicente e Elisiário Luís Dias, dr. Geraldino Campista, dr. José da Costa Machado e Sousa (5), Antônio Candido Machado, João Batista Blandin, Frederico Peixoto, Luís Nery, João Novo, Damaso Ribeiro Machado, este último, chefe de ilustre família, felizmente, incluído no número dos vivos.

Dissolvida a Câmara dos Deputados, em junho de 1889, as eleições gerais estavam marcadas para o dia 20 de novembro.

O EPISÓDIO DE 10 DE AGOSTO

Como os demais candidatos republicanos, Francisco Glicério percorria o Estado, e, como sempre de preferência, sua zona eleitoral — a Mogiana (6).

(4) O primeiro médico diplomado que fixou residência em São José.

(5) Foi presidente da Província de Minas Gerais.

(6) Glicério foi, como ninguém ignora, um dos maiores políticos de seu tempo. Amostra de seu tacto é a carta que em brilhante artigo, trouxe a público, há pouco, Edgard Cavalheiro:

"Sr. J. P. da Mota Junior.

Apresso-me em fazer-lhe uma reparação. Hoje cedo, ou ontem de tarde, encontrei-me com o amigo na rua, e cumprimentei-o como se não o tivesse conhecido. Hoje, voltando do escritório para o meu almoço, li num jornal a sua estadia aqui, e foi quando me lembrei de tê-lo encontrado! Eis a verdade, que a digo, com franqueza, para ser punido como mereço. Onde eu vinha com o meu

A 10 de agosto, à tarde, chega Glicério a São José (ponta dos trilhos), sendo festivamente recebido, com banda de música, rojões e inevitáveis e vibrantes vivas à República. Seu destino era Mococa, onde pretendia pronunciar uma conferência.

Acompanhado por apreciável massa popular, Glicério segue para o Hotel Brasil, onde fala ao povo o dr. Muniz de Souza, dispersando-se, em seguida, os manifestantes, em perfeita ordem.

Às 6 horas, foi servido o jantar, oferecido ao ilustre hóspede pelos seus ardorosos correligionários. O ágape decorreu calmo, tendo Glicério feito uma clara e serena exposição sobre o pensamento político do momento. Não houve brindes. Terminado o jantar, o grande líder republicano passou a palestrar com alguns amigos, recolhendo-se por volta das 9 horas.

juízo! E recordo-me até o amigo cumprimentou-me sorrindo. Estou até agora com o rosto a arder de vexame da minha distração. Mas pode ficar certo que o amigo já está vingado, pois almocei contrariadíssimo, e eu passo aqui na terra como o melhor garfo. À vista da franqueza e da lealdade da confissão, espero a sua absolvição.

(a.) Francisco Glicério”.

Meu pai, Jovino de Sylos, manteve com o grande paulista assídua correspondência. Em 1900, a pedido de Glicério, acompanhou, pelo distrito eleitoral, o dr. Washington Luis, candidato a deputado estadual. A Câmara também teria, penso, atingido meu inesquecível progenitor se tão cedo não tombasse o general, seu grande amigo.

Uma de suas cartas a meu pai:

“São Paulo, 16 de janeiro de 1916.

Caro dr. Jovino.

Tenho recebido as suas cartas inclusivamente a de 10 por mim lida agora mesmo.

É explicável o meu silêncio, dada a estima que lhe voto, pelo meu estado de doença, que me força a estar recolhido. Até 9 ou 10, ainda apareci na Comissão Diretora, mas apenas para fazer ato de presença: recolhia-me imediatamente.

Há-de chegar o seu dia, assim como chegou o de Francisco Th. de Carvalho e Augusto de Mattos Barreto. Apesar de nortista, êste é um grande amigo e um grande servidor de São Paulo.

Adeus e até sempre. Recomende-me muito especialmente ao Alípio e ao Vicente. E mande sempre suas ordens.

Seu amigo,

(a.) Glicério”.

Cêrca das 10 horas, Ananias Barbosa (7) e alguns de seus hóspedes surpreenderam, no quintal do Hotel, um cabo do destacamento local, armado, fingindo de bêbado. Prêso, é conduzido à cadeia.

Ali chegando, Ananias Barbosa e seus companheiros são surpreendidos com a atitude agressiva das praças, e, particularmente, com a súbita transformação que se operava no cabo: de embriagado passou a seu perfeito juízo, disposto a reagir contra seus condutores. Estes voltaram ao hotel da rua Ipiranga e trataram de recolher-se.

Poucos minutos decorreram e toques de rebate alarmaram a cidade.

Era o sino da cadeia. E não demorou muito (eram 10 e meia), o Hotel Brasil foi atacado pelas praças do destacamento policial, acompanhadas de mais alguns indivíduos.

Francisco Glicério e demais hóspedes são despertados pelo alarido dos assaltantes, pelos gritos das pessoas que estavam no hotel, e, sobretudo, pelo estrondo causado pelas pedras violentamente arremessadas de fora, atingindo as vidraças, louças, quadros. Os atacantes arrombaram as portas, e, disparando tiros, penetraram na casa. Os republicanos estavam quase desprevenidos de armas de fogo, mo-

(7) Ananias José Ferreira Barbosa, ou, simplesmente, Ananias Barbosa, como assinava e era conhecido, nasceu no arraial ou bairro de São Joaquim em Barra Mansa, da então província do Rio de Janeiro, em 23-10-1853, sendo filho de Simão José Ferreira e de D. Angelina de Mattos.

Moço ainda, em 1870, mais ou menos, veio para São Paulo, com mais quatro irmãos, fixando residência no município de Amparo e casando-se, em 1875, com D. Amanda Correia da Silva, filha do fazendeiro Basílio Antônio Correia da Silva.

Não era um letrado, contudo tinha grande inteligência. Assim, desde logo, se declarou abolicionista e republicano, ao lado de Bernardino de Campos, Silva Pinto, Peixoto Gomide, e outros próceres, que ali moravam e pregavam as novas idéias. Falecido o sogro e não se adaptando à lavoura, liquidou a herança que teve e rumou para São José do Rio Pardo, em 1887 ou 1888, estabelecendo-se com o Hotel Brasil.

Não tardou que, juntamente com os irmãos Honório e Alípio Dias, dr. Antônio Muniz de Sousa, dr. Geraldino Campista, Candido Prado (professor e jornalista), Damaso Machado e outros, fundasse o Clube Republicano, que fazia suas reuniões no Hotel Brasil.

Ananias, logo depois de proclamada a República, mudou-se, de novo, para Amparo e, ao lado de Luís de Sousa Leite, Pedro Pentead, João Belarmino Ferreira de Camargo (João Ferraz), e outros, prestou inúmeros serviços à legalidade, principalmente por ocasião do movimento revolucionário contra Floriano Peixoto, organizando batalhões patrióticos que foram enviados a Itaré.

tivo pelo qual o encontro com os policiais e capangas não assumiu aspecto mais dramático.

De uma das janelas do oitão, Francisco Glicério se dirige a três soldados que rugiam, ferozes, na rua. Não ouviram sua palavra e um deles agride a sabre o propagandista do novo regime.

Em frente ao Hotel, comandava o assalto o subdelegado José Honório de Araújo.

Durou o tiroteio uns quarenta minutos e não se sabe como, assinalou Glicério, sendo tão violentamente agredidos e em tanta inferioridade de forças, puderam escapar à sanha dos atacantes, sendo feridos apenas Ananias Barbosa e um hóspede de seu hotel.

Retiram-se os assaltantes, aos gritos, sempre, de "morram os republicanos" e foram embalar as armas para nova investida.

Glicério, acompanhado de um amigo, aproveita o ensejo, deixando o hotel: vai acordar o povo, prevenindo a defesa. No hotel, permanecem Ananias e demais valorosos companheiros.

Dentro em pouco, o sobrado de Honório Dias, situado à rua da Boa Vista, era transformado em fortaleza republicana. À meia-noite, eram já 30 cidadãos armados e encastelados. Estava organizada a resistência.

Em certo momento, ouviu-se uma descarga de fusilaria na ca-

Foi, por esse tempo, nomeado Coronel da Guarda Nacional.

Pobre e doente, regressou a São José, em 1896, sendo nomeado tesoureiro municipal, quando era intendente o seu dedicado amigo Francisco Escobar, tornando-se, mais tarde, negociante de café e representante de uma firma comissária de Santos, falecendo ali, na noite de 11 de fevereiro de 1900. Deixou viúva e cinco filhos.

Seu enterro foi realizado com grande acompanhamento.

Francisco Glicério o considerava grande amigo, mantendo ainda Ananias relações com Campos Sales, Prudente de Moraes e outros vultos.

Alberto Sarmiento, quando deputado federal, em discurso, salientou o episódio de 11 de agosto de 1889, o mesmo fazendo Francisco Glicério no Senado Federal, e Rodolfo Miranda, no Senado Estadual.

O povo riopardense, por iniciativa de José de Sousa Guimarães, com apoio do Prefeito Municipal, reconstruiu o seu túmulo no cemitério local, solenemente inaugurado no dia 15 de novembro de 1943.

M. Paulo Filho, escrevendo no "Correio da Manhã", referiu-se ao episódio de São José que se antecipou ao golpe de Deodoro. Ananias Barbosa, um dos mais ardentes revolucionários — escreveu esse jornalista — logrou, mais tarde, a recompensa de seu idealismo democrático, arranjando a concessão de um engenho central.

Com o ataque ao seu hotel, teve grandes prejuízos. A tal concessão que lhe deu Glicério, quando titular da pasta da Agricultura, pouco lhe valeu na velhice atormentada por insidiosa moléstia.

deia e, minutos depois, chega ao Hotel Brasil o delegado José Honório. Prêsa essa autoridade, é conduzida ao solar forte.

O hotel foi saqueado por mais duas vèzes. É assaltada, também, a redação do "Tiradentes", redigido por Cândido Prado.

À uma hora da madrugada, aparece a gente de Honório Dias: 100 homens dispostos à luta. E gente das fazendas "Limoeiro", "Santa Justa", "Brejão", "Vila Costina"... Eram, ao todo, 300 pessoas armadas!

Ali estão, ao lado de Glicério, além dos republicanos locais (8), o grande advogado dr. Antônio Mercado, (foi, mais tarde, deputado estadual) Lafaiete de Toledo, Eugênio Lefèvre (antigo e dedicado diretor-geral da Secretaria da Agricultura), José Cândido Carneiro e outros filiados ao Clube Republicano de Casa Branca.

Os republicanos tomam, então, conta da cidade.

São presos o Presidente da Câmara e prestigioso chefe do Partido Liberal, capitão Saturnino Barbosa (9), e um oficial de Justiça, que tomou parte no assalto ao Hotel Brasil.

Às 10 horas do dia 11, são presas também quatro ou cinco praças, sendo que as outras fugiram antes de amanhecer, e, entre elas, o mais tarde famoso Tenente Galinha.

"Quanto mais a reação popular engrossa em número e armas, tanto mais eu (escreveu Francisco Glicério) e vários amigos mantínhamos a ordem legal de nosso lado. A essa atitude e firmeza, deve-se o fato raríssimo de uma reação tremenda, mas justa, sem derramamento de sangue".

O povo, delirando, percorre as ruas, cantando a "Marselhesa" e outros hinos patrióticos.

Estava proclamada a República na vila de São José do Rio Pardo!

De Casa Branca, chegam a 11, à tarde, o juiz de direito, dr. Alcebíades Juvenal de Mendonça Uchôa (meu tio); juiz municipal,

-
- (8) Lúcio de Mendonça, em suas "Caricaturas instantâneas", recordou que Francisco Glicério ganhou as esporas de oficial com essa proeza de São José do Rio Pardo, que, no seu entender, se pode registrar como o primeiro ato da revolução republicana em São Paulo.
- (9) Saturnino Barbosa gozava de grande prestígio, tendo prestado relevantes serviços a São José por ocasião de sua elevação a município. Ao seu lado, formavam Luís Carlos de Melo, João Damasceno e outros monarquistas. Adversário tenaz da idéia republicana, que contava por corifeu Ananias Barbosa, bravo e intolerante (não eram parentes). Logo após o advento do novo regímen, Saturnino transferiu-se para São Paulo, com sua família. Anos depois, voltou a São José várias vèzes, sendo um dos fundadores do Grémio Comercial, o que prova seu espírito de iniciativa.

dr. Delfino Carlos Bernardino da Silva; delegado de polícia, Francisco Nogueira de Carvalho.

Tendo o governo provincial, presidido pelo general Couto de Magalhães, notícia dos acontecimentos, despachou, para São José, em trem especial, o Chefe de polícia, dr. Pedro Leão Veloso, acompanhado de uma força de 40 praças de cavalaria (10).

A cidade é ocupada militarmente. É sóto o presidente da Câmara. Acontece o mesmo às praças do destacamento. Exonerado, o delegado José Honório de Araújo embarca para São Paulo, sendo vaiado à sua passagem por Campinas. Volta ao seu lugar, na sala de sessões da Edilidade, o retrato do Imperador...

Muitas famílias foram para as fazendas. O comércio ficou paralizado. Depois de alguns dias de pânico, a cidade retornou à normalidade.

Ao Tesouro provincial, custou a diligência Leão Veloso a soma de Cr\$ 500,00.

* * *

Sob o novo regímen, Américo Brasiliense baixou o decreto número 179, de 29/5/1891, dando a êste recanto paulista o expressivo título de "Cidade Livre do Rio Pardo" — condecoração de que o povo de minha terra, pouco mais tarde, abriu mão, preferindo a denominação antiga de São José do Rio Pardo. Mas a homenagem ficou gravada, para sempre, na história de São Paulo.

O povoado, o núcleo municipal em esbôço. Depois, a vila e a cidade, cuja alma nasceu com as primeiras casas, com a capela modesta e a primeira escola. O rio impetuoso e a montanha altaneira deram, aos riopardenses, um sentido de liberdade que, pelos tempos afora, êles vêm, vigilarmente, aprimorando.

São José do Rio Pardo é — quem o negará? — uma das cidades mais ilustres do Brasil. Bem mereceu o carinho de Francisco Glicério. "Berço da República" e "Berço de "Os Sertões". Participou de grandes lances da história. Esplêndida e culta cidade, cidade do Rio Pardo! Grande povo êsse que, como queria o poeta, pode, tran-

10) Pedro Leão Veloso (2º) nasceu em Itapicuru, a 19/3/1856. Como seu pai, bacharel em direito pela Faculdade de Recife. Seguiu a carreira da magistratura. Juiz, exerceu as funções de Chefe de Polícia da Província de São Paulo, cargo em cujo exercício se achava quando da proclamação da República. Fixou residência, depois, no Rio de Janeiro. Grande advogado, foi lente da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da Capital do país. Jornalista cintilante, colaborou, durante longos anos, no "Correio da Manhã", com o pseudônimo de "Gil Vidal". Destacava-se pela elegância de sua indumentária (quase sempre de fraque e cartola e, sempre, trazia um cravo vermelho à lapela e, no olho direito, o indefectível monóculo).

qüilo, desfrutar essa paz de espírito, essa íntima alegria, que, tantas vêzes, de balde, entre os homens, se procura...

DOCUMENTARIO

Palácio, 22 de agosto de 1889

Acusando o recebimento do officio nº 711, de 16 do corrente, em que V. S. presta-me informações acêrca das ocorrências que, em a noite de 10 e no dia 11 do corrente, se deram na vila de São José do Rio Pardo, segundo os esclarecimentos obtidos por V. S. no próprio lugar dos acontecimentos, declaro-lhe que, se do inquérito policial resultarem provas suficientes para a pronúncia dos culpados, deve V.S. providenciar logo para que se instaure o competente processo criminal contra os delinquentes.

(Do Livro nº 220 Polícia 1889, fôlha nº 151 — 152 Arquivo do Estado).

TUMULTOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

S. Excia., o sr. Presidente da Província recebeu, ontem, às 8 horas da noite, o seguinte telegrama que lhe foi enviado de São José do Rio Pardo, pelo dr. Chefe de polícia:

“Chegando agora, encontrei ânimos calmos.

A ordem está restabelecida. A cadeia acha-se entregue ao des-tacamento de permanentes comandado pelo tenente Cláudio, vindo daí por ordem minha.

Vou sindicár dos fatos para informar V. Excia.”

S. Excia. o dr. Chefe de Polícia para ali seguira, em vista dos telegramas enviados, anteontem, para esta Capital, noticiando graves conflitos naquela cidade, entre os republicanos e a autoridade local.

Esperamos informações fidedignas sôbre o ocorrido.

(“O Federalista”, 13/8/1889)

O dr. Chefe de Polícia recebeu, ontem, do subdelgado de São José do Rio Pardo, o seguinte telegrama:

“Foi detido Emiliano, copeiro do Hotel Brasil, por estar êbrio, provocando desordem. Nenhuma queixa tenho recebido contra o serviço policial, nem mesmo da parte dos republicanos”.

Eis a que ficam reduzidas as prepotências policiaes exercidas contra os republicanos de São José do Rio Pardo, segundo o telegrama inserto na “Província” de ontem e dirigido ao dr. Muniz de Souza.

São José do Rio Pardo, “O Federalista”, 21/8/1889

São José do Rio Pardo 12, noite.

Chegou o Chefe de Polícia, trazendo grande força. Seu primeiro ato foi soltar o subdelegado e o Chefe Saturnino, presos em flagrante pelo povo.

Apresentou o pretexto de não ter sido lavrado o auto de prisão, por falta de tempo do delegado de Casa Branca. Pedimos-lhe audiência particular. Prometeu garantias.

Em vista do ocorrido, declaramos não confiar nas providências, responsabilizando o governo pelo que suceder no futuro.

O povo está indignado.

Esperamos novas agressões. Os republicanos estão ameaçados de morte.

O Chefe de Polícia não acredita absolutamente na gravidade dos acontecimentos.

São José do Rio Pardo 13

Segue hoje para a Capital o dr. Chefe de Polícia deixando aqui a força.

Nenhuma confiança inspiram as medidas oficiais. Os republicanos acham-se sobressaltados. Muitas famílias têm-se retirado da localidade.

(A Província", 14/3/1889)

São José do Rio Pardo

Começaram novamente os distúrbios em São José do Rio Pardo, com um caráter cada vez mais grave.

Pelo que agora houver devem ser responsabilizadas as autoridades superiores que, a pretexto de não acreditarem na importância das passadas ocorrências, mandaram soltar o delegado e o chefe liberal do Rio Pardo, presos em flagrante pelo povo.

Como se vê do seguinte telegrama publicado pelo "Popular", torna-se de absoluta necessidade que o sr. Presidente da Província e o dr. Chefe de Polícia dêem providências no sentido de evitar desgraças iminentes.

São José do Rio Pardo 14 de agosto

Continua o pânico. As famílias retiram-se e o comércio está paralisado. Apesar da confiança nos distintos oficiais de linha e da polícia, receamos as agressões de capangas.

A força só intervirá depois do mal causado.

José Honório e Saturnino foram soltos ilegalmente e andaram ontem, com algumas praças, mostrando os republicanos que devem ser assassinados.

No Hotel Ananias, à noite, dão-se aglomerações de famílias. O mesmo dá-se em casa do distinto liberal Pereira da Silva.

Chamados por mim os comandantes da força tiraram a patrulha e fizeram a polícia do lugar.

Os republicanos dispersaram a população armada mas receiam que a polícia não saiba distinguir os assaltantes dos assaltados.

O carcereiro José Cândido promete matar Ananias e Muniz. Tudo isto é o resultado de soltarem os criminosos presos em flagrante pelo povo.

José Honório continua a insultar as pessoas do povo, nacionais e estrangeiros. Saturnino faz propaganda entre as praças, que o acompanham. Vimos certa tendência nas praças para promoverem desordens.

Os portadores meu e de Pereira da Silva, chamando os comandantes, foram provocados e injuriados pelos soldados que saquearam o Hotel, no dia 10.

Peço aos amigos e ao general Couto Magalhães segurança para meus amigos, minha e de minha família.

Não há exagero na narração. Sigo amanhã.

(Muniz de Souza) ("A Província de São Paulo", 11/8/1889).

São José do Rio Pardo 15

Continuou esta noite a retirada das famílias tanto liberais como republicanos. Os soldados criminosos saíram ontem armados pelas ruas.

Conferenciei com os oficiais que prometeram garantias. Os soldados durante o dia fizeram distúrbios.

Vou hoje entender-me com o Diretório Liberal e pedir a retirada da força.

(Muniz de Souza) "A Província de São Paulo", 17/8/1889.

OCORRÊNCIAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Em viagem pelo interior da província, fui surpreendido com a leitura do seguinte telegrama:

"São Paulo, 12

Os republicanos de São José do Rio Pardo, servindo-se de capangada italiana, prenderam o subdelegado e debanda-

ram o destacamento policial.

Fiz seguir o dr. Chefe de Polícia em trem especial, acompanhado de força de linha. Não há morte.

O dr. Chefe de Polícia estará lá hoje.

Telegrafarei logo que tenha comunicação dêle.

(a) **Couto Magalhães**, Presidente da Província."

Evidentemente, o general Couto de Magalhães não estava calmo quando fez expedir essa comunicação ao govêrno do Rio de Janeiro.

Com a serenidade de ânimo que é mister manter para não desmerecer do juízo público, protesto contra a ofensa imerecida que aos italianos, aos meus correligionários de São José do Rio Pardo, e a mim próprio, foi assim irrogada pelo presidente da Província.

O alto pôsto que S. Excia. ocupa faz presumir que a capacidade intelectual e a circunspecção moral são atributos do atual administrador de São Paulo.

Tais atributos são comuns aos chefes liberais de minha Província, que tem a responsabilidade da política dominante.

Eu e os meus correligionários tínhamos pois direito a uma referência menos agressiva da parte da primeira autoridade da Província, por isso que vivemos em um meio social em que a educação pública vai adiantada e onde os homens políticos podem e devem operar sem os atritos da intolerância e do desrespeito pessoais.

Não me aflijo por que possam de mim formar juízo desfavorável os que houverem lido o telegrama, atribuindo-me, a leitura da comunicação oficial, sentimentos de anarquista e desordeiro.

Não. Se alguma coisa de valor moral tenho recolhido da vida pública é a reputação de moderado.

Não é por mim que protesto contra a injustiça do telegrama presidencial, é por meus correligionários, é pelo povo de São José do Rio Pardo, composto de nacionais e estrangeiros, que, no conflito de 10 e 11 do corrente, desafrontaram a causa da liberdade civil e política, violentada pelos mesmos agentes da autoridade pública.

Se tivesse de pedir atestados de minha conduta, lá mesmo no 9º distrito, iria eu encontrá-los na respeitosa estima com que me honram os chefes liberais que a esta hora pleiteiam contra a minha candidatura no terreno elevado dos compromissos e das responsabilidades partidárias.

Fica lançado o meu protesto em favor do decôro, e da legalidade da reação popular levada a efeito em São José do Rio Pardo com a minha responsabilidade. Ao Exmo Sr. Presidente da Província cabe

agora o desempenho de sua responsabilidade pela afirmação de seu telegrama.

Campinas, 17 de agosto de 1889

(a) **Francisco Glicério.**

"A Província de São Paulo", 20/8/1889

JUSTA MANIFESTAÇÃO

Sabido anteontem, em Campinas, que devia passar por ali com destino a esta Capital, o sr. José Honório, o famigerado subdelegado de São José do Rio Pardo, aglomerou-se na estação grande massa de povo ansioso para conhecer aquela terrível autoridade.

Foram queimadas muitas carteiras de bichas chinesas e enquanto demorou o trem, no largo da estação tocava o homem dos sete instrumentos.

A policia prevenida da projetada manifestação compareceu também para mais abrilhantar a significativa prova de apreço à demitida autoridade.

A pequena força de policia escoltou o herói do Rio Pardo, desde o trem da Mogiana até ao da Paulista, formando diante do vagão em que embarcou o subdelegado a fim de que o povo não lhe pudesse chegar.

Por espaço de meia hora, foi guardada esta atitude da policia e o povo durante todo esse tempo lisonjeou os ouvidos do celebrizado Honório, com entusiásticos vivas.

Uma interessante manifestação de apreço, na verdade!

"Província de São Paulo",

22 de agosto de 1889.

Um suposto descobrimento do Brasil antes de 1448

Tomás Oscar Marcondes de Souza

Na Biblioteca Ambrosiana de Milão existe um portulano da Europa e África desenhado em 1448, em Londres, pelo navegante e cartógrafo véneziano André Bianco. Isso é comprovado pela legenda existente na extremidade inferior direita dessa carta que diz: "*Andréa biânco Venecian, comito de galia mefexe a londra MCCCCXXXVIII*"

No canto inferior esquerdo desse mapa e a sudoeste do Cabo Verde, está assinalada uma ilha com a legenda "*Ixola Otinticha*", que tem sido traduzida por "*ilha autêntica*". Abaixo dessa legenda existe outra, com palavras ilegíveis, em parte, o que tem dado margem a diversas interpretações, algumas delas até temerárias, como iremos ver.

Em uma sessão da "*Royal Geographical Society*", de Londres, em 1894, o Professor da Universidade de Cambridge, H. Yule Oldham, fez uma comunicação procurando identificar a "*Ixola Otinticha*" do citado mapa de André Bianco com um trecho do litoral norte do Brasil e, desse modo, provar que antes de 1448, era conhecida na Europa, principalmente em Portugal, a existência de terras americanas no Atlântico Sul.

O citado professor inglês fundamentou a sua tese ("*A Pre-Columbian Discovery of America*") no seguinte tópico do historiador quinhentista português Antônio Galvão, que escreveu o seu "*Tratado dos Descobrimentos*" em 1563.

"No anno de 1447 tornou Nuno Tristão em huma caravella, e passou o Cabo Verde, e o rio Grande; e sahio em otro que está além delle em vinte graos, onde o matarão com dezoito portugueses, e com quatro ou cinco se tornou o navio em salvamento. Contão mais que neste meyo tempo vindo huma nao de portugueses pelo Estreito de Gibraltar fóra, lhe dera tam tormenta, que corra a loeste muito mais do que quizera, e forão ter a huma ilha em que havia sete cidades, e falavão a nossa lingua (portuguesa), e perguntarão se tinham os mouros ainda occupado Espanha donde fogirão pol'a perda del Rey D. Rodrigo. O contramestre da nao diz que trouxe huma pouca d'area, e que a vendera a hum ourives em Lisboa de que tirara boa can-

tidade douro: sabendo isto o Infante D. Pedro que ainda governava, diz que mandou escrever na casa do Tombo. E alguns querem que estas terras, e ilhas que os portugueses tocarão; sejam aquellas que agora chamão as Antilhas, e nova Espanha, e allegão muitas razoens para isso, em que não fallo por não tomar isto à minha conta, mas com tudo toda a causa de que não sabião dar razão era dizer, he a nova Espanha". (1)

A suposta viagem de uma nau portugüesa à lendária ilha das Sete Cidades ou Antilha, realizada no tempo do Infante D. Henrique, era uma novela que se tinha espalhado por toda a Península Ibérica, tanto assim que dela nos dão notícias Bartolomeu Las Casas e D. Fernando Colombo ("*La historia della vita e dei fatti de Cristofaro Colombo*").

Com as seguintes palavras, Las Casas se refere a essa viagem: "Esta isla de las Siete Ciudades, dicen, *segun se suenn, las portuguesas*, que fué poblada dellos al tiempo que se perdió España reinando el rey D. Rodrigo; y dicen que por huir de aquella persecucion se embarcaron siete obispos y mucha gente, y con sus navios fueron á aportar á la dicha isla, donde cada uno hizo su pueblo, y porque la gente no pensase tornar, pusieron fuego á los navios, y dicese que en tiempo del Infante D. Enrique de Portugal, con tormenta, corrió un navio que habia salido del puerto de Portugal y no paró hasta dar en ella, y, saltando en tierra los de la isla los llevaron á la iglesia por ver si eran cristianos y hacian las cerimonias romanias, y visto que lo eran, rogáronles que estuviesen alli hasta que viniese su señor que estaba de alli apartado; pero los marineros, temiendo no les quemasen el navio y los detuviesen alli, supechando que no querian ser sabidos ne nadie, volvieron á Portugal muy alegres esperando recibir mercedes del Infante: á los cuales diz que maltrató y mandó que volviesen, pero el maestre y ellos no lo osaran hacer, per cuya causa, del reino solidos, nunca más á él volvieron: dicen más, que los grumetes cogieron cierta terra ó arena para su fogon, y que hallaron que mucha parte della era oro". (2).

Apesar do cunho característico da mais pura fantasia que se nota na narração que dessa viagem à imaginária ilha das "Sete Cidades" fez Antônio Galvão; tendo Bartolomeu Las Casas a ela feito referência com o escopo de ridicularizá-la, frisando que o próprio Infante D. Henrique maltratou êsses pseudo-descobridores, taxando-os de embusteiros; não existindo, como acabamos de ver, na narração dessa

(1) "Tratados dos Descobrimentos Antigos e Modernos", 2.a edição, 1731, página 24.

(2) Bartolomeu Las Casas: "Historia de las Indias", Madrid, 1875, volume 1, páginas 99 a 100.

suposta viagem de uma nau portugüesa à mística ilha das "Sete Cidades" a menor referência a ter ela, quer na ida quer na volta, tocado em qualquer terra ou ilha situada ao ocidente da África, portanto no Atlântico Sul, não trepidou o professor Oldham em atribuir aos tripulantes dêsse navio a possibilidade de terem descoberto qualquer parte do litoral norte do Brasil, de modo a fornecer a André Bianco as informações necessárias para que êste cartógrafo mencionasse em seu mapa desenhado em Londres em 1448 essa descoberta, representando-a por meio da famosa "*Ixola Otinticha*".

Porém a sua tese que foi publicada no "*Geographical Journal*" do mês de março de 1895, provocou, como era natural, veemente repulsa da parte dos sócios da "*Royal Geographical Society*", tendo sido combatida por notabilidades tais como E. G. Ravenstein, Raymond Beazley e Clements Markham.

Em 1448, quando André Bianco desenhou o seu portulano, Portugal ainda estava no início das suas descobertas marítimas ao longo da costa ocidental do continente africano, visto que só depois de 12 anos de contínuas e infrutíferas tentativas, conseguiu Gil Eanes em 1434 dobrar o cabo Bojador, fazendo uso de uma barca. A navegação ainda era a de cabotagem. Por outro lado, faltavam marinheiros hábeis e escasso e antiquado era o material, tanto assim que o Infante D. Henrique aceitou e até solicitou a colaboração de navegantes italianos, tais como Alvise de Cá da Mosto, Usodimare, Antonio da Noli e outros; de igual modo os seus navegantes realizaram as suas primeiras viagens em barcas, barinéis e fustas.

No comêço da emprêsa marítima na costa ocidental da África, tiveram os nautas portugüeses necessidade de resolver um grande problema que, ainda em 1448, quando Bianco desenhou o seu portulano, não tinha tido completa solução. Consistia êle em encontrar o melhor meio para que o navio que fôsse à África pudesse regressar ao ponto de partida, que geralmente era o pôrto de Lagos, vencendo correntes marítimas e principalmente ventos ponteiros. Isso só foi possível com o decorrer do tempo e, conseqüentemente, com conhecimentos mais apurados que, da arte de navegar, adquiriram com sucessivas viagens ao longo do litoral africano. Dêsses conhecimentos resultou uma série de modificações introduzidas na caravela, barco empregado pelos portugüeses desde o século XIII na pesca e na cabotagem. A principal das modificações foi a de dispor as velas, chamadas latinas, no sentido longitudinal e não no transversal, em relação à quilha, permitindo que a caravela impelida pelo vento se movesse num rumo contrário ao mesmo vento, isto é, navegasse à bolina.

Dêsse modo, admitir a possibilidade de um navio portugüês ter atravessado o Atlântico Sul, descoberto o Brasil e regressado ao pôrto

de partida, com tempo de Bianco em 1448 assinalar êsse descobrimento em seu portulano, importa dar crédito a existir já naquela época quem conhecesse a existência de formidável corrente equatorial e meios de a vencer; quem soubesse da existência dos alísios de sudeste e de nordeste, dos ventos escassos, e estivesse habilitado a lutar contra êsses ventos por muito tempo, isto é, quem já conhecesse perfeitamente a arte de navegar à bolina.

Logo em seguida à publicação do trabalho do professor Yule Oldham no "*Geographical Journal*", em 1895, o historiador italiano Carlo Errera publicou nas "*Memorie della Società Geografica Italiana*", volume V, páginas 202 a 225, um trabalho onde declara que examinou na Biblioteca Marciana o mapa de Bianco, e que a distância indicada na legenda é de 500 milhas, e não 1500 como pretendia Yule Oldham.

Em 1897, o historiador português Jaime Batalha Reis, com o título "*The Supposed Discovery of South America before 1448, and the Critical Methods of the Historians of Geographical Discovery*", publicou por sua vez no "*Geographical Journal*" um trabalho sobre a ilha em questão e apoiou plenamente as conclusões do referido professor inglês.

Nessa mesma revista geográfica inglesa, em 1926, o professor E. G. R. Taylor procurou identificar a "*Ixola Otinticha*" com a extremidade oeste da costa sul do golfo de Guiné, representado êste por uma reentrância longa e profunda que se nota no mapa-mundi catalão de 1450, existente na Biblioteca Estense de Módena.

Em 1932, o professor Manuel d'Oliveira Ramos, repetindo de modo sintético os argumentos de Jaime Batalha Reis, foi de opinião que a ilha em estudo, de fato pode ser identificada como fez o professor Oldham, com uma região qualquer do litoral brasileiro. (3).

Jaime Cortesão, por sua vez, também em 1932, fez um detalhado estudo sobre as correntes marítimas e os ventos que imperam no Atlântico Sul, concluindo por admitir a possibilidade de "*Ixola Otinticha*" representar uma parte do litoral do Brasil situada ao norte, descoberta por um navegante português no tempo do Infante D. Henrique que, inadvertidamente ou não, se afastou em demasia das costas africanas, tendo sido arrojado às terras do ocidente (Brasil) pela corrente equatorial. (4).

No décimo quinto "*Congresso Internacional de Geografia*", realizado em Amsterdã, em 1938, foi debatida a questão relacionada com a geografia do litoral ocidental da África e estudada a identifica-

(3) "*História de Portugal*", Barcelos, 1932, volume III, páginas 591 e 592.

(4) "*História de Portugal*", Barcelos, 1932, volume IV páginas 130 a 138.

ção da "*Ixola Otinticha*" pelo professor F. C. Wieder e outros congressistas.

Ultimamente o historiador e navegante norte-americano Samuel Eliot Morison, fazendo um estudo comparativo entre o mapa de André Bianco de 1448 e o de Gracioso Benincasa de 1469 existente na Biblioteca de Ancona, procurou identificar a "*Ixola Otinticha*" com a ilha "*Usamanta*", uma do arquipélago das Bissagos que fica em frente do Estuário do rio Geba, na África ocidental. (5).

Ora defendendo o ponto de vista do professor Oldham, ora divergindo d'ele, diversos historiadores e geógrafos, tanto da Europa como da América, se têm ocupado da "*Ixola Otinticha*", sem todavia apresentar uma identificação satisfatória.

Estudando nós em 1944 a questão relacionada com o descobrimento das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, deparamos entre as páginas 98 e 99 do livro editado pelo Ministério das Colônias da República Portuguesa, com o título: — "*Cartas das ilhas de Cabo Verde, de Valentim Fernandes*", por A. Fontoura da Costa, a reprodução fotográfica de uma parte do mapa de André Bianco de 1448, justamente onde existe desenhada a tão discutida "*Ixola Otinticha*".

A nossa surpresa foi enorme, ao verificarmos nessa reprodução fotográfica a existência de uma outra legenda, já por nós referida, na ilha em estudo, com palavras, em parte ilegíveis, mas distinguindo-se perfeitamente estes vocábulos finais: "*a ponente /500/ mia*", o que se pode verificar no clichê que aqui publicamos.

ixolaotinticha
Valentim Fernandes 500/ mia

Diante desse fato que nos causou admiração, passamos a confrontar esse trecho do portulano de André Bianco, cuja fotografia vem reproduzida, como já dissemos, no trabalho editado pelo Ministério das Colônias de Portugal, com idêntico trecho desse mapa estampado em vários livros e revistas e, assim procedendo, chegamos a esta conclusão: a legenda em apreço da carta do navegante e cartógrafo veneziano André Bianco, desenhada em Londres em 1448, tem sido astuciosamente adulterada com o escopo premeditado de levar os incautos a identificar a "*Ixola Otinticha*" com uma parte do litoral norte

(5) "*Portuguese Voyage to America in the Fifteenth Century*", Cambridge, 1940, páginas 119 a 125.

do Brasil onde está o Cabo S. Roqué e, assim, provar que, antes de 1448, houve um navegante português que aportou em terras americanas no Atlântico Sul.

A título de exemplo, reproduzimos aqui a legenda adulterada da "Ixola Otinticha" que vem publicada no volume I, página XXXII, da "História da Colonização Portuguesa do Brasil".

ixolaohnticha
Xclongmapnēte 1500 mia

Como fácil é verificar, a falsificação consistiu em adulterar de 500 para 1500 o número de milhas indicado na legenda da ilha em apêço, tendo-se em vista que a distância real entre Cabo Verde e o cabo S. Roque no Brasil, é aproximadamente de 1520 milhas.

E, radiantes, assim comentam os historiadores lusos: "Parece que a estimativa (feita por André Bianco) está apenas errada em 20 milhas, o que é já um resultado de rara precisão (6).

Mas os que assim se pronunciam não levam em consideração o fato de ser humanamente impossível, na época em que Bianco desenhou o seu mapa e mesmo muito depois, indicar-se a *longitude* de um ponto qualquer da Terra, sem se incorrer em grandes erros. Vejamos o que a este respeito diz A. Fontoura da Costa ("A Marinharia dos Descobrimentos", Lisboa, 1939, páginas 147 a 149).

"A determinação simultânea da *latitude* e da *longitude* constitui o problema do ponto no mar, hoje de uso corrente a bordo, obtendo todos os pilotos das marinhas de guerra e mercante, com a maior facilidade, os três pontos principais: *de alva, do meio-dia e da tarde*".

"Mas até parte do século XVIII só se determinava uma das coordenadas: a *latitude*, especialmente ao *meio-dia*; a *longitude*, pelos nossos denominada *altura de leste-oeste* e também *longura*, era então impossível de obter, apesar do reconhecimento da necessidade da sua determinação, quando a navegação começou a afastar-se das costas da África".

"Dos nossos autores coevos dos *Descobrimentos*, é Duarte Pacheco o primeiro que se refere à *longitude*, no final do capítulo oitavo do seu "Esmeraldo": "... os graos da longura se contam de ouriente em oucidente a que os marinheiros chamom lest o oest & por ser difficil podem se saber por nom terem ponto firme & fizo como som os pollos que unem ha ladeza nom curo de nisto mais falar".

(6) "História de Portugal", Barcelos, 1932, volume 111, página 392.

“Reconhecia implicitamente a necessidade do conhecimento da *longitude*, como também Colombo nas suas *notas*, mas não tratava dela por não ter origem fixa. E se bem o disse, melhor o fez”.

“O *problema da longitude* arrastou-se durante séculos, sem solução prática, não obstante os incitamentos pecuniários dos espanhóis (com Filipe III, cêrca de 1600), dos Estados Gerais da Holanda, do Parlamento inglês (1714) e do premio Rouillé (1715) da Academia das Ciências Francesa”.

“Citemos alguns erros averiguados, para mostrarmos a que disparates, muitas vezes fatais, conduziam as *longitudes estimadas*, mesmo após a invenção da *barquinha* e o uso de *agulhas* perfeitas:

1.º) “Erros de 1 grau em viagens de cinco dias, chegando a mais de 2 graus em 20 dias;

2.º) Em 1689 ainda a Carta do Mediterrâneo estava alongada em *longitude* de 1/7 a 1/4 do seu comprimento;

3.º) Em 1751 havia uma diferença de 9 graus entre as cartas inglesas e holandesas das regiões da Terra Nova fundadas na *estima*;

4.º) Duas cartas de meados do século XVIII dão a nossa ilha do Corvo com uma diferença de cêrca de 4 1/2 graus entre elas”.

“As *distâncias* lunares, indicadas primitivamente pelo astrônomo Werner (1514), só tiveram execução no século XVIII com o aperfeiçoamento das *tábuas lunares*, a aparição dos *instrumentos de reflexão*, a utilização dos *logaritmos* e os progressos da *trigonometria* e da *astronomia*. Deram elas uma primeira solução dêsse *problema da longitude*, que não satisfez completamente, só vindo a ter realidade prática nos primeiros lustros do século XIX com uso dos *cronômetros* aperfeiçoados, que permitiram obter a *hora do primeiro meridiano* sensivelmente exata”.

“Podia então determinar-se isoladamente a *latitude* e a *longitude*, o que ainda não satisfazia o navegador, que só obteve a verdadeira efetivação prática do *ponto no mar*: *simultaneidade das duas coordenadas*, quando em 1837 o capitão americano Sumner descobriu as *curvas e as retas de altura*. Estas não só fornecem êsse *ponto no mar*, como ainda permitem utilizar uma só observação de qualquer astro”.

À vista do exposto, é êrro gravíssimo admitir alguém a possibilidade de André Bianco em 1448 assinalar em seu mapa uma ilha no Atlântico Sul para designar o Brasil, indicando com quase absoluta precisão a distância em *longitude* entre o litoral brasileiro e Cabo Verde as tais 1500 milhas que querem à viva fôrça ser o que se pode ler na legenda da “*Ixola Otinticha*”. Se esta ilha representasse em realidade um trecho do litoral norte brasileiro, não seria possível a Bianco localizá-lo a oeste de Cabo Verde, apenas praticando um êrro de *longitude* de 20 milhas, pois que a distância aproximada entre o referido cabo e aquêle de S. Roque é de 1520 milhas. O êrro nesse

caso seria no mínimo de 3 a 4 graus no caso de se admitir que em 1448 se errasse tanto como em 1500, no cálculo de *longitude*.

Descoberta a fraude, restava-nos identificar a "*Ixola Otinticha*". Mas dêse trabalho nos poupou o erudito e probo historiador português A. Fontoura da Costa no seu já citado livro, com a seguinte passagem:

"No canto inferior esquerdo da carta de Bianco de 1448, vê-se uma ilha próximamente a S.W. do Cabo Verde, com a seguinte inscrição:

Ixola Otinticha
x e longa a ponente /500/mia

"O professor Wieder não concorda com a interpretação "*x e longa*", devida a Theobaldo Ficher: a leitura sendo quase ilegível, o problema é de natureza enigmático. Mas para o seguimento deste assunto, não tem o caso a menor importância."

"O desenho desta ilha aproxima-se muito, na sua configuração norte, dos da "*Ilha de San Jacomo*" (*Santiago*) das cartas de Benincasa."

"Alguns autores supuseram que "*Ixola Otinticha*" se refere ao Brasil: suposição absolutamente gratuita".

"Cremos que as palavras "*a ponente /500/mia*" podem significar que a ilha fica a 500 milhas ao poente do continente (*Cabo Verde*). As "500 milhas" (italianas) pouco divergem da distância verdadeira (cerca de 400 milhas, também italianas): o erro, nessa época, era de fácil cometimento; quanto à orientação "*ponente*" é de admitir que o autor, curando por informações, quisesse indicar "para o poente" (7).

Dêse modo, está perfeitamente identificada a famigerada "*Ixola Otinticha*" do portulano de André Bianco de 1448, com a atual ilha de Santiago, uma do arquipélago de Cabo Verde e ao mesmo tempo anulada uma das pretensas provas de ter sido o Brasil descoberto pelos portugueses anteriormente ao feito de Colombo e a viagem de Cabral a Calicut.

(7) "Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes", Lisboa, 1939, páginas 97 e 98.

Testamentos e inventarios

Treslado do Testamento com que faleseo Francisco Leme da Sylva no tr^o desta va

Gabriel Fernandes Aleyxo Escrivã m proprietário das fazendas dos defuntos e abzentes Capellas e residuos desta Comarca de ouro preto por sua Majestade que Deus guarde & Certifico que em o Livro 3.^o que actualmente serve de registrar os testamentos das pessoas que com elles fallessem nesta dita Comarca nelle a folhas vinte e sete verso e de **sequem tibus** se acha registado o testamento de Francisco Leme da Sylva que falleseo em os treze dias do mez de Fevereiro de mil sete centos vinte e oyto annos em a freguezia de Sam Bertholameu termo desta Villa Rica de nossa Senhora do Pillar de ouro preto do qual o seo thior forma e maneira deverbo ad e verbum he o seguinte: Em nome da Santissima Trindade Padre Filho espirito santo tres pessoas distintas e hum só Deos verdadeiro //. Saibam quantos este instrumento de testamento virem que no anno do Nascimento de nosso Senhor JESUS Cristo de mil sete centos vinte e sete aos treze dias do mes de Novembro do dito anno. Eu Francisco Leme da Sylva, estando em meu perfeito juizo e entendimento doente de doença que nosso Senhor foi servido dar-me temendome da morte desejando por minha alma no caminho da salvasam por nam saber o que o mesmo Senhor de mim quer fazer e quando sera servido de me levar para Sy faço este testamento na forma seguinte. Primeyramente em comendo minha alma a Santissima Trindade que a criou e rogo ao Padre eterno pela morte digo pela sagrada morte de seu vnegenito filho a queira receber como recebeo a sua estando para morrer na arvore da vera Crus e a meu Senhor JESUS christo pesso pelas suas devinas chagas já que nesta vida me fez merce de dar seu precioso Sangue e merissimentos de seus trabalhos me fassa tambem merce de dar o premio delles que he a gloria. Pesso e rogo a gloriosa Virgem Maria Madre de Deos e Senhora nossa e a todos os Santos e Santas da corte Celistial expecialmente ao Anjo da minha Guarda e ao Santo do meu nome e a virgem nossa Senhora das Candeyas e ao Glorioso apostollo Sam Bertholameu Sam Joseph e almas Santas aos quais tenho particular devossam queirão por mim interceder e rogar a meu Senhor JESUS Christo agora

e quando minha alma deste corpo sahir porque como verdadeiro Christam protesto de viver e morrer na santa fé catholica e crer o que tem e cre a Santa Madre Igreja de Roma e nesta fe espero salvar minha alma nam por meus merecimentos mas pelos do vnegenito filho de Deos. Rogo a meus filhos Jozeph e Francisco Leme da Sylva e ao Capitam Manoel de Mattos Fragozo que por servisso de Deos nosso senhor e por me fazerem merce queiram ser meus testamenteiro vneversais Meu corpo sera sepultado na Igreja matriz do apostolo sam Bartholomeu donde sou freigues digo ao pe da pia de agoa benta amortalhado no abito da virgem nossa Senhora do monte do Carmo que o tenho em meu poder. Acompanharam meu corpo a sepultura o meu reverendo Vigario que exestir com os Saserdotes que se acharem e as irmandades que ouver na dita freguizia tanto as de que sou irmam como tambem as mais lhe peço me acompanhem dandocelhe acada huma destas oyto oytavas de ouro de esmola e as de que sou irmam se pagaram os anuaes que se acharem dever e a tumba da irmandade das almas de que sou irmam me levava a sepultura dando se aos Reverendos Padres a esmolla costumada. E no dia do meu fallescimento se me fara hum officio do corpo presente com o meu Reverendo Vigario e Sacerdotes que se acharem e me diram missas tambem de corpo presente neste dia ou no seguinte e assim mais me faram outro officio o sétimo dia depoes do meu fallescimento com o meu Reverendo Parocho e os saserdotes que se acharem e a todos se dara a esmolla costumada com declaraçam que nam podendo os meus testamenteiros fazerme logo este officio com a brevidade que pesso se fara quando comodamente puder ser e tiverem com que satisfazer dentro em hum anno Declaro que sou natural da cidade de Sam Paulo e nella Bautizado filho Legitimo de Domingos Leme da Sylva e de Francisca Cardoza e foi cazado com Izabel de Anhaya já defunta de cuio matrimonio tive filhos dos quais sam vivos Francisco Leme Jozeph Leme Salvador Esteves Antonio Leme Bras esteves Maria Leme da Sylva e Francisca Cardoza os quais sam meus Herdeiros Legitimos e por tais os nomeyo e instetuo e nam tenho outros mais accedentes ou adecedentes Declaro que os bens que possuo assim moyens como de rais e escravos sam os que meus filhos e testamenteiros bem sabem por estarem em minha companhia e de tudo daram conta como delles espero fielmente e assim mais este Citio em que vivo com todas as suas pertenças mantimentos e tudo o mais que nelle se achar e os mais bens que por qualquer via ou titullo me pertencerem que os que constam do inventario que se fes por morte digo se fes por fallescimento da dita minha mulher se acham no monte mor cuio traslado tenho do inventario em meu poder e para proceder a partilhas com todos os herdeiros foram estes citados por cartas citatorias que estam em Juizo na villa Rica e nam acudiram a façam dar ditas partilhas porem agora por meu falescimento os meus testamenteiros e herdeiros procederam nellas como por justo e comviniente avendo en-

tre sy com amigavel oniam e comformidade que tambem tenho em meu puder treslado do inventario da defunta minha mulher em cuios bens ouve muita deminoçam em mortes de escravos ao que tudo se deve atender nas partilhas Declaro que Devo ao Mestre de campo Manoel de Queiros duzentos oytenta e oyto mil e sete centos reis que lhe satisfaram prontamente Devo mays a Bernardo Dias cento e trinta oytavas de ouro. Devo mais a Sam Francisco da cidade de Sam Paulo dezaseis oytavas de oyro que lhe permiti de esmola. Declaro que devo mays a nossa Senhora da Penha de França da capella de Antonio Cardozo cita na villa de Outú cincoenta oytavas de oyro Devo mais ao bom JESUS de Igua-pe cincoenta oytavas de oyro Devo mais a Joam Leyte da Sylva morador na cidade de Sam Paulo oytenta e oyto oytavas e hum quarto de ouro que cobrei de Diogo Barboza as quais se lhes mandaram satisfazer com brevidade Deyxo que se me digam pela minha alma quinhentas missas duzentas e cincoenta na minha freguezia ou nestas minas pela esmola de meya oytava cada huma e outras duzentas e cincoenta na cidade de São Paulo pelo preço de pataquo de trezentos e vinte reis. Deixo que se mi digam mais pela minha alma tres missas em Louvor e onra da Santissima Trindade e ao Santissimo Sacramento duas, a virgem nossa Senhora da conceição duas. Ao Anjo da minha guarda duas ao Santo do meu nome duas e pellas almas do fogo do Porgatorio cinco e pellas almas dos meus escravos fallessidos huma capella todas de esmolla de meya oytava Deyxo de esmola e legado pió a minha netta Maria Cardoza moradora na Vila de Outú filha de Balthezar de Coadro duzentos mil réis em dinheyro de contado e assim mais deixo a minhas nettas Francisca e Gertrudes Cardozas quatro centos mil reis duzentos a cada huma Declaro que havendo da minha terça algum remanecente de pois de satisfeitos os meus Legados pios que tenho declarado o deixo para sufragios da minha alma que se me dira em missas nestas minas pela esmola de meya oytava athe donde chegar e cazo que nam chegue a minha terça ao que tenho disposto se reiteará o que me tocar os sobreditos Legados Declaro que meu sobrinho Domingos Leme ãa Sylva me he devedor de dez Libras de oyro como consta de huma obrigação que tenho em meu puder a qual he de vinte Livras e lhe perdoey outras dez e as que me deve com confesou o dito devedor quando se fes o inventario de minha mulher Izabel de Anhaya Declaro que meu filho Antonio Leme da Sylva me he devedor de cem mil reis digo de cento e vinte e cinco oytavas de ouro que por elle paguei a Manoel Ferras de Campos que tanto emportou o principal e juros de huma escriptura que o dito meu filho passou a Pedro Dias Leyte culo treslado tenho em meu poder Como tambem me he devedor o dito meu filho Antonio Leme da Sylva de quatro centos e cincoenta e sete oytavas e meya de ouro que por elle paguei a Costodio Rabello Vieyra como fiador e principal pagador de hum credito que tenho em meu poder Decla-

ro que tenho hum recibo de meu Neto Manoel de Godoys de duzentos e oytenta mil e nove centos e sesenta reis que lhe mandei dar pelo Capitam Pedro Dias Leyte os quais deve levar em conta meu genro Balthezar de quadro e assim mais me deve o dito meu genro cem mil reis que por elle mandei pagar a irmandade das almas, da Villa de Outú a donde se tirará clareza disto Declaro que meu genro Francisco de Almeйда Lara me he devedor de trezentas oytavas de ouro quintadas que lhe emprestei das quais nam tenho clareza por me fiar na sua verdade e as deve levar em conta na partilha Declaro que meu filho Salvador Esteves tem em seu poder um negro por nome Miguel de que deve dar em conta na partilha e seu vallor Declaro que meu filho Bras Esteves tem em seu poder hum negro por nome Pedro de que dara em conta e constando eu dever mais alguma cousa assim o dito por credito ou justeficasam que mostrarem e sem ella alguma divida Limitada que meus testamenteiros tudo pagaram sem duvida alguma E desta sorte hey por acabado o meu testamento e torno a pedir como no principio delle que por servisso de Deos queiram aceitar ser meus testamenteiros os que tenho nomeado e os instetuo por meus Procuradores feitores e ademenistradores de todos os meus bens que poderam vender alliar e dispor para o comprimento dos meus Legados ade cauzas pias aqui declaradas paga de minhas dividas e tudo o mais que for a bem de toda a dispozissam que deixo neste meu testamento e para que se lhe de todo o inteiro comprimento e execussam lhes dou e concedo todos os poderes que por direito me sam concedidos e os meus testamenteiros daram conta deste meu testamento dentro em dois annos e o inventario dos meus bens se fara no juizo da ouviduria geral por serem meus herdeiros de mayor idade para se proceder a partilhas o que a cada lhe tocar E por esta ser a minha vltima vontade na forma que tenho disposto neste meu Testamento o hey por bem feito e sou contente que tenha toda a vallidade que por direito merese e o hey por acabado e findo e pesso as justissas de sua Magestade assim eclesiasticas como secolares lhe deem todo o inteiro comprimento revogando outro qualquer testamento ou codicellio que antes deste haia feito e para firmeza de tudo me assigno com meu signal costumado e roguei a Joam de Brito que por mim o escrevesse nesta freguezia de Sam Bartholomeu e sitio em que moro em o dito dia mez e anno atras declarado // Francisco Leme da Sylva // Como testemunha que este fis a rogo do testador João de Brito//

Aprovado a treze de novembro de mil setecentos vinte e sete.

Aberto a 13 de fevereiro de 1728

(Inventário no Cart. 2.º Of. de Ouro Preto, copiado pelo cônego Raimundo Trindade.

INVENTARIO DE RAFAEL DE OLIVEIRA, O MOÇO

Auto de inventario que mandou fazer o juiz dos orfãos desta Vila de São Paulo don Simão de Toledo por morte e falecimento do defunto Rafael de Oliveira o mosso. _____

Anno do nascimento de noso Sôr Jesu Xpõ de mil e seis sentos e sincoenta e coatro annos nesta Vila de São Paulo Capitania de São ViSente estado do Brazil aos vinte coatro dias do mes de julho da era aSima declarada nesta dita Vila en vertude de hua Carta precatória junta a estes autos e que veio do juis ordinario da Vila de Santa Anna da parnaiba o juis dos orfãos don Simão de Toledo com os partidores e avaliadores Francisco preto e Eitor fernandes Carnr^o foi as pouzadas do donde vivia o defunto Rafael dolivr^a. o mosso pera avaliarem os bens que o dito defunto ficarão e serem enviadas as ditas avaliasoens ao dito juizo na forma do precatório e nas ditas pouzadas achou o dito juis a Salvador dolivr^a. irmão do dito defunto a quem deu juramento dos Sanctos evangelhos sob cargo do qual bens pertensentes por morte e faleSimento de seu irmão, aSim moves como de raiz dinheiro ouro prata peSas escravas emComendas e seus proSedidos escreturas papeis conheSimentos e tudo o mais que ao Casal pertensa dividas que a ele devão ou pelo conSeguinte ele a outrem for devedor pera tudo constar no Juizo da Vila de Sântana da pernhiba sob pena que sonegando ou encobriendo alguma Couza ficar enCurso nas penas da ley e de ser tido por prejuo o que tudo prometeo fazer de que tudo o dito juiz mandou fazer este auto que aSinou com o dito Juiz Luis dandrade escrivão dos orfãos o escrevy.

Salvador
dolivr.^a/

Dom Simão de Toledo Piza

E logo no dito dia mes e anno aSima e atras escrito pelo juis dos orfãos don Simão de Toledo foi mandado aos partidores e avaliadores Francisco preto e Eitor fernandes Carneiro avaliasem todas as Couzas que lhe foSem mostradas tocantes e pertensentes a este inventario o que prometerão fazer de que fis este termo em que aSinarão com o dito juis Luis dandrade escrivão dos orfãos o escrevy.

Dom Simão de Toledo Piza

Ant^o Pedrozo de Alvarenga juis ordinario e dos orfãos na Vila de Santa Anna da parnaiba e seu termo este presente anno ettc.

Aos que a prezente minha carta precatoria requizitoria apresentada for e o conhesimento dela com dr.to deva e aja de pertencer e seu cumprimento se pedir e requerer em espeSial ao Sór juis dos orfãos da vila de São Paulo dom Simão de Toledo piza faSso saber em como sendo emformado de que Rafael dolyvera era morto no Seu Sitio e fazenda, por obrigassão de meu Cargo e bem de meu regimento vim a dita fazenda p.^a tirar devaSsa do Cazo como de efeito estam tirando e por q.t.^o me he requerido fassa enventario dos bens que lhe ficarão e logo deSse partilhas aos erderos // ho que não he posibel sem que deSa vila venhão as avaliassois de huas cazas e chãos e mais beis que delle forem achados e outroSim o teor do enventario que se por morte do João Correya anteSeSor deste dito defunto p.a por ele se ver o que cabe a cada erdero pelo que quero a Vm. da parte de Sua Mag.de e da mynha pello dr.to por merCe que faz, que esta a for apresentada logo e com toda a brevidade posibel mãde pelos offiSiais avaliar todos os bês e fazenda aSim moves como de raiz e faSão enviar todos as ditas avaliaSsois a favor do dito enventario p.a com ISso dar partilhas aos erderos que viverem e por esta seguranSSa a parte que couber aos orfãos e fasendo o Vm. aSim fasa o que Sua Mag.de lhe recomenda em reSão de seu cargo e eu farei sendo por parte de Vm. pedido requerido deprecado a semelhante dada neste limite de Jundiahy termo da Vila de Santa Anna da parnaiba sob meu sinal e Selo que ante my serve em os vinte e dous de julho, Custodio Nunes Pinto t.am do p.co judiSial e notas escrivão da Camera, orfãos almotaSaria o fes de mil e seis sentos sincoenta e quato anos. _____

Valha sem selo Ex cauza
Alvarenga/

Ant^o Pedrozo
d'Alvarenga/

Fasam Se as avaliaçomis de que esta precatoria fas mensam separando melhor parados bemis as le- dos orfams filhos de aliás de que ho defunto hera Curador visto Carregarem sobre elles ditas legitimas ou dem às partes fianSa A as lhe segurarem neste juizo e donde competem S. Paulo 24 de julho de 6 54 /

Tolledo//
Bens moves

Sinco cadeiras de estado cada hũa em sua avaliação de mil rs. que a dinhr ^o soma sinco mil rs.	5000
Hũa meza de engonosos em sua avaliação de mil rs.	1000
Hua caixa grande de oito palmos com sua fechadura e pés em sua avaliação de coatro mil rs.	4000

Outra Caixa de sete palmos com sua fechadura em sua avaliação de tres mil rs.	3000
Outra Caixa piquena velha de seis palmos com sua fechadura em sua avaliação de oito centos rs.	0800
Hua caixa grande e outra ponta em sua avaliação de mil e duzentos rs.	1200
Hum catre de torno em sua avaliação de dous mil rs.	2000

Cazas desta Vila

Dous lانسos de Caza em que o defunto vivia de taipa de pilão cubertas de telha com seu Corredor e quintal na Rua Direita de São Bento que de hua banda partem com Cazas de HanRique da Cunha e da outra com Cazas de Domingos da Silva em sua avaliação de sento e vinte mil rs.	120.000
---	---------

Outras Cazas na mesma Rua de São Bento defronte das donde vivia o defunto de dous lانسos cuberta de telhas de taipa de pilam com seu corredor e quintal em sua avaliação de setenta mil rs.	70000
--	-------

Outras Cazas de dous lانسos de taipa de pilão cubertas de telha com seu Corredor e quintal na mesma Rua que de hua banda correm com Cazas do defunto João de Oliveira e da outra com a Rua de Pascoal Leite paes em sua avaliação de oitenta mil rs.	80000
---	-------

a João Leme do Prado

Huas Caza baixas velhas de dois lانسos com seu Corredor e quintal cubertos de telhas de taipas de pilão na Rua de Sancto Antonio o Velho que de hua banda partem com Cazas de João Martins e da outra com Cazas de Antonio de Madureira em sua avaliação de trinta e dous mil rs.	32.000
--	--------

Outras Cazas de dous lانسos de taipa de pilão cubertas de telha com seu quintalzinho na Rua que foi de Manoel Mourato Coelho que de hua banda partem com Cazas de Antonio de Caldas telo e da outra com Cazas do mesmo Manoel em sua avaliação de vinte e seis mil rs.	26.000
---	--------

Seis brasas e mea de chãos defronte da Cadea e que de hua banda partem com Cazas de Francisco Lopes Benenvides e da outra com cazas de Balthezar de Godoi em sua avaliação de doze mil rs.	12.000
---	--------

Dividas que deve esta fazenda

..... Masiel defunta e a Cordados dos bens que nesta Vila se achavam mandou o Juiz dos orfãos don Simão de Toledo a mim escrivão os treslados e com o thior do precatório e tudo entregarão as partes pera os levarem o juiz de presente de que fis este termo em que o juiz aSinou com os partidores e avaliadores Luis dandra de escrivão dos orfãos o escrevy.

Heitor Frz' Carnero/ Fr.co Preto/ Tolledo/

(Arquivo do Estado de S. Paulo, copiado por solicitação de José Pedro Leite Cordeiro)

INVENTARIO DE LUIS PEDROSO DE BARROS

Auto de Inventario que o juiz dos orfãos Phelippe de Campos mandou fazer pera por ela inventariar todos os Bens que se achassem por morte e faleSim.to de Luis Pedrozo ———

Anno do NasSim.to de NoSSo Senhor Gezu Xpt^o de mil e seis sentos e seSenta e dous anos em os dezoito dias do mes de dezembro da sobre dita era no Sittio e fazenda do defunto Luis Pedrozo na paragem chamada Paquetá termo da Villa de Santa Anna da Parnaíba da capitania de São Vissente partes do Brasil etc, neste dito Sitio donde o Juiz ordinario e dos orfãos Phelippe de Campos veyo com os avaliadores Fran.co Gonsalves e João Marques de Araujo pera efeito de se inventariar todos os bens e fazenda que se achasse por morte e faleSim.to do defunto Luis Pedrozo pera cujo efeito o dito juiz deu juram.to dos Santos Evangelhos sobre hũ livro delles a **Viuva Leonor de Siqueira** sob cargo do qual lhe emcarregou que Bem e verdadeiramente desse a Inventario todos os Bens e fazenda que pessuhão entre sy e o defunto seu marido aSy Bens moves como de Raiz dinheiro, ouro, prata encomenda e procedido dellas Dividas que se deve a fazenda aSim como as que a fazenda de ver declarando as sobreditas couzas e de receberê debaixo do d^o juram.to prometeu de Bem e verdadeiramente dar a inventario toda e qualquer fazenda que entre sy e seu marido pessuhia asy dr^o ouro prata Bens moveis como de Raiz, emcomendas e seus prosedidos Dividas pessas escravas como do gentio da terra de que fiz este auto em que aSinou com o dito Juiz e eu Ant.^o Roiz' de Mattos escrivão dos orfãos que o escrevy.

Phelippe de Campos

Leonor de Sigr.a

Termo de avaliadores

E logo no mesmo dia mes e Anno atras declarado o dito Juiz emcarregou aos avaliadores Fran.co Gonsalves e João Marques de Araujo

que debaixo do juram.to de seis officos avaliassem bem e verdadeira tudo o que lhe fosse mostrado e elles o prometerão fazer de que fis este termo em que a Sinarão com o dito Juiz e eu Ant^o Roiz' de Mattos escrevão dos orfãos o escrevy.

João Marques de Araujo/ Fr.co Glz'/ Campos/

Erdeiros da Fazenda

A Viuva Leonor de Siqueira
 Maria de aRaujo
 Angela de Siqueira

Avaliação

Hua Alcatifa de Veneza em sua avaliação em oito mil rs.	8\$000
Hua Alcatifa da India uzada em sua avaliação de doze mil rs.	12\$000
Hu cobertor de seda em sua avaliação em dezaseis mil rs.	16\$000
Hu cobertor de pano vermelho em sua avaliação em oito mil rs. ...	8\$000
Oito lenções de linho em oito pataquas cada hua que entre todas monta a dr ^o dezanove mil e quatro sentos e oitenta rs.	19\$480
Foi avaliado oito lenções de pano de Algodão a mil e quatro sentos e quarenta reis cada hũ monta dr ^o onze mil e quinheitos e vinte rs.	11\$520
Hua camz de cortinas com seu SobreSseu de Olanda em sua avaliação em vinte mil reis	20\$000
	95\$000
<hr/>	
A lauda atras como della se vê noventa e sinquo mil rs.	95\$000
Foi avaliado hua cama de cortinas com seu sobre seu e pano de algodão em sua avaliação de doze mil reis	12\$000
Forão avaliados quatro colchões de lã em quatro mil Reis cada hũ monta em dezaseis mil reis	16\$000
Foi avaliado hu Pavilhão de pano de algodão em sinquo mil Reis	5\$000
Forão avaliados dezaseis travesseiros de Olanda e de pano de linho em sua avaliação hũs com os outros a pataqua monta dr ^o sinquo mil e sento e vinte reis	5\$120
Forão avaliados quatro serviços de meza inteiros em sua avaliação cada hũ delles dez mil reis e os tres a dois mil reis que tudo monta dr ^o dezaseis mil reis	16\$000
Forão avaliados quatro toalhas de mão de Bertanha a quatro pataquas cada hua monta dr ^o sinquo mil e sento e vinte reis.	5\$120

Ouro lavrado

Foi avaliado hua gargantilha de aljofra em vinte e sinquo mil reis	25\$000
	179\$240

A lauda atras como della se ve sento e setenta e nove mil e duzentos e quarenta reis

179\$240

Foi avaliada hua gargantilha de ouro de filigrana que pezou nove outavas a mil reis cada oitava	9\$000
Foi avaliada hua cadea de ouro que pezou vinte e nove outavas a mil reis a outava vinte e nove mil reis	29\$000
Foi avaliada hu quoquo de prata que pezou quinze onças a quatrocentos e oitenta reis cada onça monta dr ^o sete mil e duzentos reis	7\$200
Foi avaliado hu Peiquaro de prata que pezou onze onças a quatrocentos reis monta dr ^o sinquo mil e duzentos e oitenta reis	5\$280
Foi avaliado hua salva de prata que pezou dois marquos e tres onças e meya em sua avaliação em nove mil e sento e vinte reis	9\$120
Foi avaliado sinquo colheres de prata que pezarão seis onças e hua oitava em tres mil reis	3\$000
	241\$640

A lauda atras como della se ve duzentos e quarenta e hu mil e seissentos e quarenta reis

241\$640

Foi avaliado sinquo colheres de prata que pezarão onça e meya em mil e seis sentos reis	1\$600
Foi avaliado hu jarro e hu prato de prata em noventa e dois mil e oito sentos e oitenta reis	92\$380
Foi avaliada hua joya de ouro pequena em sua avaliação em seis mil reis	6\$000
Foi avaliado dois aneis de pedras ambos em sua avaliação em seis mil reis	6\$000
Foi avaliada hua mulata escrava por nome Maria Domingas em sinquoenta mil reis	50\$000
Foi avaliada hua mulequa por nome Domingas em vinte e sinquo mil reis	25\$000
Foi avaliada hua negra tapanhua por nome Maria já de mayor em sua avaliação em trinta e sinquo mil reis	35\$000

Foi avaliada hua molequa por nome Francisca em sua avaliação em trinta e sinquo mil reis	35\$000
	431\$320

A lauda atras como della se vê quatro sentos e trinta e hu mil e tresentos e vinte reis	431\$320
Foi avaliada hua negra tapanhuna por nome Dorotea em quarenta e sinquo mil reis	45\$000
Em dr ^o foi lançado hũ conto e quinhentos e sincoenta mil reis	1.550\$000
O qual dr ^o se entende dever Fernão Paes de Barros, hu conto e duzentos mil reis de sesenta pessas do gentio da terra que lhe tinha vendido a dita viuva por quanto estavam amutinados e pello Risiko que pudião correr e pera bem da fazenda e dos orfãos se venderão, e em dinheiro de terras e Sitio que se vendeu ao P.e João Leite Silva noventa mil reis que deve e em duas moradas de Cazas na Vila de São Paulo duzentos e sesenta mil que se venderão a Sebastião Pais de Barros que está a dever com que se prefaz a dita soma E mais em dr ^o dez mil reis	10\$000
Soma a lauda a tras e fazenda lançada neste Inventario como das couzas lançadas nelle dois contos e trinta e seis mil e trezentos e vinte reis	2.036\$320

Dividas que esta faz.da deve

Deve a André de Gois e Siqueira trezentos e vinte e nove mil e nove sentos reis em que entra muita divida o dispendio em missas e officio que se fez pela alma do defunto	329\$900
Deve a Ant ^o André dezasete digo quinze mil e quatro sentos reis	15\$400
Deve a Lourenço Castanho Taques o Velho sincoenta mil reis ..	50\$000
Deve mais ao dito Lourenço Castanho Taques dos dizimos dos taes Annos seis mil reis	6\$000
	401\$300

Somão as dividas lançadas neste Inventario quattrosentos e hu mil e trezentos reis que abatidos de dois contos e trinta e seis mil e trezentos e vinte reis fica liquido pera se partir em duas partes hu conto e seis sentos e trinta e sinquo mil e vinte rs.

1.635\$020

Que partidos em duas partes coube a cada hua das partes oito sen-
tos e dezasete mil e quinhentos e dez reis 817\$510

Peças forras lançadas neste Inventario

Antonio — Inacio — Beatris — Serafina rapariga — Patreni-
lha — Clara Rapariginha — Luzia Rapariginha
Seberia que tem a herdeira Maria de Araujo e Margarida que tem
a dita estas são as peças lançadas neste Inventario
LançouSse mais neste Inventario hua gargantilha e dois Anéis
que tem a herdeira Maria de Araujo que conforme se vê as
lançadas neste Inventario importa quinze mil reis 15\$000
Mais tem a dita herdeira hus chuveiros de aljofre em doze mil
reis 12\$000
Importa o ouro que tem a dita herdeira vinte e sete mil reis os
quais cabe a parte da Viuva a metade que quinze digo treze
mil e quinhentos reis 13\$500
Foi lançado mais neste Inventario duas peças de pano de algodão
a sem varas cada hua em vinte mil rs cada hua, digo ambas 20\$000
Mais em drº de cobre que se vendeu vinte libras a pataqua ca-
da libra 6\$400

53\$400

Fora o que se lançou mais neste Inventario sincoenta e tres
mil e quattrosentos reis que partidos em duas partes cabe
a cada hua parte vinte e sete mil e setesentos digo vinte e
seis mil e sete sentos e dezaseis mil e quinhentos reis que ca-
be a cada parte, monta oitosentos e quarenta e quatro mil e
duzentos e des 844\$210

LançouSse mais hũ pedaso de chão que estão na Vila de São
Paulo que parte com as Cazas de João Roiz'.

Quinhão da Viuva

Pagosse a Viuva a parte que lhe coube nas couzas seguintes:
Lançousse mais hũ Anel de esmeraldas que tem a herdeira M.a de
Araujo em dez mil reis 10\$000
LançouSse lhe mais quattorze digo dezasseis mil reis da gargan-
tilha por quanto hera de perolas e por o Inventario se lançou
em nove mil Reis 16\$000

Como o que tem de mais a herdeira Maria de Araujo vinte e seis mil reis que partidos em duas partes cabe a cada hua treze mil reis que juntos com oitocentos e quarenta e quatro mil e duzentos e dez reis	844\$210 13\$000
Faz soma de oito sentos e sincoenta e sete mil e duzentos e dez reis	857\$210

Quinhão da Viuva

Foi lhe lançado a parte da Viuva no pavilhão lançado neste Inventario em sua avaliação em sinquo mil rs.	5\$000
Foi lhe lançado no Serv ^o de meza lançado neste Inventario em sua avaliação de dez mil reis	10\$000
Foi lhe lançado na mulata Maria e sua f.a Guiomar em sua avaliação em sinquoenta mil reis	50\$000
Foilhe lançado em hua mulequa por nome Domingas em sua avaliação em vinte e sinquo mil reis	25\$000
Foilhe lançado em hua negra tapanhuna por nome Maria em sua avaliação em trinta e sinquo mil reis	35\$000
Foilhe lançado Franco mulequa em sua avaliação em trinta e sinquo mil reis	35\$000
Val a lauda atras como della se conta sento e sesenta mil reis —	160\$000
Foilhe lançado em duas peças de Pano lançadas neste Inventario vinte mil reis	20\$000
Foilhe lançado o cobre lançado neste Inventário em sua avaliação em seis mil e quatrocentos reis	6\$400
Foilhe lançado em dr ^o na mão de quê deve neste Inventario seis sentos e setenta e hu mil e duzentos e dez reis	671\$210
	851\$210

Soma o que se embargou a dita Viuva oito sentos e sinquenta e sete mil e duzentos e dezaseis reis que he o que lhe coube em sua parte do qual se ouve por emtrege a dita Viuva paga e satisfeita, de que fiz este termo de entrega em que aSinou a dita Viuva com o dito Juiz e Eu Ant^o Roiz' de Matos escrivão dos orfãos que o escrevy.

Leonor de Siqra./

Campos/

Quinhão da herdeira M.a de Araujo

Foilhe lançado hua Alcatifa de Veneza em sua avaliação em oito mil reis	8\$000
---	--------

Foilhe lançado hu cobertor vermelho em sua avaliação em oito mil rs.	8\$000
Val a Lauda atras como della se vê dezaseis mil reis	16\$000
Foilhe lançado quatro lençóis de pano de linho ensua avaliação em sinquo mil e sento e vinte rs.....	5\$120
Foilhe lançado hua cama de cortinas de Olanda em sua avaliação em vinte mil reis	20\$000
Foilhe lançado dois colchois de lam em sua avaliação em oito mil rs.	8\$000
Foilhe lançado em oito traveSeiros em sua avaliação em dois mil e quinhentos e sesenta reis	2\$560
Foilhe lançado em dous serviços de meza a dous mil cada hu soma quatro mil reis	4\$000
Foilhe lançado duas toalhas de mão de Bertanha em dous mil e quinhentos e sessenta reis anbas	2\$560
Foilhe lançado hua Cadea de ouro que pezou vinte e nove oitavas lançada neste Inventario em sua avaliação em vinte nove mil reis ..	29\$000
Foilhe lançado em hũ quoquo de prata em sua avaliação em sete mil e duzentos reis	7\$200
	<hr/>
	94\$440

Val a lauda atras como della se ve noventa e quatro quatro sentos e quarenta reis	94\$440
Foilhe lançado em hũ Puquaro de prata em sua avaliação em sinquo mil e duzentos e oitenta rs.	5\$280
Foilhe lançado em hua salva de prata em sua avaliação nove mil e sento e vinte reis	9\$120
Foilhe lançado em sinquo colheres de prata em sua avaliação em mil e seis sentos reis	1\$600
Foilhe lançado em hua gargantilha de ouro que tem em seu poder vinte e sinquo mil reis	25\$000
Foilhe lançado em dois Aneis de ouro que tem em seu poder em seis mil reis	6\$000
Foilhe lançado em hũ anel de esmeraldas que tem em seu poder dez mil reis	10\$000
Foilhe lançado em hũ chuveiros de Aljofre que tem em seu poder em doze mil reis	12\$000
Foilhe lançado em hua negra tapanhuna por nome Dorotea em sua avaliação em quarenta e sinquo mil reis	45\$000
	<hr/>
	208\$440

Val a lauda atras como della se ve duzentos e oito mil e quatro- sentos e quarenta reis	208\$440
Em dinheiro de contado duzentos e vinte mil e sento e sessenta e sinquo reis	220\$165
	428\$605

com que fica cheya de toda a contia que lhe coube da qual
contia se entregou em poder da Viuva pera se entregar a
dita herdeira

Quinhão da erdeira Angela de Siqr.*

Foilhe lançado hũa Alcatifa da India de seda em sua avaliação em doze mil reis	12\$000
Em hũ cobertor de seda lançado neste Inventario em sua ava- liação em dezaseis mil reis	16\$000
Em quatro lençois de linho lançados neste Inventario em sua ava- liação em sinquo mil e sento e vinte reis	5\$120
Hũa cama de cortinas de pano de Algodão lançado neste Inven- tario em sua avaliação em doze mil réis	12\$000
Foilhe lançado em dous colchois lançados neste Inventario oito mil reis	8\$000
<hr/>	
Val da lauda atras como dela se ve sinquoenta e tres mil e sen- to e vinte reis	53\$120
Foi-lhe lançado neste Inventario em oito meos travesseiros em sua avaliação a pataqua cada hũ, todos dous mil e quinhentos e sessenta reis	2\$560
Foilhe lançado em hũa gargantilha de Aljofre em sua avaliação em vinte e sinquo mil reis	25\$000
Foilhe lançado neste Inventario em hũa gargantilha de ouro de fi- ligrana que pezou nove outavas em sua avaliação em nove mil reis	9\$000
Foilhe lançado em hũ Prato e garvo de prata em sua avaliação em trinta e dois mil e oitocentos e oitenta reis	32\$880
Foilhe lançado sinquo toalhas digo colheres de prata em sua ava- liação em tres mil reis	3\$000
<hr/>	
Val a lauda atras como della se Vê em sento e trinta mil e sento e vinte reis ..	130\$120
Foilhe lançado em hũa joya de ouro em sua avaliação em seis mil reis	6\$000
Foi-lhe lançado neste Inventario digo dois Anéis de ouro em sua avaliaçam em seis mil reis	6\$000
	142\$120

Lançosse lhe mais em dr^o de contado duzentos e oitenta e seis
mil e quatrocentos e oitenta e sinquo reis 286\$485

428\$605

Com a que fica cheya a dita orfã de quatro sentos e vinte e oito
mil e quinhentos e sinquo reis que he o que cabe a sua parte.

Quinhão das peças forras da

Viuva

Antonia — Ignacia — Clara Rapariginha — Luzia Rapariga

Quinhão M.^a de Araujo

Sabina e Margarida

Quinhão da orfã Angela de Siqueira

Beatris — Patronilha — Sarafina Rapariga

* Termo de Curadoria

Aos dezoito dias do mes de dezembro de mil e seis sentos e sesenta e dois Annos neste Sitio e fazenda o Juis ordinario e dos orfãos Phelipe de Campos fez tutoria e Curadoria da orfão Amgela de Siqueira a sua may Lionor de Siqueira Dona Viuva a qual o dito Juis deu Juramento dos Santos Evangelhos sob cargo do qual lhe emCarregou que bem e verdadeiramente alimentasse e administrasse a fazenda a dita orfã sua filha pera cujo efeito deu a dita Viuva por seu fiador e principal pagador a André de Gois de Siqueira a toda a perda e dano que por negligencia e descuido da dita Curadora viesse a dita orfã e outro Sy se obrigava damesma maneira a entregar a herdeira sua filha Maria de ARaujo tudo o que lhe couber de sua legitima todas as vezes que com sua carta de partilhas lhe for pedido e por estar presente o dito André de Gois de Siqueira estar presente disse que elle queria dar a dita Curadora toda a satisfação do que lhe for entregue dos Bens da dita orfã e da herdeira Maria de ARaujo sua filha pera que se obrigasse por sua pessoa e Bens moveis e de Raiz avidos e por aver e se desaforava de tudo de seu foro o que visto pello dito Juis prestou sua fiança e lhe entregou a dita Viuva todos os Bens lançados neste Inventario e ella se obrigou a tirar a pax e a salvo ao dito seu fiador de que fiz este termo em que se aSinarão com o dito Juis e Eu Ant^o Roiz' de Mattos escrivão dos orfãos que o escrevy.

Campos

André de Sigr.^a

Leonor de Sigr.^a

Declarou mais a dita Viuva que se embarquarão no Rio de Janeiro pera Portugal setenta e quatro ARobas de taquo por conta e risco desta Fazenda e que a todo o tempo que viesse o procedido da dita encomenda darã

a parte o que tocasse aos herdeiros e outro sy protestava que se em algu tempo lhe lembrasse alguma couza que pr^o esquecimento se deixasse de lançar neste Inventario o lançaria q' nunca incuria nas penas da ley... e lhe avere por lanSado o q' pello dito Juis lhe aSeitou seu Requerim.t^o protesto de que fiz este termo em que aSinou o dito Juis e eu Ant^o Roiz' de Matos e escrivão de orfãos que o escrevy —

Campos/

E depois disto fiz estes Autos de Inventario ao dito Juis concluzos pera nelles mandar o que for justiça de que fiz este termo de comcluzão e eu Ant^o Roiz' de Mattos escrivão dos orfãos que o escrevy. —

Vistos estes autos bens lançados neste Invent^o avaliações feitas termo de Curadoria partilhas e mais termos juntos p.^o que hei este invent.^o p.r feito e acabado e mando q' se cumpra. Parnahiba 18 de Dezbr^o de 662 a.s

Phelippe de Campos/

Aos onze dias do mes de abril de mil e seis sentos e setenta e seis annos nesta V.^a de Santa Anna de pernayba por mandado do juis dos orfãos Baltezar Carrasco dos reis, lhe fiz este inventario comcluzo p.^a nelle prover o que lhe pareSer de que fis este termo de comcluzão Eu M.el Franco de Brito escrivão dos orfãos que o escrevy. —

Informe do escrivão/

Por constar orfãos conteudo neste Emventario
 oucazião e seus
folhas de partilhas
 este termo p.^a prover com justiça.....
 12 de abril de 1676 annos.

Carrasco/

(Arquivo do Estado de São Paulo. — Copiado por solicitação de José Pedro Leite Cordeiro).

INVENTARIO DE ANTONIO LOPES FENES

Auto de Inventario que mandou fazer o Juis dos orfãos Dom Simão de Tolledo dos bens e fazenda que ficaram por morte de falesimento de Ant^o Lopes Fenes que morreo no Sertam.

Anno do nasSsimento de noSso Senhor Jesus Christo de mil e seis sentos e seSenta e hũ annos aos vinte e oito dias do mes de fevereiro da

dita hera nesta Villa de Sam Paulo Capitania de Sam Visente partes do Brazil nesta dita villa nas Cazas da morada de Joam da Costa onde veyo o juis dos orfãos Dom Simão de Tolledo com os partidores e avaliadores que ao diante vam nomeados para efeito de fazer Inventario dos bens e fazenda que ficaram por morte de Ant^o Lopes Fenes que morreo no Certam por na dita Caza estar Maria machada dona viuva que ficou do dito defunto a quem o dito juis deu juramento dos Santos evangelhos sob cargo do qual lhe emcarregou que bem e verdadeiramente desse a Inventario todo e quais quer bñs que ficaram por morte e falecimento do dito seu marido aSim moves como de Rais, dr^o ouro..... prata escravos pello conseginte os que elle a outrem for devedor || e se fizera testamento o dito seu marido e os filhos que lhe ficaram antre ambos sob pena que sonegando ou encobriendo algũa couza de emcorrer nas penas da lei e de a daren por prejura o que ella tudo prometedo fazer e que o dito seu marido morrera abintestado no Sertam que nam fizera testamento e os filhos que lhe ficaram sam os abaixo nomeados de que de tudo mandou o dito juis fazer este auto em que aSinou e por a dita veuva nam saber aSinar aSinou por ella e a seu Rogo Joam da Costa o moSso Domingos Machado escrivam dos orfãos o escrevy || ASino a Rogo da viuva Maria Machada | João da Costa ||.

Titollo dos filhos

Maria de idade de dous anos pouco mais o menos
Antonio de seis mezes pouco mais ou menos

Termo dos avaliadores

E lgo no dito dia mes e ano atras escrito e declarado pello juis dos orfãos Dom Simão de Tolledo foi mandado aos partidores e avaliadores Pantalian de Souza Pr.a M.el Costa M.el da Costa avaliassem todos os bñs que lhe fosse mostrados de baixo do juramento de seus cargos o que elles prometeram fazer aSim e da maneira que D.s lhe deSse a entender de que fis este termo, Dom digo em que aSinaram Domingos Machado tam e escrivam dos orfãos o escrevy.

P.am de Souza Pr.a

BENS MOVES

Foram avaliadas oito onSsas e seis oytavas e meya de a oytava a quarenta rs. a oytava que a dr^o somãdo as mil e oito sentos e vynte rs. — 1\$820.

Foram avaliadas sete groSas de de seda e nove duzias a grosa a sento e oytenta rs. que a dr^o soma mil trezentos e e sento rs.

Foram avaliadas duas livras e	
Foram avaliadas duas livras e	
... deste cada livra quatro sentos	
..... mil	

PAGINA 2 Verso

Foram avaliados dous covados e meyo de sarja preta digo dous covados mal medidos, todos em seis sentos e quarenta rs. ...	640
Foi avaliada hũa espada e adaga em dous mil rs	2.000
(1) prato razo para assados.	
Foram avaliadas oito palanganas todos em trezentos e vinte rs.	320
Foram avaliados sinco pratos razos todos em sento e sessenta rs.	160
Foi avaliada hũa palangana grande fina em sem rs.	100
Foram avaliadas sinco tigellas piquenas em sem rs. todas tecido furta-côr	100
Foi avaliado hũ vestido de catasol (2) meyo uzado, dous calsoins e hua roupeta e capa com hua chamada de chamalote pardo tudo uzado em sua avaliasam de tres mil e duzentos rs.	3.200
Foram avaliadas hũas meyas de seda cor de cravo já uzadas em oyto sentos rs.	800
Foram avaliadas quatro lansois já uzados em dous mil rs.	2.000
Foi avaliada duas toalhas em quatro sentos e oitenta rs.	480
Foram avaliadas duas toalhas de mãos vynte rs.	
Foi avaliado hũ almofaris em mil e seis sentos rs.	1.600

Prata

Tres colheres de prata que pezaram tres onSas e seis oitavas e meya cadá onssa quatro sentos rs., que a dr ^o soma mil e quinhentos e vinte e cinco rs.	1.525
Pezou hũa tamboladeira de prata duas onSas e sinco oitavas e meya cada onsa quatro sentos rs. que soma a dr ^o mil e sessenta e sinco rs.	1.065
Foi avaliada hũa Caixa de sete palmos com sua fechadura em dous mil e duzentos e quarenta rs.	2.240
Hũ livro de Surgia de Ant ^o da Cruz em sua avaliasam	
Outro livro grande de Surgia em sua avaliasam	
Foi avaliada hũa camiza de linho em mil e duzentos rs.	1.200
Foi avaliada hua camiza de paris em oyto sentos rs.	800
Hũ..... estanho que pezou duas lavras e hum..... cada livra tresentos e vinte rs.	320
Foi avaliada hũa baSia em	

E logo pello dito juis, por não aver mais bẽns que lanSar neste Inventario e que lhe lansados os ouve por entregues avera como CabeSsa de Cazal para os entregar todas as vezes que pella justiSsa lhe forem pedidas até se acabar este Inventário e saber as dividas que se devem ao defunto e de como o resebeo aSinou por ella e a seu Rogo Joam da Costa o moSso, de que fis este termo de entrega em que aSinou com o dito Juis D.os Machado escrivam dos orfãos o escrevy./

Termo de Entrega de Sinco mil e duzentos reis que Entrega o R.do Padre João Leyte da Silva pellos aver cõprado em taubathé.

Aos dezasete dias do mês de fevr^o de seis sentos e setenta e quatro annos nesta Villa de Sam Paulo perante o Juis dos orfãos
 LourenSso de Almeйда
 João Leite da Silva e por elle que indo a Villa de Taubathé..... o achara o testamentr^o
 a dito defunto mil e duzentos reis pertensentes a estes orfãos filhos de Antonio Lopes e outro Sim cõprara mais pello mesmo estillo contia de quatro mil Reis que a Fazenda do padre Antonio Rodrigues do prado era a dever a ditos orfãos as coais coantias emportão sinco mil e duzentos Reis a qual entregou logo de que fica dezobrigado e elle a deu a dito Juis esta quitasão feita por mín escrivão e por ele aSinou E eu Mathias Machado escrivão dos orfãos o escrevy. 5.200

Salvador Cardozo de Alm.da.

Termo de dr^o a ganhos ao R.do
 padre Ant^o Rodrigues velho

Aos vinte seis dias do mes de marSso de seis sentos e setenta e quatro annos nesta Villa de Sam paulo, perante o juis dos orfãos Salvador Cardozo de Almeida pareSeo o padre Antonio Rodrigues a quem o dito Juis deu a ganho a seu pedimento duzentos e oito por sento e Contia de seis mil duzentos reis pera o que obrigara a sua peSsoa e bens moves e de Rais avidós e..... a tudo dar e pagar no Cabo e fim..... tempo Comprido por
 Lopes o quoaal tambem se obrigou aSim e da maneira que dito fiado fes epoteca de hũas Cazas que tem nesta Villa na Rua do pe. Domingos da Cunha e ambos se dá e aforam de toda liberdade que de nada querem uzar senão em tudo dar. Cumprim.to a este termo de obrigaSam que aSinarão com o dito Juis, Eu Mathias Machado escrivão dos orfãos o escrevy.

Salvador Cardozo de Alm.da/

Ant^o Roiz Velho/

André Lopes/

quitasão

Aos tres dias do mes de agosto de mil e seis sentos e setenta e cinco annos nesta villa de São Paulo perante o juis dos orfãos Salvador Cardozo de Almeida pareseo o R.do P.e Ant^o Rodrigues Velho e por Elle foi dito q' era a dever neste Emventario sinco mil e duzentos reis e as teve em seu poder hũ anno e quatro mezes e des dias no qual tempo ganhou quinhentos e oitenta reis Digo e oito reis q' junto ao prinSipal ganhara sinco mil e sete sentos e oitenta reis os coais p.r não querer ter em seu poder os eszivira em juizo de como o dito Juiz d.r dezobrigado a Elle fiador do dito de que fiz este

PAG. 5 do original

Dr^o dado a ganho a Mathias Machado

he o dr^o que se entregou em termo atras

Não deve q' já tem pago aos erderos

Aos dez dias do mes de agosto de mil e seis sentos e setenta e cinco annos nesta Villa de Sam Paulo perante o Juiz dos orfãos Salvador Cardozo de Almeida pareseo Mathias Machado a quem o dito Juiz deu a ganhos a seu pedimento p.r tempo de hũ anno ou pello que em seu pedir estiver a Rezão de oito p.r sento Contia de sinco mil e nove digo sinco mil e sete sentos e oitenta e oito Reis de que pagara ganho athe Real entrega para o que obrigou sua pesoas e bens moveis e de rais avidos e p.r aver a tudo dar e pagar no Cavo e fim do dito anno prin-sipal e ganhos E o dito Juiz aSinou de que fis este termo em que se hade asinar com o dito Juiz Diogo Glz' escri-vão dos orfãos o escrevi.

Salvador Cardozo de Alm.da/

Mathias Machado/

RECIBO

Resebi de Matias machado seis mil e trezentos corenta reis q' tantos era a dever de principal e ganhos aos orfos meus subrinhos filhos do defunto Ant^o Lopes Sene de que sou Curador a qual contia resevi por ordê do Juiz dos orfos deo dou por dezobrigado oie o pr^o de novembro de 677 a.s.

João Machado de Lima

S.or Juiz dos orfaons

Diz João Machado de Lima como tutor e Curador de seus sobrinhos orfaons que ficarão de Ant^o Lopes Sene, e de sua molher M.a da Costã; que

os ditos orphaons carecem de vestidos p.a poder apparecer; e do Seu ordinario note, a falta do que estam sem vir á Villa, e tambem p.a seu Insino de Leer e escrever :

P.lo q'

P. a Vm.ce lhe faSsa merce mandar Alvidrar e dar o que justam.te parecer p.a Vistuario destes orphaons p.a o que passara mandado p.a cobrar da mão omde estiver visto o que o Sup.te allega :

O escrivão ajunte esta
petição cõ os seus inventarios q' por se aver satisfeito deferirei
S. P 23 de Abril de
1677 a.s

Alm.da

Dese ao Sup.te a divida de Mathias Machado p.a o vistuario dos orfãos p.a q' se passe mandado e se junte tudo a este inventario o inventario de M.a Machado e se paSse termo de curadoria a
..... de Lima p.a q' tome
.. bens tiver e
.. S. P. 24 de 1677 a.s

Almd.a

E em comprimento do despacho aSima do Juis dos Orfãos Salvador Cardozo de Almeida foi dado juramento dos Santos Evangelhos
..... Machado de Lima Emcarguo que foSe Curador dos orfãos deste inventario seu sobrinho em que o dito Juis lhe emcomendou que olhaSe p.r elles e p.r seus bens em
..... he tornase entrega de todos os bens de que Elle prometeu fazer assim como lhe Era encarregado de que fiz este termo de Curadoria em que se aSsinou como o dito Juis, Eu Diogo Glz' Morera escrivão dos orfãos o
Escrevi. João Machado de Lima//

Salvador Cardozo de Alm.da

Protesto he Requerimento
que fas João Machado de Lima
Curador deste emventario

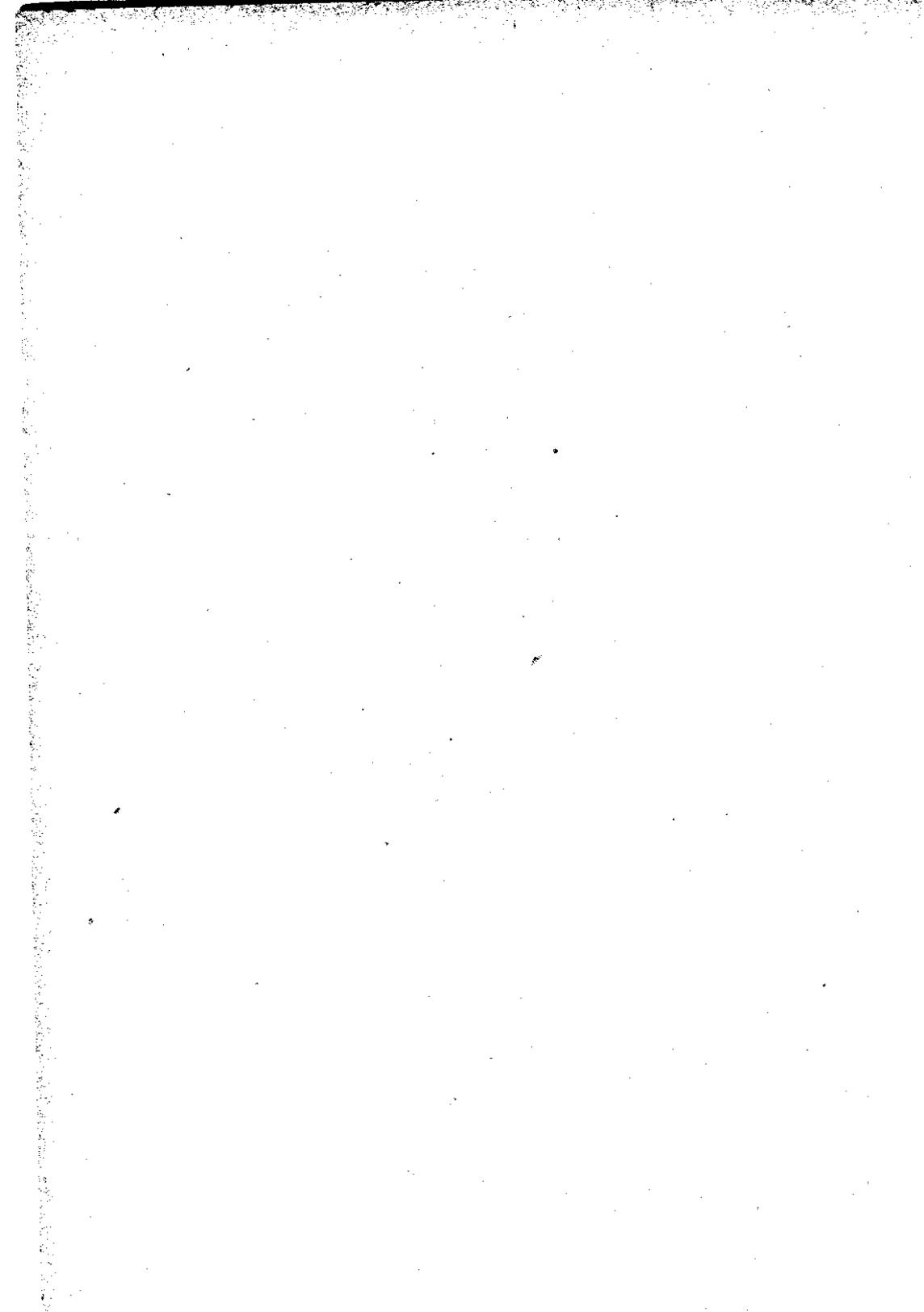
Aos vinte he oito dias do mes de dezembro de mil e seis sentos he setenta he oito annos pr. ser paSado o dia do natal nesta villa de Sam paulo perante o Juis dos orfãos Salvador Cardozo de Almeida pareseu o Cappitam João Machado de Lima Curador deste Emventario pello qual foi dito que em Caza de Fran.co Martis Bonilha estava o negro pertenc-

sente aos seus orfãos deste emventario e que tem perdido pr.^o
..... e Fran.co Mart,s sem lhe que
..... apresentar a Justisa de sua Ma-
gestade pello que protestava pela seguransa do dito negro he servisos dav
a quatro vinteis pr. dia conforme o Capitulo de Correição deo do dia que
pedio a oito dias do mes de dezembro deste prezente mes he hera atras
declarado, he outroSim lhe avia pedido o delle protestante antes q' Elle lho
pediSse e fazendo o dito Fran.co Martís notavel forsa em grande perjuizo
dos ditos orfãos pello que Requeria a Sua merse lhe mandase
o q' lhe tomasse o seu protesto do que fis este termo em que se hade aSi-
nar como dito Juis Diogo Glz' escrivão dos orfãos que o' escrevi.

Salvador Cardozo de Alm.da

João Machado de Lima

(Arquivo do Estado de São Paulo. — Copiado por solicitação do sr.
José Pedro Leite Cordeiro).



**DOCUMENTOS COPIADOS EM PORTUGAL PELO SR. AL-
FREDO MENDES DE GOUVEIA, A PEDIDO DO SR. JOSÉ
PEDRO LEITE CORDEIRO**

— 2.a SÉRIE —

soldos do Brasil ordê q ha
sobre os seus pagam.tos

Fernão da Silveira fez petição a Smg.de em qué pedia lhe mandasse pagar 876\$900 que devião de soldos de posto de Mestre de Campo neste Reyno. Juntou com esta petição hua patente do dito posto que se lhe passou no anno de 1638 p.a hum dos tersos que forão p. o Brasil.

Juntou hua certidão do Prou.or dos Armazens Luis Cesar de que constou que fora com o d.º posto ao Brasil, em comp.a do Conde da Torre, e da Bahia partira para Pernambuco com a Armada em 20 de a.º de 639. e derrotandosse viera para este Reyno com o seu terso do qual se mandara p.te para Catalunha com o sargento mor em Agosto de 640 e elle ficava com a outra p.te p.a ir o q não fizera p. succeder neste tempo a felice restituição de Smg.de e estivera aquy the 17 de junho de 641, em q Smg.de o nomeara ja Alm.te e q em todo o tempo, desde que sahira da Bahia ate o em q o fizerão almir.te não recebera paga nenhũa de m.e de Campo de q se lhe deuia a quantia assima declarada. Ouve vista o Procurador da faz.a e respondeo q pagando a segunda paga da mea anotase fizesse justiça.

Do sobredito se fez cons.ta a Smg.de em q pareceo deuia mandar pagar esta dívida ao Sup.te satisfazendo a segunda paga da mea annatta, visto estar tão impocibilitado.

resolveo Smg.de em 2 de Setr. de 650 que queria saber ã ordens auia sobre e modo com q se auião de faser estes pagamentos.

Satisfez o Cons.º a esta resolução, disendo q por hũa certidão do Prou.or dos Armazens q de novo se lhe pedira constava que pello treslado da patente do Sup.te se via que fora provido no d.º posto em 25 de julho de 638 e se lhe derão quatro pagas por ordem do d.º Cons.º e o que ora pedia erão 876\$900 de seus soldos de tempo q chegara de pernambuco a este

porto, te o dia que fora eleito p. Almirante, e q não auia maes ordens sobre este particular, ouve vista o Procu.or da faz.a e respondeo, q tinha noticia auia ordens para se não pagarem estes soldos atrazados pella falta q auia de dr.º

Ordenou-se aos Escriuaes da faz.a declarassem o q apontava o Procu.or della; responderão q não tinham noticia destas ordens para o que fizerão as dellig.cas necess.ras nos seus escritorios.

O q visto parece ao Cons.º o mesmo q lhe tinha parecido ao q resolveo Smg.de em 21 de julho de 651 que em varias cons.tas do Cons.º setinha resoluto, que os soldos vencidos no Brazil se não podião pagar neste Rn.º por auer para isso m.tas ordens q. o prohibião e as cont.as que tratavão sobre semelhantes pagam.tos se buscassem, e com isso se auiriguaria o q nisto passava = diz a entrelinha que o prohibião.

Satisfez o Conselho a esta resolução dizendo que este pagam.to que pedia o Sup.te não era de soldos vencidos no Brazil se não dos q vencerã depoes de sair, e partir daquelle Estado, te Smg.de lhe faser m.ce do cargo de Almirante da Armada que fora em 17 de junho de 641 e este soldo como se não vencera no Brazil, se não deuia, nem avia de pagar lá, se não neste Reyno, e a consulta inclusa, se não fizera a Smg.de para despencar nas ordens, e resolussões q auia para aqui se não pagarem os soldos vencidos no Brazil, q erão m.tas e m.to notorias, e com parte dellas satisfazia o Cons.º, e so se fazia prezte a Smg.de na dita Cons.ta em que tudo o sobre-dito se referia que sendo esta divida na mayor parte contrahida antes da felice restituição de Smg.de se deuia seruir de mandar se pagasse ao Spp.te pellas rezoes referidas na mesma cons.ta e pque tambem auia ordens e resolussões de Vmg.de para q se não pagassem estas diuidas antigas, entendendosse as contrahidas antes da aclamação de Smg.de sendo q se lhe consultauão para mandar pagar as q fosse seruido. Resolveo Smg.de em 21 de ou.ro de 651 que se ajuntasse exemplo de semelhante pagam.to na forma q se referia, e que reparaua m.to q dizendosse na Cons.ta inclusa, q, não avia ordens para os soldos vencidos no Brasil se não pagassem neste Reyno, se lhe dizia agora q auia m.tas e m.to notorias, e = q lhe fosse logo a copea dellas.

Satisfez o Cons.º a esta resolução dizendo q esta divida não era nem fora contrahida no Estado do Brasil, e que não propuzera, nem lhe parecera, que as dividas la contrahidas conuinha se pagassem neste Reyno, nem este era o ponto e cazo de q se tratava, na d.a Consulta, e so se fizera a effeito de q por esta tal divida ser contrahida antes da felice restituição de Smg.de e assy das q se reputavão antigas, e fernão da Silveira não estava para servir, e auer servido bem, e com satisfação antes de Smg.de ser restituído a estes seus Reynos, e depoes continuando os serviços; e assy parecia q este pagamento se fizesse. Resolveo Sgm.de que lhe fossem as

ordens para se não pagarem neste Rn.º soldos vencidos no Brazil, como tinha mandado, e com isso defiriria ao mães.

Satisfez a esta Resolução o Cons.º dizendo q ordenara se fizesse diligencia no escritorio dos Escriuães da faz.a e nos Armazens, e fasendosse se não achara nos Armazens ordem algũa p.a que Smgde mandasse se não pagassem soldos vencidos no Brazil, como se ve da certidão inclusa de Manoel Barreto de Sampayo escrivão dos d.tos Armazens; nem tambem se achara nos maes escritorios, excepto no de Fran.co Guedes Pereyra, que achará alguas const.as que se fizerão a VMgde sobre o pagam.to dos ditos soldos, e era as q se continhão na certidão inclusa com o q pareceo o mesmo q tem parecido resolveo Smg.de em 21 de Dez. de 651 que se pagasse esta divida, visto ser este soldo, vencido na viagem e não no Brasil. (Biblioteca d'Ajuda, cód. 50 — V — 32, fl. 354 e 354 A).

* * *

Degradados para o Brasil, e Africa se mandam às galés por aquella ves.

Governador amigo. Porquanto sou informado, q a maior parte dos degradados do Brasil, e Africa não cumprem seus degredos. Hei por bem, q vós com o Corregedor Diogo d'Affonseca do meu Dez.º, e mais Dez.res que para isso ordenares, possais commutar os tais degredos para as galés conforme ao estilo, que nisso há, e pello tempo, q a vós e à elles bem parecer, posto q ja estem condenados para as ditas partes: e assim podereis mandar servir às galés os presos, q houver mais de quatro meses q são presos: e pelos autos, inquirições ou devaças parecer, q estão em condenação. V.a Cardeal 30 de Dezembro de 567 fol. 60.

(Biblioteca d'Ajuda, Pasta 44 — XIII — 32,
fl. 110).

* * *

Lembrança dos officiaes Mineiros, fundidores, ferreiros, & Sarralheiros q leuão aos governadores abaixo nomeados p.a as Conquistas deste Reyno, e dos ordenados q leuarão des o ano de 86 te o de 604 —

O Gor Dom fran.co dalmeida levou p.a o Reyno de Angola —

Hũ mineiro fulano godoy cõ duzentos mil rs de ordenado por ano	200\$000
Hũ fundidor cõ ordenado de outros duzentos mil rs por ano .. .	200\$000
Hũ sarralheiro cõ setenta mil rs de ordenado por ano .. .	70\$000

Hũ ferreiro cõ sesenta mil reis de ordenado por ano	600\$000
Hũ mestre de fazer carros, E repairos de artelharía cem mil rs. por ano	100\$000

Dom fr.co de sousa leuou p.a as Cap.nias debaixo & minas de S. V.te
no estado do Brasil —

Hũ mineiro cõ quinhentos tt.os (cruzados) de ordenado cada ano	200\$000
levou a fulano godoy cõ outro tanto ordenado	200\$000
levou dous fundidores, cõ cem mil rs de ordenado cada hũ por ano	200\$000
levou a Mestre Cristoval Lapidairo (lapidario) de Esmeraldas quatrocentos cruzados de ordena (sic) por ano	160\$000
levou outro mestre de adubar perolas com outros quatrocentos ttos de ordenado por ano	160\$000
levou hũ ferreiro e mestre de fazer & conçertar foles cõ cem mil rs de ordenado por ano	100\$000
todos Estes officiais & outros forão com promessas de q auendo effecto as minas lhe faria S. Mg.de Conforme a calidade & seruiço de cada hũ as ms (mercês) q fosse seruido, E ouverão todos ajudas de custo p.a suas embarcações antes de partirem.	

Em tempo dõ G.or Diogo botelho foy as minas de S. Vte hũ alemão mandado vir de Alemanha por ordem do meirinho mor cõ mil E quinhentos ttos por ano	600\$000
Hũ interprete E lingua q cõsigo leuava por dia quinhentos rs.... tãobem estes dous leuarão quinhentos ttos de ajuda de custo pa suas embarcações	160\$000
Depois foy as mesmas minas hũ frade Agostinho castelhano de nação grande mineiro cõ mil E quinhentos crusados de orde- nado por ano	200\$000
A este se derão mil ttos de ajuda de custo antes de partir daquy	600\$000
A este se derão mil ttos de ajuda de custo antes de partir daquy	400\$000

Com Salvador correa de Sãa mandavão as mesmas minas E
as de Esmeraldas

A hũ mineiro cõ quinhntso ttos de ordenado por ano, e com cem cruzados de ajuda de custo antes de ir, e não quis asseitar	200\$000
Hũ fundidor cõ cento E sesenta mil rs de ordenado por ano	40\$000
E cem ttos. de ajuda de custo, E não quis asseytar	100\$000
Hũ mestre de Esmeraldas cõ oitenta mil rs de ordenado por ano e Cem ttos. de ajuda de custo	40\$000
A hũ mestre de Esmeraldas cõ oitenta mil rs de ordenado por ano e Cem ttos. de ajuda de custo	80\$000
E outros tantos de tença pa. deixar a sua molher. E não quiz asseytar ..	40\$000

E a cada hũ destas promeças de se lhe fazer um auendo affecto o q hião, E assy se foy Salvador correa sem leuar nehũ destes officiaes.

A Gpar bernardes mineiro & fundidor dizer q dauão o ano passado de 619 oitenta mil rs de ordenado & çem tt.os de ajuda 80\$000
 custo pa. ir as minas Manomotapa, E não quis asseitar 40\$000
 Hũ castelhano ã la foy cõ seu filho dizem q foy cem ordenado E que somente lhe derão bitenta mil rs por duas vezes de ajuda de custo 80\$000

(Biblioteca d'Ajuda, cód. 51-VIII-25 fl. 11 a 12 vº.)

Tem no verso: O que se deu Aos mineiros q se mandarão.

* * *

Provisão dos 20 homês do gor. dom francisco de souza pera o brasil f. 24.

Eu el Rey faço saber aos q este meu alvará virem, q eu ey por bem E me pras; q dom francisco de souza do meu Consº q ora invio por g.or das partes do brasil possa leuar vinte homês pera seu s.co, e auera cada hum delles a resão de 15\$ rs. (quinze mil reis) por ano, de seu soldo e mantimto; q he outro tanto come ouve cada hum dos vinte homens q leuou o g.or mel telles barreto q ds perdoe; os quaes lhe seram pagos aos quarteis do anno no thesoureiro das rendas da Cid. de saluador da baya de todos os Sanctos; pello q mando ao thesoureiro da dita Cidade, q ora he e ao diante for, q de e pague a cada hum dos vinte homes do dia em q o dito gor chegar ha dita cid.e em diante os ditos quinze mil rs. aos qarteis de Cada hum anno, e pello treslado deste aluara, q sera registado no Lº de sua despa pello escriuão de seu carguo com conhecimentos dos ditos vinte homês, e cêrtidão do dito gor. de como servem; lhe sera leuado em conta a q lhe assy pagar na dita manra e este hey por bem q valha e tenha forsa e vigor como se fosse carta feita em meu nome por my asinada e passada pella chancelaria sem embargo da ordenasão do 2.º Lº titolo 20, q o Contrario dispem luis fig.ra a fesem lxa . a 12 de feuro 1591 dº de paiua o ves escrever.

POSTILHA

E posto q no aluara acima escrito digua, q os vinte homês nelle contiudos comesarão a venser seus ordenados do dia em q o gor dom frco de souz chegar ao brasil em diante, ey por bem q comessem a venser os ditos ordenados, do dia q desta Cide. partir o dito gor pera as ditas partes em diante, q justificarão nellas pelos offes. e gte. de nauio em q for; e com esta declaração se cumprira o aluara como se nelle conuem, e assy esta postilla q não passara pella Chancelaria, e do conteudo nellas e foram verbas nos registos do dito aluara; q estam nos los de minha fazda e da

Caza da mina, e chancelaria, e nos das merções de q passaram suas certidões os offes. q as poserem, pero de paíua o fes escrever em 1xa a 19 de março 1591. (Biblioteca d'Ajuda, cód. 51 - V - 24 fls. 21) — laudas 1 a 4.

* * *

Em Carta de Smde. de 31 de Outubro de 606.

Vy tres Consultas do Cons^o da India hua sobre as Ilhas de martim Vaz q Diogo Botelho gou.dor de Brasil mandou descobrir e hey por Bem q se lhe agradeça por Carta Minha (q virá para Eu assinar) o ser.ço q visto me fez E se lhe signifique que o terey Em lembrança para lhe faser. Por este respto a merçe q ouuer lugar E que lhe ordene q faça logo vir a essa Cide. o Piloto q fes o dito descobrimto E envie os autos que avisou se fiserão do q se achou Em hua das ditas Ilhas para se verem no Cons^o da India E se ouvir o dito Piloto E com a Informação q por Estas vias se tiuer da disposição da Ilha E do beneficio de q Pode ser se tratar do q toca a sua povoação cultura E fortificação E enquanto as Cappnias do maranhão de q tambem tratta a dita Consulta breum.te mandarey resolver E avisaruos o q visto ouuer por bem q se faça outra sobre hum diamente q o Viso Rey dom martim A^o (Afonso) de Castro me Escreueo q me Emuira (sic) El Rey de bisseaga (?) E sobre as dividas q Aires de saldanha ficou deuendo a minha faz.da E hey Por bem q toda a tazda. E pedraria do dito Aires de Saldanha E de xpouão (Cristovão) mendes seu criado q lhes ouuer vindo nas naos dos anos atraz E nas duas q chegarão Este anno E as q lhes vier nas q faltão Estando na Casa da India ou Em qualquer parte q forem achadas, se Embarguem, E depositem em maos de offes. meus fazendosse inuent^o. de tudo E q por nhum Caso se Entreguem a seus herdros. ainda que dem fiança nem se disponha Em outra algua forma das ditas faz.as ate não hauer outra ordem minha E q o doutor luiz Casto de britto tire Deuassa das Ps.as (pessoas) q Dêsemcaminharão pedraria ou outras faz.as das ditas duas naos q vierão Este ano E q constando por ella ã os herdeyros de Aires de Saldanha tem recolhido algas se lhes tome seu depoi.m.to com juram.to do que ouuer em seu poder E se deposite na Casa da India onde Estará em deposito p.la man.ra q mando se faça ao mais q se achar (E outra sobre Jo. (João) pra. (pereira) de Caldas q foi morto na Capnia de São Vte do stado do Brasil de q Estaua prouido E porq Este Caso he nouo E em q a falta de riguroso E exemplar castigo causaria muy perjudicial consequencia hey por Bem que ao Governador daquelle stado se Escreua q ordene ao ouvidor geral delle q vá a dita Capitania tirar deuassa de como isto succedeo E faça toda a diligência possivel por prender os Culpados disendolhe de minha parte que de o não faser com effeito me hey de auer por muy desseruiço delle E q Em caso q Isto não baste para serê presos faça o dito governador lançar bando q as pessoas q

Prenderê os delinquentes na dita morte se dará logo com Efeito a merçe de Dr^o (?) q lhe parecer a ql se nomeará logo ou sendo culpados em alguns delictos como não Excedão o desta morte se lhes perdoarão E tanto q Por qlquer destes modos se prenderemos delingtes se fará delles comprimto de justiça plo dito Ouvidor geral com toda a mayor demonstração que Elle permitir sem apelação nem agrauo porq a tudo obriga a Calide E exorbitancia deste caso Em comendouos q façais logo saber ao Con^o. da India a Resolução q ouve por Bem de tomar nestas Consultas E q Em Conformide Della se fação os Despachos necessarios E venhão com a prs correo para Eu os assinar.

Chruão Soares (Cristóvão Soares)

(Biblioteca d'Ajuda, Cód 51-VIII-48, fl. 107).

Protesto he Requerimento
que fas João Machado de Lima Cura-
dor deste emventario

Aos vinte he oito dias do mes de dezembro de mil e seis sentos he setenta he oito annos pr. ser paSado o dia do natal nesta villa de Sam paulo perante o Juis dos orfãos Salvador Cardozo de Almeida pareseu o Cappitam. João Machado de Lima Curador deste Emventario pello qual foi dito que em' Casa de Franco. Martis Bonilha estava o negro pertensente aos seus orfãos deste emventario e que tem perdido pr.^o..... e Franco. Martis sem lhe que aprezentar a Justisa de sua Magestade pello que protestava pela seguransa do dito negro he servisos dava a quatro vinteis pr. dia conforme o Capitulo de Correição deo do dia que lhe pedio a oito dias do mes de dezembro deste prezenté mes he era atras dclarado, he outroSim lhe avia pedido o' d'elle protestante antes q' Elle lho pediSe e fazendo o dito Franco. Martis notavel forsa em grande perjuizo he perda dos ditos orfãos pello que Requeria a Sua merse lhe mandasse e q' lhe tomase o seu protesto he Requerimento de q' Digo em que se lhe estimase este protesto de que fis termo em que se hade aSinar com o dito Juis Glz. escrivão dos orfãos que o escrevi /

Salvador Cardozo de Almida.

/ João Machado de Lima//

(Arquivo do Estado de S. Paulo. Copiado por solicitação do Sr. José Pedro Leite Cordeiro).

SNR

Por carta 1º de setembro dei conta a V. A. do q tinha obrado no sertão, e como estava pera sahir a diligca das Minnas. que dizião de Pratta, adonde fui com os offes da officinna, e Camara desta Villa, como V. A. vera pellos termos encluzos, Mas não me sey deliberar adonde ouve o emganno destas pedras, que bem pode ser fossem criadouros na face (?) da terra, Mas pera que se não voluesse a continuar em estes desbarates de Bettas (que o não são) se não huns Corregos de Agoa, que passão por huas penhascarias mandei sahir destes destritos ao Pe fr. João de granica (?) e aos officiais da officinna, que já auião feito deyzassão de seus officios, deixei nas suas cazas, pa averiguassão dos descaminhos que todos tres officiais fazião no quinto real de V. A.

Tãobem, que a Minna que dizem de ouro, e não achey (...) dandosi-se alguas cauz, se achão alguas pedras crivadas a modo dessa pequenina que remeti a V. A. mas isto não he geral sendo mto particularmente (...) deste Parnagua não tem V. A. q esperar Minnas de Be ta de Pratta, nem de ouro, a meu entender (...) tenho feito as diligas bastantes aserca de...) (...) capás pa que se possa (...) que dispondo (...) na mesma datta hira em aumento (...) vassalos pobres de V. A. se aumentarem (?) (deve estar certo) Dez do tempo que cheguei a Parnagua (...) de V. A. 1\$709 (...) outavas de ouro que (...) João da Rocha Pitta, leou da ofc...) (...) que V. A. conhessa o desca) (...) em 18 anos da Provedoria de (...) seus offes. emportou por todo este tempo (...) 1\$679 outavas e Meya, e a Mayor pte (...) (...)pendido em soldos, e aluguez de cazas (...) (...)mente acho em hum Livro de cargua que ha ne...) ofecinna, e outro de dezcargua, que os mais divião de levar o caminho que levou o quinto real, q he vergonha hua Devassa que remeto ao Dtos Sencicante pa prover nella o que for justiça. Mas meu parecer era, que só se castiguace hum (...) exemplo dos Mais. V. A. he Sor das Vidas (...) for servido.

Tambem (...) V. A. (...) tomado outra Minna que trabalhada pellos Indios rendeo 55 outavas, e asim Mais outras (...) Velhas que renderão 58 outavas que por (...) sento e treze outavas que se entregarão (...) ao Thezro de Minha admenistrassão.

Remeti a V. A. (...) graos de ouro q peção 61 outavas e Meya (...) mattivos ha poucos de seu tamanho (...) partio hum dellez com hum facão.

Tambem (...) por Carta da Datta como a minha (...) pello sertão as furnas onde ha (...) ... ver se o podia achar de Betta (...) (...) são emcluza, o não posso fazer (...) de Mantimtos nem frutas no sertão (...) que mandei faser ficção dous Mezes (...) dita paragem, e os rattos que naquel-

las pa...) (...) imensos, as destruem todas, com o q estou (...) a sahir desta Villa a Mais presto que puder (...) são Paulo, e dahi passar a Sábara-bosú se minha vida alcansar a isso, por que as notícias que tenho são de caminhos mto esterris, e fragozos, e so me alcansara o seruisso de V. A. que esse trago diante dos olhos sempre, em todo o Mais mandara V. A. o que for servido, q eu prostado a seus reais peis estou pronto a obedesser a mto alta, e mto Real pessoa de V. A. gde Deos como seus Vassallos auemos Míster. Parnagua e de feureiro 18 de 680.

Don Rodrigo Castel Blanco.

Despacho do Cons^o Utr^o

Ao Cons^o P. fasser prezente a V. A. o auizo que faz D. Rodrigo Castel branco sobre a delligencia a que foi das Minnas de Prata e oiro; ao sitio de parnagua; e que V. A. deve ser servido ordenarlhe que elle faça Regimtos que deixe nas offiçinas pa o bon governo, e arrecadasão dos quintos, e no Regimto (,) e fassendo Jornada pa a serra de sarababuçu averigue disponha a forma com que se hade (...) se ha naquellas paragens algua Minna as barretas (?) (de beta?) e com o dezegano; se podera recólher pa este Reinno per se escussar gastarensse soldos infrutiferamente. Lxa. 7 de Outr^o de 680 e que achando dara conta e não a achando

(com 5 rubricas)

No verso: Parnagua — em 14 de feuro 680. De Dom R^o Castel branco Da Conta do q tem obra na aueriguação das minas, E de Como intenta fazer jornada a Serra de Sarababaçu.

(A.H.C. — S. Paulo, papéis avulsos, 1680).

Snor.

Diz Salvador Correa de Saa governador do Rio de Janro que a elle lhe he necessario por mais duas Vias assinadas pella mão Real de V. Mgd. as provizois porque V. Mg. lhe fez mrce da administração das Minas de São Paulo e de q uzase dos poderes que tiuerão os governadores Dom franco de Souza e Antonio Salema e de q guzasse do soldo de Mestre de Campo plo que

P. a V. Mgde lhe faça mce mandar pasar e Rm.

Faceselhe como pede. Lxa. 26 de junho 641.

Rubricas ilegíveis de:

Marqués de Montalvor (?) Rodrigo Botelho e Antonio das Póvoas.

No L^o da caza q serve na faza del Rey Nosso s. e a Repartição da India a fls., 302-325 e 327 vso. estão os Registos sgtes

Salvador Correa da Sá y Benauides

Eu El Rey vos invio mto saudar; Vi o q me escreuestes em dez de janro deste anno do prejuizo q recebia minha faz.a; de não terem as Minas de São Paulo administrador, e de estar aberto caminho pa ellas plo certão, de q procedia faltarem os dtos do ouro; Pedindome nos concedeçe a administração na forma que se teue nosso auo Salvador Correa; esta matra. se fica uendo; e entretanto nos encomendo façaes com q o caminho do sertão se serue, e as minas corraõ como em t.po de nosso ano não se defraudando os direitos que pertencem a minha faz.a; fazendoas benificiar para que se tire dellas a utilidade que de antes, do modo q o fazia nosso auo; Escrita em Lxa. a quinze de Novtro de mil e seis centos e trinta e nove. Margarida.

Sñr.

Neste cons^o se virão os dois papeis que com esta consta se imuião a V. Mgde sobre o subir da Moeda no Rio de Janeiro e mais capitania, dados pelo Procurador daquella cidade João de castilho pinto e outro pello capitão Diogo Miz Madeira e porque esta matra. he da importancia que he prezente a V. Mgde e juntamente que aja, moeda de cobre na forma em que relatão os papeis.

Pareceo a dom Miguel dalmeyda e ao Marquez de Montalvão, que primeiro de tudo é de se dizer a Vmgde o que nisto se deve fazer se devia dar conta a Vmgde imbiandolhe os ditos papeis, para que parecendo a Vmgde se trate desta Matra se faça e conste a Vmgde precedendo todas as informações e diligencias necessras para milhor vir no conhecimto della.

E ao Doutor francisco de carv^o e Rodrigo Botelho, parece que este papel dado por João de castilho pinto que diz ser procurador daquelle povo e mais cidade do Rio de Janeiro não mostra bastante poder para este negocio, comtudo pella importancia e qualidade delle se deve tomar informação pelo juiz e officiaes da casa da Moeda, para que com ella se de conta a Vmgde e se lhe consulte o q se julgar ser de mayor serviço a respeito do bem comũ do Reyno.

E o marquez de Montalvão acrescenta que os moradores do estado do Brazil pedirão isto mesmo estando elle marquez no dito estado de que avia dado conta a El Rey de Casta.

Lxa 3 de Sbro 1642.

Marquez de Montalvão. — Dom Miguel dalmda
Rodrigo Botelho. Franco de Carvalho.

A margem:

Tomadas as informações necesarias se me consulte a materia dos memoriais inclusos. Lxa. 3 de Outubro de 642.

Rubrica ilegivel de D. João IV.

Copia

O Treiz e mais officiais da caza da moeda desta Cidade vendo os memoriais incluzos de Diogo, Miz Madra e dos offes da Camara da Cidade de Sam sebastião do Rio de Janro e tomando todas as noticias que lhe parecerem necessarias informem sobre a materia com seu parecer cõ a mayor brevidade que for possivel apontando todas as conveniencias e inconvenientes q se lhe oferecerem. Lxa. 6 de 8bro 642
foi a 6 de 8bro 642.

Sñor,

A Camara da cidade de são Sebastião do Rio de Janeiro em dois cap.os de carta escrita em 4 de fevro deste ano prez.te diz a V.mgde que há poucos dias que aly chegou hu barco da Bahia em que foi hu commiss.rio mandado pelo governador geral com ordem para se cunharem aly as patacas e meas patacas o que se ficava já continuando e parecendolhes e daquelle povo, a mandava tambem para que o dr. do cunho pertencente a V.mg.de se gastasse na mesma terra, e se applicasse, ou para o sustento do prizidio, ou para as fortificações della; mandou lho levassem a Bahia, couza que aquelle povo não avia aceitado bem, queixandose geralmente q na ocazião em que se esta dezentranhando, e tirando de sy o q não pode para a cobrir ao q V. mg.de lhes ordena, o governador geral applicava este dr.º para a Bahia, em t.po que aquella praça estava tão miseravel e atrazada e em especial tão desmantelada, e se bem nesta ocazião o senificarão ao dito g.or dandolhe as mesmas razões q nesta pedindolhe applicasse o dito dr.º. para estes effeitos, receavão o não fizesse, porque como não estava presente não via estas necessidades, pello que pedião humilmente à V.mgde seia servido mandarlho aplicar, para que com o dito dr.º, o capitão mor Luiz Barbalho como tão zeloso do serviço de V.mgde possa empregarse nelle como dezeia, fortificando aquella cidade para poder rezestir a qualquer invazão do enemigo, desvelandose como faz com o novo avizo que agora teve de Vmgde e he sempre o primeiro no trabalho, carregando as costas a faxina e applicandose a tudo o mais, de manra que a seu exemplo, os moradores tirando forsas de fraqueza acodem a sua obrigação; que o esencial daquella barra para que possa ficar segura de qualquer perido, he hua fortaleza que pode fazerse na lagem della, couza que por varias vezes V.mgde. tem encomendado aos capitães e governadores e agora novamte o applicava o governador geral, porq até gora, se não pode comseguir por não aver dir.º. para isso dezejando-o tanto aquelles moradores pella utilidade de que he, que fizeram avizo a V.mgde lhes fizesse merçe de hua provizão para poderem vender os chãos que o cons.º. tem na varja e praia daquella cidade, parecendolhes que com este dr.º. e os rendimentos dos mais effeitos se podesse fazer mas como isto cahio tão depancada; acharão que não sera posivel, salvo se for com o que se tirar do cunho e diz o capitão mor Luiz Barbalho,

que se atreve a fazer a dita fortaleza com trinta mil cruzados em dr^o, e sera a cousa de mais consideração que avera naquella praça com que ficava segura, e como elle deve avizar sobre este, e os mais particulares, a sua seremt...).

Que até qui he a copia da carta que escreverão a V.mgde por via da Bahia, o que de novo se offereçe he que chegou em janeiro proximo passado aquella cidade João de castilho pinto procurador della de quem receberão a carta de que V.mgde lhes fez merçe tão chea de favores e merçes quaes podião esperar da grandeza de V.mgde em cuia compra. lhes imviou o thzro da caza da Moeda desta cidade hua carta em q lhes ordenava mandassem naquella cunhem as patacas e meas patacas, para cuio effeito remeteo sincoenta ferros de cunhar, e porque se tinha antecipado nesta matra o geral, como atras referem não quizerão tratar de fazer nella novidade, e se hia continuando pela ordem do dito governador, enquanto Vmgde. não ordenar o contr^o e o dr^o. que vay rendendo o dito cunho, se mete em hua Arca em que esta depositado até Vmg.de mandar o que ouver por seu Real serviço, de cuia grandeza esperavão lhes fizesse merce mandarlio aplicar para os effeitos que pedião, pois redundava em tão particular serviço de V.mgde e bem daquella çidade, e sendo asy estava o povo de animo de acunhar todo o dr^o meudo que na terra ouver, cuia quantidade entendião ser muito mayor que a das patacas e meas patacas, no que de prezente não quer vir pella desconfiança em que esta de que se tire da terra, em conformidade da ordem do governador geral, a qual em alguão maneira lhes parece excede a de V.mgde.

O que visto pareceo dizer a Vmgde. que o dr^o. que procedeo do cunho das patacas tem Vmgde mandado estar em ser para os socorros de Angola, e asy se tem escrito a camara e ao governador do Rio de Janeiro e per esta rezão se não pode aplicar a fortaleza, porém que Vmgde se deve servir de mandar que se continue o cunho do dr^o meudo e que o que proceder delle se aplique a dita fortaleza da lagem porque com isso os obriga Vmgde a que levem o dito dr^o ao cunho o que de outra maneira não farão; o povo ficava contente de ver que V.mgde lhe differe e animados para ajudar com o que faltar, e V. mgde bem servido com a praça fortificada e defensivel. L.x.a a 19 de Julho 1644.

Marques de Montalvão. — Jorge de Castylho. Jorge de Albuquerque. João Delgado fig.ra.

A margem:

Como parece com declaração q do dr^o. do cunho das paticas q estava aplicado ao socorro de Angola se gaste tãobem ametade na mesma fortificação. L.x.a 22 de Julho de 1644. E a outra ametade se não despenderá senão no socorro.

Rubrica ilegivel de D. João IV.

Estas plantas se remetão logo ao p^o J^o de Cosmandor (?) pa. q os veja e diga o q sobre ellas lhe parece encomendando-se-lhe da minha parte q não nas aprovãdo faça outra. Lxa. 2 de Agosto de 645. Assinatura ilegivel de D. João IV.

Sñor,

V. Mgde. pella resolução posta a margem desta consulta foi servido mandar que a metade do dr^o do cunho da Moeda se gaste no socorro de Angola, e a outra metade na fortificação de que trata a dita const.a e tratandose por este cons^o. a forma em que se hade fazer a dita fortificação, se ordenou por elle ao Architecto João de Balhesteiros tomasse todas as informações necessarias do sitio da fortaleza da lagem, ouvindo os homes do mar, para saber o fundo della, e á João Lopes Barbalho sobrinho de Luis barbalho que aly foi gov.or e juntandose todos em casa do secretr^o Afonço de Barros caminha, por asy se ordenar por este cons^o, fez o papel de que vay a copia a Vmgde. e as plantas da lage e da fortificação que se hade obrar de que parece dar conta a V.mgde. para que sendo servido se escreva ao capitão mor e governador daquella praça que vendo esta informação e a planta e tudo o mais que se aponta, se disponha esta fortificação na melhor forma que poder ser para deffensão e segurança daquella praça, porquanto feita muita deligencia se não acha emgenheiro, e avendo se lhe inviara com toda a brevidade possivel. Lxa. a 19 de Mayo 1645. Marquês de Montalvão — Jorge de Castylho — Jorge de Albuquerque — João Delgado figra.

Sñor,

Domingos Joseph morador nesta cidade, fes petição neste cons^o, em que diz que ha dezoito anos que serve a Vmgde. na caza da moeda della de moedeiro cõ mta. satisfação, e poeque tem noticia q Vmgde manda se faça casa da moeda no Rio de Janeiro ou São Paulo e elle suppte nem todas as partes para servir de capatas da dita caza e se quer embarcar, pede a V.mgde lhe faça merce do dito officio de capatas mandandolhe sinalar o ordenado avendo consideração a ser tão distante deste Reyno, e hua ainda de custo para se aviar e embarcar com salvador correa de sá.

Sobre a petição referida informou o juiz e thezro. da caza da moeda desta cidade, dizendo q naqla caza se da ao capatas q lavra o ouro q nella entra em barras a sesenta rs e meyo de feitio de cada masso de ouro que entrega lavrado feito em moedas meas e quartos cunhadas e branquiadas, e de tudo acabadas, e destes sesenta rs e meyo paga ao cunhador, e todo o custo que fas, e que parece que isto não pode aver effeito, nem entenderse na caza da Moeda que Vmgde. he servido mandar abrir no Rio de Janeiro pella incerteza que ha de aver ou não ouro que se lavre, porq não he justo hir o suppe. deixando sua molher e filhos, e acharse em terras estranhas, sem

ocupação, nem rendim.to de officio, pelo q lhe parece e aos officiaes daquelle caza, se lhe não deve pagar por massos, nem dar os ditos sesenta rs de seu feitio; e se lhe deve dar ordenado por ano ate duztos. cruzados para poder passar comodam.te trabalhando ou não trabalhando, e de ajuda de custo para sua embarcação e aviam.to vinte mil rs.

Pareço ao cons^o que Vmgde deve ser servido mandar que se dem ao suppte oitenta mil rs visto a imformação referida, e que os sessenta rs e meyo caso q os aja fiquem para a fazenda Real, e de juda de custo se lhe devem dar dezasseis mil rs. Lxa. a 23 de Novembro de 1644. Jorge de Castylo. Jorge de Albuquerque. João Delgado figra.

Sñor,

Para se satisfazer a resolução que Vmgde. foi servido tomar nesta consulta e na outra que com esta vay se ordenou a Salvador Correa de Sa declarasse se tinha prevenidos os mais officiaes que erão necessarios para estas fabricas como Vmgde manda, e respondeo que com estes dous homens bastão per hora porque o emsayador Antonio Rodrigues e abridor d'Armas he orives e cunhador, e o capatas Domingos Jose para o mais que he necessario com elle, e que por hora não são necessarios mais pessoas porq para o mais trabalho não falta la gente, e que comecem que se de ordem a estes homes logo para embarcarem. Com q o Conselho satisfaz a o que Vmgde. manda pellas ditas resoluções. Lxa. a 9 de Dezembro de 644. Marques de Montalvão — Jorge de Castylo. Jorge de Albuquerque. J^o Delgado figra.

A margem:

Diga o Cons^o se estão prevenidos os mais officiaes q são necessarios pa. esta caza porq hus sem os outros não podera ser de effeito.

Lxa. 28 de Novembro de 1644.

(Rubrica ilegivel de L. João IV).

Como parece há despesa hade ser do rendim.to das minas Lxa. 17 de 1644. (Rubrica ilegivel de D. João IV).

Sñor,

Ant^o Roiz de Mattos morador nesta cidade, fês petição neste cons^o em que a sua noticia veyo que Vmgde mandava fazer caza da moeda no Rio ou São Paulo; e porque elle suppte he emsayador e destro em tudo o que pertence ao lavrar da moeda, e quer hir cervir a Vmgde nella; Pede a Vmgde lhe faça merce de o prover no officio de emsayador da dita caza mandandolhe sinalar salario, e dar uma ajuda de custo para se aviar e embarcar com Salvador Correa de Sá, avendo respeito a ser parte tão distante.

Sobre a petição referida informou o Juiz e Thezoureiro da caza, da moeda, dizendo que o emsayador della tem de ordenado seis mil e sem

rs por ano e de cada emsayo de ouro que fas duzentos e quarenta rs, pagos por conta das partes e poe elle a agoa forte e todos os mais materiaes necess.ros á sua custa, que serve juntam.te de abridor dos cunhos com o que tem de ordenado quarenta mil rs e estes são os q leva, porquanto não pode levar dois ordenados, o supp.te que hade hir por emsayador ao Rio de Janeiro, se lhe deve dar ordenado bastante para sua sustentação, porq.to não hade levar os duz.tos e quarenta rs de cada emsayo que fizer, visto q a agoa forte e os mais materiais necess.ros vão por conta da fazenda de Vmgde. e asy o menos que lhe podia dar, parece que são cem mil rs por ser officio de mayor e mais confiança que ha na caza da moeda, e o supp.e ser boa pessoa, ourives do ouro, que aprendeo em Sevilha com o emsayador da caza da Moeda da mesma cidade e que pella certidão jurada do emsayador daquella caza, consta estar o suppte. sufficiente para poder emsayar ouro e exercitar o dito officio, e de ajuda de custo para a jornada trinta mil rs.

Pareço ao cons^o. que Vmgde deve ser servido mandar que se dem ao supp.te oitenta mil rs de ordenado que he outrotanto mais do que a que tem, porquanto hade passar o mar e exercitar dois officios, de emsayador e abridor dos cunhos, com declaração que não levara os duzentos e quarenta rs de que trata a informação referida, os quaies se cobrarão para a faz.a Real e de ajuda de custo lhe deve Vmg.de mandar dar dezasseis mil rs visto a informação do dito thezoureiro.

Lisboa a 23 de Novembro de 1644.

Jorge de Castylho — Jorge de Albuquerque. — João Delgado fig.ra.

Sñor,

Para se satisfazer a resolução que V. Mge foi servido tomar nesta consulta e na outra que com esta vay se ordenou a Salvador Correa de Sa declarasse se tinha prevenido os mais officiaes que erão necessários para estas fabricas como V. Mge. manda, respondeo, que com estes dous homê. bastão por hora porque o emsayador Antonio Rodrigues he abridor de armas e orives e cunhador, e o capataz, Domingos Joze, para o mais que he necessario com elle, e que por hora não são necessarios mais pessoas porque para o mais trabalho não falta la gente e que comecem se de ordem a estes homê. logo para se embarcarem com que o Conselho satisfaz o q V. Mge. manda pella.s ditas resoluções. Lxa. 9 de Dezembro de 1644.

Marquez de Montalvão — Jorge de Albuquerque — João delgado fig.ra.
— Salvador Correa de Sa y Benavides.

à margem: Saiba o Cons^o se estão prevenidos os mais officiaes para esta Caza e quantos hade haver nella. Lxa. 28 de Novembro de 1644.
- Rubrica ilegivel de D. João IV.

Sñor,

V. Mge. foi servido mandar por resolução de 22 de Julho do anno de 644 que a metade do dinheiro do cunho da moeda do Rio de Janeiro se gastasse na fortaleza que se ha de fazer na lagem daquella Capitania, e que o dr^o do mesmo cunho da capitania de São Vicente viesse tãobem à mesma capitania, e porque se diz neste Conselho que estas hordens chegarão a tempo que o dinhr^o da ditta capitania de S. Vicente que herão doze mil cruzados, esteve já na Bahia e assy mesmo sette mil cruzados do do cunho do Rio de Janeiro; E por falta deste dinhr^o não se ter obrado o fazerse a dita fortza da lagem, como Vmg. tem ordenado, pla importância de que sera.

Pareço a este Conselho que V. Mg.de deve mandar ao Gov.or G.I e Provedor mor de sua faz. do Estado do Brazil q estes dezanove mil cruzados se tornem a mandar ao Rio de Jan.ro, para se metterem no cofre das tres chaves, e delle se tirarem para se despenderem na fortaleza q V. Mgde tem mandado fazer, conforme suas hordens; E que o resto que faltar se suppra, da vintena e do maes que está em depóziro, proscedido do dito Cunho. Lxa. 20 de nov.ro 1645.

Marquez de Montalvão — Jorge de Castylho — Jorge de Albuquerque — João del.do fig.ra — Paulo Rebello — Salvador Correa de Sa y Benavides.

À margem: Como parece. Monte Mor 1 de Dezembro de 1645.

Rubrica ilegivel de D. João IV.

Treslado do aviso que veyo do Provedor das Minas de Sam Paulo Bertolomeu f.z de Faria sobre as minas de ouro.

Chegou a esta villa a treze de junho o capitão Gabriel de Iara a manifestar hũas miņas de ouro que descobrio no pernagoa e apresentou algũas pedras que mandei fundir pellos officiaes da caza da fondição pelo modo seguinte a saber coatro onssas e meia dessa amostra que vai a mais piquena derão coatro outavas de ouro malpezadas que he essa amostra que vai a vossa senhuria, e e dezassete onssas da mesma pedra derão seis outavas e meia de ouro fundiramse mais coatro onssas de pedra muito baixa e deu sessenta reis de ouro, fundaram-se mais duas livras desta mesma pedra, derão hũa outava de ouro, fundisse mais hua livra e seis onssas de pedra que deu hũa outava de ouro a bondade e os quilates vera vossa senhuria que dis o fundidor tem vinte e três, essa amostra não entrou nos quintos de sua magestade, que hũa tomou para remeter a vossa senhuria o qual treslado de capitulo de carta eu Gonsalo Ribeiro barbosa escrivam da correisam e ouvidoria geral e justificações nesta cidade de sam sebastiam do Rio de Janeiro e das mais capitancias desta repartiçam

do sul por sua magestade fiz trasladar bem e fielmente da propria carta que fica em poder do senhor governador duartê correa vasquianes que ma apresentou e o corri e consertei com o official comigo abaixo assinado subscrevi e assinei nesta dita cidade aos tres dias do mes de setembro de mil seis sentos e corenta e oito anos.

Consertado por mi escrivão G.lo Ribeiro Barbosa.

G.lo Ribeiro Barbosa.

Sñor.

Com a vinda do mestre de campo João furtado que o G.or e capitão geral do Brasil mandou de avizo em hũ Pataxo que naufragou nas costas da lourinhã se entendeo ser de grande importância e como as cartas que vinhão para V. A. se perderão por algũas de particulares teve este Cons.^o noticia que o aviso hera sobre descobrimento de minas que se diz haver nas capitãias de Santos e São Vicente da repartição do sul e parendolhe ao Cons.^o q com as cartas perdidas de V. A. vinãõ tambem as que lhe tocavão remetidas pello ditto g.or, alcansou (por ser publico) que V. A. mandãva tratar deste negocio por outra via quando a este Cons.^o privativam.te toca segundo seu Regimento conheseo todos os das conquistas que V. A. lhe tem emcarregado e por onde já expãdem todas as ordens, e particularmente este negocio de minas, tendo desde sua ereção particular cuidado e procurando por todos os meyoos o descobrimento dellas e ultimamente as de Tabayana, a que se enviou dom Rodrigo de Castelbranco ê o ter asy representado a V. A. e ser de sua jurisdicção para que depois de vistos nelle estes negocios e consultados, V. A. os mande rezolver como parecer mais conveniente a seu Real serviço, pois nesta forma ficão com aquella direção que começam e V. A. melhor informado com as noticias que o Cõns.o tem das cousas de ultramar, p.a tomar as rezoluções que ouver por bem.

E sendo isto asy sñor se acha este Cons.^o obrigado a representar a V. A. com a sumição devida este seu sentimento para que havendo de sua parte algũa omissão em seu expediente que seia causa desta nova rezolução haja V. A. por bem mandalo advertir sendo que se persuade (e he notr.^o) assiste ao serviço de V. A. com zello, verdade e desenteresse, e quando não passe a levar vantagem aos mais tribunaes se igualla com elles na Administração e observância de seu regimento e ordens de V. A., e em tudo o mais qãe V. A. faça deste Conselho a mesma estimacção que o Sr. Rey dom João Pay de V. A. que santa gloria haja fazia, conservando-o em sua juridicção para melhor acerto no serviço de V. A. que mandava sempre o que mais ouver por seu serviço, em Lisboa a 5 de Nov.ro de 674.

Conde de Val de Reys — Francisco Malheiro — Ruy Telles de Meneses — Feliciano Dourado — P^o. Alveres Seco de Ma.do.

(Copia de documentos existentes no Arquivo Histórico Colonial).

Sñor.

Em vinte de Junho auendo ia dado conta por outras a V. Magde. de tudo o que alcansey e obrey nestas capitancias do Sul, chegou do sertão a vila de noss s.ra da consepção (aonde eu estava pleiteando o virem-me de São Paulo as Aldeas dos Indios de V. Magde.) Domingos Leite Capitão da gente que mandey, com sobordinação a Antonio nunes pinto, e ao P.e Fr. Belchior de São francisco, em descobrimento, e a obrigação da pedra da prata que de lá avia trazido o dito Antonio nunes, manifestado, e dado por entrada na casa dos quintos de São Paulo, e porque ainda que me trouxe alguas cargas de pedra afirmando serem do mesmo lugar aonde a primeira vez as fora buscar Antonio nunes me disse que elle não quizera la hir e só nomeara o Serro nem o frade fazer fundição, como me prometeu, e para esse efeito foi aparelhado de tudo q me pediu e se ficou o dito antonio Nunes em Parnaguá sem me vir dar resão sincoenta legoas atraz, o mandey prender, e carregado de ferros o meti em hũa nau em este porto de Sanctos na qual lhe fui fazer perguntas com o Provedor das Minaz e respondeo o que consta do papel que com esta mando; é como estou bem informado que o frade se quiz fazer dono do descobrimento afoitandosse tanto que occultou o regimento que lhe dey para seguirem todos, subpondo outro de que quiz usar em meu nome occasião com que comessarão ao dezo-bedecer, e a desconfiar o dito Antonio nunes, elle se me offeresceu a tornar a fazer melhor avriguição metendome em condissão que avia de auiar de papeis e o mais necessário para com as amostras de tudo o que declara no papel hir a essa corte, elle, ou hum filho seu dar resão a V. Magde. e requerer suas honras; nestas cautellas, e no mais que tenho alcansado me parresse este homen, mais desconfiado que pouco verdadeiro, e com este subposto, trato de lhe hir tirando os receios, porque ao mesmo Provedor disse que as amostras que hauia de hir tornar a buscar auião de ser de grande diferença, e tudo isto he entendendo q. eu deixarey de informar a V. Magde do que elle nestes descobrimentos merecer, e trabalhar, para cujo remedio só considero obrigallo por bem porque sobretudo he home muito velho, e não para ariscar ao tempo, ou em prizoens e antes determino por esta resão que va a essa corte o filho se enquanto se faça o tempo de sua partida V. Magde me não mandar outra couza, achandosse que convem

mais hir o mesmo Antonio Nunes, as pedras mando ainda que sem expirencia algũa elle se afirma que tem metal, porem ellas são tiradas na superficie da terra; vão remetidas em duas embarcações com as outras de ouro, se o exame de quaesquer mostrar que são de importância está em primeiro lugar virem mineiros e fundidores que sem elles tudo he andar apalpan-do segamente; nosso s.or Guarde a catholica Pessoa de V. Magde. largos annos. Vila de Sanctos a 8 de Julho de 1653.

P^o de Souza Per.a

No verso: Santos 8 de Julho de 1653

De P^o de Souza Pr.a

Da conta do procedim.to de algũs descobridores das minas E da prisão de hũ.

(A. H. C. S. Paulo, Papeis Avulsos, 1653).

* * *

(S/minas de S. Paulo — laudas 1 a 82).

Emformação.

Quanto ao descubrimento da prata de ant^o nunes se dis e enforma ser o dito ant^o nunes já vindo de volta ha m.os dias da segunda viagem que fes por ordem da Capp. mor e officiais da camera da villa de San paullo e paçando por Esta costa sabendo de minha asistencia neste lugar veio e me apresentou obra de pouco menos de hũa aRoba de pedras que Remety loguo ao administrador das minas o g.dor duarte correa vasqueanes e lhe foi entregue como consta do treslado de sua carta que ofereço E diguo se fara cazo conforme o q nella se achar e o dito Ant^o Nunes anda na lavora destas minas ate ver o q as ditas pedras q enviei dão de sy E o q eu dellas culy por algũa experiencia que mandei fazer entendo não serem de prata antes tudo pedra e me parece que nesta materia se devem escuzar despendios da fazenda Real.

Andre fiz da parnayba não foy a sabaraboçu antes muy Desviado a outro sertão a buscar som.te gentio donde elle acabou e a mais gente de sua companhia E delles chegarão milagrozam.te dous hommês q escaparão e derão novas De destroço e suseço e a mezma prezunção de antes ha oie Da serra de sabaraboçu ter prata conforme enformaçois antigas. quanto ao descubrimento de ouro nestas partes se diz E enforma que nas vistorias e exames que fis nas seras E destrito desta baia de pernagua achei descubrirençe m.tos Rib.ros de ouro de lauagem que então ey e mandei laurar de que se tirou tempo de hõ ano algua Copia de ouro nos principios.

com menos trabalho E oie pello cuesto a altura das cauas não he tanto maes todos tirão Conforme o Cabedal e sua sorte. E vou continuando nos descobrimentos q se vão laurando e achando neste destrito q promete não faltar por tempos ouro nelle.

Nos campos de curiytiba Sertão desta baia se descobrirão outros Rib. ros De ouro de lauagem donde já estiue e fis espiencia aurerá doze anos Vindo eu en vizita destas capt.as por ordem do g.dor Salvador correa de sa e benavides de que lhe leuei mostras e hora tenho mandado reuer os ditos Ribeiros e minas Esperaçe apereen da serra pa. o sertão como as ha da serra pa. o mar desta Costa.

De novo se descubirão outras minas de lauagem nas cabeçeras da Ribeira da villa de iguape que dista desta doze legoas na mesma Corda de estas Serras de prezente tenho mandado gente a ellas pa. as mandar ouyr entabolar de que irei fazêdo auizos a V. Sra. e do mais que se for achando e obrando.

Neste destrito e serras se achou hũ Ribeiro e pedras de ouro en que fis os exames e vistorias que constão (constam) pellos autos que con esta serão a V. Sra. promete ser couza de consideração porque não são aiulgas (?) mas são nattivas e criadas muy debaixo do cham e por q se achão en diverças partes algũas entre outras q não ten nen mostrão ouro se não pode aviriguar a serteza de seu fundamento sera neçeçario mineiro pa a desengano desta prezumção e só neste minister comum que sua magde desponha como se me quer q he forçoso fazerçe m.ta diligencia nesta parte q foi a cauza principal da eilição q en min se fes e pella enportancia desta empreza o g.dor Duarte correa uasqueanes fez os neçeçarios auizos a sua mag.de de quen teve Carta lhe mandaria mineros como pella sua q me creveo V. Sra. vera.

Cantidade de hũ quintal de pedras das que se tirarão no Exames Remety ao dito administrador das minas o g.dor duarte Correea uasqueanes e lhe foi entregue como per sua carta me auiza. Este he o estado das minas ate o prezente Destas capt.as Con as quais vou continuando com Esperanças E dezeios de que se estendão por toda esta costa q querera Deus despor as couzas de manera que sua mag.de goze utilidades neste estado

raço outra ou outras Enformaçõis não de menos enportancia E consideração q por convir m.to ao serviso de sua magde. se lhe deve fazer a saber Como a caza da moeda e quintos da villa de sanpaulo não he oie de nenhũ efeito ao ven da rreal coroa antes de despendios escuzados pello pouco ouro que oie se tira e se lavra nella e m.to a este propozito avizou o g.dor Duarte correa uasqueanes a sua magde e como hũ provedor Da dita caza da moeda e quintos pascoal afoço tendo obrygação de assistir nella e morar na propria terra he morador e assistente na villa de Santos que he contra o q Sua magde. ordena aos ministros q comê soldos e ordenados

que são obrigados p.a mereçerem seu estopendio ocuparem se peçoalmente en seu serviço e como as couzas oie estão ao desenparo De quen ben enforme a Sua magde. como convem não he De admirar ajão solturas e procedimentos não permetidos como o fas de presente o dito provedor en precurar pagarçe De seu ordenado dos quintos Caidos q estão en ser nesta vila sen despendio nenhú e por não achar em mim sitio a seu entento ben semeado precatorios por estas villas Contra esta asistencia e occupação en que estou como se fora meu supirior Causando confuzois a m.tos m.ors (moradores) por limitados de mais alcance não saheren detriminarçe a que obrigação devem acudir antes se dezanimão do gosto da lavora e descubrimientos de minas de q Resulta notavel perturbação ao Real Serviso e enportancia de sua Real fazenda que con tanto zello a estou precurando e conservando ate Sua Real ordem ou do administrador das minas o g.dor Salvador Correa de Sa e benauides e como na peçoa de V. Sra. foi Sua mgde seruido ordenar novas ordens diligencias enformaçois tan Requizitas e necessarias lhe Requero da parte do dito S.or mande estranhar ao dito provedor o grande desserviso de sua magde. no enquanto q enfermado por V. Sra. de seus atrevidos dezaforos e encontros acuda com o castigo que mereçe por tais atrevimentos a fim de Sua entereçada tenção a que já oie tiuera acudido o g.dor duarte Correa vasqueanes como se ve en o capitulo de sua carta e p.a Estas enformaçois serem de mais aserto e melhor examinadas me aconpanhei con os officiais deesta camra q Comigo asinarão.

Eliodoro ebano

João glz peneda

Esteuão de pontes

Di^o. peneda

Fr.co dozeda

Ant^o Lião

grissostimo alúz ?

Contém os seguintes documentos:

Treslado de cartas e Capitollos que o administrador geral das minas o g.dor duarte Correa vasqueanes escreveo ao Cumisario dellas o General Eliodoro Ebano que forão as ultimas antes de seu fallecimento —

De 29 de dezembro he a ultima carta que tenho de Vm q veio em Companhia de João Bautista jurdão com o Requerim.to deça camara E mais papeis E justificasois que Vm me Remeteo; por todos veyo o muito que Vm ha trabalhado assim na Conservação deça villa e seus m.ors Como no particular das minas tudo tenho Eu por muy Certo na prudencia zello e enteireza de Vm Contra a qual Não pode nunqua auer calunias que preualeção e nesta conformidade tenho desenganado ao Capp.am mor de Sam vi-

sente e o provedor pascoal a fôço e satisfeito a suas queixas segurandoos na verdade do proçedimento Com que Vm entudo vay obrando que he muy Conforme ao serviço de sua mag.de e as ordemes E poderes que comuniquei a Vm e particularmente ao dito prouedor estranho o não auer acompanhado A Vm como lhe ordeney que fora mto melhor que tomar agora ocazião de queixas e desconfianças.

No particullar da Rezulção q Vm tomou sobre faser quintar nesa villa ouro que os m.ors nella descobrem lhes auizo os fundamentos com q Vm o fes e justificados no Requerimento dos officiaes da camara E que seu intento não he nem podia ser outro mais q segurar por esta via os Reais quintos de sua mag.de pella enpuçibilidade de os moradores o irem leuar a capta de San paullo en distancia de sesenta llogos de caminho com Riscos de mar e terra E que nesta conformidade aprouava eu a dita Resulção e q nella se nõ ficaua prejudicando o enzerçicio da caza da moeda nen dos ministros della que a este Respeito mandei paçar a provizão que sera com esta na conformidade da qual Vm yrá Continuando na cobrança e a Recadação dos ditos quintos De sua mag.de Recolhendoos nõ deposito e cofre que me auiza tem o ordenado E do que Vm me auiza que está en ser e do que se for cobrando de nouo me irá fazelo auizo e Remetendo por peçoã segura e serto E porque o Cappan gabriel de llara per ordem de Vm pellas noticias que achou de que o nemigo andava nesta costa não quis aRisquar o meio aRatel de ouro e as pedras en comp.a de João Bauctista o fes na carauella de que he mestre Rodrigo migems que sen embargo de que o nemigo lhe Deu casa (caça) se Recolheo no porto de tasuruçi donde tive auizo do dito mte (mestre) e lhe ordenei que entregue tudo ao cappan Domingos cazado que alli assiste com que fica seguro e llivre de perigo; nas pr.as embarçaõis que se ofereçerem Enviarei a sua mag.de as ditas mostras de pedras De ouro com os papeis e autos que Vm me Remete e lhe darei De tudo tão particullar conta como comuem

Querera deos despor as couzas de manera q Sua magde. e o Reino llogre mtos proueitos e a todos alçançem os precalços e no tocante a pertençaõ de Vm sobre auermos de eleger novo prouedor e tizourero sen embargo q nas peçoas q Vm me aponta Estaua muy ben enpregadas todas as eleições me pareço que por ora não deuiamos alterar novos officiaes por evitarmos a ocazião que dahy quererão tomar os da caza da moeda pa. formaren nouas queixas como tão ben porq auendoçe criar de nouo era nomearlhes ordenados que sen ordem de sua mg.de não Deuemos fazer maiormente metendoçe tão pouco tempo de premeio enquanto terei Reposta de sua magde. q conforme sua Real ordem ou mandando mudar acaza de São Paullo pa essa Capta Como o auizo pello pouco proveito e ouro que dalli se tira ou mandando ynstituir de nouo nesa villa q sera o mais serto ficaremos então obrando sem ecruplo (sic) e pera entretan-

to com tan honrado Cumicario e administrador como Vm pois por seruir a sua magde. se ocupa nese exerciçio e com os officiaes da camara de conformidade escuzamos nous officiaes E despendios E se ficara segurando tudo como comuem eu me não tenho descuidado en pidir a sua magde. mineros como de novo o faço tenseme defirido que se am mandado Buscar fora do Reino e que eu chegando mos Remeterão com elles sairemos de cuidado con que ha tanto tempo lidamos e consigiremos a serteza e desengano do que há no particular De Vm E seus Requerimentos mando ao Reino fazer as lêbranças neççarias como quen tanto dezeia seus acrescentamtos frei maço vay a esas captas a uizitar ida por uinda por elle me mande Vm m.tas nouas de sua saude que he o que mais lhe dezeio nese seu trabalho e veia o que se ofereçe de seu serviço que o farei como deuo Rio de Janro de março 3 1650 a) Duarte correa vasqueanes.

Trellado de hũ capitolo da derradera Carta Do mesmo Siõr
ao mesmo gh comisario das minas

Ao Presente fijo com pouca Saude e de cama, as pedras de prata e ouro ficam entregues eomeio aRatel douro conforme ao conhecimento do que nelle se Continha estão se auaiando os nauios p.a irem en frota nelles mando as amostras a sua mag.de Do qual tive carta e do cappan Roque da cunha en que dis se buscauão os mineros p.a mandar que estimarei Eu mto venhão pa mais clareza desas minas

As de Vm tenho Respondido en Rezão dos quintos e mais couzas frei maço foy por comisario a San paullo e a Santos ida por uinda lleuou ordem minha pa. se enformar em quen se pode prouer os offiços das minas en san paulo espero por horas por elle pa. prouer outros officiaes e lhe pidy escreuesse a Vm e enuiase llogo as cartas que lleuou Vm tire lla hua deuaça do d.ro que deo de peita o meiryho das minas e juntamente de outro d.ro q leuarão a andre de bairros e a outros pa por esta deuaça suspender Aos officiaes e mandar precatório pa mos mandarem prezos isto con todo o segredo gde. Deos a Vm Rio de Janro 22 De abril 1650 a) Duarte correa vasqueanes o qual treslado Eu miguel vas tam do publico judicial E notas fis tresladar do proprio a que me Reporto tudo Corri E Comsertei com o official Comigo abaixo asinado tudo vai na verdade sem cousa que duvida fa (sic) (faça) trese de junho de mil E seis sentos E sincoenta E hu anos

Miguel vas
comsertado Com o proprio

Miguel Vas
E comiguo Jesus alves.

Treslado da Confirmação

Duarte Correa vasqueanes fidalguo da Caza de Sua Magde administrador geral das minas da repartição do sul por Sua mag.de Ett. faço Saber aos que esta prouisão virem que a mim me constou por instrumtos E Cartas dos officiaes da camera da Villa de parnagua de hum requerimto que os ditos officiaes da Camera fiserão ao general das Canoas desta repartição Eleador Ebbador Ebbano, aquem enuiei a aquellas partes a aueriguar a serteza, E noticia das ditas minas que por se auerem de novo descuberto outras muitas de que se presume que se tire ouro de Conçideração conforme alguas esperiencias que se tem feito, E auendo de hir quintar se o ouro que alli se acha a Casa da Moeda sita na Capitania de São paulo ficarião os moradores da dita Villa de parnagua empedidos de a poderem fazer pella grande distancia de mais de secenta legoas de Caminho com periguos así por mar como por terra com que não só se ficauão perdendo os quintos de Sua Magde mas ainda os ditos moradores sem se aprouceitar do ouro que descobre sendo sua magde seruido ordenar que com hũa, E outra cousa se teueçe particular cuidado pello que requerião ao dito general vistas as causas referidas ordenaçe que na dita villa de parnagua se quintaçe o ouro que ali descobriçem os moradores, E fizeçe Cofre, E deposito seguro dos quintos de Sua mag.de pera se lhe remeterem com toda a segurança o que visto pello dito general. E a justificação do seu requerimento lhe difirio na mesma conformidade fasendo o dito cofre, E deposito de que tudo me deu particular conta com o requerimento autêntico dos ditos officiaes da Camara, E por me parecer que nesta Conformidade se ficão melhor Segurando os ditos Reaes quintos, E a conueniencia dos moradores daquella Capitania, E que njsso senão ficaua periudicando (prejudicando) o exercicio da Casa da Moeda pois sempre a ella, E a seus officiaes se auia de recorrer para seu auer de faser moeda; hey por bem que o dito general de Conformidade, E en companhia dos officiaes da Camera da dita Villa faça nella quintar o ouro que os moradores lhe apresentarem, E todo, o de que ahi teuer noticia dê maneira que nenhum se Possa ocultar nem desencaminhar guardado, E depositando o no dito Cofre o que tocar aos quintos de sua Mag.de de q auera duas chaues u tres chaues de que elle general tera hua e outra os officiaes da Camera, E a outra o escriuão com que se ficarão Escusando nouos officiaes pera o dito beneficio, E escusando despendios, a fazenda Real auendo de se lhe nomear soldos o que não pode ser sem ordem de Sua mag.de porquanto a dita occupação, E exercicio naquella Villa he somente por beneficio, E segurança dos Reaes quintos que tocão ao dito Sor, E não com fundamento de se instituir noua Casa de fundição nem periudicarse a que se tem asentado na Capitania de São paullo ate noua ordem de Sua magde em confirmação do que mandei paçar a presente que se Comprira como nella se contem, E se registara nos liuros da Camera da dita Villa dada no Rio de Jan.ro por mim asinada, E sellada com o sello de minhas armas a tres de março de 650 anos

Duarte Correa Vasqueanes Pello o qual treslado Eu miguel vast.am do publico judicial E notas o fis tresladar do proprio a que me Reporto tudo Corri e Comsertei com o official comigo abaixo asinado vai na verdade sem couza que duvida fasa oie trese de iunho de mil E seiscentos E cincoenta E hũ anos

Miguel vas
Comsertado com o proprio
Miguel vas
E comigo juis
aluês

treslado da patente

Duarte Correa vasqueanes fidalguo da Casa del Rey nosso Sôr Canaleiro profeço da ordem de xp.to administrador geral das minas da repartição do Sul governador e Capitão mor da Capitania do Rio de Jan.ro por Sua Mag.de tt.

Porquanto Sua mag.de que ds. g.de he servido encarregar-me com gr.de encarecimento a aueriguação E descubrim.to das ditas minas E auendo Eu ordenado que foçe alguns moradores das ditas Capitánias a tratar deste particular tiue ora de presente informação que na Serra de paranagua se descobrirão sertas pedras de que fasendose experiencia, E fundição na Casa da moeda se tirarão alguas outavas de ouro, E porque conuê faserse sarta, E exacta auriguação da quantidade E qualidade dellas a que Eu não posso ir pessoalm.te por Sua Mag.de ser servido encarregar-me deste guoverno, E auendo de se Eleger pera este Efeito pessoa de autoridade suficiencia, E talento que possa hir em meu lugar a suprir a falta de minha pessoa E presença por mo aueram tambem pedido asim alguas daquellas Capitánias Comcorrêdo na de Eleadoro Ebbano general das Canoas de guerra de toda Esta Costa e mar do Sul, e auendo respeito aos muitos E particulareş seruiços que tem feito a Sua mag.de por espaço de muitos annos asim nesta Capitania como nas mais desta repartição, E a gr.de experiencia E pratica que tem daquelle Sertão, E serras delle, E faser a dita iornada meramente por seruiço do dito S.ôr. a sua custa, E sem despendio algum de sua Real fazenda E fjando Eu de sua m.ta intelligencia, E sello (zelo) que proçedera em tudo o de que for encarreguado muy conforme estas obriguaçoes; hey por bem de o eleger E nomear como pella presente faço pera que por mim E em meu nome na faser a dita Iornada, E asistencia pera aqual, E pera os incidentes q se podem oferecer lhe conçedo em nome de Sua Mag.de todos os poderes que tenho na conformidade em que o dito S.or foi seruiço conçedermos a mim para que absolutamente use delles em tudo o que tocar E por conçernente ao des.

cubrimento administração, E entabolamento asim destas minas como das pratas sobre que tambem mandei fazer diligencia; pello que mando ao prouedor, E mais officiaes das ditas minas. E Casa da moeda, que tanto que o dito general Eleadoro Ebbano chegar a aquellas Capitaniaes o reconhecimento, E obedeção guardando suas ordens como de mim emanarem, E o mesmo farão todos, E quaisquer outros descobridores de algũas minas, E o capitão mor daquellas Capitaniaes Iustiças, Camara, E pouo faço saber que sem embargo que Sua Mag.de que ds. guarde foi seruido dar-me para este particular iurdição sobre as ditas Capitaniaes, E ministros que has gouernão conçiderando Eu a muita pontualidade satisfação, E sello com que costumão acodir a que conuem ao seruiço Real lhes requieiro da parte de Sua Mag.de E da minha pesso dem ao dito General Eleadoro Ebbano, E lhe fação dar todo o fauor que lhes pedir, E for nessecario pera se conçequir este intento como a emportância delle requiere. E como se deue ao grande encareçimento com que Sua mag.de foi seruido encarreguarmos. E Esta se comprira como nella se contem sem duvida nem embargo algum dada no Rio de Jan.ro firmada por mim, E selada com o sello de minhas armas a 10 de setembro de 1648 Duarte Correa Vasqueanes Pello o qual treslado Eu Miguel vas tam do publico yudjcial E notas o fis treslador do proprio a que me Reporto tudo corri E consertei com o official Comigo abaixo assinado E uai na verdade sem cousa que duvida fasa oie trese de junho de mil E seis sentos E sincoenta e hũ anos Miguel vas comsertado com o proprio. E comigo juis Miguel vas — alves.

Trelado do Auto q mandou fazer o general
eliadoro ebano por seruiço de sua mag.de exzame
e vistoria Das minas que se descobrirão neste
destrito De pernãgua

Ano do nascimento de noso S.or Jesu xpo. de mil e seis sentos e corenta E nove anos nesta villa de nosa Sõra do Rozario de pernãgua oas vinte dias do mes de setembro da dita era asima em pouzadas do general eliadoro ebano foi por elle mandado a mim escrivão do publico judicial e notas e das minas fazer este Auto pera por elle equirir test.as e por seus ditos judicialmente constar o exame e uistoria que o dito general fes das minas descubertas e manifestadas no destrito deesta baia de pernãgua aquelle pesoalmente asestio acompanhado com os officiaes da camara e o descobridor e as mais peçoas deste povo Da sustancia calidade das ditas minas E de como estão descubertas outras nos canpos e sertão desta baia de pernãgua e outrosim en particular o que no dito exame se achou no Rib.ro e mina das pedras seu Rendimento Cantidade e o quanto se estendem conforme as parageis em que forão achadas as quoaes elle dito

general entabolou e vay continoando na administração e entabolamento p.a mais se consigir a clareza com o q se vay obrando no Benefício das ditas minas de q tudo mandou fazer este auto en q asinou e eu João Lourenço escriuão do publico Judicial é notas E das minas que o escrevy Eliadoro Ebano

Emquerição de test.as

O Capp.am João maciel Bação m.or nesta villa de nosa Sõra do Rozaíro de pernãgua testemunha que diçe ser de idade de corenta e tres annos pouco mais ou menos a quen o dito general Deu o juramento dos Santos euangelhos en que pos a mão direita e prometeo de Diber uerdade.

E perguntado elle test.a pello auto que todo lhe foi lido e declarado que fora na mesma Comp.a do general eliador ebano e lhe assistira no exame e uistoria de todos os Ribeiros de ouro descubertos e de algues mais que de nouo se descubrirão neste destrito da baía de pernãgua os quais Ribeiros laurandoçe nelles se tirara Rezoadamente ouro donde laurarão as peçoas da dita companhia e ele test.a tirou em des ou doze dias De trabalho perto de meio aRatel e pello que se vio e se examinou se acha o serem minas de Rendimento e de sustança porque por peçoas cada dia se apura nas lauagens do ueio dagoa hũ cruzado e pataca e quando menos Dous tostojs e aim mais dise elle test.a q en companhia do dito general assistira no exame das pedras com o descobridor o capp.an gabriel de llara e officiais da camera em presença de todos os tirará pedras encatas que se fizerão fundas hũa Braca ate duas debaixo de cham fora e afastadas do Ribeiros por terra firme tres ou quatro Braças em q Bem se mostram serem nactivas porque se achão entre outras que não mostram ter ouro no meio de cascalho como se nas q vão de amostra en primidas na piçarra crauadas e nellas ouro enprimido das quais feito exame moendoçe pezo de doze ARates de pedra se apurou hũa onça de ouro E também se achão pello veio dagoa nas catas das llavagmes entre outras linpas como dito he no cascalho e dice mais elle test.a q vira e era verdade que todo o ouro que se llava neste Rib.ro se acha ser como Despidido das ditas pedras por vir de mistura de pedras meudas E outro sim diçe e elle test.a de como se descubrirão e estão descubertas minas de ouro en Rib.ros que se acharão nos campos de curitiba donde se cateou agoas vertentes pera o sertão desta baía as quais minas das pedras se estendem pouco mais ou menos de duas legoas o que tudo elle dito general entabollou e vay continuando con dilligências necessarias p.a mais se descubrir o que tudo elle test.a vira obrar como de vista e prezente. tudo o asima dito e al não diçe e de custume nada e se asinou com o dito general e eu João Lourenço escrivão que o escrevy

João maciel Bação
Ebano

O Alferes estevão de fontes test.a que diçe ser de idade de corenta e quatro annos pouco mais ou menos test.a jurada aos Santos euangelhos em que poz a mão direita e prometeo diser verdade — perguntado Elle test.a pello conteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado diçe elle test.a que fora na mesma Comp.a do general Eliodoro Ebano e lhe assistira no exame e uistoria de todos os Ribeiros de ouro descubertos e de algũs mais que se descobrirão neste destrito da baia de pernagua os quais Ribeiros llaurandoçe nelles se tirara Cantidade de ouro q todos laurarão — As peçoas da dita Comp.a e elle tes.a tirou tambem ouro e pello que se vio e se examinou se acham serem minas de Rendimento e de sustança e asin mais Diçe elle test.a que em comp.a do dito general assistira no exame das pedras com o descubridor o capp.an gabriel de llara e officiaes da camara em presença de todos se tirarão pedras em catas que se fizerão fundas hũa Braça atteduas debaixo de cham fora e afastadas do Rib.ro por terra firme tres ou quatro Braças em que ben se mostra seren nactibus porque se acharão entre outras que não mostram ter ouro no mejo do Cascalho enpremidas na picarra Crauadas e nellas ouro en primydo como se ve nas q vão de amostra das quoais feito examem moendoçe pezo de doze a Rates de pedra se apurou hũa onsa de ouro e tambem se acham pello veio dagoa nas catas das llavagemas entre outras linpas como dito he no cascalho E diçe mais elle test.a de como se descobrirão e estão descubertas minas de ouro en Ribeiros que se acharão E catearão nos campos de curitiba agoas vertentes para o sertão desta Baia as quoais ditas minas das pedras, se estendem duas legoas pouco mais ou menos o que tudo elle dito general entabolou e bay continuoando com dilligencias neçesarias p.a mais se descubrir o que tudo elle test.a vira obrara como de vista e prezente tudo ao asima dito e que se prezumia ser esta parte terra Rica por prometer acrescentados descubrimentos e al não Diçe e se asinou con o dito general E eu João lourenço escrivão que o escrevy

Estevão de fontes ebano

O capp.an João glz peneda Juis ordinario desta villa de nossa Sõra do Rozairo de parnãgua test.a que dice ser de sincoenta e dous anos pouco mais ou menos test.a jurada aos Santos euangelhos em q pos a mão e prometeo Dizer verdade

perguntado Elle test.a pello conteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado diçe Elle testemunha que fora en comp.a do general e lhe assistira no exame e uistoria de todos os Ribeiros descubertos e de algũs mais que descobrirão neste destrito e baia de pernãgua os quoais Ribeiros llaurandoçe nelles se tirara cantidade de ouro que todas as peçoas laurarão da comp.a do dito general e que elle test.a tirou tambem ouro e pello que se vio

e se tirou e se examinou se acham serê minas de Rendimento e de sustança e asin mais dice elle test.a que en companhia do dito general assistira no exame das pedras cõ O descobridor o Capitão gabriel de llara e os officiais da camara Emprezença de todos se tirarão pedras en catas que se fizerão hũa Braça athe duas debaixo do cham fora afastado do Ribeiro por terra firme tres ou quatro Braças en que ben se mostrão seren nactivas porq se achão entre outras lincas que não mostrão ouro no meio Do cascalho enprimidas na pisarra cravadas e nellas ouro enprimido como se ve nas que vão de amostras das quais feito exame moendoçe pezo de doze aRates de pedra se apurou hũa onça Douro e tanben acham pello veio dagoa nas catas das lauagens em outras lincas como djto he no cascalho e dice mais elle test.a que vira e era verdade que todo o ouro que se lava neste Ribeiro se acha ser despido das ditas pedras por virem de mistura cõ pedras meudas e outrossim diçe elle test.a de como se descubrirá E estão descubertas minas de ouro en Ribeiros que se acharão E catearão nos campos de curijitaba agoas vertentes pera o sertão Desta baia de pernãgua e dice mais elle test.a que a dita mina das pedras se estende Duas legoas pouco mais ou menos o que tudo elle dito general entabollou e vay continuoando com diligencias neçecarias p.a mais se descubrir o que tudo elle test.a uira obrara como de vista e presente a tudo o asjma dito e que se prezumia ser esta terra Rica por prometer acrescentados descubrimentos e al não diçe e asinou com o dito general e eu João lourenço Escrivão que a escrevy

João glz peneda — Ebano

pero dozedá Juis ordinario e morador desta villa de nosa sõra Do Rozario de pernãgua tes.ta que dice ser de idade de trinta e sinco anos pouco mais o menos testemunha jurada aos Santos euangelhos en que pos a mão e prometeo dizer verdade perguntado elle test.a pello conteudo no auto q todo lhe foi dito e declarado diçe elle test.a que fora en comp.a do general e lhe assistira no éxame de todos os Rib.ros Descubertos e de algũs mais que se descobrirão neste destrito e baia de pernagua os quais Ribeiros laurandoçe nelles se tirara ouro que todas as peçoas laurarão da cop.a do dito general e que elle test.a tirara tanben ouro E pelo q se vio e se examinou se achã serem de Rendimento e de sustança e asim diçe elle test.a q en comp.a do dito general assistira no exame da mina das pedras com o descobridor o Capitão gabriel de lara e os officiais da camara em prezença de todos se tirarão pedras en catas que se fizerão hũa Braça athe duas debaixo do cham fora e afastado do Ribeiro por terra firme tres ou quatro Braças en que ben se mostrão serem nactivas porq se acham entre outras lincas que não mostrão ter ouro no meio do cascalho imprimidas na picarra crauadas e nellas ouro inprimido como se ve nas que vão de amostra das

quais feito Exame moendoçe pezo de doze aRrates se apurou hũa onça de ouro e tambem se acham pello veio dagoa nas catas das lavagens entre outras limpas como dito he no cascalho e dice mais elle test.a que vira e era verdade que todo o ouro que se laua neste Ribeiro se acha ser despedido das ditas pedras por virem de mistura com pedras meudas e outrosin dice elle tes.ta de como Descobrirá e estão descubertas minas de ouro en Ribeiros que se acharão e catearão nos campos de curiitiba agoas vertentes p.a o sertão desta baia de pernãgua e dice mais elle test.a que alen de çe acharrem nesta paragem Da mina das pedras se acharão outras inda que não en tanta quantidade dahy a duas legoas en outros Ribeiros descubertos no mesmo modo que as outras Do q se prezume pello tenpo adiente pela continuação de se lauarem nellas podera achar algũ minaral e criaçois de pedras juntas que De prezente não pode facilm.te descobrir por ser m.ta distancia de serros E uales fragozos e he de neceçário tenpo e m.to cabedal de gentio o que tudo elle dito general entabolou e vay continuando cõ diligências necesarjas p.a mais se descobrir e o que tudo elle dito test.a vira e sabe como de vista E prezente atudo o asima dito e q se prezumia ser esta parte terra Riqua por prometer acresentados descobrim.tos e al não dice e asinou com o dito general e eu João lourenço escrivão que o escrevy, p^o de ozeda — Ebano.

Manoel coelho vereador e morador nesta villa de nossa Sora do Roza-rio de pernagua tes.ta que dice ser de idade de trinta e seis anos pouco mais ou menos testa jurada aos Santos evangelhos en q pos a mão e prometeo diser verdade.

perguntado Elle tes.ta pello conteudo no auto ã todo lhe foi lido e declarado dice elle tes.ta q fora en cop.a do general e lhe assistira no exame e vistoria de todos os Ribeiros descubertos e de alguns mais q se descobrirão neste destrito e baia de pernagua os quais Ribeiros laurandoçe nelles se tirara ouro as peçoas da comp.a Do dito, gñeral e que elle test.a tirara tãobem ouro e pello que vio e se examinou se acham serem minas de Rendimento e de sustancia E asim dice elle test.a que en comp.a do dito general assistira no exame de Ribeiro da mina das pedras com o descobridor o cappan gabriel de lara e os officiaes da camara en presença de todos se tirarão pedras en catas q se fizerão hua Braça athe duas debaixo de cham fora e afastado do Ribeiro por terra firme tres ou quatro braças en q be se mostra serẽ nativas por se acharem entre outras limpas que não mostrão ter ouro no meio de cascalho enprimidas na pissarra cravadas e nellas ouro imprimido como se ve nas q vão de amostra das quouis feito exame moendoçe pezo de doze aRrates se apurou oito oitavas De ouro e tãõ bem se achão pelo veio dagoa nas catas das lauagens entre outras limpas como dito he e dice mais elle tes.ta q vira e era verdade q todo o ouro q se laua neste Ribeiro se acha ser despedido das ditas pedras por virem de

mistura com pedras miudas e outro sin dise elle tes.ta de como se descubri-
rão e estão descubertos e caterão nos canpos de curitiba agoas ver-
tentes p.a o sertão desta baia de pernãgua e diçe mais elle tes.ta q alen
de se achar nesta parage da mina das pedras se achão outras inda q não en-
tãta destança digo cantidade dahy a duas legoas en outros Ribros q está
Descubertos no mesmo modo q os outros de que se prezume pello tempo
En diente pella continuação de se lauraren podera achar facilmente Des-
cubrir por ser mta distancia de serros e uales fragozos e neçezario tempo
e mto cabedal de gentio o q tudo elle dito general entabolou e vay conti-
noando cõ diligências neçezarias pa mais se descubrir e q sabe elle testa e
vira como de vista e prezente a tudo o asima dito e al não diçe e se asinou
con o dito general e eu João lourenço escrivão q o escrevy

Manoel coelho — Ebano

Domingos pr.a vereador e morador nesta villa de nosa Sora do Ro-
zairo de pernãgua que diçe ser de idade de sincoenta e dous anos pouco
mais ou menos test.a jurada aos Santos euagelhos em q pos a mão e pro-
meteo dizer verdade

Perguntado elle tes.ta pello conteudo no auto q todo lhe foi lido e declara-
do dice elle test.a que fora em comp.a do general E lhe assistira no exame e
vistoria de todos os Ribeiros Descubertos E de alguns mais que se descubri-
rão neste destrito e baia de pernãgua os quais Ribeiros laurandoçe nelles
se tirara ouro todas as peçoas da comp.a do dito general e q elle tes.ta ti-
rara tanben ouro e pello q se vio e se examinou se achou serem minas de
Rendimento e de sustança por se ver por peçoã cada dia purarçe hu cru-
zado de ouro e quando menos dous tostois meia pataca E asim mais dice
elle tes.ta q en comp.a do dito general assistira no exame no Ribeiro da
mina das pedras com o descubridor o cappam gabriel de lara e os officiais
da camara em prezença de todos se tirarão pedras en catas q se fizerão
hua braça ate duas Debaixo do cham fora E afastado do Ribeiro por terra
firme tres ou quatro braças Em que bem se mostrarão serem nativas por
se acharẽ entre outras linpas q não mostram ter ouro no meio do cas-
calho enprimidas na picarra crauadas e nellas ouro enprimido como se ve
nas q vão de amostra das quaoais feito exame E moendoçe pezo de doze
a Rates se apurou hua onça de ouro e tão Bem se acham pello veio dagoa
nas catas de lavagens entre outras linpas como dito he e diçe mais elle
tes.ta q vira e era verdade q todo o ouro q se llavar neste Rjbeirão se
acha ser despido das ditas pedras por virem de mistura cõ pedras meu-
das e outrosim diçe elle tes.ta de como se descubrirão e estão descubertas
minas de ouro en Ribeiros q se acharão e caterão nos canpos de curi-
tiba agoas vertentes pa o sertão desta dita baia de pernagua e diçe mais
elle tes.ta alen de se achar nesta paragem da mina das pedras se acha

outras inDa q não en tanta quantidade Dahy a duas legoas en outros Ribeiros que estão Descubertos no mesmo modo que as outras do q se presume pello tempo evidiente pella continuação deçe laurarem podera achar algu minaral e criação De pedras juntas q de presente não pode facilmente descobrir por ser mta Distancia de serros e ualles fragozos e he neçezario tempo e mto gentio e cabedal o q tudo elle dito general entabou e vay continuoando con diligências neçezarias pa mais se descobrir e q sabe elle tes.ta e vira como de vista e presente a tudo o asima dito e al não diçe e se asinou con o dito general E eu João Lourenço Escrivão q o escrevy

Domingos pra. — Ebano.

O Capp.am grisostimo alues mor nesta villa de nosa Sora do Rozario de pernãgua que dice ser de idade de sincoenta e sinco anos pouco mais ou menos test.a jurada aos Santos evangelhos en q pos a mão e prometeo diser verdade perguntado Elle test.a pello conteudo no auto q tolo lhe foi lido e declarado diçe elle test.a que fora en comp.a do general e lhe assistira no Exame e vistoria de todos os Ribeiros descubertos E de algús mais que se descobrirão neste destrito E baia de pernagua os quoaís Ribeiros laurandoçe nelles se tirara ouro todas as peçoas da compa. do dito general e que elle tesha. tirara tãobem ouro e pello que se vioo e se examinou se achão serem minas de Rendimento e de sustança por se ver por peçoas apurarçe cada dia hu Cruzado de ouro e q.do menos dous tostois meia pataca E asim mais diçe elle tes.ta q en comp.a do dito general assistio no exame do Ribeiro da mina das pedras con o descubridor o Capp.am gabriel de lara e os officiais da camara em prezença de todos se tirarão pedras en catas q fizerão hua braça athé duas Braças de baixo do cham fora e afastado do Ribeira por terra firme tres ou quatro braças en q bem se mostrã serem nativas por se acharem entre outras linpas que não mostrão ter ouro no meio do cascalho enprimidas na picarra Cravadas e nellas ouro enprimido como se ve nas q vão de amostra das quoaís feito exame moendoçe pezo de doze aRates se apurou hua onça douro e tamben se acham pello veio dagoa nas catas das lavagens Entre outras linpas como dito he e dice mais elle tes.ta q vira e era verdade que todo o ouro que se lava neste Ribeiro se acha ser despedido das ditas pedras por vir de mistura com pedras meudas e outro sim diçe Ele test.ta de como descobrirão e estão descubertas minas de ouro en Ribeiros que se acharão e catearão nos canpos de curiitiba agoas vertentes para o sertão desta baia de parnagua E diçe mais elle tes.ta que alem de se achar nesta paragem de mina das pedras se achão outras ainda q não En tanta quantidade dahy a duas legoas en outros Ribeiros q estão descubertos no mesmo modo que as outras de q se prezume pello tempo endiente pela continuação de çe laurare podera achar algum mineral e criação de pe-

dras juntas q de presente não se pode facilmente descobrir por ser m.ta distancia de serros e valles fragozos e he neçerario tempo e m.to cabedal de gêtio (gentio) o q tudo ele dito general entabolou e vay continuando com diligências neçerarias p.a mais se descobrir e que isto sabe elle tes.ha e viru como de vista e presente a tudo o asima dito e al não diçe e se asinou cõ o dito general è eu João lourenço escrivão que o escrevy.

grisostimo alves — Urbano.

pero andre m.or nesta villa de nosa sõra do Rozairo de pernãgoa de ida-
de que dice ser de trinta e seis annos mais ou menos tes.ha jurada aos San-
tos evangelhos enque pos sua mão direita e prometeo dizer verdade Per-
guntado Ele tes.ha pello conteudo no auto que todo lhe foi lido e declaradó
dice elle tta. q fora en comp.a do general e lhe assistira no Exame e vis-
toria de todos os Ribeiros descubertos e de alguns mais q se descobrirão
neste distrito E baia de pernagua os quoaes Rib.os laurandoçe nelles se tirara
ouro todas as peçoas da comp.a do dito general E q elle tes.ha tirara tan-
ben ouro e pello que se vio e se examinou se achão serem minas de Ren-
dimento e de sustancia por se ver por peçoas cada dja apurarçe hu cruzado
douro quando menos dous tostois meia pataca E asim Diçe mais elle
tes.ha que En comp.a do dito general assistira no Exame da mina das pedras
Con o descubridor o capp.an gabryel de lara e os officiaes da camara E que
enprezença de todos se tirarão pedras em catas q se fiserão hua Braça ate
duas debaixo de cham fora E afastaDo do Ribeiro por tera firme tres ou
quatro braças en que ben se mostrão serê nactiuas por se acharem Entre
outras linpas que não mostrão ter ouro no meio do cascalho enprimidas na
piçarra cravadas e nelas ouro enprimido Como se ve nas que vão de amos-
tra das quais feito Exame moendoçe pezo de doze a Rates se apurou hua
onça de ouro e tãobem se achão pelo veio dagoa nas catas das lavagens
entre outras linpas como Dito he e diçe mais elle tes.ha que todo ouro q se
lava neste Ribeiro se acha ser como despidido das ditas pedras por virem
de mistura com pedras meudas E outro sin diçe elle tes.ta de como se des-
cobrirão e estão descubertas minas de ouro en Riberos que se acharão e
caetarão nos campos de curitiba agoas vertentes pera a sertão Desta dita baia
de pernágua e diçe mais elle test.a que alem de se achar nesta paragem da
mina das pedras se acham outras ainda que não en tanta Cantidde dahy
a duas legoas e outros Ribros que estão descubertos no mesmo modo que
se achara as outras de que se prezume pello tempo en diente pella continua-
ção De çe laurarem podera achar algu mineral e criação de pedras jutas
(juntas) q de presente não pode facilmente descobrir por ser mta distancia
de serros e vales fragozos e hé necerario tempo e mto cabedal de gentio o
que tudo elle dito general entabolou e vay continuando com diligências neçer-

çarias p.a mais se descobrir e que sabe elle tes.ta e vira como de vista e presente a tudo o asima dito e al não diçe e asinou con o dito general eu João lourenço escrivão que a escrevy

p^o andre — Ebano.

João benito estante nesta villa de nosa Sora do Rozairo de pernagua que diçe ser de idade de trinta e sinco annos pouco mais ou menos tes.ha jurada aos Sanctos evangelhos en que pos a mão e prometeo dizer verdade

Perguntado elle tes.ha pello conteudo no auto que todo lhe foi lido e clarado (sic) Dice elle tes.ha que fora en comp.a do general e lhe assistira no exame De todos os Rib.ros descubertos é de alguos mais que se descubrirão neste destrito e baia de pernagua os quoaís Ribeiros laurandoçe nelles se tirara ouro todas as peçoas da comp.a do dïto general e que elle testemunha tirara tanbem ouro e pello que se vio e se Examinou se achão serem minas de Rendimento e de sustança por se ver por peçoas cada dia purara hũ cruzado douro qdo. menos dous tostois meia pataca e asin mais diçe Elle tes.ta q en comp.a do general assistira no exame e vistoria da mina Das pedras con o Capp.am gabriel de llara e os officiaes da camara en presença de todos se tirarão pedras en catas que se fizerão hua ate duas braças debaixo do cham fora e afastado do Ribeiro tres ou quatro braças por terra firme en que ben se mostrão seren nactivas por se acharen entre outras linpas que não mostrão ter ouro no meio do Cascalho inprimidas na picara Crauadas e nellas ouro inprimido como se ve nas q vão de amostra das quoaïs feito exame moendose pezo de dose a Ra-tes se apurou hua onça de ouro e tanben se acham pello veio dagoa nas catas das lauagens entre outras linpas como dito he e diçe mais elle tes.ha que vira e era verdade q todo ouro que se laua neste Ribeiro se acha ser despedido das ditas pedras por virem de mistura con pedras meudas E outro sin diçe elle tes.ha de como se descobrirão e estão descubertas mjas de ouro en Ribeiros que se acharão e catearão nos campos de curitiba agoas vertentes p.a o sertão desta baia De pernagua e dice mais elle tes.ha q alen de se achar nesta paragem da mina das pedras se acham outras ainda que não en tanta quantidade dahy a duas legoas en outros Ribeiros q estão descubertos no mesmo modo que se acham as outras De q se prezume pello tenpo en diente pella continuação de se laurarem podera achar algu mineral e criação de pedras juntas que de prezete não pode facilmente descobrir por ser mta distancia de serros e vales fragozos E he neçeçario tenpo e mto cabedal de gentio o q tudo elle Dito general entabolou e vay continoando com diligencias neçeçarias pa mais se descobrir e que isto sabe elle tes.ha e vira como se vista e presente a tudo o asima dïto E al não diçe e se asinou con o dito general E eu João lourenço escrivão que o escrevy

João benito — Ebano

O Cappam Bernardo Sanches de agiar tes.ha que diçe ser de idade de quorenta e hu anos pouco mais ou menos tes.ha jurada aos Sanctos evangelhos en que pos a mão e prometeo diser verdade

Perguntado Elle tes.ha pello conteudo do auto q todo lhe foi lido e declarado diçe elle tes.ha que laurando nas minas achara duas o tres pedras distancia de duas legoas pouco mais ou menos das minas das pedras da mesma manera das outras q se acham na mina das pedras e diçe mais elle tes.ha que conforme a Disposição das minas que estão descubertas e do ouro q dellas se tira e se vay tirando prometem seren de Rendimento e pello q entende de minas achou ser esta terra e paragem mto Rica e al não diçe e se asinou com o dito general e eu João Lourenço escrivão que o escrevy

ebano — Bernardo Sanches de agiar.

fr.co, da gama pais mor, nesta villa de nosa Sora do Rozario de pernagua q Diçe ser de idade de trinta e sete annos pouco mais ou menos tes.ha. jurada aos Santos evangelhos en q pos a mão e prometeo dizer verdade

Perguntado Elle tes.ha, pello conteudo no auto q todo lhe foi lido e declarado diçe elle tes.ha, que fora en compa. do general e lhe assistira no exame e vistoria de todos os Ribeiros descubertos e de alguns mais que se descobrirão neste dtstrjto E baia de pernagua os quais Ribeiros laurandoçe nelles se tirara ouro e q elle tes.ha, tirara tãobem ouro e pello q se vio e se examinou se acham serem as minas de Rendimento e de sustancia por se ver por peçoa apurar cada dia hũ Cruzado de ouro e qdo. menos dous tostois meia pataca. E asim mais diçe elle tes.ha, q en compa. do dito general assistio no exame e vistoria no Ribeiro da mina das pedras com o descubridor o Cappam, gabriel de lara e os officiais da camara en prezença De todos se tirarão pedras en latas q se fizerão hũa te duas Bracas de baixo do chan fora e afastado do Ribeiro tres ou quatro bracos por terra firme en que se mostrão serem nas Ruas por se acharem entre outros linpos que não mostrão ter ouro nomeio do cascalho enprimidos na picarra Crauadas e nellas ouro enprimido como se ve nas q vão de amostra das quois feito Exame moendoçe pezo de doze aRates se apurou hũa onça de ouro e tanben se acham pello veio dagoa nas catas das lauagens entre outras linpas como dito he e dice mais elle tes.ha, q todo o ouro que se llaua neste Ribeiro se acha ser despedido das ditas pedras por uirem de mistura com pedras meudas e outro sim diçe mais elle tes.ha., de como se descobrirão e eestão descubertas minas de ouro en Ribeiros que se acharão e catearão nos canpos de curiytiba agoas vertentes pa. o sertão desta Dita baia de pernagua E diçe mais elle tes.ha, que alem de se achar nesta paragem da mina Das pedras se achão outras ainda q não entanta cantidade dahiy a duas legoas Em outros

Ribeiros q estão descubertos no mesmo que se achão os outros de que se presume pello tempo endiente pela Continuação de se laurarem podera achar algũ mineral e criasão de pedras juntas q de presente não pode facilmente descobrir por ser mta. distancia de serros e ualles fragozos e he neçario tempo e mto. cabedal de gentio o q tudo elle dito general Emtabolou e vay continuando com diligências neçarias pa. mais se descobrir e que sabe elle tesha, e uira como de vista e presente a tudo o asima dito e al não diçe e se asinou cõ o dito general e eu João lourenço escrivão que o escrevy.

Frco. da gama pais — Ebano.

Dioguo de lara m.or nesta villa de pernagua de idade de trinta anos pouco mais ou menos tes.ha jurada aos Santos evangelhos en que pos a mão prometeo dizer verdade

Perguntado elle tes.ha pello conteudo no auto diçe elle tes.ha q fora en comp.a do general Eliadoro ebano e lhe assistira no exame de todos os Ribeiros descubertos e de algus mais que se descobrirão neste destrito e baia de pernagua os quais Ribeiros laurandoçe se neles se tirara Juro todas as peçoas de comp.a do dito general e q elle tes.ha tirara tanbem ouro e pello que se vio e se examinou se achão ser en minas de Rendimento e de sustança por se ver poe peçoas apurar cada dia hu cruzado de ouro e quando menos dous tostojs meia pataca e asin mais diçe elle tes.ha que en cop.a do dito general no exame da mina das pedras con o descobridor o Capp.an gabriel de lara e os officiaes da camara em prezença de todos se tirarão alguas pedras en catas que se fizerão hua até duas braças debaixo do cham fora e afastado do Ribeiro por terra firme e tres ou quatro braças en que ben se mostrão seren nactivas por se acharem entre outras linpas que não mostrão ter ouro no meio do cascalho enprimidas no meio do cascalho digo na picara crauadas nellas ouro enprimido como se ve nas q de amostra das quoaes feito exame moendoçe pézo de doze a Rates se apurou hua onça de ouro e tão bem se acham pello veio dagoa das catas das lauagens entre outras linpas como dito he e dice mais elle ttesta. que era verdade que todo o ouro q se laua neste Ribeiro se acha ser como despido das ditas pedras por vir de mistura com pedras meudas e outro sim diçe elle tes.ha de como descobrirão e estão descubertas minas de ouro em Ribeiros que se acharão e catarão nos campos de curitiba agoas vertêtes p.a o sertão desta baia de parnagua e diçe mais elle tes.ha que alen de se achar nesta paragem da mina das pedras se acham outras em Rib.ros que se descobrirão ainda que não emtanta catidade dahy a duas legoas no mesmo modo quaes outras de que se prezume pello tempo endiente pella continuação de se laurarem podera acontecer achar algu mineral e criação de pedras juntas q de presente não pode facilmente descobrir por ser mta distancia de serros e ualles fragozos e he neçario

tempo e mto cabedal de gentio o que tudo elle dïto general entabolou e vai continuoando con diligencias necessarias pa mais se descubrir e que isto sabe elle tes.ha e vira como de vista e presente a tudo o asima dïto e al não diçe e se asinou cõ o dïto general e eu João lourenço escrivão que o escrevy

Diogo de lara — Ebano.

Thome andre m.or nesta Villa de nossa Sõra do Rozalro de pernagua que diçe ser de idade de vinte e tres anos pouco mais ou menos test.a jurada aos Santos evangelhos en q pos a mã e prometeo dizer verdade. Perguntado elle tes.ha pello conteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado diçe elle tes.ha q fora en comp.a do general e lhe assistira no exame de todos os ribeiros e de alguns mais q se descobrirão neste destrito e baia de pernagua os quais Ribeiros laurandose neles se tirara ouro todas as peçoas da comp.a do dïto general e que elle tes.ha tirara tambem ouro e pello que se vio e se examinou se achão seren minas de Rendimento e de sustancia por se ver por peçoas apurar cada dia hu cruzado de ouro e q o menos dous tostois meia pataca e diçe mais elle tes.ha q en comp.a do dïto general assistira no exame da mina das pedras e o descubridor o Capp.an gabriel de lara e os officiaes da camara e en prezença de todos se tirarão pedras en catas q se fizerão hua ate duas braças debaixo do chan e afastado do Ribeiro por terra firme tres ou quatro braças en q bem se mostrão seren nactivas por se acharem entre outras linpas q vão mostrã ter ouro no meio do cascalho enprimidos na picarra e nellas ouro enpremido como se ve nas q vão de amostra das quais feito exame moendose pezo de doze a Rates se apurou hua onça de ouro e tãoben se achã pello veio dagoa nas catas das lauagens entre outras linpas como dïto he e diçe mais elle tes.ha q todo o ouro q se laua neste Ribro da mina das pedras se acha ser como despedido das ditas pedras por viren de mistura con pedras meudas e outro sim diçe elle tes.ha de como se descobrirão e estão descubertas minas de ouro nos canpos de curitiba agoas vertentes p.a o sertão desta baia de pernagua e diçe mais elle tes.ha q alem de se achar nesta paragen da mina das pedras se acham outras ainda q não entanta quantidade dahy a duas legoas em outros Ribros q estão descubertos no mesmo modo q se achão as outras de q se prezume pello tempo endiente pela continuação de ce laurarem podera achar algu mineral e criação de pedras juntas q de presente não pode facilmente descubrir por ser mta distancia de serros e vales frogozos e he neçerario tempo e mto cabedal de gentio o q tudo o dïto general entabolou e vai continuando con diligencias neçerarias p.a mais se descubrir e q isto sabe elle tes.ha e vira como de vista e presente a tudo o asima dïto e al não diçe e se assinou con o dïto general e eu João lourenço escrivão q o escrevy.

thome andre.

O capp.an pero de candia m.or na villa de cananea de idade de setenta anos pouco mais ou menos test.a jurada ao Santos Evangelhos em que pos a mã e prometeo dizer verdade

perguntado elle tes.ha pelo conteudo no auto diçe elle tes.ha q vindo da cananea a laurar ouro nas ditas minas e conforme a despusão das minas que estão descubertas e do ouro q dellas se tira e se vay tirando prometem seren de Rendimento e pelo q se acha ser esta terra Rica e al não diçe e se asinou con o dito general e eu João lourenço escrivão que o escrevy

pº decandia — Ebano

Manoel de lemos m.or na villa de cananea tes.ha que diçe ser de idade de trinta e tres anos pouco mais ou menos tes.ha jurada dos Santos evangelhos em q pos a mão e prometeo dizer verdade

Perguntado ele tes.ha pello conteudo no auto q todo lhe foi lido e declarado diçe elle tes.ha q vindo elle de cananea a tirar ouro nas ditas minas e conforme a desposição dellas q estão descubertas e do ouro das ditas minas se tira e se vay tirando prometem seren de Rendim.to e pelo que se ve se acha ser esta terra mto Rica e al não diçe e se asinou con o dito general e eu João lourenço escrivão que o escrevy

M.el de lemos

O Capp.an gabriel de lara m.or nesta villa da pernagua q dice ser de idade de corenta e nove anos pouco mais ou menos test.a jurada aos Santos evangelhos em q pos a mã e prometeo dizer verdade Perguntado elle tes.ha pello conteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado diçe elle tes.ha q depois de ter descubertos sinco Rib.ros de minas douro nos campos de curiitjba em paragen sabida e manifestada e entabolada fora elle dito correr mais terra e canpos distancia de doze legoas na coal cateando Ribeiros achara teren ouro perto de trinta Rib.ros os quais manifestou ao general e que lhe parecia conforme a despusão do destrito de curiitiba teren ouro todos os Rib.ros q nelle ouver e pello auber asin visto e corrido o sabe de uista como quen os descubrio e andou en sua comp.a leuara diogo peneda e diogo de braga en presença dos quais fes o q dito he e al não diçe e se asinou com o dito general e eu João lourenço escrivão que o escrevy

Ebano

Gabriel de lara.

O capp.an Diogo peneda m.or nesta villa tes.ha referida jurada aos Santos evangelhos de idade que dice ser de quorenta e sinco annos pouco mais ou menos em q pos a mão e prometeo dizer verdade

Perguntado elle tes.ha pelo Referim.to atras diçe elle tes.ha q era verdade fora en comp.a do Capp.a gabriel de lara aos campos de curjitiba sertão desta baia e q corendo e andando distancia de des ou doze legoas fora senpre apalpando Rib.ros e nos mais delles acharã pintas douro e lhe parece e conforme o exame q o dito general fes se estendê estas minas por aquelle sertão e que isto he o vio (?) e sabe e al não diçe e se asinou con o dito general e eu João lourenço escrivão que o escrevy

Diogo peneda

Ebano o qual

treslado Eu miguel vas escrivão do iudicial E notas o fis tresladar do proprio a que me Reporto tudo corri E consertei com official comigo abaixo asinado E tudo vai na verdade sem couza que duvida fasa oie doze de junho de mil E seis sentos E sincoenta e hũ

Miguel Vas

E comiguo Juis
alves

Comsertado com o proprio
Miguel Vas

Treslado do auto do segundo eizame e uistoria que o general Liadoro ebano fes com poderes de administrador das minas nestas Capitanias no ribeiro das pedras comtorno e sertão da vila de pernagua.

Anno do naçim.to de noso snõr Jesu Cristo de mjl e seis sentos e sincoenta em os doze dias do mes de maio da dita era neste ribeiro das pedras termo e sertão desta vila de pernagua estando nele o general eliadoro ebano fazendo eizame e vistoria com poderes de administrador das minas nestas capitãjas do sul em sua companhia o provedor pascoal afonso e os ofisiais da Camara da dita villa e algũs moradores dela com ientio que en tres se pode juntar mandou o dito general a mi escrivão fazer este auto de como estando juntos mandarão laurar e Cauar no dito ribeiro das pedras onde se trabalhou com couza de vinte indios na lavora e Cata que fizerão se acharão quantidade de dous quintais de pedras que tinham ouro a uista hũas mais que outras porque erão hũas mais pequenas e outras grandes as quais ditas pedras alem de outras muitas que não mostrauão nemhũ ouro se tirarão de tres ate quatro braças pela terra dentro afastado do dito ribeiro em oito nove pal-

mos ate doze quatorze de altura debaixo do cham alguas delas dentro no Casqualho ou pisarra que ber mostrão serem nativas E criadas no dito lugar de que se giqua prezumindo ter por fundamento algum mñeral das ditas pedras que por falta de minero que o emtenda (que o entenda) e cantidade de iointio que as labre se não comsegir o emtrento prisípál e pera que se iustifique e comste desta clareza mandou fazer este auto que asinou eu Ant^o velho de melo escriuão que de presente sirvo das mñas que o escrevi — eliador ebano

Emquirisão de testemunhas tiradas
em virtude do auto atras

Aos treze dias do mes de maio deste anno presente de mil e seissentos e sinquoenta annos nesta mina das pedras estando ahi o general eliadoro euano com poderes de administrador das minas elle commigo escrivão de seu cargo emquirimos e preguntamos as testemunhas que nos forão chegados em virtude do auto atras e seus ditos e testemunhas são tais como adiante se segue de que fis este termo de emquirisão Ant^o velho de melo escrivão das minas que o escrevi. —

O Capitão Ant^o nunes pinto morador na vila de São Paulo ora estante nestas mñas e laurando nelas de idade que dise ser de simquoenta e sinquo anos pouquo mais ou menos testemunha jurado aos santos euangelhos que pelo dito general com poderes de administrador das minas lhe forão dadas em que el poz a mam e prometeo dizer verdade do que soubese e preguntado lhe fose —

E preguntando ele testemunha pelo comteudo no auto atras que êle mesmo per si leu dise ele testemunha que era verdade que pesoalmente se achara neste segundo izame de ribeiro das pedras e labrando ele testemunha nele com o seu gentio aChara obra de hũ quintal de pedras que todas tinhão ouro hũas grandes e outras mais pequenas e parte delas debajcho do chão sete ou oito palmos e outras empremidas na pisarra noue palmos dalto em que bem se ve serem pedras nativas e pela desposição de lauara se prezume darse em algũ fundamento delas de considerasão mais que pera iso convem auer mineros que o emtendão e forsa de yentio pera as fabricuar e romper o que se estendem que serão duas leguoas porquo mais ou menos Conforme as paragens donde tabem se acharão pedras de ouro e outrosim disê ele testemunha que emdustrja de sua coriozidade fizera esperiência em pedras que não mostrauão ouro moidos em o que botara azogue tirara ouro delas pelo que emtende ele testemunha virão a ser com o necessário declarada de m.ta sustancia as quais pedras se achão tres ou quatro braças afastado do ribeiro pela terra dentro o que tudo sabe pelo ver he estar prezente na dita vistoria e al não dise nem do custume e se asinou com o dito general Eu ant^o velho de melo escrivão que o escrevi Ant^o nunes pinto ebano.

Gaspar fernandes morador na vila de São paulo ora estante nestas minas de idade que dise ser de vinte annos pouquo mais ou menos testemunha iurado aos santos evangelhos que lhe forão dados em que ele pos a mão e prometeo dizer verdade do que souvese e preguntado lhe fose —

E preguntado ele testemunha pelo conteudo no auto atraz que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que ele se achara presente neste segundo eizame e ajudara a calcar e a labrar no dito ribeiro e mina das pedras e nelas achara e ele testemunha algũas pedras de ouro tres braças pela terra dentro afastado do ribeiro oito ou nove palmos de altura debaixo do chão dentro da pisarra e pelo que se estendem adistância conforme pedras que se acharão em outras partes seram duas leguoas ou mais E emtendo que sendo as ditas minas fabricadas com o cabedal de gentio mostra poderem ser de muita importancia porque totalmente são as ditas minas de fundisão pera o que ão mister minero E fundidor que o emtenda porque vio ele testemunha tirarse ouro de pedras que o não mostravão ter porque o vio tirar a pesoa que o fes de sua coriozidade o que ele tudo vio saue (sabe) por estar presente e al não dise asinou seu testemunho Ant^o velho de melo escriuão das minas que o escrevi ebano Gaspar fernandes.

pero roíz morador na vila de são ioão de Cananea ora estante nestas minas de idade que dise ser de trinta annos pouquo mais ou menos testemunha iurado (jurado) aos santos evangelhos que sobre hũ livro deles lhe forão dados emque ele pos a mão e prometeo de dizer verdade de que souvese e preguntado lhe fose

E preguntado ele testemunha pelo conteudo no auto atraz que lhe foi lido e declarado dise que em companhia dos mais viera a este izame das minas das pedras com hũ negrinho que tinha com o coal cauara e achara duas ou tres pedras hũa maior e duas mais pequenas que todas poderão ser tres ou quatro oitavas de ouro as quouis tirara afastado do ribeiro coatro braças pela terra dentro em oito palmos de altura debaixo do chão e que pelo pouquo que se labrou a falta de ientio e largura de hũ tabuleiro larguo lhe parese que fabricando-se as ditas minas com mais cabedal e minero e fundidor que o emtenda serã de muita emportancia e outrosim dise ele testemunha que vira tambem tirar ouro de pedras que o não mostrão no que se mostra serem minas de fudisão e as pedras serem nativas criadas debaixo do cham e al não dise diquo o que seça pelo ver e estar presente e al não dise e se asinou com o dito general eu ant^o velho de melo escriuão das minas que o escrevi pero rodrigues teues ebano.

Gaspar fernandes morador na vila de são paulo ora estante nestas minas de idade que dise ser de vinte anos pouquo mais ou menos testemunha juado s(ic) aos Santos evangelhos que lhe forão dados dados (sic) em que ele pos a mam e prometeo dizer verdade de que souvese e preguntado lhe fose —

E preguntado ele testemunha pelo conteudo no auto atraz que todo lhe foi

lido e declarado disse ele testemunha que se achara presente neste segundo izame e aindara a catear e laurar no dito ribeiro e mina das pedras e nelas achara e ele testemunha algúas pedras de ouro tres braças pela terra dentro afastado do ribeiro oito ou nove palmos de altura debaixo do cham dentro na pisarra pelo que se estendem se acham em outras partes sera na largura dos taboleros hũa legua ou duas pouquo mais ou menos emtendem as ditas minas fabriquadas com cauedal de ientio e auer minero que o emtenda pode não ser de m.ta emportança por que totalmente são as ditas minas de fundisão porque vio ele testemunha tirar se ouro de pedras que o não mostraão, ter por pesoa que o fes de sua abelidade o que ele tudo vio e saue por estar prezente e al não dise se asinou com o dito general Ant^o velho de melo escrivão que o escrevi gaspar fernandes pinto — ebano.

Aos vinte e três dias do mes de maio deste prezente anno de mil e seis sentos e sinquoenta nesta vila de nosa Snõra do rozairo de pernagua em pouzadas do general eliador ebano com poderes de administrador das minas comigo escrivão inquirimos e preguntamos as testemunhas que nos forão chegadas em vertude do auto atras e seus ditos e testemunhos são tais como adiante se segue de que fis este termo de emquirisão Ant^o velho de melo escrivão das minas que o escrevi.

Manoel da costa de Cordoua estante nesta dita vila e morador na vila de nosa Senhora da Comseisão de idade que dise ser de sinquoenta annos pouquo mais ou menos testemunha jurado aos Santos evangelhos que sobre hũ livro deles lhe forão dados em que ele pos a mam e prometeo dizer verdade do que soubese e preguntado lhe fose

E preguntado ele testemunha pelo comteudo no auto atras que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que se achou na vistorja que se fes na mina de pedra e em sua prezença se tirarão alguas pedras cheas de ouro hũas mayores e outras pequenas as quais se acharão afastado do ribeiro quatro ou sinquo braças nove e des palmos debaixo do cham alguas delas antes da pisarra e outras nela e que não ha duvida serem nativas como criadas no dito lugar e que se ouvese minero que fizese as deligenças necessarias pode ser achar se mineral delás o que tudo save pelo ver e estar prezente e al não disse e se asinou An.to Velho de melo escrivão as minas que o escrevi Manoel da Costa cordoua — ebano.

João Roiz melonero morador na vila de nosa senhora da comseisão ora estante nesta vila que dise ser de idade de sinquoenta e oito annos pouquo mais ou menos testemunha jurada aos Santos evangelhos em que pos a mam e prometeo dizer verdade

E preguntado ele testemunha pelo comteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que como prezente na vistoria que se fes

na mina das pedras labrandoçe vio tirarem se algũas maiores e outras mais pequenas e hũas com mais e menos ouro as quais se acharão obra de quatro braças afastado de ribeiro em altura de dez ou doze palmos de baixo de cham hũas antes da pisarra e outras debaixo delas diguo dentro nela e pelo que se ve da dita mina avendo minero que bem emtenda se espera serem de m.ta empportança e al não dise e se asinou Ant^o velho de melo escrivão das minas que a escrevi João Roiz melonero — ebano.

João velozo morador nesta vila de idade que dise ser de trinta anos pouquo mais ou menos testemunha iurado dos Santos euangelhos em que pos a mam e prometeo dizer verdade

E preguntado ele testemunha pelo comteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que ele se achara prezente na vistoria das minas das pedras vio que do ribeiro afastado couza de tres ou quatro braças indo labrando e labando com pouqua fabriquã de iente se acharão alguas pedras de ouro nativas em des doze e treze palmos de altura debaixo do cham hũas — fora da pisarra outras dentro nela as quais ditas pedras mostravão ouro a vista e estavão emtre outras que o não tinhão nem mostravão e prometem que se ouver minero e fundidor com fabriquã de ientio que a laure seia couza de m.to rendimento asim pelo que ve das ditas pedras como tambem pela grandeza da mina e isto he o que vira e acha em sua comsjencia da dita minas e al não dise e se asinou Ant^o velho de melo escrivão das minas que o escrevi João velozo — ebano.

An.t^o perera morador na vila de São ioão de Cananea ora estante nesta vila de idade dise ser de vinte annos poquo mais ou menos testemunha a quem foi dado iuram.to dos Santos evangelhos em que pos a mam e prometeo dizer verdade

E preguntado ele testemunha pelo comteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que ele se achara prezente na vistoria e izame que se fes na mina das pedras vira que indo se laurando desda a uorda (borda) do ribeiro pela terra dentro se acharão alguas pedras de ouro tres quatro braças afastado do dito ribeiro em doze treze e quatorze palmos de altura de baixo do cham hũa antes da pisarra outras dentro dela as quouis ditas pedras mostravam como erão natiuas e pelo que delas se ve se ouver numero e fundidor promete a tal mina das pedras m.ta riqueza e isto era geralmente visto e sauido (sabido) e al não dise e asinou An.t^o velho de melo escrivão das minas que o escrevi Ant.^o perera — ebano.

Andre migalhas morador nesta vila que dise ser de quorenta e tres annos pouquo mais ou menos testemunha jurada aos santos evangelhos em que pos a mam e prometeo dizer verdade.

E preguntado ele testemunha pelo comteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que se achara prezente no izame e uistoria que

se fez na mina das pedras e vio que delas se tirarão alguas pedras de ouro grandes e pequenos hũas com mais outras com menos tres ou quatro braças afastado do ribeiro em doze treze palmos debaixo do cham algũas antes da pisarra e outras dentro nela as quocais ditas pedras são nativas e criadas no mesmo lugar e pelo que se mostra da dita mina se ouver forsa de ientio minero e fundidor sera couza de m.ta emportançja asim para como bem commum como tambem ao aumento ao seruiso de sua magestade e isto he o que emtendo das ditas minas e al não dise e se asinou Ant.^o velho de melo escrivão das minas que o escrevi Andre migalhas — ebano

Vito antonio morador na vila de são paullo ora estante nesta villa de idade que disse ser de sinquoenta e seis annos pouquo mais o menos testemunha è iurada aos santos evangelhos em que pos a mão e prometeo diser verdade e perguntado gle testemunha pelo conteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que a sua vista na mina das pedras se tirarão pedras de sustançja conforme ouro que mostrauão he sem duvida peloque ele testemunha emtende e pelo que vio e ouvio a pesoa que de prezente estayão virião a ser mina de m.ta considerasão e rendjmt.o se ouver minero e quem a labre as quais pedras vio tirar afastado de ribeiro tres e quatro braças em te doze e treze palmos debaixo do cham hũas fora da pisarra outra dentro nela e que são pedras nativas e al não dise e se asinou An.to velho de melo escrivão das minas que o escrevi

Vito antonio — ebano.

Esteuão de fontes juiz ordinariu desta vila este prezente anno de idade que dise ser de corenta e dous annos pouquo mais ou menos testemunha e iurado no livro dos santos evangelhos em que poz a mam e prometeo dizer verdade E perguntado ele testemunha pelo conteudo no auto que todo lhe foi lido e declarado dise ele testemunha que ele fora a djta mina das pedras em companhia dele dito general a hũa como iuis (juiz) e outra por ser chamado para o izame e uistoria em que ele labrou e uia labrar aos de maiz e na lauora se tiraram pedras de ouro emtre outras que o não mostravão as quais são nativas e criadas no mesmo lugar porquanto estão tres e quootro braças pela terra dentro afastado do ribeiro na pisarra e fora dela em des doze palmos debaixo do cham aonde se não pode obrar efeito salvo aber minero e fundidor e iente (gente) que as posa romper e que sera couza de m.to rendim.to de que se posa fazer m.to cauzo (?) e al não dise Ant.^o velho de meio escrivão das minas que o escrevi esteuão de fontes — ebano

Sertidão

Sertifiquo eu Ant.^o velho de melo escrijuão que de prezente siruo das minas nesta vila de nosa Senhora do rozairo de pernagua que he verdade que

eu com o escrivão das ditas minas me achei presente neste segundo eizame e uistoria que se fes nas minas das pedras e vi que do ribeiro para dentro na terra firme tres e quatro braças afastado do ditonibeiro se tirarão pedras de ouro debaixo do cham doze treze palmos de alto as quoais ditas pedras erão nativas nasidas e criadas no mesmo lugar e de fundisão e todos os que as uirão geralmente diserão e afermarão serem minas de fundisão e de m.to rendim.to conforme o ouro que mostrauam a vista a qual dita fundisão se não fez por não auer ordem para iso nem o que era necessario e fundidor e sem duuida se ouuer minero e fundidor qu ea emtenda e fabrika de ientio sera a tal mina de grande rendimen.to a fazenda de sua magestade como em muito aumento de seus vassalos e logo que se achou e vio que a dita mina era se deu data ao descobridor e por verdade e me ser mandado pasar a presente a pasei na verdade como escrivão que fui no izame e vistoria na dita mina nesta vila de nosa senhora do rozaio de pernagua em os oito dias do mes de iunho de mil e seis sentos e sincoenta annos. An.to velho de melo o qual treslado Eu miguel vas escrivão do publico yudicial en E notas o fis tresladar do propio a que me Reporto tudo corri e Comsertei com o official Comigo abaixo asinado E tudo vai na verdade sem couza que duvida fasa oie dose de iunho de mil E seissen-tos E sincoenta E hũ anos

E comigo Juis
alues

Miguel Vas
Comsertado com o propio
Miguel Vas

(Arquivo Histórico Colonial --- S. Paulo, Papéis Avulsos, 1651)

Doc.to anexo, ao de 1651:

Hey por bem que o Alvará atras escrito que se passou a Jorge Soares de Macedo tenha effeito no officio de Contador, e de Capitão da fortaleza que se houver de fazer no citio das minas de Pernagua, ou Sabarabusú (hauendoas dezenhandoa por sua experiencia, assy como hauia de vzar quando houvesse Efeito nas minas da Tabayana que o não tiuerão, por novamente o mandar a repartição do sul cõ o Administrador D. Rodr.º de Castelbranco a este effeito. Pello q hey por bem e mando q esta Apostilla se cumpra e guarde, e pellas partes a q tocar se lhe passarão os despachos necessarios com as clauzulas declaradas no mesmo Alvará, que a se deo tempo lhe farey cumprir e guardar sem duvida, nem embargo algum, e de não passar esta pela chancelaria, e da ordenação e mais ordens que houver em contrario. Officiaes da camara da vila de São Paulo.

Eu o Príncipe vos envio saudar. Viose a vossa carta de 22 de Dez.ro do anno p.do em que me representais os seruiços q elles m.ors tem feito a esta Coroa na conquista dos Indios barbaros do reconcavo da Bahia, a q em toda occazião de seus acrescentamentos lhes hey de mandar defferir como

merecem e tambem o q me representais sobre o imposto de donativo de Inglaterra e paz de Holanda, e porq hora fui seruido rezolver fosse ao descobrimento das minas de prata e ouro de Pernaguay o Administrador geral D. Rodr.^o de Castel branco, e o Thenente general Jorge Soares de Macedo, para de hua vez se vir em conhecimento de q ha estas minas, ou de todo se colher o dezengano de q não presistem, mandey applicar a este dispendio o dito imposto, e os mais desas Villas da repartição do Sul, por se achar minha faza tão exhausta q não houve outros effeitos q lhe aplicar e pladeste Reino satisfazer a Inglaterra e Holanda o q elles importão e desuaneçêdo ao intento das minas de Pernagua lhes ordeno passem a Serra de Sabarabusú; e porque o não poderão fazer sem adjutório desses moradores como leuão por instrução comunicando comvosco o modo com q se pode fazer esta jornada, a disporeis, e os m.ors q me ouverem de fazer este seruiço quando sejam em n.^o em q se lhe haja de nomear Capitão q vá a ordem do dito Thenente general vós o nomeareis e fio de vosso zello, e de bem q tendes assistido ao que tocca em beneficio desta coroa, obreis visto, e na entrega do q se estiuer deuendo de donativo e for cahindo para supprir a despeza do q fica referido, de modo q tenha eu q vos agradecer e defferir em vossos acrescentamentos como merecem tão leais vassallos e emquanto a queixa q me fazeis s.e a repartição do Sal e preço porq se vos vende, e excessão dos off.es da Villa de Samctos; o Dez.or João da Rocha Pitta q envio a delegencias de meu seruiço a essas Capitánias leua ordem minha para compor este negocio, e nos mais demeu seruiço e do q tiueres q requerer perante elle vos fará justiça e de vos confio o deixares obrar, aduertindoo daquellas couzas q mais convenientes forem p.a vossa conseruação, e augmento dessa villa

escrita.

(Arquivo Histórico Colonial — S. Paulo, Papeis Avulsos, 1651)

Documentos quinhentistas espanhóis referentes à Capitania de S. Vicente

J. P. Leite Cordeiro

Permanece ainda algo nebulosa a historia quinhentista da Capitania de S. Vicente. A não ser poucos trabalhos esparsos, algumas fontes primarias já divulgadas em coletaneas de documentos, obras genealogicas tal a de Pedro Taques ou historicas tais as de Frei Gaspar da Madre de Deus e as de Mestre Afonso de E. Tañay, os pesquisadores daquele periodo sentem a falta dos instrumentos que lhes permitiriam um levantamento mais amplo da epoca dos quinhentos.

Não ha muito, Sergio Buarque de Holanda, em serie de artigos publicados no "Estado de S. Paulo" sob o titulo "Prehistoria das Bandeiras", baseado no que já possuíamos e — em obra altamente meritoria — desfazendo para nós o ineditismo de fontes primarias e de trabalhos historicos de origem castelhana ou hispano-americana, lançou nova luz sobre fatos até então obscuros e não explicados nas relações a que se sujeitavam entre si as primevas histórias lusa e espanhola na conquista da America do Sul.

Chega-nos, agora, de Sevilha, do arquivo de Don Santiago Montero Diaz, heurista de alto renome e conhecedor profundo dos arquivos espanhóis, uma relação de documentos que interessam diretamente á nossa historia quinhentista. Conhecidos já, em seus textos, por historiadores lusos e hispano-americanos, acreditamo-los, porem, ineditos, em grande parte, para os pesquisadores paulistas, motivo que nos leva a inserir nas paginas de nossa revista a lista daqueles que diretamente nos dizem respeito. Assim orientados, os pesquisadores que o desejarem, poderão recorrer á fonte sevilhana para a obtenção das cópias que desejarem.

* * *

10 — Real Cédula a don Lope Hurtado, Embajador de España en Portugal, sobre los temores que habia de que los portugueses mandasen armadas a Rio de La Plata y al Marañon que estaban dentro de la demarcación de Castilla, y sobre la salida de Gonzalo de Acosta, que fué recojido por

la armada de Caboto y que había vivido con dos cristianos en un puerto de la costa del Brasil. — Ocaña 17 de febrero de 1531 — 139-8, libro 15, folio 15.

11 — Real Cédula a los Oficiales de la Casa de la Contratación de Sevilla sobre la reclamación que hacía Gonzalo de Acosta tocante a que, viviendo él en las costas del Brasil, en el puerto de San Vicente, prestó grandes servicios a una armada que iba al Río de la Plata y que se fué en ella de intérprete, y que, vuelta dicha armada y la de Sebastián Caboto por dicho puerto, volvió a proveer de vituallas y algunos esclavos a ciertas personas que ahora se negaban al pago, por lo que se les manda que, llamadas y oídas las partes, administren justicia. — Ocaña 4 de abril de 1531 — 148-2-2, Libro 2, folio 56.

12 — Párrafos de cartas del Consejo sobre que se había contratado a un portugués llamado Gonzalo de Acosta, que había estado muchos años en las costas del Brasil y Río de la Plata, para evitar que aceptase las proposiciones del Rey de Portugal tocantes a tenerlo a su servicio, y que fuese en la armada que había de ir a la conquista del Río de la Plata. — (28 de junio de 1531) — 140-7-31.

13 — Información hecha en Sevilla en 2 de junio de 1531, a instancia del General Sebastián Caboto, para el pleito que seguía con el Capitán Francisco de Rojas; consta el interrogatorio de 21 preguntas y en ellas se refiere todo lo que ocurrió en el viaje que hicieron al Río de la Plata y las desavenencias que tuvo con dicho Capitán — 1-2-1/8.

14 — Probanza presentada por Isabel de Rodas, viuda de Miguel de Rodas, que fué en la armada de la Especiería, de Caboto, y éste le dejó en la isla de Santa Catalina, donde luego se ahogó. — Avila 7 de julio y 11 de septiembre de 1531 — 1-2-1/8.

15 — Carta de don Lope Hurtado a la Emperatriz sobre lo que había hablado con el Rey de Portugal acerca del Río de la Plata y que hiciese averiguar el tiempo en que Solís fué a descubrirlo y lo que hizo. — Evora 12 de septiembre de 1531 — 142-3-11.

16 — Defensa de Sebastián Caboto contra la acusación que le hizo Catalina Vázquez, como madre de Martín Méndez y de sus hermanos, que fueron abandonados en una isla. (24 de septiembre de 1531) — 1-2-1/8. Pieza 1.

17 — Interrogatorio presentado por Sebastián Caboto sobre lo sucedido en la expedición con motivo del castigo de los hermanos Méndez y Miguel de Rodas. (1531) — 1-2-1/8, Pieza 1.

18 — Información hecha en la Casa de la Contratación de Sevilla sobre las negociaciones secretas del dominico fray Juan Caro y Rodrigo Pardo con el Rey de Portugal, y Real Cédula para interrogar a Pardo. — Sevilla 16 de diciembre de 1531 y Medina del Campo 11 de abril de 1532. — 2-5-1/6.

19 — Real Cédula a los Oficiales de la Casa de la Contratación de Sevilla para que averiguasen el paradero de un indio o india que Sebastián Caboto trajo de la isla de Santa Catalina y que se habia vuelto cristiano o cristiana, porque, sabiendo nuestra lengua, se podia aprovechar en alguna armada de las que se enviaren a aquellas partes. — Medina del Campo 20 de marzo de 1532. — 148-2-2, Libro 2.

20 — Probanza hecha en el puerto de San Vicente del Brasil, a patición de Francisco de Rojas, sobre las injusticias y atropellos que contra él cometió Sebastián Caboto. (1532) ? — 1-2-1/8, Pieza 1.

21 — Real Cédula a Gonzalo de Acosta para que pudiese ir en la armada que don Pedro de Mendoza estaba aprestando para ir a las provincias del Río de la Plata, por las noticias que tenia de aquellas tierras, donde podria prestar buenos servicios. — Valladolid 19 de julio de 1534. — 149-1-4 (?)

22 — Real Cédula a Gonzalo de Acosta para que fuesse con don Pedro de Mendoza a la conquista y población del Río de la Plata — Valladolid 19 de julio de 1534 — 122-3-1, folio 17 vuelto del libro 1º

23 — Real Cédula para que se entregasen a don Pedro de Mendonza los indios que Sebastián Caboto trajo de las provincias del Río de la Plata a isla de Santa Catalina. — Palencia 22 de agosto de 1534 — 123-3-1, libro 1, folio 31.

24 — Real Cédula al Embajador de España en Portugal sobre que averiguase si eran ciertas las noticias que se tenian de haber pasado por la Gomera cierta armada de Portugal en que iba por Capitán Pedro del Campo, vecino de Viana, con rumbo al Brasil o Río de la Plata, y que averiguase también el paradero del piloto Diego García de Moguer y si iba en la dicha armada. — (3 de mayo de 1535) — 139-1-9, libro 16, folio 187.

25 — Descripción de las provincias del Río de la Plata y costumbres de los indios guaranis y chiriguanaes — 1535 — 1-1-1/28, Rº 61.

26 — Carta del Embajador de España en Portugal, don Luis Sarmiento, a Su Majestad, sobre que los portugueses intentaban enviar una armada a las costas del Brasil y Río de la Plata. — Evora 15 de julio de 1536 — 143-3-11.

27 — Asiento y capitulación hecha con Gregorio de Pesquera para criar y grangear especiería en el Río de la Plata, desde la Cananea hasta el rio de Santa Catalina y cien leguas la tierra adentro — Valladolid 21 de agosto de 1536 — 122-3-1, libro 1, folio.

28 — Varias Reales Cédulas a Gregorio de Pesquera sobre la cria y comercio de la especiería en el Río de la Plata, desde La Cananea hasta el Río de Santa Catalina y cien leguas la tierra adentro. (9 de septiembre de 1536) — 122-3-1, libro 1.

31 — Información sobre los sucesos ocurridos en la armada de don Pedro de Mendoza desde que salió de España hasta el día de la fecha. — Buenos Aires 3 de junio de 1538 — 52-5-1/13.

32 — Carta de fray Bernardo de Armenta a Su Majestad. Puerto de San Antonio segundo día de Pascua de 1538. — 52-5-2/10, Pieza 16.

33 — Real Cédula al Gobernador de las provincias del Rio de la Plata para que admita en su gobernación y sin proceder contra ellos a todos los cristianos que, tanto en las costas del Brasil como en aquellas provincias, hubiesen vivido entre los indios y hecho vida como ellos y quisiesen hacer de nuevo la vida de cristianos. — Valladolid 20 de noviembre de 1539 — 122-3-1, libro 1.

35 — Carta de Alvar Núñez Cabeza de Vaca al relator del Consejo de Indias, licenciado Chaves, sobre los asuntos del Rio de la Plata — Madrid 1º de febrero de 1540. — 52-5-1/9, Pieza 4.

38 — Real Cédula a Gonzalo de Acosta para que fuese en la armada de Alvar Núñez Cabeza de Vaca a las provincias del Rio de la Plata por las noticias con que se hallaba de aquella tierra y navegación, a causa de haber ido anteriormente con don Pedro de Mendoza — Madrid 14 de agosto de 1540. — 149-1-4.

39 — Relación de la gente que llevaba en su armada el Gobernador de las provincias del Rio de la Plata Alvar Núñez Cabeza de Vaca. — Cádiz 2 de diciembre de 1540 — 52-5-1/9, Pieza 3.

40 — Acta de posesión de la isla de Santa Catalina tomada por el Gobernador de las provincias del Rio de la Plata Alvar Núñez Cabeza de Vaca — 18 de abril de 1541 — 52-5-2/10, Pieza 11.

41 — Información hecha en Marchena a 18 de noviembre de 1541, a petición de Vázquez de Orejón, padre del Maestre de Campo Juan Osorio, en la que un testigo refiere la salida de la armada de don Pedro de Mendoza de Sanlúcar de Barrameda y el desastre que sufrieron los españoles en el Rio de la Plata el día del Corpus Christi del año 1536. — 52-5-3/11, Pieza 4.

42 — Información en que se inserta una carta de Cristobal Pacheco que regresó a España en la nao "Sant Antón", que vino en conserva de la nao "La Magdalena", donde murió don Pedro de Mendoza, hasta que una tempestad la hizo arribar a la isla de Santo Domingo, donde se refieren detalles de la muerte de Juan Osorio. — (18 de noviembre de 1541) — 52-5-3/11, Pieza 4.

43 — Información hecha por el Gobernador del Rio de la Plata Alvar Núñez Cabeza de Vaca sobre los sucesos ocurridos hasta su llegada a La Asunción del Paraguay; consta el interrogatorio de 87 preguntas — 52-5-2/10, Pieza 11.

51 — Procesos contra Alonso Cabrera, Garci Venegas, Pedro Dorantes, Felipe de Cáceres y otros, por haber favorecido y ayudado a fray Bernardo de Armenta y a fray Alonso Lebrón, de la Orden de San Francisco, que con algunos españoles se huyeron de la provincia del Rio de la Plata al Brasil, sin licencia del Gobernador, o ocasionando con su partida grandes daños. — 1543 — 52-5-2/10, Pieza 5. — 46 hojas.

52 — Proceso hecho por el Gobernador del Rio de la Plata Alvar Núñez Cabeza de Vaca a los oficiales reales y demás culpados en la huida de fray Bernardo de Armenta y su compañero con varios españoles al Brasil, cuando se disponia a hacer un viaje de descubrimiento por el interior de la provincia. — 1543 — 52-5-2/10 — 96 hojas.

56 — Información hecha en la ciudad de La Asunción del Paraguay a 5 de septiembre de 1544, sobre todos los sucesos ocurridos en aquellas provincias — Consta el interrogatorio de 67 preguntas — 52-5-2/10, P. 11.

57 — Carta de fray Bernardo de Armenta a Su Majestad dando cuenta de su llegada a la isla de Santa Catalina y haciendo reseña del pais y de los sucesos que ocurrieron después de la entrada en La Asunción del Paraguay, a causa de los disgustos que tuvieron con el Gobernador — Paraguay 10 de octubre de 1544 — 52-5-2/10, Pieza 15.

59 — Información hecha en la ciudad de La Asunción del Paraguay a 12 de enero de 1545 sobre los servicios hechos a Su Majestad por Gonzalo de Acosta, cuando fué a las provincias del Rio de la Plata con Alvar Núñez Cabeza de Vaca, en la navegación y en los descubrimientos que se hicieron — 149-1-4.

60 — Relación hecha por Pedro Hernández sobre los sucesos ocurridos en la provincia del Rio de la Plata. Comprende desde el año 1535. — La Asunción del Paraguay 28 de enero de 1545. — 1-1-2/29.

63 — Carta de Francisco de Ribera a Su Majestad sobre sucesos ocurridos en las armadas de Sebastián Caboto y don Pedro de Mendoza — La Asunción 25 de febrero de 1545 — 52-5-2/10, Pieza 15.

64 — Carta de Francisco de Ribera a Su Majestad sobre los sucesos ocurridos en el Rio de la Plata desde el año 1537 en que llegó en la nao de Alonso Cabrera — (La Asunción 25 de febrero de 1545?) — 52-5-2/10, Pieza 15

71 — Información hecha en Sevilla a 3 de noviembre de 1545 sobre los servicios hechos a Su Majestad por Gonzalo de Acosta durante 15 años en las armadas de don Pedro de Mendoza y Alvar Núñez Cabeza de Vaca y en la conquista de las provincias del Rio de la Plata — 149-1-4 (?)

74 — Información sobre los méritos y servicios del Capitán Gonzalo de Acosta — 149-1-4.

75 — Relación de los navios, hombres, bastimentos & que Alvar Núñez Cabeza de Vaca llevó en su armada a las provincias del Rio de la Plata el año 1540. — 52-5-1/9, Pieza 1, Folio 32.

78 — Real Cédula al Gobernador del Rio de la Plata Juan de Sanabria recomendándole procure salir antes del 14 de mayo de 1548, por haberse entendido que el Rey de Portugal preparaba una armada para las costas del Brasil. — Alcalá de Henares 9 de diciembre de 1547 — 122-3-1, libro 1º.

81 — Información hecha en Sevilla a 9 de octubre de 1549 y a petición de Martin de Orue, procurador de las provincias del Rio de la Plata.

sobre la declaración que hizo Martín de Blas^a Arias, portugués de las provincias del Brasil, tocante a la prisión de varios españoles que en dós caravelas fueron a aquellas costas e isla de Santa Catalina y Viaza. — 1-1-1/23.

84 — Real Cédula al Embajador en Portugal para que informase sobre la armada que el Rey de Portugal queria enviar a la costa del Brasil con objeto de poblar en San Vicente, La Cananea y Santa Catalina. — Valladolid 6 de julio de 1553 — 122-3-1, libro 2, folio 6.

85 — Real Cédula a los Oficiales de la Casa de la Contratación de Sevilla para que diésen orden cómo los navios que habian de ir al Rio de la Plata, fuesen por la costa del Brasil y recojiesen la gente que habia en la laguna del Viaza. — La Serreta 9 de octubre de 1553. — 122-3-1, libro 2, folio 6 vuelto.

86 — Real Cédula al Embajador en Portugal para que hablase con el Rey con objeto de que se mandase al Gobernador de San Vicente y costa del Brasil que libremente dejase ir a las provincias del Rio de la Plata al Capitán Salazar y a las demás personas que se halaban con él. — Valladolid 19 de enero de 1554. — 122-3-1, libro 2, folio 7 vuelto.

87 — Real Cédula al Embajador de España en Portugal don Luis Sarmiento, para que hablase con el Rey de Portugal sobre que no fuesen detenidos los españoles que, al ir a las provincias del Rio de la Plata, tuviesen necesidad de arribar a las costas del Brasil, como habia sucedido con el Capitán Juan de Salazar, Tesorero de aquellas provincias. — Valladolid 19 de enero de 1554 — 122-3-1.

88 — Real Cédula al Embajador en Portugal enviándole una carta para el Comisario General de la Orden de San Francisco y dándole instrucciones sobre la armada que al Brasil enviaba el Rey de Portugal. — Valladolid 9 de marzo de 1554 — 122-3-1, libro 2, folio 8 vuelto.

89 — Carta del Rey de España al de Portugal comunicándole que el Embajador Luis Sarmiento le informaría sobre cosas tocantes a la provincia del Rio de la Plata — Ponferrada 13 de junio de 1544 — 122-3-1, libro 2, folio 10 vuelto.

90 — Real Cédula al Embajador en Portugal Luis Sarmiento, sobre la armada que el Rey de Portugal enviaba al Brasil con el Capitán Antonio de Llorero. — Ponferrada 13 de junio de 1554 — 122-3-1, libro 2, folio 10 v.

91 — Relación de lo que Martín de Orue habia de hacer en Lisboa y cosas de que se habia de informar acerca de las armadas que habian ido al Brasil — Valladolid 9 de agosto de 1554 — 122-3-1, libro 2, folio 11 v.

92 — Real Cédula al Embajador en Portugal Luis Sarmiento de Mendoza, en recomendación de Martín de Orue — Valladolid 9 de agosto de 1554 — 122-3-1, libro 2, folio 12.

93 — Carta del Emperador don Carlos al Rey de Portugal sobre los malos tratamientos que el Gobernador de la costa del Brasil hacia a los súb-

ditos españoles que iban y venian con licencia a las provincias del Rio de la Plata — Valladolid 24 de noviembre de 1555 — 122-3-1, libro 2, folio 28 vuelto.

94 — Real Cédula al Embajador en Portugal, Luis Sarmiento de Mendoza, encargándole diese cuenta al Rey de los excesos que Tomé de Sosa, Gobernador de la costa del Brasil, cometia con el Capitán Juan de Salazar, Bartolomé Justiniano, Garci Rodriguez. y otras personas, impidiéndoles continuar su viaje y tratándoles malamente. — Valladolid 24 de noviembre de 1555. — 122-3-1, libro 2, folio 27 vuelto.

95 — Carta de Juan de Salazar a los señores del Consejo de Indias, dando cuenta de su expedición al Paraguay y pidiendo que, como primer poblador, se le concediese a perpetuidad cierto número de indios. — Asunción 20 de marzo de 1556 — Libro titulado "Cartas de Indias".

96 — Real Cédula al Embajador en Portugal, Luis Sarmiento de Mendoza, dándole gracias por la diligencia que habia puesto en el asunto de las vejaciones que los españoles sufrían en la costa del Brasil. — Valladolid, 22 de mayo de 1556 — 122-3-1, libro 2, folio 29.

97 — Carta del Cabildo de la Asunción del Paraguay a los señores del Consejo de Indias, sobre la llegada del obispo y socorros enviados a aquella gobernación, y conveniencia de poblar el puerto de San Francisco de Santi Spiritus y de que se diese licencia para ir descubriendo por el rio Ypatí, que venia del Perú, y otras comarcas de la otra banda del Rio de la Plata. — La Asunción, junio de 1556 — 74-4-25.

98 — Relación de las distancias que habia de unos puertos a otros en la Mar del Norte y en la del Sur. — 1-1-2/29, R^o 8.

99 — Pleito del fiscal con el adelantado Juan de Sanabria y su hijo don Diego sobre cumplimiento de la capitulación que con ellos se tomó para el descubrimiento, conquista y población de las provincias del Rio de la Plata — Una pieza — 52-5-3/11, número 2, ramo 1.

101 — Real Cédula al Gobernador del Rio de la Plata para que proveyese como se hiciese un pueblo en el Rio de San Francisco. — Valladolid 26 de febrero de 1557 — 122-3-1, libro 2, folio 29 vuelto.

102 — Carta de don Felipe al Rey de Portugal rogándole que provea cómo sean puestos en libertad ciertos indios que, procedentes del Rio de la Plata, se hallaban en las tierras del Brasil y San Vicente. — Valladolid 26 de febrero de 1557 — 122-3-1, libro 2, folio 30.

104 — Real Cédula a don Juan Hurtado de Mendoza sobre la fortalezas que los franceses habian hecho en la costa del Brasil — Valladolid 5 de mayo de 1557 — 122-3-1 libro 2, folio 33.

105 — Real Cédula al Gobernador del Rio de la Plata sobre la fortaleza que los franceses habian hecho en la costa del Brasil y la que intentaban hacer en la isla de Santa Catalina. — Valladolid 8 de mayo de 1557. — 122-3-1, libro 2, folio 33 vuelto.

106 — *Relación de los sucesos ocurridos en las provincias del Rio de la Plata despues de la prisión del Gobernador Alvar Núñez Cabeza de Vacca; hecha la relación por Diego Téllez de Escobar — Valladolid 31 de mayo de 1557 — 74-4-25.*

108 — *Relación hecha en el Rio de la Plata por Gregorio (?) de Acosta, sobre los sucesos ocurridos en aquellas provincias desde 1535 a 1557. — 2-2-1/6, ramo 12.*

123 — *Relación de los sujetos que vivian en las provincias del Rio de la Plata, habiendo ido con don Pedro de Mendoza, y de los que habia en la ciudad de La Asunción del Paraguay — 1569 — 2-2-5/10, ramo 27.*

124 — *Carta del Arcediano del Rio de la Plata, Martín del Barco Centenera, al Presidente del Consejo de Indias, sobre su viaje y estado en que halló aquellas tierras — Isla de Cabo Verde 22 de diciembre de 1572. — 1-1-2/29, ramo 26.*

125 — *Carta del Tesorero de la Real Hacienda en las provincias del Rio de la Plata, Francisco Ortiz de Vergara, al Presidente del Consejo de Indias, dando cuenta del viaje de la armada del General Juan Ortiz de Zárate y de su llegada a las islas de Cabo Verde — 1º de enero de 1573 — 1-1-2/29, ramo 29.*

126 — *Carta de Martín Orue a los señores del Consejo de Indias dando cuenta de los sucesos ocurridos en las provincias del Rio de la Plata, despues de la muerte del Gobernador Domingo Martínez de Irala, y sobre la ida de Juan de Garay por el rio del Paraguay abajo, para fundar una población — La Asunción del Paraguay 14 de abril de 1573 — 74-4-25.*

127 — *Carta de Martín de Orue a Su Majestad dando cuenta de sucesos ocurridos en las provincias del Rio de la Plata — La Asunción 14 de septiembre de 1573 — 74-4-25.*

129 — *Carta del Tesorero Hernando de Montalvo a Su Majestad sobre el suceso y viaje de la armada del Adelantado del Rio de la Plata Juan Ortiz de Zárate — San Salvador 29 de marzo de 1576 — 74-4-23.*

138 — *Título y comisión dada por don Antonio de Añasco, Teniente general de la provincia de Ciudad Real, a Ruy Díaz de Guzmán, para que fuese al rio Igatimí con una compañía de soldados y conquistase y allanase la provincia del Viaza y gobernación de la Guaira — La Assunción del Paraguay 9 de noviembre de 1584 o 1586. — 1-6-53/16.*

140 — *Relación del viaje que hizo al Rio de la Plata el portugués Juan Pinto en compañía de Juan Ortiz de Zárate, y de lo que le sucedió en su viaje de regreso a España. — 1-1-2/29, ramo 36. — Año 1585.*

141 — *Relación del viaje que Diego de Palma Carrillo y el Padre Francisco de Salcedo hicieron al Brasil por mandado del obispo de Tucumán, para traer religiosos de la Compañía de Jesús y descubrir el camino del Rio de la Plata al Viaza y de allí al Brasil. — 1585-1587 — 74-4-1.*

142 — Relación del viaje que se hizo por mandado del obispo de Tucumán para llevar religiosos de la Compañía de Jesús y descubrir el camino del Rio de la Plata al Viazá y allí al Brasil, saliendo del puerto de Buenos Aires el 20 de octubre de 1585. — 70-1-31, Lima 31.

143 — Copia de una carta escrita por el obispo de Tucumán al Virrey del Perú, Conde del Villar, desde Santiago del Estero en 28 de marzo de 1587, sobre el encuentro que havia tenido con unos ingleses corsarios el navio en que venían del Brasil los Padres de la Compañía de Jesús. — 74-4-1.

144 — Copia de una carta escrita por Juan Ruíz de Ocaña al Gobernador de Chile, desde Córdoba del Tucumán en 4 de abril de 1587, en la que habla de los ingleses que saquearon los dos navios del obispo de Tucumán que venian del Brasil. — Lima 32 (Suelta).

145 — Carta del Gobernador de Tucumán Juan Ramirez de Velasco a Su Majestad sobre lo sucedido con el navio del obispo que, viniendo del Brasil, dió en la boca del Rio de la Plata con unos corsarios que le robaron más de 120.000 ducados — Santiago de Tucumán 6 de abril de 1587 — 74-4-11, número 16.

146 — Copia de una carta escrita por el gobernador de Tucumán Juan Ramirez de Velasco al Virrey del Perú, Conde del Villar, en 6 de abril de 1587, sobre la nueva que se habia tenido de navios ingleses corsarios por el navio que el obispo de Tucumán habia enviado al Brasil el año anterior y que habia sido robado por ellos. — 74-4-1.

147 — Copia de una carta escrita por el gobernador de Tucumán Juan Ramirez de Velasco al Virrey del Perú, Conde del Villar, en 6 de abril de 1587, sobre el encuentro que tuvo con los ingleses corsarios el navio que el obispo de Tucumán habia enviado al Brasil. — 70-1-31, Lima 31.

148 — Copia de una carta escrita por los ministros de la Audiencia de Charcas al Virrey del Perú y Conde del Villar en 25 de abril de 1587, sobre el aviso que habian tenido de navios ingleses enemigos corsarios en las costas del Brasil y Rio de la Plata, y remitiendo unos pliegos del Gobernador y Obispo de Tucumán y la relación del viaje del navio del Obispo al Brasil por los Padres de la Compañía de Jesús. — 74-4-1.

150 — Carta del gobernador de Tucumán Juan Ramirez de Velasco a Su Majestad, entre otros asuntos, sobre el trabajo que se pasaba en aquella gobernación con la aspereza de condición del Obispo y sobre la cantidad de oro y plata sin marcar que el mismo habia enviado al Brasil. — Santiago de Tucumán 10 de octubre de 1587 — 74-4-11, n.º 17.

151 — Carta de los Oficiales Reales del Rio de la Plata dando cuenta de que habian comenzado a entrar en el puerto de Buenos Aires navios procedentes de la costa del Brasil. — Buenos Aires, junio de 1588 — 74-4-23.

154 — Carta del Gobernador de Tucumán Juan Ramirez de Velasco a Su Majestad sobre lo ocurrido con el navio del Obispo que salió del Brasil con próspero tiempo y, habiendo sobrevenido un temporal, dió al través en la

otra banda del río, frontero de Buenos Aires. — Santiago de Tucumán 27 de diciembre de 1588. — 74-4-11, n.º 26.

156 — Carta del Gobernador de Tucumán, Juan Ramirez de Velasco, a Su Majestad, entre otros asuntos, sobre las mercaderías que, procedentes del Brasil, entran por el Río de la Plata. — Santiago del Estero 2 de octubre de 1590 — 74-4-11, número 30.

157 — Copia de una carta escrita en portugués por Salvador Correa de Saa al Virrey del Perú don García Hurtado de Mendoza, desde San Sebastián de Río de Janeiro en 6 de febrero de 1592, dándole aviso, según parece, de lo que habían hecho en Santos y pensaban hacer en el Río de la Plata, y de que, después, pensaban también pasar por el Estrecho al Mar del Sur, tres naos grandes y dos pataches de ingleses. (Pareceome.....) — 70-1-32, Lima 32, suelta.

158 — Carta del Gobernador de Tucumán Juan Ramirez de Velasco a don Pedro Moya de Contreras, Presidente del Consejo de Indias, dando cuenta, entre otros asuntos, de que habían aportado a la costa del Brasil unos navios ingleses, con intento, al parecer, de hacer un desembarco en Buenos Aires. — Nueva Rioja 1.º de mayo de 1592 — 74-4-11, n.º 35.

159 — Carta del Virrey del Perú, Marqués de Cañete, a Su Majestad, en la que, en los capítulos 1 y 2, habla de los ingleses que habían saqueado la villa de Los Santos en la costa del Brasil. (Después de haber) (Hay duplicado) — Lima 32, suelta.

161 — Carta del Gobernador del Río de la Plata don Hernando de Zárate a Su Majestad, sobre la entrada de navios pequeños del Brasil en el puerto de Buenos Aires y derechos que pagaban. — Buenos Aires 25 de abril de 1594 — 74-6-21.

162 — Carta del Contador del Río de la Plata, Fernando de Vargas a sua hermana doña Mariana de Vargas. — Santos, postrero de julio de 1594. — 74-6-21. — 7 hojas.

163 — Real Cédula al Gobernador del Río de la Plata sobre la fundación de un pueblo en la isla de Maldonado, de la banda del Brasil. — San Lorenzo 10 de octubre de 1594 — 122-3-2, libro 5, folio 10.

164 — Real Cédula al Virrey del Perú, Marqués de Cañete, sobre la fundación de un pueblo en la isla de Maldonado, de la banda del Brasil. — San Lorenzo 19 de octubre de 1594 — 122-3-2, libro 5, folio 10 vuelto.

165 — Consulta de la Junta de Hacienda de Indias a Su Majestad sobre poner remedio a la contratación del Brasil con el Perú por el Río de la Plata — Madrid 27 de enero de 1596 — 74-3-25.

169 — Consulta del Consejo de Indias a Su Majestad sobre el concierto que se podía hacer con dos mercaderes que llevaron del Perú al Brasil ciertas partidas y allí las emplearon en mercaderías que trajeron a Lisboa — Madrid 20 de marzo de 1597 — 74-3-25.

mas mujeres y doncellas al Rio de la Plata y la entregase toda al Gobernador de la tierra Diego de Sanabria o al licenciado Alanis de Paz, que venia por Juez de residencia, y quedaban en España para partir tras mi. Mandabanme que, entregada esta gente, me quedase en mi oficio de Tesorero. Venia por amparo de estas señoras casadas y doncellas, la dicha doña Mencia Calderón, madre del dicho Gobernador, y traia consigo tres hijas doncellas; ella estaba viuda porque, estando el marido haciendo una armada gruesa en Sevilla, para venir por Gobernador de la provincia del Rio de la Plata, murió, y, porque habia gastado renta que tenia y el patrimonio de su mujer y hijos, tuvo Su Majestad por bien de traspasar la gobernación en el hijo, con tanto que, antes que de España saliese, cumpliese lo capitulado por su padre con Su Majestad, y a causa de no haber cumplido él, quedó y a mi se me mandó venir con todo lo dicho."

"Partimos de la isla de La Palma a quince de junio del dicho año; a los pilotos les pareció llegarse a la costa de Guinea, a buscar tiempos, por ser el en que veniamos de calmerias; yendo así navegando, una noche se nos desaparecieron las dos carabelas; así quedé solo con la capitana y, conmigo, todas estas señoras y mujeres y doncellas, y hasta cien hombres, los mas gente del campo y, así, navegando esta nao, sola y sin artilleria, fuimos a dar en La Malagueta, y allí echamos el batel fuera, para tomar agua, de que teniamos gran necesidad. Estándola tomando vimos venir una nao y, así, las chalupas tomaron luego el batel y la gente que en él iba, y luego la nao vino arribando sobre nosotros, y, vista su mucha artilleria y la ventaja que nos tenian, y cómo, de los marineros que nos habian tomado, sabian cómo veniamos desarmados, nos dimos a partido, que no tocasen en el honor de las mujeres ni a las armas, y, en lo demás, les haciamos la nao franca, y así, tomaron todo lo mejor que traíamos, y, con esto, nos volvieron el batel y gente, y, así nos apartamos de ellos, como mejor pudimos, y, verdaderamente, para quien franceses son, les quedamos debiendo dineros, por se contentar con la repa. Navegamos muchos días por debajo la línea, sin saber el piloto donde estaba, por no tener en su carta de marear pintada la tierra de Santo Tomé, y, así navegando como gente perdida, y desesperada de ver jamas tierra, en septiembre del mismo año, día de Nuestra Señora, fué ella servida de nos deparar en su día la isla de Año Bueno, que está treinta leguas de Santo Tomé, a una banda, allí estuvimos cincuenta días tomando agua y matando pescado y haciendo vizcocho de harina que en la nao traia; allí vinimos navegando tres meses, hasta llegar a la isla de Santa Catalina, adonde hallé una de las carabelas que allí habia aportado habia ocho días y habia tocado en Santo Tomé, y el Capitán que allí estaba por el Rey de Portugal les hizo mucha honra."

"Estando en esta isla de Santa Catalina aparejando para pasar al Rio, que está de allí ciento y cincuenta leguas, descubrió la nao un agua por la

quilla que, sin tener remedio, se fué al fondo; así quedamos con sola la carabela, con la qual me fué forzado ir adelante a buscar indios, porque allí no los habia, para que nos mantuviesen y adonde pudiesemos hacer un pueblo en que nos entretener hasta ser de España socorridos, y, entrando por una barra, con la carabela, donde están los dichos indios, tocó en un bajo y perdimos el navio con todo lo que en él llevábamos, y plugo a Nuestro Señor que yo y toda la gente nos salvamos, y, como mejor pude, hice un pueblo, de donde envié por tierra a la ciudad de La Asunción, que es en el Paraguay, la cual yo fundé el año de treinta y siete, a dar aviso de nuestra perdición, para que, si de España hubiese venido el Gobernador o otros navios, nos socorriesen con ellos; esperé dos años por respuesta y, visto que no venia por mar ni por tierra, hice un vergantin, como mejor pude, con ayuda de los indios”.

“Determiné venir con él a esta villa de San Vicente, sin persona que supiese la costa ni el puerto, por no la haber, a buscar alguna nao o navios que nos llevasen a la boca del Río; antes de llegar a este puerto, con diez leguas con temporales, y mares bravas, fuimos a la costa y se perdió el vergantin; plugo a Nuestro Señor que me salvase yo y doce soldados que traía conmigo, con solas las armas; de allí escribí a San Vicente, al Capitán Antonio de Olivera, que allí estaba por Martín Alfonso de Sosa, el cual envió luego un barco en que vinimos a esta villa, donde el Capitán y muchos de ella nos recibieron muy bien y, así, nos hicieron toda la honra que pudieron.”

“Hallé que de esta Capitania al Paraguay se trataban por tierra y algunos del Paraguay habian llegado aquí, de los cuales supe cómo habia llegado a la ciudad de La Asunción la gente que habia enviado desde la isla de Santa Catalina, y cómo no nos habian socorrido por no tener navios que pudiesen salir a la mar, ni haber venido de Castilla Gobernador ni nao ninguna. Visto esto y que este camino se habia abierto para poder ir al Paraguay, y que aquí no habia navio ninguno que nos pudiese llevar al Río, y que ningun remedio habia por ninguna vía, sino traer aquellas señoras y doncellas y gente a esta villa, para que poco a poco y como mejor pudiésemos, fuésemos por este camino a acabar nuestra jornada, traté con un flamenco Pedro Rosel que aqui tiene un ingenio de azucar, que es factor de un Juan Menista, flamenco, que vive en Lisbona, me prestase un carabelón pequeño que en este puerto tenía, para traer toda la gente en dos veces. El lo hizo liberalmente, por servir a Su Majestad y a Vuestra Alteza, sin interes, porque ya no nos habia quedado qué le poder dar. Así me partí de aquí en el carabelón el septiembre pasado y torné con todas las mujeres y más gente que en él cupo. Volvió otra vez el dicho navio y acabó de traer la mas gente. Estándonos aparejando para ir nuestro camino por tierra al Paraguay, llegó a este Puerto Tomé de Sosa, Gobernador por el Rey de Portugal de esta costa del Brasil, con cinco navios de armada y, siendo informado de nuestras fortunas y trabajos, mostró pesarle mucho de ello y mandó dar a estas señoras cien ducados de la Hacienda del Rey, para ayuda a se sustentár, y las mandó

aposentar y honrar lo mejor que pudo; parecióle que era bien que no pasasen ellas ni yo ni nadie hasta tanto que él avisase al Rey y a la Reina de Portugal, y así mandó cerrar el camino para que por él no fuésemos, y dejó puestas graves penas y guardas, y no me aprovechó decirle ni requerirle e nos dejase pasar, y no nos hisiese tan grande agravio, porque aquí moriríamos de hambre y desnudez y mayores descontentos, y que de ello me quejaria a Vuestra Alteza y al Rey de Portugal, como lo he hecho, y así avisado al Consejo Real de Indias mas largo de esto y otras cosas que convienen al servicio de Su Majestad y de Vuestra Alteza, y aquí lo dejo de hacer porque esta vá a la ventura, que la lleva un portugues que de esta tierra vá a Portugal”.

“Humilmente suplico a Vuestra Alteza seamos remediados de manera que no quedemos olvidados en esta tierra donde la mayor parte de los que en ella viven son malhechores desterrados de Portugal. Despues que el Gobernador Tomé de Sosa nos cerró el camino y él se fué con su armada, han venido del Paraguay algunos de los que allí viven, a saber si éramos muertos o vivos e se habia nuevas en esta costa de haber venido Gobernador de Castilla. Dicen que, por falta de no tener Justicia de Su majestad, hay grandes males y muertes entre ellos, y se dejan de beneficiar grandes minas que hay, que dicen que son como las de Las Charcas del Perú. Vuestra Alteza lo mande proveer de manera que Nuestro Señor sea servido y la Corona Real aumentada y los vasallos de Su Majestad y Vuestra Alteza tenidos en paz y justicia, porque también a los indios se les hacen muchos males y daños, que es muy contra lo que manda y encarga Su Magestad. De este puerto de Santos y San Vicente a 25 de junio 1553 años”.

“De Vuestra Alteza criado”,

“El Capitán Juan de Salazar”. (Rubricado).

(Al dorso se lee:) “A Su Alteza. — El capitán Salazar, del puerto de Santos, a XXV de junio de 1553 — Para el Principe Nuestro Señor. — Vista”.

CARTA DE JUAN DE SALAZAR — 30 DE JUNHO DE 1553 —
LEGADO — 59-4-3 — MEXICO — 168:

“Muy altos y muy poderosos señores”.

“Porque con todos los navios que han partido para Portugal he escrito avisando de lo que entiendo de la ciudad de La Asunción de los que de ella vienen y de lo que por mi ha pasado, despues que de España partí y de lo que en esta tierra se hace, esta no será para más de que Vuestra Señoria y Mercedes sepan como a la fecha de esta han llegado de la ciudad de La

Asunción algunos portugueses de los que vinieron con don Pedro de Mendoza, para ir a Portugal, traen indios de aquella tierra y de otras a donde han ido a hacer entradas, a solo para hacer esclavos para su servicio y para venderlos, como lo hacen aquí, a trueque de lo que han menester para su matalotaje y flete de su pasaje, y algunos llevan para vender en Portugal. Visto esto y pareciéndome crueldad y contra la conciencia de Vuestra Alteza, hice un requerimiento al Capitán Antonio de Olivera y a Blas Cuevas, Factor del Rey, que no llevasen derechos de estos indios, por ser libres y vasallos de Su Majestad y que no consintiesen ser vendidos ni mostrados (o moacrados) (mostrados? amarrados, macerados?) por ninguna manera, y otras muchas protestaciones les hice, de que se enojaron mucho y me muestran gran odio. Responden que no conocen otro Rey ni Señor sino al suyo y que el Río de la Plata y el Paraguay es del Rey de Portugal, y, tornando yo a repetir lo que me pareció servicio de Dios y de Vuestra Alteza, echaron un pregon que los indios guaranis, que son los del Paraguay y que más sirven a los cristianos de la ciudad y que mas cantidad aqui traen de ellos los que vienen, los registren y no los puedan vender los que los traen ni comprar los moradores de esta tierra, so graves penas”.

“Los de otras generaciones que traen, consientenlos vender y llevar a Portugal y a donde quieren, porque los que los traen, castellanos o portugueses, otras generaciones, que los traen, dicen y prueban que los ha dado por esclavos el Capitán Domingo de Irala, juntamente con Felipe de Cáceres y Anton Cabrera, que sirve el oficio de Veedor por Alonso Cabrera y Andrés Hernández el Romo, que es de Córdoba, sirve el oficio de Tesorero por Garci Vanegas, y Dorantes, Factor, no sé si los que lo dicen dicen verdad, porque algunos dicen que el Factor no lo consiente, pero que no es parte. En esta nao que vá a Lisboa con azucar, vá un aleman que vino de La Asunción, que se llama Uz; lleva uno de estos esclavos y yo sé cierto lo ha de dar al piloto de ella, que se llama Juan León, por su flete; vá más, otro castellano de Ontiveros, criado de Garci Rodriguez de Vergara, hermano de fray Pedro de Soto, confesor de Su Majestad, lleva otro, el cual se le ha de quedar al piloto, si en Lisboa no le paga XX ducados de flete por él y un niño, hijo de Garci Rodriguez, y el mismo esclavo; los otros portugueses que van me dicen llevan otros esclavos escondidos de mí, el uno se llama Juan Rodriguez, es de Cezimbra (Coimbra?), tres leguas de Lisboa, el otro es de Lisboa, llámase Antonio Tomás, vinieron con don Pedro de Mendoza, vanse porque son casados y los llaman sus mujeres; el aleman dicen ha heredado diez mil ducados; también ha sido llamado, vá, otro genoves que se llama Micer Bartolomé Justiniano; dice vá a dar cuenta a Vuestra Alteza; y otro, Jácome Cornucio, vive en Toledo, dice que su padre es milanés y vive en Huescar, que es rico; venieron con Alvar Nuñez Cabeza de Vaca; no he podido saber si trajeron de estos esclavos guaranis; si trajeron, dicenme quedan aquí, para que se vuelvan al

Paraguay; se Vuestra Alteza me manda sacar de esta prisión o el Rey de Portugal, a quien yo he escrito sobre ello, pues nos prendieron por su mandado, y, si nó, no es mucho lo estén los guaranis ni las otras generaciones que traen, pues lo estoy yo y estas señoras tan sin comisión, los indios no se pueden volver sin cristianos, porque han de pasar una generación de indios tupis, sus enemigos, que los comen y son amigos de los portugueses”.

“Sabrá Vuestra Alteza que también vinieron de La Asunción otros vasallos de Vuestra Alteza, castellanos de los de mi tiempo, a comprar aquí vacas y hierro; para ello traian ciertas piezas de plata y oro labrado en el Perú y de allá; hallaron que vacas no se pueden sacar sin licencia del Rey; allá es cosa muy importante; no les han dejado tornar y hanles llevado diezmo de la plata y oro labrado, sin venderlo ni quererlo vender, sino por las vacas, las cuales no darán si no viene para ello un albará del Rey, aunque para nosotros haya licencia. Aquí no hay otros derechos sino diezmo de todas las cosas”.

“Esto de los indios, aunque han pregonado lo que digo, sé cierto que con todo han de disimular, porque no tienen otra riqueza sino tener muchos esclavos, para los ingenios y para beneficiar la tierra, ni hay otros bueyes ni arados, y el Capitán y los Oficiales lo procuran más que nadie; si Provisión viniere, ha de ser de buena tinta y para toda esta Capitania de Martín Alfonso de Sosa y todas las mas de esta costa, porque, como han visto que yo entiendo en esto, pareceles que han de ser libres, camodanlos y truecanlos para otras Capitánias: La Provisión ha de ser del Rey, porque de los Capitanes de ellas no aprovechará nada”.

“Los que partieron postreramente de La Asunción fué un sobrino de este Capitán Antonio de Olivera, que habia ocho meses que de aquí fué allá; trajo XXXII indios; de estos esclavos que digo XX y doce guaranis, todos comprados del mismo Capitán Domingo de Irala o los mas de sus amigos, a trueque de hierro, y otro portugues çino, que se llama Francisco Vidal; trajo XX sin llegar a la ciudad, comprados de cristianos que andan robando la tierra, para vender por hierro y rescates; el escribano me trae en palabras, hasta que se vaya este navio, por no me dar el testimonio del requerimiento, porque no lo envie; trabajaré de haberle, para que vaya, y, si nó será cuando haya otro navio que no le habrá de aquí a un año, y, si yo tanto he de estar aquí, yo me doy por muerto de hambre y descontentos”.

“Estos que digo que partieron postreramente, fué en diciembre del año de LII; a este tiempo nó habia nueva de Gobernador ni de navio de España; el Capitán Domingo de Irala partió en este mismo tiempo a la entrada con CXXX de caballo; todos los que vienen dicen que muchos se volverán, otros irán al Perú con Garci Rodriguez de Vergara y que por eso envió por aquí este hijo y criado; los que quedaren con Domingo de Irala, se irán asentar a do por mas seguros se tengan, si no le matan, como dicen. Dejó mandando en su nombre, en La Asunción, a Felipe de Cáceres.

Dicen estos que ya será derribado de un Diego de Abrego, de Sevilla, que ya otra vez fué elegido por el pueblo. Nuestro Señor y Vuestra Alteza lo remedien”.

“Un portugués de estos que ahora vinieron, trajo para mostrar aquí, esta muestra de plata que vá con esta; certifica que la vió fundir secretamente y que es de la tierra de aquellas minas y todos cuantos vienen lo afirman. Pidióle un platero que está en La Asunción, Velazques, que es mi amigo, grandes tiempos ha, que, si me hallase en esta tierra, me lo diese; si es como dicen, parece fina plata; allá se sabrá por la tierra de las minas que han llevado allá; mucho quisieran estos Oficiales del Rey que yo la enviara al Rey de Portugal; yo, por no lo haber visto fundir, ni a Vuestra Alteza no lo quisiera enviar, si me pareciera que no erraba; yo estoy en gran necesidad, a causa de mis pérdidas; en España no me quedó de mi patrimonio cosa que nos gastase ni parientes a quien no dejase cansados; a Vuestra Alteza suplico, si algún navio viniere a esta provincia del Río de la Plata, mande a sus Oficiales de la Contratación de Sevilla, a costa de mi salario, me envíen algún paño para vestir y algun lienzo para camisas, y algún hierro y resgates para dar a los indios de La Asunción, que me dicen cuantos vienen que con grand voluntad han ido mucha cantidad de ellos a buscarme a la boca del Río, y están muy deseosos de verme allá; pienso es para darme quejas de los malos tratamientos que les hacen, como los que en esta tierra han traído, que no tienen otra esperanza de volver a la suya, a ver sus mujeres e hijos, sino verme a mi en ella; yo los animo lo que puedo y, verdaderamente, no sentiría mi pobreza, tanto por mi como por no poder hacer algun bien a aquellos indios si Dios me llevase al Paraguay; humildemente suplico a Vuestra Alteza me perdone la prolijidad, que entiendo que es menester de todas estas particularidades Vuestra Alteza sea avisado, para la buena población y pacificación de aquella tierra, y así me lo manda Vuestra Alteza por sus reales instrucciones. Hecha en esta villa de San Vicente y puerto de Santos a XXX de junio 1553 años”.

“De Vuestra Alteza criado”.

“El Capitán Juan de Salazar”. (Rubricado).

(Al dorso se lee:) “A los muy altos y muy poderosos señores Presidente y Oidores del Consejo Real de Indias, mis señores. — Río de la Plata. — Al Consejo. — El Capitán Salazar, del puerto de Santos, a 30 de junio de 1552 (así dice). — Recibida en Valladolid a 5 de noviembre del dicho año. — Vista”.

CARTA DE JUAN DE SALAZAR DA LAGUNA DE VIAZA AO PRESIDENTE E OUVIDORES DO CONSELHO DAS INDIAS — 1 DE JANEIRO DE 1552 — LEGADO 168 — MEXICO:

“Muy poderosos señores”:

“De La Palma avisé de lo de hasta allí; a los pilotos les pareció no seguir la derrota que se suele traer para venir a esta conquista; decian ser tarde para venir a Cabo Verde y, asi, para las brisas, daban otras razones, muchas, aunque a mi pesó de verles mudar derrota; dejéles hacer su oficio; parecióles llegar a la costa de Guinea y La Malagueta, a buscar tiempos; a cabo de un mes de navegación se nos desaparecieron los vergantines”.

“Llegados a La Malagueta, sobre el cabo de Las Palmas, sin saber donde estábamos, topamos una nao francesa, gruesa, bien en orden de guerra, y dos chalupas que la acompañaban y andaban al rescate de La Malagueta con los negros; como tuvo vista de nosotros, se levantó y arribó sobre nosotros, con muchas trompetas, banderas y atambores; pensamos ser portugueses; llegada a tiro, lo comenzó a hacer; fueron tantos los lloros y gritos de las mujeres y niños, y ver cuán mal les respondiamos, porque ni había artillería ni diez arcabuces; dejaron de tirar y quisieron saber qué gente éramos y si traíamos Provisiones de Su Majestad; no había ninguna sino la de mi oficio, la cual yo les llevé y mostré con un presente de todo lo mejor que yo traía para mi; con ver la Provisión y lo que digo, el capitán amansó la gente y a mi me prendió por tres días; envió las chalupas con gente a la nuestra nao, prometiendome el capitán que al honor de las mujeres y doncellas no se tocaría; guardando esto, robaron todo lo que había que algo fuese; hecho esto, no dejaron ir, como todo constará por la información que con esta vá y creo que enviará otra del mismo tenor doña Mencía Calderón, madre del Gobernador Diego de Sannabria; no bastó ponerles delante la amistad y paces que había entre Su Majestade y el Rey de Francia; dijeron que también la había con Portugal y que, si fuéramos portugueses, que, aunque fuéramos cinco naos, habíamos de ir todos a fondó; asi nos partimos de ellos, navegamos dos meses, sin el piloto saber donde estaba, sin tener en su carta a Santo Tomé ni aquella navegación, con hartos trabajos de sed y hambre; íbamos en busca de la isla de Santa Elena, que es en el camino de la India de Portugal; fué Nuestro Señor servido de nos aparecer por la proa una isla que se llama de Buen Año, que está en un grado de esta banda de la Línea, en el paraje de Santo Tomé”.

“Allí hallamos dos portugueses con algunos negros, aderezamos la nao, que hacía muchas aguas; proveimonos de pescado que moria mucho

al anzuelo, y de muchos pájaros de la mar, que matábamos a palos, de mucha agua y plátanos y mananas (debe ser bananas) y ñames, que es comida de la tierra, todo a trueque de anzuelos; veíamos de allí la tierra de Santo Tomé; no fuimo a ella porque no teníamos qué vender, para nos proveer ni dar de comer a los marineros, y porque todos nos desampararan, y aun la mayor parte de la gente, que tenían en poco la honra y lo que eran obligados, como gente de capote”.

“De allí partimos y navegamos tres meses, muchos días, por debajo de la línea, en busca de la costa del Brasil; llegamos a la isla de Santa Catalina, que está en 28 grados; aquí hallamos uno de los vergantines, que había ocho días era llegado; había estado en Santo Tomé; del otro supo dar nuevas ni hasta la fecha de esta no tengo nuevas de él; yo había puesto en él, por Capitán, en nombre de Su Majestad, a un caballero de Cáteres que se llamaba Juan de Ovando, muy honrado y cuerdo y servidor de Su Majestad, y, en el que aquí hallamos, a Cristobal de Saavedra, hijo de Hernandarias de Saavedra, correo mayor de Sevilla”.

“A esta isla hallé despoblada, con diez leguas, poco más o menos, al derredor; la causa ha sido que, como há muchos tiempos no vienen a esta tierra vasallos de Su Majestad, los portugueses han venido a contratar con ellos, diciendo son castellanos y de paz, y, así, han henchido los navios y los han llevado por esclavos a vender a San Vicente y a los otros lugares de la costa para los ingenios de azucar, de que se ha seguido gran daño a la tierra y a los que a ella venimos y han de venir, y a Dios gran deservicio; vuestra señoría y mercedes lo manden proveer como se restituyan los principales y los mas que pueden ser, porque los que han quedado claman y los piden, y sería obligarlos mucho al servicio de Nuestro Señor y de Su Majestad; yo les he respondido que el Emperador Nuestro Señor, lo remediará todo, y nos han hecho y hacen hartas buenas obras con esta esperanza en que están, y, verdaderamente, yo no sé qué hubiera sido de nosotros, segun nuestras grandes necesidades y desastres, si por ellos no fuera; también hallamos aquí con estos indios un cristiano que yo había enviado de Lisboa el año de 48, que viniese a esta costa a aperebir los indios cómo el armada venia, que hiciesen bastimentos; hános ayudado mucho con su lengua, porque no traímos ninguna, y también hallamos otro cristiano, Alonso Bellido, y vecino de Porcuna, persona honrada que vimo con Cabeza de Vaca, y, con su licencia, vino con fray Bernardo de Armenta; cuando murió el Padre le dejó encomendado a los indios; estos dos cristianos han sido parte para que los portugueses no hayan hecho otros mayores saltos y, así, han procurado los portugueses de matar estos dos cristianos, por poder engañar los indios con muchas dádivas que les dan de ropas y rescates, y, cuando veníamos, en el paraje de La Cananea, topamos dos navios portugueses, que debian venir al mismo efecto; no se quisieron llegar a nosotros; de lejos hablaron; yo les dije nos hiciésemos buena

vecindad y que así lo dijesen a los capitanes porque así nos lo mandaba Su Majestad; no han parecido por acá, aunque há un año que estamos aquí, aunque los deseamos harto, por si pudiésemos haber algunos rescates, para contentar estos indios”.

“Como llegamos a esta isla, se nos fué la nao a fondo, sin haber ningún remedio; quedamos con solo el vergantín; visto esto, me pareció, con el parecer de todos, enviar a Cristobal de Saavedra con algunos cristianos y el que aquí hallamos, que era buena lengua, y con indios que llegaron del campo, que es por donde entró Cabeza de Vaca; venian a ver sus parientes; hallaronlos llevados de los portugueses y despoblado; tornaron con Saavedra a avisar a los del Assunción de nuestro suceso, para que, si las carabelas o el Gobernador fuesen venidos, enviasen por nosotros; há ocho meses y más que partió; envió, del medio del camino, un cristiano con indios; traía cartas; en llegando a la mar, entró en una canoa, la cual la mar anegó y se hubiera de ahogar el cristiano; perdió las cartas y las armas y la ropa que traía vestida; lo que declaró sobre juramento es lo que con esta vá por fé de escribano”.

“Después de ido Cristobal de Saavedra, acordé con el vergantín que quedaba y con la mas gente que pude, de ir a buscar indios y sitio donde asentar y remediar a mi y a esta gente; hallélos veinte leguas de esta isla, poco mas o menos, al rededor de una laguna muy grande en que entra la mar, y, entrando por la barra, perdimos el vergantín y plugo a Nuestro Señor salvamos las vidas y no otra cosa”.

“Con estos indios hemos hecho un lugarejo en que nos hemos remediado y, así, un vergantín pequeño para que lleve estas cartas a San Vicente, que está de aquí ochenta leguas, poco mas o menos, y de allí se encaminan a Lisboa, de donde cada seis meses vienen navios a este lugar que digo y a otros que están en esta costa del Brasil, y para ver si podemos haber algunos rescates para dar a estos indios; Nuestro Señor le dé más ventura de la que hasta aquí hemos tenido en navegar; de doscientas ánimas que veniamos faltan ciento con los 50 del vergantín, que hasta ahora no ha parecido, de dolencia, de la larga navegación y andar tanto tiempo debajo de la linea, y de la sed pasada; los que ahora hay son 80 hombres, quarenta mujeres doncellas y niños; por la vida que tenemos y ningun médico, ni cirujano, ni barbero, ni medicinas, ni las sacamos de España, cada dia seremos menos”.

“Yo no quisera venir al viaje hasta que viniera el Gobernador, porque el tiempo no estaba para entrar en la mar, y el señor Doctor Hernán Pérez me mandó viniese en toda manera, que no me excusase del trabajo, que Dios me daría salud, y vuestra señoria y mercedes tendrían siempre de mí memoria, y otras muy buenas palabras, que me obrigarón a pasar lo que cada dia he pesado y paso, por no desamparar esta gente y tenerla en paz y en

justicia; Nuestro Señor lo reciba todo en descuento de mis pecados; a vuestra señoría y mercedes suplico, por mas servir, no sea yo ni estos pecadores más olvidados."

"A mi se me han recrecido algunas indisposiciones, por que me ha convenido apartar de mi algunos trabajos y cuidados, para ver si podré restaurarme en mi salud, y, desde España, venia en mi compañía y en mi cámara Hernando de Trejo, un caballero de Plasencia, el qual conoce el licenciado Villalobos, fiscal de Vuestra Alteza, y Ochoa de Luyando; yo le pedí por merced tomase a cargo la justicia y gobierno de esta gente y a todos regué le hubiesen por bien; así lo ha hecho y lo hubieron todos por bién; háse casado con doña Maria de Sanabria, hija de dona Mencía Calderón y hermana del Gobernador Diego de Sanabria; es hábil y suficiente para esto y para mucho más; ya se acordarán vuestra señoría y mercedes que, a mi suplicación, y con voluntad del Gobernador, se mandó dar una fé por mano de Ocha de Luyando, que el oficio de Alguacil mayor de esta provincia se daría a la persona que con esta señora casase, siendo hábil y suficiente, como lo es, como dicho tengo, y muy servidor de Su Majestad; a mi se me hará muy grande en lo proveer en él, por que las tales personas se animen en servir. De esta laguna del Embiaza y de enero primero día 1552 años."

"Muy poderosos señores"

"Pies y manos de vuestra señoría y mercedes beso,"

"El Capitán Juan de Salazar." (Rubricado).

(Al dorso se lee:) "A los muy poderosos señores Presidente y Oidores del Consejo Real de Indias, & mis señores. — Al Consejo — Del Capitán Salazar, de primero de enero de 1552."

CARTA DE JUAN SANCHEZ DE BYSCAIA ESCRITA DA COSTA DO
BRASIL — PATRONATO 28 — RAMO 45 —

28 — ramo 45 — !

"Costa del Brasil, Rio de la Plata."

"Mui poderosos señores."

"Juan Sánchez de Vizcaya, piloto, en cumplimiento de lo que por Vuestra Alteza me ha sido mandado, que dé información sobre la costa del Brasil, lo que a mi me parece es lo siguiente:"

"Los vasallos del Rey de Portugal tienen poblados en la costa del Brasil muchos pueblos y, el postrero, hacia los límites de Vuestra Alteza, es un

pueblo que dicen San Vicente; está en el trópico, en veinte y tres grados y medio: es de la gobernación de Martín Alfonso de Sosa; dijeronme unos portugueses que, la tierra adentro, en el paraje del dicho pueblo, tenían poblado otros dos pueblos, y que este año iban a poblar otros; paréceme que Vuestra Alteza debe de mandar poner remedio de manera que los dichos portugueses no pueblen ni impidan las tierras de Vuestra Alteza, porque es muy necesario que sea poblada de los vassallos de Vuestra Alteza, así por ser la tierra muy aparejada para en ella hacer mucha azúcar, como para criar ganados, como otras muchas granjerías y provechos que, andando el tiempo, de ella se podrán sacar; en los veinte y cinco grados, treinta leguas del dicho pueblo de San Vicente, está un muy buen puerto que se dice La Cananea; está poblada de indios que llaman topis, amigos de los portugueses; si Vuestra Alteza viene a declarar límites con los portugueses, sea que el dicho puerto de La Cananea, con un río que llaman Ubay, que está hacia San Vicente, doce o quince leguas, poco más o menos, mande Vuestra Alteza que sea aplicado a la jurisdicción y términos de Vuestra Alteza; el dicho río Ubay es buen río y descende del campo y es muy necesario para cuando, placiendo a Nuestro Señor, se poblare la tierra, para la contratación del campo; llamo el campo a la tierra adentro, porque es tierra llana y de grandes campos, y será muy fructífera, que la tierra que está sobre la mar es muy montuosa y de grandes sierras, y, por causa de las muchas sierras que hay en la dicha costa de la mar, y muy poca tierra de provecho, si no es entre los valles de las dichas sierras, a esta causa, será necesario que el pueblo o pueblos que se poblaren en la mar, posean parte de la tierra llana del dicho campo, para que puedan tener sus lenbranzas y crianzas, porque, abajo en la mar, hay grande falta de pastos, por las causas susodichas”.

“Más adelante está otro puerto muy bueno, que llaman de San Francisco y es el más cercano al campo y a los indios guaranis, amigos de los vasallos de Vuestra Alteza, que viven en el dicho campo, en el camino por donde caminamos con Alvar Núñez Cabeza de Vaca; hay de La Cananea a este puerto de San Francisco veinte leguas, poco más o menos; está des poblado de indios; si el dicho puerto de San Francisco fuese poblado de indios, es la mejor entrada para ir a la tierra adentro, a la conquista del Río de la Plata, porque, de este puerto a los indios amigos de los vasallos de Vuestra Alteza, hay muy poco camino, y por los dichos pueden ir a la dicha conquista; paréceme que este puerto se había de poblar el primero, por amor de la dicha entrada.”

“Más adelante, ocho leguas poco más o menos, está el río de Tabucú, que quiere decir piedra alta, por donde entramos con el dicho Cabeza de Vaca; no es río que tiene puerto.”

“Más adelante, diez y ocho leguas, poco más o menos, está la isla de Santa Catalina; la dicha isla está en veinte y siete grados y medio; esta isla está poblada de indios guaranis, muy amigos de los vasallos de Vues-

tra Alteza; estos indios dieron al dicho Cabeza de Vaca muchos bastimentos y fueron con él al campo, hasta hallar la población del campo y los indios sus amigos."

"Más adelante, en los veinte y ocho grados y dos tercios, está una laguna que se dice Embiaza; no es puerto sino para navios pequeños; toda esta costa de más adelante de San Francisco, hasta esta laguna, está deshabitada de indios, por las muchas guerras que los indios topis, amigos de los portugueses, siempre hacen a los amigos de los vasallos de Vuestra Alteza, y por esta causa, van los dichos indios dejando su tierra y huyendo para delante."

"Adelante de esta laguna, para el Rio de la Plata, vá la tierra muy poblada de los dichos indios amigos de los vasallos de Vuestra Alteza, y me parece que, junto a esta laguna, se habia de poblar, si hubiese quien la poblase, porque es, como digo, muy poblada, y, en ella, se podrian hacer grandes granjeras, y también para conservar los dichos indios de sus enemigos, que, para doctrinarlos en nuestra Santa Fé Católica, en esta tierra estaba fray Bernardo de Armenta, fraile francisco, cuando llegó a la dicha isla de Santa Catalina el dicho Cabeza de Vaca, convirtiendo y doctrinando a los dichos indios; de esta laguna para el Rio de la Plata, no hay puerto ninguno."

"Dentro del Rio de la Plata, frontero de Buenos Aires, a la parte del norte, está un rio que llaman de San Juan; este rio es el mejor lugar para poblar, y es muy necesario poblarse, para que las naos que fueren al dicho rio, descarguen y se conserven y tengan su contratación, así las dichas naos como los vergantines y navios que hubieren de navegar por el dicho rio; en el pueblo que digo, me parece que Vuestra Alteza debe mandar hacer una fortaleza e casa fuerte, para que se conserven los cristianos y navios y mercaderias, de los indios comarcanos que son enemigos y gente muy belicosa, y también me parece que, en todos los pueblos que se poblaren en la dicha costa del Brasil, Vuestra Alteza debería de mandar hacer fortalezas para conservar la tierra."

"Paréceme que todo lo susodicho Vuestra Alteza lo debe mandar proveer con brevedad, especialmente lo de los límites de Portugal, por que los dichos portugueses no pueblen ni pasen más adelante, y, con esto, Vuestra Alteza podrá escusar muchos escándalos que podrian suceder entre los vasallos de Vuestra Alteza y los del Rey de Portugal."

"Juán Sánchez de Vizcaya." (Rubricado).

(Al dorso se lee:) "Relación de la costa del Brasil y Rio de la Plata, hecha por Juán Sánchez de Vizcaya. — Que se junte con lo general — Rio de la Plata."

CARTA DE JUÁN SANCHEZ DE BYSCAIA — 1539 —
PATRONATO 28 — RAMO 45:

“Al principio se lee: “Rio de la Plata — Brasil y Rio de la Plata — 1539 — Relación que hace Juán Sánchez, piloto que viene del Rio de la Plata.”

“Muy magnificos señores:”

“Partidos, que fuimos, de La Palma, en seguimiento de nuestro viaje, tomamos la costa de La Malagueta, y, desde ahí, atravesamos en busca de San Tomé, por caso de doblar la costa del Brasil, y, de allí, fuimos al Brasil, a la isla de Santa Catalina, donde el Gobernador nos dió por instrucción que fuésemos, y, por ser sobre invierno, no pudimos pasar de ahí, y determinamos de poblar, que la nao que llevamos, no pudiendola sustentar la hechamos al través y, visto que la isla de Santa Catalina estaba despoblada, por causa que los portugueses y sus amigos hicieron muchos saltos en los indios naturales de la dicha isla, y han destruido todos los indios de la costa de la mar que eran amigos de los vasallos de Su Majestad, pasándonos a un puerto más adelante quince leguas de la dicha isla, perdieron el otro navio, y, visto que no teniamos navio, hicimos otro con que pasamos al otro puerto, a poblar, y, estando poblando en el dicho puerto los españoles que iban en la compania, quitaron la capitania a Juan de Salazar, que llevamos por Capitán, y hicieron Capitán a Hernando de Trejo, que casó con una hija de Juán de Sanabria, el Gobernador, y, despues de esto, el dicho Juan de Salazar se fué a San Vicente, pueblo de los portugueses, y trató y ordenó de se ir con otros muchos a San Vicente, y, estando, que estábamos poblados, con el dicho Hernando de Trejo y él, doña Mencía, mujer, que fué, del Gobernador Juan de Sanabria, y las mujeres que fueron en la compania, enviarou desde San Vicente, Tomé de Sosa, Gobernador, que era, del Rey de Portugal, una carabela por nosotros, y en la carabela envió un Padre del Orden de los Apostoles, para que nos hiciere muchas promesas, y que nos daría él a Juan de Raya, favoreceria para irnos por tierra al Paraguay, y, visto esto, determinó de irse, a San Vicente, el dicho Hernando de Trejo con los demás, e como visto, determiné de me quedar en la dicha población con siete compañeros que quisieron quedar conmigo, y, despues de quedado, porque mi intención era, visto que los portugueses nos querian llevar a todos, de sustentar aquel puerto y pueblo, y, para esto, se juntaron con otros los indios de la tierra, y, visto como se quedaba, tuvieron tal forma con Hernando de Trejo que me hizo salir e llevar a San Vicente e quedaron los siete compañeros en el pueblo. Llegados, que fuimos, a San Vicente, hallamos que dejó mandado Tomé de Sosa, Gobernador del Rey de Portugal, que no dejaran pasar a ningun español por tierra; visto esto y que todo lo que

nos dijeron algunos contrarios, determinaron Hernando de Trejo y los demás, salvo el Capitán Salazar, que no quiso, volver para San Francisco, que es un puerto muy bueno, y allí está poblando; en este tiempo los indios amigos de los portugueses fueron a desbaratar los siete hombres que quedaron en la población; los desbarataron y trajeron uno preso y los robaron todos, lo qual tengo enterado que fué por mandado de los portugueses, y así, a lo que han de desbaratar a Hernando de Trejo, porque así lo platicaban los portugueses, y, visto esto y que no me dejaron pasar para ninguna parte, propuse de dar a entender al Capitán de San Vicente, que queria ver al Rey de Portugal a dar cuenta de las cosas del Brasil, adonde le haría gran servicio, porque, estando, que estuvieron, los portugueses con el Rey la mayor parte de la costa del Brasil para entender y conocer la navegación y puertos de la dicha costa, y, para que fuese al Rey de Portugal, el dicho Capitán me dió carta para el Conde de Castañeda, por la qual carta verán la intención que los portugueses tienen de nos echar de la costa y nos desbaratar en que no poblemos en la costa. Estando Francisco Gambarrota, que venian para pasar en España él y otros ocho o diez españoles, y, viniendo que venian, en el camino toparon unas minas muy ricas y, visto las minas, se volvieron todos, e, si nó, el dicho Francisco Gambarrota, que viene en otro navio y trae las muestras de ello, e, visto las minas y la riqueza de ello, Domingo de Irala envió a Pedro Dorantes, factor, a que poblase donde hallaron las minas, y queda poblado. De la navegacion y puertos que en la dicha costa he descubierto y visto, daré cuenta de ello al piloto mayor de Su Majestad. En la Capitania de San Vicente, en toda su comarca, y a la parte donde nosotros poblamos, los portugueses han hallado muchas minas de plata muy ricas, y esto digo porque, en mi presencia, hicieron muchas fundiciones las cuales todo envían al Rey de Portugal, para que luego envíe a poblar toda la costa por donde propuse de venir, dar aviso de esto a Su Majestad, porque pretenden los portugueses ser toda la costa suya, hasta la boca del Rio de la Plata, y, si esto se hace, será grán pérdida de Su Majestad, porque en la costa hay muchos puertos muy buenos, que he hallado, y, para el trato del Rio de la Plata, hay muy breve camino y muy buenos rios, especial para el pueblo que ahora pueblan, que, estando poblada la costa, excusarse han de ir al Rio con las naos, por caso de ser el rio fortunoso; Su Majestad debe con toda brevedad poner remedio en esto, por que los portugueses no tomen la tierra, que es muy buena y de minas muy rica, y de esto no se ponga, que por mis ojos he visto, como digo, a los portugueses, hacer muy ricas fundiciones, y, demás de esto, hacen muchos ingenios de azucar."

"Juán Sánchez de Vizcaya." (Rubricado).

(Esta carta no debe ser del año 1539, como dice al principio, sino de hacia 1552 o despues, puesto que habla de lo mismo que el Capitán Juán de Salazar en ese año.)

CARTA DE JUAN BAUTISTA GESIO — MADRID, 24 DE NOVIEMBRE
DE 1579, PATRONATO 29 — RAMO 32:

“M. P. S.”

“La provincia del Brasil es tierra continuata con el Perú, por la provincia del Rio de la Plata, del Dorado y otras entremedias, y también, por la costa de la mar del norte, se continúa con Tierra Firme por la provincia del Marañón, del rio de las Amazonas, de Paria y de Santa Marta; es de la otra parte de la equinocial, hacia lo antártico, al sudoeste del Cabo Verde, y de la costa de Guinea; la más oriental tierra de esta provincia es el Cabo de Santo Agustin, que tiene ocho grados y tantos minutos de declinación al sur, y es distante este Cabo de la más occidental tierra de Africa, que es el Cabo Verde, que está en altura de 14 grados al norte, seiscientas leguas por el rumbo de nordeste sudoeste, segun la estimativa navegación de hombres fidedignos y sin sospecha, experimentados en la cosmografía y arte de navegar, empero, segun la observación matemática, con instrumentos astrológicos, se ha observado por las apariencias (apariencias? aparencias?) del cielo (cielo?), ser esta distancia mucho más; hay también otras diferentes opiniones de la longitud y distancia itineraria (?) (que) hay entre estos dos Cabos; los antiguos hidrografos portugueses, escritores de cartas de navegar, como que, desde el principio que se empezó a descubrir esta tierra, su Rey pretendia que le cupiese mucha parte de esta provincia del Brasil, no siendo, hasta entonces, descubiertos los Malucos, abreviaron la longitud y distancia que hay entre estos dos Cabos y pusieron en sus cartas que entrase en el repartimiento de Portugal doscientas leguas, este oeste, de esta tierra, y que el meridiano de la demarcación pasase por el rio de la Corva, junto al Marañón, y casi por San Vicente; los hidrografos modernos portugueses, no contentos del hurto (que) habian hecho sus pasados en la descripción de esta tierra del Brasil, alargaron los límites de su repartimiento, así hacia el Oriente, en los Molucos, como hacia el Occidente, en el Brasil, y, por que cupiese a la Corona de Portugal mucha más tierra del Brasil, abreviaron mucho más, que no habian hecho sus pasados, la distancia y longitud entre el Cabo Verde y el Cabo de Santo Agustin, y señalaron en sus cartas de marear que la línea de la demarcación pasase por la boca del rio de Orellana y por el Rio de la Plata, y que cayesen de la tierra del Brasil en el repartimiento de Portugal, 300 leguas; entrambas estas dos posiciones son falsas, de industria y maliciosamente hechas; más abajo se mostrará; los hidrografos castellanos, no entendiendo esta navegación y distancia, estando a crédito de los hidrografos antiguos portugueses, siguieron sus opiniones y señalaron sus cartas de navegar como los dichos, engañandose ellos mismos, quitando muchas tierras de la demarcación de Castilla y dándolas a Portugal; empero Juan de Barros, cosmógrafo y historiador portu-

gues, al cual se debe dar más crédito que a otro portugués, afirma en sus Decadas que la primera tierra del Brasil, que es el Cabo de San Agustín, es distante de la postrera tierra de Africa y más occidental, que es el Cabo Verde, en longitud y distancia de Este Oeste, cuatrocientas leguas, y, si la línea de la demarcación, por común consentimiento, es, al occidente del Cabo Verde, cuatrocientas setenta leguas, quitando de esta distancia y longitud las cuatrocientas, se quedan setenta leguas de longitud, que entra el Brasil en el repartimiento de Portugal, y, según esto, el meridiano de la demarcación pasaría por Punta de Humos y por Cabo Frio, o por la Bahía de Todos Santos, y todo lo demás del Brasil caería en el repartimiento de Castilla; mas los cosmógrafos italianos, que navegaron muchas veces por esta mar y por estas derrotas del Brasil, son de otra opinión; afirma Américo Vespuci, en dos navegaciones que hizo para el Brasil, a instancia del Rey don Manuel, de Portugal, por estimativa navegación y derrotas, que, del Cabo Verde, que está en catorce grados, al norte, a la tierra del Brasil, que está en cinco grados al sur, hay ciento y cincuenta leguas atrás del Cabo de Santo Agustín, haber distancia, por línea recta, setecientas leguas, y que, de Sierra Leona, en la costa de Guinea, a la Bahía de Todos los Santos, hay seiscientas leguas de distancia; se saca de estas dos distancias, por la ciencia de los triángulos, que el meridiano de la demarcación pasa veinte leguas más al occidente del Cabo de Santo Agustín, y que, del Brasil, no cabe en el repartimiento de Portugal más que las 20 leguas Este Oeste, y todo lo demás es de Castilla; con esta opinión concorda Sebastián Gaboto y, Juan de Barros, portugués, discorda por cincuenta leguas; emperó, si seguimos la observación que hizo Américo Vespuci en Cabo Frio, tierra del Brasil, con el astrolabio y cuadrante, como es de razón que se siga esta opinión, más que nó la estimativa navegación, se sacará de ella que todo el Brasil cae en la demarcación de Castilla y que el meridiano del repartimiento pasa al Oriente del cabo de Santo Agustín, no tocando nada del Brasil. Concurre con esta opinión Andrés de San Martín, cosmógrafo, que fué con Fernando de Magallanes, por la observación que hizo en el río de San Julián, según la cuenta de lo que había navegado. Como quiera que sea, los portugueses tienen ocupada esta tierra y poblada toda la costa de la mar, empezando desde Pernambuco, que está casi en ocho grados de altura, al sur, hasta San Vicente, que está en 24 grados que serán como trescientas y cincuenta leguas de costa, la cual costa está repartida en ocho Capitanías y hay en ellas diez y nueve poblaciones, y, en todas estas poblaciones, tres mil y seiscientos vecinos. En cada Capitanía hay muy buen puerto para entrar y posar naos de qualquier grandura; los mejores puertos y mejores Capitanías, más fértiles y abastadas de mantenimientos son el Río de Henero, en la ciudad de San Sebastián, y el puerto de San Vicente, adonde se dá trigo, aunque este és más engolfado en la costa; estos dos puertos están, en pasando el Cabo Frio, en 23 y 24 grados al sur, y, cualquiera nao de corsarios o de

quien quisiera navegar al Rio de la Plata o en lo estrecho de Magallanes, verá forzosamente a reconocer el Cabo Frio; despues de estos dos puertos, el de la Bahía es el mejor y muy abastado y buen puerto; este puerto es en altura de 13 grados al sur. La particular descripción de esta costa del Brasil, de los puertos, rios, poblaciones y Capitanias (que) hay en ella, y de la calidad y fertilidad de la tierra y vecinos, se verá más distintamente en un librillo escrito de letra de mano en lengua portuguesa, que viene con este discurso, con la carta de la descripción y geografia de toda esta costa, hasta el Rio de la Plata, procediendo hacia el Sudoeste por la costa de la mar, y, por el Oeste, hacia Tierra Firme, por el mar de la costa del norte; y más distintamente se dirá, de esta tierra, de su costa, distancia y longitud de ella, en el libro de nuestra geografia, y, por ahora, basta haber tratado superficialmente de ella. En Madrid a 24 de noviembre 1579”.

“Juán Bautista Gesio.” (Rubricado).

“Al dorso se lee”: “340 — 19 — De Juan Bautista Gesio, sobre la tierra del Brasil.”

Relatório de 1946

Srs. Consócios:

Não desmereceu o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no ano social findo, que foi o quinquagésimo-segundo de sua existência, das gloriosas tradições de trabalho e estudo em tórno dos problemas relacionados com os ramos do conhecimento que constituem precipuamente o seu objetivo científico. Assim vem crescendo, é certo que lentamente, mas com progressivas solidez e segurança, o prestígio que desfruta esta casa de cultura entre as instituições congêneres. Prova dessas afirmativas iniciais é o relatório que ora vos apresentamos, em obediência aos dispositivos estatutários, sobre as atividades sociais desenvolvidas entre 2 de janeiro e 1.º de novembro de 1946.

SESSÃO INAUGURAL — Das mais brilhantes foi a comemoração do tricentésimo-nonagésimo-segundo aniversário da fundação de São Paulo, com a sessão que em 25 de janeiro se realizou para inaugurar o novo ano social. Ao nosso jovem confrade, dr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho — representante da terceira geração de historiadores do mesmo sobrenome que tantos serviços prestaram ao Instituto, como acentuou, ao saudá-lo, por motivo de sua posse na qualidade de sócio efetivo, o orador oficial, prof. José Carlos de Ataliba Nogueira — coube a missão de pronunciar o discurso alusivo à efemeride, mediante substancial retrospecto dos acontecimentos ligados à época da fundação.

DR. AFONSO DE TAUNAY — Aposentado pelo Govêrno do Estado com a láurea de servidor emérito das letras históricas, recebeu o dr. Afonso de Taunay, nosso grande Presidente Honorário, o reconhecimento público que lhe era devido pela obra luminosa realizada, com extraordinária perseverança, em vários departamentos do Museu Paulista. Regozijou-se o Instituto, naquela mesma sessão de 25 de janeiro, com êsse fato de tamanha repercussão nacional tanto mais quanto, na pessoa do amigo de todos os

dias, inextinguível pela elevação dos seus dotes de caráter e sociabilidade, estão representadas também as qualidades do estudioso infatigável e do sábio, recentemente reconhecido nos Estados Unidos como um dentre os dez maiores historiadores do mundo. O decreto que o aposentou — suficiente para assinalar a passagem do Embaixador Macedo Soares pelo Governo do Estado — será oportunamente publicado, com o merecido destaque, nas páginas de nossa Revista”.

CENTENÁRIO DE EÇA DE QUEIRÓS — Não passou despercebido, entre os sócios do Instituto, o centenário do nascimento de Eça de Queirós, o escritor português que mais influência talvez exerceu na formação das últimas gerações de intelectuais brasileiros. Saudou o acontecimento, na sessão de 5 de fevereiro, o nosso consócio dr. José Pedro Leite Cordeiro, ao anunciar a preparação de uma cronologia especial, destinada à “Revista”, sobre a vida e a obra do delicioso narrador de “A Cidade e as Serras”.

A TRANSFORMAÇÃO DO REGIME — Com a vitória das armas aliadas sobre as das nações totalitárias, teve o Brasil de reajustar-se às conquistas democráticas da civilização, novamente conferindo ao povo o direito de eleger os seus representantes. Nessa obra de reestruturação jurídica, moral e econômica, teve o Instituto a felicidade de colaborar, graças à atividade fecunda de vários de seus sócios em diferentes postos da administração pública, assim como na Assembléia Constituinte. Foi êsse evento excepcional assinalado em sessão de 5 de fevereiro, com a citação dos nomes dos Srs. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Dr. Francisco Morato, Dr. Gastão Vidigal, Dr. Altino Arantes, Professor José Carlos de Ataliba Nogueira, Dr. Plínio Barreto, Dr. Aureliano Leite, Professor Ernesto de Sousa Campos, Dr. Carlos de Moraes Andrade e Dr. Joaquim Sampaio Vidal.

Mais tarde, na sessão de 1.º de novembro, o Prof. Ataliba Nogueira, como orador oficial, revelou que muitos constituintes, na fundamentação de suas teses, recorriam freqüentemente à “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo”, em cuja preciosa coleção encontravam elementos para esclarecer problemas da maior transcendência, tais como o da autonomia dos municípios, o do parlamentarismo e o do restabelecimento dos símbolos estaduais.

BICENTENÁRIO NATALÍCIO DE TIRADENTES — Em sessão extraordinária, realizada no dia 26 de março, ao tomar posse de sua cadeira de sócio correspondente, o eminente historiador dr.

Davi Carneiro pronunciou interessante conferência sobre a personalidade de Tiradentes, fazendo ressaltar as qualidades de caráter, inteligência e cultura do pioneiro de nossa Independência. Lembrou o orador que em 12 de novembro ocorreria a passagem do bicentenário do nascimento de Tiradentes, o que não poderia deixar de ficar assinalado na atividade social do Instituto.

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO GENERAL GOMES CARNEIRO — A efeméride natalícia do General Gomes Carneiro, ao completar um século no ano social findo, mereceu do Dr. Davi Carneiro, na mesma sessão extraordinária de 26 de março, a apresentação de um trabalho destinado a publicação em nossa "Revista". Além disso, na ocasião própria, em novembro, fêz-se o Instituto representar por numerosa comissão de sócios no Segundo Congresso de História da Revolução de 1894, realizado em Belo Horizonte entre os dias 16 e 21 daquele mês. Artística medalha, com a effigie do General Gomes Carneiro, foi distribuída às principais instituições culturais do país, possuindo o nosso Instituto um exemplar gentilmente oferecido pelo seu congênere de Minas Gerais.

CENTENÁRIO DA MORTE DE ÁLVARES MACHADO — Consagração tôda especial teve o nome de Álvares Machado, por motivo do centenário de sua morte, cuja passagem ocorreu no mês de julho último. Em atenção a um ofício que nesse sentido lhe fôra endereçado, resolveu a Prefeitura Municipal dar à antiga rua Livre, nesta cidade de São Paulo, a denominação de Rua Álvares Machado, tendo sido colocada solenemente uma placa de bronze no local. Falaram sobre o acontecimento os srs. Francisco Pati, Crepori Franco, Tito Lívio Ferreira e Francisco Álvares Florence. Na sessão de 5 de julho, ordinária, o sr. Amador Florence, estimado e operoso confrade, proferiu brilhante conferência sobre a vida e a obra de Álvares Machado. No dia seguinte, na praça principal da cidade paulista que traz o nome do homenageado, inaugurou-se-lhe o busto moldado em bronze, tendo então proferido a oração oficial, alusiva ao ato, o dr. José Pedro Leite Cordeiro. E, ainda no dia 10 dêsse mesmo mês de julho, com uma sessão extraordinária, nova homenagem prestava o Instituto à memória de Álvares Machado, tendo sido encerradas as comemorações pelo deputado Manuel Duarte, que, em substancial palestra, pôs em relêvo as qualidades que immortalizaram o grande vulto paulista.

CENTENÁRIO NATALÍCIO DA PRINCESA ISABEL — No dia 29 de julho, comemorando o primeiro centenário do nascimento da Princesa Isabel, deu o Instituto cumprimento ao se-

guinte programa: às 9 horas, missa solene, na matriz da Bela Vista, celebrada pelo Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, nosso eminente confrade; às 10 1/2 horas, na praça Princesa Isabel, inauguração de uma placa de bronze, tendo usado da palavra o Prefeito Municipal, dr. Abraão Ribeiro, o dr. José Pedro Leite Cordeiro e o dr. Álvaro Soares Brandão; às 15 horas, no peristilo do Instituto, inauguração de uma placa com dizeres referentes à efeméride, tendo discursado no ato os drs. Afonso de Taunay e Francisco Morato; e, finalmente, na sede deste sodalício, às 21 horas, sessão solene, com uma conferência do prof. Francisco Morato. Também patrocinou o Instituto exposição, no Teatro Municipal, de documentos e objetos relacionados com a vida da Princesa Isabel.

CENTENÁRIO DE FRANCISCO GLICÉRIO — Desincumbiu-se com raro brilho da missão que lhe fôra atribuída, em sessão extraordinária, realizada no dia 22 de agosto, o nosso consócio Dr. Pelágio Lobo, ao pronunciar a conferência comemorativa da forte personalidade do General Francisco Glicério de Cerqueira Leite, o inolvidável propagandista da República, a cujos esforços deve o novo regime a solidez dos seus fundamentos no Estado de São Paulo. Na rua Glicério, para assinalar a passagem do centenário natalício do grande prócer republicano, foi colocada uma placa de bronze.

CENTENÁRIO DE JOÃO GOMES DE ARAUJO — Na sessão de 5 de agosto, por proposta do Coronel Luís Tenório de Brito, aderiu o Instituto às comemorações relacionadas com o centenário de nascimento do maestro paulista João Gomes de Araujo.

JUBILEU SACERDOTAL DO CÔNEGO CAMARGO — Pela ocorrência do jubileu sacerdotal do Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, sócio efetivo dos mais ilustres e operosos deste sodalício, manifestou o Instituto o seu regozijo em sessão de 5 de setembro, tendo discursado na ocasião o nosso confrade Amador Bueno Machado Florence.

POSSE DE D. PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA — Eleito sócio honorário do Instituto, D. Pedro de Orleans e Bragança foi solenemente recebido em sessão de 5 de outubro, tendo-o saudado o prof. Francisco Morato, que lhe ressaltou os méritos como investigador de botânica e organizador de um arquivo particular de cartas e autógrafos de estadistas do Império, além de viajante apaixonado e estudioso dos usos e costumes do Brasil. Em sua oração de agradecimento, prometeu Sua Alteza, opor-

tunamente, narrar-nos o que pôde observar através de suas excursões pelo interior do país, contribuindo assim para estimular o interesse em tôrno dos estudos sôbre a nossa geografia.

CONSTITUIÇÃO DE 18 DE SETEMBRO — Após o golpe de 29 de outubro de 1945, desfechado pelas nossas Fôrças Armadas para completar o retôrno do país à normalidade jurídica e democrática, o fato mais notável de nossa vida política, nestes últimos vinte anos, foi sem dúvida a promulgação da Carta Magna de 18 de setembro de 1946, na qual se consagram os princípios que regem a existência dos povos civilizados. Esse acontecimento mereceu referência especial em sessão de 5 de outubro, tendo sido aprovada uma proposta do prof. Alfredo Gomes no sentido de serem enviadas ao sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, as congratulações do Instituto.

BANDEIRA DE SÃO PAULO — Por intermédio do dr. José Pedro Leite Cordeiro, congratulou-se êste sodalício com os constituintes de 1946, que, restabelecendo os símbolos estaduais, permitiram a São Paulo retirar sua velha e gloriosa bandeira de treze listas de sob os escombros do regime ditatorial.

ANIVERSÁRIO DO DR. CLEMENTE FERREIRA — Ocorreu em 29 de setembro último a passagem do nonagésimo aniversário do dr. Clemente Ferreira, pioneiro da organização dos serviços de combate à tuberculose no Estado de S. Paulo. Ainda por proposta do prof. Alfredo Gomes, naquela mesma sessão de 5 de outubro, rendeu o Instituto, por êsse motivo, as suas homenagens ao grande batalhador de tão nobre causa.

CENTENÁRIO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO — Em meados de novembro, atendendo a uma solicitação da professora d. Carolina Ribeiro, pôde o Instituto contribuir para o maior brilho das comemorações do primeiro centenário do ensino normal em São Paulo, permitindo fôsem retirados de sua biblioteca, a fim de figurarem na exposição que então se realizou, os volumes dos "Anais da Câmara dos Deputados" em que vêm insertos os debates parlamentares em tôrno daquele capítulo de nossa história educacional.

CINQUENTENÁRIO DE BAURU — Repercutiu brilhantemente no Instituto a passagem do quinquagésimo aniversário da fundação de Bauru. Perante numerosa assistência, em sessão de 5 de agosto, o jornalista José Fernandes, apresentado à casa pelo consócio Coronel Luís Tenório de Brito, pronunciou uma con-

ferência sobre a significação da efeméride, historiando, à base de interessante documentação, os pródromos do próspero município paulista.

CENTENÁRIO DA DESCOBERTA DE NETUNO — A descoberta do planeta Netuno, em 23 de setembro de 1846, devida principalmente aos estudos e observações de Bouvard, Le Verrier e Galle, revolucionou completamente as concepções do universo então em voga entre os astrônomos e filósofos. Não poderia, pois, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo deixar de assinalar condignamente a passagem do centenário desse maravilhoso evento científico, superiormente caracterizado, em douda explanação, pelo nosso consócio dr. Alípio Leme de Oliveira, Diretor do Instituto Astronômico e Geográfico do Estado, na sessão extraordinária que se realizou em 10 de dezembro próximo passado.

EXPEDICIONÁRIOS PAULISTAS — Expressiva homenagem foi prestada, em sessão de 6 de maio, aos expedicionários do Estado de São Paulo que integraram a Fôrça Expedicionária Brasileira nos campos de combate da Itália, ao terminar a segunda grande guerra mundial. Falaram sobre o assunto os srs. prof. Alfredo Gomes e Amador Bueno Machado Florence, exaltando os feitos gloriosos dos nossos jovens compatriotas. Uma publicação especial, com os nomes de todos esses heróis paulistas, será inserta oportunamente num dos próximos volumes de nossa "Revista".

CURSO DE BANDEIROLOGIA — Sob o patrocínio do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, digníssimo Interventor Federal no Estado, realizou-se em diferentes locais um Curso de Bandeirologia, no qual apresentaram trabalhos vários dos nossos consócios, entre eles o dr. Afonso de Taunay, o prof. Tito Lívio Ferreira e o dr. Félix Guisard Filho.

CARDEAL ARCEBISPO DE SÃO PAULO — Em abril, uma comissão composta dos consócios prof. Tito Lívio Ferreira, dr. Enzo Silveira e Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, representou o Instituto nas solenidades de recepção de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Cardeal Arcebispo de São Paulo, ao regressar Sua Eminência de sua viagem à cidade do Vaticano, onde fôra receber o chapéu cardinalício das mãos de Sua Santidade o Papa Pio XII.

VISITAS — Por ter estado enfermo o dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, foi o nosso egrégio 1.º Vice-Presidente visitado,

no mês de maio, por uma comissão composta dos srs. coronel Luís Tenório de Brito, dr. Álvaro da Veiga Coimbra e prof. Dácio Pires Correia.

PALESTRAS E CONFERÊNCIAS — Durante o ano social findo, foram lidos na sede social os seguintes trabalhos, além dos já citados nos tópicos precedentes: “Pontos de Referência de Capitais e Cidades”, pelo dr. Américo Neto do Rego Cavalcanti; “Cesário Mota”, pelo prof. Otoniel Mota; “A Ilha Autêntica e o Livro de Marcondes de Souza”, pelo dr. Gastão Ferreira de Almeida; “Um Suposto Descobrimento do Brasil Antes de 1448”, pelo dr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa; “São Paulo Teve Foral de Vila?”, pelo prof. Tito Lívio Ferreira; “Missões Educativas — Ruralismo”, pela prof. Francisca Pereira Rodrigues; “A Primeira Viagem ao Redor do Mundo”, pelo dr. Gastão Ferreira de Almeida, “Da Maioridade à Conciliação”, pelo prof. Tito Lívio Ferreira; “O Episódio Republicano de 10 de Novembro de 1889 em São José do Rio Pardo”, pelo dr. Honório de Silos; e, finalmente, “Vida e Obra do Coronel Fernando Prestes de Albuquerque, pelo coronel Luís Tenório de Brito.

SESSÕES — O Instituto realizou, em 1946, um total de 16 sessões, das quais 11 ordinárias e 5 extraordinárias.

QUADRO SOCIAL — Foram eleitos, no decurso do ano social findo, 19 novos sócios, a saber: na categoria dos honorários, Sua Alteza o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança; na dos efetivos, os srs. Adriano Campanhole, Afonso Schmidt, dr. Sérgio Buarque de Holanda, dr. Maurício Benedito Ottoni, dr. João Cruz Costa, tenente-coronel Álvaro Martins, major José Hipólito Trigueirinho, dr. Ciro Onésimo Maria Mondin e dr. Manuel Rodrigues Ferreira; e, na dos correspondentes, os srs. General João Pereira de Oliveira (de Lorena), dr. Júlio Caldeira de Almeida da Gama Lobo Caiola (de Lisboa), dr. Inácio Manuel Azevedo do Amaral (do Rio de Janeiro), dr. Alexandre Nelson Armond Marchant (de Washington), Lourenço Luís Lacombe (de Petrópolis), dr. João José Maria Francisco Rodrigues d'Oliveira (da ilha da Madeira), D. Antônio Maria Barbieri (de Montevidéu), D. Nicolás Eugenio Navarro (de Caracas) e dr. William Brooks Greenlee (de Chicago). Por outro lado, teve o Instituto de lamentar o falecimento de nove eminentes confrades: — os srs. dr. Alberto Rangel, dr. Domingos Alves Rubião Meira, Francisco Cardona, dr. Álvaro de Sales Oliveira, dr. Edmur de Sousa Queirós, dr. Gustavo Edwall, dr. Jorge Dumont Vilares, dr. Pedro Rodrigues de Almeida e dr. Teófilo Feu de Carvalho, cujos elogios históricos, à exceção dos

três primeiros, foram feitos pelo orador oficial, prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, na sessão magna de 1º de novembro último. Os necrológicos de Alberto Rangel, Rubião Meira e Francisco Cardona constituirão o exórdio da oração do prof. Ataliba Nogueira na sessão magna do ano corrente.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA — Em virtude de renúncia do coronel Luís Tenório de Brito ao seu pôsto na Comissão de Sindicância, passou a substituí-lo, por nomeação do Sr. Presidente, o dr. Carlos Alberto Nunes, nosso eminente consócio e prezado 2.º Secretário. E, em substituição ao prof. Ernesto de Sousa Campos, que teve de afastar-se para ocupar o cargo de Ministro da Educação e Saúde, foi nomeado para a mesma comissão o prof. Américo Brasiliense Antunes de Moura.

SEDE SOCIAL — Nenhum progresso se verificou, infelizmente, nas negociações e estudos relativos à futura sede do Instituto, a qual, como não se ignora, lhê seria destinada pela Prefeitura Municipal em um de dois edifícios cuja construção fôra projetada na rua da Consolação. A escritura pública de 21 de dezembro de 1937, pela qual assume a Municipalidade o compromisso solene de dotar o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo de instalações adequadas, foi submetida, há tempos, juntamente com outros documentos, ao exame do dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker, nosso 1º Vice-Presidente e atual Secretário da Justiça. Eis as palavras finais do luminoso parecer cujo original carinhosamente conservamos em nosso arquivo: "Do exame da questão resulta que o Instituto pode exigir da Prefeitura o alojamento prometido por lei e por contrato. Se a Prefeitura está na impossibilidade material de cumprir o contrato, êste poderá resolver-se por outra forma, reconhecida, porém, sempre a obrigação assumida para com o Instituto Histórico." Cremos ser o suficiente para adquirirmos a certeza de que se acham assegurados os nossos direitos. Dez anos se passaram, o que seria tempo de termos construído a nossa independência financeira, com a sublocação das dependências disponíveis de uma sede própria. Acha-se agora à testa da Municipalidade o nosso consócio dr. Abraão Ribeiro, cujo elevado senso jurídico contribuirá certamente para que a solução do problema não continue a sofrer as delongas que tanto vêm prejudicando a nossa vida social. Nesse sentido, ao atual Interventor Federal no Estado, o nosso ínclito confrade Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, dirigiu o Sr. Presidente do Instituto, em 16 de janeiro de 1946, um ofício bastante circunstanciado, com êste trecho final: "Sendo o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo

proprietário do terreno em que se acha localizada a sua sede, talvez possa o compromisso assumido pela Prefeitura Municipal resolver-se pelo custeio das despesas com a construção do novo edifício neste mesmo local. É o assunto que tenho a honra de submeter à criteriosa consideração de V. Ex. certo como estou de que indicará a solução mais equitativa e, ao mesmo tempo, mais auspiciosa para o futuro desta casa de cultura que tão assinalados serviços tem sabido prestar a São Paulo e ao Brasil”.

BIBLIOTECA E ARQUIVO — Desenvolveram-se normalmente as atividades desse departamento, tendo o Livro de Cargas registrado 207 empréstimos e 162 devoluções de obras. Foram doados à Biblioteca 198 volumes e 168 periódicos. Também prosseguiu com regularidade o serviço de encadernação, representado por 142 volumes durante o ano social findo. A partir de maio próximo passado, as funções de bibliotecário vêm sendo exercidas pelo prof. Osvaldo de Sousa, em substituição ao sr. Aristides da Silveira Lobo, que, entretanto, no mês de novembro último, retornou ao Instituto, como auxiliar da Diretoria.

SECRETARIA — O Instituto expediu, em 1946, um total de 582 cartas e ofícios, contra 245 recebidos no mesmo período. Além disso, cerca de 50 notícias foram distribuídas à imprensa desta capital.

“REVISTA” — Com a morosidade a que aos poucos nos vamos habituando, continuam na Imprensa Oficial do Estado os trabalhos tipográficos relativos ao volume XLIII da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Os respectivos originais, incluindo o alentado estudo do dr. Ricardo Gumbleton Daunt sobre a vida e a obra do Regente Feijó, foram encaminhados àquela repartição em 19 de abril de 1944. Essa demora poderá ter assim, em breve, a comemoração de um terceiro aniversário. Continuamos a contar, porém, com a boa vontade do nosso prezado consócio prof. Sud Mennucci, que felizmente voltou a ocupar o seu antigo posto de diretor da Imprensa Oficial, podendo talvez influir no sentido de que não nos vejamos por mais tempo privados da leitura de nossa preciosa publicação. Estendemos essa observação ao que também vem sucedendo com a obra comemorativa do jubileu social, “Moedas do Brasil”, de autoria do nosso saudoso consócio dr. Álvaro de Sales Oliveira, falecido em 19 de maio de 1946, isto é, 29 meses depois de entregues à composição tipográfica as primeiras 367 páginas datilografadas do seu trabalho, conforme consta de nosso ofício expedido em 30 de novembro de 1943.

TESOURARIA — Será oportunamente submetido à vossa apreciação, pelo Sr. Tesoureiro, prof. Dácio Pires Correia, o balancete da receita e despesa do Instituto no exercício financeiro de 1946. Podemos adiantar, contudo, que jamais foi tão próspera, sob êsse aspecto fundamental, a situação do nosso querido sodalício. As autoridades estaduais e municipais mantiveram as subvenções que nos vinham sendo concedidas em anos anteriores. Na sessão de 25 de janeiro, ao inaugurarem-se os trabalhos do ano social findo, anunciava o sr. Presidente, dr. José Tôrres de Oliveira, o recebimento das subvenções para 1945, a saber: de cem mil cruzeiros, pelo Estado, e de vinte e cinco mil cruzeiros, pelo Município. E, em sessão de 5 de abril, ainda por intermédio do Sr. Presidente, tomava o Instituto conhecimento de que, para 1946, havia o Góvêrno do Estado concedido nova subvenção de cem mil cruzeiros.

Eis aí, srs. consócios, em espelho tóscó, um pálido reflexo do que foi em 1946 a vida desta casa de cultura.

São Paulo, 25 de janeiro de 1947.

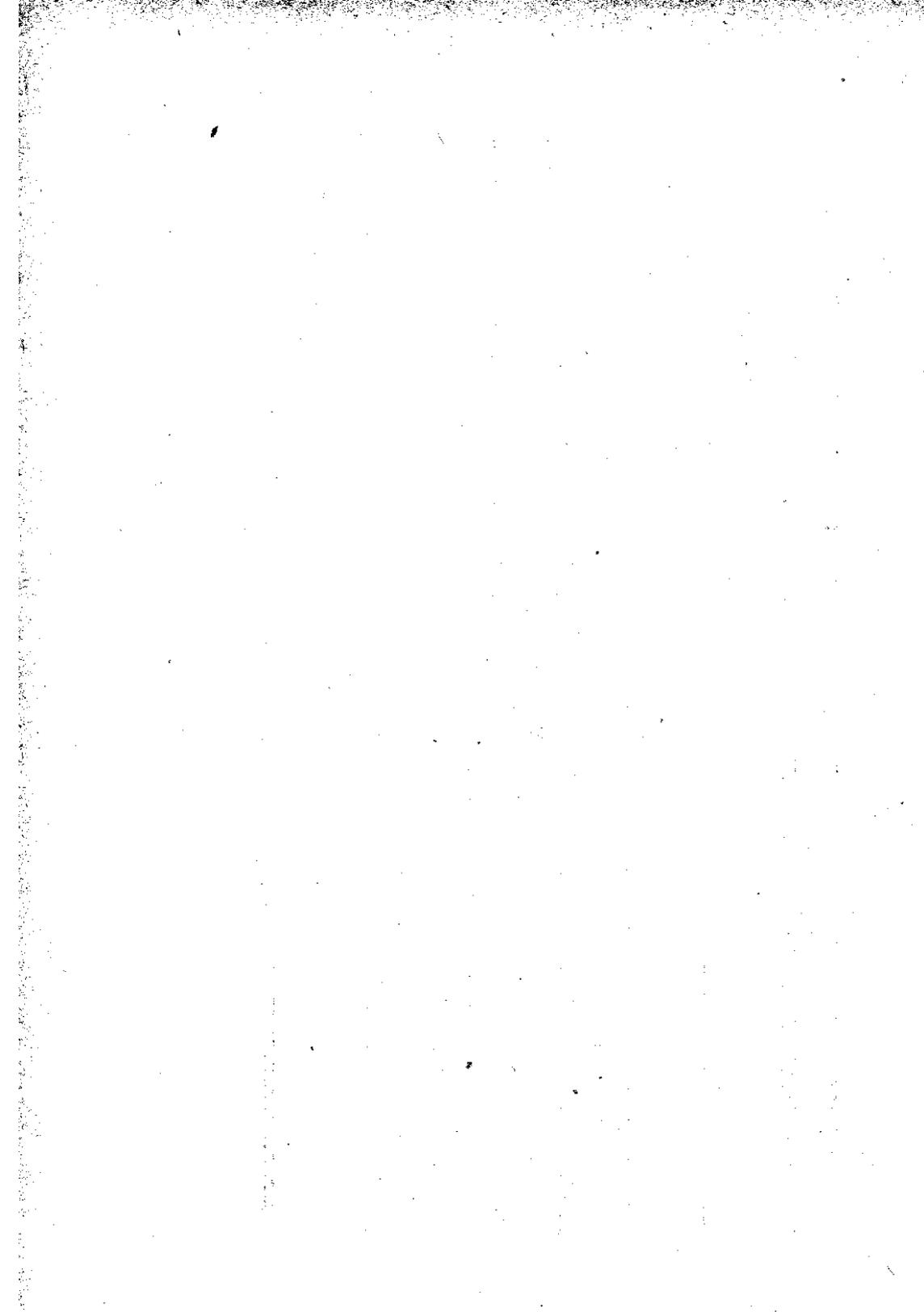
A DIRETORIA.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 1946

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
Saldo do ano de 1945	207.918,70	Secretaria	1.543,30
Juros de apólices e de banco	14.822,60	Biblioteca	8.978,80
Auxílio do Estado e Prefeitura Municipal	216.666,00	Tesouraria	1.468,90
Jóias, anuidades e mensalidades de sócio	12.070,00	Publicações	61,70
Diplomas e distintivos de sócios	55,00	Despesas gerais	6.759,80
Publicações	362,00	Ordenados, gratificações e abonos . .	47.177,00
Aluguéis	1.320,00	Saldo para o ano de 1947	387.224,80
	Cr\$ 453.214,30		Cr\$ 453.214,30

São Paulo, 31 de dezembro de 1946.

(a) **Dácio Pires Correia**
Tesoureiro



Ata da sessão inaugural dos trabalhos sociais, em 25 de janeiro de 1946

Presidente: Dr. José Tôrres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão inaugural do corrente ano, com a presença dos sócios srs.: José Tôrres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Maria de Lourdes Paula Martins, Ricardo Gumbleton Daunt, Zuinglio Marcondes Homem de Melo, Amador Bueno Machado Florence, Djalma Forjaz, José Cássio de Macedo Soares, Arrison de Souza Ferraz, Geraldo Rúffolo, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, Frederico de Barros Brotero, Álvaro da Veiga Coimbra, José Bueno de Oliveira Azevedo, Filho, N. Duarte Silva, Joaquim Alfredo da Fonseca, Alípio Leme de Oliveira, José Pedro Leite Cordeiro, Álvaro Soares Brandão, Edmundo Krug, Dácio Pires Correia, Carlos Alberto Nunes, José Carlos de Ataliba Nogueira e Benedito Pires de Almeida.

Justificaram ausência os srs.: Artur P. A. Whitaker, Enzo Silveira, J. R. Sá Carvalho, Aureliano Leite, Pedro Dias de Campos, Joaquim Silva, Melo Nogueira, Teodoro Braga, Igor Dolgorukij, Gastão Ferreira de Almeida e Carlos da Silveira. Fizeram-se representar: o Interventor Federal, pelo tenente Guedes Teixeira; o Prefeito municipal, pelo sr. Augusto de Sousa Queiroz; o Secretário da Educação, pelo sr. Sebastião Meireles Teixeira; o Secretário da Segurança Pública, pelo sr. Ari Junqueira; o Secretário da Agricultura, pelo sr. Cid Valério; os cônsules de Portugal e da Inglaterra, pelo dr. Alvaro Soares Brandão; o Instituto Histórico de Pernambuco, por monsenhor Uchoa; o sr. Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, pelo sr. Hélio de Oliveira Borges; a Reitoria do Colégio São Luís, pelo padre Hélio Viotti. A sessão foi presidida pelo sr. José Tôrres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs.: Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários. A convite do sr. presidente, sentam-se à mesa os representantes das autoridades do Governo que se encontravam no recinto.

Abrindo a sessão, o sr. presidente apresenta aos sócios votos de felicidades e augura um ano fecundo para as atividades do Instituto, que inicia o 52.º ano

de seus trabalhos em prol do estudo do passado do Brasil e particularmente de São Paulo. Comunica, a seguir, que se acha na ante-sala o sócio recipiendário sr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, o qual deverá pronunciar uma conferência alusiva à data da fundação de São Paulo. Depois de introduzido no recinto por uma comissão composta dos srs. Machado Florence, Barros Brotero e Ricardo Daunt, o novo sócio é saudado, por indicação do sr. presidente, pelo sr. Ataliba Nogueira, que disserta sobre o valor da história na vida dos povos, como disciplina orientadora da política verdadeiramente construtiva e mostra a inanidade das tentativas por parte de certos revolucionários sem relações vivas com a nação, de fazerem tábua rasa do passado, para imprimir orientação arbitrária às atividades fundamentais do país do que é sintomática, em nosso meio, a tendência errônea de considerar determinadas datas nacionais, no passado recente, como marco fundamental de nossa história. Salientando o valor educativo da história, em sentido lato e construtivo, trata o orador da magnitude dos trabalhos do Instituto, no afã de pesquisar o passado de nossa gente, o que se reflete no valioso acervo constituído pelos volumes de sua "Revista", que, desde o primeiro número, com trabalhos da pena de Eduardo Prado, até ao último, em que se contém colaboração de Afonso de Taunay, traduz o esforço dos sócios do Instituto em prol desse ideal patriótico.

Depois de referir-se sumariamente à data da fundação de São Paulo e aos princípios religiosos implantados nos primórdios de nossa nacionalidade pela abnegação dos jesuitas, passa o sr. Ataliba Nogueira a desincumbir-se da missão que lhe fôra confiada, saudando o sr. Macedo Soares Sobrinho, em quem vê o representante da 3.^a geração de historiadores do mesmo nome, cujas atividades se encontram indissolúvelmente ligadas à vida do Instituto. Refere-se o orador a ilustres personalidades de nossa história, a que se liga, por laços de família, o sócio recipiendário: Brigadeiro Luís Antônio, Senador Vergueiro e outros. Apreciando a operosidade do novo sócio, que já conta com oito trabalhos de valor, tanto no domínio da história pura como no jurídico-social, manifesta o sr. Ataliba Nogueira a satisfação do Instituto por poder contar com a colaboração eficiente do sr. Macedo Soares Sobrinho, que traz para as tradições da casa o brilho de sua inteligência.

Com a palavra o sr. Macedo Soares Sobrinho, inicia a sua conferência agradecendo os conceitos elogiosos de que se vira alvo e assegura o seu empenho no sentido de corresponder à responsabilidade que assumia ao ingressar no quadro social do Instituto. Com farta e fidedigna documentação, desenvolve o conferencista o tema proposto, analisando os fatores determinantes da formação histórica do núcleo piratiningano, fadado a dilatar as fronteiras da futura pátria e consolidar-lhe a estruturação racial. Sem deter-se em questiúnculas de prioridade, salienta o valor de Anchieta como benemérito da nação incipiente, já no seu papel de catequista e educador, já no de guia espiritual e moderador, quando o afastamento da metrópole tornava propícia a eclosão de paixões e instintos refreados pela vida gregária.

Foi ingente o esforço do Apóstolo, em mais de quarenta anos de sacrifi-

cios, para insuflar um pouco do idealismo que lhe animava o espírito privilegiado. O valor do contingente indígena é salientado pelo conferencista nas figuras de Tibiriçá e Pequerobi, que não regatearam aos portugueses o apoio moral e material para o cabal desempenho de seus ideais de colonização. Como tipos representativos do povo luso e da importância desse contingente naqueles anos decisivos, estuda o conferencista o papel de João Ramalho, que iniciaria a fusão dos dois povos antes do início oficial da colonização, e o valor incalculável de Martim Afonso de Sousa, que se projeta em nossa história com a sua figura de guerreiro e de estadista. Firmado num trecho do "Diário" de Pero Lopes de Sousa e em uma carta de Anchieta, considera o conferencista definitivamente desfeita a dúvida de alguns historiadores quanto à estadia de Martim Afonso no planalto piratiningano em 1532. O sr. Macedo Soares Sobrinho encerra a sua conferência concitando os sócios do Instituto a emprestarem o maior brilho possível aos festejos que deverão ser realizados por ocasião da comemoração do quarto centenário da fundação de São Paulo.

Depois de prolongada salva de palmas por parte do auditório, salienta o sr. presidente o valor do trabalho que fôra ouvido, elogiando a serenidade com que o conferencista desenvolveu o seu tema e o valor de suas pesquisas nesse domínio de nossa história de tão relevante significação para o presente.

Em prosseguimento aos trabalhos, comunica o sr. presidente que tratará apenas de assuntos inadiáveis, ficando para a próxima sessão a leitura das atas das sessões anteriores e do relatório das atividades do Instituto no ano findo. Propõe, a seguir, votos de pesar pelo falecimento do historiador Alberto Rangel, do professor Rubião Meira, sócios do Instituto, e do sr. Fernando Costa, ex-interventor federal de São Paulo, a cuja memória rende homenagem, em caráter político, pelos meritórios serviços prestados ao Estado e ao Brasil.

Pelo sr. 1.º secretário foi lido um telegrama do sr. Cristóvão Leite de Castro, que, em nome do Conselho Nacional de Geografia, transmitiu ao Instituto o voto de pesar daquele órgão cultural, por motivo do passamento de Alberto Rangel.

Ainda na mesma ordem de idéias, propõe o sr. presidente um voto de pesar pelo falecimento do professor Hilário Magro, ilustre jornalista, educador e historiador campineiro, muito embora não fizesse êle parte do quadro social do Instituto.

Passando à escala oposta dos sentimentos, manifesta o sr. presidente o regozijo da casa por verificar que quatro de seus sócios fazem parte do novo Governo, a saber, os srs. J. C. de Macedo Soares e Francisco Morato, em postos de representação no nosso Estado, e os srs. Gastão Vidigal e Ernesto de Sousa Campos, como titulares no Governo Federal. Sugere, por esse motivo, um voto de congratulações, independentemente das opiniões políticas daqueles sócios. Propõe, ainda, seja transcrito na íntegra, na "Revista" do Instituto, o decreto do Governo Estadual que aposenta o sr. Afonso de Taunay em condições excepcionais, com a láurea de servidor emérito das letras históricas do Estado de São Paulo e de toda a pátria brasileira. Prolongada salva de palmas, que interrom-

peu a exposição do sr. presidente, torna desnecessária a formalidade de votação da proposta.

Ainda com a palavra, o sr. presidente comunica que o Instituto recebeu as subvenções do ano findo, concedidas pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado, respectivamente de 25 e 100 contos, e que a diretoria se encontra empenhada em levar a efeito o plano de construção da nova sede social, para o que confia nos bons esforços do sócio benemérito que ora dirige os destinos do Estado e que sempre honrou o Instituto com a sua dedicação no que respeita às finalidades culturais do sodalicio.

Pede a palavra o sr. Geraldo Rúffolo e secunda o voto de pesar pelo passamento dos srs. Fernando Costa e Rubião Meira, dos quais traça o panegírico.

Encerrando a sessão, o sr. presidente dirige às senhoras e senhorinhas presentes agradecimento especial pelo brilho que emprestaram à solenidade e convida a assistência para a próxima sessão do Instituto, que deverá realizar-se a 5 de fevereiro. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 2.ª sessão ordinária, em 5 de fevereiro de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de 1946, em sua sede social, á rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a segunda sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos sócios, srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, José Pedro Leite Cordeiro, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Maria de Lourdes de Paula Martins, Amador Bueno Machado Florence, Arrison de Sousa Ferraz, Álvaro da Veiga Coimbra, Enzo Silveira, Alfredo Gomes, Zuinglio M. Homem de Melo, Edmundo Krug, Frederico de Barros Brotero, Roberto Carregal Pompílio, A. A. de Menezes Drummond, Carlos da Silveira e Geraldo Rúffolo. Justificaram ausência os srs. N. Duarte Silva, Dácio Pires Correia e Álvaro Soares Brandão.

A sessão foi presidida pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários. Por proposta do sr. Amador Florence, aprovada pelos demais sócios, foi dispensada a leitura das atas das sessões de 25 de outubro e de 1.º de novembro últimos, por haverem sido publicadas na

imprensa local. Lida pelo 2.º secretário a ata da sessão de 25 de janeiro, foi em seguida posta em discussão e votação, sendo aprovada.

Com a palavra o sr. Bueno de Azevedo Filho, propõe um voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Cardona, e que o Instituto officie nesse sentido à viúva, d. Ibrantina Cardona. O sr. presidente julga desnecessário pôr em votação a proposta, por acreditar que traduzia perfeitamente o sentimento dos consócios do ilustre morto.

Pelo 1.º secretário foi lido um officio do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, sr. José da Costa e Silva Sobrinho, que se congratulava com o sodalício pelo reinício dos trabalhos do Instituto, tendo então o sr. presidente referido o fato auspicioso de haver o Instituto recebido cartas e telegramas por esse motivo, nos quais se destacavam as assinaturas dos srs. cônsul geral da França, cônsul da Inglaterra, brigadeiro Lísias Rodrigues e Brasília Machado Neto. Informa, ainda, que o Instituto continua recebendo ofertas para a biblioteca, que se encontram à disposição dos sócios.

O sr. Alfredo Gomes, depois de solidarizar-se com o voto de louvor que consta da ata da sessão de 25 de janeiro, relativo aos sócios do Instituto que ocupam posições de relêvo no Governo do Estado e da República, propõe, na mesma ordem de idéias, que seja consignado um voto de regozijo pelo fato de terem sido empossados, em seus cargos de deputados federais, os srs. Altino Arantes, Aureliano Leite e Ataliba Nogueira. O sr. Amador Florence, secundando a proposta, lembra os nomes dos srs. Plínio Barreto, Carlos de Moraes Andrade e Sampaio Vidal, também merecedores de igual manifestação de apreço por parte do Instituto. O sr. presidente considera justa a homenagem proposta, extensiva ao nome do sr. Plínio Barreto, que não pertence ao quadro social do Instituto, mas é vulto, sob muitos títulos, ilustre.

Ainda com a palavra, o sr. presidente comunica que o sr. Ernesto de Sousa Campos, inscrito para falar na sessão, não pôde comparecer, por afluência de serviço no início de sua investidura no Ministério da Educação e Saúde. Ficando assim adiada a leitura de seus trabalhos para ocasião oportuna.

O sr. Tito Lívio Ferreira, reportando-se à proposta do sr. presidente, apresentada na sessão de 25 de janeiro e relativa à publicação, na "Revista" do Instituto, do texto do decreto do governo do Estado que aposenta o sr. Afonso de Taunay com a láurea de servidor emérito das letras históricas do Brasil, sugere que seja solicitada do homenageado cópia fotostática do referido decreto, para maior relêvo da manifestação de apreço do sodalício. O sr. Afonso de Taunay agradece a delicadeza da lembrança e promete aquiescer ao pedido.

Pelo 1.º secretario foi lido o relatório das atividades do Instituto no correr do ano findo, havendo o sr. presidente declarado que o mesmo se encontrava à disposição dos sócios que desejassem compulsá-lo. Com a palavra o sr. Leite Cordeiro, pede que seja ouvida a casa sobre a possibilidade de ser publicado, na "Revista" do Instituto, um trabalho de sua autoria sob o título "Eçaiana" e o subtítulo: "Cronologia das obras de Eça de Queiroz", como preito ao grande escritor que continua a exercer tão grande influência na literatura das duas

pátrias em que se fala o português, e cujo centenário de nascimento foi comemorado no ano findo. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Na segunda parte dos trabalhos, foram apresentadas e discutidas várias propostas para novos sócios, tendo sido aprovadas as dos srs. Inácio Azevedo Amaral, General João Pereira de Oliveira e Júlio Caldeira Caiola para a categoria de sócios correspondentes.

Encerrando os trabalhos, o sr. presidente convida os sócios para a sessão de 5 de abril, em que deverá falar o sr. Américo Neto, para discorrer sobre o tema: "Pontos de referência de capitais e cidades". E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Frederico de Barros Brotero*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão extraordinária, em 26 de março de 1946

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária, com a presença dos sócios srs. Frederico Brotero, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Bueno de Azevedo Filho, Tenório de Brito, Gastão Ferreira de Almeida, Amador Florence, Davi Carneiro, Joaquim Silveira Santos, Alfredo Gomes e Armando de Arruda Pereira. A sessão, que teve por finalidade empossar o sr. Davi Carneiro, sócio correspondente em Curitiba, foi presidida pelo sr. Frederico Brotero, 2.º vice-presidente, e secretariada pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes.

Dada a palavra ao sr. Tito Lívio Ferreira, foi por este pronunciada uma saudação ao sócio recipiendário, grande cultor da história pátria e que, de passagem por São Paulo em missão cultural e cívica, de sua própria iniciativa, foi inscrito para falar sobre dois temas, a saber: "O segundo centenário do nascimento de Tiradentes" e "O primeiro centenário do nascimento do general Gomes Carneiro".

Em seguida, o sr. presidente dá a palavra ao sr. Davi Carneiro, que expõe o seu objetivo de concitar o Instituto Histórico a trabalhar no sentido de que o vulto de Tiradentes, cujo bicentenário do nascimento ocorrerá no dia 12 de novembro do corrente ano, adquira na consciência da nação o valor que lhe compete como símbolo de nossas aspirações libertadoras, chamando a atenção para a necessidade de concentrarmos em um único nome o máximo de nossa reverên-

cia, ao jeito das outras repúblicas americanas que fazem ressaltar de sua galeria de heróis nacionais o tipo representativo dos ideais da pátria: assim Washington, para os Estados Unidos, Bolívar para Venezuela (e poderia sê-lo, também, para outras repúblicas sul-americanas), San Martin para a Argentina, e Sucre, Santander e vários outros. No Brasil o interesse está dividido: José Bonifácio pensou a independência, que foi realizada por D. Pedro I; Benjamin Constant foi o idealista da República, proclamada por Deodoro; na fase colonial, no Maranhão, em Pernambuco, os movimentos foram por demais locais, sobre prematuros; somente a Inconfidência mineira pode e deve ser considerada como movimento nacional de anseio de libertação, destacando-se dentro desse movimento o vulto de Tiradentes como a personalidade animada pelo mais puro idealismo.

Com conhecimento essencial do assunto, disserta o conferencista sobre o tema proposto, em alocução livre e fluente, evocando a figura de todo em todo singular do grande mártir da liberdade, que sonhou com a pátria livre em uma época de opressão. As próprias deficiências dessa figura ímpar são apreciadas como decorrentes de sua conformação idealista: suas qualidades de coração fizeram-no fracassar no comércio, como também na profissão de curandeiro e de dentista prático; na carreira militar não subiu do posto de alferes, enquanto seus comilitões galgavam postos superiores. É que lhe faltava o senso prático de que defluem vantagens pessoais, ainda que em todas as profissões ele se revelasse com competência acima do seu meio.

Nessa altura contesta o conferencista a opinião dos que afirmam ser Tiradentes destituído de instrução, para mostrar com documentos coevos e inferências de certos episódios de sua vida, que os seus conhecimentos teóricos e práticos não podem ser considerados despididos. Mas é como idealista que a sua figura assume proporções gigantescas, pelo dom peculiar de inflamar as imaginações com a grandeza de seus ideais, a que não se furtavam os seus superiores hierárquicos e as pessoas cultas do tempo.

O interesse despertado pela conferência do sr. Davi Carneiro se revela em um episódio curioso: mostrando-se o conferencista preocupado em não alongar-se, a fim de não fatigar os ouvintes, um dos assistentes solicitou que se retirasse de cima da mesa o relógio que constituía o objeto de sua preocupação, a fim de que pudesse ele prosseguir no desenvolvimento da tese proposta, sem mais afligir-se com a noção do tempo.

Concluído o seu trabalho, refere-se, ainda, o conferencista ao centenário do General Gomes Carneiro, que deverá também ser comemorado no corrente ano, escusando-se por não poder entrar em particularidades sobre a vida e o heroísmo dessa figura modelar, o último batalhador em prol dos grandes ideais da pátria.

Acalmada a prolongada salva de palmas que se seguiu às palavras do sr. Davi Carneiro, o sr. Barros Brotero cumprimenta o conferencista pelo brilho do seu trabalho, declarando que o Instituto recebia com entusiasmo a sua proposta. Ninguém mais havendo feito uso da palavra, o sr. presidente encerra a

sessão, depois de agradecer aos presentes o comparecimento e o apoio prestado à missão cultural e cívica do sr. Davi Carneiro. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Frederico de Barros Brotero*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 3.a sessão ordinária, em 5 de abril de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de abril do ano de 1946, em sua sede social à rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a terceira sessão ordinária no corrente ano, com a presença dos sócios srs. José Torrês de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Américo B. A. de Moura, Américo R. Neto, Bueno de Azevedo Filho, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Pedro Dias de Campos, Tenório de Brito, Carlos da Silveira, Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, Amador Bueno Machado Florence, Alfredo Gomes, Geraldo Rúffolo, Álvaro Soares Brandão, Amadeu Nogueira, F. de Assis Iglesias, A. P. de Aguiar Whitaker, Francisco Morato, Alípio Leme de Oliveira, Álvaro da Veiga Coimbra, Zuínglio M. Homem de Melo, Dácio Pires Correia e Edmundo Krug. Justificaram ausência os srs.: Celestino Fazzio, N. Duarte Silva e Igor Dolgorukij, tendo sido a sessão presidida pelo sr. José Torrês de Oliveira, presidente perpétuo, e secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários. A convite do sr. presidente, sentam-se à mesa os srs.: A. P. de Aguiar Whitaker, secretário da Justiça, Spencer Vampré e Francisco Morato.

Por proposta do sr. presidente, aprovada pelos demais sócios, foi invertida a ordem dos trabalhos, passando a ocupar a tribuna o sr. Américo R. Neto, que discorre sobre o tema: "Pontos de Referência de Capitais e Cidades". O conferencista chama a atenção para a falta de uniformidade no critério de escolha do ponto de referência para a localização do marco zero nas cidades do interior do Estado. Relata o que lhe foi dado observar nas cidades por ele percorridas, com a finalidade de estudar "in loco" esse problema. Lembra, por isso, a conveniência de ser fixado um critério uniforme, tanto possível independente das condições de local e de momento, sugerindo que o Instituto envie esforços nesse sentido junto aos poderes competentes. Como opinião pessoal, seria pela volta ao ponto de referência tradicional, a torre da igreja matriz, já por sua visibilidade, já por tratar-se de edifício

estável por sua própria natureza. A seguir, trata da linha do trópico de Capricórnio e da influência que parece ter na lavoura do café, como limite sul das condições climáticas favoráveis:

Passando a ocupar a tribuna, o sr. Ottoniel Mota discorre sobre a vida e a obra de Cesário Mota, cujo centenário de nascimento deverá ocorrer em 5 de março de 1947. Traça-lhe o orador a biografia, desde a fase acadêmica, na capital do Império, até à sua atuação na pasta da Educação e Saúde do nosso Estado, sob o governo de Prudente de Moraes. Numa síntese entusiástica, enumera as realizações de Cesário Mota durante esse curto período de dois anos e meio, decisivos para o progresso de São Paulo: a criação da Escola Politécnica, do Instituto Histórico e Geográfico, do Ginásio do Estado em Campinas, além da remodelação completa do Serviço de Higiene. A morte prematura não lhe permitiu levar avante outras realizações igualmente grandiosas: a criação da Faculdade de Medicina e da Universidade de São Paulo, que só puderam ser concretizadas muitas décadas mais tarde. Depois de citar apreciações de Vital Brasil e Alfredo Pujol acerca da atividade fecunda de Cesário Mota, conclui o conferencista o seu trabalho concitando o Instituto a envidar esforços no sentido de ser comemorada condignamente a passagem do centenário do nascimento desse eminente brasileiro.

Com a palavra o sr. presidente, declara que o Instituto não poderia deixar de prestar as homenagens devidas à memória de Cesário Mota, seu primeiro presidente efetivo.

Passando a ocupar a tribuna, o sr. Gastão Ferreira de Almeida discorre sobre o tema: "A Ilha Autêntica de 1448 no Portulano de André Bianco", para concluir que se torna imprescindível a obtenção de uma cópia do referido mapa, que tem dado origem a tão dilatadas controvérsias, uma vez que os autores mais chegados aos nossos dias, que tratam do assunto, não o reproduzem na íntegra, como se vê das fotocópias dos mapas publicados por Batalha Reis e por Fontoufa da Costa: na primeira faltam traços importantes, e a segunda suprime boa parte da Ilha Autêntica. Depois de discutir pontos de ordem técnica, chama a atenção para certas particularidades que o levam a aceitar como certo que o contorno assinalado no portulano reproduz, em linhas gerais, o litoral norte do Brasil e que, nessa mesma posição da Ilha Autêntica de 1448, Bartolomeu Colombo ainda em 1503 desenhou a "Terra Santa Croce", como se vê da fotocópia obtida do livro de Munn: "Geographical Conceptions of Columbs". Discute, ainda, a verdadeira autoria do portulano, para aceitar como provável a hipótese que o atribui a Ludovico de Angulo, cartógrafo espanhol. Finalizou seu trabalho oferecendo-o ao Instituto, ao qual pede diligências para obtenção, na Europa, daquele mapa de 1448. Com a palavra, o sr. Marcondes de Sousa contesta algumas das conclusões apresentadas pelo sr. Gastão Ferreira de Almeida, prometendo que oportunamente discorrerá sobre o assunto.

Depois de referir-se ao valor dos trabalhos que haviam sido lidos, o sr. presidente suspende a sessão por cinco minutos. Reiniciados os trabalhos, o

sr. presidente comunica a indicação do nome do sr. Américo de Moura para integrar a Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios, na vaga aberta com a retirada do sr. Ernesto de Sousa Campos, atualmente titular da pasta da Educação e Saúde. Comunica, ainda, que o Instituto se fez representar na chegada do sr. Cardeal por uma comissão composta dos srs. Tito Lívio Ferreira, Enzo Silveira e cônego Silveira Camargo, e que, em dia que será anunciado pela imprensa, a diretoria do Instituto fará uma visita coletiva a S. Em. podendo juntar-se-lhe os sócios que o desejarem. Ainda com a palavra, o sr. presidente refere-se à sessão ordinária de março último, que deixou de realizar-se por haver a diretoria considerado que a proximidade dos dias de carnaval prejudicava o comparecimento dos sócios, em sua maioria ausentes da capital. Em compensação, foi realizada uma sessão extraordinária no dia 26, para recepção e posse do sócio correspondente sr. Davi Carneiro, que discorreu sobre a figura de Tiradentes.

Pelo 1.º secretário foi lido o balancete do ano de 1945, bem como o parecer da Comissão de Contas, que ficaram para ser discutidos e votados na sessão de maio.

Comunica o sr. presidente que, o sr. Interventor Federal no Estado, embaixador Macedo Soares, assinou um decreto concedendo ao Instituto uma subvenção de cem mil cruzeiros para o corrente exercício, o que lhe será agra-decido por officio.

Com a palavra o sr. Bueno de Azevedo Filho, pede que seja inserido na ata um voto de congratulação pela passagem do quadragésimo aniversário da eleição do coronel Alfredo Romario Martins para sócio correspondente do Instituto, comunicando que em Curitiba será essa data condignamente comemorada.

O sr. Amador Florence lê uma indicação a respeito do centenário do falecimento de Álvares Machado, que deverá ocorrer a 4 de julho próximo, na qual solicita que o Instituto patrocine as comemorações da efeméride, sugerindo que a diretoria intervenha junto aos poderes públicos no sentido de ser dado o nome de Álvares Machado a uma das vias públicas de São Paulo, para o que um dos descendentes do ilustre morto oferece as placas que se fizerem necessárias. Lembra, ainda, a promoção de uma série de conferências na semana a partir de 5 de julho, para o que desde já se inscreve, sugerindo que o Instituto convide, entre outros, os consócios srs. Afonso de Taunay, Ernesto de Sousa Campos e Aureliano Leite, além do parlamentar gaúcho sr. Manuel Duarte, que, segundo consta, ultima alentada biografia do preclaro paulista. Depois de declarar que a mesa tomava na devida consideração as propostas apresentadas pelos dois últimos consócios que haviam feito uso da palavra, o sr. presidente trata da projetada reforma dos estatutos, pedindo que os consócios que defendem a idéia da limitação do quadro social aguardem o aparecimento do projeto de reforma, em que outras questões fundamentais deverão ser também ventiladas. Antecipando-se, contudo, à discussão desses problemas, julga inoportuna a medida, uma vez que a contribuição dos sócios constitui a única renda com que o Instituto pode contar com segurança para fazer face a

suas despesas, dado o caráter de instabilidade das subvenções.

Passando-se à discussão e votação de propostas para novos sócios, foram aprovadas as dos srs. Alexandre Nelson De Armond Marchant, para sócio correspondente, e Adriano Campanhole, para sócio efetivo. E ninguém mais havendo feito uso da palavra, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, depois de expressar o seu contentamento pela sobrecarga de trabalhos brilhantíssimos que a caracterizara.

E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Frederico de Barros Brotero*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 4.ª sessão ordinária em 6 de maio de 1946

Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos seis dias do mês de maio do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, 152, às 21 horas, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a quarta sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos sócios: Frederico de Barros Brotero, Dácio Pires Correia, Plínio de Barros Monteiro, Arrison de Sousa Ferraz, Luís Tenório de Brito, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Coriolano Alves, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Francisco Morato, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Odilon Nogueira de Matos, Alfredo Gomes, Álvaro da Veiga Coimbra, José Ribeiro de Araujo Filho, Zuinglio Homem de Melo, Amador Bueno Machado Florence, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Ari França, José Pedro Leite Cordeiro e Francisco Pettinati. Justificaram ausência os srs.: José Torres de Oliveira, Afonso de Taunay, Enzo Silveira, Nicolau Duarte Silva, Álvaro Soares Brandão, Joaquim Silva, Américo de Moura, Coronel Pedro Dias de Campos e Igor Dolgorukij. Na ausência do presidente e do primeiro vice-presidente, assumiu a direção dos trabalhos o sr. Frederico de Barros Brotero, 2.º vice-presidente, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, 1.º e 2.º secretários. Por proposta do Coronel Tenório de Brito, aprovada pelos demais sócios, foi dispensada a leitura das atas das três últimas sessões, as quais foram aprovadas. Pelo sr. presidente foi pôsto em discussão e aprovado o Balancete do ano de 1945, juntamente com o Relatório da Comissão de Contas, referente ao mesmo. Pelo 1.º secretário foi lida a relação das conferências a serem realizadas no anfiteatro da Escola Normal "Caetano de Campos", sobre a importância do movimento das

Bandeiras na formação da Nacionalidade. Invertida a ordem dos trabalhos, foi dada a palavra ao sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, que passa a ocupar a tribuna para dissertar sobre o valor do Portulano de André Bianco em relação ao suposto descobrimento do Brasil antes de 1448. Depois de ler um trabalho de sua autoria publicado em junho do ano findo, em que demonstrara, por meio de reprodução de fotografias, que a legenda do referido mapa fôra alterada no que se relaciona com a distância em que deverá encontrar-se a "Ilha Autêntica", que para o professor Oldham e para James Batalha Reis reproduz aproximadamente o contorno do litoral norte do Brasil, volta o conferencista ao mesmo tema, a fim de contestar argumentos apresentados pelo sr. Gastão Ferreira de Almeida, em comunicação feita ao Instituto, na sessão de 5 de abril p. passado, em que atribuía a navegantes portugueses o descobrimento do Brasil antes daquela data. A conferência do sr. Marcondes de Sousa foi ilustrada com mapas e reproduções ampliadas das legendas do mapa de André Bianco. Depois de estudar exaustivamente o problema da navegação pelos portugueses, então feita em barcas, barinéis e fustas, e de apreciar o sistema de ventos e correntes marítimas, passa o conferencista a encarar o problema da latitude e longitude aplicado à cartografia medieval e em particular ao portulano de André Bianco, demonstrando que até 1473 a latitude era empírica para o hemisfério norte e até 1496 para o hemisfério sul, respectivamente, datas da publicação das Tábuas de Regiomontano e do Almanaque perpétuo de Abraão Zacuto. Conclui o sr. Marcondes de Sousa a sua conferência, identificando, à semelhança de A. Fontoura da Costa, a "Ixola Otinticha" do portulano de André Bianco, à ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde. O sr. presidente encarece a importância do trabalho do sr. Marcondes de Sousa, pedindo que os originais fôsem entregues à mesa, a fim de serem oportunamente publicados na Revista do Instituto. Com a palavra o sr. Tito Lívio Ferreira, lê um trabalho de sua autoria, publicado no "O Estado de S. Paulo", de 6 de novembro de 1943, sob o título "São Paulo teve foral de vila?", justificando a reprodução com a consulta formulada recentemente pelo sr. Pedro Neves, sócio do Instituto, em carta aberta àquele jornal, na qual pede que o Instituto se manifeste a respeito da data em que deve ser comemorado o "dia de São Paulo", se a 25 de janeiro ou a 5 de setembro, por ser esta a data da criação do Município de São Paulo, em 1557. Nesse trabalho o sr. Tito Lívio Ferreira, depois de agradecer a preciosa colaboração do ilustre mestre, Dr. Afonso de Taunay e do sr. Aristides Lobo, ex-bibliotecário desta casa e do sr. Aureo Rezende, ex-auxiliar da secretaria do nosso Instituto, conclui que São Paulo de Piratininga não teve foral de vila, embora Azevedo Marques e Varnhagen afirmem o contrário, por haver servido para São Paulo o foral de Santo André, quando da fusão das duas povoações. O sr. Alfredo Gomes propõe que o Instituto designe uma comissão a fim de organizar um número especial da Revista consagrado aos expedicionários paulistas que lutaram na Europa pela causa dos aliados, a ser publicado no ano vindouro, por ocasião do segundo aniversário da vitória do 6.º R. I. em Fornuovo de Faro. Para isso, e de acôrdo com o que já fôra sugerido pelo sr.

Amador Florence, concita o Instituto a envidar todos os esforços no sentido de ser obtida documentação relativa à atuação dos elementos partidos de São Paulo, e bem assim que se envie ao sr. Ministro da Guerra ofício de congratulação por haver o Governo concedido ao 6.º R. I. o nome de Regimento Ipiranga. Ainda com a palavra o sr. Alfredo Gomes pede que conste da Ata da sessão um voto de regozijo cívico por motivo da passagem do 1.º aniversário da vitória dos aliados e um voto de pesar, como preito de saudades, pelos nossos mortos da guerra. O sr. Leite Cordeiro lembra que, no dia 29 de julho do corrente ano, ocorrerá o primeiro centenário do nascimento da Princesa Isabel, a Redentora, sugerindo que o Instituto comemore condignamente a efeméride e que, para isso, designe uma comissão especial; o sr. cônego Florencio da Silveira Camargo sugere que seja realizada uma missa, naquela data, prontificando-se para oficiá-la, se assim ficar resolvido pela diretoria ou membros da comissão. O sr. presidente declara que o Instituto recebia com júbilo as propostas apresentadas e que a diretoria oportunamente organizaria comissão para esse fim. Ainda pelo sr. presidente foi comunicado que o Instituto se fizera representar pelos srs. Enzo Silveira e Álvaro Soares Brandão na sessão solene que se estava realizando na Sala João Mendes Junior da Faculdade de Direito em homenagem à memória do Dr. José Augusto de Magalhães, por motivo da passagem do primeiro aniversário de sua morte. Reiniciados os trabalhos, depois de interrupção de cinco minutos, requer o professor Francisco Morato, com fundamento no § 2 do Artigo 7.º dos Estatutos, que seja posta em discussão e votação a proposta do Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança para a categoria de Sócio honorário do Instituto, discorrendo sobre os méritos do proposto e o que representava a inclusão de seu nome no quadro social do sodalício. Aprovado o requerimento foi discutida e votada a proposta, a qual foi aprovada. Pelo sr. Amador Florence foi reiterado o pedido de que seja enviada uma coleção da Revista do Instituto para o prof. Rivet, diretor do Instituto Brasileiro de Altos Estudos, Paris. Com o palavra o sr. Alvaro da Veiga Coimbra, comunica que o dr. Artur Piquerobi de Aguiar Whitaker se encontra adoentado e internado no hospital Santa Catarina, sugerindo que o Instituto o visite por meio de uma comissão. O sr. presidente acolhe a sugestão, indicando os nomes dos srs.: Álvaro da Veiga Coimbra, Dácio Pires Correia e Coronel Tenório de Brito, para levarem a esse ilustrado consócio e primeiro vice-presidente do Instituto os votos de pronto restabelecimento. Ninguém mais havendo feito uso da palavra foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *N. Duarte Silva*

Carlos Alberto Nunes

Zuinglio Homem de Melo

Ata da 5.a sessão ordinária, em 5 de junho de 1946

Presidente: Sr. Nicolau Duarte Silva

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

2.º Secretário: Sr. Zuínglio Homem de Melo

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 1946, em sua sede social, á rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a quinta sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos seguintes sócios: Nicolau Duarte Silva, Francisca Pereira Rodrigues, Francisco de Assis Iglezias, Zuínglio Marcondes Homem de Melo, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, José Pedro Leite Cordeiro, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, Carlos Alberto Nunes e Eduardo de Oliveira França. Justificaram suas ausências os srs. José Torres de Oliveira, Geraldo Rúffolo, Álvaro Soares Brandão e Dácio Pires Correia.

Na ausência do sr. presidente e do 1.º e 2.º vice-presidente, assumiu a direção dos trabalhos o sr. Nicolau Duarte Silva, terceiro vice-presidente, secretariado pelos srs. Carlos Alberto Nunes em função de primeiro secretário e Zuínglio Marcondes Homem de Melo, segundo secretário *ad-hoc*. Comunica o sr. presidente encontrar-se na ante-sala para tomar posse de sua cadeira, o sócio sr. Eduardo de Oliveira França, e nomeia, para introduzi-lo no recinto, uma comissão composta pelos srs. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Plínio de Barros Monteiro e José Pedro Leite Cordeiro. Ao penetrar no recinto foi o recipiendário recebido por uma salva de palmas, sendo, em seguida, saudado pelo sr. presidente, após haver assinado o livro de presença. Com a palavra agradece o novo consócio a recepção acolhedora de que fôra alvo, prometendo envidar esforços no sentido de se colocar á altura das tradições do Instituto.

Procedida a leitura da ata da sessão de 6 de maio úlfimo, pede a palavra o sr. José Bueno de Azevedo Filho para solicitar seja retificada a ata que acaba de ser lida, visto constar da mesma, por equívoco, ser o sr. Pedro Neves sócio do Instituto.

Com a palavra o sr. Presidente comunica que, não havendo expediente a ser lido, aproveita a oportunidade para comunicâr aos presentes o falecimento de dois dignos consócios, ambos ocorridos em data de 19 de maio úlfimo: drs. Álvaro de Sales Oliveira e Edmur de Souza Queiroz. Faz o sr. Presidente várias considerações sôbre a vida e atuação do dr. Álvaro de Sales Oliveira, quer como profissional da engenharia, quer como cultor da história e da numismática, sendo a sua notável obra "Moedas do Brasil" prefaciada por dois eminentes mestres, como sejam Pandiá Calógeras e Afonso de Taunay, a mais completa no assunto, cuja impressão está a cargo da Imprensa Oficial do Estado, estando a sua revisão a cargo do sr. Presidente, obra essa comemorativa

do cinquentenário do Instituto, razão pela qual informa constará da presente ata um voto de profundo pesar pelo falecimento dos dignos consócios, ao mesmo tempo que será oficiado às respectivas famílias, enviando as condolências do Instituto.

Usando da palavra o sr. Bueno de Azevedo Filho, tece comentários sobre a atuação do dr. Edmur de Souza Queiroz e comunica que, de acordo com informações que acaba de receber de Minas Gerais, realiza-se em novembro vindouro o segundo Congresso de História da Revolução de 1894 e propôs, em seguida, que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo oficiasse ao Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, associando-se às homenagens que serão prestadas no próximo dia 8, ao nosso consócio dr. Rafael de Andrade Duarte, figura marcante em nossos meios literários. Beletrista, jornalista e teatrólogo, publicou: "Cousas do meu tempo", "Traços biográficos de Custódio Manoel Alves", "Ligeiro estudo biográfico do dr. José Pereira Rebouças", "Campinas de outrora" e "D. Clarita" (romance de costume). Foi o dr. Rafael de Andrade Duarte, em 1901, com Edmundo Krug, Cesar Bierrenbach, Ângelo Simões, Campos Novais, Tito de Lemos e Vieira Bueno (pai e filho) um dos fundadores daquela sociedade cultural de Campinas. Em 20 de outubro de 1904, residindo então em Mogi-Mirim, foi eleito membro correspondente deste Instituto, por proposta firmada por Antônio de Toledo Piza, Manuel Pereira Guimarães, Dionísio Caio da Fonseca e Augusto Cesar Miranda de Azevedo. De 1911 a 1920 foi vereador à Câmara Municipal de Campinas e de 1920 a 1922, prefeito municipal daquela próspera cidade paulista.

Seguindo-se com a palavra o sr. José Pedro Leite Cordeiro, comunica o falecimento ocorrido em dias passados, em Buenos Aires, do ilustre historiador Ramon Cárcano, sócio de inúmeras instituições culturais do Brasil, entre elas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras e Sociedade Brasileira de Geografia; doutor "honoris causa" da Universidade do Rio de Janeiro, Presidente da Junta de História e Numismática de Buenos Aires; professor de história da Universidade de Córdoba, pertencia ainda à Academia Nacional de La História de Madri e do Peru, deixando vasta bibliografia, salientando-se a referente à "Missão Mitre no Brasil"; "Tratados do Paraná"; "Guerra do Paraguai" e "D. Pedro II". Tece o orador longos comentários sobre esse ilustre historiador, grande admirador de nosso país e propõe conste da presente ata um voto de pesar pelo seu falecimento, bem como se officie ao sr. Ricardo Levene, Presidente da Academia de História da Argentina e ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazendo sentir o pesar do Instituto por tão lutuosa ocorrência.

Com a palavra o sr. Presidente, informa que tais propostas, em se tratando de sócios do Instituto, independem de consulta à Casa; como no caso em apreço trata-se de pessoa estranha ao quadro social, submete a proposta a votos, sendo a mesma aprovada, determinando então o sr. Presidente ao sr. 2.º Secretário, desse as providências necessárias no sentido de ser expedido o officio ao sr.

Presidente da Academia de História da Argentina e ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Segue-se com a palavra o sr. José Pedro Leite Cordeiro, para comunicar que, conforme proposta feita em sessão anterior, para que o Instituto tomasse a dianteira nas comemorações do centenário do nascimento da Princesa Isabel, que ocorrerá em data de 29 de julho vindouro, teve entendimento com o dr. José Torres de Oliveira, Presidente Perpétuo do Instituto, tendo o mesmo designado uma comissão, a qual ficou assim constituída: Professor Francisco Morato, Afonso de Taunay, Abraão Ribeiro, Nicolau Duarte Silva, professor Franchini Neto, José Pedro Leite Cordeiro, Álvaro Soares Brandão, Cônego Paulo Silveira Camargo, Amador Bueno Machado Florence, Djalma Forjaz, Honório de Silos e Dácio Pires Correia.

O programa delineado consta do seguinte: missa no dia 29 às 9 horas; às 10 $\frac{1}{2}$, inauguração de uma placa, ofertada pelo sr. Prefeito da Capital, a ser colocada na Praça Princesa Isabel, contendo um medalhão com a efígie da Princesa, cuja execução está a cargo do escultor Luís Morrone, contendo os seguintes dizeres: "Praça Princesa Isabel — 1846/1946 — Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo"; às 15 horas, inauguração de uma outra placa comemorativa, a ser colocada no saguão do Instituto, também ofertada pelo sr. Prefeito, contendo a seguinte inscrição: "À Princesa Isabel, três vezes Regente do Império e que soube elevar o Brasil no conceito das nações, com a abolição da escravatura / Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo / No 1.º centenário de seu nascimento / 29-7-1846 — 29-7-1946"; às 17 horas, abertura, no foyer do Teatro Municipal, da Exposição de documentos referentes à Princesa Isabel, a cargo do Professor Franchini Neto e, finalmente, às 21 horas, sessão solene no Instituto Histórico com uma conferência a ser proferida pelo Professor Francisco Morato.

Com a palavra o cônego Paulo Silveira Camargo, informa que, de acôrdo com o oferecimento feito em sessão anterior, renova o oferecimento de celebrar, na Igreja Matriz da Bela Vista, uma missa cantada para comemorar a efeméride do centenário do nascimento da Princesa, para a qual espera o comparecimento de todos os consócios.

Seguindo-se com a palavra o sr. Presidente informa aos presentes que não havendo nenhum consócio que queira fazer uso da palavra, passará à segunda parte dos trabalhos, dando a palavra à consócia d. Francisca Rodrigues, que irá pronunciar a sua conferência sobre "Missões Educativas — ruralismo".

Dando início à sua atraente palestra, abordou a conferencista, entre outros, os seguintes temas: Correntes educacionais, subdividindo-as em urbanista e ruralista; início desse movimento por Raul Fonseca e Oscar Tompson em 1915; Sud Mennucci em 1926; Sociedade Amigos de "Alberto Torres" em 1932 e Sociedade "Luís Pereira Barreto" em 1935, abordando em seguida o problema da escola urbana, quanto ao seu programa, duração do período escolar, remuneração e obrigação do professor, frequência e promoção. Teceu longos comentários sobre os direitos conferidos ao professor e a pouca atenção dispensada:

por parte dos poderes públicos com referência aos direitos do aluno, ponto este vivamente debatido entre a conferencista e os srs. José Bueno de Azevedo Filho, Francisco Iglezias, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho e Lima Neto. Abordou ainda a conferencista o ruralismo e seus problemas sanitário, econômico, educacional e social; ruralismo só na escola? Como deve ser essa escola? Tipo de mestre; tipo de escola normal; com ou sem ginásio? e escolas complementares no Estado de Santa Catarina, onde a aluna, logo após a conclusão do curso primário ingressa no complementar de 3 anos, tornando-se apta ao exercício do magistério rural. Sobre este ponto discorreu longamente, fazendo ver a sua eficiência e economia para o Estado. Abordou em linhas gerais a função da Escola rural, a função do professor ruralista e missões educativas e função supletiva. Ao terminar a sua palestra foi a professora d. Francisca Rodrigues saudada por uma prolongada salva de palmas.

Seguindo-se com a palavra o sr. Presidente declara que, em vista dos aplausos calorosos com que foi acolhida a palestra da oradora, dispensava-se de fazer qualquer comentário sobre a mesma, declarando encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Tito Lívio Ferreira*
Carlos Alberto Nunes
Alfredo Gomes

Ata da 6.a sessão regimental, em 5 de julho de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sexta sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos seguintes sócios: senhores José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, José Pedro Leite Cordeiro, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Frederico de Barros Brotero, Alvaro da Veiga Coimbra, Zuinglio Homem de Melo, Ricardo Gumbleton Daunt, Odilon Nogueira de Mattos, Arrisson de Sousa Ferraz, Afonso de E. Taunay, Aureliano Leite, Altino Arantes e Amador Bueno Machado Florence. Justificaram a ausência os srs. Enzo Silveira, Carlos da Silveira, Nicolau Duarte Silva, Bueno de Azevedo Filho, Dácio Pires Correia e Gastão Ferreira de Almeida. Assumiu a presidência o sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, primeiro e segundo secretários. A convite do sr. presidente, tomaram parte na mesa os srs. Altino Arantes, Manuel Duarte, Aureliano Leite, Craporí Franco,

Afonso de Taunay, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo e D. Sofia Florence Vilalva. Abrindo a sessão, o sr. presidente comunica que as homenagens que o Instituto prestava à memória do grande paulista que foi Álvares Machado por ocasião do primeiro centenário do seu falecimento foram iniciadas ontem, dia 4, com a solenidade da inauguração da placa "Rua Álvares Machado — emérito paulista", nome dado à antiga rua Livre, por ato do sr. Prefeito Municipal. Durante a cerimônia falaram os srs. Francisco Pati, diretor do Departamento de Cultura, representando o governador da cidade; Crapori Franco e Tito Lívio Ferreira, respectivamente, em nome da Assembléia Constituinte e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e, por último, o sr. Francisco Álvares Florence, prefeito de Pinhal, em nome da família Álvares Machado. Comunica ainda o sr. presidente que as homenagens emprestavam caráter de solenidade à sessão, motivo por que propunha a inversão da ordem dos trabalhos para que fôsse dada a palavra ao orador inscrito, sr. Amador Florence, que iria tratar da vida e dos feitos do homenageado. Passando a ocupar a tribuna, o conferencista estuda a vida de Álvares Machado, cuja trajetória luminosa acompanha com entusiasmo e carinho, já no tempo do início de sua atividade como cirurgião e clínico, nas cidades de Itu, Porto Feliz e Campinas, já como parlamentar, durante os lustros em que lhe tocou representar a Província de São Paulo, já, finalmente, como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, a partir de 1840, na fase agitada da revolução farroupilha chefiada por Bento Gonçalves. Firmado em documentos coevos, nos escritos dos que se têm ocupado com a figura singular de Álvares Machado, e, principalmente, em informações colhidas no arquivo da família, salienta o sr. Amador Florence os traços característicos do homenageado, assim os da inteligência, como os de caráter. Testemunho eloqüente de sua cultura é o fato de haver Álvares Machado formado na primeira metade do século passado uma coleção de cerca de 300 volumes de obras sôbre medicina. De sua cultura geral chegounos o testemunho de Hércules Florence, insuspeito porque anterior aos laços de parentesco que posteriormente ligaram essas duas figuras de relêvo no palco do primeiro império, além de seus discursos de deputado, conservados nos anais da Câmara e que dizem da vastidão de seus conhecimentos e da natureza dos problemas por que se batia, visando sempre ao progresso da Província e do País. Em cada uma das partes de seu tríptico faz ressaltar o conferencista os fatos mais característicos da vida opulenta de Álvares Machado, seus primeiros êxitos como cirurgião, na cidade de Itu, quando necessitava improvisar o próprio material cirúrgico, a despeito dos obstáculos da má vontade dos colegas mais velhos, sua atuação decisiva na revolução política de que resultou a abdicação de D. Pedro I —, do que se conserva relação parcial do próprio punho de Álvares Machado, que o conferencista promete publicar dentro de pouco e, finalmente, a maneira a um tempo conciliatória e enérgica por que tratou os revoltosos do Rio Grande. Depois de deter-se na apreciação do valor dos ideais democráticos e do elemento representativo no governo das sociedades, o conferencista sauda os srs. deputados Altino Arantes, Aureliano Leite, Crapori

Franco e Manuel Duarte, que representavam a Assembléa Constituinte nas homenagens prestadas ao grande morto. Prolongada salva de palmas se seguiu aos últimos conceitos do conferencista. Com a palavra, o sr. presidente apoia a saudação feita aos representantes da Assembléa Constituinte, dirigindo votos especiais de boas-vindas aos srs. deputados Manuel Duarte e Craporí Franco, que se achavam no Estado de São Paulo, em visita oficial. A seguir, depois de tecer comentários a respeito do valor da peça que o sr. Amador Florence acabava de pronunciar, eloqüente e exaustiva, passa o sr. presidente a enumerar os demais pontos do programa das homenagens. A presença, no recinto da sessão, dos representantes da Assembléa Constituinte, se prende ao apêlo do Instituto ao presidente da Assembléa, dr. Melo Viana, para que esta se associasse a essas homenagens. Para maior brilhantismo das comemorações, o Instituto nomeou uma comissão composta dos srs. Afonso de Taunay, Amador Florence, José Pedro Leite Cordeiro, Altino Arantes, Aureliano Leite, Ataliba Nogueira e Lelis Vieira. Ainda com a palavra, comunica o sr. presidente que a iniciativa do Instituto encontrou inteiro apoio por parte do sr. Embaixador Macedo Soares, Interventor Federal, e do prefeito da cidade de Álvares Machado, sr. Oscar Figueiredo Silva, que hospedará oficialmente as pessoas que se incorporarem à comissão e aos representantes oficiais que deverão seguir para aquela cidade no dia 6, em carros reservados a fim de inaugurarem a herma do morto na praça principal daquela cidade. Por essa ocasião falará, em nome do Instituto, o sr. Leite Cordeiro, para fazer o elogio histórico de Álvares Machado. Como parte final das comemorações, em sessão extraordinária do Instituto, no dia 10 do corrente, o deputado Manuel Duarte se ocupará da figura ímpar do homenageado, encerrando, por esse modo, as homenagens oficiais que o Instituto promove à sua memória. Comunica, ainda, o sr. presidente, que no dia 29 do corrente haverá sessão extraordinária do Instituto em comemoração do 1.º centenário do nascimento da princesa Isabel, na qual proferirá a respectiva oração congratulatória o professor Francisco Morato, sócio do Instituto, sendo provável que nessa ocasião tome posse de sua cadeira de sócio honorário o príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, recentemente eleito para o quadro do sodalício. Pela manhã, o cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo celebrará missa na Igreja Matriz da Bela Vista para comemorar a efeméride. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão, depois de haver o sr. presidente agradecido aos presentes o apoio que trouxeram às comemorações. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *Tito Lívio Ferreira*

Carlos Alberto Nunes

Alfredo Gomes

Ata da sessão extraordinária, em 10 de julho de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Cap. Arrisson de Sousa Ferraz

Aos dez dias do mês de julho do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma sessão extraordinária, como parte final das comemorações do 1.º Centenário do falecimento de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, sobre cuja personalidade, como parlamentar, estava programada uma conferência pelo sr. dr. Manuel Duarte, deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro e integrante da comissão enviada pela Assembléia Nacional Constituinte, para representá-la nas solenidades comemorativas. Compareceram e assinaram o livro de presença os sócios: srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Aureliano Leite, Altino Arantes, José Pedro Leite Cordeiro, Amador Bueno Machado Florence, Arrisson de Souza Ferraz e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Justificaram ausência os sócios: srs. Alvaro da Veiga Coimbra, Carlos Alberto Nunes, Alvaro Soares Brandão, Alfredo Gomes, Geraldo Rúffolo e Gastão Ferreira de Almeida. Fizeram-se representar: a Assembléia Nacional Constituinte, pelos srs. deputados Altino Arantes, Aureliano Leite, Manuel Duarte e Crapori Franco; o sr. Interventor Federal, pelo Tenente Guedes Figueira, de sua Casa Militar; a família do homenageado, pelo sr. Paulo Florence.

A sessão foi presidida pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, e secretariada pelo sr. Tito Lívio Ferreira, e pelo sr. Arrisson de Souza Ferraz, nomeado pela mesa, na ausência justificada do sr. Carlos Alberto Nunes, segundo secretário. Iniciados os trabalhos, o sr. presidente declarou aberta a sessão, expôs as suas finalidades, e convidou os srs. deputados Altino Arantes, Aureliano Leite, Manuel Duarte e Crapori Franco, bem como o tenente Guedes Figueira, representante do sr. Interventor Federal e o dr. Paulo Florence, representante da família de Álvares Machado, para tomarem parte na mesa. Antes de dar a palavra ao orador do dia, sr. deputado Manuel Duarte, o sr. presidente procedeu à leitura de um telegrama de congratulações com este sodalício do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pela justiça das comemorações ao ilustre brasileiro que governou com brilho a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A seguir, foi dada a palavra ao sr. dr. Manuel Duarte. O insigne intelectual e parlamentar, em substanciosa e erudita oração, traçou, com as mais belas imagens, a atuação de Álvares Machado no Parlamento do Império, ressaltando suas notáveis qualidades como tribuno, pelos repetidos triunfos oratórios, demonstrando, deste modo, sua cultura invulgar e seu intenso patriotismo. Focalizou, também, com a mesma riqueza de vocabulário, a obra multifária de Álvares Machado como

presidente e pacificador da província do Rio Grande do Sul. Ao terminar, o orador foi saudado por vibrante salva de palmas. O sr. presidente enaltece a formosa oração do deputado Manuel Duarte, que denominou "chave de ouro" das comemorações, e deu, a seguir, a palavra a quem desejasse dela fazer uso. Falou, ato contínuo, o sr. dr. Crapori Franco para agradecer, em seu nome e no do seu colega Manuel Duarte, as referências gentis do sr. presidente, na sessão de cinco do corrente, aos representantes da Assembléia Constituinte não paulistas, fazendo-o em brilhante improviso que teve o seu término, num hino a São Paulo, à sua operosidade e ao seu elevado sentimento de brasilidade, sendo o orador vivamente aplaudido, ao terminar.

Encerrando a sessão, o sr. presidente faz caloroso agradecimento às exmas. senhoras, senhoritas, pessoas gradas que emprestaram brilho especial à sessão, agradece também a presença dos representantes da Assembléia Constituinte e do sr. Interventor Federal. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão extraordinária, em 29 de julho de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. René Thiollier

Aos 29 dias do mês de julho do ano de 1946, em sua sede social à rua Benjamin Constant, n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária, como encerramento as comemorações do primeiro centenário do nascimento da Princesa Isabel, sôbre cuja personalidade, estava programada uma conferência pelo sr. dr. Francisco Morato, professor emérito da Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo. Compareceram e assinaram o livro de presença os sócios, sr.s.: José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, René Thiollier, Afonso de Escragnoille Taunay, Francisco Morato, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Álvaro Soares Brandão, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, Edward Carmilo, Pérsio Mendes, Américo Brasiliense Antunes de Moura, Afonso José de Carvalho, Antônio Ferreira de Carvalho Filho, Domingos Laurito, Geraldo Rúfolo, Honório de Silos, Pelágio Lobo, José Bueno de Azevedo Filho, Dácio Pires Correia, Amador Bueno Machado Florence, José Pedro Leite Cordeiro, Álvaro da Veiga Coimbra, Zuinglio Marcondes Homem de Melo, Nicolau Duarte Silva, Gastão Ferreira de Almeida e Tenório de Brito. Assumiu a presidência o sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secre-

tariado pelos srs.: Tito Lívio Ferreira e como segundo secretário o sr. René Thiollier, na ausência justificada do dr. Alberto Nunes, segundo secretário efetivo. A convite do sr. Presidente, tomaram parte na mesa os srs. tenente Guedes Figueira, representante do sr. Interventor Federal, dr. Álvaro Soares Brandão, vice-cônsul de Portugal e representante da Sociedade de Geografia de Lisboa, príncipe Gabriel de Bourbon, princesa Cecília de Bourbon, dr. Afonso de Escragnoille Taunay e dr. Antônio Carlos de Almeida Prado, representante do Secretário da Educação. Dando início à sessão, o sr. presidente comunica que as homenagens que o Instituto prestava à memória da grande brasileira que foi a princesa dña. Isabel, pela passagem do primeiro centenário de seu nascimento, foram iniciadas no dia 25, inaugurando-se a exposição no "foyer" do Teatro Municipal tendo discursado nessa ocasião o senhor professor Franchini Neto. Em prosseguimento à comemoração, a 29, hoje, às 9 horas, foi celebrada missa solene na Matriz da Bela Vista, pelo Revmº sr. cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, nosso digno consócio. Neste mesmo dia às 10 horas e meia foi inaugurada a placa oferecida pelo prefeito sr. Abraão Ribeiro, na praça Princesa Isabel, com dizeres perfeitamente adequados e alusivos. Nessa ocasião falaram: dr. Abraão Ribeiro, dr. José Pedro Leite Cordeiro e o sr. Álvaro Soares Brandão. Às 15 horas, deu-se a inauguração da placa no peristilo do Instituto, com os seguintes dizeres: "À princesa Isabel, três vezes Regente do Império e que soube elevar o Brasil no conceito das nações, com a abolição da escravidão, homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no primeiro centenário de seu nascimento. 29-7-1846 — 29-7-1946". Neste ato falou o dr. Afonso de Taunay, presidente honorário do Instituto. Em seguida, com firmeza e propriedade, escusando-se por não ter preparado um discurso, alegando sentir-se bastante ressentido em sua saúde e conseqüente disposição para o trabalho, dá a palavra ao orador, o dr. Francisco Morato. Ocupando a tribuna o conferencista desenvolve pormenorizadamente o histórico da infância da Princesa dña. Isabel, passando à sua atividade política e culminando com a Lei Áurea. Exalta a nobreza de seu coração e do seu caráter inabalável, expondo os acontecimentos, com as mirações necessárias, que colimaram na grande lei que a imortalizou entre os brasileiros e mesmo perante o mundo. Terminando sua belíssima peça oratória, rica de informações históricas, o conferencista cita a frase de Castilho Antônio: "Seu nome — hão de repeti-lo os séculos, enquanto por entre os edificadores do futuro, andarem como sempre hão de andar, patriotas e devotos do passado". Uma salva de palmas seguiu-se às últimas palavras do orador. O sr. Presidente retoma a palavra, elogiando com franqueza, sobriedade e perfeita propriedade de termos o conferencista, exaltando os dotes de talento, cultura e a aprimorada linguagem do orador da noite. Aproveita ainda o sr. Presidente, para comunicar à distinta assistência que no próximo dia 5 de outubro, tomará posse de sua cadeira de sócio honorário o príncipe D. Gastão de Orleans e Bragança, eleito para o quadro do nosso sodalício. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

depois de haver o sr. presidente agradecido a todos a sua presença aos atos comemorativos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 7.a sessão ordinária, em 5 de agosto de 1946

Presidente: Prof. Tito Lívio Ferreira.

1.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

2.º Secretário: Prof. Alfredo Gomes.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sétima sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos seguintes sócios: senhores Tito Lívio Ferreira, Luís Tenório de Brito, Francisco de Assis Iglesias, Amador Bueno Machado Florence, Carlos Alberto Nunes, Alfredo Gomes, Arrisson de Souza Ferraz, Zuinglio Homem de Melo, José Pedro Leite Cordeiro, Odilon Nogueira de Matos e Edmundo Krug. Justificaram a ausência, os srs.: José Torres de Oliveira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Carlos da Silveira e Nicolau Duarte Silva. Na ausência do presidente do Instituto, dr. José Torres de Oliveira, e dos vice-presidentes, assumiu a direção dos trabalhos o primeiro secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, secretariado pelos srs.: Carlos Alberto Nunes, em função de primeiro secretário, e Alfredo Gomes, convidado para funcionar como segundo secretário, no lugar daquele sócio. A convite do sr. presidente tomou parte na mesa o sr. César Lacerda Vergueiro, na qualidade de representante do prefeito de Bauru, sr. Ernesto Monte.

Dando início aos trabalhos, o sr. presidente consulta a casa a respeito das vantagens de ser investida sua ordem, para que os presentes pudessem ouvir logo a conferência do sr. José Fernandes, convidado especial do Instituto, que iria dissertar sobre o histórico e a formação de Bauru, cujo cinquentenário se comemora no corrente ano. Aprovada a idéia, o sr. presidente designa o sr. Tenório de Brito para saudar o conferencista e fazer a sua apresentação. Com a palavra o sr. José Fernandes, agradece os conceitos do apresentante e se congratula com a casa e com a cidade de Bauru pelo acerto com que se houve o prefeito dessa cidade encarregando o sr. César Lacerda Vergueiro de representá-lo, por pertencer ele a uma família cujo nome está ligado intimamente à história de Bauru, desde a época do desbravamento do sertão e da obra de catequese que precedeu à colonização propriamente dita. Entrando no tema de sua palestra, o sr. José Fernandes lembra os vaticínios de quantos se referiram

à região lendária e cheia de mistérios que se encontrava situada no fundo Oeste da Província, no ângulo entre o Tietê e o Paraná, desde o meado do século passado, quando o Governo imperial dava os primeiros passos em favor do descortino da região. A luta entre os índios autóctones e os brancos invasores ocupa detidamente a atenção do conferencista, que descreve a série de conflitos surgidos pelo antagonismo entre as duas culturas, desde o trucidamento de Pedro Francisco Pinto, o primeiro de que se tem memória, em 1852, até os que se contaram durante a construção da E. F. Noroeste do Brasil. Refere-se, a seguir, ao patrimônio de Bauru, mostrando como surgiu êle em terras da antiga Fazenda das Flores que pertencera a João Batista Monteiro até 1856 e nas que Felicíssimo Antônio de Sousa Pereira comprara por volta do mesmo ano a Antônio Teixeira, Manuel José da Costa e Felipe Antônio Moreira. O surto de progresso que se verificou naquela zona condicionou o seu desmembramento da freguesia do Espírito Santo da Fortaleza, elevada à categoria de vila em 1887, havendo o conferencista relatado os episódios mais interessantes do conflito inevitável que se operava entre a vila decadente e a parte progressista do município, que culminou com a decisão da câmara eleita em 1895, toda ela composta de vereadores bauruenses, de mudar para Bauru a sede da Municipalidade, medida que apesar de ilegal, por violenta e arbitrária, foi referendada pelo Governo do Estado, quando o presidente Campos Sales promulgou a lei n.º 428, de 1.º de agosto de 1886, referendada por Dino Bueno, então secretário do Interior, e que em seu laconismo impressionante tornava inúteis os protestos dos moradores de Fortaleza: "Art. 1.º: O Município do Espírito Santo de Fortaleza passa a denominar-se Bauru, mudando-se a sua sede para esta última povoação. Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário". Depois de referir-se ao afluxo de colonos estrangeiros para a zona desbravada pelos pioneiros nacionais, o sr. José Fernandes termina a sua conferência com uma profissão de fé idealista, fundada na realização grandiosa de quantos cooperaram para a criação desse recanto da pátria que constitui padrão, facilmente igualável, de brasilidade e de esforço construtivo.

Prolongada salva de palmas coroou as últimas palavras do conferencista.

Na segunda parte dos trabalhos o segundo secretário lê as atas das sessões ordinárias de junho e julho, que ficaram aprovadas sem discussão. O 1.º Secretário lê uma carta do sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, em que pede um voto de pesar pelo falecimento do sócio efetivo dr. Gustavo Edwall, ilustre botânico sueco que prestou relevantes serviços ao Brasil e, em particular, ao Estado de São Paulo. Na mesma ordem de idéias, refere-se o sr. presidente ao falecimento do dr. Jorge Dumont Vilares, sócio do Instituto, ocorrido no dia 4, nesta Capital. A seguir, o 1.º Secretário lê uma indicação assinada pelos srs. Leite Cordeiro e Amador Florence, no sentido de comemorar o Instituto condignamente o centenário natalício do general Francisco Glicério de Cerqueira Leite, convidando para fazer o elogio histórico do distinto morto o dr. Pelágio Lobo e solicitando do sr. Prefeito Municipal a solidariedade do Município nas comemorações dessa efeméride, com a colocação, na rua

Glicério, em caráter solene, de uma placa de bronze, em que estejam gravados os dois milênios.

Com a palavra o sr. Tenório de Brito, pede que o Instituto se alie às comemorações que ora se realizam referentes ao centenário do nascimento do maestro paulista João Gomes de Araujo, figura de relêvo em nosso mundo artístico. O sr. presidente esclarece que o Instituto já oficiara nesse sentido à família do grande maestro, em resposta ao convite recebido para tomar parte nas comemorações. O sr. Leite Cordeiro recapitula o que foi feito nas comemorações do centenário do nascimento da princesa Isabel, pedindo que a casa oficiasse ao escultor Luís Morrone, que nada cobrara pela placa de sua autoria, com a effigie da Princesa e inscrição significativa, assim como às instituições e pessoas que cooperaram para o brilhantismo das comemorações: Departamento do Arquivo do Estado, Museu da Cúria Metropolitana, Museu do Ipiranga e srs. Franchini Neto, Zuínglio Homem de Melo e Álvaro da Veiga Coimbra. Com a palavra o sr. Alfredo Gomes, lembra que sejam extensivos êsses agradecimentos aos órgãos da Imprensa local, que emprestaram inteiro apoio aos festejos do centenário e que muito contribuíram para o seu brilho. O sr. Tenório de Brito pede a palavra para dizer que não podiam ficar esquecidos os nomes do cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo e do dr. Leite Cordeiro, que não pouparam esforços no mesmo sentido. O sr. presidente lembra aos srs. Leite Cordeiro e Amador Florence que a casa continuava aguardando os relatórios sôbre as comemorações relativas ao centenário da Princesa Isabel e de Álvares Machado, realizadas por iniciativa do Instituto, a fim de serem oportunamente publicadas na Revista. A seguir, em sessão secreta, foram discutidas, votadas e aprovadas por unanimidade duas novas propostas para sócios efetivos e uma para sócio correspondente, respectivamente, dos srs.: Afonso Schmidt, Sérgio Buarque de Holanda e Lourenço Luís Lacombe.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão extraordinária, em 22 de agosto de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira.
2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes.

Aos vinte e dois dias de agosto do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma sessão extraordinária para comemorar o primeiro centenário do nascimento do General Francisco Glicério, ocorrido no dia

15 desse mês. Assinaram o livro de presença os sócios srs: José Torres de Oliveira Tito Lívio Ferreira, Américo de Moura, Afonso José de Carvalho, Carlos Alberto Nunes, Odilon Nogueira de Matos, Zuínglio Homem de Melo, José Pedro Leite Cordeiro, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Edmundo Krug, Amador Bueno Machado Florence e Luís Tenório de Brito. Justificaram ausência os srs. Dácio Pires Correia, Nicolau Duarte Silva e Gastão Ferreira de Almeida.

Assumiu a presidência da mesa o sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente primeiro e segundo secretários. A convite do sr. presidente tomou parte na mesa o dr. Francisco Glicério de Freitas, na qualidade de representante da família do homenageado. Abrindo a sessão, o sr. presidente, depois de explicar que se tratava de uma convocação solene com o fim de comemorar o primeiro centenário do nascimento de um dos mais conspícuos socios fundadores do Instituto, benemérito da pátria brasileira e extrênuo propugnador do bem público, comunica que, como parte das comemorações promovidas pelo Instituto Histórico de São Paulo, por iniciativa dos srs. Amador Florence e Leite Cordeiro, que souberam interpretar e antecipar os sentimentos da diretoria e dos demais consócios, fôra convidado o sr. Pelágio Lobo para fazer o elogio histórico do General Francisco Glicério, razão por que deixava de alongar-se sobre a vida e o grande merecimento do homenageado, por ser esse o tema confiado ao conferencista, a quem convida para desempenhar-se de sua missão.

Com a palavra o sr. Pelágio Lobo, evoca a figura inconfundível do General Francisco Glicério, recapitulando a sua vida honrada e profícua, desde os trabalhos rudes de tipógrafo e impressor, revisor de jornal, moço de comércio, professor de roça, até ir ultrapassando, numa curva ascensional ininterrupta, os empregos e postos de copista de cartório, solicitador, jornalista, chefe de cabala política, aliciador de escravos, cabeça de partido, vereador municipal, ministro de governo e líder da maioria de câmaras legislativas, nas quais tiveram assento as maiores culminâncias do pensamento político do Brasil. Diante de tão vasto programa, o conferencista se vê na contingência de selecionar o material constante do seu documentário, em grande parte inédito, fazendo referências sumárias às primeiras fases da vida de Francisco Glicério, como empregado da officina tipográfica do bi-semanário "A Aurora", em Campinas, e como professor dos filhos de Francisco de Paula Sales, na fazenda Santo Inácio, em São João do Rio Claro, que enchem os anos difíceis que se seguiram à morte de seu pai, o fazendeiro Antônio Benedito de Cerqueira Leite, ocorrido em 1861, para deter-se na evocação das outras fases de tão opulenta existência, que se caracterizam pelo devotamento aos ideais democráticos e à sua realização, nas campanhas abolicionista e republicana e na fase agitada que se seguiu à queda do regime monárquico e à implantação da República. Mas não é apenas o homem público que constitui o objeto carinhoso do conferencista: valendo-se de documentos de família e do testemunho pessoal, o sr. Pelágio Lobo estuda a

figura do General Francisco Glicério sob os aspectos moral e afetivo, que completam a sua personalidade e explicam o seu êxito como político, a par de sua inegável ascendência moral junta aos seus companheiros de partido e até mesmo em relação aos adversários na política militante. Do ardor com que se dedicava às suas campanhas idealistas, dão testemunho os quinze volumes inéditos dos copiadores de cartas de seu próprio punho, pontuais, minuciosas, e que, sobre patentear a multiplicidade de suas atribuições, constituem documentário precioso para o estudo da evolução das idéias políticas em nosso meio na fase decisiva de transição de regime por que passou a nacionalidade brasileira.

O sr. Pelágio Lôbo termina a sua conferência tecendo comentários em torno de uma frase colhida em carta do General Francisco Glicério a um de seus irmãos, datada de 1905: "A nossa divisa deve hoje ser: São Paulo unido", que considera o lema que deveria nortear os homens que, em nossa época, particularmente confusa e dispersiva, se empenham na concretização de idéias sãs, para que possamos legar às gerações porvindouras melhores possibilidades de trabalho fecundo. O entusiasmo da assistência se manifestou por prolongada salva de palmas que se seguiu às últimas palavras do conferencista.

Com a palavra, o sr. presidente elogia o trabalho que acabava de ser ouvido, mostrando que se tornava desnecessário qualquer comentário em face da consagração de que se via alvo o sr. Pelágio Lôbo, que se desincumbira, por êsse modo brilhante, da missão que lhe fôra confiada.

Depois de agradecer aos presentes o concurso que haviam trazido às comemorações, o sr. Torres de Oliveira declara encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 8.a sessão ordinária, em 5 de setembro de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira
1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a oitava sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos sócios, srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Gastão Ferreira de Almeida, Edmundo Krug, Frederico de Barros Brotero, Tomás Oscar Marcondes de Souza, Antônio Barreto do Amaral, Carlos Alberto Nunes, Maria de Lourdes de Paula Martins, Tenório de Brito, Zuínglio Marcondes Homem de Melo, Geraldo Rúffolo, Francisco de Assis Iglezias, Eduardo Oliveira França, Odilon Nogueira de Matos, J. R. Neto. Justificaram ausência os

srs. José Pedro Leite Cordeiro, Amador Florence, Plínio de Barros Monteiro e Nicolau Duarte Silva. Os trabalhos foram presididos pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, 1.º e 2.º secretários. Pelo 2.º secretário foram lidas as atas das sessões de 29 de julho, 5 e 22 de agosto, que, postas em discussão, foram aprovadas, tendo sido dispensada a leitura da referente à sessão de 10 de julho, por ter sido publicada na imprensa local. O 1.º secretário lê o expediente e apresenta uma relação organizada pelo bibliotecário do Instituto relativa às ofertas e doações recebidas nos meses de maio, junho, julho e agosto. Ainda pelo primeiro secretário foi lida uma carta do sr. Amador Florence, em que pede seja lançado em ata um voto de júbilo e congratulações pelo jubileu sacerdotal do cônego Paulo da Silveira Camargo, ocorrido no dia 15 de agosto, e três indicações assinadas pelo mesmo no sentido de ser ouvida a Casa em relação à moção de aplausos: 1.º) ao sr. Embaixador Macedo Soares, por haver sido o seu nome escolhido por unanimidade de votos para o cargo de presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede no México, em eleição realizada em Caracas (Venezuela); 2.º) ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul por motivo das comemorações realizadas em Porto Alegre, por sua iniciativa, por ocasião da passagem do centenário do nascimento de Álvares Machado; 3.º) aos srs. Abraão Ribeiro, Francisco Patti e Nuto Santana, por haverem restabelecido os anuais concursos de história que fazem parte do programa do Departamento Municipal de Cultura. O sr. presidente declara que considera desnecessário pôr em discussão semelhante proposta, por haver sabido o sr. Amador Florence interpretar os sentimentos da Casa com sua iniciativa. A seguir comunica que no dia 2 do corrente o Instituto teve o prazer e honra em receber a visita do Sr. Ministro da Educação, Dr. Sousa Campos. Comunica ainda que na próxima sessão ordinária, de 5 de outubro, deverão tomar posse o Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança e o General João Pereira de Oliveira, eleitos recentemente sócios do Instituto, e que, se fôr possível, o Desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves fará na mesma sessão uma conferência, a convite da diretoria do Instituto, sobre o tema: "O Padre Belchior de Pontes na História e na Lenda". Com a palavra o sr. Marcondes de Sousa, propõe que a conferência do Desembargador Rodovalho seja realizada em sessão extraordinária, a exemplo do que já tem sido feito com outros estudiosos que a convite do Instituto aqui leram seus trabalhos. O sr. presidente declara que a sugestão seria tomada na consideração devida. A seguir, comunica que deverá realizar-se em Belo Horizonte o 2.º Congresso da História da Revolução de 1894, de 16 a 21 de novembro do corrente ano, já estando até agora composta a comissão, que poderá ser ampliada, pelos srs. Tito Lívio Ferreira, Tenório de Brito, Amador Florence, Bueno de Azevedo Filho, Leite Cordeiro, Frederico Brotero e Marcondes de Sousa. O sr. Tito Lívio Ferreira propõe uma moção de aplausos ao sr. Honório de Silos, pela organização do curso de Bandeirologia que está sendo realizado no auditório da Escola Caetano de Campos e que consta

de uma série de conferências. O sr. Marcondes de Sousa propõe a nomeação de uma comissão permanente para lembrar datas e nomes gloriosos do nosso passado, a fim de que o Instituto possa comemorar as principais efemérides de nossa história, a exemplo do que aconteceu com as homenagens recentemente prestadas à memória de Álvares Machado. O sr. Zuínglio Homem de Melo propõe que o Instituto envie um voto de congratulações ao sr. Ministro Sousa Campos, por haver o Governo Federal adquirido a biblioteca do Dr. Sílvio Portugal e feito doação da mesma à Universidade de São Paulo. Com a palavra o sr. Geraldo Rúffolo, propõe que o Instituto envie ao Cardeal Cerejeira votos de boas-vindas, sugerindo o sr. Marcondes de Sousa que sejam esses votos apresentados por meio de uma comissão, da qual deverá fazer parte, como figura indispensável, o sr. presidente perpétuo do Instituto, dr. Torres de Oliveira. O sr. presidente declara que a diretoria tratará desse assunto com a urgência necessária, atendendo-se que Sua Eminência não se demorará muitos dias em São Paulo. A seguir, consulta a casa sobre a vantagem de ser invertida a ordem dos trabalhos, a fim de ser dada a palavra ao orador inscrito, e para que a discussão e votação de propostas para novos sócios pudesse ser realizada no fim da sessão, em escrutínio secreto. Aprovada a idéia, passa a ocupar a tribuna o sr. Gastão Ferreira de Almeida, que discorreu livremente, valendo-se de apontamentos, sobre o tema proposto, "A primeira viagem ao redor do mundo", à guisa de comentários sobre a obra de Pigafetta, do mesmo título. Em resposta à solicitação do sr. presidente, para que fosse entregue à Casa uma cópia original da conferência, o sr. Gastão Ferreira de Almeida apresentou um esquema da mesma, pedindo que fosse inserida na ata, por virem ali exarados os pontos fundamentais de sua palestra, conforme os seguintes itens:

1.º — Magalhães e Pigafetta. 2.º — Teria sido Behaim o autor do mapa seguido por Magalhães? 3.º — Os mapas de Shöner, Reinel (1515-1516), o Portulano do século XVI (em Kretschmer), a Esfera de Leonardo da Vinci (1515-1516), a Carta anônima, de Nuremberg, indicam a passagem, ou a sugerem. Toscanelli e Behaim nada trazem. A Carta de Galvão, por este apenas referida, nada prova. 4.º — O orador afirma crer no exato conhecimento da passagem, desde 1515-1516, como o provam: as cartas citadas, a viagem anterior de Solis, para não dizer-se também a viagem além de 40 graus realizada por Vespucci, e, enfim, a rota quanto possível rápida e direta, de Magalhães até o estreito, e depois rumo à Ásia. 5.º — Substancialmente, Magalhães realizou o sonho de Colombo, que era chegar à Ásia pelo Ocidente. Ambos excederam o Gama, e qualquer navegador da Antiguidade: seguiram rotas "Por mares nunca dantes navegados". 6.º — Injusto desconhecido de Magalhães — "português no feito, não na lealdade" (Camões). Ele glorificou a ciência náutica portuguesa, e até servindo a Espanha, servia como "chefe" e mestre. A glória foi portuguesa e a mais bela. *A Portugal coube assim:* a) a descoberta da passagem célebre; b) o batismo e revelação do Oceano Pacífico; c) a prova da esfericidade da Terra; d) o batismo de Montevidéu (Monte-video); e) a verificação da diferença de um dia, pelos que fizeram o périplo, como afirmava.

dois séculos antes Abulfeda; f) a revelação do mundo árabe-malaio e sua civilização peculiar pela primeira vez descrita por Pigafetta; g) a feitura do 1.º vocabulário comparativo e universal, que Pigafetta recolheu, publicou e é um dos primeiros documentos da ciência glotológica moderna. Quanto a informações curiosas de Pigafetta e mal conhecidas geralmente, ou ignoradas mesmo, o orador citou: — a) a descoberta da planta da cânfora; b) a da fabricação da porcelana, em Bornéu; c) a civilização característica, árabe-malaia, das ilhas do Mar da China e Asiáticas; d) a comprovação de que Magalhães seguiu rota traçada por mapa português; e) a prova textual da Política do Segrêdo, observada por Portugal, e ultimamente posta em dúvida por vários autores; finalmente, o registro de um fato que toca diretamente ao Brasil, isto é, de que na tripulação se destacava um brasileiro, filho do piloto João de Carvalho, e que ficou prisioneiro em Burné, ao norte da Ilha de Bornéu, bem como a notícia de que João de Carvalho assumiu o comando, por morte de Magalhães, até ser deposto, tendo ficado em Tidor. Assim, Pigafetta é o primeiro, quicá o único documentador desse fato para nós tão significativo, quão profético. O orador lamenta a deficiência de livros e informações mais precisas sobre este ponto, bem como sobre a obra gigantesca de Magalhães, e dirige um apêlo a quantos possam fornecer elementos para maior luz sobre aquêle feito imortal. Observa a ausência de dados exatos sobre as demais "relações" da Viagem (três ou quatro); sobre as figuras de Magalhães, Pigafetta, Solís, João de Carvalho, etc. Refere-se à bibliografia irregular e insatisfatória, na qual destaca a obra do Visconde de Lagoa, e a de Navarrete, difíceis de encontrar todavia. Felicita o Instituto por lhe haver dado ensejo de relevar a figura de Magalhães e destacar a importância do assunto, e escusa-se de não haver podido ler trabalho à altura do tema, o que deixa aos mais doutos realizar.

Depois de pequeno intervalo, foram apresentadas, discutidas, votadas e aprovadas as seguintes propostas para novos sócios, sendo as três primeiras para a categoria de sócio correspondente, e as restantes para a de sócio efetivo: D. Nicolás Eugênio Navarro, D. Antônio Maria Barbieri, Dr. João José Maria Francisco Rodrigues de Oliveira, Dr. Maurício Benedito Ottoni, Tenente Coronel Álvaro Martins, Dr. João Cruz Costa, Major José Hipólito Trigueirinho.

Nada mais havendo a ser tratado, o sr. presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da 9.ª sessão ordinária, em 5 de outubro de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos cinco dias do mês de outubro, do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, às 21 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a nona sessão ordinária do corrente ano, com a presença dos sócios, José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Nicolau Duarte Silva, José Pedro Leite Cordeiro, Djalma Forjaz, Tomás Oscar Marcondes de Souza, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, Zuínglio Homem de Melo, Roberto Thut, Álvaro Veiga Coimbra, Carlos da Silveira, Alfredo Gomes, Carlos Borges Schmidt, Tenório de Brito, Francisco de Assis Iglezias, Francisco Morato, Frederico de Barros Brotero, Dom Pedro de Orleans e Bragança, Júlio de Mesquita Filho, Ricardo G. Daunt, Gastão Ferreira de Almeida e Coriolano Roberto Alves. Sua Eminência o Cardeal D. Carlos Carmelo se fez representar pelo cônego Paulo Rolim Loureiro. Justificaram a ausência os srs. Álvaro Soares Brandão, Aureliano Leite, Bueno de Azevedo Filho, Geraldo Rúffolo e Teodoro Braga. A sessão foi presidida pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, primeiro e segundo secretários. A convite do sr. presidente vieram sentar-se à mesa os srs. Afonso de Taunay, presidente honorário do Instituto, professor Francisco Morato, brigadeiro Armando Arariboia, dr. Câmara Lopes e o príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, este último na qualidade de sócio recipiendário, depois de haver sido introduzido no salão e de empossado, tendo o sr. presidente nomeado para integrarem a comissão de recepção os srs. Afonso de Taunay, professor Francisco Morato, José Pedro Leite Cordeiro, Câmara Lopes e Ricardo Gumbleton Daunt. Com a palavra, o sr. presidente declara que a sessão assumia caráter de solenidade por tomar posse da cadeira para que fôra recentemente eleito o príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, a quem dirige votos de boas-vindas, fazendo ressaltar que S. Alteza era empossado na categoria de sócio honorário do Instituto, distinção que, de acôrdo com os Estatutos da Casa, só era conferida a pessoas de excepcional merecimento. Depois de saudar o sócio recipiendário sob duplo aspecto, do merecimento pessoal e de representante da família que dirigiu os destinos do Brasil e a quem a nossa pátria tanto deve — o que é reconhecido por todos os brasileiros, quer sejam, ainda, monarquistas, quer republicanos convictos ou conformados — escusa-se por não poder alongar-se em sua saudação, visto estar designado o professor Francisco Morato para proferir a oração de recepção. Passando a ocupar a tribuna, o professor Morato disserta sôbre a personalidade do príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, fazendo ressaltar-lhe o merecimento como investigador botânico, organizador de um precioso arquivo de cartas e memórias autógrafas de estadistas

do Império, estudioso de nossas usanças e tradições, viajante apaixonado, e conhecedor da história pátria, títulos esses que lhe abriram as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do de Petrópolis, na qualidade, respectivamente, de sócio efetivo e de presidente de honra. Depois de falar do valor das disciplinas da história e da geografia, que considera sob o duplo aspecto da ciência e da arte, num paralelo entre os monumentos da historiografia germânica, em que prepondera o espírito da exatidão e da análise e as obras dos historiadores latinos, que sobressaem pelo equilíbrio e beleza da forma, o conferencista concita o novo sócio a volver a vista e o coração para a gente e as coisas do Estado de São Paulo, casando-os com os nobres e puros sentimentos de nacionalismo que sempre se manifestaram neste recanto da pátria com pujança e eficiência inigualáveis. Com a palavra, S. Alteza D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança agradece a alegria de ingressar para o quadro social do Instituto Histórico de São Paulo, de altas e nobilíssimas tradições. Depois de falar do caráter do povo brasileiro, cujo traço fundamental — a bondade — se reflete nos episódios culminantes de nossa história: o acolhimento da família imperial, a independência — caso único na convulsionada América — a política exterior, a campanha abolicionista, conclui Sua Alteza, com modéstia, que a sessão a que assistia era mais uma demonstração desse feito da alma dos brasileiros: uma instituição formada por homens de opiniões políticas diferentes e até divergentes, receber em seu seio um novo consócio, cujo único merecimento, para muitos deles, seria apenas o de haver nascido príncipe. Mas depois de lembrar que além da disciplina da História, o Instituto cultivava também a da Geografia, anuncia para breve a sua colaboração neste setor, com o relato de suas viagens pelo Brasil, e mais especialmente pelo interior do Estado de São Paulo, onde lhe foi dado confirmar “de visu” a operosidade e o espírito de iniciativa do povo de São Vicente. Prolongada salva de palmas cobriu as palavras de S. Alteza. Passando a tratar dos trabalhos do dia, o sr. presidente determina que fôsse adiada a leitura da ata da sessão de 5 de setembro, para que pudesse ser logo apresentada a matéria do expediente e dada a palavra aos sócios que desejassem dela fazer uso. Pelo primeiro secretário foram lidos ofícios expedidos pelo Instituto, bem como as respostas aos mesmos. O sr. Torres de Oliveira comunica o falecimento do dr. Pedro Rodrigues de Almeida, sócio do Instituto, determinando que conste da ata um voto de profundo pesar. Comunica ainda que, por motivos particulares, na próxima sessão de 25 do corrente mês não será realizada a conferência do Desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves sobre a figura do Padre Belchior de Pontes, conforme fôra anunciado, devendo nessa sessão falar o Coronel Tenório de Brito sobre a vida e os feitos do Coronel Fernando Prestes de Albuquerque e o sr. Honório de Silos sobre a visita do General Frc.º Glicério a São José do Rio Pardo. Pelo sr. Tito Lívio Ferreira foi lido o trabalho “Da Maioridade à Conciliação”, em que aprecia a obra recentemente publicada do dr. Hélio Viana, do mesmo título. Com a palavra o sr. Leite Cordeiro, propõe que o Instituto officie ao sr. Interventor Federal por haver sido conservada a mesma bandeira de São Paulo que

a nossa história consagrara e que sejam transcritos em ata os dizeres do Decreto Estadual que vai ser expedido nesse sentido, em conformidade com a deliberação da Assembléia Constituinte que restabeleceu as bandeiras e escudos dos Estados. Pelo primeiro secretário foram lidas duas indicações assinadas pelo sr. Alfredo Gomes, de votos de regozijo: pela promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946, com ofício de congratulações ao sr. Presidente da República, por haver sido assegurado ao Brasil um sistema jurídico e político concordante com os anseios do povo, e pela passagem do nonagésimo aniversário — ocorrido a 29 de setembro p. passado — do emérito cidadão, o venerando dr. Clemente Ferreira, pioneiro da campanha contra a tuberculose no Brasil. A leitura dessa indicação seguiu-se prolongada salva de palmas, tendo o sr. presidente observado que êsse fato dispensava comentários, tornando desnecessário consultar a casa sôbre a oportunidade da proposta. O sr. presidente comunica que foi enviado ofício ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas a respeito das adesões ao 2.º Congresso da História da Revolução de 1894, com a enumeração dos sócios inscritos até o momento. Ninguém mais havendo feito uso da palavra, o sr. presidente declara encerrada a sessão, depois de comunicar que, de acôrdo com o artigo 40 dos Estatutos, na sessão da dia 25 se encerrariam os trabalhos do corrente ano.

TEXTO DO DECRETO QUE DEVERÁ SER ASSINADO PELO INTERVENTOR FEDERAL A RESPEITO DA BANDEIRA PAULISTA

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n. V, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1930,

considerando que a Constituição Federal, no seu artigo 195, parágrafo único, permite o uso de símbolos aos Estados;

considerando que as bandeiras e armas, evocando o passado e invocando o futuro, estimulam e nobilitam o sentimento cívico;

considerando que o culto da Pátria comum se sublima pelo amor ao lar, pelo respeito às tradições de família, pelo apego ao rincão de nascimento e pelo orgulho natural dos grupos humanos de cada região, sintetizados em suas insígnias;

considerando que os emblemas estaduais, em vez de competir, gravitam em cionais, acendrado amor à sua bandeira consuetudinária e ao brasão de armas do Estado, criado num instante de apogeu da sua luta pelo direito e pelas liberdades públicas;

considerando que os emblemas estaduais, em vez de competir, gravitam em torno dos símbolos nacionais;

considerando que a bandeira de S. Paulo significa “noite e dia (faixas pretas e brancas) São Paulo está pronto a verter o seu sangue (cantão vermelho) em defesa do Brasil (disco e mapa) nos quatro pontos cardiais (estrelas de ouro)” ; e que o escudo de armas tem o seu simbolismo expresso na exposição de motivos da lei que o criou;

DECRETA:

Art. 1.º — São símbolos do Estado de São Paulo:

- a) a bandeira, já consagrada por velho uso, formada de treze listas horizontais, sete negras e seis brancas, alternadas, e um cantão vermelho com o mapa do Brasil em azul sobre disco de prata entre quatro estrélas de ouro;
- b) o escudo, com todos os seus atributos, adotado pelo decreto estadual n. 5.856, de 29 de agosto de 1932.

Art. 2.º — Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

**Ata da sessão de encerramento dos trabalhos, em 25
de outubro de 1946**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira

2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de 1946, em sua sede social, à rua Benjamin Constant, n.º 152, às 21 horas realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sessão de encerramento dos trabalhos sociais do corrente ano, com a presença dos sócios, srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Dácio Pires Correia, Américo B. A. de Moura, Tomás Oscar Marcondes de Souza, Domingos Laurito, César Tripoli, Nicolau Duarte Silva, Zuinglio Homem de Melo, Frederico de Barros Brotero, Luis Tenório de Brito, Carlos da Silveira, Alfredo Gomes, Afonso de E. Taunay, Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, José Bueno Oliveira de Azevedo Filho, Roberto Thut, A. A. Menezes Drumond e Honório de Silos. A sessão foi presidida pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto e secretariada pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente, 1.º e 2.º secretários. A convite do sr. presidente tomou parte da mesa o sr. Afonso de Taunay, presidente honorário do Instituto. Abrindo a sessão, o sr. Torres de Oliveira propõe que seja invertida a ordem dos trabalhos, de conformidade com precedentes da casa, para que fôssem ouvidos logo os oradores inscritos, tendo dado a palavra ao sr. Honório de Silos, que dispensa de apresentar à assistência, por tratar-se de escritor com projeção na vida espiritual do país, cuja conferência sob o título "O episódio republicano de 10 de novembro de 1889, em S. José do Rio Pardo", constituía o fecho das homenagens promovidas pelo Instituto por ocasião da passagem do centenário do nascimento dessa grande figura paulista no cenário político da nação, que é o General Francisco Glicério. Passando a

ocupar a tribuna, o sr. Honório de Silos discorre sobre o tema proposto, evocando, em traços incisivos, o episódio ocorrido em São José do Rio Pardo, por ocasião da passagem de Francisco Glicério por essa cidade, em viagem de propaganda ideológica, e que, iniciado por um ataque da polícia local ao hotel em que se hospedara o grande propagandista, culminou com a efetiva proclamação dos princípios republicanos, antes que na capital do país o levantamento militar pusesse termo ao regime monárquico no Brasil. Esse fato característico valeu à cidade de São José do Rio Pardo o título de "Cidade Livre do Rio Pardo", conferido em 1892 pelo presidente do Estado, e que fala bem alto das tradições ideológicas do recanto paulista que estava fadado a ser o berço do maior monumento da literatura nacional, OS SERTÕES, de Euclides da Cunha. A seguir, o sr. Tenório de Brito discorre sobre a vida do Coronel Fernando Prestes de Albuquerque. Depois de referir-se aos ascendentes do seu biografado, acompanha o conferencista a trajetória da vida do coronel Fernando Prestes, desde os seus estudos primários, lembrando perfunctoriamente o que foi a fase de propaganda republicana, em que o moço Fernando Prestes formou ao lado dos grandes ideologistas do regime, para deter-se na pintura carinhosa da figura do chefe político que exerceu influência decisiva na vida do Estado de São Paulo. Trata, depois, da época sobremodo agitada que se seguiu à implantação do regime republicano no Brasil e que culminou com a revolta da armada e o levantamento dos caudilhos do sul, mostrando o conferencista o que representou o esforço do Coronel Fernando Prestes na organização da resistência das forças legais. Como dirigente dos destinos do Estado de São Paulo, não foi menos fecunda a atuação do Coronel Fernando Prestes, bastando mencionar a reforma por que passou em seu Governo o serviço sanitário, que foi coroada com a criação do Instituto de Butantã, desde então dirigido por Vital Brasil, e a fundação do Hospital de Juquerí, sob a direção auspiciosa de Franco da Rocha. Sem procurar encarecer o valor dessas iniciativas, por desnecessário, encerra o sr. Tenório de Brito a sua conferência formulando votos para que os estudiosos de nosso passado enriqueçam a história pátria com uma biografia completa do grande brasileiro cuja memória jamais morrerá na gratidão de seus compatriotas. Com a palavra, o sr. presidente tece comentários a respeito do valor dos dois trabalhos que acabavam de ser ouvidos. Depois de intervalo de alguns minutos, foram reiniciados os trabalhos, com a leitura, pelo 2.º secretário, das atas das sessões de setembro e outubro, as quais foram aprovadas, depois de haverem sido postas em discussão. O sr. presidente determina que conste da ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Teófilo Feu de Carvalho, historiador mineiro de grande projeção, cujos trabalhos enumera, encarecendo-lhes o merecimento. Com a palavra, o sr. Afonso de Taunay reforça os conceitos do sr. presidente, estendendo-se sobre a grande perda que as letras históricas do Brasil acabavam de sofrer, com a morte desse grande historiador e grande polemista, que sempre soube sair-se com galhardia das pugnas a que se viu arrastado por suas asserções, que sempre fundamentou com a maior probidade. Conclui o sr. Afonso de Taunay o seu elo-

gio propondo que a diretoria officie à viúva do falecido, D. Alzira Feu de Carvalho, transmitindo as condolências do Instituto. O sr. Domingos Laurito lembra que devem constar do officio a ser expedido à viúva do dr. Feu de Carvalho as expressões de saudades do sr. presidente e do dr. Afonso de Taunay. Pelo primeiro secretário foram lidas cartas e telegramas recebidos em resposta a officios expedidos pela diretoria. O sr. Nicolau Duarte Silva justifica a demora da Imprensa Oficial do Estado na impressão do 43.º volume da Revista e da Obra do dr. Álvaro de Sales Oliveira, sobre o ouro no Brasil. Depois de apresentadas e postas em discussão, foram votadas e aprovadas duas propostas para sócio efetivo e uma para sócio correspondente, respectivamente, do nome dos srs. Manuel Rodrigues Ferreira, Ciro Onésimo Maria Mondin e William Brooks Greenlee. O sr. presidente discorre sobre os trabalhos do Instituto durante o ano corrente, excepcionalmente fecundo, e comunica que na sessão inaugural do próximo ano será lido o relatório minucioso desses trabalhos, que deverá ser confeccionado pelo primeiro secretário. Comunica, ainda, que na próxima sessão de 1.º de novembro será feito pelo orador oficial do Instituto o elogio histórico dos sócios falecidos no último ano da vida social, de acôrdo com o artigo 39, § 3 dos Estatutos, em número de seis e por ordem cronológica do falecimento: Drs: Jorge Dumont Villares, Edmur de Sousa Queiroz, Álvaro de Sales Oliveira, Gustavo Edwall, Pedro Rodrigues de Almeida e Teófilo Feu de Carvalho. Ninguém mais tendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão. E, para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão de 1.º de novembro de 1946

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira
 1.º Secretário: Prof. Tito Lívio Ferreira
 2.º Secretário: Dr. Carlos Alberto Nunes

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 1.º de novembro, às 21 horas, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n.º 152, a sessão magna em que foi feito o elogio histórico dos sócios falecidos no decorrer do ano social findo, com a presença dos seguintes sócios: srs. José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Tenório de Brito, Carlos Alberto Nunes, Álvaro Soares Brandão, N. Duarte Silva, Geraldo Rúffolo, Frederico Brotero, Dácio Pires Correia, Zuinglio Homem de Melo, Alfredo Gomes, José Carlos de Ataliba Nogueira, Aureliano Leite, Amador Bueno Machado Florence, Álvaro da Veiga Coimbra e Afonso Taunay. A sessão foi presidida pelo sr. José Torres de Oliveira e secretariada pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto

Nunes, respectivamente, primeiro e segundo secretários. Abrindo a sessão, o sr. presidente declara a sua finalidade, acrescentando que o panegírico dos sócios falecidos iria ser feito pelo orador oficial do Instituto, sr. Ataliba Nogueira, a quem ia dar a palavra. Antes, porém, de fazê-lo dirige uma saudação de boas-vindas ao orador e ao dr. Aureliano Leite, representantes do Estado de São Paulo no Congresso Federal que, em visita ao nosso Estado, encontraram tempo para comparecer à sessão do Instituto. Passando a ocupar a tribuna, o sr. Ataliba Nogueira agradece em seu nome e no do seu colega de representação as palavras do sr. presidente e inicia a sua oração fazendo ver que no período memorável em que se elaborava a constituição promulgada em setembro do corrente ano, teve sempre presente ao coração o Instituto Histórico de São Paulo, porque o debate doutrinário que então se travou na defesa de princípios, algumas vezes antagônicos, veio demonstrar o valor da História para o Direito Público, tendo procurado muitos dos constituintes fundamentar suas teses com ensinamentos colhidos no estudo da história pátria, que pode ser considerada precioso acervo de experiência política. Exemplifica o orador sua asserção com historiar o debate travado em torno das teses vitoriosas relativas à autonomia do município — célula política e administrativa da nação — a idéia do Parlamentarismo e a da reconquista dos símbolos estaduais, que foi trazida à arena pela voz do Padre Arruda Câmara, representante de Pernambuco, e logo secundada pelas vozes da Bahia e do Rio Grande do Sul. Por mais de uma vez, insiste o orador, os paladinos dessas idéias foram buscar nos volumes da Revista do Instituto Histórico de São Paulo argumentos tendentes a reforçar as suas teses. Por associação de idéias, menciona o orador a obra recente "Fomos e somos a Atlântida", de Peregrino Vidal — pseudônimo, segundo afirma, de Frei Fidélis, capuchinho da Imaculada Conceição — em que o autor cita dois trabalhos notáveis publicados na Revista do nosso Instituto, em 1905 e 1907, respectivamente, sobre a origem dos índios do Brasil, de Gomes Ribeiro e sobre a Atlântida de Platão e a América, de Leôncio do Amaral Gurgel. Passando a fazer o panegírico dos sócios falecidos, no decorrer do ano social findo, o sr. Ataliba Nogueira se detém na evocação de suas figuras, por ordem cronológica do falecimento, a saber: dos drs. Jorge Dumont Vileares, Edmur de Sousa Queiroz, Álvaro de Sales Oliveira, Gustavo Edwall, Pedro Rodrigues de Almeida e Teófilo Feu de Carvalho. Estuda o orador, em todos os casos, o personalidade desses sócios, fazendo ressaltar-lhes os traços característicos no que respeita suas relações com os estudos históricos e as atividades do Instituto, enumerando as principais obras desse gênero, a que fazia seguir comentário elucidativo. O sr. Ataliba Nogueira finaliza sua oração com despedida em que dava corpo aos sentimentos do Instituto ante a perda inevitável de tão conspícuos membros. As últimas palavras do orador foram seguidas de prolongada salva de palmas. Com a palavra o sr. Aureliano Leite se escusa por falar depois de haver o sr. Ataliba Nogueira agradecido a saudação do sr. presidente, acrescentando que deseja apenas lembrar que nos debates da Constituinte em torno da idéia do restabelecimento dos símbolos estaduais, a bancada paulista não es-

teve ausente, conquanto, por motivos compreensíveis, não lhe coubesse a iniciativa da idéia. A seguir, trata da iniciativa dessa bancada no que se refere à posição especial dos portugueses no Brasil e as prerrogativas que a Constituição lhes confere — semelhantes às consignadas na Carta de 1824 — como corolário dos laços afetivos e culturais que nos ligam ao grande povo de que nos orgulhamos de descender. Essa grande vitória moral da Constituição ora em vigor veio consignar um fato que há muito sentíamos, mas que ainda carecia de sanção legal a saber: que a população do Brasil compreende brasileiros, portugueses e estrangeiros, unidos na compreensão das finalidades dos ideais pátrios, de harmonia e progresso. Com a palavra, o sr. Álvaro Soares Brandão, vice-cônsul de Portugal, agradece as expressões de amizade, em nome dos portugueses e das autoridades de Portugal. Ninguém mais havendo feito uso da palavra, o sr. presidente encerra a sessão, depois de convidar os presentes para a sessão inaugural do próximo ano, que, estatutariamente, deve ser realizada no dia 25 de janeiro. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) José Torres de Oliveira
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Ata da sessão extraordinária, em 10 de dezembro de 1946

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 10 de dezembro, às 21 horas, em sua sede social, à rua Benjamin Constant n. 152, uma sessão extraordinária em comemoração do centenário do descobrimento do planeta Netuno, em que discorreu sobre a efeméride o professor Alípio Leme de Oliveira. Assinaram o livro de presença os sócios, srs. José Torres de Oliveira, Carlos Alberto Nunes, Carlos da Silveira, Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Domingos Laurito, Tenório de Brito, Afonso José de Carvalho, N. Duarte Silva, Djalma Forjaz e Alípio Leme de Oliveira. A sessão foi presidida pelo sr. José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto, secretariado pelos srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, 2.º secretário em funções de 2.º secretário *ad hoc*. A convite do sr. presidente, sentaram-se à mesa os srs. Capitão Lopes, representante do sr. Interventor Federal, dr. Albuquerque Linas, representante do sr. secretário da Educação, e o dr. Álvaro Soares Brandão, vice-cônsul de Portugal. Abrindo a sessão, o sr. presidente expõe a sua finalidade, escusando-se por não alongar-se, a fim de não privar, por mais tempo, o auditório do prazer de ouvir o orador inscrito, a quem dá a palavra. Passando a ocupar a tribuna, o sr. Alípio Leme de Oliveira inicia a sua conferência com o estudo retrospectivo das idéias astronômicas, desde os filósofos gregos, com Pitágoras e Platão, que vislumbraram a verdade da idéia heliocêntrica; para deter-se em Aristóteles, que, com sua concepção antropocêntrica, constituiu o mais forte dique oposto

ao desenvolvimento da verdadeira doutrina nesse setor das ciências da natureza. Depois de um interregno de vinte séculos de estagnação, estuda o conferencista a influência revolucionária das idéias de cinco homens de gênio, que assentaram em definitivo os fundamentos da astronomia moderna: *Copérnico*, analisando a fundo o organismo do sistema solar, estabelece a distinção necessária entre o mundo cósmico aparente e o real, revelando-nos a sua estrutura e os seus movimentos; *Galileu*, divulgando e consolidando êsses conhecimentos e fazendo verificações objetivas, funda a Física experimental; *Tycho-Brahe*, observando e estudando cuidadosamente os diversos elementos do sistema solar, prepara as longas séries de observações de que surgiram mais tarde as leis fundamentais que regem os fenômenos do sistema sideral; *Kepler*, fazendo a análise quantitativa dos movimentos dos planetas estabelece as três leis fundamentais que regem os movimentos e que tomaram o seu nome; finalmente, *Newton*, estudando as causas dos movimentos celestes, operou a maravilhosa síntese dos fatos observados, estabelecendo a unidade das forças naturais e enfeixando as leis fundamentais da Astronomia no enunciado único da Gravitação Universal. Na segunda parte do seu estudo, trata o conferencista dos problemas sugeridos pela aparente irregularidade da órbita do cometa de Halley e da controvérsia então surgida, de que resultou o descobrimento dos planetas Urano e Netuno, com o corolário da confirmação irretorquível da lei de Newton, que até o meado do século XIX ainda contava com adversários renitentes. Detém-se o conferencista na apreciação das figuras primaciais que ilustram a história da Astronomia nos três últimos séculos: Halley, depois de observar que o cometa de 1682 apresentava elementos orbitais muito semelhantes aos de 1607 e de 1531, não hesitou em proclamar que êsse cometa, depois de mergulhar nas profundezas do espaço sideral, voltaria às regiões da terra em fins de 1758 ou começo de 1759. Clairault fixou a data de sua passagem pelo perihélio em 4 ou 5 de abril de 1759, pedindo, contudo, um mês de prazo de tolerância, em virtude de fatores mal conhecidos, que podiam alterar o resultado do cálculo. Essa previsão foi integralmente confirmada, dentro da tolerância pedida, pois que o cometa de Halley passou pelo seu perihélio a 12 de março de 1759, isto é, vinte e três dias antes da data assinalada. Vinte e dois anos mais tarde, Herschell descobriu um astro de 6.^a magnitude, que inicialmente foi confundido com um cometa, e que recebeu o nome Urano, cuja órbita ultrapassava a de Saturno, que até então constituía o limite conhecido do sistema solar. Partindo do estudo das perturbações da órbita de Urano, no levantamento de sua tábua astronômica, Bouvard formulou em 1820 a hipótese da ação de uma força desconhecida, responsável por aquelas perturbações. Daí por diante impõe-se aos estudiosos a idéia da existência de um ou mais planetas perturbadores indispensável para explicar as alterações observadas, o que demonstra que o descobrimento de Netuno decorreu de um imperativo necessário para a defesa e cabal confirmação da teoria da Gravitação. Depois de apreciar o valor de algumas tentativas para a solução desse problema palpitante — o trabalho de Adams, principalmente, que se conservou inédito por culpa de Airy, diretor do Observatório de Green-

wich, que não deu a devida importância ao autor, por ser este ainda muito moço — detêm-se o conferencista na figura de Leverrier e na apreciação dos cálculos que o levaram a indicar a posição do novo planeta que foi visto pela primeira vez no dia 23 de setembro de 1846 por Galle, do Observatório de Berlim. Foi realmente um descobrimento brilhante; foi de tal ordem que os adversários da teoria da gravitação newtoniana se calaram em definitivo. O descobrimento de Netuno, alargando os limites do sistema solar e dissipando as últimas nuvens que ainda sombreavam a verdade, foi a mais eloqüente consagração da teoria da Gravitação universal, formulada por Newton, ao mesmo tempo que determinou diretrizes novas e mais seguras para a filosofia das ciências da natureza. Depois de sua exposição, o sr. Alípio Leme de Oliveira fez projeções de mapas e diagramas para ilustrar as suas afirmações. Prolongada salva de palmas seguiu-se às últimas palavras do conferencista. Apreciando o trabalho que acabava de ser ouvido, o sr. presidente se congratula com o Instituto pela escolha do nome do conferencista cujo conceito no meio científico conferia o caráter de axiomas a tôdas as suas afirmações. Depois de agradecer o comparecimento da numerosa assistência e das autoridades que se fizeram representar, o sr. presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(aa.) *José Torres de Oliveira*
Tito Lívio Ferreira
Carlos Alberto Nunes

Cadastro Social

(1946)

Presidente Perpétuo

José Tôrres de Oliveira (1)

Presidente Honorário

Afonso de Escagnolle Taunay (1)

Sócios Beneméritos

José Carlos de Macedo Soares
Manuel Pereira Guimarães
Samuel Ribeiro (3)

Sócios Honorários

Afonso José de Carvalho
Altino Arantes
Ana de Queiroz Teles Tibiriçá
Antônio Colbacchini (Padre)
Cândido Mariano da Silva Rondon (General)
Carlos da Silveira
Carlos de Sbusa Nazaré
Carlota Pereira de Queiroz
Deusdedit de Araujo (Padre)
Edmund Krug
Ernesto de Sousa Campos
Eugênio Egas
Francisca Pereira Rodrigues
Francisco de Aquino Correia (Dom)
Frederico de Barros Brotero
Hipólito Chevelon (Padre)

João Batista de Carvalho (Padre)
João Lourenço Rodrigues
José Adriano Marrey Júnior
José Augusto de Magalhães
José Danti (Padre)
José de Castro Néri (Padre)
José Pires do Rio
Júlio César de Faria
Júlio de Mesquita Filho
Laudo Ferreira de Camargo
Leopoldo Aires
Manuel da Costa Manso
Maria Imaculada Xavier da Silveira
Maria Pais de Barros
Noêmia Nascimento Gama
Pedro d'Orleans e Bragança (Príncipe)
Pedro Dias de Campos (Coronel)
Serafim Leite (Padre)
Sinésio Rocha
Washington Luís Pereira de Sousa (36)

Sócios Efetivos

Adriano Campanhole
Afonso Schmidt
Alcindo Muniz de Sousa
Alfredo Gomes
Alice Piffer Canabrava
Alípio Leme de Oliveira
Álvaro da Veiga Coimbra
Álvaro Martins (Tte Cel.)
Álvaro Soares Brandão
Amadeu de Queiroz
Amador Bueno Machado Florence
Amando Franco Soares Caiubi
Américo Brasiliense Antunes de Moura
Américo Maciel de Castro Júnior
Américo Neto do Rego Cavalcanti
Antenor Pinto da Silveira
Antônio Augusto de Meneses Drummond
Antônio Barreto Amaral
Antônio Ferreira Cesarino Júnior
Antônio Paulino de Almeida
Antônio Piccarolo
Ari França

Armando de Arruda' Pereira
Aroldo Edgar de Azevedo
Arrison de Sousa Ferraz (Capitão)
Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker
Astrogildo Rodrigues de Melo
Augusto Gonzaga
Aureliano Leite
Bento Bueno
Bento de Abreu Sampaio Vidal
Cândido de Sousa Campos
Cantídio de Moura Campos
Carlos Alberto Nunes
Carlos Borges Schmidt
Carlos de Morais Andrade
Celestino Eusébio Fazzio
Cícero Arsênio de Sousa Marques
Cincinato Braga
Ciro Onésimo Maria Mondim
Ciro Tassara de Pádua
Clodomiro Pereira da Silva
Coriolano Roberto Alves
Dácio Pires Correia
Dagoberto Sales
Djalma Forjaz
Domingos Laurito
Eduardo de Oliveira França
Edvard Carmilo
Enzo Silveira
Ernesto de Morais Leme
Eurípedes Simões de Paula
Fábio da Silva Prado
Fausto de Almeida Prado Penteado
Francisco Antônio de Almeida Morato
Francisco de Assis Carvalho Franco
Francisco de Assis Iglésias
Francisco Isoldi
Francisco Pires Martins
Galeno Martins de Almeida
Gastão Ferreira de Almeida
Gastão Vidigal
Geraldo Rúffolo
Gofredo Teixeira da Silva Teles
Henrique Oscar Wiederspahn (Capitão)
Honório de Silos

Igor Dolgorukij
Inácio da Costa Ferreira
João Batista de Campos Aguirra
João Cruz Costa
João Dias da Silveira
João Lélis Vieira
João Pedro Cardoso
Joaquim Alfredo da Fonseca
Joaquim de Abreu Sampaio Vidal
Joaquim Silva
Jorge Bertolaso Stella
José Aires Neto
José Augusto César Salgado
José Benedito Silveira Peixoto
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
José Carlos de Ataliba Nogueira
José Cássio de Macedo Soares
José de Moura Resende
José de Oliveira Orlandi
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho
José Eugênio de Paula Assis
José Ferreira de Melo Nogueira
José Furtado Cavalcanti
José Higino de Campos (Monsenhor)
José Hipólito Trigueirinho (Capitão)
José Maria Whitaker
José Nogueira Sampaio (Capitão)
José Pedro Leite Cordeiro
José Querino Ribeiro
José Ribeiro de Araujo Filho
José Ribeiro de Sá Carvalho
Juan Francisco Recalde
Laerte Teixeira de Assunção
Lélio Piza
Leonardo Pinto
Luís Amaraí
Luís da Câmara Lopes dos Anjos
Luís Ribeiro do Vale
Luís Sérgio Tomás
Luís Tenório de Brito (Coronel)
Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz
Manuel Gândara Mendes
Manuel Rodrigues Ferreira
Maria Andrada Procópio de Carvalho

Maria da Conceição Martins Ribeiro
Maria de Lourdes de Paula Martins
Mário de Sampaio Ferraz
Mário de Sanctis
Martinho da Silva Prado Júnior
Maurício Benedito Otoni
Miguel Franchini Neto
Nicolau Duarte Silva
Odécio Bueno de Camargo
Odilon Nogueira de Matos
Otoniel Mota
Paulo Aurisol Cavalheiro Freire (Padre)
Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Cônego)
Paulo Ribeiro de Magalhães
Paulo Vergueiro Lopes de Leão
Pedro Moacir Campos
Pelágio Álvares Lobo
Percival de Oliveira
Pérsio Pereira Mendes
Plínio de Barros Monteiro
Plínio Marques da Silva Airoso
Rafael Rocha Campos
Raul de Frias Sá Pinto
Raul Romano
Renato Silveira Mendes
René Thiollier
Ricardo Gumbleton Daunt
Rivadavia Dias de Barros
Roberto dos Santos Moreira
Roberto Pompílio
Roberto Simonsen
Roberto Thut
Rubens Borba Alves de Moraes
Rui Bloem
Rui Calasans de Araújo
Salvador Moya (Coronel)
Sebastião Pagano
Sérgio Buarque de Holanda
Sinésio Rangel Pestana
Sud Mennucci
Teodomiro Dias
Teodoro Braga
Tito Livio Ferreira
Tomás Oscar Marcondes de Sousa

Ulisses Coutinho
 Vítor Freire da Silva Júnior
 Zuinglio Marcondes Homem de Melo

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Adalberto Ortmann (Frei) — Guaratinguetá, São Paulo
 Afonso Antônio de Freitas Júnior — Casa Branca, São Paulo
 Alamiro de Ávila y Martel — Santiago, Chile
 Alberto Frederico de Moraes Lamego — Campos, Estado do Rio
 Alcindo de Azevedo Sodré — Petrópolis, Rio
 Alcionílio Bruzzi Alves da Silva (Padre) — Itália
 Alexander Nelson de Armond Marchand — Washington, Est. Unidos
 Américo Jacobina Lacombe — Rio
 Amilcar Salgado dos Santos (Tte.-Coronel) — Curitiba, Paraná
 Anibal de Matos — Belo Horizonte, Minas Gerais
 Antônio da Gama Rodrigues — Lorena, São Paulo
 Antônio de Araujo de Aragão Bulcão Sobrinho — Salvador, Bahia
 Antônio Figueira de Almeida — Rio de Janeiro
 Antônio Maria Barbieri (Don) — Montevidéu, Uruguai
 Antônio Tavares Pinhão — Ribeirão Preto, São Paulo
 Ariosto Espinheira — Rio de Janeiro
 Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niterói, Estado do Rio
 Arlindo Drummond Costa — Rio de Janeiro
 Arquimedes Pereira Guimarães — Belo Horizonte, Minas
 Augusto Meira — Belém, Pará
 Basilio de Magalhães — Rio de Janeiro
 Benedito Pires de Almeida — Tietê, São Paulo
 Bernardino José de Souza — Rio de Janeiro
 Buenaventura Caviglia Hijo — Montevidéu, Uruguai
 Carlos Studart Filho — Rio de Janeiro
 Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São Paulo
 Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio Grande do Sul
 Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São Paulo
 Cristóvão T. de Camargo — Rio de Janeiro
 Dante de Laitano — Porto Alegre, Rio Grande do Sul
 Davi Antônio da Silva Carneiro — Curitiba, Paraná
 Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (Tte.-Coronel) — R. de Janeiro
 Edelweiss Teixeira — Belo Horizonte, Minas Gerais
 Eduardo d'Araujo Ferreira Jacobina — Guaratinguetá, São Paulo
 Eduardo Santos Maia — Cruzeiro, São Paulo
 Elmano Gomes Cardim — Rio de Janeiro
 Emilio José Salim (Cônego) — Campinas, São Paulo
 Enrique D. Tovar y R. — Lima, Peru

- Eugênio Teixeira de Castro (Comandante) — Rio de Janeiro
Félix Guisard Filho — Taubaté, São Paulo
Fernando Antônio Raja Gabaglia — Rio de Janeiro
Fernando São Paulo — Salvador, Bahia
Flávio Maurano — Casa Branca, São Paulo
Florêncio de Abreu — Rio de Janeiro
Francisco de Paula Santos — Tapiratiba, São Paulo
Gaston Bénédict de Bénédictis — Los Angeles, Estados Unidos
Geraldo Dutra de Moraes — Belo Horizonte, Minas Gerais
Guilherme Martínez Auler — Recife, Pernambuco
Haroldo Renato Áscoli — Rio de Janeiro
Heitor Muniz — Salvador, Bahia
Hélio Viana — Rio de Janeiro
Henrique de Campos Ferreira Lima (Coronel) — Lisboa, Portugal
Henrique de Gandía — Buenos Aires, Argentina
Henrique Jorge Hurley — Belém, Pará
Herculano Teixeira d'Assunção — Belo Horizonte, Minas Gerais
Hildebrando Siqueira — Amparo, São Paulo
Hilton Siqueira — Guaratinguetá, São Paulo
Inácio Manuel Azevedo do Amaral — Rio
Jerônimo de Aquino Araujo — Guaratinguetá, São Paulo
João Dornas Filho — Belo Horizonte, Minas
João José Maria Francisco d'Oliveira — Ilha da Madeira, Portugal
João Pereira de Oliveira — Lorena, São Paulo
Joaquim da Silveira Santos — Itapetininga, S. Paulo
Jorge Moreira da Rocha — Fortaleza, Ceará
José Alberto Pelúcio — Baependi, Minas Gerais
José da Costa e Silva Sobrinho — Santos, São Paulo
José de Mesquita — Cuiabá, Mato Grosso
José de Toledo — Planalto, São Paulo
José Eduardo de Macedo Soares — Rio de Janeiro
José Feliciano de Oliveira — Paris, França
José Loureiro de Ascensão Fernandes — Curitiba, Paraná
José Mariz de Moraes — Recife, Pernambuco
José Roberto de Macedo Soares — Rio de Janeiro
Juan S. Pivel Devoto — Montevidéu, Uruguai
Júlio de Almeida Gama Lobo Caiola — Lisboa, Portugal
Laurindo Dias Minhoto — Tatuí, São Paulo
Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro
Lísias Augusto Rodrigues (Coronel) — Rio de Janeiro
Lourenço Luís Lacombe — Petrópolis, Rio
Luís Carlos de Moraes — Porto Alegre, Rio Grande do Sul
Luís Castanho de Almeida (Cônego) — Sorocaba, São Paulo
Luís Filipe Castilho Goicocheia — Rio de Janeiro

- Luís Filipe Vieira Souto — Rio de Janeiro
Luís Gastão d'Escragnolle Dória — Rio de Janeiro
Luís Marques Poliano — Rio de Janeiro
Manuel Cícero Peregrino da Silva — Rio de Janeiro
Mário Melo — Recife, Pernambuco
Mário Sette — Recife, Pernambuco
Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro
Murilo Moutinho (Padre) — Rio de Janeiro
Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio Grande do Norte
Nicolás Eugênio Navarro (Don) — Caracas, Venezuela
Olavo Dantas (Capitão-Tente.) — Rio de Janeiro
Paul Rivet — Paris, França
Paulo Sílvio de Azevedo — Tatuí, São Paulo
Plínio Travassos dos Santos — Araçatuba, São Paulo
Rafael Duarte — Campinas, São Paulo
Raimundo Magalhães — Rio de Janeiro
Ramon de Castro Esteves — Buenos Aires, Argentina
Rodolfo García — Rio de Janeiro
Rui Almeida (Tenente-Coronel) — Rio de Janeiro
Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, Minas Gerais
Sebastião Almeida Oliveira — Tanabi, São Paulo
Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro
Vergílio Correia Filho — Rio de Janeiro
Williams Brookes Greenlee — Chicago, Estados Unidos

Comissões Técnicas Permanentes

(Triênio de 1945-1947)

Comissão de Regulamentos e Estatutos, e de Avaliação de Ofertas e Donativos: Cel. Pedro Dias de Campos, dr. Amador Florence e dr. Enzo da Silveira.

Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios: Prof. dr. Ernesto de Sousa Campos, dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker e cel. Luís Tenório de Brito.

Comissão de Redação da "Revista": Drs. Afonso de Escragnolle Taunay, Américo Neto do Rêgo Cavalcanti e Álvaro Soares Brandão.

Comissão de História: Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, prof. Tito Lívio Ferreira e dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura.

Comissão de Geografia: Embaixador dr. José Carlos de Macedo Soares, dr. José Ribeiro de Sá Carvalho e prof. Aroldo de Azevedo.

Comissão de Contas: Sr. João Batista de Campos Aguirra, dr. Celestino Fázio e dr. Roberto Carregal Pompílio.

Comissão de Numismática: Drs. Álvaro de Sales Oliveira, Álvaro da Veiga Coimbra e sr. Nicolau Duarte Silva.

Comissão de Filatelia: Dr. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daunt.

Comissão de Genealogia: Drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e José Bueno de Oliveira Azevedo-Filho.

Comissão de Etnologia: Drs. Herbert Baldus, Plínio Marques da Silva Airosa e Jorge Bertolaso Stella.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

DIRETORIA

(Triênio de 1945-1947)

Presidente Honorário	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente Perpétuo	Dr. José Tôrres de Oliveira
1.º Vice-Presidente	Dr. Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker
2.º Vice-Presidente	Dr. Frederico de Barros Brotero
3.º Vice-Presidente	Prof. Nicolau Duarte Silva
1.º Secretário	Prof. Tito Lívio Ferreira
2.º Secretário	Dr. Carlos Alberto Nunes
Suplentes do 2.º Secretário		Dr. Álvaro da Veiga Coimbra Dr. Ciro Tassara de Pádua
Tesoureiro	Prof. Dácio Pires Correia
Orador	Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira

ÍNDICE

Subsídios Genealógicos — <i>Carlos da Silveira</i>	9
Antiquilhas de São Paulo — <i>Afonso de E. Taunay</i>	43
A fundação de São Paulo — <i>Poesia de Tito Lívio Ferreira</i>	65
A Fundação de São Paulo — <i>José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho</i>	67
Francisco Glicério de Cerqueira Leite — <i>Pelágio Lobo</i>	83
Francisco Álvares Machado de Vasconcelos — <i>José Pedro Leite Cordeiro</i>	125
O primeiro centenário do nascimento da Princesa Isabel, A Redentora — <i>Francisco Morato</i>	129
Oração proferida pelo dr. Afonso de E. Taunay, no Centenário Natalício da Princesa Isabel	141
Discurso do Dr. José Pedro Leite Cordeiro, na inauguração da placa come- morativa do Centenário da Princesa Isabel	145
Discurso de posse do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança	147
Discurso do prof. Francisco Morato por ocasião da posse do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança	149
Cinquentário de Bauru — <i>José Fernandes</i>	155
São Paulo teve foral de Vila? — <i>Tito Lívio Ferreira</i>	169
Notas biográficas sobre o Coronel Fernando Prestes de Albuquerque — <i>Cel. Luís Tenório de Brito</i>	175
Relatório sobre o II Congresso de História da Revolução de 1893-1894 ..	189
Glicério em São José do Rio Pardo — <i>Honório de Silos</i>	197
Um suposto descobrimento do Brasil antes de 1448 — <i>Tomás Oscar Mar- condes de Sousa</i>	211
Testamentos e Inventários	219
Inventário de Rafael de Oliveira, o Moço	223
Inventário de Luís Pedroso de Barros	226
Documentos copiados em Portugal pelo sr. Alfredo Mendes de Gouveia — (Por solicitação do Dr. José Pedro Leite Cordeiro)	243
Soldo de Fernando da Silveira	243
Sobre degradados	245
Sobre oficiais mineiros, fundidores, ferreiros e sarralheiros	245
Sobre as Ilhas de Martin Vaz	248
Sobre minas de prata e ouro, Casa da Moeda e Cunho de Moedas	250
Informação sobre as minas de São Paulo (Paranaguá)	261
Documentos quinhentistas espanhóis referentes à Capitania de São Vicente — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	289
Relação dos documentos do arquivo particular de Dom Santiago Montei- ro Dias	299
Carta de Juan de Salazar — 25-6-1553	299
Carta de Juan de Salazar — 30-6-1553	302
Carta de Juan de Salazar — 1-1-1552	306
Carta de Juan Sanchez de Byscaia — da costa do Brasil	309
Carta de Juan Sanchez de Byscaia — 1539	312
Carta de Juan Bautista Gesio — 24-11-1579	314
Relatório de 1946	317
Balancete	327
<i>Atas</i>	329
Cadastro Social	369